

PORTUGAL E A EUROPA NOS SÉCULOS XV E XVI. Olhares, relações, identidade(s)

Paulo Catarino Lopes, ed.



PORTUGAL E A EUROPA
NOS SÉCULOS XV E XVI.
OLHARES, RELAÇÕES, IDENTIDADE(S)

IEM – Instituto de Estudos Medievais

CHAM – Centro de Humanidades

Coleção ESTUDOS 21

PORTUGAL E A EUROPA
NOS SÉCULOS XV E XVI.
OLHARES, RELAÇÕES, IDENTIDADE(S)

PAULO CATARINO LOPES
Editor

O IEM – Instituto de Estudos Medievais e o CHAM – Centro de Humanidades, ambos Unidades de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), são financiados pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0015.

Este livro teve arbitragem científica.

Título	Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s)
Editor	Paulo Catarino Lopes
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / CHAM – Centro de Humanidades
Referência da imagem da capa	Mestre de Soane Josefo, <i>A Embaixada Portuguesa</i> . Bruges, c. 1480-1483, Ms. Ludwig XIII 7, fol. 112. The J. Paul Getty Museum.
Colecção	Estudos 21
ISBN	978-989-99567-3-5 (IEM) 978-989-8492-42-5 (CHAM)
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Creative Commons	Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

Índice

- Introdução: Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI.
Duas centúrias de contactos, continuidades e também redefinição..... 9**

Paulo Catarino Lopes

PARTE I

- Alteridades e Construções Identitárias..... 15***

- Imagens culturais do *Eu* e do *Outro*: Identidade e alteridade em relatos de viagens dos séculos XV e XVI, entre outros, do *Códice Valentim Fernandes* 17**

Yvonne Hendrich

- Views of alterity: the construction of an idea of Europe by “non-Europeans” 39**

Amélia Polónia

- Sangre y heráldica en el siglo XVI: las noblezas ibéricas y su identidad en una perspectiva europea. Unas notas 49**

José Antonio Guillén Berrendero

- Modelações de escritas sobre um Portugal de partida para os espaços extra-europeus: Reflexões em torno de imagens do(s) europeu(s)..... 65**

Ana Paula Menino Avelar

PARTE II

- Intercâmbios e Interculturalidade..... 83***

- Portugal and the Hanseatic League: ca. 1450-1550 85**

Torsten dos Santos Arnold

- “Sem cobre e prata nada de especiarias”: notas sobre a importação de metais alemães em Portugal no início do século XVI..... 109**

Jürgen Pohle

- Tópicos, histórias e vivências do Portugal mercantil e marítimo na Alemanha do século XVI..... 127**

Marília dos Santos Lopes

PARTE III

- Olhares e Representações 151***

- A imagem dos europeus nas crónicas portuguesas do século XV 153**

Francisco José Díaz Marcilla

Os portugueses de Quinhentos vistos pelo flamengo Jan Taccoen de Zillebeke	175
<i>Jorge Fonseca</i>	
Olhares estrangeiros sobre Portugal (c. 1450-1571)	193
<i>Ana Isabel Buescu</i>	
“Fomos muito bem tratados.” Portugal e os portugueses nos escritos alemães dos séculos XV e XVI	211
<i>Marília dos Santos Lopes</i>	
Animais extra-europeus nas descrições de Lisboa e Portugal por estrangeiros	229
<i>Catarina Simões</i>	
Portugal e os portugueses no olhar de viajantes e mercadores alemães no alvorecer da Modernidade	243
<i>Jürgen Pohle</i>	
PARTE IV	
<i>Fronteiras e Europeização</i>	263
Amigos para a vida? Solidariedades dos estudantes portugueses na Península Itálica (finais do séc. XIV – inícios do séc. XV)	265
<i>Mário Farelo</i>	
Os inícios da política internacional de Portugal: a entrada no contexto européu e o surgimento de tendências geoestratégicas	301
<i>Néstor Vigil Montes</i>	
Retórica e política na europeização de Portugal, nos séculos XV e XVI	313
<i>Nair de Nazaré Castro Soares</i>	
Portugal e a fronteira mediterrânica nos séculos XV e XVI: políticas reais e mapeamento do mundo insular levantino	339
<i>Dejanirah Couto</i>	
Peregrinar em Roma na transição do mundo medieval para a primeira modernidade. O caso do Fidalgo de Chaves	377
<i>Paulo Catarino Lopes</i>	

Introdução:
Portugal e a Europa
nos séculos XV e XVI.
Duas centúrias de contacto,
continuidade e também redefinição.

Os séculos XV e XVI são cruciais nas relações entre Portugal e a Europa, mas também no percurso individual de cada uma destas entidades, uma nacional e outra supranacional. Uma ideia há a reter: são duas centúrias impossíveis de desligar uma da outra, independentemente de tratar-se do campo da política, da cultura ou da religião. Por isso, preferimos ousar a afirmação os “longos séculos XV e XVI” à sentença mais tradicional e limitadora do “longo século XVI”¹.

Em termos da Europa propriamente dita, trata-se de duzentos anos de redefinição, sem dúvida – basta pensarmos na Reforma protestante ou na presença otomana efectiva em solo europeu –; mas de uma redefinição sempre no sentido das continuidades, isto é, pautada a cada momento por estas. Os dois exemplos acima referidos bastam para demonstrá-lo: nem a Reforma surgiu despegada do que a antecedeu (pensemos, por exemplo, em John Wycliffe, c.1328-1384, João Huss, 1369-1415, ou no próprio movimento da *devotio moderna*, que, iniciado na segunda metade de Trezentos, tem largas e impactantes repercussões no continente europeu); nem a presença otomana teve início na segunda metade do século XV, mas sim muito antes.

¹ Veja-se sobre esta temática John Rigby HALE, *A Civilização Europeia no Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença, 2000, pp. 19-20 e 23-100.

Sobretudo, em sentido lato, é simplista e redutor falar de uma simples e quase automática passagem da *Respublica Christiana* para uma Europa concebida enquanto cenário emergente das monarquias nacionais e das grandes Casas dinásticas. Nunca tal aconteceu de forma absoluta e muito menos se tratou de um processo maquinal, isto é, nem a Cristandade deixou de existir², apesar dos processos assinalados, nem a concepção de “Europa” surgiu abruptamente do nada. Na verdade, há muito que já se falava dela no sentido de uma realidade emocional, portanto, bem mais palpável do que uma noção meramente geográfica.

É caso para sublinhar de forma veemente o quanto é pouco operacional o recurso à tradicional noção de corte ou ruptura entre uma Idade Média conotada como um período estático e fechado sobre si mesmo e uma fase seguinte, a Idade Moderna, já inteiramente diversa, tendo pelo meio, qual ponte purificadora, o Renascimento. A interpretação oitocentista de Jacob Burckhardt sobre o Renascimento, e portanto também sobre a época medieval, apesar da sua importância, deixou há muito, como sabemos, de ser funcional. Como assinala Jacques Le Goff, “Esse período de transição, a que a época das Luzes chamaria *Dark Ages* – o Tempo das Trevas –, foi desde as origens definido pela expressão ‘Idade Média’ – um conceito pejorativo – como um período, se não negativo, pelo menos inferior ao que se lhe seguiu. [...] Esta definição cronológica e pejorativa da Idade Média tem sido, de há décadas a esta parte e, principalmente, nos anos mais recentes, atacada pelos dois extremos. [...] A oposição Idade Média/Renascimento é contestada em muitos aspectos. [...] O passado respinga, sem dúvida, quando pretendemos sujeitá-lo e domá-lo com periodizações. Certas divisões são, contudo, mais destituídas de fundamento que outras para assinalar a mudança. Aquela a que se deu o nome de Renascimento não me parece pertinente. A maioria dos sinais característicos por meio dos quais se tem pretendido reconhecê-la surgiu muito antes da época em que a situamos (séculos XV-XVI).”³ É, pois, fundamental ter presente a fragilidade e o perigo das grandes classificações e periodizações estanques, como é precisamente o caso da relativa ao mundo medieval *versus* Renascimento/Idade Moderna. O que se designa tradicionalmente por Renascimento começou bem mais cedo do que se considera; por outro lado, a Idade Média não terminou com a queda de Constantinopla (1453) ou com as viagens pioneiras de Colombo (1492) e de Vasco da Gama (1497-1498). A “continuidade” é, mais do que nunca, um dado irrefutável e operatório para qualquer tentativa sólida de hermenêutica histórica, em particular tratando-se dos campos cultural, religioso e político, na viragem do século XV para o século XVI. Daqui resulta que a mundividência medieval é algo

² Como poderia tal ter acontecido sendo a Cristandade tão elástica desde a sua fundação.

³ Jacques LE GOFF, *O Imaginário Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 20.

enraizado nesta sociedade de charneira, pelo que é impossível que novas práticas e orientações, quer políticas quer culturais e religiosas, se manifestem sem o peso da herança dos séculos anteriores. É um facto a coexistência de técnicas, ideias, estilos, modelos e gostos⁴.

Partindo da análise de fontes tipologicamente muito diferentes (cronísticas, documentais, epistolares, iconográficas, entre outras), quer portuguesas quer estrangeiras, é objectivo desta antologia reflectir de forma crítica sobre a composição e descrição de paisagens⁵ europeias no período em questão. Naturalmente, uma atenção especial é dada à relação entre Portugal e o continente de que faz parte: se por um lado se visa indagar sobre a forma como em Portugal, nos séculos XV e XVI, se projectava o espaço europeu, por outro ambiciona-se identificar a natureza das representações construídas entre Portugal e a Europa. Noutra vertente, buscam-se respostas válidas para questões centrais como o carácter e a constância das relações mantidas com os diversos territórios europeus.

As representações que suportavam as figurações desenvolvidas denunciavam identidades cada vez mais marcadas, mas também traziam consigo, ainda que na maioria das vezes de forma pouco declarada, evocações de uma consciência relativamente a um espaço e uma herança cultural comuns. Um sentimento precursor (ainda que, como destacámos, em continuidade, pois, os seus fundamentos localizam-se num “longo” tempo anterior), que não se identifica já exclusivamente com o conceito de Cristandade ou com a ideia imperial, mas que respeita à definição de uma “outra” identidade europeia⁶ fundada especialmente no contacto com o Turco e com as novidades oriundas dos territórios longínquos recentemente alcançados pelos reinos ibéricos (o *Eu*-civilizacional literalmente explode e expande-se neste

⁴ A história é contínua como salienta António José Saraiva: “Não que novas e miraculosas entidades tivessem descido ao palco ou mudado a substância das coisas. Na verdade, nenhum dos factos que apontamos pode considerar-se sem precedentes. (...) O Renascimento é o resultado de um processo histórico iniciado no seio do mundo feudal. (...) Seria, pois, um erro pensar que o Renascimento é uma irrupção miraculosa de forças nascidas do nada; e seria um erro também considerá-la como uma entidade feita, uniforme, acabada, independente do espaço e do tempo”. O mesmo realça Jean Delumeau para quem é profundamente errónea a ideia de que “um corte brutal terá separado um tempo de trevas de uma época de luz”. António José SARAIVA, *História da Cultura em Portugal*, vol. II, Lisboa, Jornal do Fôro, 1953, pp. 16-17; Jean DELUMEAU, *A Civilização do Renascimento*, Lisboa, Edições 70, 2004, p. 9.

⁵ Preferimos o conceito de paisagem às noções de espaço ou território devido à maior abrangência e amplitude interpretativa do mesmo. É uma opção metodológica importante ao nível da análise, pois a paisagem consiste no resultado da interacção dos elementos físicos (formações geológicas), naturais (fauna e flora) e culturais, ou seja, fruto da intervenção humana (por exemplo, obras de arquitectura, urbanismo e paisagismo). Estamos, assim, perante um conceito bastante flexível que decorre das correlações entre elementos antrópicos, biológicos e físicos. Entre a natureza e a sociedade. De tal combinação resulta que as paisagens constituem uma síntese viva de pessoas e lugares, sendo por isso vitais para qualquer construção identitária (local, regional e/ou nacional). É esta, afinal, a essência do que faz diferenciar uma região de outras regiões. Noutra vertente, o conceito de paisagem implica logo à partida uma dimensão viva e diacrónica, que tem em conta a evolução e o desenvolvimento.

⁶ Ou, se preferirmos, protoidentidade.

processo proto-globalizador de contacto com o *Outro*) – processos que têm lugar sobretudo neste binómio de tempo.

Já então, ainda que de forma algo incipiente, a diversidade das nações do *Velho Continente* indiciava uma unidade, que, de forma absolutamente “informal”, transcendia a individualidade de cada uma das partes. A tese de Patrick Geary em relação a uma pseudo-história é aqui pertinente: “Esta pseudo-história começa por partir do princípio de que os povos europeus são unidades sociais e culturais distintas, estáveis e objectivamente identificáveis, e de que se distinguem uns dos outros pela língua, pela religião, pelos costumes e pelo carácter nacional, características estas que são inequívocas e imutáveis. Supostamente, terão sido formados num momento remoto da pré-história ou então o processo de formação étnica aconteceu nalgum momento da Idade Média, tendo terminado, no entanto, para sempre.”⁷ Com efeito, e apesar das múltiplas convulsões que os marcaram, os séculos XV e XVI constituem um período de tempo com uma extraordinária coerência própria, expressa precisamente na já referida continuidade dos fenómenos que então tiveram lugar, nomeadamente o facto de o continente ter recebido um quadro de referências civilizacionais, ideológicas e, conseqüentemente, identitárias (por exemplo, ao nível cartográfico e técnico, de que o nascimento da imprensa é paradigmático), que o tornou claramente distinto dos que com ele coexistiam⁸. E, nas diversas fases deste processo, é indiscutível a relevância do contributo português.

O percurso da Europa *per se*, bem como ao nível da relação que foi estabelecendo ao longo dos séculos com as unidades que a compõe, constitui um processo transformador modelar em relação àquela mutação de que Braudel fala quando evoca a história de “amplitude secular”⁹ e as “grandes permanências”¹⁰, ou seja, a “história de longa, e mesmo de muito longa, duração”¹¹. Dito de outro modo, o que está aqui em questão não é uma transformação momentânea e, por isso, superficial – relacionada com o tempo breve, do acontecimento, do indivíduo, isto é, a história de curta duração (*événementielle*)¹². Também não se trata da história de média amplitude, conjuntural, “do ciclo e até do ‘interciclo’ – que oferece à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, em última instância,

⁷ Patrick J. GEARY, *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 2008, p. 19.

⁸ Aqui é forçoso realçar a contribuição, ainda que muito lenta e diversificada, dos relatos tardo-medievais de viagens. Veja-se Paulo Catarino LOPES, “Os livros de viagens medievais”, *Medievalista* (on-line), Instituto de Estudos Medievais (IEM), ano 2, número 2, 2006.

⁹ Fernand BRAUDEL, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 10.

¹⁰ Idem, *Gramática das Civilizações*, Teorema, Lisboa, 1989, p. 42.

¹¹ BRAUDEL (1990), 10.

¹² Fernand Braudel designa-o de “tempo breve, à medida dos indivíduos, da vida quotidiana, das nossas ilusões, das nossas rápidas tomadas de consciência.” BRAUDEL (1990), 10.

o meio século do ciclo clássico de Kondratieff¹³. Trata-se antes de uma mutação ontológica, de movimentos profundos, que revolve os alicerces do quadro mental e, conseqüentemente, das estruturas do imaginário que, assim, se vê irremediavelmente alterado¹⁴. Daí ser inútil utilizar balizas cronológicas e periodizações estanques, pois foi no entretanto (bastante flexível) dos duzentos anos aqui em causa que esse processo transformador ganhou novos contornos de uma forma mais clara e objectiva em relação ao passado.

Se bem que, nos últimos anos, se tenha vindo a aprofundar, sob o ponto de vista documental e historiográfico, o conhecimento das relações entre Portugal e a restante Europa, a verdade é que muito há ainda a fazer no sentido de compreender o carácter e a configuração das concepções e representações portuguesas do continente europeu nos séculos de Quatrocentos e Quinhentos, assim como de identificar e apreender os mecanismos de reconhecimento das realidades do *Velho Continente* nos círculos cultos do reino português.

Estes são os objectivos centrais de um conjunto multidisciplinar de estudos, que se propõem aprofundar os diversos intercâmbios desenvolvidos entre Portugal e os diferentes espaços europeus nos séculos XV e XVI. A circulação cultural, os contactos político-diplomáticos, militares e estratégicos, bem como as relações de índole religiosa, comercial e mercantil estarão no centro de uma reflexão que se deseja crítica e ampla.

De alguma forma todos os textos aqui presentes cruzam-se e inclusivamente tocam-se em diversas problemáticas, ou não tivessem por pano de fundo o mesmo enquadramento temático: *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s)*. As mais diversas áreas de actuação humana que marcaram o quotidiano português e europeu nos séculos XV e XVI estão de alguma maneira representadas nesta antologia.

Fruto do apoio conjugado de duas unidades de investigação sediadas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (o Instituto de Estudos Medievais e o CHAM – Centro de Humanidades), a presente antologia é, pois, composta por quatro partes principais – Alteridades e construções identitárias; Intercâmbios e interculturalidade; Olhares e representações;

¹³ *Ibidem*, p. 12.

¹⁴ A este respeito é importante a contribuição de Georges Duby quando realça que “convém com efeito aplicar ao estudo das mentalidades o esquema proposto por Fernand Braudel, que convida a distinguir no tempo passado diferentes patamares e especialmente três grandes ritmos de duração – dito de outro modo, três histórias [...]. Micro-história, ‘atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao acontecimento’, a das pequenas notícias e do drama, a da superfície; história com oscilações de média amplitude, escandidas por fases de alguns decénios, que poderíamos chamar ‘conjuntural’ [...]; história mais profunda, ‘de longa, mesmo muito longa duração’, que, ela, conta por séculos.” Georges Duby, *Para uma História das Mentalidades*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 34-35.

Fronteiras e europeização –, as quais, no seu conjunto, pretendem responder às questões e aos objectivos em cima apontados. Como se pode inferir, a História cultural e das mentalidades é predominante, sem que isso signifique contudo o apagamento de outros campos, como por exemplo o económico e mercantil. De reter é o quadro conceptual que serve de base à totalidade dos estudos apresentados: paisagem, fronteira, centro/periferia, representação, identidade, alteridade, interculturalidade, comunidade, imaginário, espiritualidade e emoção.

Uma derradeira palavra para sublinhar que este conjunto de textos pretende também, perdoem-nos a ousadia, alertar para a necessidade, mais vital e urgente do que nunca – reside provavelmente aqui o seu maior altruísmo: o tentar estabelecer uma ponte directa entre o passado tardo-medieval e da primeira modernidade com o tempo presente –, de reflexão realmente crítica e de consciencialização de uma ideia que consideramos central e que Martim de Albuquerque expressou de forma irrepreensível no seu estudo já clássico: é inequívoca a “existência plurissecular de uma noção e de um sentimento europeu (...), de modo algum necessariamente incompatíveis ou opósitos com a ideia e a afectividade nacionais.”¹⁵ Com efeito, o que os séculos em debate nesta colectânea demonstram é precisamente o contrário, que *Europa e Nação* não se configuravam no passado como percepções antagónicas, antes se podiam harmonizar. Isto apesar de neste período a ideia de Europa, oriunda do mundo clássico e fortalecida durante a Idade Média, ser relativamente à ideia de nação consideravelmente mais “fluida e débil”¹⁶. O processo de “harmonização e transposição dos contrários desagregantes”¹⁷ é, assim, hoje, como o foi nos séculos XV e XVI, um objectivo maior a atingir.

Lisboa, 15 de Dezembro de 2019.

Paulo Catarino Lopes

¹⁵ Martim de ALBUQUERQUE, *A ideia de Europa no pensamento português*, Lisboa, Verbo, 2014, pp. 11-18.

¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷ *Idem, ibidem.*

PARTE I
*Alteridades e
Construções Identitárias*

Imagens culturais do Eu e do Outro: Identidade e alteridade em relatos de viagens dos séculos XV e XVI, entre outros, do Códice Valentim Fernandes

*Yvonne Hendrich*¹

Resumo

O *Códice Valentim Fernandes* constitui um documento relevante para o estudo do discurso e das informações transmitidas nos textos dos primeiros contactos com os *Novos Mundos*. Esta coletânea, redigida em português e latim, apresenta uma série de relatos sobre viagens marítimas à África e à Ásia, reunidos entre 1505 e 1510 por Valentim Fernandes, tipógrafo e corretor de origem alemã, residente em Lisboa. Questões relativas aos conceitos de identidade e de alteridade podem ser inferidas a partir destas narrativas, mormente tendo em conta a ausência de um sistema de referências em comum, que levaria à avaliação das culturas recém-descobertas através de padrões eurocêntricos.

Palavras-chave

Identidade, alteridade, *Códice Valentim Fernandes*, *Novos Mundos*, euro-centrismo.

¹ Johannes Gutenberg-Universität Mainz.

Abstract

The so called *Códice Valentim Fernandes* constitutes a relevant document for the study of the discourse and information transmitted in the texts of the first contacts with the *Novos Mundos*. This collection, written in Portuguese and Latin, presents a series of descriptions about maritime expeditions to Africa e Asia, compiled between 1505 and 1510 by Valentim Fernandes, typographer and notary of German origin residing in Lisbon. Questions concerning the concept of identity and alterity can be inferred from these narratives, especially taken into account the lack of a common system of references that would result in the evaluation of the recently discovered cultures through Eurocentric patterns.

Keywords

Identity, alterity, *Códice Valentim Fernandes*, *Novos Mundos*, Eurocentrism.

Na sequência das expedições ibéricas de descoberta, a partir do século XV, para lá dos limites do mar e de territórios conhecidos, os viajantes europeus encontraram sociedades e culturas alheias, cujas existências eram, do *seu* ponto de vista, ou configuradas por persistentes imagens fantásticas, e até monstruosas, que remontavam à Antiguidade, ou, de facto, verdadeiramente desconhecidas. Este primeiro contacto com as culturas extraeuropeias iria desempenhar, indubitavelmente, um papel decisivo no que diz respeito à construção da alteridade, mas também iria ter importantes repercussões na forma de conceber a própria identidade, a qual se pode, de certo modo e em sentido lato, considerar como europeia, baseando-se em padrões cristãos, civilizacionais e materiais comuns. Os conceitos de identidade – i.e., o que é relativo ao *Eu* – e de alteridade – i.e., o que é relativo ao *Outro* – são interdependentes (e, até certo ponto, complementares), uma vez que a identidade se manifesta como uma representação inevitavelmente marcada pelo

confronto com o *Outro*. Visto que a contraposição para com o *Outro* – e assim a percepção, avaliação e categorização pelos europeus – faz com que se evidenciem determinados modelos de interpretação e disposições comportamentais que, portanto, determinam a construção do próprio *Eu*. Neste enquadramento “os Descobrimientos Portugueses contribuíram não só para que a Europa descobrisse um novo mundo, mas também para que a Europa se descobrisse a si própria”². Os viajantes europeus – como é visível nos relatos mais conhecidos, p. ex., de Cristóvão Colombo, Pêro Vaz de Caminha ou Amérigo Vespucci – avaliavam o *Outro* sob uma lógica preestabelecida e modulada pelos seus referenciais culturais, que iria desembocar numa visão e apropriação etnocêntrica dos *Novos Mundos*.

Essencialmente, o presente artigo debruçar-se-á sobre o discurso estabelecido pelo lado europeu com base no seu próprio sistema de valores, códigos referenciais e modelos de conduta perante a diversidade cultural encontrada nos *Novos Mundos* e a subsequente construção da alteridade. Este discurso revela-se característico para a maioria dos relatos de viagens que testemunham os primeiros contactos dos europeus com os seres humanos, fauna e flora das terras e dos *mares nunca dantes navegados*. Neste contexto, o artigo pretende expor de que maneira as informações antropológicas, geográficas e etnográficas sobre as regiões recém-descobertas eram processadas e transmitidas através do prisma europeu pelos viajantes e cronistas. A este respeito, a análise textual focará alguns excertos do assim chamado *Códice Valentim Fernandes*, uma coletânea de cerca de 350 folhas de cópias de diários de bordo e relatos de navegações portuguesas para a África e a Ásia durante o século XV e o início do século XVI. Este convoluto de manuscritos contém documentos redigidos em latim e em português, coligidos por Valentim Fernandes no segundo quinquénio do século XVI.

Valentim Fernandes, célebre tipógrafo oriundo da Morávia (no sudeste da atual República Checa), que viveu em Portugal a partir dos anos 90 do século XV até à sua morte, ocorrida em 1518 ou 1519, desempenhava um importante papel de intermediário nas relações luso-alemãs no início do século XVI e exercia também funções de corretor e tabelião dos mercadores alemães residentes em Lisboa e envolvidos no comércio de especiarias³. O próprio Valentim Fernandes tinha um notável interesse nas viagens marítimas portuguesas, como demonstra

² Marília dos Santos LOPES, “Os descobrimientos portugueses e a Europa”, *Mathésis*, Vol. 9 (2000), p. 234.

³ Ver também Yvonne HENDRICH, *Valentim Fernandes – Ein deutscher Buchdrucker in Portugal um die Wende vom 15. zum 16. Jahrhundert und sein Umkreis*, Frankfurt/Main, Peter Lang, 2007, pp. 179-217; Idem, “*De insulis et peregrinatione lusitanorum* – Valentim Fernandes als Vermittler von Informationen zwischen Portugal und Oberdeutschland zu Beginn des 16. Jahrhunderts”, in Thomas Horst, Marília dos Santos Lopes e Henrique Leitão (eds.), *Renaissance craftsmen and humanistic scholars: circulation of knowledge between Portugal and Germany*, Frankfurt/Main, Peter Lang, 2017, pp. 102-120.

o acima mencionado *Manuscrito* ou *Códice Valentim Fernandes*, cujo original se encontra sob o título *De insulis et peregrinatione lusitanorum* na Biblioteca Estatal de Munique (Bayerische Staatsbibliothek München: *Codex hispanicus 27*)⁴. Num dos textos contidos no volume sobre diversos arquipélagos atlânticos, Fernandes explica as intenções pelas quais decidiu colecionar os ditos relatos: “E porque tenho esprito muytas cousas destas ilhas e sua gente e de seus costumes y ydolatrias amtes que fossem conquistadas pellos christãos por ysso quero ho aqui poer por nom perder meu trabalho e nom menos os leentes folgarem de ouujr”⁵.

Conforme a sua profissão de tipógrafo, Fernandes provavelmente tencionou publicar uma versão impressa, mas por razões várias não chegou a realizar tal intento⁶. Após a sua morte, os manuscritos chegaram às mãos de Konrad Peutinger, humanista, secretário municipal de Augsburg e conselheiro do Imperador Maximiliano I, que tinha trocado regularmente correspondência com Valentim Fernandes acerca dos acontecimentos em Lisboa e da expansão portuguesa. Devido ao *ex-libris* “*Liber Chuonradi Peutinger Augustani V J Doctoris (...)*” que figura na capa exterior do volume – na parte interior da mesma capa lê-se o título *De insulis et peregrinatione lusitanorum* – presume-se que tenha sido o humanista alemão quem mandou encadernar os manuscritos. Na sua estadia na Alemanha (1542), Damião de Góis teve a oportunidade de ver a preciosa coletânea em casa de Konrad Peutinger que, não a querendo emprestar a ninguém, a guardava com particular zelo. Góis, que ainda tentou conseguir uma cópia, mas infelizmente sem sucesso, considerava o convoluto dos manuscritos um livro admirável e de grande valia para a história portuguesa: “(...) *librum Lusitanicum (...) quod si feceris, historiae nostrae quam in manibus de rebus Indicis habemus, magnum adferes adiumentum*”⁷.

⁴ No início do séc. XIX, a compilação foi adquirida pela Biblioteca de Munique. Na Biblioteca Nacional de Lisboa existe uma cópia datada de 1848 (*Manuscritos Iluminados* [IL], 154). O *Códice* tornou-se conhecido devido à descrição minuciosa em Johann Andreas SCHMELLER, *Über Valentim Fernandez Alemão und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen und Besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508, enthalten in einer portugiesischen Handschrift der königl. Hof- und Staats-Bibliothek zu München (Abhandlungen der K. Bayerischen Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-philologische und Historische Klasse; 4, 3)*, München, Verlag der K. Akademie, 1847. Existem duas edições críticas publicadas pela Academia Portuguesa da História: *O manuscrito “Valentim Fernandes”*, oferecido à Academia por Joaquim Bensaúde. Leitura e revisão das provas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940; *Códice Valentim Fernandes*, oferecido pelo académico titular fundador Joaquim Bensaúde. Leitura paleográfica, notas e índice pelo académico José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997. As citações serão feitas tendo como referência a edição de 1997. Por sua vez, as notas da autora serão assinaladas entre parênteses retos.

⁵ *Códice Valentim Fernandes* (1997), 123.

⁶ HENDRICH (2007), 201-202; HENDRICH (2017), 109-110.

⁷ Damião de Góis citado por Amadeu TORRES (ed.), *Noese e crise na epistolografia latina Goisiana*, vol. 1: *As cartas latinas de Damião de Góis*, Amadeu Torres (Introdução, texto crítico e edição), José V. de Pina Martins (Prefácio), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1982, p. 188.

Os relatos incluídos no *Códice* abrangem um período de expedições efetuadas entre 1415 e 1507/8. Os textos, parcialmente fragmentários, não são ordenados por ordem cronológica, o que, na revisão histórico-crítica, dificultou a sua classificação. António A. Banha de Andrade resolveu dividir os documentos tematicamente numa série *africana* e noutra *oriental*.⁸

A série *africana* contém:⁹

- *Cepta e sua costa; Descripçam de Cepta por sua costa de Mauritania e Ethiopia* (Descrições de Ceuta e da costa noroeste africana até à Serra Leoa através de testemunhos de navegadores portugueses);
- *Das Ylhas do mar oceano* (Descrições histórico-geográficas de vários arquipélagos e ilhas atlânticos: Ilhas Canárias, Madeira, Porto Santo, Açores, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Ano Bom com rascunhos e mapas desenhados pelo próprio Valentim Fernandes);
- Adaptação da *Crónica da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara;
- *De prima inuentione Guinee* (Relato Behaim-Gomes: relato em latim do navegador Diogo Gomes de Sintra sobre expedições ao longo da costa oeste africana, supostamente escrito por Martin Behaim conforme à transmissão oral de Diogo Gomes)¹⁰;
- *De insulis primo inuentis in mari oceano et primo de insulis fortunatis quae nunc de Canaria vocatur* (Outro relato de Diogo Gomes sobre as Ilhas Canárias, a Madeira e os Açores);
- *Este liuro he de rotear* (Roteiro para a navegação do Cabo Finisterra na Galiza até S. Jorge da Mina).

⁸ António A. Banha de ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, pp. 532-555, 484-488. Ver também Maria Isabel Tavares RODRIGUES, *O Códice de Valentim Fernandes. Um texto de discursos marcados pela alteridade*, Tese Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, [s.n.], 2000, pp. 66-76.

⁹ Alguns excertos tinham sido publicados pela primeira vez por Friedrich Kunstmann em meados do séc. XIX. Friedrich KUNSTMANN, *Valentin Ferdinand's Beschreibung der Westküste Afrika's bis zum Senegal* (Abhandlungen der Historischen Classe d. Königl. Bayer. Akademie der Wissenschaften; 8, 1), München, Verlag der K. Akademie, 1856, pp. 221-285; Idem, *Valentin Ferdinand's Beschreibung der Westküste Afrika's vom Senegal bis zur Serra Leoa* (Abhandlungen der Historischen Classe d. Königl. Bayer. Akademie der Wissenschaften; 8, 3), München, Verlag der K. Akademie, 1860, pp. 784-825; Idem, *Valentin Ferdinand's Beschreibung der Serra Leoa mit einer Einleitung über die Seefahrten nach der Westküste Afrika's im vierzehnten Jahrhunderte* (Abhandlungen der Historischen Classe d. Königl. Bayer. Akademie der Wissenschaften; 9, 1), München, Verlag der K. Akademie, 1862, pp. 111-142. Ver também Abel Fontoura da COSTA, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, Lisboa, Div. de Publ. e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1939.

¹⁰ Ver também Diogo Gomes de SINTRA, *Descobrimento primeiro da Guiné*, Aires A. Nascimento (ed.), Henrique Pinto Rema (introd. hist.), Lisboa, Colibri, 2002.

A série *oriental* contém:

- *Da viagem de dom francisco dalmeida primeyro visorey de India. E este quaderno foy trelladado da nao sam raffael em q hia hansz mayr por escriuam da feytoria. E capitam fernam suarez. Viagem e cousas de dom francisco viso rey de India escrito na nao sam raffael do porto, capitam fernam suarez:* (Relato da viagem de D. Francisco de Almeida até à Índia, escrito pelo escrivão de bordo alemão Hans Mayr a bordo da nau S. Rafael sobre a viagem à Índia em 1505/06 com participação financeira por parte das companhias alemãs na armação de três navios; o relato foi provavelmente ditado por Fernão Soares, capitão da nau em que Mayr fez a viagem);
- *Das ylhas de Dyue [= Maldivas]* (Descrição da Índia e das Ilhas Maldivas por um autor anónimo).

Devido à sua função notarial como tabelião público e à sua proximidade com a coroa portuguesa, Valentim Fernandes dispunha de acesso às novidades do ultramar¹¹. Segundo as suas próprias explicitações, os relatos redigidos no *Códice* foram registados segundo os depoimentos dos mareantes regressados:

“Escripta per mym Valentym Fernandez em Tomar estando elrey [D. Manuel I] alli anno de 1506 aos 18 de Junho de palaura de Joham Rodryguez reposteyro do dito senhor que per aquellas terras [Arguim] foy enuiado delrey dom Joham ho segundo no anno de 1493 e naquelle tempo esteue la dous annos E despois foy la per muytas vezes. (...) Ho seguinte escreuj eu Valentym Fernandez alemam de Gonçalo Piriz marinheyro que foy a estas e outras ylhas [de São Tomé] / muytas vezes / homem maduro e de credito anno de 1506 / no dezembro.”¹²

¹¹ Temos conhecimento de um ato notarial de Valentim Fernandes de 1503 sobre uma expedição ao Brasil. Fernandes redigiu o texto que contém também descrições etnográficas dos indígenas e da fauna e flora exóticas segundo o testemunho dos viajantes regressados: “*Et/Ego Valentinus fernandi de marouia/ auctoritate eiusdem inuictissimi regis portugallie/ publicus Tabello has presentes Litteras legi coram/regia Maiestate et suis Baronibus atque supremis/ capitaneis et pilotis seu nauium guberna-/toribus terre supra-dicte Antipodum nomine/nouo Terra Sancte crucis, (...)*”. O original infelizmente já não existe, mas há uma versão de 1504 em latim denominada *Navigatio Portugallensium ultra aequinoctialem circulum*, traduzida e autenticada pelo clérigo e tabelião Silverius Wyenhorst em Colónia. O documento, que faz parte do *Codex Peutingerianus*, i.e., uma coleção de manuscritos na posse de Konrad Peutinger, encontra-se na Biblioteca Estatal de Estugarda (Württembergische Landesbibliothek, Cod. hist. 2º 248, fls. 54-55); HENDRICH (2007), 192-196.

¹² *Códice Valentim Fernandes* (1997), 19 e 162. Também na carta ao mercador alemão Stefan Gabler em Nuremberga (26 de junho de 1510), Valentim Fernandes afirma que “até agora os pilotos estão ainda todos em casa do rei e têm que fazer. Depois também sou informado”. A citação provém da tradução portuguesa da carta, feita por António BRÁSIO, “Uma carta inédita de Valentim Fernandes”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 24 (1960), p. 358. O original da carta encontra-se no arquivo do Museu Nacional Germânico em Nuremberga. Germanisches Nationalmuseum – Historisches Archiv

Embora a percepção e as representações daquilo que os viajantes viam com os seus próprios olhos fossem sempre condicionadas por disposições pessoais distintas, i. e., nível de instrução, conhecimento prévio e capacidade cognitiva – “(...) o horizonte sociocultural do marinheiro não é o mesmo do cronista, e o do comerciante não corresponde ao do funcionário régio”¹³ – os primeiros encontros dos europeus com o desconhecido procediam, em geral, do mesmo modo e despertavam substancialmente os mesmos mecanismos de categorização. Acontecia que os valores, os padrões de comportamento e a mentalidade relacionados com a própria cultura, que serviam como norma padrão e sistema referencial de orientação, eram projetados sobre o *Outro*, na necessidade de proteger a sua definição da realidade. Isto conduzia a uma comparação constante que desembocava, inexoravelmente, numa avaliação crítica e, se o *Outro* não conseguisse cumprir esses critérios e expectativas, numa relação hierárquica na qual a alteridade era classificada como inferior. Constata-se, nestas circunstâncias, a tendência predominante de homogeneizar o *exogrupo*, quer isto dizer, perceber o coletivo dos *Outros* como mais homogêneo do que o coletivo ao qual se pertence; as diferenciações existentes dentro do outro grupo eram, regra geral, ignoradas.¹⁴ A ausência de uma base de comunicação em comum, e assim, de termos adequados para descrever a outra realidade era compensada pelo recurso a conceitos e imagens familiarizados, resultando em descrições comparativas bastante detalhadas que se assemelhavam a processos e objetos conhecidos.

No que diz respeito ao relacionamento entre culturas distintas, Tzvetan Todorov distingue, na sua abordagem em *A Conquista da América* – na qual trabalha, a partir dos relatos de Colombo, ao focar o paradigmático encontro entre o *civilizado* velho mundo cristão europeu e o *selvagem* novo mundo pagão, a complexa questão do *Outro* – a existência de, no mínimo, três eixos através dos quais pode ser refletido o comportamento para com a alteridade:

“Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-

(GNMN, HistA)/ Nürnberg: RSt Nürnberg XI, 1d, fol. 3v: “(...) wen biß her sayn die pylotñ noch alle bay dem konig vnd habñ zu schaffñ dornoch werñ sie mir auch zu tayl”.

¹³ José da Silva HORTA, “A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)”, *Mare Liberum*, N° 2 (1991), pp. 209-339 (p. 325).

¹⁴ Edward E. JONES, George C. WOOD e George A. QUATTRONE, “Perceived Variability of Personal Characteristics in In-Groups and Out-Groups. The Role of Knowledge and Evaluation”, *Journal of Personality and Social Psychology*, N° 38 (1981), pp. 141-152.

lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico) (...).”¹⁵

As normas coletivas dos viajantes marítimos quatrocentistas e quinhentistas eram definidas por uma percepção etnocêntrica de matriz cultural europeia, que iria resultar na apropriação discursiva e na superioridade frente às outras culturas nos territórios longínquos recentemente alcançados. A tendência etnocêntrica fazia com que as realizações culturais de outros povos fossem julgadas a partir dos próprios padrões culturais, reconhecendo legitimidade apenas às normas e valores vigentes na própria cultura ou sociedade. O próprio modo de vida cultural e material, os próprios valores e convicções religiosas eram considerados os únicos padrões verdadeiros, na medida que os próprios valores eram absolutizados como universalizáveis e aplicáveis a todos os outros seres humanos. Todorov faz referência a Colombo:

“A atitude de Colombo para com os índios decorre da percepção que tem deles. Podemos distinguir nesta última dois componentes, que continuarão presentes até o século seguinte (...) Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar estes termos) são seres completamente humanos, com os mesmos direitos que ele (...) e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção dos seus próprios valores sobre os outros. Ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (...) Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identificação dos seus próprios valores como os valores em geral, de seu *eu* como o universo; na convicção de que o mundo é um só (...).”¹⁶

A evidente visão eurocêntrica revelava e expressava uma consciência ocidental (de certo modo) *unificada* na qual as características de povos europeus distintos pareciam ser suspensas. Baseava-se na cultura cristão-europeia de ímpeto missionário – como componente fundamental em comum – que servia de padrão de orientação. Conforme os critérios de avaliação correlatos às normas europeias, reivindicava-se a assimilação cultural do *Outro* pagão que, como consequência,

¹⁵ Tzvetan TODOROV, *A conquista da América: a questão do outro*, Beatriz Perrone Moises (trad.), São Paulo, Martin Fontes, 1999, p. 223.

¹⁶ TODOROV (1999), 41.

iria culminar na sua subjugação, legitimada pelo discurso da salvação da alma do *bom selvagem* por meio da fé e civilização cristãs. Este discurso da luz civilizacional, que iria ser trazido aos indígenas, destaca-se, particularmente, nas palavras de Pêro Vaz de Caminha na carta ao rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil:

“Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não tem, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim.”¹⁷

No pensamento europeu, a identidade era construída de forma dualista através das diferenças culturais, como é notório na distinção de um *eles* em contraposição a um *nós* no trecho acima citado. Deste modo, o *Outro* na sua função de alteridade era colocado primeiramente ao serviço da afirmação da própria identidade. Sendo assim, a entrada perceptível dos supostos *Novos Mundos* na consciência europeia iria levar, no fundo, como afirma Enrique Dussel em relação à chegada dos europeus à América, não ao *descobrimento*, mas precisamente ao *encobrimento* do *Outro* ou – segundo Todorov – à negação da alteridade:

“A América não é descoberta como algo que resiste *distinta*, como o *Outro*, mas como a matéria onde é projetado o *si-mesmo*. Então não é o *aparecimento do Outro*, mas a *projeção do si-mesmo*: encobrimento. (...) a terra tinha sido *des-coberta* como o lugar da *história mundial*; pela primeira vez aparece uma *quarta parte* (América) que se separa da *quarta península* asiática, onde uma Europa se autointerpreta, também, pela primeira vez, como *centro do*

¹⁷ Carta de P. Vaz de Caminha (1500) citada por Paulo Roberto PEREIRA (org.), *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil: Carta de Pero Vaz de Caminha, Carta de Mestre João Faras, Relação do Piloto Anônimo*, Rio de Janeiro, Lacerda, 1999, p. 54.

acontecer humano em geral, e por isso desenvolve seu horizonte *particular* como horizonte *universal*.¹⁸

Na visão europeia, a alteridade ganhava a sua razão de existir apenas na interação e em comparação com o próprio código referencial. O *Eu* e o *Outro* eram classificados num modelo dicotômico de hierarquia, definido pelo próprio estatuto dominador: a não ser compatível com os padrões europeus, o *Outro* era visto numa perspectiva deficitária. Nos relatos dos primeiros encontros que transmitiam a percepção de uma realidade completamente diferente da própria, este discurso focava a noção da falta como vertente constante, como *tópos*, manifestando-se em expressões tais como *Eles não têm.../ Não há.../ Faltam...*

Era exatamente esta falta de elementos essenciais inerentes à autoconsciência europeia, entre outros, a falta de uma base comunicativa e de um sistema de referências em comum, que conduzia à criação de analogias parciais que deixam transparecer a reflexão sobre usos e costumes, bem como formas de organização político-social.

Nas percepções europeias dos contactos com o *Outro*, constata-se – como será realçado e exemplificado através de vários trechos de textos provenientes do *Códice Valentim Fernandes*¹⁹, juntamente com passagens dos primeiros depoimentos sobre a descoberta do Brasil – tematicamente os seguintes aspetos centrais vistos sob o paradigma contemporâneo europeu (no sentido da pertença a um espaço cultural comum) de então: flora e fauna, fisionomia e corporalidade, modo de viver, crenças e práticas espirituais/religiosas.

Descritas de forma bem detalhada e repleta “de adjectivos e de expressões qualificativas na tentativa de encontrar palavras que correspondam inteiramente à sua observação e apreciação”²⁰, as paisagens estranhas, com as suas flores e faunas exóticas, com as suas formas e espécies nunca vistas, causavam repetidamente fascínio e espanto nos europeus, como, em seguida, ilustram as caracterizações das árvores gigantescas na Ilha de São Tomé, o colorido abundante dos papagaios ou os pelicanos observados perto da Ilha de Arguim.²¹

¹⁸ Enrique DUSSEL, *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Conferências de Frankfurt, Jaime A. Clasen (trad.), Petrópolis, Vozes, 1993, pp. 35-36.

¹⁹ Trata-se, nomeadamente, das descrições da costa noroeste africana até à Serra Leoa, das ilhas atlânticas e da Guiné. A origem do topónimo Guiné é explicada da seguinte maneira: “A gente desta terra chamam guyneus que quer dizer como negros E por esso os portugueses poseram nome a toda esta terra Guynee.” *Códice Valentim Fernandes* (1997), 56.

²⁰ Marília dos Santos LOPES, *Da Descoberta ao Saber. Os Conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem Editores, 2002, p. 69.

²¹ Hendrich (2007), 203-205.

“(…) os autores salientam em primeiro plano dois elementos que se lhes apresentam determinantes desta natureza, ou seja, por um lado, trata-se da abundância e, por outro lado, na qualidade em que esta se exprime, aludindo, em especial, às plantas e animais até então desconhecidos e mais, às muitas espécies diferentes das *nossas*. A natureza de uma multiplicidade estonteante incita ao registo. Só que para a descrição de muitas destas espécies faltam pura e simplesmente conceitos e denominações. Daí que os autores recorram, muitas vezes, a comparações com a realidade conhecida, a fim de melhor descreverem e ilustrarem a novidade de além-mar.”²²

Esta tendência comum, como salienta Marília dos Santos Lopes acima citada, de recorrer à comparação com animais ou plantas conhecidos para conseguir dar expressão àquilo que é considerado alheio, apresenta-se nitidamente ilustrada nos seguintes excertos:

“Papagayos verdes e muytos (...) ha nesta terra E muytas outras aues diferentes aas nossas em coores e feyções / papagayos pardos com rabo roxo. (...) E junto com esta ylha ha outra ylha a qual tambem criam pellicanos e muytas outras aues. (...) Estes pellicanos som tam grandes (...) / ho pesçoço alto e direito / os pees como de cyrne se nom que sam brancos e nadam tambem (...) / E ho bico longo açerca de couodo e gordo e muy feo / E debaixo do bico tem hũu papo muy grande que delles fazem hũu barrete de orelhas. Estes pellicanos nom som aquelles de que os livros rezam que criam seus filhos de sua sangue se nom os portugueses poserom nome a estas aues pelicano por respecto da pelle que lhe tiram e esfollam com suas penas.”²³

“Ha nesta ilha [São Tomé] hũas aruores que pareçem que cheguam ao ceo e todas lijas se nom hũas ramas no mais alto como hũu pinheyro cortado e se alimpa de sy mesmo sem nenguem cortar / E destas aruores som tam grossas que podem fazer tauoa de 25 palmos / E dixे Gonçalo Piriz que vira XV homens cortar em hũa aruore sem verem hũus a outros (...)”²⁴

“E aquela terra meridional [Guiné] está cheia de árvores de frutos, mas outra espécie de frutos, e as árvores são tão grossas e de tamanha altura que só

²² LOPES (2002), 70.

²³ Códice Valentim Fernandes (1997), 84, 25-26. Na respetiva folha no manuscrito encontra-se, à esquerda, um rascunho do dito pelicano desenhado por Valentim Fernandes.

²⁴ Códice Valentim Fernandes (1997), 173-174.

vendo se pode crer. E eu digo com verdade que vi grande parte do mundo, mas não vi coisa parecida.”²⁵

Ao visualizar lado a lado as primeiras impressões sobre a abundância botânica e animal nas terras extraeuropeias, a maneira eufórica de descrever a diversidade encontrada no Brasil manifesta-se de forma bastante parecida:

“(…) e têm muitas aves de muitas espécies, especialmente papagaios de muitas cores, entre os quais alguns grandes como galinhas e outras aves muito belas. E das penas das ditas aves fazem chapéus e barretes que usam. A terra é muito abundante em muitas árvores e muitas águas boas (…).”²⁶

Enquanto a natureza maravilhosa era olhada com admiração pelos viajantes, o modo de viver alheio, i. e., alimentação, habitação e construção, era submetido a uma classificação conforme o quadro civilizacional europeu, à qual, portanto, não podia resistir. A inexistência tanto de certos materiais (nomeadamente, metais) e dos seus objetos derivados, p. ex., dinheiro, ferramentas ou armas, como de métodos habituais relacionados com as atividades agrícolas ou económicas era julgada como falta de aquisições técnicas conhecidas:

“[Gran Canária] Nom tem ouro nem prata nem dinheyros nem joyas nem artelharia se nom pedras fazem de que se aproueitam em lugar de cuytellos com que fazem as casas em que viuem (…).”²⁷

“[Teneriffa] Nom tem armas saluo pedras e (...) varas a maneyra de dardos. E algũus lhe chentam hũu corno agudo a maneyra de ferro, porque nom tem ferro nem aço. (...) Nom tem casas de paredes nem de palha. E moram em lapas e couas de montanhas.”²⁸

“[Senegal] é senhor de gente selvagem e muito pobre; e na verdade não há no país nenhuma cidade nem lugar murado, senão aldeias e casas de palha (que eles não sabem fazer casas de paredes porque não têm cal e têm falta de pedras).”²⁹

²⁵ Martin BEHAIM, “Do Primeiro Descobrimento da Guiné, Segundo Relato de Diogo Gomes”, in José Manuel Garcia (org.), *Viagens dos Descobrimentos*, Lisboa, Presença, 1983, pp. 25-54 (p. 35).

²⁶ Relação do Piloto Anônimo (1500), citado por PEREIRA (1999), 77.

²⁷ Códice Valentim Fernandes (1997), 124.

²⁸ Códice Valentim Fernandes (1997), 185.

²⁹ Cadamosto citado por LOPES (2002), 71.

Uma observação semelhante verifica-se também nos relatos acerca do achamento do Brasil sobre o sustento dos indígenas. Destaca-se a ideia de *não existir* ou *faltar*:

“Eles não lavram nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam.”³⁰

“Nesta terra não vimos ferro e faltam-lhes outros metais. E cortam a madeira com pedras (...).”³¹

Os conceitos e padrões da civilização ocidental quanto à moral, religião e estruturas sociais entravam, inevitavelmente, em conflito com o comportamento social e as práticas pagãs dos habitantes autóctones, o que iria culminar num certo *choque cultural*, sobretudo face à nudez dos indígenas. A nudez como característica proeminente da alteridade encontrada – independentemente de se tratar de uma nudez relativa, porque “estar *nu* não equivale necessariamente à total ausência de vestuário: a noção de *nudez* também abarca a representação de homens que apenas vestem uma parte do corpo, ou (...), cobrem os órgãos sexuais, *as vergonhas*”³² – causa indiscutivelmente constrangimento nos europeus:

“Todos [em Gran Canária] andarom nuus e soamente traziam hũa forcadura de palmas de cores derrador por bragas que lhe cobrem sua vergonha E muytos som que as nom trazem (...). [Teneriffa] Elles andam nuus saluo a vergonha cuberta com pelle de cabrito. E pello frio trazem hũa pelle de cabra diante, outra detras ate ho cuu (...).”³³

“[Serra Leoa, povo dos Mandingas] As moças virgeens e que nom som corruptas por sua gloria e honrra andam de todo nuas sem cubrir sua vergonha (...). [povo dos Banhuns] As moças virgeens trazem hũu panno pequeno por de tras ho cuu coberto E por diante anda descoberta e nuu que lhe parece todo ata que he corrupta emtam cobre sua vergonha.”³⁴

³⁰ Carta de P. Vaz de Caminha (1500), citada por PEREIRA (1999), 54.

³¹ Relação do Piloto Anônimo (1500), citado por PEREIRA (1999), 77.

³² HORTA (1991), 305, ênfase no original.

³³ Códice Valentim Fernandes (1997), 124, 185.

³⁴ Códice Valentim Fernandes (1997), 82, 95.

Todavia, os viajantes europeus mostram-se capazes de reconhecer a formosura de certos povos autóctones, que são “homens muyto negros e dispostos de corpo (...) negros e de formosos corpos”³⁵, e de expressar agrado, mesmo “parecendo (...) distanciarem-se do modelo estético dominante no seu espaço cultural”³⁶. Verificamos uma atitude similar também na carta de Caminha e no relato do Piloto Anónimo quanto à observação da nudez dos ameríndios brasileiros, sobretudo das mulheres, embora Caminha, favoravelmente impressionado e fascinado, vá mais longe em relacionar a nudez com uma certa inocência edénica:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”³⁷

“De aspecto, esta gente são homens pardos, e andam nus sem vergonha e os seus cabelos são compridos. E têm a barba pelada. (...) As mulheres andam do mesmo modo sem vergonha e são belas de corpo, os cabelos compridos.”³⁸

No que diz respeito às questões espirituais e religiosas dos autóctones, o cristianismo – aos olhos europeus – acaba por ser o único e legítimo sistema de referência religioso e moral, do qual se deduz a atitude de superioridade europeia, como se pode observar no seguinte excerto da *Crónica dos Feitos da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara:

“E assy que onde ante vivyam em perdiçom das almas e dos corpos, viinham de todo receber o contrario; das almas, em quanto eram pagaãos, sem claridade e sem lume da sancta fe; e dos corpos, por viverem assy como bestas, sem alguna ordenança de criaturas rezoavees, ca elles nom sabyam que era pam nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa, e o que peor era, a grande ignorancia que em elles avya, pella qual nom avyam alguun conhecimento de bem, soomente viver em huna occiosidade bestial.”³⁹

³⁵ Códice Valentim Fernandes (1997), 70, 73.

³⁶ HORTA (1991), 326.

³⁷ Carta de P. Vaz de Caminha (1500) citado por PEREIRA (1999), 35.

³⁸ Relação do Piloto Anónimo (1500) citado por PEREIRA (1999), 77.

³⁹ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica dos Feitos da Guiné*, António J. Dias Dinis (ed.), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, p. 129.

Porém, também se constata em alguns textos do *Códice* em relação às descrições da Guiné uma distinção entre, por um lado, as religiões monoteístas (“com uma lei”), i. e., cristianismo, judaísmo, islamismo, e, por outro lado, os povos com crenças idólatras e até supostamente com nenhum culto.⁴⁰ A caracterização destas formas de adoração a uma imagem, estátua ou criatura foca aquilo que é visível, designando os possíveis objetos aos quais são prestados cultos:

“[Teneriffa] Nom tem ffe algũa nem conhecem a Deus, hũus adoram o Sol, outros a lua, outros outras estrellas, e tem ix maneyras de ydolatrias.”⁴¹

“Todas aldeas da Serra Lyoa teem hũa ffe e som ydolatras E creem que os ydolos lhes podem ajudar e socorrer em suas necessidades E tem muytos ydolos porem cada aldea tem hũu ydolo geeral a todos a quem elles chamam Cru. (...) E esta aruore por todas aldeas tem por seu deus Cru. (...) assim que o seu ydolo Cruu sempre tem no lugar antijgo de seus antecessores que a nenhũu lembra se nom alli. (...) se algũa pessoa adoeçe vam se aos feyticeyros que lhes deyte sortes proque he doente ho qual sempre acha que os ydolos lhe fazem aquella doença e mandam que lhe matem uma cabra ou galinha porque destas cousas acostumam de sacrificar.”⁴²

“Os negros deste ryo cõtra ho cabo verde som pella maior parte maffometanos ajinda que muytos ydolatras antre elles porem deste ryo auante todos som ydolatras E em aquello que tomam vontade em aquello creem e adoram fazer ydolos de paus e pedras e adoram aruores e formigueyros (...) e delles chamam a seu deus Cru E quando juram dizem Cru Cru bissa contenteryn e aquella he a maior jura que elles fazem.”⁴³

A classificação das crenças não-cristãs e as suas manifestações através das categorias cristão-europeias, e, portanto, a simplificação da complexidade dos sistemas rituais pressupunha a implícita falta de civilização.

Mas, em contraste com o excerto de Caminha acima citado (p. 25), “os Africanos não são verdadeiramente considerados uma *tábua rasa* no plano religioso: enquanto Idólatras têm crenças ao contrário dos Índios do Brasil, que por esse motivo, Pero Vaz de Caminha considerava inocentes e permeáveis ao

⁴⁰ Sobre as crenças do Senegal à Serra Leoa descritas nos relatos quatrocentistas ver também HORTA (1991), 255-284.

⁴¹ *Códice* Valentim Fernandes (1997), 186.

⁴² *Códice* Valentim Fernandes (1997), 102-103, 105.

⁴³ *Códice* Valentim Fernandes (1997), 97-98.

Cristianismo.⁴⁴ Maioritariamente considerados politeístas, a idolatria – e assim, no olhar ocidental-cristão, a falsa adoração – dos africanos da Guiné (no sentido lato) representava um eventual obstáculo à cristianização, o qual deveria ser eliminado.

Apesar de depararmos, em alguns dos relatos, com uma certa consciência de tentar diferenciar e não condenar, no que diz respeito a vários aspetos antropológicos na observação do *Outro*, como conclui José da Silva Horta, a visão e a avaliação são dominadas pelo próprio padrão de referência:

“Se a ausência de relativismo é tendencialmente dominante – atingindo o seu máximo na caracterização das crenças – vislumbra-se pontualmente em determinados textos, particularmente na relação de viagens de Cadamosto e na *Descriçãam [de Cepta por sua costa de Mauritania e Ethiopia]* de Valentim Fernandes, um esforço de compreensão de certas características do Africano à luz da lógica interna própria das suas sociedades, registando as suas normas de conduta e, mesmo, (...) os seus valores. (...) Todavia, o referencial que organiza a descrição – do qual decorrem os juízos de valor (expressos ou implícitos na forma como se descreve) – acaba por ser o do observador.”⁴⁵

Considerações finais

Nas páginas anteriores procurámos evidenciar o impacto que as impressões dos primeiros contactos com os respetivos povos supostamente desconhecidos exerciam sobre os viajantes europeus. A perceção, o processamento e a transmissão de informações recentes pelos mareantes e cronistas europeus ocorriam, de certo modo, de forma semelhante – independentemente do mapeamento geográfico, como vimos nos exemplos selecionados referentes à costa oeste africana, incluídos no *Códice Valentim Fernandes*, e também ao espaço ameríndio. Este discurso, que se constata como característico para os textos que relatam as observações culturais dos assim considerados *Novos Mundos*,

“(...) apresenta-se como um confronto permanente entre a herança cultural dos séculos anteriores aos contactos e o directamente observado, no decorrer do relacionamento entabulado com os autóctones. A tradução

⁴⁴ HORTA (1991), 276-277.

⁴⁵ HORTA (1991), 326.

abstracta da novidade do Homem percebido move-se nos limites do código referencial, de que os autores dispõem para compreender aquilo que observam: um processo de conhecimento em que se assimila o desconhecido ao conhecido – no plano do imediatamente vivido e sentido e no do imaginário –, e, em contrapartida, se acentuam os contrastes verificados face ao sistema de valores, normas de conduta e padrões de vida do Ocidente Cristão.⁴⁶

Verifica-se, em geral, uma interpretação de forma mais superficial dos hábitos e normas de conduta do *Outro*, do estranho não-europeu, tentando integrá-los nos cânones interpretativos da sua própria cultura:

“(...) os autores transmitiam, sem dúvida, factos objetivos sobre a nudez, (...) as religiões pagãs e sociedades muito distintas; factos que, contudo, viriam a ser simultaneamente critérios de avaliação em conformidade com os valores europeu-cristãos (...). Estes critérios de avaliação morais e sociopolíticos, enraizados na consciência da própria superioridade europeia, bem como a absolutização da própria cultura e ordem social distorciam a imagem (...), e levavam a traços imprecisos e indiferenciados (...).⁴⁷

A aplicação destes critérios, valores e códigos de carácter etnocêntrico permite-nos falar de umas das primeiras evocações de uma consciência (de forma coletiva) certamente europeia, embora seja precursora, relativamente a um espaço de formação católico-cristã e uma herança cultural comuns, que despertavam na consequência do contacto com o *Outro*.

A ausência de uma base de comunicação e de um sistema de referências em comum conduzia à criação de analogias (com o próprio sistema referencial como quadro normativo quanto a aspetos socioculturais, morais, espirituais, etc.) que desembocava, juntamente com a acumulação progressiva de conhecimento, na construção e apropriação discursiva dos *Novos Mundos*, retratando as culturas

⁴⁶ HORTA (1991), 324.

⁴⁷ Citação traduzida pela autora. Original: “(...) dann übermittelten die Autoren zweifellos objektive Tatbestände über Nacktheit, (...) heidnische Religionen sowie über andersartige Gesellschaften; Tatbestände, die allerdings zugleich entsprechend den europäischen und christlichen Wertvorstellungen zu Bewertungskriterien wurden. (...) Moralische und sozialpolitische Beurteilungskriterien, die im Bewusstsein der eigenen europäischen Überlegenheit wurzelten, die Verabsolutierung der eigenen Kultur und der eigenen gesellschaftlichen Ordnung verzerrten das Bild (...) und führten zu (...) grobgezeichneten, undifferenzierten Zügen (...)”. Hans-Joachim KÖNIG, “Vielfalt der Kulturen oder europäisches Muster? Amerika und Indios in frühen deutschen Schriftzeugnissen”, in Adriano Prosperi e Wolfgang Reinhard (eds.), *Die Neue Welt im Bewußtsein der Italiener und Deutschen des 16. Jahrhunderts*, Berlin, Duncker & Humblot, 1993, pp. 175-213 (p. 194).

recém-descobertas através de modelos e padrões eurocêntricos que iriam marcar duradouramente as imagens na percepção coletiva europeia, e, a longo prazo, na superioridade do europeu. As descrições dos fenómenos exóticos e diferenciações antropológicas que, muitas vezes, careciam de conceitos e significados adequados, recorrendo a comparações conhecidas, vinham geralmente acompanhadas de uma classificação que se baseava na própria realidade e civilização como critérios constantes da grelha de avaliação da *outra* realidade.

Uma vez que, na sua relação dicotómica, identidade e alteridade estão interligadas por uma condicionalidade mútua, a construção da própria identidade necessita indispensavelmente da alteridade como imagem recíproca e complementar. A este respeito, os relatos de viagens representam, ao mesmo tempo, um espelho da percepção do *Outro* desconhecido pelos europeus que tencionavam projetar os seus próprios valores e normas sobre os *Novos Mundos*, literalmente *outros* mundos, que revelavam realidades completamente diferentes daquilo a que se estava habituado:

“Os descobrimentos não se caracterizam como um fenómeno único e exclusivamente baseado no aumento do conhecimento científico, visto que a sua esfera de actuação desencadeia ao mesmo tempo um encontro de diferentes culturas e civilizações. Este encontro iria obrigar o europeu a *sair* da sua realidade face ao diálogo com outras culturas e da sua observação/comparação resultaria uma profunda alteração das formas de ser e estar que até aqui tinham coordenado a sua visão do mundo.”⁴⁸

Neste contexto, o *Códice Valentim Fernandes* não é apenas uma impressionante prova do interesse e da curiosidade pessoais do tipógrafo alemão pelos *Novos Mundos*, mas representa, ao mesmo tempo, um valioso testemunho das viagens marítimas realizadas sob a égide portuguesa durante o século XV e no início do século XVI, com o qual contribuiu para a historiografia portuguesa da Época dos Descobrimentos. Reunidos e redigidos por Valentim Fernandes, os relatos que foram escritos por vários autores(-viajantes) como, entre outros, Gomes Eanes de Zurara, Diogo Gomes ou Martin Behaim, transmitem informações pormenorizadas de carácter sociocultural, geoestratégico e comercial sobre as variadas sociedades, etnias, sobre distintos usos e costumes, abrangendo, grosso modo, um espaço geográfico da Guiné até à Índia.

⁴⁸ Marília dos Santos LOPES, “Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum*, N° 1 (1990), p. 212.

Embora alguns dos documentos integrados no *Códice* inclusivamente revelem, em certa medida, uma compreensão reflexiva sem atitude condenatória e, por vezes, fascínio perante a diversidade encontrada e as suas manifestações visíveis, i. e., uma “(...) representação dos novos mundos numa linha de inteligibilidade que pretendia perscrutar a alteridade de novos povos e sociedades”⁴⁹, predomina obviamente o discurso avaliador conforme ao pensamento europeu à luz da sua própria civilização. Mesmo que os costumes do *Outro* não sejam explicitamente negativizados, é o próprio padrão cultural que é visto, aos olhos dos europeus, como determinante e universalmente aplicável.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, António A. Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

Bayerische Staatsbibliothek (BSB)/ München, Codex hispanicus 27.

BEHAIM, Martin, “Do Primeiro Descobrimento da Guiné, Segundo Relato de Diogo Gomes”, in José Manuel GARCIA (org.), *Viagens dos Descobrimentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983, pp. 25-54.

Biblioteca Nacional (BNL)/ Lisboa, Manuscritos Iluminados [IL], 154.

BRÁSIO, António “Uma carta inédita de Valentim Fernandes”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 24 (1960), pp. 338-358.

Códice Valentim Fernandes, oferecido pelo académico titular fundador Joaquim Bensaúde. Leitura paleográfica, notas e índice pelo académico de número José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997.

⁴⁹ RODRIGUES (2000), 229.

- COSTA, Abel Fontoura da, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes* (1506-1508), Lisboa, Div. de Publ. e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1939.
- DUSSEL, Enrique, *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Conferências de Frankfurt, Jaime A. Clasen (trad.), Petrópolis, Vozes, 1993.
- Germanisches Nationalmuseum – Historisches Archiv (GNMN, HistA)/ Nürnberg: RSt Nürnberg XI, 1d.
- HENDRICH, Yvonne, “*De insulis et peregrinatione lusitanorum – Valentim Fernandes als Vermittler von Informationen zwischen Portugal und Oberdeutschland zu Beginn des 16. Jahrhunderts*” in Thomas Horst, Marília dos Santos Lopes e Henrique Leitão (eds.), *Renaissance craftsmen and humanistic scholars: circulation of knowledge between Portugal and Germany*, Frankfurt/Main, Peter Lang, 2017, pp. 102-120.
- HENDRICH, Yvonne, *Valentim Fernandes – Ein deutscher Buchdrucker in Portugal um die Wende vom 15. zum 16. Jahrhundert und sein Umkreis*, Frankfurt/Main, Peter Lang, 2007.
- HORTA, José da Silva, “A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)”, *Mare Liberum*, N° 2 (1991), pp. 209-339.
- JONES, Edward E., WOOD, George C. e QUATTRONE, George A., “Perceived Variability of Personal Characteristics in In-Groups and Out-Groups. The Role of Knowledge and Evaluation”, *Journal of Personality and Social Psychology*, N° 38 (1981), pp. 141-152.
- KÖNIG, Hans-Joachim, “Vielfalt der Kulturen oder europäisches Muster? Amerika und Indios in frühen deutschen Schriftzeugnissen”, in Adriano Prosperi e Wolfgang Reinhard (eds.), *Die Neue Welt im Bewußtsein der Italiener und Deutschen des 16. Jahrhunderts*, Berlin, Duncker & Humblot, 1993, pp. 175-213.
- KUNSTMANN, Friedrich, *Valentin Ferdinand's Beschreibung der Serra Leoa mit einer Einleitung über die Seefahrten nach der Westküste Afrika's im vierzehnten Jahrhundert* (Abhandlungen der Historischen Classe d. Königl. Bayer. Akademie der Wissenschaften; 9, 1), München, Verlag der K. Akademie, 1862, pp. 111-142.

KUNSTMANN, Friedrich, *Valentin Ferdinand's Beschreibung der Westküste Afrika's bis zum Senegal* (Abhandlungen der Historischen Classe d. Königl. Bayer. Akademie der Wissenschaften; 8, 1), München, Verlag der K. Akademie, 1856, pp. 221-28.

KUNSTMANN, Friedrich, *Valentin Ferdinand's Beschreibung der Westküste Afrika's vom Senegal bis zur Serra Leoa* (Abhandlungen der Historischen Classe d. Königl. Bayer. Akademie der Wissenschaften; 8, 3), München, Verlag der K. Akademie, 1860, pp. 784-825.

LOPES, Marília dos Santos, *Da Descoberta ao Saber. Os Conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem Editores, 2002.

LOPES, Marília dos Santos, “Os descobrimentos portugueses e a Europa”, *Mathésis*, vol. 9 (2000), pp. 233-241.

LOPES, Marília dos Santos, “Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum*, Nº 1 (1990), pp. 205-308.

O manuscrito “Valentim Fernandes”, oferecido à Academia por Joaquim Bensaúde. Leitura e revisão das provas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.), *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil: Carta de Pero Vaz de Caminha, Carta de Mestre João Faras, Relação do Piloto Anônimo*, Rio de Janeiro, Lacerda, 1999.

RODRIGUES, Maria Isabel Tavares, *O Códice de Valentim Fernandes. Um texto de discursos marcados pela alteridade* (Tese maestr. Interdisciplinar em Estudos Portugueses, Universidade Aberta), Lisboa, [s.n.], 2000.

SCHMELLER, Johann Andreas, *Über Valentim Fernandez Alemão und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen und Besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508, enthalten in einer portugiesischen Handschrift der königl. Hof- und Staats-Bibliothek zu München* (Abhandlungen der K. Bayerischen Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-philologische und Historische Klasse; 4, 3), München, Verlag der K. Akademie, 1847.

SINTRA, Diogo Gomes de, *Descobrimento primeiro da Guiné*, Aires A. Nascimento (ed.), Henrique Pinto Rema (introd. hist.), Lisboa, Colibri, 2002.

TODOROV, Tzvetan, *A conquista da América: a questão do outro*, Beatriz Perrone Moíses (trad.), São Paulo, Martin Fontes, 1999.

TORRES, Amadeu (ed.), *Noese e crise na epistolografia latina Goisiana, vol. 1: As cartas latinas de Damião de Góis*, Amadeu Torres (Introdução, texto crítico e edição), José V. de Pina Martins (Prefácio), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.

Württembergische Landesbibliothek (WLB)/ Stuttgart, Cod. hist. 2° 248, fls. 54-55.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica dos Feitos da Guiné*, António J. Dias Dinis (ed.), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

Views of alterity: the construction of an idea of Europe by “non-Europeans”

Amélia Polónia¹

Abstract

Assuming that there was no concept of Europe in the early modern period, less yet among the “Europeans”, this paper intends to show that the visions of the non-Europeans mostly contributed to the creation of an image of Europe and even more of the Europeans. Assuming that identity processes are fueled by mechanisms of representation and self-representation, this hypothesis will be tested in the analysis of the relationship of the Portuguese and Europeans with “other” spaces, cultures and peoples, departing from the East and Far East.

Keywords

Europe, alterity, representations, self-representations, East, historiography, eurocentrism.

¹ Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» – Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CITCEM-FLUP).

Resumo

Partindo do pressuposto de que não existia um conceito de Europa, no período moderno, menos ainda entre os “Europeus”, pretende-se mostrar que foram em grande medida as visões e as representações do não europeu aquelas que mais contribuíram para a criação de imagens da Europa, e mais ainda dos Europeus. Sendo os processos de identidade alimentados por mecanismos de representação e de auto-representação, testar-se-á esta hipótese na análise da relação dos Portugueses e dos Europeus com “outros” espaços, culturas e povos, consubstanciando-nos no espaço do Oriente e do Extremo Oriente.

Palavras-chave

Europa, alteridade, representações e auto-representações, Oriente, historiografia, eurocentrismo.

This contribution will try to present some notes on just two main topics:

- How historical “outside views”, and “outside historiography” contributed to the vision of an in fact inexistent “Europe”, in the Early Modern Age;
- How “other” discourses, sources and historiographies are called to the building of new perspectives on the history of European colonial empires;

The paper hypothesizes, beginning with the idea that Europe as such was a reality and a concept not at all consolidated in the Early Modern Age, less yet by the “European” agents and powers, that, to some extent, the vision of non-Europeans reinforced the construction of a vision of “Europe” or, more accurately, of the “European”. In India, Europeans were referred to as ‘firinghi’, meaning foreigner, but also as ‘topiwala’, “the heat men”. They became object of historiographic analysis as European colonizers – again a category defined by their position towards third parties. Such categories are obviously heterogeneous. However, the term subsumes people, cultures, and political projects under the same status. This is not new: in Early Modern Lisbon or Seville, the concept of “Italian nation” or “German nation” is applied to groups or communities, thus aggregates, when those sets of people are in fact, inside, quite fragmented, heterogeneous and frequently conflictive. The same happens overseas with the “European colonizers”.

So, “other” historiographies, based on other sources and perspectives created the idea of the European as colonizers and the European colonialism as a whole. Thus, they contributed to an understanding of “Europe” and “European colonialism” as a common space of analysis. We might criticize this, but it might have contributed to the emergence of a national or a nation state historiography - the other sin of the “Europeans”. This does not mean the history written in the West, but that written by European and North-American authors. Their unified publishing markets tend to increasingly standardize historiography. There is a decided lack of tools to reproduce non-European perspectives.

In fact, if we accept that History is still (even if, unfortunately, less and less) based on sources and empirical evidence, we have to stress that much of what is produced by non-European agents is out of reach of European academics, mostly due to language issues. Apart from languages, it is the lack of familiarity with the specific and frequently very complex local realities, from a political, religious and cultural point of view, in Africa, Asia or America, or even the misunderstanding of anthropological patterns that prevent European historians (with some notable exceptions) from producing an historiography willing to depart from perspectives other than the European.

In this set-up, a non-European approach, by non-European historians, will certainly be welcome as contributing to the writing of the history of Europe (as an abstract category) and the Europeans (as concrete subjects of History). The differentiation imposes, since not always the history of an abstract entity such a state, a political and administrative setup coincides with the concrete performances, roles and tendencies of individual agents, whom, being in the case, builders of empires, might also be (and frequently are) challenges for the very powers they were expected to serve. This would lead us to a topic that is very dear to this author: the power of the commoners and the role of state and individuals in formal and informal ways of empire building² – which is not, alas, the topic of this paper.

Speaking about European and the others usually also implies referring to centers and peripheries, in a world that is nowadays understood as polycentric by nature, due to the globalization process – again a topic that would deserve more generous attention. The great advantage of the “other” writings on European colonialism is precisely that they give evidence of the existence of a polycentric world and allow multifocal perspectives on the same phenomenon. Locality and globalization, polycentric worlds, are concepts used nowadays by a growing

² Amélia POLÓNIA, *The power of the commoners. Crown versus individuals in the Portuguese Overseas Expansion* [Forthcoming].

number of historians, among whom I could mention as an excellent example, the works of Kapil Raj on the production and circulation of knowledge³.

This brings us to the second topic of analysis. These historiographies written from outside Europe are indeed required and reciprocally nourish the new tendencies of colonial studies. Comparative studies (among European projects of colonization), transnational, trans-imperial and trans-cultural studies are part of the mainstream in colonial studies, some of them introduced or implemented by post-cultural studies.

Spontaneous or imposed cooperation between colonizers and colonized; negotiation, resistance – they all are dimensions involved in the analysis of colonial dynamics. The rationale of such historiographical analyses has to include other cultures, other civilizations (in the plural use of the concept), and the plurality of the pre-colonial set-ups. They are not only required, but essential to the intended inquiry into European empires.

A predominantly global, transnational historiography centres around, not the one-sided imperial impacts, but the results of reciprocal encounters and the correspondent mechanisms of interaction. This includes questions of dissent, of collaboration and resistance, hybridisation phenomena, based on syncretic mechanisms⁴. In any case, these encounters definitely merit further investigation which cannot happen without non-European contributions.

The insertion of local realities into global processes is another priority in colonial and global studies. It will perceive the autochthone and indigenous actors⁵ as active participants in European Colonial set-ups. All of this requires contributions from historiographies based in the former colonised territories and cultures, in Africa, America and Asia.

This will not only answer, but amplify the European historiographic tendencies on colonial studies. Let us take the premises of the 1970s and 1980s British historian, Ronald Robinson who challenged the hitherto predominant Eurocentric theories of imperialism, by formulating an approach according to

³ See, for instance, Kapil RAJ, “Mapping Knowledge: Go-Betweens in Calcutta, 1770–1820”, in Simon Schaffer, *et al* (ed), *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*, Sagamore Beach, Science History Publications, 2009, pp. 105-150; Idem, *Relocating modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650 – 1900*, Basingstoke, UK, Palgrave Macmillan, 2010; Idem, “Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science”, *Isis*, vol. 104, n° 2 (2013), pp. 337-347.

⁴ See, for instance, Tanja BÜHRER, *et al.* (eds), *Cooperation and Empire. Local Realities of Global Processes*, Oxford / New York, Berghahn Books, 2017.

⁵ The later understood, according to the proposition of Wayne E. Lee, as those forming part of “generations of experience with the local climate, terrain, and subsistence system” which “operated according to different cultural systems”. See E. LEE, “Projecting Power in the Early Modern World: The Spanish Model?”, in W. E. Lee (ed), *Empires and Indigenes. Intercultural Alliance, Imperial Expansion, and Warfare in the Early Modern World*, New York, New York University Press, 2011, p. 9.

which indigenous collaboration represented both a formative and continuous factor of imperialism. Robinson’s theory, expressed in his “Non-European Foundations of European Imperialism” particularly emphasized that by collaborating with the colonial state, indigenous actors contributed to the creation of empires, to their preservation and eventually to their dissolution⁶. This follows and goes beyond “The Imperialism of Free Trade” as presented by John Gallagher in 1953⁷. Robinson’s emphasis on indigenous actors opened the way for perspectives and theories of indigenous “agency”. According to this, colonial subjects are not helpless victims of superior forces and institutions, but historical actors who negotiate terms and gain centrality in historical processes.

By accepting the interactions between “colonized” and “colonizers” as essential to the mechanisms of empire building, the broker, the intermediary, acting as a go-between, as translator or mediator, emerges as essential⁸. This perception goes beyond recognising the access to local knowledge about politics, economies, revenue systems, as well as cultures as levers used by colonisers to a better and more effective exploitation of local resources⁹. It implies, in fact, phenomena of actual transference of knowledge and cultural resources, and eventually the demonstration of the actual dependence of colonisers upon the colonised. This is research that requires intensive empirical collaborative work (between European and non-European historians) in order to be able to identify those that are in the mainstream of empire building.

The impact of pre-colonial, autochthone and indigenous realities on patterns of cooperation has traditionally been neglected by imperial history. The disregard for pre-colonial structures was and still is caused by the fact that pre-colonial heritage has been obscured and transformed by colonial categorizations and representations. That is why one needs the contributions of non-European historians, in order to accurately understand the different rationalities at stake. In fact, pre-colonial realities were transformed and often simplified along colonial categorizations according to imperial interest or because imperial interlocu-

⁶ R. ROBINSON, “Non-European Foundations of European Imperialism: Sketch for a Theory of Collaboration”, in R. Owen and B. Sutcliffe (eds.), *Studies in the Theory of Imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 117-142; *Idem*, “The Excentric Idea of Imperialism, with or without Empire”, in W. J. Mommsen and J. Osterhammel (eds.), *Imperialism and After. Continuities and Discontinuities*, London, Allen and Unwin, 1986, pp. 267-289.

⁷ J. GALLAGHER and R. ROBINSON, “The Imperialism of Free Trade”, *The Economic History Review* vol. 6, n° 1 (1953), pp. 1-15.

⁸ S. HOWE, “The slow death and strange rebirths of imperial history”, *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 29, n° 2 (2001), p. 138. See also S. RAYCHAUDHURI, “Colonialism, Indigenous Elites and the Transformation of Cities in the Non-Western World: Ahmedabad (Western India), 1890-1947”, *Modern Asian Studies*, vol. 35, n° 3 (2001), pp. 677-726.

⁹ See C. A. BAYLY, *Empire and Information. Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780-1870*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 7.

tors simply did not understand the complex cultural patterns and societies the European encountered.

Summing up, a more global, transnational and transcultural approach to colonial dynamics, as well as a more complex analysis based on mechanism of cooperation and on the role of brokers and go-betweens (both European and non-European) requires cross-regards. And it applies, in the Portuguese case, to Africa, Brazil, and with even more evidence, to Asia.

As for Portuguese studies on early modern colonialism in the East, the need and the benefits of such non-European contributions are quite clear. Can we imagine the state of the art on the Portuguese presence in the Indian Ocean without the works of Michael Pearson, Sanjay Subrahmanyam, without the contributions of Kirti Chaudhuri (co-editor, with Francisco Bethencourt, of a *History of Portuguese Overseas Expansion*)? We should also acknowledge the influence of Ashin Das Gupta¹⁰ and Arasaratnam¹¹ or of Chakrabarty¹², whose works are basic reading in most Indian universities.

Transcultural and transimperial approaches to the European presence are also abundant in Indian historiography, mostly on the Coromandel Coast. Apart from the numerous works edited by Om Prakash, namely *The Trading World of India and Southeast Asia in the Early Modern Period*¹³, we could also mention Radhika Seshan's¹⁴ work on the same topic. Journals on World History and research centers on Asian maritime studies are prolific and provide studies on the Portuguese and the European in the Indian Ocean. The more recently concept of "Connected worlds" by proposed by Sanjay Subrahmanyam is already common place in Portuguese historiography, by showing how the different colonial territories were connected, and a merely regional history does not provide a critical analysis of the real functioning of empires.

There is another new trend – or, if not new, it is certain to generate much future mutual benefit. I am referring to the joint editions of European and non-European authors, on subjects that simultaneously affect different worlds and from which studies on the Portuguese expansion in Asia highly benefit: I could

¹⁰ A. Das GUPTA, *Malabar in Asian Trade, 1740-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1967; Idem, *Indian Merchants and the Decline of Surat: c. 1700-1750*, in collection *Beitrage zur Sudasienforschung*, Wiesbaden, Steiner, 1978 [reprinted in India by Manohar Publishers, Delhi, 1994].

¹¹ Sinnappah ARASARATNAM, *Merchants Companies and Commerce on the Coromandel Coast, 1650-1750*, Delhi, Oxford University Press, 1986.

¹² Dipesh CHAKRABARTY, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton, Princeton University Press, 2000.

¹³ Om PRAKASH, "The Trading World of India and Southeast Asia in the Early Modern Period", *Archipel*, vol. 56 (1998), pp. 31-42.

¹⁴ Radhika SESHAN, *Trade and Politics on the Coromandel Coast, seventeenth and early eighteenth centuries*, Delhi, Primus Books, 2012.

mention, just as an example, books edited by Rila Mukherjee¹⁵ – on the aftermath of what has been done for the Dutch empire, namely in publications edited by or in honor of Pieter Emmer.

Providing here any list of authors and titles is unthinkable, even if only for India, and becomes impossible if we intend to refer to the Portuguese presence in South-eastern Asia, in China or in Japan, where an abundant non-European historiography has been produced in the last decades (locally or, frequently, in European and North-American universities by PhD and post-doc students). Nowadays, and just for an example, one cannot make synthesis of the presence of the Jesuits in Japan or in China, without acknowledging the local perspectives using local sources¹⁶.

However, while it would be unfair to depreciate these extremely valuable contributions, some critical notes might be in order. More often than not, from the perspective of the European researcher in colonial studies, these contributions are limited by some drawbacks. Some of them provide answers or just raw-material to academic agendas that are still quite European or North-American (many of these authors either obtained their PhD degree in Western universities and/or have chairs in those same universities). Frequently the European scholar looks in vain for the much-desired alter sources, alter representations and different perspectives generated by other primary sources, enabling cross-regards with his own. In fact, either the European sources already published or the imperial archives, well organized, with easy access and delivering systematic and serial information, as it happens with EIC or VOC (even if not to the same extent within the Portuguese archives) are still extremely present in these works. With some exceptions for China and Japan, and the Ottoman empire, the context of source production, the lack of a central archival policy and/or the problem of the still existing multiplicity of languages, reinforce this picture.

More frequently than not some of those “other” publications have themselves an agenda, and based on the same sources (or on no sources at all) they intend to transform the Eurocentrism into another kind of centrism, evidence for which is hunted, and ultimately found.

Risks of excessive locality can also be pointed out: evidence of that is the emergence of area studies that became the predominant paradigm in extra-European history during the 1980s, focussing on local initiatives and actors. A significant

¹⁵ Rila MUKHERJEE, *Vanguards of Globalization. Port Cities from the Classical to the Modern*, Delhi, Primus Books, 2014; Idem, *Ocean Connect. Reflection on Water Worlds across time and space*, Delhi, Primus Books, 2013; Idem, *Networks in the First Global Age, 1400-1800*, Delhi, Primus Books, 2011.

¹⁶ Tang KAIJIAN, *Setting off from Macau. Essays on Jesuit History during the Ming and Qing Dynasties*, Leiden, Brill, 2016.

number of these non-European local studies became so empirically specialized and detached both from imperial centred studies and from each other that they could not be combined with other case studies or be incorporated into a broader context¹⁷. Other truisms were supported by these approaches: Edward Said's "Orientalism"¹⁸, in the field of literary studies, or Gunder Frank's "(Re)Orient"¹⁹ are just two examples. In some cases, this created, after all, other autisms and other truisms, responsible for other cultural and historiographic centrism.

On the opposite, European historians need those other historiographies to feed historiographical tendencies frequently created and promoted, again, in Europe or North America. Transcultural, transimperial, transnational studies; analysis of cooperation and empire, negotiation and resistance – are they not the very categorisations nowadays oriented towards Europe and the West? Were they suggested and received from outside, or were they exported and expected to be nourished also with the contributions of our counterparts?

BIBLIOGRAPHY

ARASARATNAM, S., *Merchants Companies and Commerce on the Coromandel Coast, 1650-1750*, Delhi, Oxford University Press, 1986.

BAYLY, C. A., *Empire and Information. Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780-1870*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

BÜHRER, Tanja, et al. (eds.), *Cooperation and Empire. Local Realities of Global Processes*, Oxford / New York, Berghahn Books, 2017.

BURBANK, J. and COOPER, F., *Empires in World History*, Princeton, Princeton University Press, 2010.

¹⁷ A. G. HOPKINS, "Back to the Future? From National History to Imperial History", *Past & Present*, vol. 164 (1999), p. 198; P. J. CAIN and A. G. HOPKINS, *British Imperialism 1688-2000*, Harlow, Pearson Education, 2000, pp. 27-30.

¹⁸ E. SAID, *Orientalism*, London, Routledge and Kegan Paul, 1978.

¹⁹ Andre Gunder FRANK, *ReORIENT: Global Economy in the Asian Age*, California, University of California Press, 1988.

- CAIN, P. J. and HOPKINS, A. G., *British Imperialism 1688-2000*, Harlow, Pearson Education, 2000.
- CHAKRABARTY, Dipesh, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton, Princeton University Press, 2000.
- FRANK, Andre Gunder, *ReORIENT: Global Economy in the Asian Age*, California, University of California Press, 1988.
- GALLAGHER, J. and ROBINSON, R., “The Imperialism of Free Trade”, *The Economic History Review* vol. 6, n° 1 (1953), pp. 1–15.
- GUPTA, A. Das, *Indian Merchants and the Decline of Surat: c. 1700-1750*, in collection *Beitrag zur Sudasienforschung*, Wiesbaden, Steiner, 1978 [reprinted in India by Manohar Publishers, Delhi, 1994].
- GUPTA, A. Das, *Malabar in Asian Trade, 1740-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1967.
- HOPKINS, A. G., “Back to the Future? From National History to Imperial History”, *Past & Present*, vol. 164 (1999), pp. 198–243.
- HOWE, S., “The slow death and strange rebirths of imperial history”, *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 29, n° 2 (2001), pp. 131-141.
- KAIJIAN, Tang, *Setting off from Macau. Essays on Jesuit History during the Ming and Qing Dynasties*, Leiden, Brill, 2016.
- LEE, W. E. “Projecting Power in the Early Modern World: The Spanish Model?”, in W. E. Lee (ed), *Empires and Indigenes. Intercultural Alliance, Imperial Expansion, and Warfare in the Early Modern World*, New York, New York University Press, 2011, pp. 1–16.
- MUKHERJEE, Rila, *Networks in the First Global Age, 1400-1800*, Delhi, Primus Books, 2011.
- MUKHERJEE, Rila, *Ocean Connect. Reflection on Water Worlds across time and space*, Delhi, Primus Books, 2013.

- MUKHERJEE, Rila, *Vanguards of Globalization. Port Cities from the Classical to the Modern*, Delhi, Primus Books 2014.
- POLÓNIA, Amélia, *The power of the commoners. Crown versus individuals in the Portuguese Overseas Expansion*, [Forthcoming].
- PRAKASH, Om, “The Trading World of India and Southeast Asia in the Early Modern Period”, *Archipel*, vol. 56 (1998), pp. 31-42.
- RAJ, Kapil, “Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science”, *Isis*, vol. 104 (2013), n. 2, p. 337-347.
- RAJ, Kapil, “Mapping Knowledge: Go-Betweens in Calcutta, 1770-1820”, in Simon Schaffer, et al (ed.), *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*, Sagamore Beach, Science History Publications, 2009, p. 105-150.
- RAJ, Kapil, *Relocating modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650 - 1900*, Basingstoke, UK: Palmgrave Macmillan, 2010.
- RAYCHAUDHURI, S., “Colonialism, Indigenous Elites and the Transformation of Cities in the Non-Western World: Ahmedabad (Western India), 1890-1947”, *Modern Asian Studies*, vol. 35, n° 3 (2001), pp. 677-726.
- ROBINSON, R., “Non-European Foundations of European Imperialism: Sketch for a Theory of Collaboration”, in R. Owen and B. Sutcliffe (eds.), *Studies in the Theory of Imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 117-142.
- ROBINSON, R., “The Excentric Idea of Imperialism, with or without Empire”, in W. J. Mommsen and J. Osterhammel (eds.), *Imperialism and After. Continuities and Discontinuities*, London, Allen and Unwin, 1986, pp. 267-289.
- SAID, E., *Orientalism*, London, Routledge and Kegan Paul, 1978.
- SESHAN, Radhika, *Trade and Politics on the Coromandel Coast, seventeenth and early eighteenth centuries*, Delhi, Primus Books, 2012.

Sangre y heráldica en el siglo XVI: las noblezas ibéricas y su identidad en una perspectiva europea. Unas notas

José Antonio Guillén Berrendero¹

Resumo

Con este título, pretendemos ofrecer una visión desde la óptica de la historia cultural, del papel representativo que tuvo la heráldica para identificar a los honrados de los no honrados en el siglo XVI, momento de especial sensibilidad por la penetración en ambos reinos de los Estatutos de Limpieza de Sangre. La relación directa entre sangre como factor biológico discriminatorio, la heráldica como patrimonio exclusivo de la nobleza y la dimensión cosmopolita que estas realidades trazaron en la Europa post-tridentina, son los ejes de nuestra ponencia. Analizar, cómo en la heráldica, podemos encontrar todo un discurso sobre la sangre y la nobleza, relato además, que representó un factor indudable de transformación del discurso social hegemónico hasta ese momento.

Palavras-chave

Nobreza, heráldica, honra, limpeza do sangue, cosmopolitismo.

¹ Universidad Rey Juan Carlos.

Abstract

With this title, we intend to offer a vision from the perspective of cultural history, of the representative role that heraldry had to identify the honored of those not honored in the 16th century, a moment of special sensitivity for penetration in both kingdoms of the Statutes of Cleaning of Blood. The direct relationship between blood as a discriminatory biological factor, heraldry as exclusive patrimony of the nobility and the cosmopolitan dimension that these realities traced in post-Tridentine Europe, are the axes of our paper. Analyze, how in heraldry, we can find a whole discourse on the blood and nobility, story also, which represented an undoubted factor of transformation of the hegemonic social discourse until then.

Keywords

Nobility, heraldry, honor, blood cleansing, cosmopolitanism.

Desde la difusión europea de la obra de Barthelemy de Chassaneau y la indudable influencia de las disciplinas heráldicas bajomedievales, lo heráldico se tornó en factor identificativo de una forma de *ser social*². Denotar posesión, privilegios, preeminencias y solidaridad con el proyecto monárquico fueron los factores más evidentes unidos a la posesión de un blasón. Según el jurisconsulto francés, los nobles eran medidos, sufridos, un discurso sobre *que somos nos* en lo relativo a la nobleza del siglo XVI. Los usos de la heráldica como lenguaje son una clara manifestación de la permeabilidad de las lenguas latinas y de las frágiles fronteras que el saber coloca, pues una gran parte de los términos originales son “préstamos, calcos o simples traducciones o creaciones inducidas a partir del francés”³.

Pues, lo nobiliario, la nobleza, constituyó una de las excelencias naturales de todos los espacios dinásticos europeos. Según escribió el moço Fidalgo, António de Sousa de Macedo, en su celeberrima *Flores de España y excelencias de Portugal* (Jorge Rodriguez, Lisboa, 1631), la nobleza era un valor estimado y

² Barthelemy de CHASSANEAU, *Catalogus gloriae mundi, laudes, honores, excellentias ac preminentias omnium fere statuum*, Lugduni, 1546.

³ Elena VARELA MERINO, *Los galicismos en el español de los siglos XVI-XVII*, vol. I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009, p. 111,

un “ajuntamiento de virtudes”⁴. Esta indudable realidad, elemento fundamental de la propia construcción identitaria de la condición y del ser nobiliario, es el punto de partida de la teoría nobiliaria europea y la proyección lusitana. En el caso de Macedo, concretamente, su concepción de la nobleza partía de la notable influencia de la tratadística nobiliaria castellana y de la recepción de Juvenal, Virgilio o el “español” Séneca (figura reivindicada en el XVII como filósofo), entre otros.

En paralelo, el factor heráldico se convierte en un nexo común. Ejemplo de ello lo encontramos en un manuscrito, como tantos otros que circularon durante la Edad Moderna, titulado *Libro de los títulos extranjeros de la Casa de Austria* (circa 1660) y conservado en la Biblioteca Nacional de España (MS. 11512). En él aparecen una relación de todos los títulos nobiliarios y sus respectivos dispositivos heráldicos, así como las mercedes concedidas por los soberanos Habsburgo desde Carlos V hasta Felipe IV en el espacio cultural de Las Provincias Unidas.

Abandonando los postulados y concepciones estrictamente heráldicas respecto a nuestro objeto de estudio, el blasón, que se han ido ofreciendo desde el siglo XVIII, nuestra pretensión es ofrecer una visión diferente, es decir, la relación causa-efecto producida por la contemplación de un escudo de armas y la comunicación que de él se desprende y el modo en el que la influencia y visión de la heráldica peninsular se convirtió en un fenómeno identitario singular.

La visión del blasón en la sociedad muestra un código propio, resultado de la combinación entre la posesión formal, su exhibición y el discurso sobre el honor que representa. Se trata de un sistema organizado y estructurado, regido por leyes del derecho positivo que reglamentan las armerías. Pero no debemos olvidar las normas del derecho natural y la costumbre que forman parte de las relaciones sociales y, por tanto, de la heráldica y el blasón.

En la construcción de la realidad social de las noblezas ibéricas, el blasón, lo heráldico constituyeron un mensaje previsible en su identificación. Una metáfora viva y cimentada sobre la base de la significación derivada de su dimensión de artefacto sobre el prestigio asociado a las personas y familias. Se generaba con ello una suerte de anormal utopía basada en la multiplicidad de formas, piezas, esmaltes y metales y del conjunto de probanzas documentales y burocráticas en las que era necesaria la presencia de lo heráldico como elemento probatorio de conflicto y consenso. Las armerías y la sangre, son, por lo tanto, dispositivos permanentes; una suerte de arte en el que se verifica la relación entre la poética del honor y su comunicación.

⁴ Antonio de Sousa de MACEDO, *Flores de España, excelencias de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1631, f. 465 v.

Génesis del sistema heráldico

Primero de todo debemos partir de la génesis del sistema heráldico y sus primeros agentes, a pesar de que no serán los Reyes de armas ni tan siquiera los heraldos, Con independencia de este hecho, debemos considerarlos como agentes del honor, como verdaderos artífices de un sistema de comunicación del honor y la reputación. Sí, como se indica en el caso castellano⁵, el primer armorial conocido es el *Libro de la cofradía de Santiago de Burgos*, del siglo XIV, en el ámbito europeo podemos destacar el *Grand armorial équestre de la Toison d'Or* (1433-1435) y el célebre *Armorial de Berry* del siglo XV. Por tanto, fue este mundo medieval el que asistió a la aparición de los primeros tratados sistemáticos de heráldica, como el de Bartolo de Sassoferrato (1313-1359), *Tractatus de insigniis et armis*, o la obra más representativa del lado francés, *De Heraudie* (1341-1345), a los que siguieron los trabajos de Jean Courtois, autor del conocidísimo, *Recueil des armas des roys, pairs et seigneurs de France et autres roys et seigneurs*, o la específica sobre el oficio de rey de armas, *Traité du noble office d'armes* (1434), obras impresas ya durante el siglo XVI y que resultaron especialmente influyentes en el ámbito mediterráneo. Por su parte Clément Prinsault fue autor de su *Traité du Blason o Blason d'armes* (1465), obteniendo igualmente una gran difusión en el mundo meridional. El otro vértice de los autores que llegaron a influir en el contexto geográfico del *mare nostrum* fue Oliver de la Marche con su *L'estat de la maison du duc Charles de Bourgogne*. En el caso español, el introductor de todos estos estudios fue Garci Alonso de Torres, Aragón Rey de armas⁶.

Si nos acercamos a Sancho Busto de Villegas, autor al que volveremos a recurrir en estas páginas, al tratar sobre el origen de las armerías indica que

“Júpiter fue el primero que usó dellas en la batalla que con Saturno, su padre, ovo como della más largo se dirá en el capítulo siguiente. Éstas dexadas, como cosa que va fuera de nuestro propósito pues lo que se a dicho a sido porque ellas son la fuente de donde procedieron aquéllas de las *que* se quiere hablar, las quales se dizen armas que con armas se ganaron o defendieron. Esto parece confirmar Casaneo en su Catalogo glorie mundi diciendo que esta manera de armas engendra armas como Ovidio dize en el *Metamorphoseos*, el paués mueue las batallas de las armas. Las armas son traídas como si dixera de los hechos bellicosos de memoria dignos. Acostumbraron los antiguos a poner

⁵ Ver a este respecto Faustino MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval Española, I: La Casa Real de Castilla y León*, Madrid, Hidalguía, 1982.

⁶ Esta es la opinión que mantiene Martín de RIQUER, *Heráldica castellana en tiempos de los Reyes Católicos*, Madrid, Quaderns Crema, 1986, pp. 69 y 172.

armas en sus vanderas y escudos y en sus casas ymágenes de çera colgadas de un hilo porque dellos quedase memoria [...] Estas armas o ynsignias son las que los príncipes y señores y caualleros y fijosdalgo de luengos tiempos acá traen en sus vanderas y escudos por rrazón de sus dignidades o casas o familias o de algunas representaçiones para que se entienda bien quién sean estas armas o ynsignias, dize mosén Diego de Valera, en un libro que hizo de armas dirigido al rey don Alonso de Portugal el quinto, que no son otra cosa estas armas o ynsignias saluo unas señales por las quales se conoçen las dignidades y familias y apellidos de los hombres.”⁷

La mnemotecnia social para comprenderlos nos lleva forzosamente a dotarles de un contenido meritocrático inminente. Los que admiraban un Armorial, podían percibir realmente, las continuidades y discontinuidades formales entre las diferentes heráldicas europeas, pero podían comprobar, en el mismo instante, un rasgo esencial que define al blasón como discurso: lo proteico de su existencia y la viveza de su *natura*. Un blasón siempre aumenta en su tamaño y dimensión como consecuencia directa de las políticas matrimoniales exitosas, pero en su realidad ontológica constituye un remedo de Heráclito. Pensemos incluso en esa villa de Lampedusa, por la que el autor del *Gatopardo* paseaba después de los bombardeos aliados de la Segunda Guerra Mundial para comprender cómo, aún en esas condiciones materiales tan adversas, la presencia de un blasón sobre el dintel revelaba un triunfo radical sobre la temporalidad de las cosas. No importa ya que nadie fuese capaz de reconocer esas armerías en lo esencial, las transformaciones sociales ocurridas en Italia desde el siglo XIX hasta el final de la Segunda Guerra Mundial habían dado con una suerte de pervivencia inestable de un régimen visual sobre la excelencia que aún hoy sigue resultando altamente fascinante y evocador.

Blasón: honor y sangre

Las vidas de los honrados en la Europa Meridional son particularidades generalizadas por el sistema del honor y de la preeminencia social. Esos “heroicos furores”, convocados por Giordano Bruno⁸, son los que se operan a la hora de narrar, conservar y comunicar un blasón o una armería. Los expertos en

⁷ Sancho BUSTO DE VILLEGAS, *Nobiliario*, José Antonio Guillén Berrendero (edición y estudio), Murcia, Ediciones de la Universidad de Murcia, 2014, p. 57.

⁸ Giordano BRUNO, *Heroicos furores*, Maria do Rosário González Prada (ed.), Madrid, Editorial Tecnos, 1987.

heráldica fueron capaces de expresar la órbita del honor y de sus figuraciones sin escepticismo, con una radical intencionalidad de veracidad y confianza. De esta forma, la esfera de lo visualizado se unirá a la del honor, a la del documento administrativo y a la del tratado de nobleza como herramientas discursivas con un mismo fin: establecer una analogía permanente entre todos los artefactos del honor y de la preeminencia social.

El blasón y su indiscutible relación con la sangre eliminaba de un plumazo la idea barroca de la *fallimur opinione* al basar sus argumentos en que la *sciencia heroica* era un saber ancestral, un *constructo* histórico vigente y que se presentaba como un conocimiento transversal a todas las épocas del hombre. Con ello se sobreexcede los mecanismos racionales que cada momento impone para pasar a formar parte de la lógica ordenada sobre el honor.

En un escudo de armas, por lo tanto, encontramos un saber anfibológico que requieren de un saber y de conocimientos reservados a unos pocos. Este saber significa que hay que distinguir entre lo que se ve y entre lo que parece, discernir sobre la verdad de lo que es⁹.

El arte heráldico europeo, como evidente formulación de lo peninsular, debe ser visto dentro de las categorías del poder y su representación, pues nos encontramos ante una imagen sometida a un lenguaje estricto y a un modo de creación determinado. No debe ser catalogado solamente como una reliquia del pasado, puesto que carece del valor sagrado de éstas, pero sí que debe ser tratado como una representación del tiempo de los honrados. Pareciera como si Mercurio, ese protector de los artistas¹⁰, fuese derrotado, ahora sí, por Marte y Minerva como representaciones de la verdadera nobleza, cuando todos podemos identificar que un blasón en el mundo de la Europa meridional representa la carta de presentación de todos aquellos que franquearon la *Porta virtutis* consiguiendo con ello patente de verdad sobre su posición social. Fue Barthélémy de Chasseneux en su *Catalogus gloriae mundi, laudes, honores, excellentias ac preeminentias omnium fere statuum*. Lugduni, 1546, el factor de unión de todas las contiendas y explicaciones heráldicas que circularon por Europa y uno de los momentos en los que lo portugués fue recibido en Europa.

⁹ Sobre el tema de la apariencia, el engaño en el arte barroco ver, Stuart CLARK, *Vanities of the Eye. Vision in Early Modern European Culture*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

¹⁰ Catherine E. KING, *Representing Renaissance Art, c.1500-c.1600*, Manchester, Manchester University Press, 2007, pp. 191-236.

Su espacio de comunicación

La heráldica es un relato, una comunicación visual sobre el honor que utiliza todos los soportes a su alcance para expresarse. Virreyes, nobles titulados, nobles sin título y toda suerte de hombres de honor buscaron en el blasón una certificación de su pasado y su presencia. Libros de familias, historias de ciudades, cartas de blasón de armas, certificaciones de nobleza, pleitos de hidalguía, capillas, fachadas, cubiertos, vajillas, reposteros y un largo etcétera de artefactos son los lugares de preeminencia en los que podemos encontrar estos objetos, en apariencia inanimados, pero que son materialidades discursivas de un tiempo y de la victoria de la condición nobiliaria sobre éste.

Su presencia es esencial en la arquitectura nobiliaria y en la decoración material, cuya finalidad es manifestar esa condición social preeminente. Las salas de los linajes de los palacios nobiliarios son un ámbito íntimo de representación de su ser, pero también lugar de recepción. Bastaría darse un paseo por la *Sala dei vicerè* del Palazzo Reale de Palermo o por el de Nápoles¹¹ o la inconmensurable y panorámica sala de los Blasones del Palacio Real de Sintra. Esos conjuntos heráldicos que gobiernan las arquitecturas del poder deben ser comprendidas como una vinculación, también, a la existencia de una literatura nobiliaria que justifique y explique la utilidad de esos discursos.

Un elemento común de los usos heráldicos meridionales es la presencia reglamentada de los blasones en las fachadas de los palacios. *Stemmi araldici* y blasones presiden, como evidencia de la cultura visual, todos los espacios públicos (si por público entendemos lo que es visto por la sociedad). Esta suerte de evidencia del dominio territorial se puede percibir como una práctica cultural de las noblezas mediterráneas con la finalidad de revivir viejas hazañas¹² que justifican la presencia distintiva de un blasón en el Palacio o en la Casa Solar. El presente busca una permanente forma de restauración de un heroico pasado que es aplaudido y reconocido por toda la sociedad. Cuando definimos el blasón como una segunda piel del noble, del excelente, queremos decir que se trata de un medio expresivo que reforzará los lazos entre los miembros de la nobleza y

¹¹ Una visión sobre el relato visual del poder español en Nápoles en Joan Lluís PALOS, *La mirada italiana. Un relato visual del imperio español en la corte de sus virreyes en Nápoles (1600-1700)*, Valencia, Publicacions de la Universitat de València, 2010. Y específicamente sobre el gobierno del Conde de Lemos, ver Isabel ENCISO ALONSO-MUÑUMER, *Nobleza, poder y mecenazgo en tiempos de Felipe III. Nápoles y el Conde de Lemos*, Madrid, Actas Editorial, 2007. Y sobre el gobierno del Conde de Oñate ver Ana MINGUITO PALOMARES, *Nápoles y el virrey conde de Oñate. La estrategia del poder y el resurgir del reino (1648-1653)*, Madrid, Sílex, 2011.

¹² Fernando BOUZA, *Palabra e imagen en la corte. Cultura de la nobleza en el Siglo de Oro*, Madrid, ABADA, 2003, p. 14.

su entorno ciudadano. Se trata de un recurso visual, explicado en lo escrito, que posee un evidente sesgo de comunicación directa entre todos los agentes sociales. Palacios¹³, iglesias, conventos, universidades¹⁴ y otros espacios de circulación de los excelentes están presididos por esta realidad del lenguaje y del sistema heráldico, realidades que venían a enfatizar la historia, el prestigio familiar y el valor otorgado a los propios espacios.

Pero, siguiendo el razonamiento expresado por Amedeo Quondam al tratar la armadura como una *seconda pelle del gentiluomo*¹⁵, el blasón se convierte en una tercera piel del honrado dentro de la economía del honor. Posee un efecto evocador de un momento, de una estructura social y de una posición dentro del sistema del poder. Es la representación de la nobleza y de la fama en el mundo moderno. Se trata de un artificio signficante de asuntos tales como el linaje, la familia y el honor dentro de una cosmovisión atemporal y genuina sobre lo que representó ser noble en la sociedad europea. Como esbozo de una filosofía del honor, su comprensión deriva de las determinaciones de la razón de su tiempo y de la concepción de la sociedad que las interpreta y observa. Los ojos de los individuos de la Edad Moderna veían en los blasones “iluminados” un mecanismo simbólico y político que modelaba el modo en el que las personas se relacionaban en su cotidiano.

Blasonar tiene algo de relación mística entre el presente y el pasado. Juan de Caramuel Lobkowitz, teólogo, matemático, filósofo, así como una de las cabezas más preclaras de su tiempo¹⁶, relacionado con los círculos jesuíticos de la corte de Felipe IV, utiliza el indiscutible valor evocador de los hechos de armas como hilo conductor para justificar el Blasón de España en su *Declaración mystica de las Armas de España* (Bruselas, 1636), obra de marcado carácter elogioso de la Monarquía de España, entre su vastísima obra y su saber universal. En el capítulo III de la citada obra que lleva por título, “Vso de armas, insignias y Timbres en la Gentilidad”, encontramos un punto esencial para comprender los orígenes en los usos de los blasones como marcas que perpetúan la distinción.

¹³ Ver la obra de Esther ALEGRE CARVAJAL, *Las villas ducales como tipología urbana*, Madrid, UNED, 2004.

¹⁴ Nos viene ahora a la cabeza los maravillosos blasones que decoran los techos de la biblioteca de Palazzo del Archiginnasio. Ver el trabajo de Valeria RONCUZZI ROVERSI y Sandra SACCONI “La Spagna nell’Archiginnasio di Bologna: In un Palazzo, in una Biblioteca” in Amadeo Serra y José Luis Colomer (ed.), *España y Bolonia. Siete siglos de relaciones artísticas y culturales*, Madrid, CEEH y Fundación Carolina, 2006, pp.163-196.

¹⁵ Amedeo QUONDAM, *Cavallo e Cavaliere. L’armatura come seconda pelle del gentiluomo moderno*, Roma, Donzelli Editore, 2003.

¹⁶ Todavía sigue siendo válida la obra de Julián VELARDE LOMBRAÑA, *Juan Caramuel. Vida y obra*. Oviedo, PENTALFA, 1989.

El Mediterráneo fue un espacio siempre en comunicación con el Atlántico, comunicación de prestigios y honras ganadas en la tierra y el mar, la guerra y la paz en el pasado y en el presente. *His Polis*, la empresa número 68 de Saavedra Fajardo bien puede ayudarnos a comprender que las fortalezas del régimen del honor en la Europa meridional se basaron esencialmente en el servicio a un mismo soberano.

Al relacionar el blasón con la nobleza se rompen las barreras ideológicas, religiosas y sociales que pudiesen aparecer ante los forasteros y los no naturales en todos y cada uno de los reinos de la Europa Meridional quedando regulada por la potencia expresiva de la nobleza como categoría jurídica y grupo privilegiado, toda vez que la máxima de Sassoferato de que la nobleza era una dignidad, no tanto un compuesto de sangre y virtud, pero, la realidad posterior al juriconsulto hizo más plausible la máxima de que la *Nobilitas est antiqua possessio* y como tal, necesitada de signos, toda vez que la propia idea de nobleza estaba relacionada tanto con la estirpe, la *virtus* y el *ius naturae*, haciendo de todo ello una nueva soberanía y dominio sobre el resto de la sociedad. Será preciso tener especialistas en las diferentes nobiliarias para cimentar la república de los honrados que conformaban los diferentes reinos de la Monarquía de España. Una única idea de nobleza para explicar y justificar, muchos nobles con sus matices y particularidades necesitados de diferentes estrategias de legitimación y muchos reinos con diferentes aparatos legales son la realidad en la que se desenvuelven los autores de textos sobre nobleza y heráldica.

Al ojear como quien hoy en día consulta el Google Earth los diferentes volúmenes de la magna obra heráldica *Historia originis et nobilitatis Hispaniae et Germaniae*, que se atribuye a Truchsess von Waldburg Otto (1514-1573), y analizando las imágenes iluminadas de los diferentes reinos de Europa con sus respectivos blasones y reyes fundadores, uno puede imaginar rápidamente un viaje por la Europa del prestigio y de la memoria de gestas de caballeros y caballerías, perfectamente glosadas en el símbolo heráldico trabajado por los reyes de Armas. Se trata de tres preciosos volúmenes encargados por el Emperador Carlos V para mayor gloria de la nobleza y casas reales europeas. Constituye un catálogo del cosmopolitismo vinculado a determinadas formas de prestigio social, asociadas a lo nobiliario como sistema. Memoria representada en un blasón. En el segundo de los volúmenes, dedicado a la nobleza y torneos de caballeros, podemos resaltar la verdadera dimensión que una circunstancia como esta (el honor, la memoria y la preeminencia) llevaba aparejados. Sobre todo porque se trata de un texto en el que se vincula los territorios con los honrados de los mismos, en una memoria visual de primera magnitud y que retrata a los ausentes gracias a la codificación de su valor en el blasón y la imagen estereotipada que se ofrece de algunos reinos.

No obstante, resulta mucho más elocuente el texto titulado *Historia Nobilitatis et Torneamentorum*, también de 1547, en el que encontramos un bello apartado titulado *origo nobilitatis*. Este volumen, alegato total y sistémico sobre la nobleza y sus valores y privilegios, se presentó a Felipe II como texto canónico, en el que la idea de nobleza aparece vinculada a todos sus verdaderos privilegios y formas de expresividad. En ese texto se esbozan los elementos que luego, los oficiales de armas de la monarquía comenzarán a trabajar durante el Quinientos y sobre todo el Seiscientos. En el siglo XVII se debía mantener la memoria de la monarquía, una memoria que debía ser explicada a cada momento mediante la codificación de los signos del prestigio y del valor social de los preeminentes. El monarca aparece en todo este aparato discursivo *extra historiam*, y ejerce una presencia de confirmador de la honra de sus súbditos. Es un soberano que vigila desde su torre, ese llamado panóptico real¹⁷, las formas en que los preeminentes sociales alcanzan los signos de su reputación. El monarca garantiza la concesión de las armas a un determinado tipo de noble. Éstos son amigos del proyecto monárquico en cualquiera de sus extremos y la heráldica es un elemento de justificación del discurrir honrado del noble. En este sentido el sistema heráldico de comunicación será un factor muy claro de distinción desde la Edad Media y la evolución del este oficio de rey de armas hacia esta dimensión de “memorialistas” será una de las potencias esenciales de la memoria del rey. Se vinculan de esta forma los espacios tradicionales del prestigio desde la Edad Media.

La fama como blasón.

Pocos son los grabados, pinturas y todo género de artefactos iconográficos de las personas honradas de la Europa Meridional en los que no aparezca, junto a la figura del representado, un blasón como muestra de su fama y su reputación. Los virreyes ibéricos de los territorios italianos bien nos pueden hacer comprender las lógicas de esta realidad. No se trataría tanto de un triunfo de las imágenes, sino que además, nos encontramos ante la representación de la representación. Imaginando ahora el grabado que preside el frontispicio del texto *Leone armeno* del jesuita Francesco Zuccarone podemos admirar a Pascual de Aragón a caballo, con un imponente blasón que cuelga de un árbol, sobre un segundo plano de una batalla. Lo mismo podemos decir del grabado que representa a don Pedro Antonio de Aragón, virrey napolitano, que ejerció con brillantez su gobierno y

¹⁷ Fernando RODRIGUEZ DE LA FLOR, *Imago. La cultura visual y figurativa del Barroco*, Madrid, Abada, 2009, p. 128.

que favoreció a la aristocracia napolitana¹⁸. El blasón de los Aragón, del que sale la divisa, *parcere subiectis debellare superbos*, axioma de Virgilio que rememora la idea romana del gobierno español, fue usado con cierta persistencia en dentro de la tratadística política de su tiempo¹⁹.

Sin ninguna duda, la capacidad comunicativa del blasón como trasunto de la honra, del poder y de la fama es un tópico recurrente en la cultura europea desde los siglos XIV en adelante. La nobleza de la Monarquía de España en su progresiva implantación en la Europa Meridional comenzará a fusionar sus usos heráldicos con los de los territorios italianos, permitiendo la asimilación de los diferentes prestigios asociados a cada una de estas realidades.

La literatura genealógica sobre los diferentes virreyes y sus casas y linajes aborda el uso del blasón como discurso cerrado en torno de sus virtudes y el modo en el que estos nobles se han ido asentando en el territorio. Se intentarán construir historias familiares articulando buena parte de esos discursos en la lógica impuesta por la estructura discursiva del Blasón. Cuando Luigi Guglielmo Ferdinando Moncada, virrey en Cerdeña, comisionó a Domenico Brignone e Cardela para escribir una historia de la familia Moncada, tal y como indica la profesora Scalisi²⁰, parece que la familia Moncada tuvo una intensa labor de escritura sobre el valor e historia de sus linaje, como quedó atestiguado por el propio Salazar y Castro quién recoge la noticia en su *Bibliografía Genealógica española*²¹. El valor hagiográfico y la tentativa positivista de narración de los acontecimientos vitales, que toda la literatura genealógica de este tipo encierra, no disminuye en absoluto el factor y la capacidad performativa de los textos; de hecho, buena parte del valor que estos textos tienen radica en que debemos comprenderlos como una parte esencial de la política cultural y de representación del poder que poseen. No solamente son meros artefactos decorativos más o menos bien sucedidos; sino que el conocimiento y la fijación de un modelo de comportamiento y su plasmación en un blasón, tienen mucho que ver con las necesidades que revelaban las propias manifestaciones del poder. El recurso heráldico es, en este caso, el complemento perfecto e indiscutible para singularizar al individuo.

¹⁸ Diana CARRIÓ-INVERNIZZI, *El gobierno de las imágenes, Ceremonial y mecenazgo en la Italia española de la segunda mitad del siglo XVII*, Madrid, Iberoamericana Editorial, 2008, p. 248.

¹⁹ José Luis BERMEJO CABRERO, *De Virgilio a Espronceda*, Madrid, CSIC, 2009, p. 25.

²⁰ Lina SCALISI, *La Sicilia degli Heroi. Sotirue di arte e di potere tra Sicilia e Spagna*, Catania, Domenico Sanfilippo, 2008, p. 93.

²¹ Enrique SORIA MESA, *La biblioteca genealógica de don Luis Salazar y Castro*, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998; SCALISI (2008), 95.

El blasón ibérico, como “segunda piel”: iluminando la excelencia

Por tanto, un blasón es un medio expresivo ligado a todas las convenciones sociales sobre el honor y se vincula con una tradición discursiva que interpretan todos los actores sociales de su tiempo. Desde los orígenes del escudo como arma defensiva y expresiva del espacio del guerrero en el mundo medieval le confiere un valor casi mágico.

Un escudo de armas lleva la presencia física del honrado a todos los lugares y convertía a sus poseedores en sujetos políticos y jurídicos de cara a la comunidad social que los contempla. Se trataba de un símbolo de carácter articulado²² que dispone de una identidad propia frente a los que lo miran. Es un símbolo que se determina rápidamente ante la idea que pretende reflejar de manera extrínseca a su propia naturaleza de dibujo o relieve en piedra. Sus propiedades internas no pretenden dar respuesta a otro asunto distinto del de definir lo que significa ser noble mediante un lenguaje cerrado que es ofrecido a la sociedad con una innegable densidad semántica.

Se nos presentaría aquí una duda central sobre el testimonio visual-discursivo que constituye un blasón y no sería otra que la de cómo interrogarlo dentro de la explicación de una particular forma luso-castellana de ser y parecer noble. Por lo dicho hasta ahora, parece obvio que la heráldica y sus artefactos discursivos, el blasón, conformaban una suerte de imágenes realizadas en un contexto histórico concreto, pero que no obedecen estrictamente a ese momento, sino que forman parte de una cultura y estructura de acción de mayor duración. Por tanto, la importancia no radica únicamente en el momento en que las armas heráldicas se conceden, sino a todo el espacio discursivo al que remiten.

Del mismo modo, pensamos que en la arquitectura visual de la nobleza peninsular y su influencia europea, el elemento esencial de su distinción gravitaba en torno a una particular forma de ser representado. Una especial anexión de la antigüedad vertebrada por particulares procesos sociales y burocráticos sobre la nobleza. No se trataba de evidenciar el factor fabuloso del pasado familiar; ni representar las casualidades que componían los méritos de tal o cual linaje; era un discurso estético y político que obedecía a cuestiones simples relativas al modo en el que las noblezas ibéricas prefiguraban un modo concreto de ser y de poseer una identidad específica.

El embellecimiento del pasado nobiliario castellano y portugués, partía de una diferente consideración inicial de los orígenes de la propia condición de noble.

²² Utilizamos aquí la terminología acuñada por Nelson Goodman. No se trata de un uso literal, sino que nos apropiamos de su sentido para aplicarlo a la descripción de la capacidad comunicativa del blasón.

Para la nobleza castellana, incluso en el siglo XVI, ser noble constituyó una forma de “nación”, de *natura* que compartía un pasado heroico, ideales virtuosos y la constante presencia de la fortuna y la gloria como aliadas. En el caso lusitano, la vinculación de la nobleza con el pasado, también pasaba, forzosamente, por una clara adhesión a la monarquía. No hay pues una misteriosa identidad nobiliaria ibérica, pero sí una personal forma, poco fragmentada, de construir su identidad estética.

En definitiva, el sistema heráldico y la sangre, como elementos culturales específicos de lo nobiliario, constituyeron una imagen que se identificaba con una forma de ser, la de la nobleza, como medio de expresión del honor, de las virtudes, del poder y de la fama. Se trata de una representación visual, una metáfora que sirvió para expresar qué era la excelencia de las noblezas peninsulares.

BIBLIOGRAFÍA

- ALEGRE CARVAJAL, E., *Las villas ducales como tipología urbana*, Madrid, UNED, 2004.
- BERMEJO CABRERO, José Luis, *De Virgilio a Espronceda*, Madrid, CSIC, 2009.
- BOUZA, Fernando, *Palabra e imagen en la corte. Cultura de la nobleza en el Siglo de Oro*, Madrid, ABADA, 2003.
- BRAUDEL, F., *El mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, Madrid, 2001. (1ª ed. 1950).
- BRUNO, G., *Heroicos furores*, María do Rosário González Prada (ed.), Madrid, Editorial Tecnos, 1987.
- BUSTO DE VILLEGAS, Sancho, *Nobiliario*, José Antonio Guillén Berrendero (edición y estudio), Murcia, Ediciones de la Universidad de Murcia, 2014.
- CARRASCO MARTÍNEZ, A., “A las puertas del templo de Jano. Percepciones de la guerra en la Monarquía de España de los siglos XVI y XVII” en Luis Ribot (coord.), *Historia Militar de España. Edad Moderna. II El escenario europeo*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2013.

- CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana, *El gobierno de las imágenes, Ceremonial y mecenazgo en la Italia española de la segunda mitad del siglo XVII*, Madrid, Iberoamericana Editorial, 2008.
- CLARK, S., *Vanities of the Eye. Vision in Early Modern European Culture*, Oxford, Oxford University Press, 2007.
- CHASSANEAU, Barthelemy de, *Catalogus gloriae mundi, laudes, honores, excellentias ac preeminencias omnium fere statuum*, Lugduni, 1546.
- ENCISO ALONSO-MUÑUMER, I., *Nobleza, poder y mecenazgo en tiempos de Felipe III. Nápoles y el Conde de Lemos*, Madrid, Actas Editorial, 2007.
- KING, C. E., *Representing Renaissance Art, c.1500-c.1600*, Manchester, Manchester University Press, 2007.
- MACEDO, Antonio de Sousa de, *Flores de España y excelencias de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1631.
- MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, *Heráldica Medieval Española, I: La Casa Real de Castilla y León*, Madrid, Hidalguía, 1982.
- MINGUITO PALOMARES, A., *Nápoles y el virrey conde de Oñate. La estrategia del poder y el resurgir del reino (1648-1653)*, Madrid, Sílex, 2011.
- PALOS, Joan Lluís, *La mirada italiana. Un relato visual del imperio español en la corte de sus virreyes en Nápoles (1600-1700)*, Valencia, Publicacions de la Universitat de València, 2010.
- QUONDAM, Amedeo, *Cavallo e Cavaliere. L'armatura come seconda pelle del gentiluomo moderno*, Roma, Donzelli Editore, 2003.
- RIQUER, Martín de, *Heráldica castellana en tiempos de los Reyes Católicos*, Madrid, Quaderns Crema, 1986.
- RODRIGUEZ DE LA FLOR, Fernando, *Imago. La cultura visual y figurativa del Barroco*, Madrid, Abada, 2009.

RONCUZZI ROVERSI, Valeria, y SACCONI, Sandra, “La Spagna nell’ Archiginnasio di Bologna: In un Palazzo, in una Biblioteca” en Amadeo Serra y José Luis Colomer (ed.), *España y Bolonia. Siete siglos de relaciones artísticas y culturales*, Madrid, CEEH y Fundación Carolina, 2006.

SAAVEDRA FAJARDO, D., “Empresa 46” en *Empresas Políticas*, Sagrario López (ed.), Madrid, 2000.

SCALISI, Lina, *La Sicilia degli Heroi. Sotirue di arte e di potere tra Sicilia e Spagna*, Catania, Domenico Sanfilippo, 2008.

SORIA MESA, Enrique, *La biblioteca genealógica de don Luis Salazar y Castro*, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998.

TRIBOLATI, Felice, *Grammatica araldica ad unos degli italiani*, Milano, Hoepli, 1887.

VARELA MERINO, Elena, *Los galicismos en el español de los siglos XVI-XVII*, 2 vols., Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009.

VELARDE LOMBRAÑA, J., *Juan Caramuel. Vida y obra*. Oviedo, PENTALFA, 1989.

Modelações de escritas sobre um Portugal de partida para os espaços extra-europeus: reflexões em torno de imagens do(s) europeu(s)

Ana Paula Menino Avelar¹

Resumo

A partir do conceito de alteridade analisa-se como o discurso cronístico português entendeu o espaço europeu e representou o *Outro* no século XVI. Após ter brevemente reflectido sobre a historiografia portuguesa quinhentista, analisam-se as narrativas que descreveram o Portugal de partida e, através do recurso a breves exemplos, examina-se a imagem que a cronística portuguesa transmitiu sobre outros habitantes de um espaço europeu, até aqui algo desconhecido. De seguida, contrapõem-se as imagens discursivas de autores como Jerónimo Münzer ou Jorge de Ehingen que estiveram em Lisboa no século XVI e que escreveram sobre estas suas viagens.

Palavras-chave

Historiografia; alteridade; cronística; Europa; cultura.

¹ CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade Nova de Lisboa; Universidade Aberta; CEC – Centro de Estudos Comparatistas e CH – Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Abstract

The concept of alterity stands at the core of our analysis of the way 16th century Portuguese chronicles understood the European space and represented the Other. After briefly reflecting on the Portuguese historiography of the 16th century, we analyze the narratives that described Portugal as a departure port. Anchored in brief examples, we examine the image those chronicles informed European readers about previously unknown spaces. Eventually we contrast Jerónimo Münzer's and Jorge de Egingen's discursive images, since they were in Lisbon in the 16th century and wrote about those journeys.

Keywords

Historiography; otherness; chronistic; Europe; culture.

Para analisar diferentes modelações narrativas sobre o Portugal de partida no século XVI importa, para além de assinalar inscrições nucleares para a construção do quadro conceptual de quem trabalha nesta área de estudos, a escrita do *Outro*, enfatizar que se toca duas faces do discurso sobre a alteridade: por um lado, referem-se breves exemplos da imagem construída pela cronística portuguesa sobre outros habitantes do desconhecido espaço europeu, por outro contrapõem-se imagens narrativas transmitidas sobre um Portugal de partida através de vozes como Jerónimo Münzer ou Jorge de Egingen. Esta escolha decorre do facto de serem estas algumas das narrativas produzidas ao tempo por quem visitou o Portugal de partida (séc. XVI), descrevendo-o.

Assim, importa ter em atenção o quadro conceptual em que se move esta análise, o qual tem sido objecto de múltiplas abordagens, nomeadamente quando se trabalha no âmbito dos estudos de cultura e nas suas fontes. Recordo que as compilações de viagem têm funcionado como uma das fontes matriciais para um dos campos de investigação na área da cultura, os *Encounter Studies*². Se, durante muito tempo, este espaço analítico era algo secundarizado e marginalizado pelos

² Como Stephen Greenblatt define: "The voices of the other do not reach us in pure or uncontaminated form-as if such a condition were ever possible! Indeed the whole European project of writing about the New World rests upon the absence of the object-landscape, people, voice, culture-that has fascinated, repelled, or ravished the writer." Stephen GREENBLATT, *The New World Encounters*, London, University of California Press, 1993, p. XVII.

estudos históricos, pois a sua hermenêutica textual exigia o domínio conceptual dos campos da História e da teoria literária, actualmente o mesmo intenta integrar qualquer artefacto intelectual que corporize a interação da Europa com o *Outro*, com a alteridade, durante os períodos tardo-medieval e moderno. Estes artefactos vão desde o uso de exemplos colhidos na geografia ocidental, cartografia, ou narrativas históricas, passando pela pintura, épica ou mesmo obras de cariz filosófico ou jurídico³.

Não é este o espaço para problematizar o modo como se foi evoluindo nesta área de estudos e nas suas múltiplas vertentes, como as que se prendem com as fontes. Contudo, subscrevo a crítica repetidamente levantada segundo a qual a visão que tem sido mais ou menos sistematicamente reconstruída é a da representação europeia de outros espaços, ainda que se procure enquadrar o debate, num contexto mais global das configurações intelectuais⁴.

Com efeito, deparamo-nos com o “conhecimento do mundo” que, apesar de condicionado pelas pré-existentis tradições tardo-medievais e renascentistas europeias, sofreu as mudanças espaciais e temporais que intervieram nos contornos económicos, sociais, políticos e culturais, dos outros que se procuraram “representar”. Passou-se, como assinalou Gilles Lipovetsky em *Cultura-Mundo*, do cosmos fixo da unidade, do sentido último e das classificações hierarquizadas para o das redes, dos fluxos, dos mercados⁵.

Concomitantemente, dever-se-á ter em atenção que, como define Paul Ricoeur, ao tomar o facto histórico enquanto texto⁶ este deverá ser entendido como nexos de toda uma série de diferentes discursos⁷, recorrendo os diferentes narradores à semelhança, a qual, para quem analisa o texto, revela não só o que se vê, mas quem vê. Desoculta-se, deste modo, não apenas as comunidades locais, mas, muito em particular, os sujeitos que elaboraram a descrição. Por outras palavras, através do texto revela-se não só o observado, mas também os observadores.

Estes discursos subscrevem, por vezes, múltiplos géneros, sendo as narrativas de viagem, as que de imediato e intencionalmente visam revelar o *Outro*. Estes discursos devem ser entendidos no âmbito de um contexto social específico, reflectindo códigos, expectativas e ideologias distintas⁸. Deste modo, formata-se

³ Giancarlo CASALE, *The Ottoman Age of Exploration*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p. 9. Neste texto o autor logo no início elabora uma sucinta síntese relativamente à metodologia adoptada face às fontes narrativas que explorou e onde toca as abordagens teóricas em torno desta área de estudos.

⁴ *Ibidem*, 10.

⁵ Gilles LIPOVETSKY e Jean SERROY, *Cultura-Mundo- Resposta a uma sociedade desorientada*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 11-37.

⁶ Paul RICOEUR, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Editions du Seuil, 2000, p. 360.

⁷ Sara MILLS, *Discourse*, London and New York, Routledge, 2003, p. 117. Neste texto a autora sintetiza em breves traços o modo como o discurso tem sido analisado.

⁸ Graham ALLEN, *Intertextuality*, London and New York, Routledge, 2000, p. 212.

a representação do “mundo do *Outro*” a partir do ponto de vista do autor, sendo muitas vezes estas descrições e as imagens que as mesmas corporizam usadas como fonte de informação a partir da qual o autor histórico intervém. Atente-se no facto de estes pontos de vista também modelarem os contextos históricos.

Tendo este esquemático contexto conceptual como solo analítico, reflecta-se, ainda que usando apenas alguns textos, sobre os autores portugueses que tomam o reino – a Europa, como tópico de descrição e que repercutem uma primeira prática memorativa⁹. A palavra comporta em si uma tradição de significado, por isso enfatiza-se nesta análise o facto de se tomar memorativo na acepção quatrocentista do vocábulo, como sendo o que serve para mencionar, e representação, na acepção ricoeuriana de algo anteriormente percebido, adquirido e dominado.

Situemo-nos em Quinhentos, num tempo em que se assiste a uma tendência para o imanentismo na compreensão do mundo, isto é, o universo é pensado como um todo que se auto-explica, e que contrasta com o transcendentalismo medieval. Este último entende a realidade como um conjunto de aparências que são movidas por algo exterior a si. Neste imanentismo o homem compreende-se, dinamicamente: “A relação entre o indivíduo e a situação torna-se fluída; o passado, o presente e o futuro transformam-se em criações humanas.”¹⁰ Deste modo, o discurso historiográfico ganha uma nova modelação, onde o olhar sobre o *Outro* e a sua representação se reformula.

Neste tempo surge em Portugal uma modalidade historiográfica específica: a crónica da Expansão que consubstancia essa nova consciência epocal, dela participando, visto espelhar as realidades extra-europeias onde o *Outro* se impõe. A alteridade perceber-se-á a partir da imagem do eu, esboçados por signos identitários, como as roupas ou formas de saudar ... e da vivência de novas atmosferas¹¹, entendidas como expressões da relação do indivíduo com o mundo, nascendo da afectividade por esta projectada no seu espaço. Esta alteridade deve ser intuída e igualmente desocultada quando se analisa a forma como a Europa se representa a si própria.

Como sinaliza Euan Cameron foi uma mulher asiática que deu o nome a Europa [Europa é a filha de Agenor-Rei de Tiro que foi raptada por Zeus transformado num touro, dando nome ao continente], foi um vagueante exilado asiático que ofereceu à Europa a sua identidade política e cultural [Eneias, exilado troiano,

⁹ Tenha-se em atenção que no séc. XV memorativo é entendido como: “(...) a memoria he dita quando a imagem vista ouvida dalguum cousa do homem he sempre presente na virtude memorativa.” José Pedro MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, IV, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 100.

¹⁰ Agnes HELLER, *O Homem do Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 9.

¹¹ Pierre KAUFMANN, *L'expérience émotionnelle de l'espace*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1967.

é o símbolo do império de Roma] e foi um profeta oriundo da Ásia, Jesus Cristo, que deu à Europa a sua Religião¹².

Por seu turno, a figuração iconográfica deste mito fundador da Europa é a que usualmente prefigura o rapto da filha de Agenor por Zeus transfigurado num touro, o qual abre o seu caminho por entre as águas, levando sobre si uma jovem. Este mito fundador percorre a cultura europeia, estando presente tanto na Antiguidade, onde a Europa ganha a forma de uma heroína, ou deusa, reflectida no lirismo de Mosco, Ovídio, ou Luciano, ou ainda numa Idade Média em que este rapto da Europa, foi tanto rejeitado pelo Cristianismo como reconfigurado no que considera ser uma alegoria cristã, onde Zeus, Deus dos deuses é substituído por Cristo. Europa ecoa, assim, durante a medievalidade como um traço de um politeísmo sacrílego, surgindo sob a forma de uma personagem. Já num tempo de passagem do *império dos signos* para o *império dos príncipes* a representação de Europa irá surgir como a deusa cristã dos iluministas, escribas e impressores.



Fig. 1 – Mapa da Europa como Rainha in Sebastian Münster, *Cosmographie Oder beschreibung Aller Länder herrschafftenn vnd fürnemesten Stetten des gantzen Erdbodens*, Basel, 1588 (Bayerische Staatsbibliothek, VD16 M 6704, p. xli, urn:nbn:de:bvb:12-bsb00074488-4)

¹² Euan CAMERON, *Early Modern Europe –An Oxford History*, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 1-4.

Atente-se como no Renascimento, num momento em que se registam fronteiras, Sebastião Münster metamorfosaria a sua Europa em rainha, sendo a Hispânia a sua cabeça, a qual esboçando um claro movimento, olharia para a África que a ladeava, tendo a seus pés a Ásia. Este é também o século em que os impérios ibéricos iconicamente se auto-representariam, tomando o globo. Assim, ao longo dos séculos a imagem de Europa consubstanciar-se-ia em signo, personagem, poesia, ou mesmo em simples ornamento e concomitantemente o espaço físico deste continente foi, desde a Antiguidade, denominado por Europa, ainda que politicamente surgisse designado como Cristandade. Tal designação só começaria a ser substituída pela de Europa entre 1630-1660 em França, Holanda e Inglaterra, enquanto que em Espanha, no sul de Itália, na Áustria, Hungria e Polónia, isto é, nos espaços europeus que directamente faziam frente aos turcos e nos espaços onde o espírito de cruzada se mantinha ainda vivo, persistiu o emprego do designativo de cristandade. Tal designativo não sinalizava unicamente uma crença, mas consubstanciava uma orgânica forma de viver:

“If ‘Europe’ had, or came to acquire, an identity as a place, it was always one which lived in the uneasy realization that not only were Europe’s origins non-European, but that no one could establish with any precision where Europe stopped and Asia and Africa began.”¹³

Deste modo, o conceito de Europa/Cristandade participaria da construção de uma geografia organizativa das primeiras escritas de viagem produzidas num Portugal de Quinhentos e das suas traduções/revisitações no espaço europeu. Formulam nuclearmente o seu espaço narrativo. Importa, no entanto, ter em atenção nestes discursos a dissimetria entre espaço e tempo, binómios construtores da viagem e modeladores da sua escrita:

“Dans l’espace la “tautousie” empêche deux existences d’exister à la même place; mais l’espace est la pour accueillir tous les coexistants à la fois dans la juxtaposition de leur co-présence, et pour offrir le spectacle à um regard synoptique qui les embrasse simultanément. Dans l’espace l’omniprésence n’est pas moins contradictoire; mais la liberté du mouvement atténue la disjonction des lieux, et en outre la possibilité du retour au point de départ parachève notre maîtrise. Dans le temps, la succession fluidifie l’alternative:

¹³ *Ibidem*, 4.

transformés en “moments”, des contradictoires qui sont impossibles dans le même instant deviennent, sinon compossibles, du moins possibles.”¹⁴

Essa (com)possibilidade ou possibilidade pode concretizar-se através das imagens, dos signos e símbolos que percorrem os diferentes discursos autorais. Tomemos, então, o quadro do reino de Portugal, considerando que, na Europa coeva, o espaço terrestre é ainda intuído de um modo descontínuo. Será gradualmente que os europeus se vão apercebendo das continuidades espaciais. A descrição dos lapões, como nervosos, de estatura medíocre, mas possuidores de admirável destreza, na *Lappiae Descriptio* (1542)¹⁵, feita por Damião de Góis¹⁶, ou as expedições deste autor por terras dos tártaros, constituem, a este nível, discursos relevantes para a compreensão da forma como se elogiou os que, ainda por terras da Europa, se aventuravam no desconhecido.

É um contemporâneo de Góis, André de Resende, que o enaltece devido ao facto de este ter vivido entre uma tribo de tártaros, onde, como refere, seriam frequentes carnificinas praticadas pelos excessos de paixão¹⁷. Já Marco Polo descrevera a Tartária por ele visitada por volta de 1292. O seu texto corre pela Europa de então, sendo publicado em português por Valentim Fernandes em 1502. Nele também são descritos os excessos de paixão entre os tártaros, nomeadamente quando é referida a prática da justiça¹⁸.

Mas retomemos o encontro com o *Outro* no reino de Portugal e desde já sinalizo Gomes Eanes de Zurara. A 23 de fevereiro de 1453, este cronista escreveu a D. Afonso V, entregando-lhe a crónica da Guiné que redigira, a seu pedido, sobre a figura do Infante D. Henrique. A alteridade, o *Outro/o* africano, expõe-se ao longo das suas páginas, intervindo, em particular, a voz do autor na descrição da chegada a Lagos dos escravos que haviam sido capturados em terras africanas. O quadro impressionante que traçou, podia passar-se noutra qualquer porto, ou mesmo na Lisboa de Quinhentos onde os escravos desempenhavam as mais variadas funções desde o transporte das mercadorias, ao acompanhar os fidalgos, entretendo-os mesmo quando estes passeavam junto ao Tejo.

Zurara transita da “maravilhosa cousa de se ver” tão diferentes gentes, “alguns de razoada brancura, fermosos e apostos, outros menos brancos, outros tão

¹⁴ Vladimir JANKÉLÉVITCH, *L'irréversible et la nostalgie*, Paris, Flammarion, 1974, p. 27.

¹⁵ Damião de GÓIS, *Opúsculos Históricos*, Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 205.

¹⁶ Ana Paula AVELAR, “Damião de Góis ou como a escrita da História é revisitada pela pena de um ‘Diplomata’”, in Maria João Pacheco Pereira e Teresa Leonor M. Vale (ed.), *Diplomacia e Transmissão Cultural*, Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira-Althum.com, 2018, pp. 47-58.

¹⁷ Citado por Elisabeth Feist HIRSCH, *Damião de Góis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 32.

¹⁸ Francisco Maria PEREIRA (ed), *Marco Paulo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922, I, Cap. LXI.

negros como etíopes”, para o pungente infortúnio de se ver “apartar os filhos dos pais, as mulheres dos maridos os irmãos uns dos outros”¹⁹. Zurara descreve os sentimentos, convocando os olhares, e as *voces*:

“Que uns tinham as caras baixas e os rostos lavados com lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos ceus, firmando os olhos em eles, bradando altamente, como se pedissem acorro ao Padre da natureza; outros feriam seu rosto com as palmas, lançando-se tendidos no meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quaes, posto que as palavras da linguagem aos nossos não podesse ser entendida, bem correspondia ao grau de sua tristeza.”²⁰

O ponto de vista do observador/narrador pontua a descrição da narrativa de viagem; veja-se como Jerónimo Münzer, na sua viagem por Espanha e Portugal entre 1494-1495, ao referir as gentes de Lisboa, salienta a cortesia com que foi recebido na cidade onde então reinava D. João II. Na sua visita ao castelo terá visto “bravíssimos” leões, “tão belos que como nunca até então tinha visto e um mapa-mundo muito bem pintado”, numa tábua muito grande e dourada cujo diâmetro era de catorze palmas²¹. As gentes de ambos os sexos eram muito educadas e os mais ricos que encontrou na capital eram geralmente alemães e holandeses. Estes dedicavam-se ao comércio e habitavam preferencialmente a rua Nova que, segundo este alemão, estava construída de acordo com o estilo alemão²². O olhar determina a transmissão do conhecido, efectivando-se uma tradução cultural, cujo referente é o do *Eu* – observador/narrador.

Detenhamo-nos sobre este conceito, o de tradução cultural, o qual deve ser validado numa dupla noção, a do meio a partir do qual os seus autores tomaram conhecimento com as diferentes sociedades e a da incorporação de um saber composto, onde vários sujeitos participam da construção dessa “ideia-sentimento” que se corporiza através do encontro de agentes de diferentes culturas. Atente-se, por exemplo, no facto de G. Braun e F. Hogenberg na *Civitates Orbis Terrarum* se terem servido do *Elogio da Cidade de Lisboa – Urbis Olisiponis Descriptio* (1554) de Damião de Góis para desenhar a cidade (1598).

¹⁹ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Guiné*, Porto, Livraria Civilização, 1973, p. 122.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Jerónimo MÜNZER, *Viaje por España y Portugal(1494-1495)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1991, p. 177.

²² *Ibidem*, 185.



Fig. 2 – Georg Braun, Frans Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, vol. 1, p. [18] (in <http://objects.library.uu.nl/reader/index.php?obj=1874-357397&lan=en#page//56/59/88/56598856355747173674421691955164215407.jpg>)

Além disso, ao reflectir sobre o encontro do *Eu* e do *Outro* devemo-nos interrogar se se assiste ao uso de uma tipologia descritiva, onde se usa o estereótipo como estratégia narrativa. Tome-se Damião de Góis e a sua *Hispania Damiani a Goes equitis Lusitani* (Louvain 1544). Este ao debruçar-se sobre os “varões ilustres pelo saber” enaltece os habitantes da Hispânia. Ao fazê-lo o cronista adopta esta categoria como devendo ser intuída a partir de uma interrogação reflexiva onde se aplica a razão intuitiva e o conhecimento. A defesa destes varões habitantes da Hispânia corporiza através do uso estereotípicos os quais são contrapostos aos que teriam sido evocados por Sebastião Münster. Após uma longa enunciação de ilustres varões, Damião de Góis escreve:

“Todos estes, além de alguns mais que por ainda viverem, passo em silêncio, foram da Espanha [Hispânia]. Donde se vê que os nossos nem aprendem tão mal, nem ostentam ciência com palavras e simulação, ou vivem na bárbarie, como no seu “Novo Ptolomeu” [1540] afirma Munstero, que à imitação de Miguel Villanovano, meu desconhecido e neste assunto bastante deficiente, pôs em comparação hispanos e gauleses.

Cuido, porém, que como ensina em Basileia, quis agradar aos franceses de preferência aos [hispanos], pois esta cidade olha a França de todos os lados.”²³

²³ GÓIS (1945), 106.

Este saber construído através da razão intuitiva e conhecimento também transparece na descrição de um *Outro*, o ameríndio, com o qual este mesmo narrador se cruza na capital de um império, Lisboa. É na Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel (Lisboa 1566-1567) que Góis descreve o encontro. Foi em Santos o Velho, no momento em que D. Manuel despachava na ponta do cais de madeira que o rei recebeu três homens oriundos da província de Santa Cruz, os quais eram: “(...) assaz bem dispostos (...) hos quaes vinhã vestidos de pennas, com has faças, beiços, narizes, orelhas cheos de grossos pendentos (...)”²⁴. Através de um língua D. Manuel colocou algumas perguntas e após terem referido serem muito destros no manejo do arco, de imediato se prontificaram para o demonstrar, tomando os seus arcos e atirando a pedaços de cortiça, tão pequenos como a palma da mão, e que boiavam no Tejo, conseguindo acertar em todos.

Já no final do século XVI, pela voz de Luís de Fróis confrontam-se os olhares da Europa de partida - Lisboa - e o da chegada a um Extremo Oriente. No seu *Tratado em que se conteêm muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta província do Japão...*, para além das diferenças físicas contrapõem-se igualmente diferentes formas de estar: “Antre nós quando se toma uma rosa ou cravo cheiroso, primeiro a cheiramos e depois a vemos; os Japões, sem terem conta com o cheiro, se deleitam somente na vista.”²⁵

Num encontro de culturas, precisa-se a diferença dos *sentires*. Nestes discursos do *Eu* e do *Outro* explicitam-se os comportamentos de grupo, ora traçando-se diferentes quadros de costumes, ora relatando-se práticas sociais ou diplomáticas; expõe-se a estratificação e hierarquia social, os recursos económicos, as práticas culturais e saberes diferenciados. Este é um tempo construção de uma nova escala onde o global e o local se problematizam.

Atente-se exactamente no facto de as “vozes” narrativas desta Europa recorrerem à semelhança, revelando-nos não só as comunidades locais, mas, muito em particular, os sujeitos autorais. A Lisboa de Jerónimo Münzer é maior que Nuremberg na referência que este autor faz no seu itinerário pela Hispânia (1494-1495). Se este é o espaço ibérico, Portugália surgiria como um breve detalhe no *Liber Chronicarum* (1493) do seu amigo Hartmann Schedel. Esta Portugália surge idealizada à maneira do registo desenhado de Nuremberg: expõe-se visualmente o que considero ser uma ideo-paisagem.

²⁴ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949, I, pp. 131-132.

²⁵ Luis de FRÓIS *et all*, *Europa Japão: um diálogo civilizacional no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, p. 149.

Contudo, dever-se-á atender ao facto que nesta escrita de viagem se assiste ao esboço de etno e ideo-paisagens²⁶. As primeiras são construções sociais sobre as comunidades narradas que, apesar de poderem ser modificadas, visam a conservação de propósitos e interesses dos grupos relativamente aos quais foram produzidas e a partir dos quais são disseminadas. Deste modo, decorrem e participam, daquilo que se entende por paisagem, enquanto observação que se constitui como discurso através do qual os grupos sociais se foram historicamente diferenciando, interagindo com a natureza e entre si. Já as segundas, as ideo-paisagens, consubstanciam-se tanto nas ideias-imagens como nas suas cristalizações em *topoi* literários, muitas vezes percorridos pelo encantatório. Mas analise-se como fluíram as etno e as ideo-paisagens de *outras* escritas de viagem de sobre *um Portugal de partida* para os espaços extra-europeus.

Constata-se que se vê o(s) *Outro(s)* em viagem no reino de Portugal, num tempo em que o espaço terrestre é ainda intuído, como já anteriormente se sinalizou, de um de um modo descontínuo. Gradualmente os europeus apreenderam as continuidades espaciais, sendo que o signo da viagem foi um elemento facilitador dessa apreensão de continuidade. Tal aconteceu exactamente com Jerónimo Münzer, o qual descreveu as suas expedições nos anos de 1494 e 1495, isto é, a viagem de Nuremberg a Espanha e Portugal, acompanhado por três jovens filhos de abastados comerciantes que falavam tanto italiano como francês – António Herwart de Augsburg, Gaspar Fischer e Nicolas Wolkenstein de Nuremberg. Ele usaria a *Deploratio Lappianae Gentis* de Damião de Góis ainda que não a identifique²⁷. Münster que tinha considerado no seu *Appendix Geographica*, incluso na primeira edição da *Geographia Universalis* (Louvain, 1540) os habitantes da Hispânia, pouco hospitaleiros, retratando-os, segundo Góis, como “imundos vilões, só se fartam com o alheio”²⁸. É certo que o humanista português não deixa de repetidamente de alertar na sua *Hispania...*, concluída a 20 de Novembro de 1541 e dedicada a Pedro Nânio (1500-1557), que não deseja: “(...) que Munstero, tome as minhas palavras por censura, senão como aviso para de ora avante ser mais cauto e verdadeiro nos seus escritos, pois sei que é homem de bem e tenho com êle certas relações de amizade.”²⁹ Atente-se nos factos de já no distante ano de 1533, Góis ter estado com Münster em Basileia, e de em 1544 o próprio cosmógrafo ter citado “Damião de Portugal”.

²⁶ Arjun APPADURAI, *Modernity at Large – Cultural Dimensions of Globalization*, Minnesota, University of Minnesota, 1996, p. 33.

²⁷ Luís Filipe BARRETO, *Damião de Goes-Oscaminhos de um Humanista*, Lisboa, CTT-Correios de Portugal, 2002, p. 50.

²⁸ GÓIS (1945), 114.

²⁹ *Ibidem*.

A referenciação a um espaço, a Hispânia (acepção dos antigos para a península Ibérica) era objecto dos que visitavam o espaço de partida para os novos mundos e nas diferentes descrições deste espaço não pontuariam unicamente os aspectos negativos que marcariam a referida disputa. Tome-se exactamente outras vozes como a de Jorge de Ehingen, que serviria tanto D. Afonso V de Portugal como Henrique IV de Castela, e que em 1457 pela Hispânia, ou as que se relataram a viagem do barão Jaroslav Lev z Rožmitálu a na Blatné (Leo de Rosmithal) cunhado do rei da Boémia, que em 1467, peregrinou pela Hispânia. Sobre esta última digressão, conhecemos dois relatos, o de Gabriel Tetzl de Nuremberg que descreveu a viagem e o de Shascheck, que elaborou as memórias, cujo original não se conhece, chegando até nós uma tradução latina, elaborada por Stanislav Pavlovsky em 1577³⁰.

Estes textos subscrevem a *peregrinatio* dos seus protagonistas. Jorge de Ehingen, sabendo, em 1458, que se preparava uma ofensiva de D. Afonso V contra o reino de Fez, apresenta-se na corte afonsina, sendo recebido pelo rei. É a curialidade da vida na corte que perpassa na sua escrita. Ao chegar ao palácio afirma que encontrou um magnífico salão, rodeado de príncipes e marqueses e muitos senhores e cavaleiros, que lhe falaram afavelmente. O desconhecimento da língua portuguesa levou a que o diálogo se estabelecesse através de gestos, os quais denunciaram, segundo o que escreve, a submissão e reverência devida ao momento³¹. Bem acolhidos pelo monarca, integrariam a expedição afonsina ao Magrebe.

Preparado na arte da guerra, Jorge de Ehingen traçou a sua concisa e sumária etno-paisagem do reino de Portugal, assinalando que em Portugal existiam muitos cavaleiros e gente de estirpe, pundonorosa e rica”. Segundo ele, este era um país bem cultivado onde prosperavam frutos variados: requintados vinhos, azeite, açúcar, mel, passas e sal. Este cavaleiro percorreu o reino, visitando belas cidades, castelos e mosteiros, plasmando-se na sua escrita um quadro geral de um reino, visto ser o norte de África o centro primordial da sua narrativa. É a memória individual que se perpetua, ainda que se comece a tecer já o hipostasiar de sujeitos colectivos³², neste caso a acção de Jorge de Ehingen ao serviço de Portugal e a do mouro inimigo.

Por seu turno, Münzer sinalizaria este facto no seu texto, referindo que nesta acção de defesa de Ceuta estariam 800 cristãos, entre os quais se encon-

³⁰ MÜNZER (1991), 132.

³¹ António MARÍA FABIÉ (ed.), *Libros de Antaño. Viajes por España de Jorge de Eingen, del barón León de Rosmithal de Blatna, de Francisco Guicciardiny de Andrés Navajero*, Madrid, Fernando Fe, 1879, p. 31.

³² Fernando CATROGA, *Os passos do homem como restolho do tempo – Memória e fim do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 12. Este autor disserta sobre os processos de construção de uma memória.

travam dois alemães, Jorge de Ehingen, do condado de Wittenberg, o qual tinha sido armado cavaleiro em Jerusalém, e Gregório de Ramseidner, de Saltzburg, cuja memória seria recordada entre os portugueses, pois este último inventara uma eficaz armada de arremesso, conhecida por abrojos³³. O facto memorativo é, assim, eficazmente perpetuado.

De igual modo, Gabriel Tetzl sinalizou indirectamente a presença de barão Leo de Rosmithal por terras da Hispânia³⁴. A meticulosidade do registo deve ser assinalada, ainda que se deva atender à mediação de quem escreve este percurso individual. O autor dá-nos a conhecer Leo de Rosmithal e a sua viagem. Repare-se só num exemplo: o modo como é descrito o trato dos escravos na cidade do Porto e atente-se no tom algo impessoal e denotativo deste discurso. O relato começa por afirmar que, existia naquela cidade do Porto muitos infiéis que vendiam escravos que se tinham convertido ao Cristianismo. Alguns destes escravos podiam ser reconhecidos, pois alguns teriam pintado as barbas ou os corpos. Segundo este discurso desde que os exércitos portugueses se aventuraram por terras orientais todos os anos chegavam das mesmas milhares de homens, mulheres e meninos. Estes dois últimos grupos seriam distribuídos pelos vizinhos das cidades dominadas pelos portugueses e os varões adultos vendidos como escravos pelos oficiais do rei, lucrando deste modo o Real Erário. Neste discurso pontua um tom distante, não impressionante³⁵.

Mas retome-se o discurso de Jerónimo Münzer. A civilidade do encontro com D. João II, não mascara, para o olhar atento do *físico*, a doença do monarca. Como escreveu, quatro vezes se sentou à mesa de D. João II, com ele conversando sobre vários assuntos. Este foi muito afável, chegando mesmo a estreitá-lo nos braços. Todavia, D. João estava com má cor. Situação, que segundo o narrador se verificava desde a morte de seu filho D. Afonso na sequência de uma queda de cavalo. O mal de que o rei padecia, seria, segundo o que corria, hidropisia, doença que o nosso viajante reconheceria pela sua sintomatologia³⁶. Münzer confidenciaria o seu desejo de que Deus concedesse uma longa vida ao monarca, pois considerava D. João era um excelente soberano, um plácido e afável rei, que governava pacificamente, estando sempre atento a quem se lhe dirigia para falar de empresas bélicas ou de navegação. Senhor, que Münzer qualificaria, possuidor de um “engenho peregrino” para negociar e enriquecer, comerciando toda uma diversificada quantidade de produtos.

³³ MÜNZER (1991), 187.

³⁴ MARÍA FABIÉ (1879), 155-190.

³⁵ Malcolm Henry Ikin LETTS (ed). *The travels of Leo of Rozmital through Germany, Flanders, England, France, Spain, Portugal, and Italy, 1465-1467*, London, Hakluyt Society, 1957, pp. 109-118.

³⁶ MÜNZER (1991), 167-169.

O intimismo transparece nas etno-paisagens deste viajante alemão. Veja-se como ele anota o real observado, ainda que sinalizado através dos signos exteriores. O nosso médico afirmaria, por exemplo, que as pessoas de um e outro sexo em Lisboa são extremamente corteses. É certo que não estamos ainda perante a emergência de um livro de costumes, onde outras culturas, as “de velhos e novos mundos”, se confrontam auxiliando a definição de um “Eu”. Esses livros de costumes que surgiriam em meados do século XVI refletiriam, como defendem alguns historiadores, um crescente interesse com as fronteiras geográficas³⁷. Tal será, por exemplo, o caso de Christoph Weiditz e do seu livro de costumes onde a par dos ameríndios, surge a representação, entre outros europeus, do modo como “vão os portugueses e as portuguesas no geral”.

É a semelhança que determina o modo como Jerónimo Münzer elaborou as suas descrições, pois, como escreve, os alemães da Flandres a par de outros residentes em Lisboa, são bastante ricos e residem na Praça e na Rua Nova, esta última construída ao jeito das da Alemanha, aí se encontrando os que se dedicam à mercância³⁸. No itinerário deste nosso físico o encantatório vai, aqui e ali, pontuando muitas vezes o discurso a par do registo topográfico dos espaços. Lisboa não é, no seu entender, uma cidade, mas sim três. A primeira é a encimada por um monte altíssimo em cujo cume se situa o castelo do rei. De baixo deste e ladeando as encostas, vislumbram-se as casas, os mosteiros e outros edifícios; a ocidente existe um outro monte cuja parte oriental está povoada e finalmente entre estes dois montes estende-se uma dilatada planície, igualmente povoada, a qual se distende até ao mar. No dizer de Jerónimo Münzer, Lisboa é maior que Nuremberg, sua cidade de adopção, e muito mais populosa visto que em cada casa habitam 3, 4 ou 5 vizinhos³⁹.



Fig. 3 – Georg Braun, Frans Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, vol. 1, p. [123] (in <http://objects.library.uu.nl/reader/index.php?obj=1874-357397&lan=en#page/29/23/56/29235626428632056022163679823183078345.jpg>)

³⁷ Andrea McKenzie SATTERFIELD, *The assimilation of the marvelous other: Reading Christoph Weiditz's Trachtenbuch (1529) as an ethnographic document*, Graduate Theses and Dissertations, 2007. In <http://scholarcommons.usf.edu/etd/2353> (consultado a 24/04/2019), p. 26.

³⁸ MÜNZER (1991), 183.

³⁹ *Ibidem*, 171.

Mas se o tom é frequentemente encantatório, o mesmo deriva, muitas vezes, do contacto com o diferente, proveniente de tão longínquas paragens, como as africanas. Veja-se como, ao assinalar as distâncias entre Évora, Serpa e Sevilha o nosso viajante referencia que em Évora, à porta da Igreja de S. Brás, teria visto a pele de uma serpente que viera da Guiné a qual media de longitude, como regista, 30 palmos e teria a grossura de um homem. Em Münzer ainda persiste, aqui e ali a antropomorfização do registo de uma medida, nomeadamente quando o seu discurso ganha um tom impressionante, não deixando de inscrever a sua narrativa nos Antigos. Tal acontece, por exemplo, quando refere o facto de esta serpente ter sido morta com dardos em brasa e de, segundo a informação recolhida, as serpentes lutarem com elefantes, usando os anéis, para comprimir as suas vítimas⁴⁰. Não estamos perante a verbalização de uma ideo-paisagem classizante, ainda que a mesma possa, talvez, ter fluído no discurso do nosso médico alemão, mas assumidamente confrontamo-nos com a sua etno-paisagem, transmissora de um real.

Em suma, os “artefactos dos novos mundos” constituem-se como actos fundadores do que Foucault identificou como interventores de uma fenomenologia histórica⁴¹. Eles participam destas modelações de escritas sobre um Portugal de partida. Nestas vozes de um mundo conhecido, o europeu, numa diversidade intuída de um modo descontínuo, transmite-se memorativamente o real através daquelas que são as etno-paisagens autorais do cavaleiro Jorge de EHINGEN, de Gabriel TETZEL, presumível secretário de Leo de ROSMITHAL, ou de Jerónimo MÜNZER.

Não se vislumbra ainda nestes discursos ideo-paisagens, entendidas como representações ideais da realidade, onde um passado de uma efémera grandeza, se contrapõe à triste decadência do presente. Mas, estes são relatos de percursos autorais, que visam perpetuar uma memória individual. Contudo, como textos que participaram da construção de um discurso de e sobre um império eles fluíram na historicidade das suas seculares ideo-paisagens imperiais.

BIBLIOGRAFIA

ALLEN, Graham, *Intertextuality*, London and New York, Routledge, 2000.

APPADURAI, Arjun, *Modernity at Large – Cultural Dimensions of Globalization*, Minnesota, University of Minnesota, 1996.

⁴⁰ *Ibidem*, 165-167.

⁴¹ Michel FOUCAULT, *L'archéologie du Savoir*, Paris, Éditions Gallimard, 1969, p. 269.

AVELAR, Ana Paula “Damião de Góis ou como a escrita da História é revisitada pela pena de um ‘Diplomata’”, in Maria João Pacheco Pereira e Teresa Leonor M. Vale (ed.), *Diplomacia e Transmissão Cultural*, Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira-Althum.com, 2018, pp. 47-58.

BARRETO, Luís Filipe, *Damião de Goes – Os caminhos de um Humanista*, Lisboa, CTT-Correios de Portugal, 2002.

CAMERON, Euan, *Early Modern Europe – An Oxford History*, Oxford, Oxford University Press, 2001.

CASALE, Giancarlo, *The Otoman Age of Exploration*, Oxford, Oxford University Press, 2010.

CATROGA, Fernando, *Os passos do homem como restolho do tempo – Memória e fim do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009.

FOUCAULT, Michel, *L'archéologie du savoir*, Paris, Éditions Gallimard, 1969.

FRÓIS Luis de, et all, *Europa Japão: um diálogo civilizacional no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

GREENBLATT, Stephen, *The New World Encounters*, London, University of California Press, 1993.

GÓIS, Damião de, *Opúsculos Históricos*, Porto, Livraria Civilização, 1945.

Damião de GÓIS, *Crónica do Felícíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, I-IV, 1949.

HELLER, Agnes, *O Homem do Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

HIRSCH, Elisabeth Feist, *Damião de Góis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987

KAUFMANN, Pierre, *L'expérience émotionnelle de l'espace*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1967.

JANKÉLÉVITCH, Vladimir, *L'irréversible et la nostalgie*, Paris, Flammarion, 1974.

LETTS, Malcolm Henry Ikin (ed), *The travels of Leo of Rozmital through Germany, Flanders, England, France, Spain, Portugal, and Italy, 1465-1467*, London, Hakluyt Society, 1957.

LIPOVETSKY, Gilles, SERROY, Jean, *Cultura-Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*, Lisboa, Edições 70, 2010.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003

MARÍA FABIÉ, António (ed.), *Libros de Antaño. Viajes por España de Jorge de Einghen, del barón León de Rosmithal de Blatna, de Francisco Guicciardini y de Andrés Navajero*, Madrid, Fernando Fe, 1879.

MILLS, Sara, *Discourse*, London and New York, Routledge, 2003.

MÚNZER, Jerónimo, *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1991.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves (ed), *Marco Paulo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

SATTERFIELD, Andrea McKenzie, *The assimilation of the marvelous other: Reading Christoph Weiditz's Trachtenbuch (1529) as an ethnographic document*, Graduate Theses and Dissertations, 2007. In <http://scholarcommons.usf.edu/etd/2353>.

RICOEUR, Paul, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Editions du Seuil, 2000.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Guiné*, Porto, Livraria Civilização, 1973.

PARTE II
Intercâmbios e Interculturalidade

Portugal and the Hanseatic League: ca. 1450-1550

Torsten dos Santos Arnold¹

Abstract

This article examines the socio-economic relations between two distinct trade partners over a time span of a hundred years: the Kingdom of Portugal on the one hand and the Hanseatic League on the other hand. By reconsidering the legal conditions of long distance trade at the end of the Late Middle Ages and the beginning of the Renaissance Period, the study also aims to define the Hanseatic League as one of Portugal's trade partners by looking at its characteristics along with two of the most important commodities of exchange: salt and timber.

Keywords

Portugal, Hanseatic League, privileges, salt trade, timber trade, 15th to 16th centuries.

¹ Justus-Liebig-Universität Gießen. History Department. Early Modern History.

Resumo

Este artigo examina as relações socioeconómicas entre dois parceiros comerciais ao longo de um período de cem anos: o reino de Portugal, por um lado, e a Liga Hanseática, por outro. Ao reconsiderar as condições legais do comércio de longa distância no final da Idade Média e no início do Período da Renascença, o estudo também visa definir a Liga Hanseática como um dos parceiros comerciais de Portugal, observando as suas características distintivas juntamente com duas das mais importantes mercadorias de troca: sal e madeira.

Palavras-chave

Portugal, Liga Hanseática, privilégios, comércio de sal, comércio de madeira, séculos XV a XVI.

Economic relations between Central Eastern Europe and Western Europe are documented since the Late Middle Ages. Peripheral regions of the Baltic Sea were linked with Central European marketplaces such as Bruges, Antwerp and London by a network of maritime trade routes and trade offices (*kontor*) operated by merchants of the Hanseatic League. These relations were mainly based on the exports of grain and timber to the West and salt to the East. In this paper, we shall observe and analyze the development of the trade relations between Portugal and merchants of the Hanseatic League as a selective example of European economic history in the Age of Maritime Discoveries and Expansion. Not only do they represent an example of two particular peripheral regions linked by maritime trade, they also illustrate patterns and mechanisms between two distinctive political and socio-economic entities, the kingdom of Portugal and merchants of the Hanseatic port towns in the Baltic such as Danzig (Gdansk), Reval (Tallinn) and Lübeck, the latercommonly grouped as the Hanseatic trade organization between 1450 and 1550.

Contemporary historiography on the Hanseatic League continues to rather focus on trade between the Baltic Sea port towns and Bruges or London and only marginally deal with the economic relations of Northern and Central Europe with Southern Europe (Philipp Dollinger, 2012; Rolf Hammel-Kiesow, 2008). Detailed research of the relations between Portugal and merchants of the Hanseatic League dates back to the dissertations of Ingrid Dürer (1953) and A. H.

de Oliveira Marques (1959), both Portuguese. Their research findings have been addressed in a wider context by Jürgen Pohle (2000) and Jorun Poettering (2013), both German. Whereas Virginia Rau (1951) shows the importance of the Setúbal sea salt for the local economy and the purchase by merchants of the Hanseatic League, Leonor Freire Costa (1997) demonstrates the importance of Baltic timber for the Portuguese shipbuilding industry at the turn of the 15th century². As a common feature, all of these studies have either focused on a Northern European or Southern European perspective without a deeper analysis of the exchange of commodities for both sides, Portugal and the Hanse.

This article argues that both, Portugal and the Hanseatic League, were partners of equal terms who benefitted from the exchange of mostly agricultural produce, that, on the one side existed in a relative abundance and, on the other side, was in relative demand. To illustrate this line of argumentation, we shall start our survey by defining general patterns and legal conditions of Portugal's external trade, followed by a definition of the Hanseatic League. Commodity flows will be illustrated by two examples, salt and timber. Lastly we shall summarize the findings with an overall view on the importance of Hanseatic shipping between Northern and Central Europe and the Iberian Peninsula during our time period of observation.

1. Legal conditions of Portugal's external commerce

Economic relations between the kingdom of Portugal and foreign merchants were organized and standardized by royal privileges. These charters were granted by the king as the highest political and juridical entity regulating economic affairs. The privileges included the regulations on the duration, the merchants and merchandizes, the payment of customs, among other duties and rights. They were either granted to individuals, companies or were even granted to towns and kingdoms. Royal Portuguese privileges were either written in Portuguese or, more commonly, in Latin. Existing archival documentation shows that these charters were translated into languages such as English or Middle Low German, the *lingua franca* used by the merchants of the Hanseatic League between the regions of Antwerp in Belgium and Lübeck, Danzig (Gdansk) and Reval (Tallinn) in the Baltic³.

² For a general overview on the German-Portuguese economic relations during the 16th century see also my upcoming publication: "Hermann Kellenbenz and the German-Portuguese economic relationships during the 16th century", in *Renaissance Craftsmen and Humanistic Scholars. Circulation of Knowledge between Portugal and Germany*, s.l., Peter Lang Verlag, 2016.

³ For a general overview on the Portuguese privileges: Ruy d'Abreu TORRES, "Privilégios", in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 186, f.

Although there might have been an existing charter of certain privileges granted to the merchants of the Hanseatic League issued by King João I in 1411⁴. Until today, scholar usually refer to the privileges of 1452, that were granted to a certain German merchant named Michael Hermann (also spelled as Miguel Arman, Miguel Harman or Miguel Alemão), as the earliest royal Portuguese privileges granted to a German⁵. Nevertheless there is evidence in the existing literature that there might have been an earlier charter granted to the merchants of the Hanseatic League in 1411. Until the turn of the 16th century, Portuguese privileges to German merchants were commonly addressed to the inhabitants of the Holy Roman Empire, including the Hanseatic League. It is unclear if the Portuguese authorities distinguished between “Hanseatics” and Upper German merchants. Researchers and scholars believe that the 1503 privilege granted to the Welser-Vöhlín company was an exclusive privilege. However, the same privilege was issued to all German merchants, meaning that the Welser-Vöhlín company received special conditions such as customs and tax reliefs:

“[...] And further because the said Simão Seyes has not only asked for these immunities and privileges for his company alone but for any other German company who, for the purpose of our commercial relations wish to establish a trading house in our town of Lisbon we henceforth grant the content of these letters of our privileges and immunities to any other company of German merchants or individual German merchant who by his own wishes to trade here by his own contingencies.[...]”⁶

There were two ways in which Portugal’s external trade was conducted during the 15th and 16th centuries. Foreign merchants either directly purchased or sold merchandize in Portuguese port towns such as Oporto, Vianna do Castelo and Lisbon. Besides the trade of foreign merchants within the Portuguese kingdom, In order to conduct commercial activities inside the territory of the Portuguese kingdom, foreign merchants commonly had to have a residence or trade post (*feitoria* or *kontor*) in one of the Portuguese port towns.

These trade posts were administrated by a representative (*feitor*) who dealt with the everyday affairs of one or several foreign merchants. Historical documentation of the 15th century attests to the existence of a persecutor (*procurador*)

⁴ Ingrid DÜRRER, *As Relações Económicas entre Portugal e a Liga Hanseática desde os últimos anos do Séc. XIV até 1640*, Coimbra, Ed. Autor, 1953, pp. 30, f, especially footnote 1, p. 30.

⁵ DÜRRER (1953), 33-39; Luís SILVEIRA, *Privilégios concedidos a Alemães em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Arquivos e Bibliotecas, 1958, pp. 16-19.

⁶ Translation of SILVEIRA (1958), 23.

or judge (*juiz privativo*) who was in charge of the interests, petitions, and concerns of foreign merchants towards the officials of the Portuguese crown. One of the first persecutors who was nominated to represent a foreign merchant community was the judge of the customs and tolls of Lisbon (*Alfandega de Lisboa*), who was appointed to deal with affairs of English merchants in 1405⁷ A hundred years later, João Cotrim was nominated to represent the German merchants in 1504 and was followed by Bras Affonso in 1511⁸.

Since the 13th century, Bruges had become one of the most important market places in North Western Europe. Attracted by favorable policies to foreign merchant colonies, traders and businessmen from all over Europe settled in Flanders to conduct their businesses. For many years, Hanse merchants channeled their trade through several warehouses (*Kontore*). Since 1445, the *Oosterlingehuis* or House of the Easterlings functioned as the joint physical and political representation of the Wendish-Saxon, Westphalian-Prussian and Gotland-Livonian towns and merchants was built in 1445 and known as. With the foundation of the Portuguese trade office, the Feitoria da Flandres in Bruges 1445, bilateral trade relations between Central Europe and Portugal entered a new phase as the Portuguese trade office not only fulfilled the purpose of a pre modern consulate with an annual election of official crown representatives, it also served the purpose of purchasing and selling commodities for the non-private trade operated by the Portuguese crown itself. Due to political changes at the turn of the 15th century many foreign merchant colonies decided to translocate their trade offices from Bruges to Antwerp, including the merchants of the Hansa towns and the Portuguese nation⁹.

2. The Hanseatic League

Until today, there is no exact definition of the Hanseatic League due to its quite multilayered nature. The Hanseatic League or Hansa was rather an economic organization of merchants and towns than a political entity or league. Existing as a body between the mid-twelve centuries until 1669, the year of the last parliament

⁷ Vitor RIBEIRO, *Privilégios de Estrangeiros em Portugal: Ingleses, Franceses, Alemães, Flamengos e Italianos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, p. 9.

⁸ SILVEIRA (1958), 23-25, 37-39.

⁹ For a general overview on the Portuguese in Bruges and Antwerp: Hans POHL, "Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648) – Zur Geschichte einer Minderheit", *Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, n° 63, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1977; A. A. Marques de ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio de Especiarias – O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

of the Hansa towns in Lübeck, the Hanseatic League was not regulated by a strict corpus of laws nor by a continuous number of members. The Hansa not only represented the interests of merchants and merchant groups (*Kaufmannshanse*) but also the interests of port towns and hinterland regions of Central Europe (*Städtehanse*). Members of the Hanse included towns such as Cologne along with free imperial towns (*Freie Reichsstädte*) as part of the Holy Roman Empire such as Lübeck. Towns such as Danzig (Gdansk) or Reval (Tallinn) that were not part of the political power structure of the Holy Roman Empire were also important members of the Hansa. The Hanseatic League did not have a permanent seat of parliament nor were the meetings of an annual nature. It can still be confirmed that the majority of parliaments took place in the town of Lübeck, situated at the estuary of the Trave into the Baltic Sea. Merchants of the Hanseatic League were educated free men, citizens of their respective towns and sometimes owned the social status of a patrician. Maritime trade of the *Kaufmannshanse* was characterized as follows: First, the master or captain of the ship was the owner of the vessel and traded on for his own account and on his own risk. Second, one or several merchants leased a ship and shared the costs of the outfitting and the voyage of the ship. In this case, the master or captain of the vessel received a percentage of the value of the cargo as a payment for his transport services¹⁰. Although Hanse merchants and towns conducted their businesses for their own interests, they referred to themselves as to be part of a greater corporation, the Hanse or Hanseatic League, in order to gain trade privileges for their common good¹¹.

3. Portugal and the Hanseatic League 1450-1550

The first documented voyages of merchants from the Hanseatic League to Portugal date back to the last quarter of the 14th century. In the year 1373, the Danzig captain J. Westvale of the ship “Santo Espírito de Prússia” (most likely not the original name of the ship as it is given in Portuguese), received a loan of 230 francs in order to repair his cog and sail for Lisbon. The next year, the same captain

¹⁰ A. H. de Oliveira MARQUES, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1959, pp. 84-87.

¹¹ For a general overview on the Hanseatic League: Rolf HAMMEL-KIESOW, “Hanseatic League”, in Joel Mokyr (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Economic History*, vol. 2, Oxford, Oxford University Press, 2003, pp. 495-498; Margrit SCHULTE BEERBÜHL, *Networks of the Hanseatic League*, [Read on 23/03/2016]. Available at <http://iege-ego.eu/en/threads/european-networks/economic-networks/margrit-schulte-beerbuehl-networks-of-the-hanseatic-league>; Torsten dos Santos ARNOLD, “Hansa”, in Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário da Expansão Portuguesa (1415-1660)*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 493-494.

received another loan for the same purpose¹². Sources regarding Hansa shipping from and towards Portugal during the 16th century mainly consist of protests or juridical complaints of piracy and captures of ships either in the English Channel or in the Bay of Biscay. However, these documents contain valuable information of the origins of the ships and their destinations (in the majority of the cases Danzig in the Baltic and Lisbon on the Iberian Peninsula) as well as the types and volumes of merchandise. Voyages between Baltic port towns, namely Danzig, and Lisbon continued during the following years, which we shall deal with in more detail in the following sections on the salt and timber trade. The “Westfahrten” of the Hanse to the west were voyages of a convoy of several fleets. Departing in spring, these convoys passed through the Sound and subsequently separated as they continued their voyages towards port towns in Flanders, England, France, Spain and Portugal. Nevertheless, the existing documents do not permit us to establish of a general calendar of departure and arrival. Navigation in the Baltic Sea was restricted during the winter months due to unfavorable weather conditions including ice formation. Only the “Westfahrten” were exempt from this regulations.

Although both trade partners had established their trade offices and political representations in the intermediary ports of Bruges and Antwerp, Hanseatic merchants preferred the direct shipping between both peripheral regions even though it took longer to complete a round trip and shipping costs were higher. During the 15th and 16th centuries, a voyage between Danzig and Lisbon took an average of 38 days while it was commonly possible to cover the distance between Lisbon and Antwerp in 2 weeks¹³. Until the second half of the 16th century, the majority of Hanseatic merchants that operated in the trade with Portugal originated from the Baltic Sea regions and port towns such as Reval, Riga, Danzig, Stralsund, Wismar, Rostock and Lübeck. It was only at the turn of the 17th century that the majority of Hansa traders originated from port towns such as Hamburg or Bremen rather than from the Baltic Sea. During the time period under investigation, all ships passing the Sound, the passage between Baltic and North Sea, had to pay a transit duty known as the Sound Toll. However, the Hanse towns were exempt of paying this duty that, since the 15th century, also included taxes on copper, wine and salt.

As we have seen above, the Hanseatic League or Hanse was a joint trade organization that, at the same time, represented the interest of merchants (*Kaufmannshanse*) and towns (*Städtehanse*). Portuguese privileges were granted

¹² MARQUES (1959), 56, f; DÜRRER (1953), 27.

¹³ MARQUES (1959), 45, f, 56-60; ALMEIDA (1993), 33.

to merchants or merchant groups of certain nations. The legal status of the Hansa due to its twofold nature was clarified by the Portuguese during the early 16th century. The royal Portuguese privilege of 1528, granted by King João III, was a confirmation of the privilege by King Manuel I, granted in 1517. It states that the “Hanseatics” and “Easterlings” as well as the Hanse towns such as Lübeck were part of the Holy Roman Empire and therefore to be considered Germans:

“We the King declare to everybody to whom our charter is addressed, that the towns of Lübeck and of the Hanse came to us and that these towns and their merchants would like to trade in our kingdoms. They have been subject of doubt or embargo within our kingdom because their name is Easterlings or Hanseatics because they have been granted the same privileges as the have been granted to the Germans. [But] because these towns are imperial [towns] and of the Emperor of Germany and Easterlings by their nature, they have come to us and asked us to declare that they are Germans and subjects and vassals of the German Empire. We declare that we consider the information as the truth and that we henceforth declare that the Easterlings and Hanses are subjects of the emperorship of the German Empire. We would like to express that we entirely interpret the same privileges granted by us to the Germans on equal terms as if the same privilege was addressed to the Easterlings and Hanseatics.[...]”¹⁴

During the 15th and 16th centuries, the range of commodities mainly comprised agricultural produce and manufactured metal wares. While Portugal had a relative high demand for cereals, timber and metal wares, the Hanseats had a relative high demand for salt and sugar, among other commodities.

With the continuous expansion of the Portuguese into the Atlantic Basin as well as into the Indian Ocean, Hanseatic shipping between Portugal and Central Europe gained yet another dimension. Commodities destined for the Luso-African and Indo-Portuguese commerce (f.e. copper and brass ware from Sweden, Hungary and Germany) were transported to Lisbon. In return, sugar from the Madeira Archipelago, spices from Western Africa and from Southeast Asia were added as shiploads for the Central and North Western European markets. Hansa traders fulfilled two distinct functions during the late 15th and early 16th centuries: First, they traded important produce and merchandise, mainly salt, fruits and wine along with cereals, timber and shipbuilding material between the Baltic Sea and Portugal by their own economic interests and costs. Second, their

¹⁴ SILVEIRA (1958), 14, f.

ships provided transportation services between marketplaces and seaports such as Lisbon, Antwerp as well as from and towards the Baltic Sea. Until the early 17th century, intra-European shipping between far away marketplaces was mostly done by Hanse merchants and ships only to be replaced by the Dutch, Danish and Swedish during the slow process of segregation of the Hanse. As sea salt and timber were likely the most important commodities exchanged between Portugal and the Hansa, we shall take a closer look at these now.

4. Salt trade

The main mercantile interest in the “Westfahrten” by the Hanse was to purchase salt from the Setúbal salines, south of Lisbon. Supply for the Baltic Sea regions and Scandinavia had commonly been covered through the natural deposits and production areas in Lüneburg, Halle (Saale), Tyrol or the Rhineland, from where the salt was transported towards Lübeck and further distributed to Reval, Riga or Danzig. Demographic changes and continuous population growth caused a steady growing demand for salt. The lack of natural salt deposits in Northern Europe resulted in a growing dependency on Lübeck as a salt market. Hanse towns and merchants faced a kind of bottle-neck situation to satisfy the demands and to overcome the rising prices by looking for opportunities to purchase salt in higher quantities and for a cheaper price¹⁵. As early as the 13th century the “Easterlings” initiated their voyages to the West and established continuous trade relations with Western France, where they purchased the so-called Baie salt from the Bourgneuf Bay, near La Rochelle. Simultaneously, Portuguese merchants sold their salt that originated from salines around Tavira in the Algarves, the Setúbal region as well as from the Aveiro salines, at the Bourgneuf market. It is possible that first direct contacts between Portuguese and “Easterlings” merchants were established in Bourgneuf at this time¹⁶.

The reasons for deciding to extend the “Westfahrten” as far as the Iberian Peninsula, and Portugal in particular, were of an economic and political nature: Regarding the price, Lisbon salt did not differ much from the Bourgneuf salt. Portuguese salt was nevertheless dryer and had a higher anhydride capacity than French salt that could easily lose a quarter of its original weight and turn black during long-distance voyages¹⁷. In times of political crises provoked by the

¹⁵ MARQUES (1959), 91, f.

¹⁶ *Idem, ibidem*, 100, f.

¹⁷ *Idem, ibidem*, 96, f.

Hundred Years' War between England and France (1337-1453), the Lisbon market represented a rather safe and stable opportunity for the Hanseats to purchase salt and to intensify even further economic relations during the 15th century.¹⁸

The surviving historical documentation on the Hanseatic on the Hanseatic voyages to the Iberian Peninsula attest to the continuous travels of cogs and hulks carrying Portuguese salt such as the 1426 voyages of Heinrich Buck (citizen of Danzig) and Clais Rechow (citizen of Rostock), the 1438 fleet of Johan Stenort (from Prussia), Ludecke Grotewale, Hermann Bole, Johann von Rostocke and Gyse van Wollen until 1456 when a fleet of 20 hulks anchored in Lisbon harbor¹⁹. These merchants not only purchased salt but their ships were laden with other merchandize such as fruits (figs for example), cork and animal fur (rabbit and leopard)²⁰. Selling sea salt soon became one of the crown's revenues from European trade. As early as 1446, king Afonso V of Portugal passed a legislation regulating the process of ships loading salt by which he declared that the months of "free loading" (*livre carregamento*) should be between December 1st and August 1st²¹.

Unfortunately, sources regarding the continuation of hanseatic voyages towards and from Portugal, and Lisbon in particular, appear to be incomplete²² and almost no firsthand information survived. But we should not underrate the "Westfahrten" of the Hanse by stating that existing records between 1460 and 1500 name only one ship that came from Lisbon and arrived in Danzig²³. Rather by the contrary; in 1456, King Afonso V granted them the right of having two German persecutors instead of being represented by two Portuguese crown officials.²⁴ Additionally it should be remembered that the Sound Toll, the obligatory payment of the passage between Denmark and Sweden was introduced in 1429 but surviving records only cover the years from 1497 to 1857²⁵.

Therefore, we shall observe the development of the political situation under the reign of king João II and for the decade of the 1490s. During the last years of his reign, João II issued two privileges to the merchants of the Hanseatic League that were specially addressed to and to the "Easterlings" from Danzig Likewise the privilege of March 9 1494, these charters are only known to exist as a translation into Middle Low German preserved in the Gdansk States Archives. Although these

¹⁸ Jürgen POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit Verlag, 2000, pp. 18, f.

¹⁹ DÜRRER (1953), 30-44, especially 30, 31 and 38.

²⁰ *Idem, ibidem*, 38.

²¹ MARQUES (1959), 82.

²² DÜRRER (1953), 43.

²³ Philipp DOLLINGER, *Die Hanse*, 6th edition, Stuttgart, Kröner, 2012, p. 337.

²⁴ *Idem, ibidem*, 336.

²⁵ J. W. VELUWENKAMP, *Sound Toll Registers – Concise source criticism*, [Read on 05.05.2016]. Available on <http://www.soundtoll.nl/images/files/STRpdf.pdf>.

privileges do not offer a specific date of issue, the royal title of João II as “Johannes dei gratia. Rex Portugalis et Algarbiorum citra et ultra mare Affrica” (John, by the Grace of God. King of Portugal, the Algarves and of either side of Africa) suggests a date between 1490 and 1494, i.e. shortly after the successful circumnavigation of the Cape of Good Hope by Bartholomew Dias in 1488²⁶. The first privilege is of a rather general nature: the King declared that Danzig merchants would only have to pay the import duty for their merchandise and no further customs or duties such as the Tenth:

“John, by the grace of god, king of Portugal and the Algarves, of either side of Africa, We send our goodwill and friendship to the mayor and council of the honorable town of Danzig. We solicit you to announce our grace and favor to the inhabitants of your city and council that those who are willing to trade in our kingdom shall only have to pay the incoming custom duties and thereafter shall be allowed to trade with their goods exempting them of paying of any further customs.”²⁷

The second privilege, assumed to be issued around the same time, is of a rather specific nature and declared that:

“John, by the Grace of God, King of Portugal and the Algarves, of either side in Africa, Our grace. The honorable German merchants who shall recognize our grace and favor towards them: we further exempt all their trade goods in our kingdom, these are salt, wine, olives, sugar, sheep wool, cotton, wax, honey, spices and other merchandize, after having have paid the customs in our kingdom are allowed to staple their trade goods without paying any further customs. By our grace to the town of Danzig and their merchants, we declare these exemptions for a term of three years. By our grace and their willingness, they shall come to trade in our kingdom.”²⁸

This particular privilege deserves attention: First of all, this charter is exclusively addressed to the town and merchants of Danzig. It explicitly lists the Portuguese export merchandise destined for the Central and Eastern European

²⁶ DÜRRER (1953), 44.

²⁷ Translation of: Gdansk States Archives, APG 300,D_17C_3, (royal Portuguese privilege, ca. 1490); Walther STEIN (ed.), *Hansisches Urkundenbuch*, vol. 11, Verlag von Duncker und Humblot, Munich and Leipzig, 1916, p. 292.

²⁸ Translation of: Gdansk States Archives, APG 300,D_17C_4, (royal Portuguese privilege, ca. 1490); STEIN (1916), 292-293.

markets: domestic salt and wine as well as overseas spices and sugar from the Madeira Archipelago. We shall remember that, apart from colonial merchandise from Western Africa, salt, cork, wine, olive oil, honey and fruits were Portugal's most important domestic export merchandise during this particular time period²⁹. King João II also included the exemption of trade customs on spices and continental and overseas sugar, the former initially originating from the Cape Verde islands and the latter from the Madeira archipelago. It appears to be that the Portuguese crown tried to intensify their commercial relations with Central Europe by *promoting* continental but also new overseas products by means of the Guinea trade house (*Casa de Guiné*). Sources indicate that several Danzig merchants had returned to the Baltic Sea from their "Westfahrt" to Lisbon soon after these two privileges were granted and issued.³⁰

Although we have no details about the "Westfahrten" and the actual cargo of voyages after 1490, we can still observe that the privileges granted to "Easterling" merchants from Danzig and other towns must have been quite appealing and provided several advantages for merchants and towns of the Hanseatic League. During the reigns of King Manuel I and João III, and as observed above, merchants of the Hanseatic League received the same privileges as Upper German merchants such as the Fuggers and Welsers. Apart from political and diplomatic occurrences such as the Hanseatic-Dutch war or "State of War" between the two parties around the 1530s, Hanseatic voyages towards and from Portugal continued including the deliveries of several shiploads of cereals to Portugal.

²⁹ Henrique da Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Torquato de Sousa Soares (ed.), 2nd edition, Tomo X, Lisboa, Sá da Costa, 1956, pp. 171-196.

³⁰ DÜRRER (1953), 44; MARQUES (1959), 81.

5. Timber trade

During the 15th and 16th centuries, timber for masts and planks were some of the, if not *the*, most important merchandize of the Hansa's outward bound voyages. As early as 1437, the Danzig merchant Hinrich von Werden gave orders to the ship's master Lambert Lemmeke to deliver a certain amount of timber (most likely logs of a certain length) to Lisbon and to hand them over to Hermann Wollyn, his representative or *feitor* in Lisbon³¹. Despite the relative silence in documentation on the development of the timber trade during the following decades, it should be assumed that there was a regular continuation of supplies, a situation similar to the observation on the salt trade.

The year 1494 represents a quite remarkable turning point in the history of Portuguese-German and Portuguese Hanseatic relations. During the last years of King João II's reign, a royal privilege to foreign merchants was issued and granted of which the only existing copy in form of a translation in Middle Low German is known to exist in the Gdansk States Archives in Poland. In this privilege, originally written in Latin, and issued on March 9th 1494, King João II granted the exemption of all trade customs to all merchants from any country if they would deliver masts and timber (logs) that measured at least 10 fathoms or cubits. The privilege of liberation from all taxes and customs, including the Tenth (*Dízima*), was granted for the next ten years:

[...]”John, by the grace of God, King of Portugal and the Algarves, of either side of the sea in Africa, Lord of Guinea, we declare to all [persons] to whom our letter will be handed over, that we have recognized and realized that we have shortage of ship masts and timber in our kingdom.[...]

We have decided to give freedom upon the said timber and masts that will be brought to our prior named kingdom in the stated manner for the term of ten years. The above stated timber and masts, from whatever lands they come from and will be transported to our kingdom, should be of a length of ten fathoms or cubits. Neither incoming nor outgoing customs, nor trade customs and other freight charges are due to be paid.[...]”³²

³¹ DÜRRER (1953), 32.

³² Translation of: Gdansk States Archives, APG 300,D_17C_2, (royal Portuguese privilege, Lisbon, 09.03.1494); STEIN (1916), 462-463.

Differing from the common forms of privileges, this particular one is embedded in a rather formal and explanatory letter. Bras Affonso Correa, the Corregidor of the Lisbon court who had written the privilege states that the same was granted and issued to a João Benaao or Johannes Benaao. The first part of the original document reads as following:

“In the name of God Amen.

In the year of birth of our Lord Jesus Christ 1494 on December 15, it happened in the house of the public clerks of the honorable town of Lisbon that all who will see the announcement of our present public concession shall know that in the presence of my public Corregidor and witness signed that the cautious and honest merchant Johannes Benaao, citizen of the prior named town of Lisbon has personally come to us and answered that the same announcement written in the Portuguese language, signed with the handwriting of our patriarchal and honorable king and sealed with the royal seal fixed by wax, is, as following, set into the Latin language word by word:³³

After the first declarations, the “actual privilege” follow and Bras Afonso Correa, the royal Portuguese Corregidor in charge, further states:

“Thereafter the same Johannes Benaao asked the favor of my public Corregidor (and said) that such a public announcement, written in our language, would not be considered and accepted in the German territories and either would get lost or would get damaged. But if he, the same Johannes Benaao, sends it to another country, I should put the content of the same public announcement into the public Latin form and in the presence of Johannes de Proentia (João de Proença), Szervando van Valasti (?) and Alvaro Afonso (Alvaro Afonso), public officials of the town of Lisbon, witnessed this process.

And I, Blasius Wantages Alfonsi (Bras Afonso Correa), by the grace of the king public corregidor of the town of Lisbon, have read the said announcement and proved the content for any misunderstandings or harm, and thereafter, for the sake of the affair have translated the public announcement from our

³³Translation of: Gdansk States Archives, APG 300,D_17C_2, (royal Portuguese privilege), Lisbon, 09.03.1494; STEIN (1916), 507-508.

language into the Latin language and have set it into the public form. And I have written the present concession with my own hand and, as common practice, I have sealed it with my commonly used seal and made it official and have put it into an envelope.”³⁴

Another historical source offers the information that at the same time as this privilege was granted and issued, a Hanse merchant laid at anchor in Lisbon. Hieronymus Münzer, the German medic, geographer and humanist, stated in his travel diary of visiting Portugal and Spain in late 1493 and early 1494, that he went on board of the ship owned by Bernhard Fechter, a ship’s master from Danzig on the last day of November 1494³⁵.

The discharge letters (*Cartas de Quitação*) of the Lisbon shipyard “Ribeira das Naus” and the royal Portuguese trade post in Antwerp offer a continuous series of important documents on the Hanseatic Portuguese trade with masts, logs and planks. As analyzed by Leonor Freire Costa, these discharge letters give witness to the exchange and purchase of masts and “antennas” at the Antwerp market during the first two decades of the 16th century³⁶. Especially for the time period between 1495 and 1498 (shortly after the privilege of King João II was issued), the Antwerp factory registered the supply of at least ten masts, most likely of Baltic origins³⁷.

After the voyage of Bartolommeo Dias (1488), the first European who circumnavigated the Cape of Good Hope, the Portuguese had come to realize that a new ship type would be needed in order to continue the voyages into the Indian Ocean, as the prior used caravels had reached their limits concerning the storage of food supplies as well as cargo space. We do not know if the ships of the first India fleets of Vasco da Gama were naus but we do know that, in comparison to the caravels, they were ships of a high side board (*navios do alto bordo*) and of a high cargo capacity³⁸.

Unfortunately we are not able to establish an exact and direct link between the documents presented above, but one could conclude the following: Shortly after the return of Bartolommeo Dias, the Portuguese crown had come to realize

³⁴ *Idem, ibidem*.

³⁵ Manuel GOMEZ.MORENO, José LÓPES TORO, *Jerónimo Münzer – Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, Madrid, Talleres Alduc, 1951, pp. 71, f.

³⁶ Leonor Freire COSTA, *Naus e Galeões na Ribeira das Naus – A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia Historica, 1997, pp. 326, f.

³⁷ *Idem, ibidem*, 326.

³⁸ Francisco Contento DOMINGUES, *Os Navios do Mar Oceano – Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 243-252, especially pp. 243-247.

that they needed a different type of ship for the scheduled India voyage in 1495. As King João II died the same year, the voyage was delayed and only took place in 1497 when Vasco da Gama set sail for India. At the same time as Hieronymus Münzer visited Lisbon in November 1494, a Danzig merchant named Bernhard Fechter was anchoring in the harbor of Lisbon and he might have delivered the royal privilege, issued on March 9th the same year, to Danzig on his return voyage. During the following years, at least ten masts were delivered to the Portuguese Antwerp trade office.

The timber trade continued during the following decades of the 16th century. As stated in the privilege granted by King Manuel to the Welser-Vöhlin company in 1503, and subsequently granted to all merchants of German origin in 1504 and 1510, shipbuilding material and timber (masts of *naus* and “antennas” for the foremasts and mizzenmasts) are mentioned as some of the preferred merchandize on the Portuguese side³⁹. Lastly, in 1528, King João III reconfirmed the royal privilege of King Manuel I, issued in 1517 by which the “Easterlings” would deliver to the city of Lisbon⁴⁰:

“John, by the Grace of God, King of Portugal [...] we declare to everybody to whom our charter is addressed that the Easterlings from Germany presented a charter that was issued by the King, my Lord and father who had passed away. By this charter, we the King declare to exempt every timber for ship planks and hulls that is delivered to our town of Lisbon by the Easterlings of Germany. They do not have to pay any customs or duties for the said timber and can deliver these freely and disembark them to our counter-mor of our town. We declare to our counter-mor and any other officials and persons to safeguard these rules and comply to them when this, our charter, is shown.”⁴¹

Following the analyses of Leonor Freire Costa and João da Gama Pimentel Barata on Portuguese shipbuilding during the period of observation we actually can establish a direct relationship, even dependency, between the Portuguese East Indiamen shipbuilding and the Hanseatic League. On the one hand, national Portuguese tree species were not suitable for the use as masts of trans-oceanic ships such as the *naus*⁴². On the other hand, the length of ship masts, either of the mainmasts, the foremasts or the mizzenmasts stood in direct relation with the cargo capacity of the Portuguese East Indiamen, the *naus*. As Freire Costa

³⁹ DÜRRER (1953), 47-49; SILVEIRA (1958), 19-25, especially 19, 33-39, especially 39.

⁴⁰ DÜRRER (1953), 51, f.

⁴¹ SILVEIRA (1958), 39.

⁴² COSTA (1997), 310.

states, the ratio between the lengths of the mainmast was equal to the keel length of which the later was the major variable for calculating the maximum capacity of the naus⁴³. Observing this fact combined with the deliveries of timber and masts in particular, we can actually observe the morphological evolution of the Portuguese naus by the supply of raw material for the shipyards. Confirming the affirmation of Costa Freire, the length of masts and logs delivered to the Antwerp factory and subsequently to the Lisbon Ribeira das Naus shipyards increased during the early 16th century, and the maximum capacity of the naus had seen an augmentation as well⁴⁴. During the first two decades of the 16th century of which the majority of discharge letters from the Antwerp factory has survived, we can conclude that several hundred masts and “Antenas”, either for the use as mainmasts, foremasts or mizzenmasts of East Indiamen varying between 300 and 800 toneladas capacity were delivered by Hanseatic merchants⁴⁵.

6. Final considerations

During the Late Middle Ages and Early Modern Period, Portugal’s economic relations with the Hanseatic League were of a different nature than those with other foreign nations and merchants. The Hansa was a joint trade organization that comprised interests of merchants (Kaufmannshanse) and towns (Städtehanse) within and outside the territory of the Holy Roman Empire, some of which (like Lübeck) held a specific status as free imperial towns. Trade between Portugal and the Hanse existed since the late 14th century and intensified over the following decades and centuries. Commerce between both parties was based on the exchange of agricultural commodities that existed in a relative surplus on the one hand and were in demand on the other. Initiated by the procurement of sea salt supplies for the Baltic Sea market, merchants of the Hansa towns known as Easterlings set sail for the Bourgneuf Bay in Western France and soon after extended their “Westfahrten” towards Lisbon where they purchased the Setúbal salt. With its expanding maritime exploration into the Atlantic Basin, Portugal was in demand of timber, as well as cereals, that were delivered by the Hanse merchants. As Portuguese maritime exploration advanced, a new ship type, the nau was constructed for the India trade shipping. But as natural Portuguese tree species were not suitable to be used as masts, Northern and Central European logs

⁴³ *Idem, ibidem*, 141; João da Gama Pimentel BARATA, *Estudos de Arqueologia Naval*, vol. 1, Lisboa, Banco de Fomento e Exterior / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 163.

⁴⁴ DOMINGUES (2004), 247.

⁴⁵ COSTA (1997), 141, ff, 326, f.

were purchased from the Hanse. Hanse merchants and Portugal were equal trade partners with an even balance. Timber and sea salt continued to be one of the most important commodities that were traded between Portugal and the Baltic Sea for the next four centuries.

The Hanse merchants accompanied the Portuguese maritime explorations and played an important role in the distribution of overseas commodities between European marketplaces located at the Atlantic, North Sea and Baltic Sea. Since the Late Middle Ages and until the mid-17th century, intra-European shipping between far away marketplaces and seaports was mostly carried out by Hanse merchants and ships. They were the means of transport of merchandise as well as communication between Lisbon, Antwerp, Amsterdam, Hamburg or Danzig only to be replaced by the Dutch during the course of the late 16th and early 17th centuries.

APPENDIX

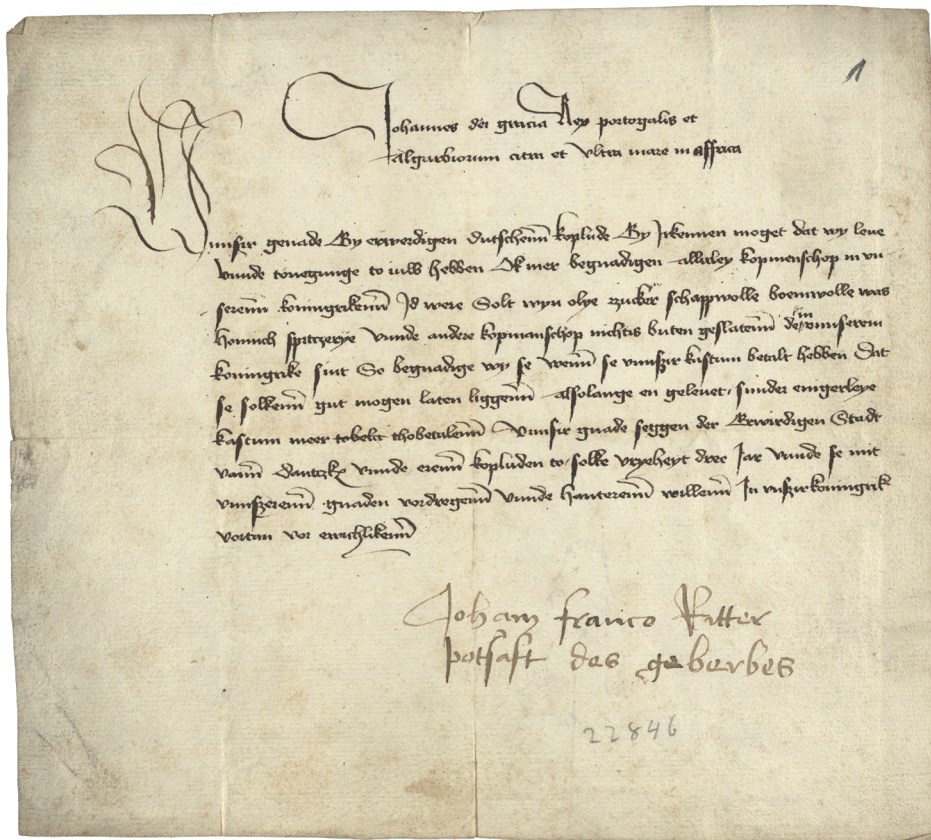


Fig. 1 – Gdansk States Archives, APG 300,D_17C_3, (royal Portuguese privilege, ca. 1490).

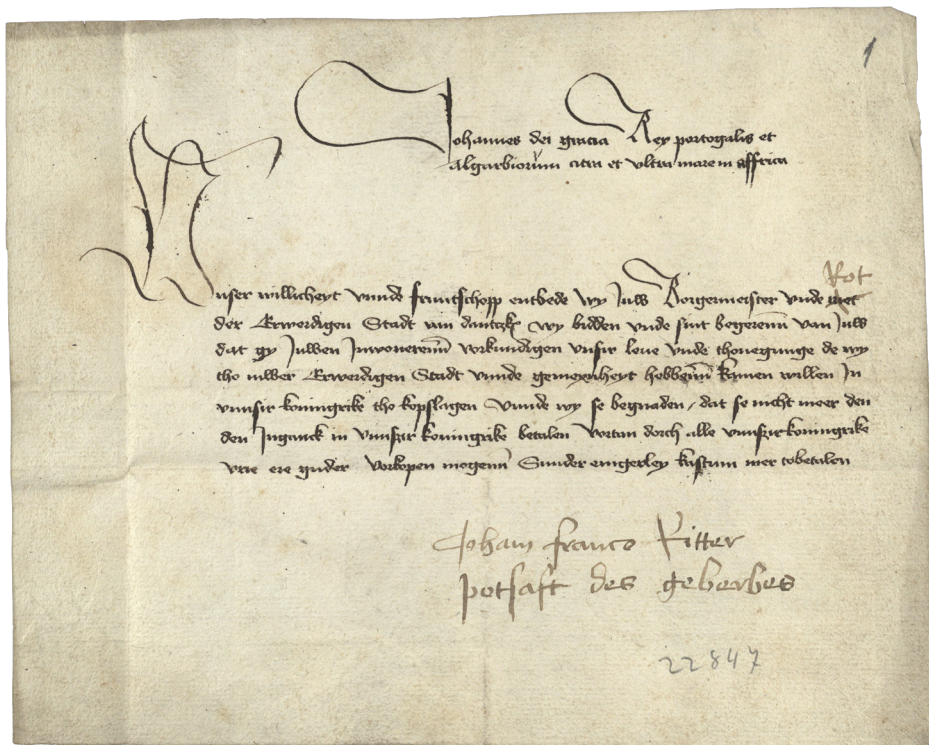


Fig. 2 – Gdansk States Archives, APG 300,D_17C_4, (royal Portuguese privilege, ca. 1490).

1497

A deme Namen gards Amen In deme jare der boerth des siluften Ihusus heem ihesu chrysti
 duisent veerhundert veer vmd negentich In deme vfftemden daghe des manes decembri
 ys ghe schoen In der alder eddelsten Stad lysbone In deme palas der apenbaren schynre.
 Alle de dessen bressi desse tegenwardighen apenbaren Instrumens worden anseende schole wete.
 dat in der tegenwardicheit my apenbare schynre vmd tughe vnderstheuen. de voersichte
 vmd eedlyke konynck heren Johanne Benaa Naber der voeghenanten Stad lysboma. persoulyke
 ys vershenen. vmd heest geantwoedet dar siluften. Eedlyke breue myd der hant schrift des alder
 eddelsten hochbarren vmses heren konynck vnder teken. vmd des siluften heren konynckes
 Inghesegell van wasse berounghe. ^{in der voersichte} spante geschreuen. Welcke breue luid van
 dat to wordt in der tusschen gheset. volget hie na vmd ys desse. Johanne van gades guade
 konynck portugalen vmd algaricien Medene vmd auer meer In affricen vmd cyn he Gynnee.
 Allen den yemen dede vmsse Edele werden anseende. Don wy yekunt dat wy hebben wfenet.
 vmd ghe invellet. dat wy nu yn vnsme Edele heere vmd hunder helben In Schepemasten vmd
 holten. hebben wy gheset. stuyert to gheuende. vpe dat Sodane mastre vmd holtere to den
 voeghenante vmsen Edele moghen to ghezet werden. In desse wyse. So dat van desse vor?
 voeghenante masten vmd holteren van wath lande de hie in vmsse Edele to ghezet werden.
 van lenghe teyn vadome Eder Keanen yste mer. Kymin vmd bety to teyn yare negeft
 to kunnende. Noth Tegheden. noch Eysse. noch andere vere ghelt scholen gheuen. yste betalen.
 welck beeth nu hie van der ghehykten masten. vmd holteren plach to gheuende. vmd to betalen de.
 Kymin wy sint bedende allen den yemen vmsen amptluden. vnnemeren schynre. ley.
 desluden vmd allen anderen personen daw de yekantnisse desse voersichene stuelle voekumpet
 vmd to waerde de twyn eoder ende so vor? der teyn yare. de psonen. de to den vorber vmsen
 Edele de voeghenante holtere. van der vorber lenghe to vorende. vnnelere wyse scholen dwyngen
 eeder dwyngen laten. dat se van den holtere Tegheden Eysen eeder eedlyke ander? voreghelt tho
 bernende. men den siluften psonen de holtere alder vngest laten. vmd en darinne vnnelere hie
 derfall don scholen. wente so ys vmsse eendracht vmd wille myd en. Schreue in sunte Bndrao
 dorch pantihaeonid dydan des negeden dages des macites maer. Am jare der boerth vmses heem
 hie ruij. **E**ckey vortime was de siluften Johanne Benaa daw tegenwardige my apenbare
 schynre byddende. Eder werde volare. Eder to schaden kimen. wemmer he ze auer zee in andere lane sonde/
 dat it deme siluften Johanne Benaa der breue hie on Inholdene in desse apenbare forma latynsch
 mochte dynnen In tegenwardicheit dar siluften der name Johanne de portia vmd heruando
 van valast vmd aluast alonsi apenbaren schynre der voeghenant Stad lysbone tughe to dege voeghen
 vmd gheest vmd liden. vmd it Blasius vrantages alonsi konyncklike machte apenbare schynre In der
 voernomden stad. **E** vortime dege vngheuant breue lude vmd forme Inholdene als dar lude hebbe ge seen/
 vmd betende. Kymin desse eedlyke pake wylten. de voeghenant breue vthe vnsse sprake In de latynsche hebbe
 tusselken ghesette vmd in desse apenbare forme ge vringt. vthe den vthe vnsse sprake In de latynsche hebbe
 vmsse eghone hant hebbe ghemaket. vmd in deme ende der desse vntegenwardige Instrumet. mych
 schynre hebbe vthe ge maket vmd mit vmsse woulyke teken hebbe ghetekenet. vmd in enen liden
 der voeghen omghe byn ghe beder.

Fig. 3 – Gdansk States Archives, APG 300,D_17C_2, (royal Portuguese privilege, Lisbon, 09.03.1494).

BIBLIOGRAPHY AND SOURCES

Archival sources

Gdansk States Archives ARCHIWUM PAŃSTWOWE W GDAŃSKU, Poland, APG 300, D_17C_2-5, Royal Portuguese privileges ca. 1490, 1494, 1517

Printed sources

FERREIRA, J. A. *Privilégios concedidos pelos Reis de Portugal aos Alemães nos Séculos XV e XVI: Documentos arquivados no Gabinete de História da Cidade*, Porto, s.n., 1969.

FREIRE, A. Braamcamp, “Maria Brandoa a do Crisfal”, in *Arquivo Histórico Portuguez*, vols. VI e VII, Lisboa, 1908-1909.

FREIRE, A. Braamcamp, “Cartas de Quitação del Rei Dom Manuel”, in *Arquivo Histórico Portuguez*, vols. I e III, Lisboa, 1903, 1905.

RIBEIRO, Vitor, *Privilégios de Estrangeiros em Portugal: Ingleses, Franceses, Alemães, Flamengos e Italianos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

SILVEIRA, Luís, *Privilégios concedidos a Alemães em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Arquivos e Bibliotecas, 1958.

STEIN, Walther (ed.), *Hansisches Urkundenbuch*, vol. 11, Munich and Leipzig, Verlag von Duncker und Humblot, 1916.

Studies

ALMEIDA, A. A. Marques de, *Capitais e Capitalistas no Comércio de Especiarias – O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

ARNOLD, Torsten dos Santos, “Hermann Kellenbenz and the German-Portuguese economic relationships during the 16th century”, in *Renaissance Craftsmen and Humanistic Scholars. Circulation of Knowledge between Portugal and Germany*, Peter Lang Verlag, s.l., 2016

- ARNOLD, Torsten dos Santos, “Hansa”, in Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário da Expansão Portuguesa (1415-1660)*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 493-494.
- BARATA, João da Gama Pimentel, *Estudos de Arqueologia Naval*, vol. 1, Lisboa, Banco de Fomento e Exterior / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Torquato de Sousa Soares (ed.), 2nd edition, Tomo X, Lisboa, Sá da Costa, 1956.
- COSTA, Leonor Freire, *Naus e Galeões na Ribeira das Naus – A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia Historica, 1997.
- DOLLINGER, Philipp, *Die Hanse*, 6th edition, Stuttgart, Kröner, 2012.
- DOMINGUES, Francisco Contentes, *Os Navios do Mar Oceano – Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- DÜRRER, Ingrid, *As Relações Económicas entre Portugal e a Liga Hanseática desde os últimos anos do Séc. XIV até 1640*, Coimbra, s.n., 1953.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2nd edition, 4 vols., Lisboa, Presença, 1981-1983.
- GOMEZ MORENO, Manuel, LÓPES TORO, José, *Jerónimo Münzer – Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, Madrid, Talleres Alduc, 1951.
- HAMMEL-KIESOW, Rolf, “Hanseatic League”, in Joel Mokyr (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Economic History*, vol. 2, Oxford, Oxford University Press, 2002, pp. 495-498.
- HAMMEL-KIESOW, Rolf, *Die Hanse*, 4th edition, Munich, C. H. Beck, 2008.
- KELLENBENZ, Hermann (ed.), *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, Köln, Wien, Böhlau Verlag, 1970.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisbon, Presença, 1959.
- MOLLAT, Michel, *Le Commerce Maritime Normand à la fin do Moyen Age: Étude d'Histoire Économique et Sociale*, Paris, Librairie Plon, 1952.
- POETTERING, Jorun, *Handel, Nation und Religion. Kaufleute zwischen Hamburg und Portugal im 17. Jahrhundert*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.
- POHL, Hans, “Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648) – Zur Geschichte einer Minderheit”, *Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, nº 63, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1977.
- POHLE, Jürgen, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit Verlag, 2000.
- RAU, Virgínia, *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal – Estudo de História Económica I*, Lisboa, Edição do Autor, 1951.
- RAU, Virgínia, *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Presença, 1984.
- SCHULTE BEERBÜHL, Margrit, *Networks of the Hanseatic League*, [Read on 23/03/2016]. Available at <http://ieg-ego.eu/en/threads/european-networks/economic-networks/margrit-schulte-beerbuehl-networks-of-the-hanseatic-league>
- TORRES, Ruy d'Abreu, “Privilégios”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 186, f.
- VELUWENKAMP, J. W., *Sound Toll Registers – Concise source criticism*, [Read on 05.05.2016]. Available on <http://www.soundtoll.nl/images/files/STRpdf.pdf>.

“Sem cobre e prata nada de especiarias”: notas sobre a importação de metais alemães em Portugal no início do século XVI

Jürgen Pohle¹

Resumo

Nas primeiras duas décadas do século XVI, o comércio luso-alemão intensificou-se consideravelmente. Atraídas pelas especiarias e outras riquezas orientais, poderosas casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga, estabeleceram-se em Lisboa. Estas empresas alemãs tinham uma relevância especial para a Coroa portuguesa dado ocuparem na Europa um papel dominante como fornecedores de prata e de cobre, dois metais imprescindíveis para se efectuarem as trocas comerciais no Espaço Índico. Deste modo, tornaram-se, temporariamente, os parceiros comerciais mais importantes de D. Manuel I que lhes concedeu os privilégios mais vantajosos, outorgados a mercadores estrangeiros em Portugal no século XVI.

Palavras-chave

História Económica; Comércio ultramarino; Relações luso-alemãs; Casas comerciais da Alta Alemanha; *Privilégio dos Alemães*.

¹ CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0034.

Abstract

In the first two decades of the 16th century, the Portuguese-German trade intensified considerably. Powerful trade houses of Augsburg and Nuremberg, attracted by spices and other oriental riches, settled in Lisbon. These German companies had a special relevance for the Portuguese Crown because they occupied a dominant role in Europe as suppliers of silver and copper, two essential metals for trade in the Indian Ocean. In this way, they became, temporarily, the most important trading partners of King Manuel, who conceded them the most advantageous privileges granted to foreign merchants in Portugal in the 16th century.

Keywords

Economic history; Overseas trade; German-Portuguese relationships; Upper German trade houses; *Privilege of the Germans*.

Nos anos 60 do século passado, a historiadora alemã Hedwig Kömmerling-Fitzler constatou num artigo sobre o mercador alemão Jörg Pock e a sua viagem à Índia em 1520 que os grandes mercadores e empresas de Augsburg e de Nuremberga estiveram quase todos envolvidos na indústria mineira, dominando o comércio de cobre e prata europeu². Grandes quantidades destes dois metais foram transferidas, a partir do início do século XVI, para Portugal e daí para o espaço ultramarino. De facto, cobre e prata eram indispensáveis para efectuar as trocas comerciais, sobretudo na Índia. Ou seja, o comércio asiático da Coroa portuguesa não se podia desenvolver sem estes metais. Assim, a historiadora alemã concluiu de uma forma concisa e expressiva: “Ohne Kupfer und Silber keine Gewürze!”³, ou seja: “Sem cobre e prata nada de especiarias!”.

Meio século depois, o historiador Mark Häberlein chegou no seu estudo *Aufbruch ins globale Zeitalter* exactamente à mesma conclusão⁴. Este sublinha que a Expansão Portuguesa no Oceano Índico com as suas características económicas

² Hedwig KÖMMERLING-FITZLER, “Der Nürnberger Kaufmann Georg Pock († 1528/29) in Portugiesisch-Indien und im Edelsteinland Vijayanagara”, *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, Vol. 55 (1967/68), pp. 137-184.

³ *Idem, ibidem*, 139.

⁴ Mark HÄBERLEIN, *Aufbruch ins globale Zeitalter. Die Handelswelt der Fugger und Welser*, Darmstadt, Theiss, 2016.

não teria sido possível sem o cobre e a prata dos Fugger. Fala *expressis verbis* de uma “simbiose” entre o comércio ultramarino português e o comércio de prata e de cobre das companhias do Sul da Alemanha⁵.

A importância dos metais que os mercadores-banqueiros-industriais alemães forneceram a Portugal foi também várias vezes destacada na historiografia de língua portuguesa. Vitorino Magalhães Godinho⁶ e Manuel Nunes Dias⁷ sublinham “o enorme papel representado por aqueles metais alemães”⁸ na rota do Cabo.

Foi sobretudo no reinado de D. Manuel I, que Portugal procurou adquirir grandes quantidades de prata e cobre para garantir a continuidade das trocas comerciais no além-mar. O governo português caiu, no entanto, segundo A. A. Marques de Almeida, numa dupla dependência:

“A estratégia negocial da Coroa portuguesa foi condicionada pelo papel da Feitoria de Antuérpia e cerceada pela posição que os mercadores alemães ocupavam no comércio internacional dos metais e na mineração da prata e do cobre. D. Manuel foi sempre prisioneiro desta realidade inexorável e, sem fundos financeiros próprios, procurou garantir os metais contra as especiarias. Este jogo é importante na avaliação do papel dos mercadores alemães em Lisboa.”⁹

Para uma melhor contextualização acerca do papel das casas comerciais alemãs em Portugal retrocederemos ao ano de 1503¹⁰. Neste ano iniciou-se o

⁵ *Idem, ibidem*, 72.

⁶ Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.ª ed., 4 Vols., Lisboa, 1982-1985.

⁷ Manuel Nunes DIAS, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, 2 Vols., Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964.

⁸ *Idem*, “Dinâmica dos metais alemães na Rota do Cabo”, in *Congresso internacional ‘Bartolomeu Dias e a sua época’*. Actas, vol. 3, Porto, Universidade do Porto / CNCDP, 1989, p. 563.

⁹ A. A. Marques de ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, p. 55.

¹⁰ Sobre o estabelecimento das grandes casas comerciais da Alta Alemanha em Lisboa, vd. Jürgen POHLE, *Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I*, Lisboa, CHAM, 2017, pp. 115-172 [Consultado em 20/06/2018. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/38843/2/MercadoresAlemaes.pdf>]; *idem*, “Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, N.º 3 (2015), pp. 19-38 [Consultado em 24/09/2016. Disponível em http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/03_alema.pdf]; *idem*, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit Verlag, 2000, pp. 97-134; Walter GROSSHAUPT, “Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg”, in Jean Aubin (ed.), *La découverte, le Portugal, et l’Europe: actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 359-397.

estabelecimento de diversas firmas da Alta Alemanha em terras lusas. Com a chegada a Portugal das especiarias do Espaço Índico, algumas casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga apressaram-se a enviar representantes para Lisboa. Os primeiros a entrar em contacto com a Coroa portuguesa foram os Welser, ou melhor, a companhia dos Welser-Vöhlin. Esta empresa alcançou, em Fevereiro de 1503, privilégios muito vantajosos que abriram caminho a uma participação directa da alta finança alemã no comércio ultramarino português. No âmbito da sua política de expansão D. Manuel I desde logo percebeu que os mercadores-banqueiros da Alta Alemanha poderiam desempenhar um papel fundamental como investidores e fornecedores daqueles metais que Portugal mais necessitava para garantir as trocas comerciais no ultramar. Consequentemente, alargou ainda os direitos dos mercadores alemães nos anos seguintes. O denominado *Privilégio dos Alemães*, que contemplava os privilégios que lhes haviam sido outorgados por D. Manuel I, entre 1503 e 1511, evidencia o estatuto excepcional que as empresas alemãs possuíam em terras lusas. Estas tornaram-se, temporariamente, os parceiros comerciais mais relevantes de Portugal. Segundo Virgínia Rau¹¹ e Maria Valentina Cotta do Amaral¹², o *Privilégio dos Alemães* superou os direitos e liberdades concedidos a outras nações mercantis estabelecidas em terras portuguesas, tornando-se o mais cobiçado em Portugal no século XVI.

“Sem dúvida, estes [privilégios (NdA)] são os mais importantes a serem concedidos nos séculos XV e XVI por reis portugueses, a mercadores estrangeiros.”¹³

“(…) São os únicos privilégios que conhecemos que se referem directamente ao comércio da especiaria em geral e ao da pimenta, em especial. Mas o grande privilégio dos alemães, aquele que despertava o interesse dos outros mercadores, era o de poderem ir comerciar *in loco*, na Índia. Além disso, a sua situação no Reino era altamente beneficiada, mandando o Rei, entre outras coisas, que se lhes fosse dada pousada, cama e mantimentos por seus dinheiros, tanto na Corte como em todos os lugares para onde fossem. Eram ainda favorecidos com os privilégios, liberdades e isenções dos naturais do Reino.”¹⁴

¹¹ Virgínia RAU, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”, in Hermann Kellenbenz (ed.), *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, Köln/Wien, Böhlau, 1970, pp. 15-30.

¹² Maria Valentina Cotta do AMARAL, *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965.

¹³ *Idem, ibidem*, 22.

¹⁴ *Idem, ibidem*, 31.

D. Manuel I permitiu “aos nobres mercadores que possuem Liurementemente negociar e traotar, Vender e comprar por todos os nossos Reynos e senhorios por suas pessoas ou por seus feitores e seruidores”¹⁵. Os privilegiados podiam, portanto, fazer negócios em Portugal d’aquém e d’além-mar. Encontravam-se isentos de pagar tributos e impostos pela prata que trariam. Em relação a outros produtos importados, como cobre e latão, pagavam apenas a dízima. Além disso, foram dispensados de “colacoenz ou pagamentos de peitas ou pedidos, que pellos Reynos ou Prouincias se costumão muitas pedir e por”¹⁶. Tinham o direito de assentar casa dentro e fora dos muros de Lisboa para armazenar mercadorias. Estas mercadorias deveriam ser preferencialmente despachadas nas alfândegas e na Casa da Moeda pelos funcionários reais. Os privilegiados dispuseram, ainda, de um juiz próprio para os seus assuntos e de um notário. Os seus representantes podiam andar armados dia e noite, desde que os seus “seruidores nã serão espanhoes pera gozarem da dita liberdade”¹⁷. O *Privilégio dos Alemães* valia para todas as companhias e mercadores alemães que estivessem dispostos a investir em Portugal um mínimo de 10.000 cruzados¹⁸.

Em Agosto de 1504, Lucas Rem¹⁹, o primeiro feitor dos Welser em Lisboa, concluiu um contrato com a Coroa portuguesa que permitiu às casas comerciais dos Welser, Fugger, Höchstetter e Gossembrot de Augsburg, bem como dos Imhoff e Hirschvogel de Nuremberga, investir directamente na armada que partiria, no ano seguinte, para a Índia²⁰. Estas firmas formaram, com alguns mercadores italianos, um consórcio que financiou três navios da armada de D. Francisco de Almeida. Para a armação dos três navios era necessário um capital de 65.400

¹⁵ BA, 44-XIII-54, n.º 20j, p. 357.

¹⁶ *Idem, ibidem*, 362.

¹⁷ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 36, fl. 41 *apud* Jean DENUCÉ, “Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). Document”, *Archivo Historico Portuguez*, Vol. 7 (1909), p. 386.

¹⁸ Aqueles mercadores que investiram na construção naval em Portugal deviam receber privilégios alargados. No que respeita à compra dos produtos ultramarinos por parte dos alemães, os Welser deveriam pagar inicialmente um tributo não superior a 5%, enquanto os restantes mercadores tinham de pagar 10% de sisa.

¹⁹ J. POHLE, “Lucas Rem e Sebald Kneussel: due agenti commerciali tedeschi a Lisbona all’inizio del secolo XVI e le loro testimonianze”, *Storia Economica*, Vol. XVIII, N.º 2 (2015), pp. 315-329.

²⁰ Benedikt GREIFF (ed.), *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, Augsburg, Hartmann’sche Bruchdruckerei, 1861, p. 8. Sobre a participação alemã na expedição portuguesa à Índia nos anos de 1505/06, vd. Franz HÜMMERICH, *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*, München, Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1918; Konrad HÄBLER, *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*, Leipzig, Hirschfeld, 1903; Heinrich LÜTZ, *Conrad Peutinger. Beiträge zu einer politischen Biographie*, Augsburg, Die Brigg, 1958, pp. 54-64; Rolf WALTER, “Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert – Die Begegnung zweier Welten”, in Stephan Füssel (ed.), *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*, Vol. 2, München, Wilhelm Fink, 1987, pp. 47-51; António Alberto Banha de ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, pp. 475-488.

cruzados, sendo que 75% da soma tinha de ser paga em dinheiro e 25% em metais preciosos²¹.

A prata

No mesmo Verão de 1504, algumas empresas alemãs tencionaram transferir prata para Portugal. Surgiram inicialmente problemas por causa de uma lei que proibia a exportação deste metal dos Países Baixos. No Inverno de 1504/05, os Welser solicitaram ao regente do país, o arquiduque Filipe *o Belo*, uma licença especial para poderem transportar prata pelos Países Baixos²². Argumentaram que a prata servia para comprar em Lisboa especiarias e outras mercadorias que posteriormente eram transferidas para os portos neerlandeses trazendo, assim, vantagens económicas para as terras e cidades do arquiduque. Para conseguir o seu objectivo, a companhia dirigiu-se também ao imperador Maximiliano I, pai de Filipe *o Belo*. Os Welser argumentaram que todo o comércio de prata no Sacro Império Romano-Germânico ia sofrer consequências negativas se não fosse permitida a livre passagem deste metal pelos Países Baixos, sendo que o prejuízo para o próprio imperador não seria de pouca monta. Maximiliano I deveria, assim, convencer o seu filho, pois também os danos económicos nos Países Baixos seriam enormes, uma vez que o comércio de prata desviar-se-ia, certamente, para Génova ou para os portos franceses e espanhóis²³.

A argumentação dos Welser deve ter convencido os dois monarcas²⁴, pois nos anos seguintes, deparamo-nos com barcos carregados de prata no caminho dos Países Baixos para Portugal²⁵.

No que se refere às quantidades de prata que a Coroa portuguesa adquiriu, os historiadores Philipp Robinson Rössner²⁶ e Ekkehard Westermann²⁷ partem do

²¹ Relativamente às participações alemãs nas viagens dos Portugueses à Ásia no primeiro quartel do século XVI, vd. Marion EHRHARDT, *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Texto, 1989, pp. 25-101; Hermann KELLENBENZ, “The Portuguese Discoveries and the Italian and German Initiatives in the Indian Trade in the first two Decades on the 16th Century”, in *Congresso internacional ‘Bartolomeu Dias e a sua época’*. Actas, vol. 3, Porto, Universidade do Porto/ CNCDP, 1989, pp. 609-623; POHLE (2000), 189-218; *idem* (2017), 82-114.

²² STAATS- UND STADTBIBLIOTHEK AUGSBURG, 2º Cod. Aug. 382ª, Dok. VIII. Veja-se “Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass”, in GREIFF (1861), 165-166.

²³ “Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass”, in GREIFF (1861), 163-165.

²⁴ LUTZ (1958), 57.

²⁵ STAATS- UND STADTBIBLIOTHEK AUGSBURG, 2º Cod. Aug. 390, Fol. 469v.-472.

²⁶ Philipp Robinson RÖSSNER, *Deflation – Devaluation – Rebellion. Geld im Zeitalter der Reformation*, Stuttgart, Steiner, 2012, p. 263.

²⁷ Ekkehard WESTERMANN, “Oberdeutsche Metallhändler in Lissabon und in Antwerpen zwischen

princípio que, nas primeiras duas décadas do século XVI, mais do que dois terços de toda a prata da Europa Central encontraram, via Lisboa, o caminho para o Espaço Índico. O escoamento dos metais pesou na economia alemã e causou fortes críticas dentro do Sacro Império. Na terceira década de *Quinhentos*, as grandes casas comerciais da Alta Alemanha foram, várias vezes, publicamente acusadas de “desvio e desperdício de bom dinheiro e moeda (...), o que muito prejudicava o bem comum”.²⁸ Esta queixa por parte do fiscal imperial encontrava-se no contexto de processos jurídicos contra as poderosas companhias alemãs acusadas de usura, resultante da criação de monopólios no que se referia à distribuição e venda de especiarias no Sacro Império. Chegaram notícias à Alemanha de que algumas grandes empresas adquiriam as especiarias ao rei de Portugal a qualquer preço para poderem, posteriormente, vendê-las a um preço excessivo.

Infelizmente, não é possível saber que quantidades exactas de prata eram fornecidas pelas respectivas casas comerciais alemãs à Coroa de Portugal no reinado de D. Manuel I²⁹. Apenas no que diz respeito aos anos de 1517, 1518 e 1521, existem registos da Casa da Moeda que iluminam este aspecto³⁰. Em 1517, os representantes dos Welser, Imhoff e Hirschvogel e alguns mercadores alemães, que possivelmente fizeram negócios em Portugal por conta própria, como Jörg Herwart, entregaram na Casa da Moeda no mínimo 9.400 marcos de prata. No ano seguinte foram aproximadamente 7.300 marcos. E em 1521, os mercadores alemães forneceram cerca de 1.600 marcos. É de notar, portanto, em finais do reinado do *Venturoso*, uma redução significativa tanto em relação ao número de fornecedores alemães, como no que se refere ao total das suas entregas de prata na Casa da Moeda. É uma altura em que algumas firmas alemãs se retiraram, temporária ou mesmo definitivamente, de Lisboa preferindo fazer negócios com a Coroa portuguesa em Antuérpia.

Na cidade do Escalda os Portugueses adquiriram quantidades consideráveis de prata. Philipp R. Rössner estima que, no primeiro quartel do século XVI mais do que 5 toneladas de prata foram transferidas anualmente, via Antuérpia,

1490 und 1520”, *Montánna história*, Vol. 4 (2011), pp. 8-21; *idem*, “Die versunkenen Schätze der „Bom Jesus“ von 1533. Die Bedeutung der Fracht des portugiesischen Indiensgellers für die internationale Handelsgeschichte – Würdigung und Kritik”, *Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Vol. 100 (2013), p. 471.

²⁸ Paul HECKER, “Ein Gutachten Conrad Peutingers in Sachen der Handelsgesellschaften. Ende 1522”, *Zeitschrift des Historischen Vereins für Schwaben und Neuburg*, Vol. 2 (1875), p. 197: “Wie die grossen gesellschaft gut gelt und münzt zu gemeins nutz grossem nachteil verfüren und verschwenden”.

²⁹ DIAS (1963/64), II, 325; P. R. RÖSSNER, “Geld- und währungspolitische Probleme in Deutschland am Vorabend der „Preisrevolution“ (1470-1540). Quellenbefund und Forschungshypothesen”, in Angelika Westermann/ Stefanie von Welser (eds.), *Beschaffungs- und Absatzmärkte oberdeutscher Firmen im Zeitalter der Welser und Fugger*, Husum, 2011, pp. 289-293.

³⁰ *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*, Lisboa, Casa da Moeda e Papel Sellado, 1878, Mappa demonstrativo, n.º 7/1517, n.º 5/1518 e n.º 7/1521. Veja-se RÖSSNER (2012), 271-290.

para Portugal³¹. Em 1515, as companhias alemãs acumularam nos Países Baixos uma extraordinária quantia de prata, destinada à exportação para Portugal. Em finais de Maio desse ano, Lourenço Lopes, funcionário da feitoria real, escreveu a D. Manuel I: “Nestas naus para partir, foi muita prata a Lisboa, de Alemães e doutros mercadores, para comprarem pimenta, e foi tanta, que não se achavam seguradores para segurar tanta fazenda.”³²

Os mais importantes centros de produção de prata no território do Sacro Império eram, nessa altura, Schwaz no Tirol, Mansfeld na Turíngia e o *Erzgebirge* na Saxónia³³.

O cobre

Tão ou ainda mais importante do que a prata foi para a Coroa portuguesa a aquisição de cobre. No que toca à importação deste metal, Portugal tornou-se no século XVI, temporariamente, o maior cliente no mercado europeu³⁴. A maior parte do cobre era proveniente das minas que os Fugger exploravam na Hungria e que a Coroa importava através da Feitoria de Flandres. Já em 1503, chegaram a Antuérpia 41 navios vindos de Danzig, carregados com o cobre dos Fugger. A poderosa firma de Augsburg comercializou na cidade do Escalda, no período compreendido entre 1507 e 1526, cerca de metade do cobre das suas minas húngaras³⁵. Nesta fase, os lucros anuais da companhia superaram os 54%.

A correspondência trocada entre D. Manuel I e os funcionários reais da feitoria de Antuérpia revela que a aquisição de cobre teve a mais alta prioridade, embora se note também um aumento nas compras de prata e latão efectuadas pelos feitores portugueses³⁶. De acordo com a correspondência trocada entre D. Manuel I e os funcionários da feitoria de Antuérpia, sabemos que o rei necessitava geralmente de 4 a 8 mil quintais deste metal para equipar as armadas

³¹ P. R. RÖSSNER (2012), 305.

³² ANTT, CC, I-17-130 *apud* Anselmo Braamcamp FREIRE, *Notícias da Feitoria de Flandres*, Lisboa, Arquivo Histórico Português, 1920, p. 105.

³³ RÖSSNER (2012), 251.

³⁴ KELLENBENZ (1977), 337; E. WESTERMANN, “Über Wirkungen des europäischen Ausgriffs nach Übersee auf den europäischen Silber- und Kupfermarkt des 16. Jahrhunderts”, in Armin Reese (ed.), *Columbus: Tradition und Neuerung*, Idstein, Schulz-Kircher, 1992, pp. 52-61.

³⁵ M. HÄBERLEIN, *Die Fugger. Geschichte einer Augsburger Familie (1367-1650)*, Stuttgart, Kohlhammer, 2006, p. 55; Peter FELDBAUER, *Die Portugiesen in Asien 1498-1620*, Essen, Magnus, 2005, p. 155.

³⁶ A correspondência entre D. Manuel I e Silvestre Nunes, em 1515/16 (ANTT, CC, I-18-122; I-19-111), e as cartas que o *Venturoso* trocou com Tomé Lopes e Rui Fernandes de Almada no período compreendido entre 1515 e 1521 (Maria do Rosário Themudo BARATA, *Rui Fernandes de Almada: Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1971).

que enviava todos os anos à Ásia³⁷. Segundo Vitorino Magalhães Godinho, foram importados em Portugal, no reinado de D. Manuel I, anualmente, cerca de 10.000 quintais de cobre bruto ou lavrado por intermédio da Feitoria de Flandres³⁸. De acordo com este historiador, “um rio de cobre alemão corre assim de Bruges ou de Antuérpia para os portos portugueses”³⁹. Uma parte das importações alimentou a *indústria* portuguesa, mas a grande parte restante foi enviada para a África Ocidental e para a Índia.

As maiores reservas de cobre encontravam-se na Europa Central⁴⁰, no centro-leste do Império (Harz), na Boémia (Kutná Hora), nos Alpes (Schwaz) e na Hungria, onde se destacaram as célebres minas de Neusohl⁴¹. É de saber que cerca de 80% da produção europeia de cobre encontrava-se nas mãos dos mercadores-banqueiros-industriais alemães⁴². A maior parte provinha, como já referido, das minas exploradas pelos Fugger. Esta companhia concentrou-se, como nenhuma outra firma da Alta Alemanha, nos negócios mineiros, tornando-se, assim, o grande parceiro comercial de Portugal neste sector económico⁴³. Os documentos referentes às negociações conduzidas com a Coroa portuguesa, no reinado de D. Manuel I, não deixam dúvidas sobre o volume extraordinário das vendas de cobre. Em 1515, a Coroa pretendia comprar aos Fugger anualmente 5.000 quintais daquele metal. Este montante subiu para 6.000 quintais por volta de 1520. Nesta altura, o preço variava, geralmente, entre os 27 e 28 soldos o quintal com tendência crescente. Já em 1519, Jacob Fugger tinha declarado que poderia fornecer futuramente ainda mais cobre, desde que se acordasse um valor de 28 soldos o quintal.

O problema para a Coroa portuguesa era que Jacob Fugger havia perdido sucessivamente, a partir de meados da segunda década de *Quinhentos*, o interesse na pimenta. Queria ser pago em dinheiro e não em especiarias. Isso ficou bem claro nas negociações que os funcionários reais da feitoria de Antuérpia, Tomé Lopes e Rui Fernandes de Almada, tiveram em Augsburg nos anos de 1515 e 1519/1520, respectivamente⁴⁴. O último mencionado procurou também os Höchstetter e outras companhias alemãs para negociar contratos referentes ao cobre. Mas a única empresa que se encontrava em condições de fornecer, a longo

³⁷ H. KELLENBENZ, *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*, vol. 1, München, Vögel, 1990, pp. 54-55 e 60-61.

³⁸ GODINHO (1982-1985), II, 11.

³⁹ *Idem, ibidem*, 10.

⁴⁰ KELLENBENZ (1977), 292; E. WESTERMANN, *Silberrausch und Kanonendonner. Deutsches Silber und Kupfer an der Wiege der europäischen Weltherrschaft*, Lübeck, Schmidt-Römhild, 2001, pp. 32-36.

⁴¹ Banská Bystrica, uma cidade na actual Eslováquia.

⁴² WESTERMANN (2001), 35.

⁴³ HÄBERLEIN (2006), 57.

⁴⁴ *Supra*, nota 36.

prazo, as quantidades desejadas deste metal era a dos Fugger. D. Manuel I poderia adquirir cobre através de outras empresas alemãs, mas temia uma ruptura nas relações com os Fugger, que, no futuro, lhe pareciam dar mais garantias. Este foi o dilema dos “negócios alemães” do *Venturoso* nos finais do seu reinado. Enquanto Rui Fernandes de Almada recomendou que se concluíssem contratos com várias empresas alemãs, que até estavam dispostas a aceitar pimenta e outras especiarias em troca do cobre, D. Manuel I, por seu turno, insistiu na sua decisão de primeiramente aguardar, fechando por fim o negócio somente com a casa dos Fugger. Tal aconteceu nos primeiros meses de 1521. Em Abril desse ano, chegava aos Países Baixos a notícia de que o rei tinha acertado um contrato com os Fugger por intermédio do qual a Coroa iria adquirir cobre, nos próximos três anos, ao preço de 28 soldos o quintal.

Na costa do Malabar, os negócios com cobre revelaram-se altamente rentáveis para Portugal. A venda ou troca do cobre europeu deu um lucro mínimo de cinco cruzados o quintal. Tendo em consideração que os Portugueses importaram na Índia, nas primeiras duas décadas de *Quinhentos*, em média 5.000 a 6.000 quintais de cobre por ano, o lucro anual superava os 25.000 cruzados com tendência crescente⁴⁵.

Notas finais

A simbiose, segundo Mark Häberlein, entre o comércio ultramarino português e o comércio de prata e cobre das companhias alemãs, terminou por volta de 1540. O mesmo historiador invoca três razões que conduziram a este desfecho⁴⁶. A primeira deve-se ao facto de os Portugueses terem perdido, pouco a pouco, a sua hegemonia no comércio de especiarias, uma vez que os Venezianos recuperaram, a partir dos anos 30, uma posição de relevo neste ramo comercial. A segunda porque chegaram a Espanha, na mesma altura, cada vez mais navios carregados com a prata das Índias Ocidentais. A prata alemã ganhou, deste modo, um concorrente que pôs fim à sua posição dominante no mercado internacional. Sevilha tornou-se para a Coroa portuguesa um local interessante para adquirir prata. Finalmente, a terceira razão, porque houve, no segundo terço de *Quinhentos*, uma redução

⁴⁵ K. S. MATHEW, *Indo-Portuguese Trade*, New Delhi, Manohar, 1999, p. 166; Markus A. DENZEL, “Zur Finanzierung des europäischen Asienhandels in der Frühen Neuzeit: Vom Zahlungsausgleich im Gewürzhandel zum bargeldlosen Zahlungsverkehr”, in Markus A. Denzel (ed.), *Gewürze: Produktion, Handel und Konsum in der Frühen Neuzeit*, St. Katharinen, Scripta Mercaturae Verlag, 1999, p. 40.

⁴⁶ HÄBERLEIN (2016), 72-77.

significativa na produção mineira na Europa Central, onde se encontravam as minas exploradas pelas grandes companhias alemãs.

Terminou, deste modo, a fase mais intensa do comércio luso-alemão que, durante décadas, havia marcado a economia europeia influenciado, decisivamente, o mercado internacional de cobre e de prata, bem como a distribuição das especiarias portuguesas na Europa Central.

ANEXO

**Nomes de mercadores alemães que apareceram na Casa da Moeda
entre 1517 e 1524⁴⁷:**

Jorge Elberto = Jörg Herwart (mercador independente, representante de diversas casas comerciais alemãs)⁴⁸

João de las Casas = Hans Hauser (feitor dos Imhoff)⁴⁹

Miguel Encuria = Michael Imhoff (feitor dos Imhoff)⁵⁰

Jorge Encuria = Jörg Imhoff (mercador independente?)⁵¹

Gabriel, allemão = Gabriel Steudlin (feitor dos Welser-Vöhlin)⁵²

Leão (Ravenspuger), allemão = Leo Ravensburger (empregado dos Welser-Vöhlin)⁵³

Jouchin, mercador allemão ou *Jochim, allemão* = Joachim Prunner (feitor dos Hirschvogel)⁵⁴

Frederico, allemão = Friedrich Löner (feitor dos Hirschvogel)⁵⁵

Rodrigo Ynha = Ulrich Ehinger (feitor dos Rem)⁵⁶

Guido, (mercador) allemão = Veit Hörl (feitor dos Herwart)⁵⁷

João Bahur ou *João, allemão* = Hans Paur (empregado dos Rem)⁵⁸

Christovão Spavel ou *Christovão, allemão* = Christoph Spaigel (empregado dos Hirschvogel)⁵⁹

Jerónimo Stuler ou *Jerónimo, allemão* = Hieronymus Sailer (?) (mercador independente?)⁶⁰

Pollo, allemão = Jörg Pock (?) (feitor dos Hirschvogel)⁶¹

Jorge Embertin = Jörg Herwart (?)⁶²

Fradique, allemão = Friedrich Löner (?)⁶³

Arnão, allemão = ?

Diogo da Ana, allemão = ?

⁴⁷ *Apontamentos* (1878), Mappa demonstrativo, n.º 7/1517, n.º 5/1518, n.º 7/1521, n.º 4/1523, n.º 6/1524.

⁴⁸ Sobre Jörg Herwart, vd. POHLE (2017), 147, 155-159, 167, 179-180, 186-187, 222-223, 251-255.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, 126-127, 163.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, 124-126, 147.

⁵¹ *Idem, ibidem*, 126, 185, 251

⁵² *Idem, ibidem*, 140-142, 167-168.

⁵³ *Idem, ibidem*, 136-141.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, 130, 251-252.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, 131-132.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, 75 (nota 61), 124 (nota 48), 150, 152 (nota 219), 156, 166-167, 178 (nota 18), 255.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, 159, 255.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, 156, 251-253.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, 132.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, 185 (nota 48).

⁶¹ *Idem, ibidem*, 110-114, 130-132 e *passim*.

⁶² Cf. *supra*, nota 48.

⁶³ Cf. *supra*, nota 55.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

- *Corpo Cronológico (CC)*, I-17-130.
- CC, I-18-122.
- CC, I-19-111.
- *Chanc. de D. Manuel*, liv. 36.

Biblioteca da Ajuda (BA)

- Cód. 44-XIII-54, n.º 20.

Staats- und Stadtbibliothek Augsburg

- 2º Cod. Aug. 382^a.
- 2º Cod. Aug. 390.

Fontes Impressas

Apontamentos para a História da Moeda em Portugal, Lisboa, Casa da Moeda e Papel Sellado, 1878.

“Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass”, in B. Greiff (ed.), *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, Augsburg, Hartmann’sche Bruchdruckerei, 1861, pp. 112-172.

DENUCÉ, Jean, “Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). Document”, *Archivo Historico Portuquez*, vol. 7 (1909), pp. 310-319 e 377-392.

GREIFF, Benedikt (ed.), *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, Augsburg, Hartmann’sche Bruchdruckerei, 1861.

HECKER, Paul, “Ein Gutachten Conrad Peutingers in Sachen der Handelsgesellschaften. Ende 1522”, *Zeitschrift des Historischen Vereins für Schwaben und Neuburg*, vol. 2 (1875), pp. 188-216.

Estudos

- ALMEIDA, A. A. Marques de, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.
- AMARAL, Maria Valentina Cotta do, *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo, *Rui Fernandes de Almada: Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1971.
- DENZEL, Markus A., “Zur Finanzierung des europäischen Asienhandels in der Frühen Neuzeit: Vom Zahlungsausgleich im Gewürzhandel zum bargeldlosen Zahlungsverkehr”, in Markus A. Denzel (ed.), *Gewürze: Produktion, Handel und Konsum in der Frühen Neuzeit*, St. Katharinen, Scripta Mercaturae Verlag, 1999, pp. 37-69.
- DIAS, Manuel Nunes, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, 2 Vols., Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964.
- DIAS, Manuel Nunes, “Dinâmica dos metais alemães na Rota do Cabo”, in *Congresso internacional ‘Bartolomeu Dias e a sua época’*. Actas, vol. 3, Porto, Universidade do Porto / CNCDP, 1989, pp. 563-584.
- EHRHARDT, Marion, *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Texto, 1989.
- FELDBAUER, Peter, *Die Portugiesen in Asien 1498-1620*, Essen, Magnus, 2005.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Notícias da Feitoria de Flandres*, Lisboa, Arquivo Histórico Português, 1920.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.^a ed., 4 vols., Lisboa, Presença, 1982-1985.

GROSSHAUPT, Walter, “Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg”, in Jean Aubin (ed.), *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 359-397.

HÄBERLEIN, Mark, *Die Fugger. Geschichte einer Augsburger Familie (1367-1650)*, Stuttgart, Kohlhammer, 2006.

HÄBERLEIN, Mark, *Aufbruch ins globale Zeitalter. Die Handelswelt der Fugger und Welser*, Darmstadt, Theiss, 2016.

HÄBLER, Konrad, *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*, Leipzig, Hirschfeld, 1903.

HÜMMERICH, Franz, *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*, München, Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1918.

KELLENBENZ, Hermann, “Europäisches Kupfer, Ende 15. bis Mitte 17. Jahrhundert. Ergebnisse eines Kolloquiums”, in Hermann Kellenbenz (ed.), *Schwerpunkte der Kupferproduktion und des Kupferhandels in Europa: 1500-1650*, Köln/Wien, Böhlau, 1977, pp. 290-351.

KELLENBENZ, Hermann, “The Portuguese Discoveries and the Italian and German Initiatives in the Indian Trade in the first two Decades on the 16th Century”, in *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'. Actas*, vol. 3, Porto, Universidade do Porto/ CNCDP, 1989, pp. 609-623.

KELLENBENZ, Hermann, *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*, 3 vols., München, Vögel, 1990.

KÖMMERLING-FITZLER, Hedwig, “Der Nürnberger Kaufmann Georg Pock († 1528/29) in Portugiesisch-Indien und im Edelsteinland Vijayanagara”, *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, vol. 55 (1967/68), pp. 137-184.

LUTZ, Heinrich, *Conrad Peutinger. Beiträge zu einer politischen Biographie*, Augsburg, Die Brigg, 1958.

MATHEW, K. S., *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers of Germany (Sixteenth Century)*, New Delhi, Manohar, 1999.

POHLE, Jürgen, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit Verlag, 2000.

POHLE, Jürgen, “Lucas Rem e Sebald Kneussel: due agenti commerciali tedeschi a Lisbona all’inizio del secolo XVI e le loro testimonianze”, *Storia Economica*, vol. XVIII, N° 2 (2015), pp. 315-329.

POHLE, Jürgen, “Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.^a série, N° 3 (2015), pp. 19-38 [Disponível em http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/03_alema.pdf].

POHLE, Jürgen, “Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I, Lisboa, CHAM, 2017 [Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/38843/2/MercadoresAlemaes.pdf>].

RAU, Virgínia, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”, in Hermann Kellenbenz (ed.), *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, Köln/Wien, Böhlau, 1970, pp. 15-30.

RÖSSNER, Philipp Robinson, “Geld- und währungspolitische Probleme in Deutschland am Vorabend der „Preisrevolution“ (1470-1540). Quellenbefund und Forschungshypothesen”, in Angelika Westermann/ Stefanie von Welser (eds.), *Beschaffungs- und Absatzmärkte oberdeutscher Firmen im Zeitalter der Welser und Fugger*, Husum, Mathiesen, 2011, pp. 287-309.

RÖSSNER, Philipp Robinson, *Deflation – Devaluation – Rebellion. Geld im Zeitalter der Reformation*, Stuttgart, Steiner, 2012.

WALTER, Rolf, “Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert – Die Begegnung zweier Welten”, in Stephan Füssel (ed.), *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*, vol. 2, München, Wilhelm Fink, 1987, pp. 45-82.

WESTERMANN, Ekkehard, “Über Wirkungen des europäischen Ausgriffs nach Übersee auf den europäischen Silber- und Kupfermarkt des 16. Jahrhunderts”, in Armin Reese (ed.), *Columbus: Tradition und Neuerung*, Idstein, Schulz-Kircher, 1992, pp. 52-69.

WESTERMANN, Ekkehard, *Silberrausch und Kanonendonner. Deutsches Silber und Kupfer an der Wiege der europäischen Weltherrschaft*, Lübeck, Schmidt-Römhild, 2001.

WESTERMANN, Ekkehard, “Oberdeutsche Metallhändler in Lissabon und in Antwerpen zwischen 1490 und 1520”, *Montánna história*, vol. 4 (2011), pp. 8-21.

WESTERMANN, Ekkehard, “Die versunkenen Schätze der „Bom Jesus“ von 1533. Die Bedeutung der Fracht des portugiesischen Indiensglers für die internationale Handelsgeschichte – Würdigung und Kritik”, *Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, vol. 100 (2013), pp. 459-478.

Tópicos, histórias e vivências do Portugal mercantil e marítimo na Alemanha do século XVI

Marília dos Santos Lopes¹

Resumo

As viagens e as experiências dos portugueses não passaram despercebidas na Europa dos séculos XV e XVI, nomeadamente no Sacro Império Romano-Germânico. As novas narradas sobre as empresas e as iniciativas da Coroa portuguesa em novos mundos suscitaram curiosidade e interesse, dando origem a outras narrativas ficcionais e *possivelmente verdadeiras*. Na esteira do nauta e emissário, Rafael Hitlodaeus da *Utopia* de Thomas Morus, os letrados alemães vão forjar histórias e personagens a partir dos factos e informes vivenciados pelos homens das *sete partidas*. Tendo em particular atenção uma novela de Jörg Wickram, o presente artigo visa aflorar a emergência de mercadores na arte e na literatura modernas e no modo como Portugal era visto e representado em terras além-Pireneus.

Palavras-chave

Viagens portuguesas, Literatura do século XVI, Jörg Wickram, Relações luso-alemãs.

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) – Universidade Católica Portuguesa.

Abstract

The Portuguese voyages and experiences did not go unnoticed in 15th and 16th century Europe, namely in the Holy Roman-Germanic Empire. The narratives about the initiatives and endeavours of the Portuguese Crown in new worlds aroused curiosity and interest, giving rise to new fictional and ‘possibly true’ narratives. In the wake of the fictitious traveller and emissary Rafael Hitlodæus in Thomas Morus’ *Utopia*, also German scholars will forge new stories and characters. With particular attention to a novel by Jörg Wickram, the article discusses the early modern appearance of merchants in art and literature in the context of how Portugal was seen and represented in lands beyond the Pyrenees.

Keywords

Portuguese voyages, Early Modern literature, Jörg Wickram, German-Portuguese relationship.

Do Portugal mercantil e marítimo

O retrato delineado de Portugal no Império Sacro Romano-Germânico está maioritariamente associado ao Portugal das viagens, ao Portugal comercial e marítimo, como tivemos a oportunidade de demonstrar em outras ocasiões². Já nos inícios do século XVI, em diversas publicações do Império, se relata sobre as expedições de embarcações lusitanas ao longo da costa ocidental africana, salientando a importância de novas rotas, como o evidencia o mapa que se pode encontrar na edição da *Cartha Marina*, uma reedição da *Carta* de Martin Waldseemüller, da autoria de Lorenz Fries³. Editado em 1527, este mapa procura

² Marília dos Santos LOPES, “Os Descobrimientos Portugueses e os novos horizontes do saber nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, ICALP, 1987, 7/8, pp. 28-40; *Idem*, “Portugal. Uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum*, 1, 1990, pp. 205-308; *Idem*, “Os Descobrimientos Portugueses e a Alemanha”, in *Portugal-Alemanha, Memórias e Imaginários*, Maria Manuela G. Delille (ed.), Coimbra, Minerva Coimbra, 2007, pp. 267-273; *Idem*, “Fomos muito bem tratados’. Portugal e os Portugueses nos Escritos Alemães dos séculos XV e XVI”, ed. no presente volume, pp. 211-227.

³ Lorenz FRIES, *Aslegung der Mercarthen oder Cartha Marina: darin man sehen mag, wo einer in der Welt sey ... das alles in dem Büchlin zu finden*, Straßburg, Johannes Grienninger, 1527.

assim instituir e definir um novo mapeamento e, ao mesmo tempo, esboçar uma nova tabula geográfica a partir das primeiras viagens em nome da coroa portuguesa, mormente das efectuadas e, posteriormente, relatadas pelo mareante italiano ao serviço do Infante D. Henrique, Alvise de Ca' da Mosto, decifrando-as como o limite de uma nova cosmovisão e concepção do mundo.

Assim, desde cedo que em diferentes tipografias e oficinas alemãs se imprimiram e deram a conhecer publicações sobre Portugal e as viagens além do termo do mundo conhecido, as *Colunas de Hercules*. Em muitas das obras, folhetos, ou gravuras alusivas a este assunto, como é o caso da edição alemã da carta de Américo Vespúcio⁴, a da Carta de D. Manuel I ao Cardeal Jorge Alpedrinha⁵, ou ainda da Epístola do Rei D. Manuel I ao Papa Júlio II⁶, poder-se-á comprovar um visível destaque à coroa portuguesa, idealizando a figura do rei cristão empreendedor e anunciador da empresa marítima.

Tal como no resto da cristandade, também no Império Romano-Germânico se fazia sentir um visível interesse pelo Oriente, de que lhe chegavam notícias e mercadorias através do sul da Europa, mormente de Itália, região sempre presente nos caminhos dos prominentes mercadores do sul da Alemanha. Portugal não estava igualmente fora do interesse europeu pelo Oriente. Pelo contrário, pela sua situação geográfica, comercial e de intermediário entre Mediterrâneo e o Atlântico, o reino português partiria em busca das terras originárias dos reconhecidos produtos orientais, mapeando caminhos e mercadorias desconhecidos, dando conta de inúmeras e surpreendentes novidades⁷. Logo após a viagem inaugural de Vasco da Gama, muitas são as referências às mercadorias vindas das longínquas e ricas paragens do Oriente⁸. Do Malabar e, concretamente de

⁴ Amerigo VESPUCCI, *Von der neu gefunden Region, so wol ein welt genempt mag werden durch den Christenlichen König, von Portigal, wunderbarlich erfunden*. Basel, Michale Furter, 1505.

⁵ *Geschichte kurtzlich durch die von Portugalien jn Jndia Morenland vnd andern erdrich...*, Nürnberg 1507.

⁶ D. Manuel I, *Ein abschrift eines sandtbriefes so vnserm allerheyligisten vater dem Bapst Julio dem andern gestant ist von dem alldurchleuchtigsten Fursten vnd herren, herren Emanuel Kunig zu Porthogal &c. an dem zwelffen tag des Brachmonds, jm .M.cccc.viii. jare, von wunderbarlichen raysen vnd schieffarten, vnd eroberung landt, stet, vnd merckt, auch grosser manschlachtung der hayden*. Nürnberg, Georg Stucs, 1508.

⁷ Já, em 1493, na famosa e célebre crónica-mundo de Hartman Schedel, se mencionam as viagens dos portugueses, bem como a produção de açúcar na Madeira, produto tão apreciado nas grandes capitais europeias, como o podemos constatar no diário do pintor alemão Albrecht Dürer quando menciona a sua visita aos feitos portugueses em Antuérpia. Veja-se Hartmann SCHEDEL, *Liber Chronicarum*, Nürnberg, Koberger, 1493 e Albrecht DÜRER, "Tagebuch der Reise in die Niederlande", in *Schriften und Briefe*, Leipzig, Philipp Reclam, 1982, pp. 55-99.

⁸ Sobre a recepção das novidades no Império, veja-se António Alberto Banha de ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972; Dieter WUTTKE, *German humanist perspectives on the history of discovery, 1493-1534*, Marília dos Santos Lopes (Foreword), Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2007; Jürgen POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. Und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit Verlag, 2000; K. S MATHEW, *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers*

Calecute, esse incontornável símbolo do mundo oriental,⁹ vão chegar à Europa maravilhosas e ricas mercadorias, mormente as tão procuradas especiarias, como a canela, que completamente desconhecida na sua afiguração, era bem conhecida e apreciada nas suas qualidades terapêuticas e medicinais¹⁰.

Numa das crónicas da cidade imperial de Ausburgo escreve-se sobre novos contactos comerciais e que os italianos, concretamente os venezianos, estariam muito tristes, senão zangados, com a nova concorrência dos portugueses na compra e venda de mercadorias orientais¹¹. Este um prenúncio das mudanças e alterações económico-culturais que estas relações comerciais irão significar, como bem representa o mapa de Simon Grynaeus e Sebastian Münster, datado de 1532, e cuja decoração efectuada por diferentes motivos, destaca, notoriamente, as diferentes especiarias orientais. Trata-se de uma ocasião singular em que o mundo se define de uma outra forma, com uma outra imagem, em que as procuradas e requisitas mercadorias são agora característica não só definidora, mas também familiar e própria¹². Inserido na obra *Novus Orbis Regionum*, as suas margens decorativas da autoria de Hans Holbein são um revelador exemplo, em como os mapas desenhados neste período se tornaram uma decisiva e incontornável fonte de divulgação das informações recolhidas pelo mundo¹³.

Associado a este labor cartográfico que tanta projecção teve no conhecimento dos seus coevos, também se pode notar o júbilo e a admiração que a arte de navegar imprime nos escritos alusivos às viagens marítimas, nomeadamente nos prefácios e introduções às publicações em língua alemã dos relatos de viagens ou expressos ainda na feitura dos mapas coetâneos, verdadeiros hinos à navegação, pois, como se refere e circunscreve, só ela permitiu o acesso a tão insólitas mercadorias. Assim

of Germany (Sixteenth Century), New Delhi, Manohar, 1999; Marília dos Santos LOPES, *Da descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem, 2002; *Idem*, “From Discovery to Knowledge, Portuguese Maritime Navigation and German Humanism”, in *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, Maria Berbara and Karl A.E. Enekel (ed.), Leiden, Brill, 2012, pp. 425-446.

⁹ Sobre o significado simbólico de Calecute, veja-se Marília dos Santos LOPES, “Translation and Imagination, “The Calicut People” within the Context of 16th century cosmographies”, in *Writing New Worlds. The Cultural Dynamics of Curiosity in Early Modern Europe*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2016, pp. 166-177.

¹⁰ Marília dos Santos LOPES, *Ao cheiro desta canela. Notas para a história de uma especiaria rara*, Lisboa, Público, 2002.

¹¹ Marília dos Santos LOPES, “O impacto da viagem de Vasco da Gama na Alemanha”, in *A Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499*, José Manuel Garcia (coord.), Lisboa, Academia da Marinha, 1999, pp. 604-608.

¹² Simon GRYNAEUS e Sebastian MUNSTER, *Novvs Orbis Regionvm Ac Insularvm Veteribvs Incognitarvm, unà cum tabula cosmographica, & aliquot alijs consimilis argumenti libellis, quorum omnium catalogus sequenti patebit pagina*, Basileae, Hervagius. Typus Cosmographicus Universalis, 1532.

¹³ Como salienta, entre outros, Sureka DAVIES, *Renaissance Ethnography and the Invention of the Human: New Worlds, Maps and Monsters*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016.

se pode ler no prólogo da edição em língua alemã de *Verdadeira Informação sobre a Terra do Preste João* da autoria do franciscano Francisco Álvares:

“Assim, não há nada maior e mais agradável, e também mais não pode haver, do que quando o homem tem a sabedoria e a razão, que aumenta e melhora particularmente através de longa experiência e conhecimento dos usos e costumes de muita gente. E, por isso, não há dúvida de que as navegações são para tal muito práticas e proveitosas.”¹⁴

Nas palavras do editor é na longa experiência e no conhecimento regular e frequente que se podem estabelecer contactos com outras regiões e seus usos e costumes, capazes de poder entabular novos empreendimentos e negócios. Muitos são, pois, os autores que destacam o decisivo e específico contributo das viagens, e respectivas relações, para o traçar de rotas e redes praticadas à escala global. Neste sentido, reavivam como as trocas comerciais se irão tornar a base motora de todas as actividades, como afirma o boticário de D. João II, enviado para a Índia, em 1511, como feitor das drogas da feitoria de Cananor e que, em 1516 partiria como primeiro embaixador português enviado à China na frota de Fernão Pires de Andrade. Nas palavras de Tomé Pires escritas na *Suma Oriental*, a mais antiga e extensa descrição portuguesa do Oriente: “(...) o qual trato de mercadoria hé tam necessario que sem elle nom se sosteria o mundo. Este hé o *que* nobrece os regnos, que faz gramdes as jementes, *que* nobelita as cidades e o *que* faz guerra e a paaz.”¹⁵

O comércio com o Oriente, em que a China irá ter um papel de grande relevo neste dinâmico mundo comercial, visto que irá dar a conhecer mercadorias e artefactos de grande riqueza e valor, elaborados com grande engenho e arte, mercadorias e artefactos que rapidamente se tornariam alvo de procura e interesse na Europa, fomenta um activo e auspicioso circuito comercial com a Europa. E neste contexto, e como já foi evidenciado,¹⁶ Lisboa adquire um destaque entre as cidades europeias, podendo ser reconhecida como uma cidade global¹⁷.

¹⁴ Sigmund FEYERABEND, *General Chronicon, das ist: Warhafftige eigentliche und kurtze Beschreibung, vieler namhaffter, und zum Theil biss daher unbekannter Landschafften ... Darinnen alle Völker und Nationen, die in der gantzen Welt ... wohnen, sampt ihrer Ankunfft und Herkommen, auch Art und Natur, item Ceremonien und Gebräuchen in geistlichen und weltlichen Sachen, treuwlich beschrieben ... Jetzt auff's neuw mit sonderm grossen Fleiss, besser als zuvor, beschrieben und verteutscht*, Getruckt zu Franckfurt am Mayn, Durch Iohannem Schmidt, in verlegung Sigmund Feyerabends, durch Paulum Reffelern, 1576.

¹⁵ Tomé PIRES, *Suma Oriental*, Rui Loureiro (ed.), Lisboa, CCCM, 2017, p. 52.

¹⁶ Paulo PEREIRA, “Lissabon im 16. und 17. Jahrhundert”, in Michael Kraus e Hans Ottomeyer (ed.), *Novos Mundos = Neue Welten: Portugal und das Zeitalter der Entdeckungen*, Dresden, Sandstein, 2008, pp. 221-239.

¹⁷ Annemarie JORDAN-GSCHWEND e K. J. P. LOWE, *A cidade global: Lisboa no Renascimento. The global city: Lisbon in the Renaissance*, Lisboa, MNAA/ INCM, 2017.

Neste panorama, a capital portuguesa é considerada não apenas pelos seus habitantes como uma cidade cheia de novidades e mercadorias de todo o mundo, como o expressam os cronistas Garcia de Resende¹⁸, Damião de Góis¹⁹, ou o impressor da Morávia, residente em Portugal, Valentim Fernandes²⁰, mas também na Europa, e concretamente no Império, a capital portuguesa era confirmada como um importante entreposto comercial e marítimo²¹, como a descreveu Hieronymus Münzer ou a desenhou Georg Braun na *Civitates Orbis Terrarum*²².

Dos negócios globais à mercantilização da sociedade europeia

Se, por um lado, a aventura do açúcar e as receitas africanas e orientais atraíam a Lisboa agentes comerciais de toda a Europa, por outro, na Europa, surgem centros de negócio e comércio como a cidade de Antuérpia, um importante entreposto em estreita relação com a empresa portuguesa. Esta cidade surge, pois, como um ponto estratégico de encontro no Norte: a Inglaterra, a Alemanha, as comunidades escandinavas a França e a Europa central, o mundo mediterrâneo, a África e o Novo mundo mandavam mercadores a Antuérpia para se abastecerem de tecidos e cereais, de objectos decorativos e obras de arte, de armas e livros. Mas também a cana da madeira, do Brasil, e as especiarias da Ásia acresciam aos prazeres da mesa. Quando se falava de luxo, pretendia-se obviamente evocar mercadorias como as sedas e as pedras preciosas, e estas eram a glória do eixo económico Lisboa-Antuérpia²³.

Placa giratória do comércio, o porto financeiro e cultural de Antuérpia iria abrir-se para o mundo, tanto pelas actividades económicas como pelas intelectuais²⁴. Antuérpia via-se e dava-se a conhecer à distância. Para norte, do

¹⁸ Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.

¹⁹ Damião de GÓIS, *Descrição da cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

²⁰ Marco PAULO, *O Livro de Marco Paulo, O Livro de Nicolao Veneto, Carta de Jeronimo de Santo Estevam, conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922. Veja-se Marília dos Santos LOPES, “‘Vimos oje cousas maravilhosas.’ Valentim Fernandes e os Descobrimientos Portugueses”, in *Portugal - Alemanha - África. Do Imperialismo Colonial ao Imperialismo Político*, Actas do IV Encontro Luso-Alemão, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Alfred Opitz e Fernando Clara, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 13-23.

²¹ Já, em 1494, o médico e viajante alemão Hieronymus Münzer escreveria no seu relato sobre o reino de Portugal que o rei português retiraria do comércio marítimo “anualmente um lucro incrível”. Jerónimo MÜNZER, *Itinerário*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 28.

²² Georg BRAUN e Franz HOGENBERG, *Civitates Orbis Terrarum*, Agrippinae/Köln, 1616.

²³ José Gentil da SILVA, “O eixo económico Lisboa-Antuérpia, in Portugal e Flandres”, in *Visões da Europa (1550-1680)*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1992, pp. 31-36.

²⁴ No que respeita ao seu papel cultural, saliente-se o enorme contributo da família Plantin para a história da imprensa europeia. Sobre as edições Plantin, veja-se *Museum Plantin Moretus*, Antwerpen, Snoeck Publishers, 2016.

Báltico à Inglaterra, para sul nos países do Mediterrâneo e de além-mar, Antuérpia comerciava e investia.

Considerado como a verdadeira capital do Atlântico, este grande centro portuário, mercantil e financeiro tornou-se um pólo central da economia europeia. Antuérpia era, para os portugueses, o entreposto de onde se transferiam mercadorias para Hamburgo ou Colónia e para o resto da Alemanha. Aqui se faziam os tráficos do comércio do Extremo Oriente, de S. Tomé ou do Brasil, e o grande negócio da pimenta e das pedras preciosas provocava um fluxo constante de câmbios. Entre os entrepostos portugueses, a feitoria da Flandres era, certamente, o mais importante e de maior dinamismo.

A estreita ligação entre as empresas de Antuérpia e os homens de negócios de Lisboa estão reflectidos no número anual de navios que interligavam Lisboa a Antuérpia, pelo que, por exemplo, entre 1536 e 1550 – anos que nos interessam particularmente como iremos ver mais adiante –, serão, no mínimo dez navios, mas em alguns anos chega-se a alcançar a quantia de trinta e dois navios, como no ano de 1537. Poder-se-á, por isso, falar de uma média de quinze a vinte navios por ano que faziam o trajecto entre a capital portuguesa e o entreposto de Antuérpia²⁵.

Símbolo de um mundo comercial, cuja fama e esplendor irá além da existência e vivência económica, não é certamente, por acaso, que o humanista inglês, Thomas Morus encontra, precisamente em Antuérpia, o afamado Rafael Hitlodaeus, navegador português que imortaliza na sua inaudita obra, a *Utopia*. Será nesta cidade e centro de negócios que Rafael lhe narra sobre extraordinárias e inéditas navegações em que viu maravilhosas gentes a viver em mundos até então desconhecidos²⁶.

É também, em Antuérpia, que começa a história de um romance em torno de três gerações de mercadores intitulado *Von guten und bösen Nachbarn*. Da autoria de Jörg Wickram, esta obra editada em Estrasburgo, no ano de 1556 (fig. 1)²⁷, traça, já à partida, um elucidativo argumento sobre contactos, trocas e entendimentos, características relacionadas com o mundo comercial e mercantil em perfeito vigor e apogeu, como revela o seu título: *Da boa e má vizinhança*. Na concepção de Jörg Wickram importa cultivar seriamente uma boa vizinhança, que só se adquire com valores como amizade, família, trabalho e empenho capazes de, em unísono, poder construir uma comunidade perfeita.

²⁵ A. A. Marques de ALMEIDA, *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549), Aproximação a um estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, p. 39.

²⁶ Veja-se Thomas MORUS, *Utopia*. José V. de Pina Martins (Estudo introdutório), Lisboa, FCG, 2006.

²⁷ Jörg WICKRAM, *Von Guten vnd Bösen Nachbarn ... Newlig an tag geben*, Strassburg, Knoblauchs Druckerey, 1556.

Filho de uma família da alta burguesia, Jörg Wickram teria começado como ourives²⁸ e pintor, tornando-se depois Stadtschreiber, o mais alto funcionário administrativo da cidade, responsável por toda a documentação da cidade, e ainda autor de romances ou breves histórias. A sua primeira obra literária data de 1530 e, curiosamente, em três das suas obras, faz-se referência a Portugal. É, contudo, neste romance *Da boa e má vizinhança* que grande parte do enredo principal ocorre em Lisboa.

O romance narra a história de um rico mercador de Antuérpia, um mercador de grande comércio, mormente de ouro e pedras preciosas, que teria maus vizinhos nesta cidade do centro da Europa. A sua vida profissional, e a da sua família, não estava a correr satisfatoriamente até que chega uma missiva da capital portuguesa que o informa de que um tio seu, residente em Lisboa e sem descendentes, lhe propunha deixar a herança, tornando-o inesperadamente seu herdeiro. O rico mercador, de nome Robert, não hesita desprender-se da sua firma nesta cidade do centro da Europa e parte para Lisboa.

Tal como Thomas Morus, também Jörg Wickram escolheu iniciar o enredo da sua história em Antuérpia, centro comercial de relevância, para seguidamente se deslocar para Lisboa, dando assim visibilidade física e literária ao eixo económico Antuérpia-Lisboa. O leitor deste romance irá assim, lidas as primeiras páginas do romance, acompanhar o seu protagonista, Robert, o rico mercador, na sua viagem até Lisboa que aparece decididamente como um equiparável e relevante entreposto comercial. O facto de os protagonistas serem indivíduos de um grupo social em ascensão, a burguesia, e dentro deste, mercadores, é, sem dúvida, um atributo raro e particular em obras de teor literário, evidenciando, desde já, a originalidade da eleição do autor.

Fugindo cientemente a um, mais usual, romance de cavalaria, Jörg Wickram procura abordar temáticas de atualidade, nomeadamente, as profundas e determinantes transformações económicas, mas também manifestamente transformações culturais e mentais, que se operam no mundo coevo, partindo da própria experiência de como lidar com os Outros, como se anota na dedicatória impressa no início do livro.

É este olhar para a figura do mercador que se revela extremamente inovador e de grande modernidade num mundo de profundas transformações e de mudança, como também o irá formular o poeta do novo, Luís de Camões. Neste mundo “composto de mudanças” escreve o autor de *Os Lusíadas* no seu tão conhecido

²⁸ Interessante o facto de ter iniciado a sua carreira como ourives e depois se ter vindo a dedicar à escrita. Não podemos deixar de pensar, de imediato, em Gil Vicente que, como se pensa, terá tido semelhante percurso.

soneto “Mudam-se os tempos, mudão-se as vontades / Muda-se o ser, mudão-se as confianças”. E como adianta o poeta: “Todo o mundo he composto de mudanças / Tomando sempre novas qualidades / Continuamente vemos novidades”²⁹. Esta a razão para a mudança. E o que causam as novidades na vida humana em geral, e no ser humano em particular é o que importa aqui reflectir. É, pois, igualmente sobre as novidades do seu tempo, que Jörg Wickram irá tracejar e confinar o seu romance. E uma das mudanças em transição é a evidente e manifesta presença e peso de um tipo social em persistente emergência: o mercador.

Consciente das críticas e oposições face à expansão do comércio de longo curso e do crescente aumento de capital, Wickram irá traçar uma imagem positiva do mercador, procurando redefinir um novo perfil destes homens de negócio.

A representação deste novo grupo social será delineada através da narrativa de três gerações em que podemos acompanhar o evoluir e modificar das respectivas mudanças de atitude e de postura, também através de gravuras, dado que a obra será igualmente ilustrada³⁰.



Fig. 1 – Jörg Wickram, *Von Guten und Bösen Nachbarn*...

²⁹ Luís de CAMOES, *Obras de Luiz de Camoes*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, p. 401.

³⁰ Veja-se Jörg WICKRAM, *Von Guten und Bösen Nachbarn, Wie ein reicher Kauffmann aus Probant in das Königreich Portugal zohe, wie es ihm nachmals auff dem Mer mit einem Hispanischen krancken Kauffmann ergangen ist*, Straßburg, 1556 [VD16 W 2424]. <http://daten.digitale-sammlungen.de/~db/0002/bsb00025440/images/index.html?seite=00001&l=de>

Neste sentido, e já nos primeiros capítulos, apresenta-se a reconhecida imagem iconográfica de um mercador com um longo casaco com uma gola debruada em pele, sinal de abundância e valor, como as que também se podem observar no famoso livro de Matthäus Schwarz, o mercador e contabilista da família Fugger³¹.

Uma das gravuras mais conhecidas deste seu *Trachtenbuch* é a aquela em que se vê a trabalhar com um dos fundadores da casa comercial, Jacob Fugger. Entre as gavetas do armário desta célebre firma comercial alemã, e correspondentes às cidades envolvidas no circuito comercial desta empresa, encontra-se, entre conceituadas cidades mercantis, o nome da cidade de Lisboa.

Matthäus Schwarz encena neste *Trachtenbuch* a sua biografia, destacando através das diferentes gravuras o seu percurso de formação, e profissional, como se pode testar pelas ricas e ilustrativas imagens, dando corpo e forma à auto-consciencialização do grupo social em firme ascensão. Desenvolvendo novos métodos e pondo em prática novas formas de comerciar, estes homens de negócios procuram encontrar meios mais eficazes para adquirirem riquezas e de as utilizarem também, como podemos ver, num princípio de fruição individualista. Este fruir não iria, contudo, e como iremos verificar, deixar de ser vivido e sentido no seio de um mundo cristão, cujos princípios são outros; este é, indubitavelmente, o dilema de que trata o romance: o de conciliar o negócio, o ganho e proveito com a mundividência cristã de que trata o romance.

Na esteira de homens como Niccolò Niccoli que, como filho de um comerciante de lãs, se tornou um dos maiores humanistas, exímio colecionador de raridade e letras, ou de Lourenço Médicis, um dos novos *inquilinos do poder*, como o retratou no fresco *Três Reis Magos* Benozzo Gozzoli, também estas gerações anseiam construir uma nova era³².

Os homens de negócio são indivíduos que viajam, que se deslocam com frequência, como seja, aos locais onde possuem sucursais ou entrepostos e onde estabelecem residência mais ou menos demorada, dirigindo os seus impérios, adquirindo, por isso, outros contactos, outros horizontes. Homens inseridos em redes nacionais e internacionais, com uma vasta e alargada correspondência, onde

³¹ Sobre o álbum de Matthäus Schwarz, veja-se August FINK, *Die Schwarzschen Trachtenbücher*, Berlin, Deutscher Verein für Kunstwissenschaft, 1963; Matthäus SCHWARZ, *The first book of fashion, The book of clothes of Matthäus and Veit Konrad Schwarz of Augsburg*, Ulinka Rublack (ed.), Maria Hayward e Jenny Tiramani, London, New York, Bloomsbury Academic, 2015; e ainda Ulinka RUBBLACK, *Dressing up: cultural identity in Renaissance Europe*, Oxford, Oxford Univ. Press, 2010.

³² Sobre *inquilinos do poder*, também em Portugal, veja-se João Gouveia MONTEIRO, “Orientações da Cultura da Corte na 1ª metade do século XV – a Literatura dos Príncipes de Avis”, *Vértice*, Nova Série, n.º 5 (Agosto de 1989), pp. 89-103.

narram os acontecimentos julgados de maior importância, são universais e, ao mesmo tempo, fortemente enraizados nas suas comunidades³³.

O seu modo de vida, a sua actividade económico-financeira supõe uma instrução não só adquirida nas escolas, mas igualmente na prática do dia-a-dia. Consciente do valor da educação, estimulam o prazer pelo estudo, mas prezam o cosmopolitismo, revelando-se homens de uma *cultura-mundo*, como se reconhece nos *Embaixadores* de Hans Holbein (1533), ou como os deslumbramos nas páginas de *Von guten und bösen Nachbarn*.

Importa, contudo, perguntar qual a razão por que o autor optou por Lisboa para o cenário da sua história? Se procuramos referências concretas à cidade, à sua população, à sua vida quotidiana, a busca revelar-se á em vão. Não há um único dado concreto sobre a cidade portuguesa.

Aliás, como as próprias imagens que acompanham a obra o revelam. Não há uma única imagem que se refira em particular à capital portuguesa. Na verdade, e confrontando as ilustrações, verifica-se que as imagens são, na sua grande maioria, as chamadas imagens-tipo³⁴, em que se vêem portos, embarcações, como as que se poderão encontrar em qualquer outro lugar, como a que ilustra a viagem de Robert até Lisboa.

Aliás, esta mesma imagem já tinha sido utilizada na edição alemã do itinerário do italiano Ludovico de Vartema que, tendo andado entre 1501 e 1507 no Oriente, ajudou D. Francisco de Almeida na batalha de Cananor e com ele regressaria a Lisboa, onde viria a ser armado cavaleiro pelo próprio vice-rei. O relato de Ludovico de Varthema, cuja primeira edição veio a lume, em 1510, na Itália, tornar-se-ia um texto muito conhecido, com várias edições em língua alemã, principalmente as do ano de 1511 e de 1548, das quais se reutilizaram as imagens editadas na obra de Jörg Wickram³⁵.

³³ Mark HÄBERLEIN e Christof JEGGLE, *Praktiken des Handels Geschäfte und soziale Beziehungen europäischer Kaufleute in Mittelalter und früher Neuzeit*, Konstanz, UVK Verlagsgesellschaft, 2010. Sobre os mercadores alemães, veja-se Mark HÄBERLEIN, “Asiatische Gewürze auf europäischen Märkten: Das Beispiel der Augsburger Welser-Gesellschaft von 1498 bis 1580”, *Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte*, 14 (2014), pp. 41-62; Mark HÄBERLEIN, *Die Fugger. Geschichte einer Augsburger Familie (1367-1650)*, Stuttgart, Kohlhammer, 2006; Mark HÄBERLEIN, *Aufbruch ins globale Zeitalter. Die Handelswelt der Fugger und Welser*, Darmstadt, Konrad Theiss Verlag, 2016.

³⁴ Sobre as imagens na época moderna, veja-se Carsten-Peter WARNCKE, *Sprechende Bilder, sichtbare Worte: das Bildverständnis in der frühen Neuzeit*, Wiesbaden, Harrassowitz, 1987; e Marília dos Santos LOPES, *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas, Para uma Iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal, 1998.

³⁵ Ludovico de VARTHEMA, *Die ritterliche vnnnd lobwürdige Reyss, des ... Ritter, vnnnd Landtfahrer, Herrn Ludovico Vartomans von Bolonia, sagend von den Landen Egypto, Syria, von beiden Arabia, Persia, India, vnd Ethiopia*, Franckfurt am Mayn], Michael Herr und Jörg Breu (ed.), 1548. Sobre este relato, veja-se Folker REICHERT, *Reisen im Orient*, Sigmaringen, Thorbecke, 2002.

Não será de descurar o facto de a obra do viajante e soldado italiano também se relacionar com Portugal, e ainda com o Oriente, o que possivelmente terá conduzido a que se recorresse a esta obra, dado que relatava sobre a presença portuguesa no mundo oriental. A repetição das ilustrações de Ludovico de Varthema tem assim a ver com a associação ao binómio Portugal/Oriente, mas, como se pode concluir, estas não permitem traçar um retrato de Portugal, e de Lisboa, em particular, como o texto também não. Poder-se-á assim concluir que não há um intento em traçar um retrato, mais ou menos fidedigno, da cidade de Lisboa ou dos seus ambientes, pelo que, e isso sim, é que Lisboa surge, desde já, como um lugar simbólico, mais um padrão-tipo, dado que é o facto de Lisboa ser considerada como um dos mais importantes entrepostos comerciais que leva o autor a transferir o seu romance para a capital portuguesa.

Paralelamente ao cuidar ética e moralmente das actividades profissionais, são os preceitos de boa conduta que importa ao autor delinear. Ao pretender tematizar de que modo o emergir de *homo economicus* e a sua mundividência se vai construindo e afirmando nos novos tempos, Jörg Wickram escolhe Lisboa como um dos entrepostos de comércio internacional³⁶, de comércio de mercadorias de luxo, como o de pedras preciosas, evidenciando o seu lugar como um centro de referência nos circuitos e redes comerciais a nível global. Os novos tempos traziam consigo preocupações e ansiedades que pareciam adversas, se não contrárias, à moral experienciada. A usura e o crescente capitalismo declaravam-se como um dos graves problemas éticos coetâneos, tema que, mais tarde, o sociólogo Max Weber irá abordar no seu magistral estudo sobre *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Von Guten und bosen Nachbarn: um manual burguês?

Um dos primeiros objectivos deste romance é o aperfeiçoamento da vida social que, segundo o autor, está intimamente relacionado com o desenvolvimento cultural e civilizacional da pessoa humana. Assim, e como também o título o anuncia, importa reflectir sobre a relação criativa e construtiva entre os indivíduos. Neste sentido, e na esteira de autores humanistas, o seu romance faz lembrar um manual de civildade, fornecendo conselhos, reflexões e preceitos de comportamento capazes de promover as capacidades do ser humano. Depositando grande confiança nas faculdades humanas, Jörg Wickram afiança que o ser humano irá,

³⁶ Jorge PEDREIRA, "Mercadores e formas de mercantilização", in Diogo Ramada Curto (org.), *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa, Difel, 1998, pp. 157-177.

sempre, encontrar saídas e novas interpretações para poder responder aos desafios desencadeados pelas novas acções e empresas, revelando-se um defensor da pessoa humana, em quem confia e acredita. Não será de surpreender que valores como a amizade, a lealdade, ou a virtude se imponham contra a malvadez, a desonestidade e os vícios, e a sabedoria, essa vencerá à estupidez. A aposta nestes valores são a divisa do romance e constituem o programa pedagógico e educativo desenvolvido e traçado pelo autor ao pensar sobre este momento e esta circunstância da vida burguesa. Jörg Wickram mostra-se modelarmente próximo dos ideais humanistas, tendo seguramente o erasmiano manual de civilidade como guião do seu pensamento pelo que não será por acaso que menciona como um dos poucos autores referenciados na obra, Erasmus de Roterdão³⁷.

O patriarca da família, Robert, e o seu genro, Reichardt, um espanhol que se uniu à família dada a proximidade profissional com o sogro, mas também por um sentimento de amizade que estreitou os dois indivíduos, são homens de negócio, mas com a noção do seu dever de cristão e de redistribuir por outra parte do seu ganho e proveito. Assim, quando festejam o casamento dos seus familiares³⁸, eles irão convidar os mais necessitados e pobres e servir-lhes igualmente alimento, a fim de partilharem a festa. Os protagonistas estão conscientes dos seus deveres de humildes servidores, pelo que, muitas vezes, agradecem a Deus o seu sucesso, deferindo reconhecimento e gratidão pela recompensa da proteção divina. Como cristãos pertencem à igreja e sabem que fora dela não terão salvação. Há, que, por isso, executar obras de beneficência, facto que pode também indiciar a influência do movimento de reforma em apogeu no Império.

Como o exprimem várias vezes, a aquisição de bens responsabiliza um indivíduo perante os seus *vizinhos* e também perante as gerações futuras. Este é um padrão do seu modo de estar, pelo que o seu dever social os afasta do modo de vida da nobreza. Na sua opinião, o dinheiro não é um valor em si, mas antes um meio para assegurar a vida e incentivar a cultura. Os mais importantes valores da existência humana, como amor e amizade, não se podem comprar, logo não é através do dinheiro que se pode gerar uma identidade própria. O ter dinheiro e bens pode, sim, como se refere, dar a liberdade para a poder procurar e animar³⁹.

Um outro valor a que se dá igualmente grande relevo é o do trabalho, como se pode testemunhar num dos episódios do romance de traços utópicos. Numa

³⁷ WICKRAM (1556), 85.

³⁸ É interessante verificar que o terceiro casamento será um casamento, efectivamente, por amor, visto que são os jovens que, embora se tenham conhecido através dos pais, tomem em suas mãos a decisão de verbalizar a sua paixão.

³⁹ Veja-se, Marianne SCHULTZ, *Ökonomie, Geld und Besitz in den Werken Wickrams*, Diss. Univ. Saarland, 2008.

das suas viagens de negócios, Robert e Reichardt, irão, devido a vários problemas, dar a uma ilha selvagem que, na aflição, lhe oferece guarida e alimento. Tendo como cenário um lugar idílico, a exposição apresenta semelhanças a um discurso utópico, em que o autor reflecte sobre o modo como alcançar uma sociedade mais perfeita. Tece um verdadeiro louvor ao valor do trabalho que, na sua opinião, reduziria vidas viciosas, daria sustento e ofereceria ascensão social e cultural. Na sua opinião, o trabalho é o elemento dinâmico que pode transformar positiva e culturalmente o mundo pois assinala maior qualidade de vida, não só material como socialmente, dado que confere um comportamento de cultura. Ultrapassando as fronteiras sociais, cada um poderá alcançar mais liberdade individual e principalmente autonomia e independência, deixando de ser escravo do destino, pois este estará nas suas mãos. Thomas Morus desenha o protótipo de uma sociedade ideal, Jörg Wickram delinea um projecto social real e exequível para os seus compatriotas burgueses, em que cada indivíduo tem um papel decisivo na constituição da comunidade.

Neste sentido, são as convenientes e congruentes considerações tecidas sobre o *homo economicus* e a sua *ars morales* que dão um valor incontornável a esta obra. Assente numa estrutura familiar harmoniosa construída em prol da dignidade humana, a obra visa dar oportunidade ao leitor de, ao longo das suas páginas, e de três gerações, reconhecer o valor atribuído à educação como motor central da maturidade humana. Tanto no crescimento profissional como humano, a educação é um impulsionador fundamental, pelo que, por exemplo, no caso do filho da terceira geração terá de voltar a Antuérpia para fazer um estágio com um negociante e ourives conhecido, a fim de poder exercer magistralmente a sua profissão. Como homens do mundo têm de agir como tal, investindo na sua formação e no seu *status*. Com base num implacável plano educacional, onde não se deverá descurar, significativamente, a aprendizagem das línguas, como parte integrante de um olhar cosmopolita, a flexibilidade e mobilidade, impulsor do seu dia-a-dia, constituem decisivos pilares orientadores da mundividência burguesa.

O seu discurso denuncia as temáticas do seu tempo e, por isso, não é atributo único desta obra. Muitas das suas deambulações sobre o papel do mercador assemelham-se às proferidas, por exemplo, por um autor português, também identificado por alguns como ourives de profissão: Gil Vicente. Em muitas das suas obras, o tema da sociedade mercantil e de grande mobilidade social está presente, ecoando muitas vezes uma forte crítica às alterações que esta introduz, mormente os seus agentes⁴⁰.

⁴⁰ Maria Leonor Garcia da CRUZ, *Gil Vicente e a sociedade portuguesa de Quinhentos*, Lisboa, Gradiva, 1990.

Nos seus escritos, especialmente nos seus autos, denotam-se claros paralelismos com Jörg Wickram – se bem que sejam diferentes as respostas dadas pelos dois autores. Vejamos um pequeno extracto do *Auto da Lusitânia*, escrito em 1531:

“Entra Todo o Mundo, rico mercador, e faz que anda buscando alguma cousa que perdeu; e logo após, um homem, vestido como pobre. Este se chama Ninguém e diz:

Ninguém: *Que andas tu aí buscando?*

Todo o Mundo: *Mil cousas ando a buscar:
delas não posso achar,
porém ando porfiando
por quão bom é porfiar.*

Ninguém: *Como hás nome, cavaleiro?*

Todo o Mundo: *Eu hei nome Todo o Mundo
e meu tempo todo inteiro
sempre é buscar dinheiro
e sempre nisto me fundo.*

Ninguém: *Eu hei nome Ninguém,
e busco a consciência.*

Belzebu: *Esta é boa experiência:
Dinato, escreve isto bem.*

Dinato: *Que escreverei, companheiro?*

Belzebu: *Que Ninguém busca consciência.
e Todo o Mundo dinheiro.*⁴¹

Este diálogo entre *Todo o Mundo* e *Ninguém* espelha a dicotomia entre *buscar dinheiro* e *buscar consciência*. *Todo o Mundo* é um rico mercador que constantemente procura obter mais dinheiro, mais honra e lisonja, ao mesmo tempo que, marcadamente mentiroso e bajulador, pretende ganhar o Paraíso sem dificuldade. Por sua vez, a outra figura, denominada significativamente, *Ninguém* simboliza a consciência cristã, que todos parecem colocar em segundo plano, após os interesses materiais, agudizando com a sua presença a condenação de todo o Mundo.

⁴¹ Gil VICENTE, *Copilaçam de totalas obras de Gil Vicente*, Maria Leonor Carvalhão Buescu (ed.), Lisboa, INCM, 1984, pp. 547-582, aqui, 572-73.

A obsessão pelo ganho material em lugar de riqueza espiritual para subir na hierarquia social é um tema central da obra vicentina⁴². Segundo este autor, como sabemos, a febre de ascender social e economicamente, muitas vezes motivada pela participação na expansão⁴³, é acompanhada de um agravamento acentuado dos sintomas de degradação moral e de costumes que contraria e transgride a doutrina religiosa e toda a ordem de valores vigentes.

Tida como reflexo da mudança dos tempos e da passagem da Idade Média para o Renascimento, a obra vicentina faz o balanço de uma época onde as hierarquias e a ordem social eram regidas por regras inflexíveis, para uma nova sociedade onde se começa a subverter a ordem instituída, e a questioná-la, surgindo novas personagens como os mercadores. Para Gil Vicente, os mercadores têm maioritariamente um papel negativo, mas para o nosso autor, Wickram podem assumir um papel importante, caso estejam devidamente preparados e conscientes da sua missão e dever de parte de uma sociedade cristã. Confiante nos homens, à semelhança de Pico della Mirândola, capazes de, se assim o ansiarem, poderem chegar ao alto, e de bestas chegarem a anjos, e de, com o seu trabalho e mérito, construírem a sua própria existência, Jörg Wickram vê, com base na sua própria experiência, e de muitos outros burgueses, razões de esperança e ensinamento para um futuro conciliador.

É a chamada hora do “tempo da igreja e tempo do mercador”, como o formulou Jacques Le Goff⁴⁴, que se expressa nestes dois autores, mas também visível em uma das primeiras cenas do quotidiano da história da arte, ou seja, *O cambista e a sua mulher* (1514), da autoria do pintor flamengo, Quentin Massys. Neste quadro⁴⁵, onde poder-se-á ver um cambista na sua loja, ou oficina, a pesar moedas, e a seu lado, a esposa que aparenta estar mais interessada nas moedas do que no livro de oração que, entre as suas mãos, está a folhear (**fig. 2**). Este seu olhar dirigido para a riqueza, que parece destronar o dom da meditação e da oração, parece querer representar subtilmente o conflito gerado entre usura e a prece.

Também os dois objectos que o casal segura se opõem: de um lado a balança consubstancia o mundo material, o do dinheiro e da avareza e, do outro, o livro de horas invoca o mundo espiritual e cristão. A mulher afasta, contudo, o olhar do livro sagrado, e deixa-se cativar pela balança, atraída pelo ouro, como o seu

⁴² CRUZ (1990).

⁴³ Veja-se, entre outros, Maria Leonor Garcia da CRUZ, *Os fumos da Índia: uma leitura crítica da expansão portuguesa: com uma antologia de textos dos séculos XVI-XIX e uma cronologia da expansão portuguesa e do império ultramarino (c. 1336-1899)*, Lisboa, Cosmos, 1998.

⁴⁴ Jacques LE GOFF, “Na Idade Média: Tempo da Igreja, Tempo do Mercador”, in *Para um novo conceito de Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1980, pp. 43-60.

⁴⁵ Veja-se, reprodução do original que se encontra no Museu do Louvre, em Paris, em: www.louvre.fr/en/oeuvre-notices/moneylender-and-his-wife

marido, totalmente focado na sua pesagem (fig. 2). As riquezas materiais desviam o sentido do mundo espiritual, e a balança toma um valor alegórico, encarnando a pesagem das almas, antes do aceso ao Paraíso⁴⁶.



Fig. 2 – Reprodução em gravura da obra de Quentin Massys, *O cambista e sua mulher*, 1514, publicada em John Henry MIDDLETON, *Illuminated manuscripts in classical and medieval times: their art and their technique*, Cambridge, Cambridge University Press, 1892, p. 219, disponível em: <https://archive.org/details/illuminatedmanu00midd/page/219>

As práticas e formas de mercantilização, os seus agentes e procura identitária de um novo grupo social, os mercadores, revelou-se um importante tema, apesar das diferentes abordagens, como o demonstra a comparação entre as obras de Jörg Wickram e Gil Vicente.

Sintomático e decisivo é ainda que o autor *Da boa e má vizinhança* tenha escolhido a capital portuguesa como cenário da sua obra, do seu romance. Lisboa, pensamos poder afirmar, é considerada como um símbolo desta paradoxal transformação económico-social, símbolo da difusão e prática do comércio e da mercantilização da vida social, símbolo dos novos e conturbados tempos: para uns, atributo de viciações e distorções, para outros, atributo de necessária e imparável actualização e desenvolvimento.

⁴⁶ Este não será o único quadro de Quentin Massys, o fundador da escola de pintura de Antuérpia, a tratar este tema, visto que, seis anos mais tarde, voltará ao tópico com a pintura de personagens grotescas intitulada *Os Usurários* (1520). Também Marinus van Reymerswaele, pintor neerlandês, irá pintar trabalhos dedicados à rubrica da colheita de impostos, como o demonstra o seu quadro de 1540.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. A. Marques de, *Capitais e capitalistas no comercio da especiaria: o eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549): aproximação a um estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.
- BRAUN, Georg e HOGENBERG, Franz, *Civitates Orbis Terrarum*, Agrippinae/Köln, 1616.
- CAMOES, Luís de, *Os Lusíadas*: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/explorar-por-autor.html?aut=182> (consultado última vez a 18 de Julho de 2018)
- CAMOES, Luís de, *Obras de Luiz De Camoes*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *Gil Vicente e a sociedade portuguesa de Quinhentos*, Lisboa, Gradiva, 1990.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *Os fumos da India: uma leitura crítica da expansão portuguesa: com uma antologia de textos dos seculos XVI-XIX e uma cronologia da expansão portuguesa e do império ultramarino (c. 1336-1899)*, Lisboa, Cosmos, 1998.
- DAVIES, Sureka, *Renaissance Ethnography and the Invention of the Human: New Worlds, Maps and Monsters*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016.
- DÜRER, Albrecht, “Tagebuch der Reise in die Niederlande”, in *Schriften und Briefe*, Leipzig, Philipp Reclam, 1982, pp. 55-99.
- FERNANDES, Valentim, *Marco Paulo. O livro de Marco Paulo conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922.
- FEYERABEND, Sigmund, *General Chronicen, das ist: Warhaffte eigentliche und kurtze Beschreibung, vieler namhaffter, und zum Theil biss daher unbekannter Landschafften ... Darinnen alle Völker und Nationen, die in der gantzen Welt ... wohnen, sampt ihrer Ankunfft und Herkommen, auch Art und Natur, item*

Ceremonien und Gebräuchen in geistlichen und weltlichen Sachen, treuwlich beschrieben ... Ietzt auffs neuw mit sonderm grossen Fleiss, besser als zuvor, beschrieben und verteutsch, Getruckt zu Franckfurt am Mayn, Durch Iohannem Schmidt, in verlegung Sigmund Feyerabends, durch Paulum Reffelern, 1576.

FINK, August, *Die Schwarzschen Trachtenbücher*, Berlin, Deutscher Verein für Kunstwissenschaft, 1963.

FRIES, Lorenz, *Aslegung der Mercarthen oder Cartha Marina: darin man sehen mag, wo einer in der Welt sey ... das alles in dem Büchlin zu finden*, Straßburg, Johannes Grienninger, 1527.

Geschichte kurtzlich durch die von Portugalien jn India Morenland vnd andern erdtrich..., Nürnberg, 1507.

GRYNAEUS, Simon e MUNSTER, Sebastian, *Novvs Orbis Regionvm Ac Insularvm Veteribvs Incognitarvm, unà cum tabula cosmographica, & aliquot alijs consimilis argumenti libellis, quorum omnium catalogus sequenti patebit pagina*, Basileae, Hervagius Typus Cosmographicus Universalis, 1532.

GÓIS, Damião de, *Descrição da cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

HÄBERLEIN, Mark, *Die Fugger. Geschichte einer Augsburger Familie (1367-1650)*, Stuttgart, Kohlhammer, 2006.

HÄBERLEIN, Mark, “Asiatische Gewürze auf europäischen Märkten: Das Beispiel der Augsburger Welser-Gesellschaft von 1498 bis 1580”, *Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte*, 14 (2014), pp. 41-62.

HÄBERLEIN, Mark, *Aufbruch ins globale Zeitalter. Die Handelswelt der Fugger und Welser*, Darmstadt, Konrad Theiss Verlag, 2016.

HÄBERLEIN, Mark e JEGGLE, Christof, *Praktiken des Handels Geschäfte und soziale Beziehungen europäischer Kaufleute in Mittelalter und früher Neuzeit*, Konstanz, UVK Verlagsgesellschaft, 2010.

JORDAN-GSCHWEND, Annemarie e LOWE, K. J. P., *A cidade global: Lisboa no Renascimento. The global city: Lisbon in the Renaissance*, Lisboa, MNAA/ INCM, 2017.

- KRAUS, Michael e OTTOMEYER, Hans, *Novos Mundos. Neue Welten. Portugal und das Zeitalter der Entdeckungen*, Dresden, Sandstein, 2008.
- LE GOOF, Jacques, “Na Idade Média: Tempo da Igreja, Tempo do Mercador”, in *Para um novo conceito de Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1980, pp. 43-60.
- LOPES, Marília dos Santos, “Os Descobrimientos Portugueses e os novos horizontes do saber nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, ICALP*, 1987, 7/8, pp. 28-40.
- LOPES, Marília dos Santos, “Portugal. Uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum*, 1, 1990, pp. 205-308.
- LOPES, Marília dos Santos, “‘Vimos oje cousas marauilhosas.’ Valentim Fernandes e os Descobrimientos Portugueses”, in *Portugal - Alemanha - África. Do Imperialismo Colonial ao Imperialismo Político*, Actas do IV Encontro Luso-Alemão, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Alfred Opitz e Fernando Clara, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 13-23.
- LOPES, Marília dos Santos, *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas, Para uma Iconografia dos Descobrimientos*, Lisboa, Quetzal, 1998.
- LOPES, Marília dos Santos, “O impacto da viagem de Vasco da Gama na Alemanha”, in José Manuel Garcia (coord.), *A Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499*, Lisboa, Academia da Marinha, 1999, pp. 604-608.
- LOPES, Marília dos Santos, *Da descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem, 2002.
- LOPES, Marília dos Santos, *Ao cheiro desta canela. Notas para a história de uma especiaria rara*, Lisboa, Público, 2002.
- LOPES, Marília dos Santos, “Os Descobrimientos Portugueses e a Alemanha”, in *Portugal-Alemanha, Memórias e Imaginários*, Maria Manuela G. Delille (ed.), Coimbra, Minerva Coimbra, 2007, pp. 267-273.
- LOPES, Marília dos Santos, “From Discovery to Knowledge: Portuguese Maritime Navigation and German Humanism”, in *Portuguese Humanism and the Republic*

of *Letters*, Maria Berbara and Karl A.E. Enenkel (ed.), Leiden, Brill, 2012, pp. 425-446.

LOPES, Marília dos Santos, “Translation and Imagination, ‘The Calicut People’ within the Context of 16th century cosmographies”, in *Writing New Worlds. The Cultural Dynamics of Curiosity in Early Modern Europe*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2016, pp. 166-177.

LOPES, Marília dos Santos, “‘Fomos muito bem tratados’. Portugal e os Portugueses nos Escritos Alemães dos séculos XV e XVI”, in *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s)*, Lisboa, IEM – Instituto de Estudos Medievais / CHAM – Centro de Humanidades, 2019, pp. 211-227.

D. MANUEL I, *Ein abschriftt eines sandtbriefes so vnserm allerheyligisten vater dem Bapst Julio dem andern gestant ist von dem alledurchleuchtigsten Fursten vnd herren, herren Emanuel Kunig zu Porthogal &c. an dem zwelffen tag des Brachmonds, jm .M.ccccv.viij. jare, von wunderbarlichen raysen vnd schieffarten, vnd eroberung landt, stet, vnd merckt, auch grosser manschlachtung der hayden.* Nürnberg, Georg Stucs, 1508.

MATHEW, K. S, *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers of Germany (Sixteenth Century)*, New Delhi, Manohar, 1999.

MATOS, Luís, *Itinerarivm Portugallensivm*, Lisboa, FCG, 1992.

MONTEIRO, João Gouveia, “Orientações da Cultura da Corte na 1ª metade do século XV – a Literatura dos Príncipes de Avis”, *Vértice*, Nova Série, n.º 5 (Agosto de 1989), pp. 89-103.

MORUS, Thomas, *Utopia*. José V. de Pina Martins (Estudo introd.), Lisboa, FCG, 2006.

MÜNSTER, Sebastian, *Cosmographia, Beschreibung/ aller Lender durch/ Sebastianum Munsterum/ in welcher begriffen/ Aller völker/ Herrschafften/ Stetten/ vnd namhafftiger flecken/ herkommen:/ Sitten/ gebreüch/ ordnung/ glauben/ secten/ vnd hantierung/ durch die gantze welt/ vnd fürnemlich Teütscher nation, Was auch besonders in iedem landt gefunden/ vnnd darin beschehen sey, Alles mit figuren vnd schönen landt tafeln erklet/ vnd für augen gestellt*, Basel, 1544-1628.

Museum Plantin Moretus, Antwerpen, Snoeck Publishers, 2016.

MÜNZER, Jerónimo, *Itinerário*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

PAULO, Marco, *O Livro de Marco Paulo, O Livro de Nicolao Veneto, Carta de Jeronimo de Santo Estevam, conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.

PEDREIRA, Jorge, “Mercadores e formas de mercantilização”, in Diogo Ramada Curto (org.), *O tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, Difel, 1998, pp. 157-177.

PEREIRA, Paulo, “Lissabon im 16. und 17. Jahrhundert”, in Michael Kraus e Hans Ottomeyer (ed.), *Novos Mundos.Neue Welten. Portugal und das Zeitalter der Entdeckungen*, Dresden, Sandstein, 2008, pp. 221-239.

PIRES, Tomé, *Suma Oriental*, Rui Loureiro (ed.), Lisboa, CCCM, 2017.

POHLE, Jürgen, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. Und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit Verlag, 2000.

REICHERT, Folker, *Reisen im Orient*, Sigmaringen, Thorbecke, 2002.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.

RUBLACK, Ulinka, *Dressing up: cultural identity in Renaissance Europe*, Oxford, Oxford Univ. Press., 2010.

RUHAMER, Jobst, *Neue unbekante Landte und ein neue weldte in kurz vergangner zeythe erfunden*, Nürnberg, 1508.

SCHULTZ, Marianne, *Ökonomie, Geld und Besitz in den Werken Wickrams*, Diss Univ. Saarland, 2008.

<https://publikationen.sulb.uni-saarland.de/bitstream/20.500.11880/23577/1/Wickram20081031.pdf> (consultada última vez a 18.7. 2018).

SCHWARZ, Matthäus, *The first book of fashion. Tthe book of clothes of Matthäus and Veit Konrad Schwarz of Augsburg*, Ulinka Rublack (ed.), Maria Hayward, Jenny Tiramani, London, New York, Bloomsbury Academic, 2015.

SCHEDDEL, Hartmann, *Liber Chronicarum*, Nürnberg, Koberger, 1493.

SILVA, José Gentil da, “O eixo económico Lisboa-Antuérpia”, in *Portugal e Flandres. Visões da Europa (1550-1680)*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1992, pp. 31-36.

VICENTE, Gil, *Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente*, Maria Leonor Carvalhão Buescu (ed.), Lisboa, INCM, 1984.

WALDSEEMÜLLER, Martin, *Carta Marina Navigatoria Portugallen...*, Saint-Dié, 1516.

VARTHEMA, Lodovico de, *Die ritterliche vnnd lobwürdige Reyss, des ... Ritter, vnnd Landtfahrer, Herrn Ludovico Vartomans von Bolonia, sagend von den Landen Egypto, Syria, von beiden Arabia, Persia, India, vnd Ethiopia*. Franckfurt am Mayn], Michael Herr und Jörg Breu (ed.), 1548.

VESPUCCI, Amerigo, *Von der neü gefunden Region, so wol ein welt genempt mag werden durch den Christenlichen Künig, von Portigal, wunderbarlich erfunden*. Basel, Michale Furter, 1505.

WARNCKE, Carsten-Peter, *Sprechende Bilder, sichtbare Worte: das Bildverständnis in der frühen Neuzeit*, Wiesbaden, Harrassowitz, 1987.

WICKRAM, Jörg, *Von Guten vnd Bösen Nachbaurn ... newlig an tag geben*, Strassburg, Knoblauchs Druckerey, 1556.

WICKRAM, Jörg, *Von guten und bösen Nachbarn*, Karl-Maria Guth (ed.), Berlin, Contumax Hofenberg, 2014.

WUTTKE, Dieter, *German humanist perspectives on the history of discovery, 1493-1534*, Marília dos Santos Lopes (Foreword), Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2007.

PARTE III
Olhares e Representações

A imagem dos europeus nas crónicas portuguesas do século XV

Francisco José Díaz Marcilla¹

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é apresentar a imagem do estrangeiro, tal como refletida nas crónicas portuguesas medievais. Pretende-se realizar uma análise dupla, tendo por base os grupos de europeus diferenciados por lugares de origem, e a maneira em que aparecem no texto cronístico. O estudo não pretende ser exaustivo, pelo que serão indicadas algumas linhas de trabalho para o futuro. Dessa forma, não serão analisadas todas as crónicas do período, mas apenas as mais representativas dos principais autores da época: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina.

Palavras-chave

Crónicas, Europeus, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina.

¹ Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IEM-NOVA FCSH). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da celebração do contrato-programa previsto nos números 4, 5 e 6 do art. 23.º do D.L. n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

Abstract

The aim of this paper is to present the image of foreigners as they are presented in medieval Portuguese chronicles. The twofold analysis of the chronicle texts will cover the way in which European territorial groups are presented, and the way in which they are described. This study does not aim to be conclusive, but to indicate some research lines for the future. Thus, the most representative works of the main Portuguese authors at the time will be analysed: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara and Rui de Pina.

Keywords

Chronicles, Europeans, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina.

1. Introdução

As crónicas portuguesas do século XV têm sido estudadas de maneira muito aprofundada ao longo das últimas décadas, nomeadamente no que diz respeito à história das ideias e das mentalidades. Porém, a quantidade de estudos relativamente aos estrangeiros presentes nas crónicas é menor, sendo analisadas apenas questões de natureza política (guerras e diplomacia)². A específica análise da imagem dos europeus transmitida pelas crónicas ainda sofre de lacunas que este trabalho tenciona ajudar a colmatar.

Devido à limitação de espaço, o exame das crónicas não abrangerá todo o material produzido no século XV. No entanto, procurar-se-á uma linearidade temporal que permita esboçar uma primeira interpretação dos dados, incluindo a evolução das ideias sobre os europeus. A análise considerará exclusivamente

² Entre os livros e estudos mais recentes devem ser nomeados os seguintes: Manuela MENDONÇA, *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 1994; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, INCM, 2000; Maria do Rosário FERREIRA (coord.), *O contexto hispânico da historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. Há igualmente algum fermento ao nível dos estudos universitários, como é o caso de Ardian MUHAJ, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal: impacto da Guerra dos Cem Anos na vida económica e política de Portugal (séculos XIV-XV)*, Tese de Doutoramento dirigida por Manuela Mendonça, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2014.

as crónicas oficiais – ou seja, as produzidas com a anuência da Coroa e da Corte portuguesas –, sendo cronistas oficiais do Reino os autores analisados: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina.

No que diz respeito ao primeiro cronista, Fernão Lopes³, é preciso salientar que o autor nasceu na década de 80 do século XIV e morreu em torno de 1460. Aparece na documentação a partir de 1418, e, embora fosse substituído no cargo de *guarda-mor* da Torre do Tombo em 1454 pelo seu sucessor, Gomes Eanes de Zurara, como cronista oficial, continua a aparecer na documentação até ao ano indicado. As suas obras abrangem os reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João até aos inícios do século XV, ainda que de forma não muito precisa⁴.

Estilística e narrativamente não há uma uniformidade, observando-se uma primeira crónica muito pouco original. De facto, a *Crónica de el-rei D. Pedro*⁵ contém inúmeras passagens ou copiadas ou baseadas na *Crónica del rey D. Pedro* (praticamente a metade dos capítulos), que foi escrita pelo cronista castelhano Pero López de Ayala. Contudo, o cronista luso compartilha a visão do estrangeiro transmitida pelo cronista castelhano, porque não muda o texto. A crónica seguinte, a *Crónica de el-rei D. Fernando*⁶, também apresenta passagens copiadas e baseadas nas correspondentes *Crónica del rey D. Enrique* e *Crónica del rey D. Juan* do mesmo autor castelhano, mas em quantidade decrescente, com maior originalidade. Por último, a *Crónica de el-rei D. João*⁷ revela muito menos dependência dos textos de Ayala (a referida *Crónica del rey D. Juan* e a *Crónica del rey D. Enrique el Tercero*), e a intencionalidade política do discurso é muito mais evidente e independente.

Relativamente a Gomes Eanes de Zurara (1410-1474)⁸, *guarda-mor* da Torre do Tombo até ao final da sua vida, é de sublinhar que a sua obra abrange o reinado de D. João I, que Fernão Lopes não cobriu, mais duas crónicas biográficas sobre dois nobres: a *Crónica da Tomada de Ceuta* (1450), a *Crónica dos feitos da Guiné* (1454)⁹ – que vão de 1411 até 1437 –, a *Crónica de D. Pedro de Meneses* (1463) e a *Crónica de D. Duarte de Meneses* (1468). No âmbito deste trabalho, serão analisadas apenas as duas primeiras obras.

³ Imprescindível é o estudo de Teresa AMADO, *Bibliografia de Fernão Lopes*, Lisboa, Cosmos, 1991.

⁴ A *Crónica de el-rei D. João* mantém a narração de uma forma continuada até 1411, mas algumas passagens levariam a pensar que ele ou alguém inseriu dados de forma intermitente até ao final do reinado.

⁵ Fernão LOPES, *Crónica de D. Pedro I*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1965. Doravante, CDP. Notamos desde já que, para todas as crónicas, as referências vão ser aos capítulos (“c.” em singular, “cc.” em plural), a fim de facilitar a pesquisa em outras edições.

⁶ Fernão LOPES, *Crónica de el-Rei D. Fernando*, 3 vols., Lisboa, Escripório, 1895-1896. Doravante, CDF.

⁷ Fernão LOPES, *Chronica de El-Rei D. João I*, 7 vols. (partes I e II), Lisboa, Escripório, 1897-1898. Doravante, CDJ.

⁸ A. J. Dias DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

⁹ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica d’El-Rei D. João o Primeiro e dos reis de Portugal o Décimo em que se contém a Tomada de Ceuta*, Lisboa, Escripório, 1899. Doravante, CTC. Gomes Eanes de ZURARA, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, Paris, J. P. Aillaud, 1841. Doravante, CFG.

Rui de Pina (1440-1523)¹⁰ foi *guarda-mor* da Torre do Tombo desde 1497 até à sua morte, tendo sido previamente nomeado para o cargo de *cronista-mor* do reino em 1490 por João II. Apesar de ter escrito uma substancial quantidade de crónicas que abrangem os reinados de Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III, Dinis I, Afonso IV, Duarte I, Afonso V e João II, aqui será apenas estudada a *Crónica de el-rei D. Afonso o V*¹¹ por representar uma continuidade cronológica com os textos anteriores e por ter sido redigida no período final do século, entre 1490 e 1504¹².

2. Territorialidade como elemento de conceitualização

Uma primeira consideração deve ser feita sobre a ideia de *Europa* que emerge das crónicas do século XV. A Europa como conceito definidor de uma realidade cultural não existe, nem sequer como realidade territorial. Mais concretamente, o conceito é inexistente nas obras de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. No entanto, no caso de Rui de Pina, foi encontrada apenas uma única ocorrência já no segundo volume do livro¹³. Talvez seja indicativo o facto de constituir, no texto, o antónimo para *Império Turco*. A menção está relacionada com a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453, e é apresentada como contraposição conceitual ao Império Otomano. Poderia conjecturar-se, portanto, que *Europa* representa uma territorialidade com identidade própria apenas na altura em que outra realidade de tipo religioso começa a combatê-la no próprio solo, já nos albores do século XVI. O fator religioso seria o único a conseguir criar uma unidade conceitual.

Para a definição de *europæus* a situação é ainda pior: não há ocorrências em nenhuma crónica. Talvez porque não existindo uma ideia de *Europa*, não pudesse haver consequentemente uma ideia de *europæus*.

Os conceitos territoriais que contêm uma conotação de *espaço comum*, e que, portanto, definem uma unidade territorial diferenciada, mas sem constituir unidades políticas, são muito mais frequentes, sendo um dos exemplos principais o conceito de “Hespanha”, derivado do latim *Hispania*, que referia igualmente o espaço da Península Ibérica. Curiosamente, este conceito está consideravelmente mais presente nas crónicas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, para se reduzir ao mínimo em Rui de Pina. Esta situação não deve resultar estranha, enquanto as identidades nacionais vão impondo a sua supremacia sobre as

¹⁰ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa, ICALP, 1977.

¹¹ Rui de PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, 3 vols., Lisboa, Escripório, 1901. Doravante, CDA.

¹² T. F. EARLE, “Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V* and Bodleian MS Don. c. 230”, *Portuguese Studies*, vol. 31, Nº 2 (2015), pp. 222-234.

¹³ CDA, c. 135.

identidades territoriais. O processo irá concluir-se nos séculos XVI e XVII com a identificação da Espanha com tudo o que não é Portugal.

Para a mentalidade da época, “Hespanha” assemelhava-se a um espaço compartilhado, comparável ao resto de conceitos identificativos de outras regiões, tais como *Itália*, *França* ou *Alemanha*. A base conceitual não é política, mas apenas territorial. Porém, para o caso da Península Ibérica, há uma especificidade que não ocorre nas outras áreas: a religião. “Hespanha” abrange os reinos de Portugal, Castela e Leão, Navarra, Aragão e o principado da Catalunha; mas não o reino muçulmano de Granada. De facto, quando os cronistas estão a falar de “Hespanha”, esta é sempre bem diferenciada de Granada, especialmente na obra de Fernão Lopes¹⁴. É justamente o facto de não ser considerada *européia* pela crónica portuguesa, posto que muçulmana, o que me leva a não me ocupar dela, ainda que a sua relevância como inimigo constante seja inquestionável.

A definição mais perfeita do que era “Hespanha” – e, aliás, Gomes Eanes de Zurara é o único cronista que utiliza os termos “espanholl” e “espanhooes” em todas as crónicas analisadas – encontra-se na CTC, quando um velho pergunta a um português de onde era; ele responde que era “espanhol” e o anciano especifica “nom uos pregumto, disse elle, senom de que lugar sodes da Espanha”; e o português responde que “era naturall da çidade de Lisboa”¹⁵.

Como dado importante, salientar-se-á o facto de o termo *Espanha* ser referido apenas duas vezes na CDA, mas, para já, com uma conotação que ultrapassa o conceito puramente geográfico que tinha até então. Parece começar a mudar para uma definição de uma realidade diversa de Portugal: “tão costumadas em Espanha e assim n’estes reinos de Portugal”, e “que não sómente Portugal, mas Espanha toda”¹⁶. Por outras palavras, refere um conceito abrangente, mas é sintomático que, nas duas ocorrências, o termo “Portugal” seja diferenciado do termo “Espanha”.

Esta constatação, unida à conotação religiosa referida anteriormente para a Europa, reforça a caracterização ideológico-religiosa da geopolítica nessa altura.

O caso da “Alemanha” é igualmente significativo. O termo designa claramente um espaço territorial com características políticas específicas. Porém, tem apenas quatro ocorrências: na CDJ, na CTC, na CFG e na CDA, o que evidencia uma escassa relação de Portugal com o espaço germânico, mas não com o imperador, já que outras vezes é mencionado o rei dos Romanos como sinónimo de Alemanha. A única definição mais caracterizadora é a da CFG, na qual se afirma a “grandeza dos Allemaães”.

¹⁴ CDP, c. 33. Falando nas incursões dos muçulmanos, Lopes diz “se Mouros passarem a Hespanha”.

¹⁵ CTC, c. 16. Curiosamente, esta crónica é uma das que mais vezes é nomeada “Hespanha”, em referência à Península Ibérica.

¹⁶ CDA, respetivamente, cc. 9 e 91.

Igual tratamento acontece nessa crónica no que diz respeito a “Itália”, considerada apenas como espaço geográfico, mas sem entidade política, ou ligado à Santa Sé, ou com uma maior definição própria, quando se fala na “sabledorya de Itallya”¹⁷.

3. As *nações* menos mencionadas

É obrigatório começar o percurso pelas crónicas, inquirindo o que se entende por *nação*. Como se pode compreender, o sentido moderno que tem o termo não é aplicável nessa altura. Porém, o início da identificação da territorialidade com os outros dois parâmetros – origem e pertença política – do termo, são já evidentes para as crónicas do século XV¹⁸. Ao mesmo tempo, é igualmente verdade que a significação da origem territorial é normalmente associada ao termo “natural deste reino”, através da maneira em que é utilizado na CDP e a contraposição entre “naturaes” e “estrangeiros”¹⁹. De igual forma, a vinculação política ainda é identificada com a pessoa a quem se deve preitesia, como a expressão “estar ao serviço de”.

Feita esta aclaração, elencar-se-ão aquelas *nações* cuja presença nas crónicas é muito limitada. Evidentemente, isto não implica dizer necessariamente que esses reinos ou territórios sejam menos importantes na geopolítica internacional, mas sim que, para Portugal, eles não representavam realidades a serem tidas em consideração. A perspetiva dos cronistas, enquanto pessoas do entorno régio, reflete de alguma maneira o interesse da Coroa. É preciso esclarecer ainda que, por vezes, é mencionado um reino ou estado, mas não o seu gentílico; e contrariamente, às vezes, é mencionado o gentílico, mas não o reino ou estado.

Na CDF, há uma passagem rica em gentilícios, que faz referência aos estrangeiros que moravam em Lisboa na época de Fernão Lopes, como nos informa a seguinte citação:

“havia outrossim mais em Lisboa estantes de muitas terras, não em uma só casa, mas muitas casas de uma nação, assim como genovezes, e prazentins, e lombardos, e catalães d’Aragão, e de Maiorca, e de Milão, que chamavam milanezes, e corcins, e biscainhos, e assim d’outras nações.”²⁰

¹⁷ Para ambas as citações: CFG, p. 12.

¹⁸ O exemplo mais claro, em CDJ, I, c. 13, é: “vendo como era castellão, e de nação a elles contraira”.

¹⁹ CDP, c. 36.

²⁰ CDF, Prólogo.

Portanto, pode-se começar o percurso por aqueles estados e territórios que menos ocorrências apresentam nas crônicas analisadas. Utilizaremos a seguinte tabela para uma melhor compreensão:

Tabela 1 – Nações menos mencionadas e número de ocorrências

Nação/Gentílico	CDP	CDF	CDJ	CTC	CFG	CDA
“Escossia”			1			
“Prazentinos”	1					
“Nápoles”				2		
“Sezilia”				7		
“Bretanha”	1	1	2			1
“Bretões”	0	1	2			0
“Gasconha”	2	1	2			
“Gascões”	0	0	11			
“Frandes”, “Borgonha” ou “flamingos”		2	1	1		14
		0	0	0		1
“Biscaia”	1	12	2	1		1
“Biscainhos”	1	2	1	0		0

Portanto, de menor a maior em número de ocorrências, as *nações* menores que aparecem nas crônicas são: Reino de Escócia²¹, *Comune* de Placência²², Reino de Nápoles²³, Reino de Sicília²⁴, Ducado de Bretanha²⁵, Território da Gasconha²⁶, Ducado de Borgonha (denominado usualmente Flandres)²⁷, e Senhorio de Bis-

²¹ CDJ, II, c. 80, na sequência das lutas que mantinha lá John of Gaunt, duque de Lencastre, como representante do rei Richard II de Inglaterra, e que o impediram de acudir antes à “Hespanha”.

²² Há uma ocorrência deste gentílico em CDP, c. 18. Aparecem como aliados de Génova, nessa altura inimigos dos catalães. Na sequência do argumento legal da “boa guerra”, que permitia a confiscação de bens de estados com os quais se mantivesse guerra aberta em qualquer parte, um capitão catalão tentou capturar duas naves placentinas no porto de Sevilha, mas a intervenção de Pedro I de Castela o evitou.

²³ CTC, cc. 4 e 29. Também com motivo dessa abertura ao Mediterrâneo.

²⁴ CTC, cc. 14, 15, 29, 32, 34 e 61. Sicília. Chama a atenção o facto de ser Gomes Eanes de Zurara o único a referenciar constantemente o reino mediterrânico, provavelmente porque esse cronista é o único a falar do Mediterrâneo, da África e do Oriente, prelúdio da expansão portuguesa.

²⁵ CDP, c. 41; CDF, c. 6. A denominação “bretões” é para os companheiros do francês Bertrand du Guesclin, em CDF, c. 32. Na CDJ há 1 menção ao título de duque, 1 ao território, e 2 ao gentílico, respetivamente em CDJ, I, c. 175; II, cc. 83 e 130. Apenas existe uma menção ao ducado na CDA, c. 163.

²⁶ CDP, cc. 36 e 42. CDF, c. 43. CDJ, II, cc. 113 e 119; para as numerosas menções ao gentílico, II, cc. 34, 37, 38, 51, 101, 132 e 133.

²⁷ CDF, cc. 78 e 90; CDJ, I, c. 114; CTC, cc. 27 e 29. Na última crónica, é importante salientar que a crónica fala em “Bruges”, não em Flandres. São nomeados o território e os naturais, mas associados normalmente aos panos – e portanto, ao comércio –, mudando na CDA “Frandes” para “Borgonha”. CDA, cc. 1, 127, 129, 162, 197, 198, 199, 200 e 202. Nesta última crónica, as referências ao Ducado de Borgonha estão distribuídas da seguinte forma: 9 vezes ao título, 5 ao estado, e só 1 para os “framengos”. O elevado número de citações deve-se indubitavelmente ao casamento entre Isabel de Portugal, tia de Afonso V, e o duque D. Filipe de Borgonha em 1430.

caia²⁸. É um reflexo da relevância internacional para Portugal de cada uma destas *nações*, embora dependa também da época na qual estejamos a falar.

Além disso, ainda que não sejam povos europeus, importa fazer referência a dois povos especificamente pela relevância que irão ter em época posterior. O primeiro, inexistente nas crónicas lopesinas, e que Zurara menciona apenas como povo, mas que irrompe com força na CDA de Rui de Pina – nomeadamente a partir do segundo volume – são os *turcos*, que aparecem em 7 ocasiões²⁹. É relevante que a crónica diferencie claramente entre “turcos” e “mouros”.

Neste mesmo sentido, sublinhe-se a diferenciação semântica e conceitual que faz o cronista Gomes Eanes de Zurara nas suas duas crónicas sobre temática *africana* entre “mouros” e “negros”. Para ele, são duas *nações* diferenciadas, em que os primeiros são inimigos – por causa da fé –; e em que os segundos nem sempre são associados aos muçulmanos.

4. A Santa Sé

Cabe iniciar as epígrafes dedicadas aos estados com maior presença nas crónicas portuguesas analisadas, com a entidade católica por antonomásia: a Santa Sé. Contudo, convém fazer uma apreciação, pois em nenhum lugar é mencionada a Santa Sé como estado. Os comentários fazem sempre referência ao Papa, à Cúria, aos cardeais ou à cidade de Roma.

Resulta revelador o facto de Avinhão nunca aparecer associado à definição de *Santa Igreja*. Parece que, depois de mais de mil anos, o lugar de onde emana a santidade é Roma, mesmo que a *Roma santa* mude para outro lugar como a cidade francesa de Avinhão³⁰. Sem dúvida, a conclamada adesão de Portugal à obediência do papa de Roma durante o Cisma pode ter influenciado propagandisticamente a prevalência de Roma sobre a cidade de Avinhão.

A função da Santa Sé nas crónicas é fundamentalmente de mediação. Sempre que há um conflito, há um cardeal ou delegado apostólico presente³¹. No entanto,

²⁸ CDP, cc. 20 e 21. É interessante reparar que nesse texto é claramente especificado como os biscainhos são súbditos do conde de Biscaia, e que este, por sua vez, era súbdito do rei de Castela. No resto das citações fala-se indistintamente no senhorio ou no território, apresentando uma identidade territorial própria aos olhos dos portugueses. CDF, cc. 3, 12, 15, 44, 66, 112 e 135; para o gentílico, Prólogo e c. 135. Convém aclarar que o alto número de ocorrências nesta crónica deve-se ao facto de Lopes copiar muitos traços da crónica de Pero López de Ayala, que, obviamente, falava da política interna de Castela. CDJ, II, cc. 26 e 120; gentílico em II, c. 144. CTC, c. 12. CDA, c. 163.

²⁹ CTC, c. 92. CDA, cc. 135, 138, 208 e 210.

³⁰ A expressão “Santa Igreja de Roma” pode referir-se à cidade de Roma ou à cidade de Avinhão. Exemplo em CDF, c. 160.

³¹ CDP, cc. 23, 26 e 32; CDF, cc. 15, 53, 71, 82.

a partir da CDJ, as crónicas de Zurara, e a CDA, esse papel mediador da Santa Sé irá decrescer notavelmente, reencaminhando-se a resolução de conflitos para as mãos de clérigos adscritos a um território. De facto, intui-se uma espécie de territorialização da Igreja e dos seus agentes, motivada com muita probabilidade pelo Cisma do Ocidente de 1378.

O caso mais surpreendente são as crónicas de Zurara, nas quais, embora se repita constantemente a finalidade religiosa da expansão, e se referenciem as qualidades morais e de bons cristãos dos seus protagonistas, a Santa Sé apenas é mencionada.

Assim, as intervenções diretas dos pontífices reduzir-se-ão às magnas questões da geopolítica internacional, como demonstra o apoio moral que recebeu Juan I de Castela através da carta do papa de Avinhão, Clemente VII, após a derrota de Aljubarrota em 1385, reproduzida na CDJ³². Um outro exemplo ilustrativo é o das questões relativas às dispensas matrimoniais que João I pediu ao papa de Roma, Urbano VI, por ter sido Mestre da Ordem de Avis, cruciais para resolver o seu casamento com Filipa de Lencastre e o seu afaçamento no trono.

5. Génova

Os “genoeses”, termo muito mais utilizado do que “Genoa”, representam a primeira das nacionalidades que merecem um lugar destacado. A sua presença é reiterada em todas as crónicas. Na verdade, o número de ocorrências não é muito alto, mas sim constante. Outro aspeto a sublinhar é que a avaliação de que os “genoeses” são alvo não é muito positiva, evidentemente por terem tomado o partido do inimigo, junto dos castelhanos e franceses.

Mais pormenorizadamente, a primeira vez que um genovês é mencionado, na CDP, está envolvido num assunto que provoca a fúria do rei. O almirante Lançarote Peçanha tem de fugir para Génova quando é descoberta a sua artimanha para atrair uma mulher, contratando os serviços de uma alcoviteira. O rei enviará cartas à cidade reclamando a sua extradição. A resposta do concelho de Génova, apesar de diplomática – apela-se à amizade entre os dois governos desde longa data, afirmando que “o amigo novo nom he igual nem semelhante ao de longo tempo” –, não conseguiu acalmar o rei, que ficou aborrecido ainda durante muito tempo, embora que, por fim, perdoasse o almirante³³.

³² CDJ, II, c. 68.

³³ CDP, c. 10. Para o gentílico, ver cc. 10 e 22.

A CDF não deixa de nomear Génova e os “genoezes”, ainda que poucas vezes. Contudo, normalmente a menção é relativamente ao lugar de proveniência das pessoas, não mostrando, pois, nenhum interesse geopolítico que leve a pensar numa relevância desse estado neste período.

Na CDJ, a presença genovesa circunscreve-se quase invariavelmente às atividades mercantis, de tal maneira que o gentílico aparece sempre vinculado aos panos. Há um episódio recorrente em praticamente toda a crónica: quando D. João era Mestre, foram roubadas em Lisboa umas naus de Génova e *il comune* enviou uns emissários a pedir ao Mestre a restituição das mercadorias, mas sem sucesso; mais tarde, outra comitiva genovesa fez a mesma solicitação a D. João, já eleito rei³⁴; e finalmente, a terceira embaixada de finais do século XIV foi bem-sucedida³⁵. É importante salientar que, nessa terceira embaixada, o rei castelhano Juan I confiou ao almirante genovês Ambrosio de Marines a mediação do conflito com Portugal.

A CTC também refere a presença de genoveses em Lisboa, e dos seus interesses económicos em Portugal³⁶.

Finalmente, a imagem transmitida dos genoveses pela CDA é profundamente negativa: eles roubam e matam os portugueses e são classificados como inimigos³⁷.

6. Navarra

O termo “Navarra”, sendo já hispânico, ocorre em numerosas ocasiões, mas, curiosamente, o gentílico “navarrezes” é muito pouco utilizado³⁸. O facto de não ser dos mais frequentes indica a distância mais política que geográfica desse reino em relação a Portugal, o que é corroborado pelo facto de ser Aragão mais nomeado, mesmo que geograficamente situado a mais distância do que o reino pirenaico. Para reforçar esta intuição, vale a pena refletir sobre a maneira como Navarra é apresentada na CDP, em que 4 das ocorrências são ao título e à pessoa do rei, e 6 ao reino. Na CDF o número de referências ao título ou títulos da Casa Real navarra sobem para 37, restando as outras 7 menções para o reino enquanto território. O motivo para este elevado número de referências ao rei ou aos infantes deve-se principalmente ao facto de Fernão Lopes copiar traços da obra de Ayala, para quem Navarra irá ganhando relevância no âmbito das relações peninsulares.

³⁴ CDJ, II, c. 4.

³⁵ CDJ, II, c. 131.

³⁶ CTC, c. 77.

³⁷ Exemplo em CDA, c. 54.

³⁸ Só uma em CDF, c. 110.

Na CDJ o título de rei de Navarra aparece em 5 ocasiões, embora a alusão ao reino seja apenas 1. Finalmente, na CDA, mais uma vez, o número de referências ao título (8) ultrapassa notoriamente as menções ao reino (1).

Em conclusão, a maioria das referências é ao rei navarro ou à família real navarra. O reduzido número de restantes menções diz respeito à situação geográfica de passagem desde França para a Península Ibérica, ou à alusão ao reino em contextos mais gerais.

7. Aragão

Convém sublinhar um facto de relevância antropológica destacável. Só numa das crónicas surge a referência ao gentílico *aragoneses*³⁹. O motivo poderia ainda explicar alguns fenómenos que se estendem até ao presente: quando as crónicas portuguesas mencionam os moradores da Coroa de Aragão, denominam-nos principalmente de “catallães”.

Na CDP, a Coroa de Aragão aparece mais vezes referida do que em todas as outras crónicas. A razão é bem simples: Fernão Lopes, ao copiar ou se basear na obra de Ayala, introduz pontos de vista castelhanos, em que necessariamente Aragão ocupa um lugar de especial relevância. Uma das poucas afirmações originais sobre o estado mediterrânico é a denominação de “irmão” que Pedro I teria feito sobre Pere IV⁴⁰.

A CDF apresenta muitas referências a Aragão, que estão relacionadas, quer com as negociações para o falido casamento do rei – ainda infante – com a infanta D. Leonor de Aragão⁴¹, quer com o lugar geográfico específico da “Hespanha” (a maioria de referências), quer com o título do monarca e com a família real da Coroa aragonesa.

Contudo, na CDJ o impacto de Aragão é consideravelmente redimensionado. Aragão é nomeado entre os inimigos de Portugal, embora de maneira pouco aprofundada⁴². As crónicas de Zurara mantêm essa menção ao estado aragonês, já não como inimigo, mas como entidade política que interage no espaço mediterrânico. Ainda que as ocorrências do termo sejam numerosas, uma grande parte refere-se unicamente ao título do rei.

³⁹ Só a CDF, c. 50 faz uma alusão aos “aragonezes”, mas num contexto referente a castelhanos e navarros, em que não é evidente que se esteja a falar de gentes da Coroa de Aragão, mas exclusivamente do reino de Aragão.

⁴⁰ CDP, c. 3.

⁴¹ Nomeadamente, CDF, c. 48.

⁴² Como acontece em CDJ, I, c. 70.

Com a CDA, Aragão recobra algum protagonismo, ainda que inexoravelmente vinculado a Navarra por causa dos Infantes de Aragão. Rui de Pina evidencia conceptualmente uma assimilação entre os infantes e o estado, o que não acontece na cronística castelhana. É também na crónica de Pina que aparece a única menção à nação “valenceana”, numa referência ao lugar de origem do papa Calixto III⁴³. De igual maneira, cabe indicar que nem Maiorca nem Valença mereceram a apreciação dos cronistas portugueses; aparecem referidas só como lugares ou como gentílios, mas nunca como organismos políticos diferenciados.

8. França

“França” e “os francezes” são apresentados ao longo da CDP – ainda que em número mais reduzido –, da CDF e da CDJ, em quantidade crescente, especialmente a partir da intervenção do país ultrapirenaico nos assuntos ibéricos.

Há umas referências à “Casa de França” na CDF⁴⁴ que evidenciam a caracterização desse reino já como unidade geopolítica claramente estruturada no contexto europeu (relembro que este fenómeno não acontece com nenhuma das *nações* analisadas até agora). Esta perceção é reforçada pela utilização do nome do reino como sujeito da ação, pois passa a ser dotado semanticamente de valor substancial e autonomia conceptual⁴⁵.

Um dos episódios mais destacados dos momentos prévios à batalha de Aljubarrota é protagonizado por um francês, um cavaleiro experiente na guerra contra mouros ou cristãos. É ele quem aconselha o rei castelhano Juan I a não lutar contra o exército português naquele lugar, assumindo-se como a voz da experiência⁴⁶. Após a derrota, Charles VI, rei da França, oferecerá o apoio militar solicitado por Juan I de Castela, que o qualifica como irmão e amigo. Infelizmente, a ajuda chega tarde demais⁴⁷.

Zurara afasta-se das considerações mais políticas e considera França, ora como reino que interage com Portugal, ora como território, observando-se a diminuição considerável do número de ocorrências, e desaparecendo qualquer tipo de valoração. A CFG é o único texto que oferece uma definição deste reino de uma maneira mais personalizada: “a gentilleza de França”⁴⁸.

⁴³ CDA, c. 135.

⁴⁴ CDF, cc. 15 e 110.

⁴⁵ Exemplos em CDF, cc. 6 e 110.

⁴⁶ CDJ, II, c. 35.

⁴⁷ CDJ, II, c. 67.

⁴⁸ CFG, p. 12.

Na CDA os franceses são descritos principalmente como inimigos, sendo associados à pirataria e ao roubo no mar, precisamente um dos três problemas dos quais D. Afonso V se lamenta durante uma intervenção. Os outros dois problemas são a guerra contra os turcos e a ida a África para guerrearem contra os mouros e defenderem Ceuta⁴⁹. A CDA é igualmente a mais rica crónica em conteúdo geográfico sobre a França, sendo referidas as regiões de Lorraine e Picardie.

9. Inglaterra

Evidentemente, nas crónicas portuguesas, “Inglaterra” e os “Ingrezes” são o principal parceiro. A visão que se tem deles é quase sempre positiva, excepto em uma passagem da CDF, na qual se comenta que “os ingleses são homens de forte condição e lhe faziam [ao rei Fernando I] muitos nojos em seu reino”⁵⁰.

O fenómeno da *personificação* do reino também ocorre em relação a Inglaterra na CDF⁵¹. É também nessa crónica que começa a associação geopolítica entre ingleses-portugueses e os seus oponentes franceses-castelhanos, durante a Guerra dos Cem Anos. A CDF contém uma definição que, na boca dos castelhanos, utiliza os gentilícios e denominativos territoriais para fazer associações que ultrapassam a dupla imagem até então apresentada pelas crónicas (geográfica e/ou de titularidade): “São novas que el-rei D. Fernando ha mais de nove mezes que era prenhe dos ingleses, e pariu-os agora em Lisboa e tem-n’os comsigo”⁵², lamentando o apoio inglês a Portugal aquando das guerras fernandinas em 1371.

Nessa mesma crónica narra-se uma passagem que convidaria a pensar nos ingleses como *teimosos*. Tal ocorreu aquando da tentativa de tomada de Cortijo, o pequeno castelo fronteiriço castelhano onde morreu um escudeiro inglês. Os companheiros entraram e mataram todos os que estavam na parte de dentro, apesar de os clérigos do lugar terem pedido perdão com o Corpo de Deus visível⁵³.

A primeira referência concreta ao *savoir faire* dos ingleses é feita na CDJ, quando a rainha D. Leonor, durante uma conversa com o Mestre de Avis, diz que “os ingrezes hão mui bom costume” porque “quando são no tempo da paz, não trazem armas, nem curam de andar armados, mas boas roupas alvas nas mãos, como donzellas, e quando são na guerra então costumam as armas e uzam d’ellas, como todo o mundo sabe”. A resposta do Mestre de Avis foi escusatória: “Senhora

⁴⁹ CDA, c. 135.

⁵⁰ CDF, c. 154.

⁵¹ Desde os primeiros capítulos, CDF, c. 6.

⁵² CDF, c. 131.

⁵³ CDF, c. 149.

[...], é mui grão verdade, porém esso fazem elles porque hão mui a miude guerra e poucas vezes paz [...], mas a nós pelo contrário, ca havemos pelo miude paz e poucas vezes guerra”⁵⁴. É igualmente na CDJ que se encontra um indício das dinâmicas geoestratégicas dessa altura, assinalando Inglaterra como a primeira opção de fuga para o Mestre de Avis nos momentos convulsos após a morte do conde João Fernandes Andeiro⁵⁵. Consequentemente, é também a primeira opção estrangeira para pedir apoio económico e militar⁵⁶.

De um ponto de vista visual, Fernão Lopes adjudica à Catalina, filha de John of Gaunt e de Constanza de Castela – a herdeira legítima ao trono, filha do rei Pedro I, e pela qual começam a se intitular *reis de Castela* desde 1372 –, o motivo último que leva o pai a preparar a viagem de conquista em 1386, com a descrição da dramática cena em que mãe e filha imploram de joelhos essa intervenção para “demandar o reino, que meu é”⁵⁷. Evidentemente, a intencionalidade de Lopes visa informar o leitor da existência de uma família real que sofre pelo inimigo castelhano, sendo Inglaterra o verdadeiro amigo.

Para além disso, é preciso chamar a atenção para as boas relações e o tráfego de diplomatas entre Portugal e Inglaterra antes e, especialmente, após Aljubarrota, e que culminarão com a assinatura do *Tratado de Windsor* em 1386, e com a viagem do duque de Lencastre, a sua família e o seu séquito à Península. Segundo a CDJ, teria sido o rei inglês, Richard II, quem pediu “tratar boa liança e amizade com el-Rei de Portugal”⁵⁸. O facto de Fernão Lopes estar a salientar os pontos mais relevantes do tratado permite observar como este foi nomeadamente um acordo comercial, porque se começa afirmando que os reis desejam “o bem commum dos seus subditos [...] muito mais que o seu”. Estabelecem-se uma aliança e paz eternas sob a unidade e perfeita obediência à Igreja de Roma, e a recíproca ajuda contra os inimigos. O pacto esclarece que esses inimigos não incluem os seguintes: “Venceslau, rei dos Romaos, e D. João, rei de Castella, duque de Lencastre, tio d’el-Rei (...) nem isso mesmo contra o papa Urbano, que ora é”, delineando as estratégias diplomáticas futuras.

Porém, como já indicado anteriormente, o *Tratado de Windsor* é eminentemente comercial, pois o primeiro ponto refere-se à livre circulação de pessoas (clérigos, nobres, mercadores ou o povo) e das mercadorias, obrigando

⁵⁴ CDJ, I, c. 10.

⁵⁵ CDJ, I, cc. 18 e 19. Depois, em c. 23, é dito ao Mestre: “Vós, dizem, Senhor, que vos is pera Inglaterra, mas a mim parece que bom Londres é este”, sugerindo que ficasse em Lisboa.

⁵⁶ CDJ, I, c. 48.

⁵⁷ CDJ, II, c. 80.

⁵⁸ CDJ, II, c. 81.

ao pagamento apenas no local onde se for ficar. Só os pontos 3 e 4 especificam as modalidades do apoio militar e os tempos de resposta às petições de ajuda⁵⁹.

Da CDJ se percebe outra questão interessante para o estudo da geopolítica, mas que, obviamente, o cronista simplesmente utiliza para sublinhar a pouca vontade do rei castelhano de procurar a paz. Assim, John of Gaunt tentou igualmente estabelecer um tratado similar ao de Windsor com Castela. No entanto, a tentativa não deu resultado porque “a amizade e liga de França ficava em sua força e virtude”, apesar do oferecimento do duque para que “os mercadores e romeiros de Castella e de Inglaterra fossem seguros por mar e por terra, especialmente os que quizessem vir a Santiago”, para além da liberdade de tráfego para homens e mercadorias⁶⁰.

Do ponto de vista das mentalidades, convém fazer aqui uma breve nota sobre o conceito de *Casa*, já mencionado anteriormente. Na CDF, mas especialmente na CDJ, em numerosas alocações, o duque de Lencastre alude à “Casa de Ingraterra”, onde por *casa* entender-se-á o conjunto de elementos que conformam a família real, quer parentes diretos, quer de segundo ou terceiro ou mais graus⁶¹. É significativo que este termo comece a ser utilizado apenas nessa altura, aquando do início das relações comerciais, políticas e familiares entre as coroas portuguesa e castelhana e a inglesa. Enquanto *casa* significar o *lar* da Coroa, o sentido sociológico ultrapassa a geografia concreta do espaço, onde estão a morar os membros da família real. Os infantes todos, independentemente de onde quer que estejam, são representantes da *Casa* real. Por exemplo, a CDA – ainda que o número de ocorrências do termo seja inferior – apresenta o conde D. Pedro de Portugal, indisposto com o rei e afastado da corte de D. Afonso V, como pertencente à *Casa* real⁶².

Aliás, é constatável, na documentação da época, que outros reinantes ou aspirantes vão utilizar o termo *Casa*, como acontece em Aragão e Navarra. Todos estes dados convidam à reflexão sobre o papel do duque de Lencastre – e portanto, de Inglaterra – como instigador de uma certa maneira de fazer política e diplomacia baseada na estrutura familiar e não na estrutura política⁶³. Esta interpretação permite perceber melhor o *modus operandi* de determinadas famílias peninsulares como o binómio Fernando de Antequera/Leonor de Albuquerque e os Infantes de Aragão, ou, para o caso de Portugal, a Casa de Avis e a *ínclita* geração.

A influência dos ingleses ao nível político é claramente reconhecida por Fernão Lopes na CDF, onde se afirma que os cargos de “condestável” e de

⁵⁹ Toda a informação relativa ao tratado é redigida pelo cronista em CDJ, II, c. 82.

⁶⁰ CDJ, II, c. 121.

⁶¹ Exemplo em CDF, c. 113.

⁶² CDA, c. 124.

⁶³ Não por acaso, a menção a uma casa não especificamente ligada a uma Coroa aparece na CDF quando se fala na “casa do conde de Cambridge”, c. 147.

“marischal” foram trazidos por eles, “que até então n’elle [em Portugal] não havia” e foi “tomado tal costume dos ingleses que então vieram”⁶⁴.

Zurara, no seu projeto cronístico, no qual a defesa da *missão* divina do infante D. Henrique impregna tudo, diz sobre Inglaterra na CTC: “cuja naçam amtre as do mundo naturallmente desamam todollos jmfiees”⁶⁵. A CFG oferece, aliás, um qualificativo para a nação: “a fortalleza de Inglaterra”⁶⁶.

Apesar de tudo, na verdade, a presença da Inglaterra na CDA é notavelmente inferior do que na CDJ, o que pode, juntamente com a apresentação dos ingleses como piratas que roubam os mercadores portugueses no mar, ser indicativo de novos tempos na política internacional de finais do século XV⁶⁷.

Cabe terminar com uma nota sobre um espaço que pertence a Inglaterra ao longo de todo o período, mas que fica encravado no espaço da França: a “Guiana”. Não tem gentílico, mas é um termo utilizado para nomear a terra inglesa no sudoeste da França, bem diferenciada de outros espaços políticos. Há várias ocasiões em que esse território é identificado com a própria Inglaterra⁶⁸. Porém, a menção mais interessante do ponto de vista das mentalidades, ainda que se trate de uma cópia de uma passagem de Ayala, é aquela onde são descritos os lemas que gritavam os contendentes na batalha de Nájera de 1367. Os da parte de Enrique II de Castela diziam “Castella, S. Thiago” e os da parte de Pedro I, “Guiana, S. Jorge”⁶⁹. Recordo que nas guerras entre Portugal e Castela um pouco mais tarde, os portugueses invocarão igualmente São Jorge para ajudá-los.

10. Castela

A imagem do reino vizinho e, tantas vezes, inimigo, é como as relações entre os dois reinos, ou seja, complexa. Dependendo do momento que as crónicas estejam a tratar, Castela é odiada e temida, ou amada e querida. Castela poderia ser definida como a *conditio sine qua non* da existência de Portugal, porque o reino luso nunca teria tido sem elas as especificidades que teve durante a época medieval. Castela representa para Portugal o espelho em que os próprios defeitos e as próprias virtudes podem ser contemplados.

⁶⁴ CDF, c. 149.

⁶⁵ CTC, c. 33.

⁶⁶ CFG, p. 12.

⁶⁷ CDA, c. 162.

⁶⁸ CDP, c. 23.

⁶⁹ CDF, c. 9.

Às conotações presentes nas referências às outras *nações* – os já referidos matizes geográficos, de titularidade política e de *personalização* – acrescentar-se-á, na cronística lopesina, um quarto elemento não evidenciado até ao momento: a *nemesidade*. Usando este neologismo pretendo sublinhar o facto de toda a narrativa de Lopes estar impregnada da ideia de que todo o mal que acontece em Portugal é derivado direta ou indiretamente de uma ação de Castela, sempre contrária aos interesses portugueses. O conceito ultrapassa a normal inimizade – como, por exemplo, acontece com França ou Génova ou o próprio Islão – e pressupõe uma ciente atitude em relação ao outro reino e aos seus moradores. O fim dos problemas chegará apenas com a eliminação física do outro como entidade política autónoma⁷⁰. É óbvio que a origem desta atitude provém da intencionalidade de Lopes de apresentar Castela como o maior perigo que Portugal pode enfrentar, a fim de explicar o valor acrescentado da dinastia de Avis como *salvadora* do reino. Nesta linha de leitura, enquadrar-se-ão as referências à distinção entre “verdadeiros portugueses” e os maus portugueses que são continuamente comparados aos castelhanos.

Narrativamente convém salientar que a importância de Castela no tecido narrativo cronístico português reside na reiterada utilização que Fernão Lopes faz das crónicas castelhanas de Ayala. Contudo, este facto é indicativo da mentalidade de Lopes, prestes a apresentar o que acontece em Castela para compará-lo com Portugal. Na CDP insere capítulos inteiros da *Crónica de D. Pedro I* de Pero López de Ayala, até ao ponto de serem praticamente a metade dos 46 capítulos da crónica lopesina direta ou indiretamente baseados nessa crónica castelhana. Apesar da advertência de Fernão Lopes sobre o que está a escrever, “por taaes cousas seerem feitos de Castela e nom de Portugal”⁷¹, e não pretendendo se deter demasiado, acaba por inserir 25 capítulos sobre a história de Castela com a desculpa da influência que essa tivera em Portugal.

Esta dependência de Ayala diluir-se-á na CDF e, especialmente, na CDJ. No que diz respeito ao primeiro texto, o cronista castelhano é utilizado por Lopes a fim de rebatê-lo continuamente. As alusões a “alguns dizem” referem a crónica de Ayala como falsa, e a narração do cronista português como verdadeira. De facto, esse uso que visa *desmentir* uma determinada história nunca menciona o nome do outro cronista, como que para demonstrar que não merece credibilidade nenhuma.

⁷⁰ CDF, c. 171: um bispo castelhano diz, após o juramento de fidelidade à D. Beatriz dos povos portugueses em Santarém, que “vos digo que está esto muito bem para Castella, ca muito damno nos vinha d’este rencon de Portugall”, pois a existência mesma do reino português seria motivo de dano segundo a visão de Lopes. No c. 20 da CDJ, I, o próprio Mestre de Avis chama os castelhanos de “mortais inimigos”.

⁷¹ CDP, c. 16.

Os castelhanos – como já foi indicado anteriormente – são apresentados como irónicos e, portanto, prepotentes. Outro exemplo é quando se está a narrar o momento em que as tropas de D. Fernando de Portugal entram em Castela, e os castelhanos comentam a “modo d’escarneo, ‘que não foram ajudar el-rei D. Pedro [de Castela] enquanto era vivo e que então lhe iam a dar os ossos depois da morte”⁷². São igualmente apresentados como injustos e bárbaros, pois, quando recebem dano, reagem exageradamente, roubando ou matando o contrário⁷³. Lopes, numa dramaticidade digna de qualquer romance, faz comentar aos portugueses de Santarém, aquando da proclamação de D. Beatriz como herdeira legítima, “como em má hora sujeitos havemos nós de ser a castelhanos! Nunca Deus queira!”⁷⁴. Uma declaração de intenções muito clara.

Se, na segunda das crónicas de Lopes, ainda é perceptível a cópia ou inspiração de passagens de Ayala, na sua última crónica Lopes utiliza o texto castelhano para rebatê-lo abertamente. Lopes põe em discussão a maioria das afirmações de Ayala, ou diretamente as nega, apresentando outro ponto de vista mais acorde com a posição dos portugueses em todo o episódio da crise de 1383-1385. Castela é o principal inimigo para Lopes, fonte de perigo constante e problemático, embora haja sempre uma tendência a minimizar a atitude castelhana com a seguinte fórmula: primeiro descreve a posição dos portugueses – sempre muito dura e com frases muito hostis – perante os movimentos dos castelhanos, para depois explicitar o que aconteceu na realidade, ocasião em que redimensiona de alguma maneira a teórica maldade dos castelhanos⁷⁵.

Todavia, isso não quer dizer que Lopes justifique os castelhanos. É clara a intencionalidade do continuado uso da expressão “verdadeiros portugueses”⁷⁶ como contraponto àqueles que tiveram voz pelo rei de Castela e a rainha Beatriz – chamados algumas vezes de “portuguezes desnaturados” –, reivindicando o amanhecer de um qualquer tipo de *portuguesidade* inabalavelmente conexas com a não-castelhanidade. Tanto é assim, que, dessa perspectiva, pertenceriam também à categoria de “verdadeiros portugueses” aqueles castelhanos que lutaram do lado português.

Alguns exemplos da maneira como os portugueses ironizam ou insultam os outros portugueses podem ser tirados da CDJ, como aquando dos tumultos que se produziram na Sé e que acabaram com a morte do bispo Martinho. A pergunta

⁷² CDF, c. 39.

⁷³ CDF, c. 77; CDJ, II, c. 19.

⁷⁴ CDF, c. 176.

⁷⁵ Quando, após Aljubarrota, o rei castelhano foge e retira-se para Castela, aparece defendendo e liberando os prisioneiros portugueses porque “os portuguezes são bons e leaes”, CDJ, II, c. 44.

⁷⁶ CDJ, I, c. 27.

que lançam os assediadores aos que se refugiaram na torre da Sé é: “Já vos tornastes castellaos com elle? [o bispo Martinho]”⁷⁷, o que implica o uso de “castellao” quase como insulto. Todavia, Fernão Lopes pareceria não concordar com a morte do bispo, ainda que não o diga explicitamente, ao lamentar a desapareção dessa personagem.

Para terminarmos a análise da CDJ, cabe destacar o papel conceitual que jogam os *apelidos* gritados durante a guerra por cada um dos bandos: “Castella, Castella, Santiago” contra “Portugal, Portugal, Sam Jorge”, durante a batalha de Trancoso⁷⁸, e em reiteradas ocasiões posteriores.

Acontece na CDJ um fenómeno único, e que poderia ser associado à nova concepção política derivada da mudança de dinastia. Desta maneira, ligam-se indefetivelmente três conceitos políticos nessa crónica: “Portugal”, “El-Rei de Portugal”, e os “Portuguezes”. O trinómio aprofunda a ligação articulada entre território, política e sociologia, transferindo para a geopolítica o que precedentemente era apenas sociocultural. Por outras palavras, a dimensão política que, nas crónicas – até ao momento da eleição de João I –, era representada pelo rei, em torno de quem se construía o reino, muda para os seus povoadores, em torno dos quais articulam-se o reino e o rei. Eles põem ou depõem os reis, e defendem o reino.

Zurara menciona muito pouco o vizinho, e, quando o faz, a caracterização lopesina de *inimigo* desaparece. A mensagem do cronista é sempre a de lutarem juntos contra o inimigo muçulmano. Contudo, isto não quer dizer que haja valorações positivas, impondo-se a neutralidade.

Na CDA observa-se outra alteração relativamente à percepção sobre o reino vizinho. Há uma altura no texto em que a afirmação sobre Castela é positiva: “aquele reino não é pequeno, e é muito forte, de gente leal e mui esforçada”. Todavia, ainda há momentos de tensão entre uns e outros, em que os castelhanos são apresentados como pouco fiáveis⁷⁹.

Sobre a questão conceitual, constata-se em Pina uma diminuição no uso do termo “castellãos” – de facto, não é até à metade do segundo volume que aparece o termo – e se verifica a sua substituição pelo termo “Castella”. Talvez esta mudança responda à modernização semântica que troca conceitualmente os povos pelos estados.

Uma última consideração merece o tema regional a respeito de Castela. Mais concretamente, no caso da Galiza poderia ser salientada uma sua particularidade.

⁷⁷ CDJ, I, c. 13.

⁷⁸ CDJ, I, c. 96.

⁷⁹ CDA, c. 186.

Surpreende que este território nunca seja mencionado como *reino de*, mas apenas pelo nome da região. Não seria curioso se não fosse pelo facto de outras regiões, como, por exemplo, Múrcia ou a própria Castela, serem repetidamente caracterizadas como *reinos*. Na CDJ há uma variante na nomenclatura desse território, chamando-o de “comarca de Galliza”⁸⁰. Por outro lado, a mesma crónica introduz uma característica marcadamente geopolítica, pois a definição de “gallegos” nunca fica dentro da definição de “castellaos”, mesmo durante a guerra luso-castelhana⁸¹. Aliás, nos três capítulos dedicados às lutas entre galegos e portugueses, e mais especificamente aquando da tomada de Tui, o combate envolve portugueses contra “gallegos e castellaos”⁸².

11. Conclusões

Como já foi referido no início deste trabalho, não se pretendia chegar aqui a uma conclusão definitiva. O tema deve ser ainda explorado em toda a sua complexidade, envolvendo elementos estrangeiros na pesquisa para enriquecer os pontos de vista e poder comparar convenientemente o universo mental dos portugueses do século XV com o dos outros europeus.

A origem de algumas acepções de conceitos territoriais, que mudam para definir novas realidades políticas, em concomitância semântica com outros conceitos, como os gentilícios e, sobretudo, os títulos de rei e rainha, conformam uma linha de investigação de especial relevância para perceber a passagem à modernidade, em que esses três parâmetros evoluem até definirem uma única realidade: a nação. É só através dos textos coetâneos que é possível estabelecer as bases culturais dessas mudanças.

Procurei demonstrar que, nas crónicas portuguesas analisadas, a ideia de *Europa*, concebida como um todo, não é ainda perceptível. Existem entidades político-territoriais que significam realidades diferentes, que podem aludir a estados ou territórios dentro de outros estados. Ao mesmo tempo, tentei apresentar os principais protagonistas da geopolítica europeia aos olhos dos cronistas portugueses que trabalharam para a Coroa.

Contudo, o objetivo principal deste estudo foi contribuir para o longo caminho da investigação sobre a evolução conceitual das relações internacionais.

⁸⁰ CDJ, II, c. 28.

⁸¹ Pode servir como exemplo a expressão: “haver na cidade grão parte de gallegos e castellãos” (CDJ, c. 20); ou “assim castellãos como doutra gente” (CDJ, c. 118), em referência aos galegos.

⁸² CDJ, I, cc. 117, 121 e 122.

Desejamos que o panorama apresentado ajude as futuras investigações sobre a história das ideias.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Teresa, *Bibliografia de Fernão Lopes*, Lisboa, Cosmos, 1991.

DINIS, A. J. Dias, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

EARLE, T. F., “Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V* and Bodleian MS Don. c. 230”, *Portuguese Studies*, vol. 31, Nº 2 (2015), pp. 222-234.

FERREIRA, M. R. (coord.), *O contexto hispânico da historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Pedro I*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1965.

LOPES, Fernão, *Chrónica de el-Rei D. Fernando*, 3 vols., Lisboa, Escripório, 1895-1896.

LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, 7 vols. (2 partes), Lisboa, Escripório, 1897-1898.

MENDONÇA, M., *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 1994.

MUHAIJ, Ardian, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal: impacto da Guerra dos Cem Anos na vida económica e política de Portugal (séculos XIV-XV)*, Tese de

Doutoramento dirigida por Manuela Mendça, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2014.

PINA, Rui de, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, 3 vols., Lisboa, Escriptório, 1901.

RUSSELL, P., *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, INCM, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa, ICALP, 1977.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Chrónica d'El-Rei D. João o Primeiro e dos reis de Portugal o Décimo em que se contém a Tomada de Ceuta*, Lisboa, Escriptório, 1899.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, Paris, J. P. Aillaud, 1841.

Os Portugueses de Quinhentos vistos pelo Flamengo Jan Taccoen de Zillebeke

Jorge Fonseca¹

Resumo

Na primavera de 1514 o nobre Jan Taccoen passou por Lisboa, vindo da Flandres em viagem marítima para Jerusalém. A cidade revelou-se uma fonte de surpresas: a presença de negros e indianos em grande número, assim como dos elefantes ao serviço do rei, permitiram-lhe contactar com um mundo de “estranhos animais e gentes”. Apercebeu-se também de costumes invulgares ou inexistentes no seu país, como as procissões de flagelantes e os ruidosos funerais, assim como do rigor legal face ao adultério e da pouca higiene das casas e ruas. Foi uma experiência inesquecível, que veio a destacar na sua narrativa de viagem.

Palavras-chave

Flandres, Lisboa, Jerusalém, Viagem, Jan Taccoen.

¹ CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Abstract

In the Spring of 1514 arrived in Lisbon the nobleman Jan Taccoen, who came from Flanders and went to Jerusalem by sea. The town was to him a complete surprise: the existence of many Negroes and Indians and the elephants belonging to the king, showed him a world of “strange animals and people”. He also knew some habits wich were unusuals or not existents in his country, as flagellant processions and noisy funerals, as well as legal harshness in view of adultery, and dirtiness of homes and streets. It was one unforgettable experience, which he emphasized in his travel report.

Keywords

Flanders, Lisbon, Jerusalem, Voyage, Jan Taccoen.

Saído de Comines, na Flandres, seu país natal e de residência, em março de 1514, numa viagem por mar com destino a Jerusalém, e regressado quase um ano depois, o nobre flamengo Jan Taccoen, senhor de Zillebeke, era dotado de curiosidade e poder de observação que espelhou na memória que redigiu depois do regresso a casa. O objetivo desse relato de viagem era, como sempre acontecia em casos semelhantes, o de deixar à posteridade o testemunho da sua trabalhosa, arriscada e certamente dispendiosa peregrinação aos Santos Lugares do Cristianismo. Entre as motivações para esta e outras duas tentativas fracassadas anteriores, além da religiosidade que caracterizava os homens da sua época, contava-se também a procura de um reforço de nobilitação, pela obtenção do título de *cavaleiro de Jerusalém*, assim como o interesse pelo desconhecido e o gosto da aventura, como provam as várias viagens que empreendeu, incluindo uma a Santiago de Compostela.

A demanda de Jerusalém incluía-se, desde os últimos séculos medievais, entre as três “peregrinations maiores” a que voluntariamente se sujeitava o fiel cristão com o fim de, pelos sacrifícios que as mesmas implicavam, se aproximar de Deus e conseguir a redenção eterna. As outras eram a de Roma e a de Santiago de Compostela². Para os povos da Europa do Norte, como os dos Países Baixos, o

² Carlo RUTA, *Storia del viaggio in Sicilia dalla tarda antichità all'età moderna*, Ragusa, Edizioni di storia e studi sociali, 2016, pp. 11-12.

percurso utilizado para chegar à Terra Santa era a travessia terrestre até ao norte de Itália e daí, por intermédio de navios venezianos, alcançar o Médio Oriente. No entanto, nos começos do século XVI, cidades mercantis como Antuérpia tentaram abrir uma rota direta pelo Atlântico, contornando assim o monopólio de Veneza. Nessa tentativa se integrou Dierick van Paesschen, que organizou, a partir de 1511, várias viagens a Jerusalém com apoio financeiro das autoridades daquela urbe flamenga, distribuindo anúncios em línguas como francês e latim para recrutar passageiros. Numa delas embarcou Jan Taccoen³.

Nascido cerca de 1454, o flamengo pertencia a uma família com presença no condado da Flandres desde as primeiras décadas do século XII e era o filho mais velho de Jan Taccoen (sénior) e de Isabella van Pittem. Casou duas vezes, uma com Maria de Beaufremez e outra com a viúva Catharina Liebaert, tendo sido pai de cinco ou seis filhos, um dos quais Wulfaart Taccoen, que estava em Lisboa quando o pai por aqui passou. Era senhor de Zillebeke, povoação próxima da cidade de Ypres, e de Herenthage, Singelbaanst, Fresnoy e Cessoye, possuindo mansões em Zillebeke, Komen (Comines) e Ieper, em que residiu. Ocupou cargos políticos e honoríficos nalgumas dessas terras. Faleceu em 1532, tendo sido sepultado em túmulo de mármore na igreja de Zillebeke.

Antes da viagem que o trouxe a Lisboa e lhe permitiu, depois, visitar Jerusalém, Jan Taccoen tinha já tentado por duas vezes chegar aos Lugares Santos, uma em 1500, com percurso por terra até Roma e Veneza, onde não conseguiu embarcar devido à guerra desta última com os Turcos, e outra semelhante em 1509-1510, tentativa frustrada pelo conflito dos venezianos com as potências europeias. Em 1512 foi, por mar, a Compostela, na Galiza⁴. A viagem de 1514-1515 foi, por isso, a consecução de várias experiências fracassadas anteriores, o que evidência as dificuldades, na época, em se chegar àquele destino.

A viagem que levou a cabo pô-lo em contacto com outros povos e costumes, muitos dos quais observou e relatou de forma crítica, nomeadamente nas terras em que, por se ter encontrado com um filho, como sucedeu em Lisboa, ou por ter que aguardar o navio para Jerusalém, como aconteceu em Cádiz e Jerez, permaneceu mais tempo, entregue a si próprio e não em grupo e acompanhado por guardas armados, caso de Jerusalém e outros lugares da Palestina. A oportunidade de conhecer melhor certas terras permitiu-lhe igualmente compará-las entre si e com outras que já tinha visitado nas viagens anteriores.

³ Eddy STOLS, Jorge FONSECA e Stijn MANHAEGHE, *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Lisboa, Húmus, 2015, pp. 77 e 87.

⁴ STOLS (2015), 78-82.

Vejam os aspetos destacados por Jan Taccoen da sua estadia em Lisboa. Um deles foi a dimensão, população e dinamismo da cidade, que equiparou a Bruges: “Falando da cidade de Lisboa, ela é grande, tanto como Bruges (...) mora aí tanta gente que é de espantar”. E também: “Lisboa, no futuro, será uma grande, rica e poderosa cidade, porque é de admirar o número de casas que nela se constroem”. Se compararmos a população da cidade do Tejo, com 70.000 habitantes em 1528, com a de várias urbes flamengas da mesma época, aquela ultrapassava bastante qualquer uma destas, fossem Antuérpia, Bruxelas, Gand e sobretudo Bruges, que em 1500 contava com 30.000 pessoas e 60 anos depois com apenas 35.000⁵, quando Lisboa, ainda em 1551, já albergava 100.000 pessoas. Não era fácil, no entanto, a Taccoen estabelecer paralelos sem recurso a estatísticas, que não existiam ainda, tendo ficado, por isso, pela impressão de grandeza e animação da cidade que visitou. Impressionou-o também a altura dos edifícios, muitos deles abrigando três e quatro famílias em vários andares, consequência do aumento da população, superiores ao que era comum nos Países Baixos ou em França, que era a existência de apenas dois pisos sobre a oficina⁶.

No plano negativo, reparou que as ruas eram mal pavimentadas, exceto uma (por certo a rua Nova dos Mercadores), o que impedia que se andasse a pé quando chovia (provavelmente devido à lama e poças de água) e que a higiene não era muita, não existindo privadas nas casas e sendo os despejos domésticos transportados diariamente para o rio à cabeça de escravos. Outros visitantes, como o italiano anónimo autor do Retrato e reverso do reino de Portugal, foram ainda mais críticos, falando da extrema sujidade das próprias vias públicas, lamacentas e malcheirosas⁷. Não lhe agradou também a maneira de vestir das classes abastadas, os homens com longas capas até ao chão e as mulheres cobertas de véus que lhes encobriam os rostos.

Mas, além destes, outros aspetos do ambiente social o interessaram, pelo contraste que evidenciavam com o da sua região de proveniência e dos outros países europeus que já tinha visitado. Aquele que mais destacou foi o multiculturalismo da população e a existência de animais exóticos: “Vêm-se em Lisboa muitos animais e gente estranha e outras coisas que trazem da Turquia, dos países conquistados pelo rei”. Descontando o facto de englobar no império otomano, em plena expansão na época e a suprema ameaça para a Cristandade, a generalidade

⁵ Jonathan I. ISRAEL, *The Dutch Republic. Its rise, greatness and fall. 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1998, pp. 114.

⁶ Philippe CONTAMINE, “Fogo, família, casa”, in *História da Vida Privada*, vol. 2., *Da Europa feudal ao Renascimento*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 457-460.

⁷ A. H. de Oliveira MARQUES (ed.), “Retrato e reverso do reino de Portugal”, in *Portugal quinhentista*, Lisboa, Quetzal, 1987, pp. 193-194.

dos territórios de Além-Mar com presença lusa, a afirmação traduzia o choque da mentalidade europeia, ainda de raiz medieval, provocado pelo conhecimento de novos mundos e realidades, fruto dessa primeira globalização que a expansão ibérica tinha ocasionado. Boa parte do relato do Flamengo ocupou-se a descrever não só os elefantes indianos que D. Manuel tinha ao seu serviço como meio de exibir grandeza e poder, mas também as minorias populacionais de origem não europeia, sobretudo africana, negros e brancos do norte do continente, mas também indianos.

Sobre os elefantes do rei, é de salientar o facto de que, quando Taccoen esteve em Lisboa e os observou espantado, um outro dos elefantes de D. Manuel tinha acabado de desfilarem em Roma, perante Leão X e a corte pontifícia, como estrela da embaixada enviada pelo monarca português à Santa Sé. Era pois, essa época, de grandes novidades, embora a oferta de animais exóticos entre príncipes e reis não fosse rara no Renascimento, incluindo a de girafas, leões, tigres e aves vindas de outros continentes. Exemplo disto foi o envio, em 1477, de dois dromedários e de um elefante, por D. Afonso V de Portugal ao rei de Nápoles René de Anjou⁸. Mas um elefante em Roma, parece que desde Aníbal não tinha sido visto nenhum.

Relativamente aos grupos sociais de origem não europeia, formados sobretudo por escravos e respetivos descendentes, o texto de Jan Taccoen incluiu a única descrição desenvolvida de um desembarque de cativos em Lisboa de toda a história do tráfico negreiro, e mesmo em Portugal, se excluirmos a célebre passagem de Zurara relativa à descarga de mais de duzentos escravos em Lagos, nos meados de Quatrocentos. Foi um episódio marcante da sua estadia, o primeiro que mencionou no relato, com bastante pormenor, ressaltando aspetos como a rudeza e nudez das pobres vítimas, a desumanização a que essa atividade conduzia, com os prisioneiros a comerem de joelhos no chão, com as mãos, “como animais”, como afirma, e a frieza e ganância de vendedores e compradores. Era uma realidade que não lhe era familiar, vindo de um mundo em que a escravidão e o comércio de escravos há muito tinham deixado de ser comuns, ao contrário da Europa Mediterrânica⁹. Da entrada de escravos resultou uma numerosa população de origem africana e oriental, que o senhor de Zillebeke designava indiferentemente por mouros: “E parece-me que habitam a cidade tantos mouros, brancos e negros, como outros, por o rei ter conquistado muitas ilhas e cidades aos Mouros, Turcos e outros infieis”. E, mais adiante: “Existem uns dez ou doze mil mouros (...) todos cristãos porque, quando já conhecem a religião, os batizam”.

⁸ Sílvio BEDINI, *The Pope's elephant*, Manchester, Carcanet, 1997, p. 30.

⁹ Jacques HEERS, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, Lisboa, Dom Quixote, 1983, pp. 91-101.

Por lhe ter sido narrada, provavelmente pelo filho Wulfert, pois a ela já não assistiu, referiu também a estadia na urbe, aparentemente recente, de três importantes personalidades “vindas da longínqua terra de Calecute”: “Tinham nas faces muitas pedras, assim como no queixo e na boca, sobre os lábios, dois dentes compridos de pedras preciosas”. As relações com esse reino hindu da costa do Malabar, antes caracterizadas pela hostilidade, foram estabelecidas em outubro de 1513¹⁰, tendo os Portugueses iniciado aí a construção de uma fortaleza. Para selar a aliança o Samorim decidiu enviar uma embaixada a D. Manuel¹¹, na qual certamente se integraram os dignitários mencionados. O uso de joias em profusão é natural em pessoas chegadas de um território onde se extraía e vendia grande quantidade e variedade de pedras preciosas, como viria a referir em pormenor o holandês Linschotten¹².

Do maior interesse foram igualmente as impressões que colheu sobre o carácter e costumes dos Lisboaetas e dos Portugueses em geral, nomeadamente os rituais que costumavam assinalar acontecimentos importantes da vida, como o casamento e a morte. Quanto ao casamento, admirou-se com a simplicidade das respetivas cerimónias:

“Quando alguém se casa, os noivos vêm com os convidados diante da igreja e aí o cura desposa-os, sem mais despesas, e vão depois para casa tratar da sua vida, agradecendo aos que os acompanharam. Não se fazem outros dispêndios com jantar, danças, enfeites ou roupas.”

Esta sobriedade correspondia ao que a Igreja preconizava para considerar válido o matrimónio: as chamadas “palavras de presente” – “Recebo-te por minha; recebo-te por meu”, pronunciadas perante o padre, à porta ou dentro de um templo, as quais corporizavam o “casamento de bênção”. A mesma simplicidade viria a observar em Jerez, Castela. Não era, no entanto, o que se passava em zonas rurais do Minho, Trás-os-Montes e Beira, onde as bodas eram acompanhadas de banquetes e festejos longos e dispendiosos, costume que chegou a ser proibido pelas Ordenações. Nem nas classes altas, entre a nobreza e os monarcas, que comemoravam sumptuosamente os respetivos matrimónios¹³. Mas devia ser a regra para a generalidade da população dos principais centros urbanos, como

¹⁰ José FERREIRA, “Calicute”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. [Consultado em 04/04/2016]. Disponível em www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?lang=pt

¹¹ Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello e Irmão, 1979, p. 791.

¹² Jan Huygen van LINSCHOTTEN, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão dos Descobrimentos, 1997, pp. 267-278

¹³ A. H. de Oliveira MARQUES, *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1971, pp. 119-120.

Lisboa, a acreditarmos no nobre flamengo. De resto, a mesma atitude se verificava em ocasiões de importância comunitária, como a Páscoa, mostrando-se o mesmo informador admirado por, tendo permanecido na cidade durante esse período, não ter visto quaisquer festejos, ao contrário do que sucedia em Roma, Veneza e Milão.

O oposto se passava nos funerais. Ao contrário de países situados mais a Norte, nas regiões mediterrânicas a tradição romana e medieval de intervenção de carpideiras nas cerimónias fúnebres mantivera-se, contra as recomendações da Igreja e do poder civil, extensiva aos familiares e amigos dos falecidos¹⁴. Em Portugal, os parentes dos mortos manifestavam a sua dor em altos gritos, arrancavam cabelo e barba, e cobriam a cabeça de terra e cinza. As câmaras de Lisboa e Évora proibiram, no tempo de D. João I, o carpir, depenar e rasgar o rosto, por ser costume que vinha dos gentios e ser contra os mandamentos de Deus, e porque não se usava em outros reinos e províncias “salvo tão solamente em estes”. Mesmo assim, quando faleceu o príncipe D. Afonso, em 1491, segundo Rui de Pina, “se depenaram então cabeças de muito siso e arrancaram barbas de muita autoridade; ali não ficou rosto de mulher que com as próprias mãos e unhas cruéis não fosse esbofeteado e feito em sangue”¹⁵. Costume semelhante se manteve nas cidades da Toscana do Renascimento¹⁶ e noutras da península italiana. Por isso Taccoen assinalou brevemente em relação a Lisboa: “Quando morre alguém fazem uma grande gritaria, como em Roma”. Na Cidade Eterna, de acordo com o que observou durante a sua visita, quando os corpos dos falecidos saíam de casa os familiares gritavam, arrancavam o cabelo e beijavam intensamente os cadáveres, imprecando-os em altos berros por terem tão cedo deixado a existência terrena apesar da boa vida que tinham, não conseguindo os padres impedi-los deste tipo de manifestações¹⁷.

A tendência para o dramatismo e o exagero das expressões de dor observou-a também na Quinta Feira Santa, cujas celebrações incluíam procissão evocativa do martírio de Cristo, de grande efeito cenográfico. Realizada à noite, os irmãos da Misericórdia empunhavam tochas acesas e eram seguidos por uma centena de homens, de tronco nu e rosto tapado, que se autoflagelavam violentamente com disciplinas que incluíam esporões de metal e que lhes deixavam a pele em sangue. Forma de catarse para expiar em público, embora sob anonimato, os respetivos

¹⁴ Philippe ARIÈS, *O homem perante a morte*, vol. 1, Lisboa, Europa-América, 1988, p. 171.

¹⁵ MARQUES (1971), 213-214.

¹⁶ Charles de LA RONCIÈRE, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento”, in *História da Vida Privada*, vol. 2, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 253-254.

¹⁷ Jan de ZILLEBEKE, *Livre de voyages*, Manuscrito 793 da Biblioteca Municipal de Douai (França), f. 11.

pecados, as procissões de flagelantes não eram, porém, uma particularidade portuguesa, nem sequer dos países do Sul, pois estiveram em voga, durante a Idade Média, desde a Polónia e a Alemanha à França e à Itália, sobretudo na ocorrência de flagelos, como pestes, como meio de aplacar a ira de Deus, apesar da oposição das autoridades eclesiásticas. Continuaram na Época Moderna e mesmo Contemporânea, nomeadamente nos países meridionais, como os da Península Ibérica, onde a Igreja conseguiu integrá-las no calendário litúrgico. Goya representou as da Semana Santa em Sevilha, numa célebre pintura. Jan Taccoen deu mostras de nunca ter presenciado semelhante evento, tão impressionado ficou com o estado a que chegavam as suas voluntárias vítimas: “assim caminham todos, flagelando-se nas costas, de tal modo que não se lhes vê a pele, parece tudo esfolado (...) Diz-se que dantes se morria disto”. Certamente que, a existirem ainda cortejos destes na Flandres, não faziam parte da rotina, como aqui.

Referiu-se igualmente, com bastante pormenor, à aplicação da pena de morte aos adúlteros, tendo assistido a vários enforcamentos, de homens e mulheres acusados desse crime. E ficou chocado com a impunidade dos maridos enganados que matavam as respetivas mulheres. Diz ele:

“Em Lisboa, quando uma mulher casada se envolve com outro além do seu marido e este se queixa à justiça, o homem e a mulher são enforcados, a não ser que se trate de pessoas importantes. Amarram-nos junto à Ribeira numa bela cruz de pedra com degraus (...) e aí os deixam, com os pescoços juntos como se faz com os carneiros.”¹⁸

Tinha visto um indivíduo a ser conduzido à forca pelos irmãos da Misericórdia, que desfilaram em cortejo, acompanhados de homens embuçados que se flagelavam como na Semana Santa. A sua cúmplice estava presa, por se encontrar grávida, à espera do parto, para então ser também enforcada.

O que as leis do reino, desde D. Dinis, prescreviam para os casos de fornício ou adultério era a morte de ambos os culpados. Mas as Ordenações Manuelinas colocaram como condição para a aplicação da pena que houvesse queixa do ofendido. Segundo Taccoen, também em Jerez, na Andaluzia e provavelmente no resto do país, se o marido perdoasse à mulher infiel, o amante ficava livre, até que incorresse no mesmo crime três vezes. Nesse caso, eram mortos os dois, mas por degolação, de acordo com o costume castelhano. Em Cádiz, os homens adúlteros eram amarrados a uma coluna e alvejados por arqueiros. Também segundo o código manuelino, se o adúltero fosse fidalgo, cavaleiro ou escudeiro e o marido

¹⁸ STOLS (2015), 127.

peão, a pena de morte não seria posta em prática sem conhecimento do rei e a respetiva autorização.

Quando eram os maridos atraídos a fazer justiça por suas mãos, podiam contar com a compreensão do rei e das suas leis. Nesse sentido D. Afonso IV determinou “que toda mulher casada que fizer adultério a seu marido, se a o marido matar por ende, ainda que a não ache no adultério, que não morra por ende, nem haja outra pena de justiça”¹⁹. Regra semelhante viriam a estabelecer as Ordenações Manuelinas. O marido ultrajado que matasse a mulher adúltera e o seu cúmplice não teria que se preocupar com as consequências do seu ato, desde que fosse cavaleiro, fidalgo de solar, desembargador ou pessoa de maior qualidade. Dizia a lei: “aqueles que (...) por tal razom matarem nom hajam medo, nem se catem de mim, nem da minha justiça”. Porém, se o que matasse fosse peão e homem de pequeno estado, e o culpado de adultério fosse de condição superior, já o primeiro não seria ilibado pela morte, mas antes degredado um ano para um lugar afastado, como eram as terras de fronteira e as praças do norte de África. Coerente com isso foi um facto presenciado pelo senhor de Zillebeke, que ele estranhou: “Vi (...) passar um homem que parecia rico e poderoso (...). Disseram-me que três dias antes tinha morto a mulher e o homem com quem a encontrou. E não deixava por isso de andar na rua, não receando a justiça”.

No entanto, nem sempre isso se passava. O estudo das cartas de perdão do século XV publicadas por Pedro de Azevedo mostra que frequentemente nem o adultério era penalizado com a morte, nem da adúltera nem do cúmplice, nem a morte da mulher pelo marido ofendido ficava sempre sem punição. Em ambos os casos os crimes foram castigados com penas de desterro²⁰.

Taccoen comparou o que, a este respeito, viu na corte portuguesa com aquilo que, sobre o mesmo assunto, ocorria em Roma, que já tinha visitado:

“Em Lisboa não se passa o mesmo que em Roma, pois aí (...) não parece que seja considerado pecado os homens envolverem-se com mulheres casadas ou casadoiras: tudo isso parece normal e que o Papa o consente.”²¹

A gravidade do adultério feminino, punido nas Idades Média e Moderna com a pena de morte, tinha por base, em primeiro lugar, a violência que, em geral, caracterizava a sociedade dessas épocas e a consequente gravidade dos castigos

¹⁹ MARQUES (1971), 126.

²⁰ Amélia ANDRADE, Teresa TEIXEIRA e Olga MAGALHÃES, “Subsídios para o estudo do adultério em Portugal no século XV”, *Revista de História*, v. V, Porto, Universidade, 1983-84, pp. 93-129.

²¹ STOLS (2015), 127.

aplicados a quem transgredia as normas sociais²². Daí a existência de penas que hoje nos impressionam, como decepar mãos, cortar orelhas, esquartejar, açoitar em público ou degredar para as galés. Quanto à infração em si, o adultério, ofendia a fidelidade que a mulher devia ao homem, fundamento, como defenderam autores antigos e medievais, entre eles Aristóteles e São Tomás, da legitimidade da respetiva prole, destinada a perpetuar a linhagem, o que justificava o controlo do marido sobre o corpo da mulher²³. O papel desta no governo da casa e na maternidade tinha como contrapartida as responsabilidades do parceiro masculino, obrigado a sustentá-la, instruí-la, nomeadamente nos planos religioso e moral, e corrigi-la. Esta obrigação não devia, no entanto, ser exercida com demasiada severidade, sob pena de perturbar a paz familiar. Quanto à conduta da mulher, devia ser irrepreensível: ela não só devia comportar-se honestamente, como evitar qualquer insinuação ou boato sobre si, algo que, fosse verdadeiro ou falso, mancharia não só a sua imagem como a de toda a família.

Tais pressupostos, de origem muito anterior, mantiveram-se no Renascimento, continuando a colocar o homem como figura central da sociedade e do agregado familiar²⁴. As mulheres não podiam comparecer pessoalmente em tribunal, sendo as solteiras representadas pelo pai ou, na falta dele, pelo parente masculino mais próximo da família paterna, e as casadas pelo marido. Eram consideradas legalmente inimputáveis. Em Portugal, as mulheres de qualquer idade eram equiparadas aos menores de 15 anos do sexo masculino em termos de responsabilidade pela prática de atos violentos, não lhes podendo ser aplicada a respetiva pena. Mas deste tratamento decorria também que os maridos não eram penalizados se, ao castigá-las, as fizessem sangrar, tal como sucedia ao punirem os filhos e os escravos. No Ocidente em geral os maridos tinham poder absoluto para castigar as mulheres, o que, no caso de adultério, implicava a pena de morte, para elas e os seus amantes²⁵.

A diferença sentida por Taccoen em relação a Roma, em que o adultério era tido por comum e normal, foi também assinalada por ele na memória da sua anterior estadia na sede da Cristandade. Segundo ele, era aí vulgar homens e mulheres relacionarem-se intimamente, sem que ninguém se escandalizasse. Indivíduos de ambos os sexos costumavam ter três e quatro amigos e amigas. Dizia-se de muitas mulheres que um dos amantes pagava a casa, outro os vestidos

²² Johan HUIZINGA, *O declínio da Idade Média*, Lisboa, Ulisseia, 1985, p. 23.

²³ Silvana VECCHIO, “A boa esposa”, in *História das mulheres no Ocidente. A Idade Média*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 154.

²⁴ *Idem, ibidem*, 172 e 174.

²⁵ Claudia OPITZ, “O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”, in *História das mulheres no Ocidente*, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 356-357, 366-371.

e outro as sustentava, entendendo-se os três entre si perfeitamente. Era também voz corrente que, quando alguém se sentia aborrecido na sua terra, ia a Roma “fere leur puterie” e que na cidade “os cardeais triunfavam, as mulheres exibiam-se e os asnos sacrificavam-se”, pois os cardeais dispunham de todos os bens deste mundo, as mulheres não sofriam a mínima sujeição e os pobres asnos acarretavam tudo aquilo de que Roma necessitava²⁶. A notável memória de um anónimo Fidalgo de Chaves que, no momento em que Jan Taccoen visitou Lisboa, estava em Roma ao serviço de D. Jaime, duque de Bragança – que Paulo Lopes trouxe ao nosso conhecimento há poucos anos – confirma a impressão que os costumes dos seus habitantes, nomeadamente da hierarquia eclesiástica cristã, causavam nos forasteiros chegados de países em que predominava uma mentalidade mais austera²⁷. Tais hábitos, associados ao gosto pelo luxo e à corrupção²⁸, despertaram, como se sabe, sérias críticas e prepararam o ambiente para a Reforma.

Assim, o visitante flamengo que, na primavera de 1514, desembarcou na corte portuguesa a caminho de Jerusalém, deparou com realidades que o impressionaram de diversas formas. Por um lado, o exotismo e multiculturalismo da cidade e do país, evocador de paragens longínquas, bem diferentes das europeias que tinha conhecido. Foram os aspetos que maior impacto lhe causaram e que primeiro e mais desenvolvidamente fez refletir no seu texto. Por outro, aspetos próprios das sociedades mediterrânicas, caracterizadas pelo exagero de certas manifestações coletivas, como as procissões de flagelantes e as ruidosas expressões de luto. E ainda, pelo contraste com as atitudes observadas na sede da Cristandade, o rigor da justiça em face dos que atentavam contra o casamento. A falta de limpeza e o ambiente pesado resultante das vestes longas e escuras dos lisboetas (que as conhecidas pinturas do Chafariz del Rei e da rua Nova confirmam) apenas devem ter acentuado a impressão de estar num país bem diferente do seu. Em nenhum outro local que posteriormente visitou, em Cádiz, nas Baleares, em Messina, em Rodes e na própria Palestina, se deu conta de aspetos tão originais e estranhos como em Lisboa.

Esses e outros contrastes, no entanto, foram também sentidos por estrangeiros que, nas últimas décadas do século XV e ao longo do século XVI, passaram por Lisboa ou nela residiram. Um dos aspetos mais frequentemente mencionados em relatos de viagem e memórias sobre a cidade e o país foi o de os seus naturais acharem que a sua terra era a melhor de todas e eles os mais sábios do mundo. Isso realçou Nicolau Popplau, cavaleiro polaco que, vindo de Inglaterra, por aqui viajou

²⁶ ZILLEBEKE, f. 11 v. e 12.

²⁷ Paulo LOPES, *Um agente português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013, p. 718.

²⁸ J. R. HALE, *A Europa durante o Renascimento (1480-1520)*, Lisboa, Presença, 1983, pp. 183-190.

em 1484 e foi recebido por D. João II. Para este, apesar dessa crença ingénuas, os Portugueses eram rudes e indolentes, embora mais fiéis e moderados na comida e bebida que os Ingleses, que tinha acabado de conhecer. Referiu, como Taccoen, as capas negras, largas e compridas usadas pelos homens e o tamanho da cidade, tão grande como Colónia e Londres. Foi obsequiado pelo monarca com dois escravos, que lhe foi dado escolher entre uns cinquenta acabados de chegar ao porto e cujas características destacou²⁹.

Ainda no tempo de D. João II visitou o reino o médico de Nuremberga Jerónimo Münzer, acompanhado de um grupo de mercadores alemães. Da relação em latim que ficou da sua estadia constam referências aos animais exóticos que viu em Lisboa, ao próspero comércio com África, à riqueza dos Judeus e à existência de inúmeros escravos negros, alguns dos quais surpreendeu a trabalhar na fundição das armas, âncoras e apetrechos usados nas navegações, os quais comparou a “Cíclopes no antro de Vulcano”. Achou Lisboa maior e muito mais populosa que Nuremberga e os Portugueses de carácter afável³⁰.

Outros estrangeiros, no entanto, retiveram uma impressão diferente desta, motivados pelas também diversas circunstâncias e objetivos da sua estadia. O veneziano Lunardo da Cà Masser, na corte lusa desde 1504 e que chegou a estar preso como espião, considerou os moradores arrogantes, conflituosos e indignos de confiança. O seu desinteresse pelo comércio, que tinham por pouco digno, e a tendência ostentativa e perdulária faziam com que o país dependesse, em quase tudo, das importações³¹.

Entre 1533 e 1538, residiu em Portugal o professor e gramático flamengo Nicolau Clenardo, chamado por D. João III para ensinar latim ao infante D. Henrique, seu irmão. Um dos aspetos que mais ressaltam das cartas que dirigiu a alguns compatriotas foi o do grande número de escravos e negros que encontrou e que o fez considerar, com voluntário exagero, que Lisboa tinha mais escravos que gente livre e Évora, para onde foi viver, lhe parecia uma cidade do inferno, tal o número de negros que nela via. Mesmo assim, deu-se bem por cá, com a ajuda do invejável ordenado que recebia, comprando alguns negros, a quem ensinou latim, para o serviço de casa e para o ajudarem nas aulas³².

²⁹ J. GARCÍA MERCADAL (Org.), *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Madrid, Aguilar, 1952, pp. 309-315.

³⁰ Basílio de VASCONCELOS, “Itinerário” do Dr. Jerónimo Münzer (*Excertos*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

³¹ Vitorino Magalhães GODINHO, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser”, *Revista de história económica e social*, n.º 4, Lisboa, Sá da Costa, 1979, pp. 75 e 84.

³² Jorge FONSECA, “Black Africans in Portugal during Cleynaerts’s visit (1533-1538)”, in *Black Africans in Renaissance Europe*, T. F. Earle and Kate Lowe (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 113-121.

Quarenta anos depois, em 1578, o italiano de passagem por Lisboa Filippo Sassetti insistia, em carta para Florença, nos lugares-comuns da arrogância e indolência dos Portugueses, assim como do seu sentimento de superioridade. Não deixou, naturalmente, de se referir aos escravos, nomeadamente aos recém-chegados, cuja miserável situação lamentou³³. Por esse tempo esteve também no reino outro italiano, autor de uma anónima descrição do país e seus habitantes³⁴, que Carmen Radulet atribuiu ao toscano Baccio da Filicaia³⁵. Em relação a Lisboa, classificou-a como feia, tristonha e de ruas estreitas e sujas. Esta última característica atribuía-a à falta de esgotos, que obrigava a que as sujidades domésticas tivessem que ser despejadas para a via pública ou carregadas para o rio à cabeça de escravas, tombando em parte para o chão. Insistiu na já conhecida caracterização dos habitantes como grosseiros, preguiçosos e simultaneamente orgulhosos, julgando-se os melhores do mundo, o que atribuiu ao isolamento geográfico, que dificultava o conhecimento de países mais civilizados. Achou-os de feitio triste e melancólico, por reserva e vaidade, no que contrastavam com os escravos que estavam sempre alegres. E também ciumentos, ouvindo-se frequentes alusões a adultérios, divórcios e mortes de adúlteras, devido a que, valendo os homens pouco e as mulheres muito, eles viviam sempre desconfiados³⁶.

Ao longo do tempo, outros forasteiros foram repetindo, com poucas variantes, os habituais apodos à principal urbe do reino e aos seus moradores. Para os cavaleiros Tron e Lippomani, enviados pela república de Veneza, em 1580, para saudarem Filipe II pela aquisição de Portugal, embora Lisboa fosse uma grande cidade e o seu comércio com todo o mundo florescente, era fraca a arquitetura das construções e as ruas incómodas, devido à sua inclinação, com exceção da rua Nova, pela sua largura e nobreza. Poucas pessoas se mostravam inclinadas às letras, preferindo a mercancia, que, por sua vez, era desprezada pelos nobres. Quanto à vaidade, acharam “os Portugueses mais ambiciosos de louvores que outra qualquer nação do mundo”³⁷.

Vejamos, para terminar este périplo pela literatura sobre Lisboa e os Portugueses, da autoria de estrangeiros, as impressões colhidas, entre 1593 e 1596, por Gianbattista Confalonieri, secretário do coletor de Portugal Fábio Biondi de Montalto. Sem deixar de enaltecer a beleza da paisagem e o clima ameno, as dimensões da cidade, que achou a maior da Europa, excetuando Constantinopla

³³ Filippo SASSETTI, *Lettere di ... sopra i suoi viaggi nelle indie orientali dal 1578 al 1588*, Reggio, Dalla Stamperia Torreggiani e C., 1844, pp. 20 e 26-27.

³⁴ MARQUES, (1987).

³⁵ Carmen M. RADULET, “Um retrato italiano do reino de Portugal no século XVI”, *Mare Liberum*, n.º 14, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 99-114.

³⁶ MARQUES, (1987), 139, 195, 219, 229 e 241.

³⁷ Alexandre HERCULANO, *Opúsculos*, vol. 6, Lisboa, Bertrand, 1983, pp. 113, 115, 121 e 122.

e Paris, assim como o comércio, apontou igualmente aspetos que considerou negativos. Sobre as particularidades da urbe, a banalidade das construções, a estreiteza, forte inclinação e sujidade das ruas foram dos mais destacados. Relativamente ao carácter dos moradores, foi grande a semelhança com o que apontaram outros visitantes, sobretudo os que aqui permaneceram mais tempo: indolentes para o trabalho, com excessiva autoestima, obstinados nas discussões, amantes de cortesias mas grosseiros no comportamento. Não esqueceu o número de escravos nem os pesados lutos pela morte de parentes³⁸.

Que aspetos comuns se descobrem entre o relato de Jan Taccoen e os textos de outros estrangeiros de passagem por Lisboa, nomeadamente no que toca ao carácter dos Portugueses? É preciso ter em conta o pouco tempo que o Flamengo esteve na cidade, que não lhe permitiu observar com atenção o comportamento da população no dia-a-dia. Por isso, o que mais sobressai do seu texto são os aspetos mais facilmente apreensíveis, como a grandeza da urbe e a importância do comércio com o Ultramar, que todos os visitantes destacaram, a existência e poder dos cristãos-novos, a abundância de escravos, assim como a estreiteza e falta de higiene das vias públicas, igualmente referidos por quase todos. Quanto à presença de animais exóticos, só Münzer a tinha assinalado, não se encontrando nos textos posteriores ao do senhor de Zillebeke, provavelmente porque foram rareando daí em diante, passando de moda à medida que deixaram de constituir novidade. Os próprios elefantes só foram usados pelos soberanos lusos até à união de coroas. Em relação a características comportamentais da população como as assinaladas nas memórias das últimas décadas de Quinhentos, nada consta no texto de Jan Taccoen, pelo motivo referido. Nem se encontra nessas memórias mais tardias a ênfase na pena de morte aplicada aos adúlteros, neste caso, infelizmente, não por ter deixado de se praticar, nem os desfiles de flagelantes.

O que o nobre de Comines quis transmitir aos descendentes sobre a sua breve estadia na corte portuguesa foi o choque que lhe causou uma cidade tão diferente daquelas que até aí tinha conhecido, o que poderia testemunhar qualquer outro nórdico que, por um curto período, aqui passasse.

³⁸ Gianbattista CONFALONIERI, “Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa” (1593), in *Porterras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002, pp. 161-250.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Amélia, TEIXEIRA, Teresa e MAGALHÃES, Olga, “Subsídios para o estudo do adultério em Portugal no século XV”, *Revista de História*, v. V, Porto, Universidade, 1993-1994, pp. 93-129.
- ARIÈS, Philippe, *O homem perante a morte*, vol. 1, Lisboa, Europa-América, 1988.
- BEDINI, Sílvio, *The Pope’s elephant*, Manchester, Carcanet, 1997.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello e Irmão, 1979.
- CONFALONIERI, Gianbattista, “Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa” (1593), in *Por terras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 161-250.
- CONTAMINE, Philippe, “Fogo, família, casa”, in *História da Vida Privada*, vol. 2, *Da Europa feudal ao Renascimento*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 421-501.
- FERREIRA, José, “Calicut”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* [Consultado em 04/04/2016]. Disponível em www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?lang=pt
- FONSECA, Jorge, “Black Africans in Portugal during Cleynaerts’s visit (1533-1538)”, in *Black Africans in Renaissance Europe*, T. F. Earle and Kate Lowe (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 113-121.
- GARCÍA MERCADAL, J. (Org.), *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Madrid, Aguilar, 1952.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser”, *Revista de história económica e social*, nº. 4, Lisboa, Sá da Costa, 1979, pp. 75-88.
- HALE, J. R., *A Europa durante o Renascimento (1480-1520)*, Lisboa, Presença, 1983.
- HEERS, Jacques, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, Lisboa, Dom Quixote, 1983.

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, vol. 6, Lisboa, Bertrand, 1983.

HUIZINGA, Johan, *O declínio da Idade Média*, Lisboa, Ulisseia, 1985.

ISRAEL, Jonathan I., *The Dutch Republic. Its rise, greatness and fall. 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1998.

LINSCHOTTEN, Jan Huygen van, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

LOPES, Paulo, *Um agente português na Europa do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.

MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.), “Retrato e reverso do reino de Portugal”, in *Portugal Quinhentista*, Lisboa, Quetzal, 1987, pp. 127-245.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1971.

OPITZ, Claudia, “O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”, in *História das mulheres no Ocidente. A Idade Média*, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 353-435.

RADULET, Carmen M., “Um relato italiano do reino de Portugal no século XVI”, *Mare Liberum*, nº. 14, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 99-114.

RONCIÈRE, Charles de la, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento”, in *História da Vida Privada*, vol. 2, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 163-309.

RUTA, Carlo, *Storia del viaggio in Sicilia dalla tarda antichità all'età moderna*, Ragusa, Edizioni di storia e studi sociali, 2016.

SASSETTI, Filippo, *Lettere di ... sopra i suoi viaggi nelle indie orientali dal 1578 al 1588*, Reggio, Dalla Stamperia Torreggiani e C., 1844.

STOLS, Eddy, FONSECA, Jorge e MANHAEGHE, Stijn, *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Lisboa, Húmus, 2015.

VASCONCELOS, Basílio de, “Itinerário” do Dr. Jerónimo Münzer (*Excertos*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

VECCHIO, Silvana, “A boa esposa”, in *História das mulheres no Ocidente. A Idade Média*, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 143-183.

ZILLEBEKE, Jan de, *Livre de voyages*, Manuscrito 793 da Biblioteca Municipal de Douai (França).

Olhares estrangeiros sobre Portugal (c. 1450-1571)

*Ana Isabel Buescu*¹

Resumo

Restringindo um tema que seria demasiado vasto para abordar em todas as suas componentes, protagonistas e perspectivas, iremos centrar a nossa reflexão sobre o testemunho de cronistas, viajantes, humanistas e embaixadores estrangeiros sobre o Portugal de inícios da época moderna. É talvez escusado dizer da importância de que se revestem, de uma forma geral, esses testemunhos para a história portuguesa já que muitas vezes revelam pormenores e aspectos que, sobre nós, de outra forma desconheceríamos; ou que, de um outro ponto de vista, revelam a representação que sobre Portugal se fazia a partir de outras paragens e outras zonas da velha Europa. Em todo o caso, é sempre o olhar do Outro que nos observa e à nossa realidade, enriquecendo, desta forma, a imagem que podemos, mesmo que fragmentariamente, construir sobre o nosso passado.

Palavras-chave

Século XVI, Portugal, Europa, estrangeiros

¹ CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e Departamento de História da NOVA FCSH.

Abstract

This paper focuses on the written testimony of foreign writers, travelers, humanists and ambassadors on Portugal in the 15th and 16th centuries. Their testimony is of very high importance, since they show us images of Portugal in an European point of view, as well as inform us of certain details and aspects of Portuguese history otherwise unknown. In any case, those testimonies play an important role on the reconstruction, always a fragmentary one, that we may dress upon our past.

Keywords

16th century, Portugal, Europe, foreigners

O texto que se segue tem como horizonte a viagem e os seus testemunhos. Trata-se, no entanto, de um olhar não de portugueses que partiram, impelidos por objetivos, interesses, obrigações e histórias de vida tão diversas, e que escreveram e sobre o desconhecido que se ia desvelando, mas de alguns dos que nos visitaram nesse século em que se cruzaram oceanos e demandaram, por razões também elas diversas, o reino de Portugal.

Restringindo um tema que seria demasiado vasto para abordar em todas as suas componentes, protagonistas e perspectivas, iremos centrar a nossa reflexão sobre o testemunho de cronistas, viajantes, humanistas e embaixadores que estiveram em Portugal no século XVI, partindo embora de uma referência aos finais da Idade Média. É talvez escusado dizer da importância de que se revestem, de uma forma geral, esses testemunhos para a história portuguesa já que muitas vezes revelam pormenores e aspectos que, sobre nós, de outra forma desconheceríamos; ou que, de um outro ponto de vista, revelam a representação que sobre Portugal se fazia a partir de outras paragens e outras zonas da velha Europa. Em todo o caso, é sempre o olhar do Outro, que nos observa e à nossa realidade enriquecendo, desta forma, a imagem que podemos, mesmo que fragmentariamente, construir sobre o nosso passado.

Ainda no século XV, gostaríamos de destacar um testemunho pouco conhecido, e que constitui uma das mais antigas descrições de Portugal devida a um estrangeiro. Trata-se de Gilles Le Bouvier (†c. 1455), arauto e rei de armas de Carlos VII rei de França (†1461).

Antes de se dedicar, nos últimos anos de vida, ao seu importantíssimo *Armorial* onde, entre mais de 1 900 escudos e miniaturas representando grandes cavaleiros e figuras do seu tempo, figuram também as armas heráldicas de Portugal, Le Bouvier escreveu um *Livre de la Descriptions des pays*, terminado entre 1447 e 1451, segundo as suas palavras, “afin que ceux qui le verront puissent savoir au vray la manière, la forme et la propriété des choses” em “tous les royaumes chrestiens et autres royaumes où il s’est trouvé”. Entre os muitos reinos e senhorios que terá conhecido nas suas deambulações pela Cristandade e por terras do Levante, conta-se Portugal, do qual deixou uma interessante descrição, que nos lega, precisamente, esse olhar do Outro sobre nós. Contemplando a descrição dos reinos da Península Ibérica, após descrever brevemente o reino da Galiza, o reino de *Portingal* surge reunindo um conjunto de atributos que, longe de original ou profundo, sumaria no entanto traços e características relevantes que identificavam o reino de Portugal na Europa da primeira metade do século XV.

Sob o ponto de vista geográfico, Le Bouvier situa o reino de Portugal entre o mar, “du costé de soleil couchant”, e do outro, o reino de Castela. País pequeno, recortado de montanhas e vales, tem sete cidades, das quais refere apenas duas: Braga e Lisboa. Significativamente, a cidade que considera principal é Braga, sede de arcebispado, evidenciando a importância identitária da geografia religiosa; Lisboa é, por sua vez, para Le Bouvier, a melhor cidade do reino. País pequeno, fértil e quente, os produtos que destaca são o azeite, as amêndoas e muitos frutos, bem como os bons vinhos, figos e uvas. A partir destes situa, de forma subtil, o posicionamento político do país, ao referir que vinhos, figos e uvas são vendidos aos ingleses, com os quais Portugal mantém aliança: referência política fundamental do rei de armas de Carlos VII, monarca então envolvido na fase final da ainda feudal Guerra dos 100 Anos, da qual sairia vitorioso, expulsando os Ingleses do território francês em 1453².

O combate aos mouros é outro tópico central, referindo Bouvier que o rei de Portugal possui em África a cidade de Ceuta, que faz defender com denodo dos Sarracenos, com os quais mantém guerra permanente. Sob o ponto de vista social, uma única referência, para considerar os nobres do reino valorosos homens de guerra:

“Joignant de ce royaume joingt le royaume de Portingal, qui est país bossu de montaignes et de vallées. Et y a sept cités. C’est assavoir la principale qui est arcevesché s’appelle Bragues. La meilleure ville de ce royaume [est] Licebonne. En ce dit royaume croist de bons vins et grant foison figues

² Permanecendo apenas sob suserania da Inglaterra a cidade de Calais, até 1558.

et raisins qu'ilz meinent vendre en Angleterre pour ce qu'ilz sont aliez avecques eulx. Et ont les gens de ce royaulme une cité nommée Suste [Ceuta] ès païs des Sarrasins delà la mer; laquelle est ou royaulme de Veze [Fez] de la la mer miterrene. Le roy de Portingal la fait songneusement garder des gens de royaume, et font guerre toustours aux Sarrasins. Les nobles de ce royaume sont vailans hommes en guerre. Le royaulme est petit, et est très fertile et chault païs. Il y croist huilles d'ollives et almendes, et tous fruitz qui croissent en chault païs. Ce païs est sur la mer du costé de soleil couchant. Et de l'autre costé joint à Castille."³

Algumas décadas depois, no final do século XV, é bem conhecida a viagem ibérica de Jerónimo Münzer (1437-1508), *Monetarius*, humanista, médico, geógrafo, cartógrafo e viajante alemão. Münzer era amigo do conhecido médico, humanista, historiador e cartógrafo Hartmann Schedel (1440-1514), autor da famosíssima *Crónica de Nuremberga*, ou *Crónica de Schedel* publicada pela primeira vez em 1493, em latim e em alemão considerada, com as suas mais de 1800 ilustrações em xilografura, como um dos mais importantes monumentos da proto-tipografia alemã e europeia, e o livro mais amplamente ilustrado do século XV. Münzer e esteve também em estreito contacto com Martim Behaim, ou Martinho da Boémia (1459-1507), cosmógrafo, astrónomo e explorador.

Em 1480 Behaim partiu para Lisboa, onde integrou a comunidade mercantil interessada na exploração ultramarina, travando conhecimento com navegadores, cosmógrafos e exploradores. Rapidamente se integrou nos círculos ligados à cosmografia e à cartografia, sendo em 1483 convidado por D. João II para fazer parte de uma comissão, liderada por Abraão Zacuto, destinada a melhorar o astrolábio, na qual se diz ter tido papel relevante. O próprio, como regista João de Barros na *Primeira Década da Ásia*, “se gloriava ser discípulo de Joane de Monte Regio afamado astrónomo entre os professores desta sciencia”⁴.

Voltando a Münzer, entre 1494 e 1495 empreendeu uma longa viagem que o levou de Nuremberga à Suíça, França e finalmente a Espanha, onde foi dos primeiros viajantes cristãos a visitar Granada pouco depois da conquista do último reino muçulmano da Península pelos Reis Católicos, em 1492. Acompanhado por dois cidadãos de Nuremberga e do filho de um comerciante de Augsburg, viajaram até Portugal.

³ Gilles LE BOUVIER, *Le Livre de la Description des Pays de Gilles le Bouvier dit Berry, Premier Roi d'Armes de Charles VII, Roi de France*, publié pour la première fois avec une Introduction et des Notes [...] par E.-T Hamy, Paris, Ernest Leroux Editeur, 1908, pp. 126-127.

⁴ João de BARROS, *Asia, Primeira Década*, 4ª ed. revista e prefaciada por António Baião, conforme a edição *princeps*, Liv. 4, cap. 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 127.

Desta viagem Münzer deixou um importante testemunho, maioritariamente respeitante ao resto da Península, mas que tem também elementos de interesse sobre Portugal. A parte do *Itinerário* referente a Portugal foi traduzida para português por Basílio de Vasconcelos⁵.

Recebido por D. João II em Évora, jantou à mesa do rei por quatro vezes, rara distinção em que alguns viram, com verosimilhança, uma possível condição de embaixador do imperador Maximiliano I, ligado aliás por estreitos laços familiares com D. João II⁶. Münzer manteve longas conversas com o monarca, algumas das quais sobre cosmografia e sobre as viagens ultramarinas portuguesas. Münzer esteve também em Lisboa, e na visita ao paço da Alcáçova faz curiosa referência a dois imponentes leões que o rei mantinha numa jaula, e que D. Manuel manteve também “nos paços [da Alcáçova] desta nossa cidade de Lixboa”; já em tempos de D. João I existia na alcáçova lisboeta uma *Leoneira real*, como lhe chama Sousa Viterbo, cujas despesas eram pagas pela comuna judaica⁷.

Durante a sua estada em Portugal no ano de 1494 recolheu muitas informações que depois escreveu sublinhando, por exemplo, a presença exótica de animais e plantas da Guiné que, espalhados pela cidade de Lisboa, lhe davam uma atmosfera diferente das paisagens familiares da Europa do Norte. Num outro texto descreveu a costa ocidental africana, fez contactos com marinheiros portugueses, ou seja: a estadia de Münzer em Portugal, o olhar e os saberes que aqui adquiriu, contribuiriam para um maior conhecimento, na Europa transpirenaica, do que ia sucedendo no meridional país que se aventurava a explorar novos mares para chegar a novos mundos. A recepção na Alemanha do impacto das viagens portuguesas foi, aliás, muito precoce e intensa, como tem estudado Marília dos Santos Lopes, traduzindo-se em notícias sobre as novidades e na incorporação desses novos dados em muitas obras de natureza cronística, geográfica e cartográfica⁸, de que o testemunho mais emblemático é, sem dúvida, o chamado *Manuscrito de Valentim Fernandes*.

Situemo-nos agora poucos anos mais tarde, num contexto bem diferente. Reinando já D. Manuel e tendo entretanto os Portugueses chegado à Índia em 1498, Lunardo da Cà Masser chegou a Lisboa em Outubro de 1504 enviado pela Sereníssima República de Veneza, “a fim de recolher informações minuciosas,

⁵ Basílio de VASCONCELOS (ed.), *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer: (excertos)*, Coimbra, 1931, sep. de *O Instituto*, v. 80, nº 5.

⁶ Recordemos que D. João II e a rainha D. Leonor, sua mulher, eram primos direitos do imperador Maximiliano, filho de Frederico III e D. Leonor de Portugal, filha de D. Duarte.

⁷ Francisco de Sousa VITERBO, “Occorrencias da vida judaica”, *Archivo Historico Portuguez*, II, 1904, pp. 178-179.

⁸ Marília dos Santos LOPES, “Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum*, 1999, pp. 205-308.

precisas e seguras sobre as viagens ao Oriente, os tratos marítimos portugueses, a situação económica e social do reino, recursos técnicos, política do rei e do estado”, nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho⁹. Este homem, oriundo da nobre família de Masser e trazendo consigo a experiência política, mercantil, económica e cultural da potência veneziana, deixou-nos um importante e singular testemunho sobre o Portugal do tempo. O *Doge* era então Leonardo Loredan, escolhido pelo monarca português para padrinho de baptismo do pequeno príncipe D. João, nascido em Junho de 1502, e que foi representado na cerimónia pelo seu embaixador junto da corte portuguesa, Pietro Pasqualigo.

As razões para esta escolha por arte do monarca português prendem-se com os contextos da relação entre o reino e a República de Veneza, naquele início do século XVI. A chegada dos Portugueses à Índia, com a abertura da rota do Cabo, interferiram de forma decisiva nos equilíbrios e interesses comerciais da Sereníssima República com o Oriente, em que os Venezianos tinham um papel preponderante. Por outro lado, no ano anterior, D. Manuel prestara auxílio militar a Veneza, com o envio de uma armada de 30 naus para o Mediterrâneo no quadro do confronto de Veneza com o Turco¹⁰.

Lisboa era então uma cidade em profunda e rápida transformação, quer pela sua nova e súbita condição de empório comercial à escala do globo, que lhe conferia agora um rosto mais cosmopolita e exótico, quer pelas transformações urbanas que então nela se operavam. Decorria nesse ano de 1504 a construção de um novo paço junto ao Tejo, ordenado pelo rei D. Manuel no início do século, e sob sua directa supervisão. Com esta decisão, o monarca fazia descer a nova morada régia do alto da colina para a zona ribeirinha da cidade, implantando-a e articulando-a com a Lisboa dos tráficos marítimos e da mercancia, no âmbito de um verdadeiro *programa*, também político, de reestruturação urbana da primeira cidade do país, que D. Manuel empreendeu ao longo do seu reinado¹¹. Doravante, o *rei da pimenta* iria habitar não no velho e alcandorado paço medieval, mas em aposentos construídos sobre a Casa da Índia e armazéns¹², próximo do burburinho de uma cidade cosmopolita, a que mercadores de toda a Cristandade e também de muitas partes da moirama acorriam em grande número, junto do palpitar do quotidiano febril da Lisboa comercial e mercadora de então.

⁹ Vitorino Magalhães GODINHO, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo de Cà Masser”, *Revista de História Económica e Social*, 4, Julho-Dezembro, 1979, p. 75.

¹⁰ Ana Isabel BUESCU, *D. João III (1502-1557)*, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 22-23.

¹¹ Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999; Nuno SENOS, *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

¹² SENOS (2002), 70.

Em Outubro de 1504 Cà Masser foi recebido por D. Manuel ainda no paço da Alcáçova. Suspeito de espionagem foi preso, mas em breve posto em liberdade, já que não interessava a D. Manuel hostilizar Veneza num momento crucial das relações entre ambos os Estados. Viveu ainda em Portugal cerca de dois anos, anotando escrupulosamente muita e preciosa informação sobre o reino, o governo e a administração, os membros da Casa do rei e da alta nobreza e os seus rendimentos, o poderio militar, a rede do comércio oceânico, a estrutura eclesiástica, dados sobre as finanças públicas, sobre direitos aduaneiros, o trato do pau-Brasil.

Mas o seu relato inclui também apontamentos sobre um reino grandemente despovoado, deficitário em trigo, com poucas pastagens e gado; sobre realidades políticas, sociais e religiosas, como as referências que faz à dependência da nobreza das moradias pagas pelo rei, aos cristãos-novos, àqueles que partiam, com medo da Inquisição, como diz, embora esta ainda não existisse em Portugal, e aos que ficavam, ao carácter obstinado e litigioso de muitos portugueses.

É particularmente interessante a sua referência a figuras destacadas da corte, revelando-se Cà Masser um observador atento. É o caso, por exemplo, de Vasco da Gama, honrado pelo monarca com o altíssimo posto de Almirante depois da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Ca Masser sublinha o seu feito irascível – “homo destemperado, senza alcuna ragione” – bem como divergências com D. Manuel – “ha fatto molte cose nell’India nel suo viaggio, che sono state poco grate a Sua Altezza”. Masser refere-se também ao secretário António Carneiro, apontado como homem discreto, prático e experiente mas sem “littera alcuna”, ao marquês de Vila Real, primo de D. Manuel, “el qual è poco reputato in corte per esser leggiero di cervello [...]”, e ainda a outras figuras do governo e da administração.

Finalmente, retenhamos uma breve referência às obras do palácio em construção junto do rio por iniciativa de D. Manuel. Com o seu requintado olhar veneziano, Masser considerou-o de forma circumspecta como “una fabrica molto bassa, e com poco dessegno, e povera”¹³. O relato de Cà Masser é, pois, um testemunho fulcral, “um dos textos de base [como o define Magalhães Godinho] para compreender Portugal – as instituições, a economia, a mentalidade” no início do século XVI¹⁴.

Mas há ainda uma outra referência fundamental, não mencionada por Magalhães Godinho no seu estudo, relativa a D. João II, a quem o seu primo

¹³ Publicado por GODINHO (1979), 77. Sobre as relações entre Veneza e Portugal no reinado manuelino, v. Julieta Teixeira Marques de OLIVEIRA, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa, INCM, 2000, pp.43-58 e docs. 1-53.

¹⁴ GODINHO (1979), 75.

e cunhado D. Manuel sucedeu no trono português. Sabemos como a morte de D. João II no Alvor em Outubro de 1494 aos 40 anos de idade ficou, até aos dias de hoje, envolta em mistério e indefinição, subsistindo testemunhos, mais ou menos velados, acolhidos por alguma historiografia, da hipótese de D. João II ter sido envenenado. Não podemos deixar de referir a forma como Garcia de Resende, um homem cujas funções na corte faziam dele um testemunho privilegiado, se refere à morte do rei na *Crónica* que dedicou ao *Príncipe Perfeito*. Após este ter adoecido depois de ter bebido de um poço pouco depois do fim das festas do casamento do príncipe D. Afonso, o cronista escreve:

“[...] do mal que ao diante morreo, e ouue suspeitas que fou de peçonha, ficou huã geral presumpçam que nesta fonte cuberta lhe fora dada em agoa que bebeo, a qual presumpção e sospeyta se confirmou em muytos com as mortes de Fernam de Lyma seu copeiro more, e de Esteuam de Sequeira copeiro, e de Affonso fidalgo homem da copa, que dos tres faleceram [...]”¹⁵

Também Gaspar Correia acolhe o rumor insistente, escrevendo, no contexto que se seguiu à morte do príncipe D. Afonso e a propósito da saúde do rei, “Estando el Rey asy em Lysboa ou pola sobeja tristeza e mortal dor que padeço como he de crer ou pola peçonha que lhe deram nunqa foy em sua perfeyta saúde [...]”¹⁶. Ora, Lunardo de Cà Masser, escrevendo o seu relatório dirigido ao *Dogge* em 1504, portanto, note-se, cerca de 9 anos depois da morte do rei de Portugal, ao referir-se ao duque de Coimbra, D. Jorge, filho natural de D. João II, e que este procurou, sem sucesso, legitimar para lhe suceder no trono, veicula, sem rodeios, precisamente os rumores sobre a causa do prematuro e fulminante desaparecimento do monarca, que comprometeria, sem margem para dúvidas, membros da alta nobreza portuguesa:

“El secondo Duca se chiama Don Zorzi, Duca de Ciubra [sic], fu fiolo naturale del re Don Zuanne, el qual pretendeva suceder a questo regno, e sperava de esser Re: aspettava le sue bolle da Roma avanti el morir del re Don Zuanne suo padre, per farlo legitimo; ma, come credo, che sia noto quanto sia stá perseguitado suo padre, Re Don Zuanne, per farlo morir, da tutti li

¹⁵ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II*, Joaquim Veríssimo Serrão (ed.), cap. CXXVIII, Lisboa, INCM, 1991, p. 188.

¹⁶ Gaspar CORREIA, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, Leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1996, p. 270.

Grandi di questo regno, e piú sui preziati, dalli quali ultimamente no si poté defender, fu tossicato a termine.”¹⁷

Um outro relato de interesse sobre a cidade de Lisboa, recentemente publicado por Jorge Fonseca, é o do nobre flamengo Jan Taccoen van Zillebeke que, saído de Comines num navio de peregrinos com destino a Jerusalém, permaneceu na cidade durante nove dias, deixando-nos um olhar, podemos dizer em *fotogramas*, sobre a Lisboa manuelina¹⁸. De uma apreciação geral da cidade, à presença do cosmopolitismo e do exótico, as especiarias e os elefantes, van Zillebeke deixa-nos ainda inúmeros fragmentos de um quotidiano urbano nos seus aspectos laicos, religiosos e devocionais. A referência ao paço da Ribeira e a D. Manuel são também curiosos, deixando perceber que se trata de um relato em primeira mão, e reflectindo a relativa informalidade, patente noutras fontes da época, que envolvia a figura régia. “O rei, ao jantar e à ceia, senta-se à mesa com as portas da sua sala abertas. Quem quiser pode vir vê-lo jantar e cear”. Acrescenta ainda que D. Manuel era um “homem pequeno e magro, de quarenta e cinco anos”, referindo ainda a figura da rainha D. Maria como sendo “uma bela mulher, mas tem o nariz muito pequeno”¹⁹.

É, aliás, sobretudo em relatos de estrangeiros que podemos encontrar elementos despojados de uma componente retórica e panegírica sobre a aparência física de reis e príncipes, que não surgem noutras fontes. Tal sucede, por exemplo, no testemunho do polaco Nicolaus von Popplau, um polaco que esteve em Portugal em 1484, e que nos deixou um retrato físico do príncipe D. Afonso, filho de D. João II²⁰

Depois de um retrato informado e objectivo, no início do século XVI, de alguém proveniente e ao serviço de Veneza, maior potência naval de então e cidade-chave nos tráficos e mercancias com o Levante, e das impressões sobre Lisboa de Van Zillebeke, um outro testemunho, pela sua relevância, concita a nossa atenção. Cerca de vinte anos depois de Van Zillebeke, um outro flamengo, desta vez um humanista, Nicolau Clenardo (1493/4-1542), chegava a Portugal para uma estadia que se prolongou por vários anos.

¹⁷ *Idem, ibidem*, 80. Sublinhado nosso. Agradeço às minhas colegas Nunziatella Alessandrini (CHAM) e Teresa Vale (FLUL) a simpatia e a disponibilidade para me ajudarem na compreensão deste trecho capital do relatório de Cà Masser.

¹⁸ Jorge FONSECA (coord.), Eddy STOLS, Jorge FONSECA, Stijn MANHAEGUE, *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke, Cadernos de Cultura*, 8 (2ª série), V. N. Famalicão, Húmus, 2014.

¹⁹ FONSECA (2014), “Livro de viagens de Jan Taccoen van Zillebeke”, 129. A referência à idade da rainha é errada. O rei tinha então efectivamente 45 anos, mas a rainha tinha 32 e não 40, como van Zillebeke escreve.

²⁰ Paulo Drumond BRAGA, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, edições Colibri, 2008, pp. 15-16.

No contexto de um impulso cultural, patente na corte régia sobretudo desde o reinado de D. João II, que visava tornar mais nítida a presença do humanismo renascentista entre nós, mas também das intensas relações entre Portugal e o mundo flamengo²¹, Nicolau Clenardo veio de Salamanca para Portugal por influência do humanista André de Resende. Resende, que conhecera Clenardo em Lovaina, teve um papel decisivo junto de D. João III na vinda de Clenardo para o reino, persuadindo o rei a dar como preceptor ao infante D. Henrique aquela prestigiada figura do humanismo transpirenaico, grande mestre, além da latina, das línguas grega e hebraica²².

A corte portuguesa encontrava-se instalada desde 1532 na cidade de Évora, tendo abandonado Lisboa na sequência do terrível sismo de 1531 – cuja memória foi suplantada na nossa memória colectiva pela catástrofe de 1755 – vagueando e habitando tendas, com os infantes e a corte, por vários lugares na margem sul do Tejo, até se fixar em Évora, onde os reis e a corte permaneceram até 1537, só então regressando a Lisboa²³. Clenardo chegou à corte portuguesa ainda antes do final de 1533. Foi muito bem recebido pelo monarca e pelos infantes, que lhe ofertaram cinquenta ducados a título de prenda de boas vindas, como ele próprio revela. Além de preceptor de D. Henrique, Clenardo rapidamente entrou no restrito círculo do humanismo português, tornando-se amigo, além do já conhecido André de Resende, de Jorge Coelho, secretário do infante D. Henrique, Jean Petit, mais tarde bispo de Cabo Verde, ou António Filipe. Aqui permaneceu cinco anos, desenvolvendo uma actividade cultural de relevo, sempre em ligação com a corte régia.

Para o nosso propósito interessam particularmente as cartas que, como qualquer humanista da época, escreveu em latim a vários dos seus correspondentes e amigos, sobre a sua experiência portuguesa, e que contém interessantes testemunhos sobre figuras da corte e sobre a sociedade portuguesa da época²⁴. Logo que chegou à corte, testemunhava, com genuína admiração, ainda que com algum efeito retórico, na primeira carta a João Vaseu, escrita em Évora em Dezembro de 1535: “Confesso-te que me agrada sobre maneira esta corte. Há nela

²¹ STOLS (2014), “Lisboa: um portal do mundo para a nação flamenga”, 7-76.

²² Manuel Gonçalves CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal I – Clenardo e a Sociedade Portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*, 4ª edição, revista, Coimbra, 1974, pp. 62 e ss. Sobre a figura de André de Resende há vários estudos de referência, permitindo-nos remeter para a síntese sobre o percurso e inflexões intelectuais e políticas de Resende da autoria de Raul Miguel Rosado FERNANDES, “André de Resende e o Humanismo Europeu”, in *O Humanismo Português 1500-1600. Primeiro Simpósio Nacional 21-25 de Outubro de 1985*, Lisboa, 1988, pp. 593-616.

²³ BUESCU (2008), 290.

²⁴ Permitimo-nos discordar da apreciação de Eddy Stols sobre o interesse dos testemunhos de Clenardo sobre a sociedade e a corte portuguesas. STOLS (2014), 16.

muitos varões doutos tanto na língua grega como na latina, a ponto que nem na própria Salamanca se encontrará quem as fale tão correntemente”²⁵.

Estando então a corte na sua longa estadia em Évora nos anos 30, Clenardo aí se instalou, montando casa própria em 1535, tomando ao seu serviço Miguel, António e Sebastião, três escravos negros, que então abundavam na cidade, a quem começou de imediato a ensinar latim, tornando-se um observador privilegiado do quotidiano eborense de então. Pelas suas cartas latinas dirigidas a amigos e correspondentes, traduzidas e publicadas por Manuel Gonçalves Cerejeira na obra *O Renascimento em Portugal* perpassam, com a franqueza possível em missivas de carácter privado, pedaços da realidade social e económica portuguesa de Quinhentos, reverberados pelo olhar de um homem do Norte da Europa, de que destacamos alguns mais relevantes de diversa ordem.

Em primeiro lugar, “o estado da agricultura”, “aquilo que faz o nervo principal duma nação é aqui de uma debilidade extrema”, sublinhando a carestia dos géneros, que o deixava genuinamente impressionado. Outro traço que emerge da sua análise prende-se com a “mania nobiliárquica”, traço também abundante e reiteradamente notada por outros testemunhos: “Em Portugal, todos somos nobres, e tem-se como grande desonra exercer alguma profissão”. De algum modo ligada a esta, Clenardo regista ainda o vício da ostentação, que leva qualquer um, mesmo que não o possa verdadeiramente, a “sustentar uma mula e quatro lacaios”.

A fisionomia social do reino suscita ainda a Clenardo outro tipo de observações, como seja o número elevado de escravos negros e mouros, que o surpreende: “Os escravos pululam por toda a parte. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos. Portugal está a abarrotar com essa raça de gente”. E, com manifesto exagero, mas testemunhando o contraste com a paisagem humana que lhe era familiar, acrescenta: “Estou em crer que em Lisboa os escravos e as escravas são mais que os portugueses livres de condição”. Num plano diferente, outro traço o surpreende: a tranquilidade em Portugal, que contrasta com os cada vez maiores tumultos, entende-se de carácter político e religioso, na Europa; e a guerra que os portugueses fazem “com os Índios e os Africanos, embora estes façam todos os anos alguma investida, contudo o mal não é tão largo, que os Portugueses o sintam”.

Naturais num homem ligado às letras e ao humanismo, a atenção à cultura também emerge no conjunto das suas notas sobre Portugal. Assim, evocando os hábitos e usos universitários, a que se refere com algum pormenor, sublinha ser habitual os catedráticos permanecerem à porta da sala de aula para responderem

²⁵ Carta de Nicolau Clenardo a João Vaseu, datada de Évora, 31 de Dezembro de 1535, traduzida e publicada por CEREJEIRA (1974), 244.

às dúvidas dos alunos. E, de forma específica, mostra a sua atenção aos círculos humanistas da corte portuguesa e ao estudo das humanidades, não faltando até uma referência directa à erudita Joana Vaz, da “corte literária” da infanta D. Maria, que Clenardo classifica como sendo mulher “de grande cultura literária”. E poderíamos continuar. As cartas de Clenardo são, sem dúvida, um dos mais expressivos testemunhos de um humanista estrangeiro em Portugal no século XVI.

Interessa-nos agora explorar outro tipo de correspondência, de natureza diplomática, dos núncios permanentes em Portugal durante o reinado de D. João III, não sem que antes seja necessário evocar, de forma breve, como na viragem para os tempos modernos o momento era de afirmação – e de “afinação” – dos mecanismos diplomáticos como instrumento de acção política no concerto das nações. Uma das mais importantes e substanciais alterações foi a da generalização da figura do embaixador permanente, cargo e função inaugurada em Portugal com a figura do doutor João Faria, embaixador na Cúria romana, no reinado de D. Manuel.

Antes, e também convivendo com esta nova figura da diplomacia, continuavam, naturalmente, a coexistir os embaixadores temporários, investidos de uma determinada missão mas que, depois de cumprida, regressavam para junto dos seus senhores – vimos um exemplo disso com a estadia em Lisboa de Cà Masser, enviado da Sereníssima República. Agora, para além destes, passava a existir o embaixador permanente, um pouco como os conhecemos hoje. Mutações que não pode deixar de ser vista no quadro não só da consolidação das monarquias mas também, num outro plano, da progressiva afirmação dos Estados Modernos. O segundo grande mecanismo da prática diplomática foi a utilização cada vez mais frequente da cifra na correspondência, já evidentemente conhecida há muito, mas aperfeiçoada e difundindo-se pela generalidade das chancelarias. Neste mundo da diplomacia quase no sentido em que a entendemos hoje, ancorada num conjunto formal e público de cerimoniais, etiqueta e representação de Estado, cruzava-se, como hoje, com a actividade diplomática de bastidores e com o mundo mais secreto dos agentes, mercenários e espiões que enxameavam, em relação directa com a importância das cortes, as grandes cidades europeias.

A correspondência dos núncios papais em Portugal no século XVI, editada por Charles-Martial de Witte²⁶, constitui uma fonte documental de grande importância para o estudo das relações, nem sempre pacíficas, entre a coroa portuguesa com a Cúria no crucial período da implantação da Inquisição em Portugal, e todas

²⁶ Charles-Martial DE WITTE, *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980 e 1986.

as suas *ondas de choque*, em Portugal e na Cúria, em particular torno da questão dos cristãos-novos, bem como de muitos outros assuntos de natureza eclesiástica.

Mas, para além de nos dar muitos apontamentos do quotidiano e dos protagonistas da corte, dos reis aos infantes, penetrando nos bastidores do jogo político, a correspondência é também preciosa para ajudar a compreender a dinâmica de outros interesses que, para além dos estritamente ligados à Coroa, se movimentavam então na corte portuguesa, bem como ter uma visão mais próxima e um olhar diferente sobre muitos dos seus protagonistas e, até, tomarmos conhecimento de fracturas importantes no próprio seio da família real. É o caso da pouco ventilada oposição de D. Afonso à concessão do barrete cardinalício ao irmão, D. Henrique, de que dava conta o núncio Capodiferro ao cardeal Farnese, em carta cifrada de 13 de Abril de 1538, mas também os falhados projectos de casamento do infante D. Luís (1506-55) e da infanta D. Maria (1521-77), irmã do rei, a *Sempre Noiva*, ou ainda, importantíssimos e circunstanciados documentos sobre D. Miguel da Silva anos após a sua fuga do reino.

De este imenso manancial, escolhemos uma questão concreta, que diz bem como o jogo diplomático se fazia, também, de uma dimensão muito particular: as ofertas que a questão dos presentes oferecidos por figuras gradas da corte portuguesa para adiantar os seus interesses na corte de Roma, que são em grande medida marcadas pelo que de mais raro, precioso e exótico Portugal tinha para oferecer, e em cuja difusão a corte portuguesa tinha um papel central²⁷. Era essa, no século XVI, a *imagem de marca* da monarquia portuguesa, uma monarquia periférica mas senhora de um império que concitava a atenção e o interesse um pouco por toda a Europa.

Sob o pontificado de Paulo III, em missiva enviada em Janeiro de 1538, o núncio Capodiferro anunciava o envio para Roma de um “libro de una carta di navigazione universale”, oferta do duque de Bragança ao cardeal Farnese. Por carta de 22 de Julho desse mesmo ano, o núncio informava o cardeal da oferta pessoal do cardeal-infante D. Afonso de uma *carta de navigare*, ao saber do desejo do cardeal Farnese em obter uma. O mapa era de grandes dimensões, pelo que o núncio informava que só o poderia fazer seguir em ulterior correio. Note-se que o cardeal Farnese havia encarregado expressamente o núncio de lhe conseguir, em Portugal, cartas de navegação e mapas, para o que lhe confiara um pormenorizado memorial com as informações cartográficas que desejava obter, nomeadamente uma *descrittione del mondo*, pelo que era consabido o seu interesse na matéria.

²⁷ Catarina Santana SIMÕES, “The Symbolic Importance of the “Exotic” in the Portuguese Court in the Late Middle Ages”, *Anales de Historia del Arte*, 24, 2014, pp. 517-52. <http://revistas.ucm.es/index.php/ANHA/article/view/48291>.

Também D. Miguel da Silva, antigo embaixador português em Roma, depois de ter tentado, junto de Clemente VII († 1534), de quem era amigo pessoal, o seu regresso a Roma, cumulava agora, em 1539, nas vésperas da sua dramática fuga em conflito aberto com D. João III²⁸, o cardeal Farnese de presentes, como medalhas antigas de ouro e de prata, enviadas para Roma pelo seu secretário António Ribeiro, ou, ainda, encarregando-se da compra de cavalos a pedido do cardeal. A correspondência dos embaixadores papais no reinado de D. João III é ainda interessante porque permite entrever, para lá as cartas geográficas, quais os bens e objectos que de Portugal eram mais solicitados em Roma ou que os vários núncios consideravam constituir ofertas apreciadas, pelo que também eles tratavam de os adquirir e enviar. Os cavalos surgem com destaque na correspondência com o cardeal Farnese, o secretário de Paulo III, Ambrogio Ricalcato e outros funcionários da cúria pontifícia. O cardeal relembrava mesmo, em carta enviada de Roma a 26 de Abril de 1539, a promessa do núncio Capodiferro, que tardava em concretizar-se, de lhe enviar cavalos.

Também os produtos exóticos ocupam um lugar de relevo, como os tecidos da Índia, animais e aves oferecidas pelo núncio Ricci ao cardeal em 1548, bem como as pedras preciosas. Mas produtos especificamente portugueses vão também aparecendo, aqui e ali, como as barricas de vinho enviadas no final de 1537 por Capodiferro ao secretário do papa, e ao duque de Parma e pai do cardeal, doces e marmeladas da ilha da Madeira. Em 1552, o então núncio Pompeo Zambecari recebia do cardeal Marcello Cervini (1501-1555), futuro e efémero papa durante 22 dias em 1555, o original pedido de um desenho de todos os peixes que banhavam o reino de Portugal.

O jogo diplomático e as suas vozes são, para além da sua função primeira, uma fonte inquestionável e preciosa para o estudo da circulação e da transmissão cultural, e testemunho de como a viagem, deslocando pessoas e olhares, mesmo dentro da velha Europa no século XVI, são importantes fontes para os historiadores. E de como, indirectamente, podemos aproximar-nos da imagem mais forte que, na Europa, se fazia do reino mais ocidental do continente, envolvido, de forma cimeira, nos tráficos transoceânicos.

Finalmente, falando de viajantes estrangeiros em Portugal no século XVI, não podíamos deixar de fazer uma referência à bem conhecida viagem do cardeal Alexandrino a Portugal em 1571, enviado pelo papa Pio V para negociações relativas à Santa Liga, no quadro do confronto da Cristandade com o Turco e,

²⁸ Ana Isabel BUESCU, “D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: diplomacia e conflito”, in Rui Macário (coord.), *D. Miguel da Silva – A Obra ao Tempo*, Viseu, Museu de Grão Vasco/Projecto Património, 2015, pp. 15-49.

também, ao sempre falhado objectivo do casamento do jovem rei português, D. Sebastião.

Com o cardeal viajava numerosa comitiva, na qual se encontrava um certo João Battista Venturino, que, de acordo com Herculano que publicou a parte portuguesa da viagem do cardeal a partir de um códice da Biblioteca Vaticana, se encarregou de descrever a viagem pela Península Ibérica. Tem este documento dados de grande relevância para a história portuguesa, como aliás se depreende da preocupação de Herculano em publicá-lo²⁹. Centremo-nos naqueles que, do nosso ponto de vista, são os mais relevantes: as notícias e descrições do Alentejo, por onde entrou a comitiva, de Vila Viçosa e da sua corte, com destaque para o duque de Bragança, e as imagens que nos deixa do rei D. Sebastião.

Inestimáveis são, por exemplo, as descrições do interior do paço de Vila-Viçosa, sede da mais importante casa aristocrática do reino, opulentamente ornado para receber o cardeal, descrevendo-se com minúcia tapeçarias, pratas, brocados de ouro, os detalhados cerimoniais da lauta, abundante e requintada refeição servida ao cardeal, a duquesa ricamente vestida e os seus filhos pequenos, D. Teodósio, D. Duarte e D. Alexandre. Ou seja, instantâneos de dias da corte de uma casa que, algumas décadas mais tarde, viria a ser Casa Real, e sobre a qual alguns destes testemunhos são únicos.

Mas, abandonando o Alentejo em direcção a Lisboa, encontramos também saborosas descrições de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e as festas de recebimento à passagem do cardeal Alexandrino e comitiva. Finalmente, Lisboa perfilava-se ao longe, para lá de um Tejo pejado de barcos e bergantins engalanados, num seguindo o arcebispo de Lisboa, outro com os magistrados da cidade, um outro com representantes das ordens militares, os oficiais mecânicos... “Eram tantos os barcos vindos de toda a parte – escreve Venturino – que se computaram em mais de quinhentos...” (p. 77). Estando já muito perto da chegada, dez galés pequenas e um galeão “saudaram o Legado com cem tiros de artilharia, e o galeão com vinte e quatro, deitando ao mesmo tempo muitos foguetes e outros fogos de vistas”.

Recebidos pelo cardeal D. Henrique, muitos cavaleiros e uma multidão de habitantes da cidade, o Legado encontrou, pouco depois, o jovem rei D. Sebastião. Venturino apresenta-o como um “mancebo de boa cor e muito parecido com D. Juana, princeza de Portugal, sua mãe, e irmã d’el rei catholico [Filipe II]. É de estatura medíocre, de olhar e sobrecenho algum tanto carregado e altivo” – traço

²⁹ Giovanni Battista VENTURINO, “Viagem do cardeal Alexandrino”, in Alexandre Herculano, *Opúsculos*, T. VI, *Controvérsias e Estudos Históricos (Tomo III)*, 5ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 49-90.

que deveria, de facto, caracterizar a fisionomia do jovem rei, bem patente em vários dos seus retratos, com destaque para o da autoria de Cristóvão de Morais, pintado precisamente entre 1571 e 1574³⁰.

Venturino descreve depois com minúcia o faustoso traje do rei. De especial importância são as descrições dos interiores do paço da Alcáçova, dos banquetes e das cerimónias da corte, bem como, ainda, a visita feita, em Xabregas, à rainha D. Catarina.

Em suma, através destes casos, que procurámos fossem diversificados, é possível discernir como a viagem, tenha ela os contornos geográficos que tiver ou as distâncias que percorrer, deixam sempre ao historiador, se ele bem os quiser procurar, preciosos testemunhos sobre os outros, mas também sobre nós através do olhar dos outros, no distante, mas ao mesmo tempo tão actual, século de Quinhentos.

³⁰ Cristóvão de MORAIS, óleo sobre tela, MNAA, 1165 Pint.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

BARROS, João de, *Asia, Primeira Década*, 4ª ed. revista e prefaciada por António Baião, conforme a edição *princeps*, Liv. 4, cap. 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, Leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1996.

DE WITTE, Charles-Martial, *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980 e 1986.

LE BOUVIER, Gilles, *Le Livre de la Description des Pays de Gilles le Bouvier dit Berry, Premier Roi d'Armes de Charles VII, Roi de France*, publié pour la première fois avec une Introduction et des Notes [...] par E.-T Hamy, Paris, Ernest Leroux Editeur, 1908.

VASCONCELOS, Basílio de (ed.), *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer: (excertos)*, Coimbra, 1931, sep. de *O Instituto*, v. 80, nº 5.

VENTURINO, Giovanni Battista, “Viagem do cardeal Alexandrino”, in Alexandre Herculano, *Opúsculos*, T. VI, *Controvérsias e Estudos Históricos (Tomo III)*, 5ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 49-90.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II*, Joaquim Veríssimo Serrão (ed.), Lisboa, INCM, 1991.

Estudos

BRAGA, Paulo Drumond, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, edições Colibri, 2008.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III (1502-1557)*, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

- BUESCU, Ana Isabel, “D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: diplomacia e conflito”, in Rui Macário (coord.), *D. Miguel da Silva – A Obra ao Tempo*, Viseu, Museu de Grão Vasco/Projecto Património, 2015, pp. 15-49.
- CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *O Renascimento em Portugal I – Clenardo e a Sociedade Portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*, 4ª edição (revista), Coimbra, 1974.
- FERNANDES, Raul Miguel Rosado, “André de Resende e o Humanismo Europeu”, in *O Humanismo Português 1500-1600. Primeiro Simpósio Nacional 21-25 de Outubro de 1985*, Lisboa, 1988, pp. 593-616.
- FONSECA, Jorge (coord.), STOLS, Eddy, FONSECA, Jorge, MANHAEGUE, Stijn, *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke, Cadernos de Cultura*, 8 (2ª série), V. N. Famalicão, Húmus, 2014.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo de Cà Masser”, in *Revista de História Económica e Social*, 4, Julho-Dezembro, 1979, pp. 75-88.
- LOPES, Marília dos Santos, “Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum*, 1999, pp. 205-308.
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa, INCM, 2000.
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- SIMÕES, Catarina Santana, “The Symbolic Importance of the “Exotic” in the Portuguese Court in the Late Middle Ages”, *Anales de Historia del Arte*, 24, 2014, PP. 517-52. <http://revistas.ucm.es/index.php/ANHA/article/view/48291>.
- VITERBO, Francisco de Sousa, “Occorrencias da vida judaica”, *Archivo Historico Portuguez*, II, 1904, pp. 176-179.

“Fomos muito bem tratados” Portugal e os Portugueses nos Escritos Alemães dos séculos XV e XVI

Marília dos Santos Lopes¹

Resumo

“Fomos muito bem tratados” é uma expressão usada pelo humanista alemão Hieronymus Münzer na sua estada em Portugal. Recebido pelo monarca português, D. João II, pelo preceptor e humanista Cataldo Sículo, ou por comunidades de mercadores, o viajante e intelectual alemão anota, com grande admiração e curiosidade, traços de uma relação entre Portugal e o Império Sacro Romano-Germânico que se irá manter duradoura, próxima e de afinidades. Tendo como ponto de partida este testemunho, intentou-se delinear o modo como os alemães perceberam e representaram Portugal e os portugueses nos séculos XV e XVI: em crónicas, cosmografias e gravuras, os letrados e artistas do Império procuraram descrever e caracterizar o país que “deu novos mundos ao mundo”.

Palavras-chave

Portugal, Alemanha, Humanismo, Descobrimientos, Representações e percepções.

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) – Universidade Católica Portuguesa.

Abstract

“We were very well treated” is an expression used by the German humanist Hieronymus Münzer during his stay in Portugal. Received by the Portuguese monarch, João II, by the preceptor and humanist Cataldo Sículo, or by communities of merchants, the German traveler and intellectual notes, with great admiration and curiosity, traces of a relationship between Portugal and the Roman-German Holy Roman Empire which will remain enduring, close and with affinities. Starting from this testimony, we attempted to outline the way the Germans perceived and represented Portugal and the Portuguese in the 15th and 16th centuries: in chronicles, cosmographies and engravings, the literate and artists of the Empire sought to describe and characterize the country that “gave new worlds to the world”.

Keywords

Portugal, Germany, Humanism, Discoveries, Representations and perceptions.

“Fomos muito bem tratados” é uma das expressões que o viajante e humanista Hieronymus Münzer utiliza para qualificar a sua estadia em Lisboa e que, como se irá demonstrar, não estará muito longe do modo como o viajante apreendeu e retratou a sua visita a Portugal. Assim, quando se referencia ao seu alojamento na capital portuguesa, Münzer regista que está hospedado numa casa do rei português, D. João II, casa onde habitava o flamengo Job Hurder, que apresenta como “sogro do Sr. Martinho da Boémia e capitão das ilhas do Faial e do Pico”². Neste seu convívio, Münzer refere ainda a esposa de Hurder, uma senhora nobre, sensata e prendada, que lhe teria oferecido “bolsas de almíscar de gazela”, rodeando-os assim “das maiores atenções” – sabemos que se trata de D. Beatriz de Macedo, uma dama da corte portuguesa que casara com Jos van Hurtere, ou Josse van Huertere, criado da corte da Infanta D. Isabel de Borgonha e primeiro donatário das ilhas do Faial e Pico – conhecido também como Jorge de Utra ou Dutra. Apesar da longa distância percorrida da sua terra natal, o relato ressalva a ideia de familiaridade e, sobretudo, de hospitalidade em que se denota um ambiente de novidades e raridades próprias de outros mundos.

² Jerónimo MÜNZER, *Itinerário*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 28.

A capital portuguesa é, pois, já nos finais do século XV, um importante entreposto comercial, onde, como se pode testemunhar, se estabeleceram intensas e activas redes de negócio, mas também de saber e conhecimento da Europa Moderna. Este extracto do *Itinerário* de Münzer demonstra-o clara e precisamente ao evocar Job Hurder, de Bruges, e Behaim de Nuremberga, dois fulcrais representantes das comunidades estrangeiras em Lisboa, inseridos nas redes de contactos nacionais e europeias. Job Hurder, entretanto, capitão donatário de novas ilhas descobertas no Atlântico e casado em Portugal, é o testemunho vivo de novas constelações sociais e culturais e da frequente presença de estrangeiros ao serviço do império³. Agentes comerciais, mercadores, letrados estes homens representavam um forte potencial, na recente e em expansão, estrutura administrativa portuguesa. Símbolos das redes de contactos existentes, estes homens eram já importantes actores das empresas e lides marítimas, cartografando o Atlântico nas novas rotas europeias. Não é, pois, de estranhar o contacto e a relação com o recente conviva, pois também ele chega à capital portuguesa à espera de novas revelações e notícias, reservando assim um lugar na construção e na história do saber transnacional⁴.

Dada a sua localização e posição no processo geográfico de alargamento e abertura *do mundo*, Lisboa, entre outras cidades portuguesas, revela-se um crucial entreposto, na produção e divulgação e propagação de informações sobre o mundo, as suas gentes, a sua natureza e seus mares, num infindo banco de dados a nível planetário. Informações que invariavelmente tomam corpo, na cartografia portuguesa, como o provam, por exemplo, os célebres mapas da família Reinel, onde já, na segunda metade do século XV, se projecta e delinea uma actualizada configuração da costa norte e ocidental do continente africano, dando conta dos avanços obtidos no período henriquino em que as embarcações portuguesas chegaram à Serra Leoa, como o confirma a legenda do mapa de Pedro Reinel (ca. 1485), e que interessariam sobremaneira a homens como Martin Behaim, também ele autor de um dos primeiros globos – aonde se refere, numa das legendas, o povoamento e a colonização realizados pelo sogro – ou a Hieronymus Münzer, autor de trabalhos de natureza geográfica⁵. Assim, também ele fará parte dos repórteres e agentes que vão coleccionar e relatar em textos e colectâneas de novidades, informes anotados na sua viagem, dada a premente e urgência do conhecimento.

³ Marília dos Santos LOPES, “Ao serviço do Império: a nobilitação de estrangeiros na corte joanina e manuelina”, in *Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, IICT, 2012a, pp. 1-8.

⁴ “[...]. The importance of Lisbon in the history of knowledge, especially in the fifteenth and sixteenth centuries, derived from its position as the capital of the Portuguese seaborne empire”, Peter BURKE, *Social History of Knowledge*, Cambridge, Polity Press, 1997, p. 77.

⁵ Sem esquecer a sua importante participação na crónica-mundo de Hartmann SCHEDEL, *Liber Chronicarum*, Nürnberg, Koberger, 1493.

É, pois, bem positiva a imagem que o viajante e humanista também ele, como Martin Behaim, de Nuremberga, uma das mais importantes cidades do Sacro Império Romano-Germânico, lega de Lisboa no seu relato à Península Ibérica que chega a comparar à sua terra natal, uma técnica bem comum da literatura de viagens. Assim, ao referir-se à abundância dos mercados lisboetas em que se denota grande abundância de todos os produtos, seja peixe, seja fruta, o viajante escreve: “Quanto a maçãs, é impossível haver em maior quantidade: vi mais do que as que se costumam vender no outono e no princípio do inverno em Nuremberg”⁶ num tom de admiração e espanto dada a riqueza e abundância observada.

Ao lado de produtos locais, é igualmente visível a evidência e a presença de outras mercadorias vindas de outros países como um importante factor de avaliação da realidade observada, como o confirma uma visita à Casa da Mina, aonde foi por ordem do rei, e “[...] que é uma casa grande no pôrto de mar na qual estão em enorme abundância mercadorias do Rei, que êle manda para a Eiópiã. Vimos muitos panos matizados de várias côres, que êle manda vir de Tunis, e também tapetes, tela, caldeiras de cobre, bacias de metal, contas de vidro, côr de limão e muitas outras coisas. Noutra casa vimos aquilo que é trazido da Etiópiã: grãos do paraíso, muitos ramos e cachos de pimenta, de que nos deram bastantes, e também dentes de elefante. Quanto ao ouro, foi todo amoedado então: vem ja fundido e preparado...”⁷

Aliada a esta representação de um país abastado e em decisiva expansão, encontramos a imagem de uma corte em acção nas mãos de homens de cultura, mormente o rei, ou de servidores como o italiano Cataldo Sículo, humanista e perceptor, num retrato de homens protótipos de verdadeiros cavaleiros não só das armas mas, sobretudo, das letras, bem ao modo da viragem para o humanismo, como bem sublinhou Jacques Le Goff no seu livro *Intelectuais da Idade Média*⁸.

Cataldo Sículo, o introdutor do humanismo em Portugal como o defendeu António Costa Ramalho, foi quem estabeleceu o contacto, sendo assim o intermediário junto da corte portuguesa. Hieronymus Münzer chega por isso a ser recebido pelo soberano, D. João II, que considera: “um homem instruíssimo e em tudo muito sagaz”⁹. Traça o retrato de um rei inteligente e curioso, pois como diz: “É muito afável e amigo de indagar muitas cousas. Àqueles que o procuram e se gabam de emprêsas guerreiras, de navegação ou quaisquer outras, ouve-os atentamente, manda apresentar as provas ou demonstrações, e se os acha

⁶ MÜNZER (1931), 25.

⁷ *Idem, ibidem*, 25-26.

⁸ Jacques LE GOFF, *Intelectuais da Idade Média*, Lisboa, Gradiva, 1987.

⁹ MÜNZER (1931), 13.

verídicos e valentes, não os deixa sem recompensa.”¹⁰ O soberano, cosmopolita, conhecedor e mecenas, como se espera de um cortesão perfeito, chega a armar cavaleiro um dos seus acompanhantes, Antonio Herwart de Augsburg, num gesto de reconhecimento, como aliás não seria a única vez¹¹. E depois de o sentar quatro vezes à sua mesa, o monarca, na despedida, abraçou-o¹².

No meio de uma relação económica, depuramos o delinear de traços de um intercâmbio intelectual, e também, diplomático, de reais vertentes familiares, quase até pessoais, ou pelo menos de grande familiaridade, como quando descreve o modo próximo como o soberano se despede dos visitantes. Este debuxo levamos a supor que estamos perante o retrato de uma relação próxima com alicerces fortes, possivelmente duradouros, e repleta de afinidades – traços de uma relação que, como se poderá ver, irão definir e caracterizar os futuros intercâmbios com o Sacro Império.

Na verdade, esta vivenciada e profunda curiosidade por este país junto ao Atlântico, e obviamente, os dados e informes recolhidos durante a visita, não serão apenas fruto e expoente de um relato pessoal e individual, visto que, em terras do Império, eles passarão a fazer parte de um novo inventário e patamar de saber.

Ao longo do seu *Itinerário* recolhem-se informações sobre as viagens marítimas e de como Lisboa se enche de mercadorias, de objectos desconhecidos e de gentes de outras nações, novas que se irão reproduzir em publicações, como as do humanista Hartmann Schedel, mormente numa das mais importantes *cronicae mundi* dos finais do século XV. Editada em Nuremberga e, num capítulo dedicado a Portugal, dar-se-á conta das viagens do infante D. Pedro, das empresas do Infante D. Henrique, e ainda das viagens de Diogo Cão, ou ainda do açúcar da Madeira, demonstrando como as informações recolhidas em Portugal se espelham, desde já, na futura suma enciclopédica de um dos mais influentes *literati* que, recorrendo à colectânea do amigo e viajante Münzer, pôde trazer a lume, em Nuremberga, novos informes e dados sobre o mundo. Possuindo uma das mais importantes bibliotecas coevas,¹³ Schedel constitui um dos exemplos mais representativos no sul de Alemanha de *l' uomo universal*.

Tanto Hironymus Münzer como Hartmann Schedel gozaram de uma formação humanística, e curiosamente ambos são formados em medicina. Estudaram vários anos em universidades italianas, tendo assim a possibilidade de respirar os

¹⁰ *Idem, ibidem*, 13-14.

¹¹ LOPES (2012a).

¹² MÜNZER (1931), 14.

¹³ Veja-se sobre este tema o mais recente trabalho de Bettina WAGNER, *Welten des Wissens die Bibliothek und die Weltchronik des Nürnberger Arztes Hartmann Schedel (1440-1514)*, München, Allitera-Verlag, 2014.

ventos da corrente humanista em Itália. Entusiasmado por este movimento cultural, Schedel inicia a aquisição de livros para a sua grande biblioteca e ao regressar a Nuremberga irá manter sempre ao lado da sua profissão, o exercício de compilar e escrever sobre a ordem do mundo. Schedel irá exercer as funções de autor, editor e mecenas, a fim de empreender o seu maior projecto: a edição de uma *cronica mundi*. As notícias de Hieronymus Münzer sobre Portugal e as novidades que neste país se poderiam alcançar e saber são naturalmente de grande valor para a sua obra. O retrato traçado em terras de além-Pireneus é o de um país em vias de expansão, transformações que se intentam conhecer e compreender; é o Portugal das viagens marítimas. Assim, tal como Münzer, também outros letrados alemães, e maioritariamente aqueles que não tendo tido a privilegiada oportunidade de ver as novas com os seus próprios olhos, irão, agora, graças às obras editadas, poder apreciar os efeitos das viagens e actividades em execução sob o domínio da corte portuguesa.

A curiosidade e o interesse votados por Münzer a Portugal e aos portugueses não é, por isso, um caso isolado. Pouco anos depois, em Augsburg, outra cidade em franco desenvolvimento do sul do Império, poderemos destacar o conselheiro imperial, agente político e jurista, Konrad Peutinger, também um coleccionador e apaixonado da geografia, que se igualmente interessará em consolidar as relações já iniciadas em terras portuguesas. No seguimento de Hartmann Schedel, Peutinger intenta organizar uma recolha geográfica sobre o orbe terrestre, revelando-se as recentes notícias de incondicional e incontestável valor para o seu trabalho¹⁴. Daí que, no ano de 1506, o curioso letrado faça referência às caravelas portuguesas no Atlântico e à chegada a Calecute em obras da sua pena, como seja os *Sermones convivales* (1506). Poder-se-á ainda testemunhar várias iniciativas junto do Imperador Maximiliano I para promover a participação dos comerciantes alemães na empresa marítima e comercial em terras orientais¹⁵. Casado com Margaret Welser, uma das casas comerciais alemãs mais influentes, Konrad Peutinger percebia a oportunidade que a abertura da Rota do Cabo poderia significar. É o que testemunham as cartas e relatos que se encontram entre os seus documentos, mormente os textos relativos à primeira viagem de Vasco da

¹⁴ Dieter WUTTKE, *German humanist perspectives on the history of discovery, 1493-1534*, Marília dos Santos Lopes (Foreword), Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2007; Marília dos Santos LOPES, “‘Vimos oje cousas maravilhosas.’ Valentim Fernandes e os Descobrimentos Portugueses”, in A. H. de Oliveira Marques, Alfred Opitz e Fernando Clara (coord.), *Portugal - Alemanha - África. Do Imperialismo Colonial ao Imperialismo Político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão*, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 13-23.

¹⁵ Klaus A. VOGEL, “Neue Horizonte der Kosmographie. Die kosmographischen Bücherlisten Hartmann Schedels (um 1498) und Konrad Peutingers (1523)”, in *Anzeiger des Germanischen Nationalmuseums*, 1991, pp. 77-85.

Gama (1497), à expedição de Pedro Álvares Cabral (1501), à viagem de Américo Vespúcio (1501), à segunda viagem de Vasco de Gama para a Índia e ainda sobre a frota de D. Francisco de Almeida. Que a sua curiosidade por estes escritos não ficaria por uma mera leitura prova-o o facto de o humanista e político ter vertido para o alemão o relato da segunda viagem de Vasco da Gama¹⁶.

Como teve o erudito Peutinger acesso a estes relatos e a estas informações? A rede de contactos era já diversa, podendo assim o conselheiro imperial recorrer a diversos canais comunicacionais, mas entre os seus contactos com as terras lusitanas, iremos encontrar o exímio colecionador e inestimável mediador entre Portugal e a Europa Central, que foi o moravo residente em Lisboa, Valentim Fernandes. Editor, tradutor, autor, homem de negócios e um dos mais importantes impressores da sua época,¹⁷ Valentim Fernandes teve um papel decisivo para tornar visível e conhecida a *abertura de um novo outro mundo*. Através de obras como o *Livro de Marco Polo*, vindo a lume em 1502, de cartas e missivas ou do famoso chamado *Manuscrito de Valentim Fernandes*, a colecção de escritos sobre as viagens marítimas portuguesas que se irá encontrar precisamente na posse do *Stadtdiener* e humanista Konrad Peutinger, Valentim Fernandes tornou-se um dos primeiros divulgadores das novidades coevas¹⁸.

Com o nome de Valentim Fernandes cruza-se ainda neste circuito de contactos, um outro: o de Albrecht Dürer. Será, através de uma missiva epistolar vinda de Lisboa, que este pintor se irá tornar o primeiro artista a desenhar um rinoceronte. Mais uma vez foi o impressor de Lisboa que ofereceu a oportunidade não só a comerciantes, letrados, mas também a artistas além-Pirenéus, de “verem” a configuração da terra recém-descoberta.

A curiosidade e o interesse do Sacro Império Romano-Germânico pelas notícias de Portugal¹⁹ está bem patente na lista de publicações vindas a lume na recente, mas desde já em apogeu, arte tipográfica. Desde breves textos, como as

¹⁶ Marília dos Santos LOPES, “O impacto da viagem de Vasco da Gama na Alemanha”, in José Manuel Garcia (coord.), *A Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499*, Lisboa, Academia da Marinha, 1999, pp. 604-608.

¹⁷ Vejam-se os estudos de Artur ANSELMO, *Les Origines de L’Imprimerie au Portugal*, Paris, FCG, 1983; Idem, *L’Activité Typographique de Valentim Fernandes au Portugal (1495-1518)*, Paris, FCG, 1984; Idem, *História da Edição em Portugal*, III vols., Lisboa, Lello & Irmão, 1991; A. H. Oliveira MARQUES, “Alemães e Impressores Alemães no Portugal de Finais do Século XV”, in *No Quinto Centenário da Vita Christi. Os Primeiros Impressores Alemães em Portugal*, Lisboa, BNL, 1995, pp. 11-14; João Alves DIAS, “Os Primeiros Impressores Alemães em Portugal”, in *No Quinto Centenário da Vita Christi. Os Primeiros Impressores Alemães em Portugal*, Lisboa, BNL, 1995, 15-27.

¹⁸ Trata-se de uma das primeiras antologias da novidade. Veja-se Carmen RADULET, *Os Descobrimentos Portugueses e a Itália*, Lisboa, Vega, 1991, pp. 17-35.

¹⁹ Marília dos Santos LOPES, “From Discovery to Knowledge: Portuguese Maritime Navigation and German Humanism”, in Maria Barbara and Karl A.E. Emenkel (ed.), *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, Leiden, Brill, 2012b, pp. 425-446.

epístolas de D. Manuel (fig. 1), relatos de nautas, como de Vespucci ou diplomatas, como Jorge Alpedrinha, editados em diferentes edições²⁰, e em diversas cidades do Império, rapidamente se dão à luz obras de maior folego relacionados com as viagens marítimas como, por exemplo, a coleção de viagens de Fracazano Montalboddo, onde se poderia informar de uma forma global sobre as viagens ibéricas, bem como obras de teor cosmográfico. Em muitas destas edições, os frontispícios são decorados com as armas de Portugal ou por vezes, até deixam aparecer um soberano armado cavaleiro em cujos escudos se reconhecem as quinas portuguesas, atribuindo-lhe clara e precisamente a autoria destes feitos em mares e oceanos desconhecidos. É a representação do Portugal das viagens, reconhecido como “os olhos e os ouvidos da Europa”²¹, portador de um importante contributo para uma visibilidade do mundo, digno de se patentear nas publicações coevas.



Fig. 1 – *Epistola do Rei D. Manuel I ao Papa*, Nuremberga 1508.

No ano de 1508, editar-se-ia, em Nuremberga uma obra intitulada: *Neue unbekante landte und ein neue weldte in kurzer zeythe erfunden*. Trata-se da versão alemã da colectânea do humanista italiano Fracazano Montalboddo *Paesi novamente ritrovati...* vinda a lume um ano antes em Vicenza (1507)²².

²⁰ Luís MATOS, *Itinerarium Portugallensium*, Lisboa, FCG, 1992.

²¹ Luís Filipe BARRETO, “A Herança dos Descobrimentos”, *Revista ICALP*, Lisboa, 1987, pp. 9-21.

²² Marília dos Santos LOPES, *Da descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem, 2002, p. 74.

Jobst Ruchamer, o médico de Nuremberga que a verteu para a língua alemã, justifica o seu labor devido ao espanto sentido face às notícias estonteantes e insólitas de terras longínquas, onde habitavam povos com usos e costumes tão diferentes dos conhecidos. As novas causar-lhe-iam tal admiração que se sentira impelido a familiarizar o seu país com estas viagens ou navegações “...feitas pela recomendação e ordem das Altezas Reais de Portugal e da Espanha segundo o conteúdo deste livrinho”, um verdadeiro *miraculum* para toda a cristandade²³.

As traduções, e respectiva leitura, destes escritos relacionados com as viagens ibéricas revelam-se, dado o seu teor factual e informativo, “muito práticas e proveitosas”²⁴. Muitas outras obras de autoria portuguesa serão traduzidas, com justificações semelhantes como é o caso da obra de Fernão Lopes Castanheda, cujo tradutor para a língua alemã se refere expressamente ao impacto mundial das viagens. Diz no seu prólogo:

“[...] eles [os reis de Castela e Portugal] descobriram uma grande parte do outro mundo que denominamos Antípodas e ainda abriram as navegações e caminhos marítimos, que até então eram considerados impossíveis. Eles viram nessas terras novas que descobriram várias espécies de gentes até então nunca vistas, costumes estranhos, plantas e animais maravilhosos; os soldados por eles enviados tiveram inesperadamente muita sorte e muita desgraça, muitos deles esforçaram-se por descrever e publicar estas viagens e também por traduzir noutras línguas aquilo que os Espanhóis e Portugueses descreveram nas suas línguas, pois estas diferentes viagens não são poucas e são necessárias de ler para aqueles que apreciam histórias maravilhosas.”²⁵

Tal como os seus autores, também os tradutores são fundamentais agentes mediadores, como construtores e inventores do saber que se vai visualizando e conceptualizando num longo e intrincado processo de mapear e redefinir o mundo. Este é o grande valor e mérito destas informações, capazes de informar sobre novos mundos, esta, sem dúvida, uma das razões principais para a edição de obras

²³ “Para que muita gente possa conhecer e descobrir os grandes milagres maravilhosos de Deus Omnipotente, que criou e ornou o mundo com diversas espécies humanas, terras, ilhas e criaturas estranhas (como foi acima referido), que eram totalmente desconhecidas para a cristandade e para a nossa nação. É também quase milagroso que os cristãos tenham feito estas viagens ou navegações longínquas, perigosas, desconhecidas e maravilhosas. Estas, segundo a ordem deste livrinho que será denominado o NOVO MUNDO, serão esplendidamente apresentadas em seguida”. Citado em Marília dos Santos LOPES, “Portugal. Uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum* 1, 1990, pp. 270-271.

²⁴ Como se pode ler no prólogo da versão alemã da obra *Verdadeira Informação da Terra do Preste João* do franciscano Francisco ÁLVARES, Eisleben, 1566.

²⁵ LOPES (1990), 272.

portuguesas além-fronteiras²⁶. Os exemplos referenciados não deixam, assim, dúvidas sobre o papel comunicacional e cultural da actividade tipográfica, um papel de mediação que, como salienta Roger Chartier, vai além da conceptualização do texto escrito²⁷. As páginas da literatura portuguesa de viagens tornavam visível e reconhecível o mundo saído das suas penas e resultantes da experiência *in loco* dos viajantes-autores. Tradutores e editores, reconhecidos, enaltecem o louvor do registo e inventário elaborado por curiosos e, principalmente, *ad vivum* que, por isso, pode e deve ser editado por toda a Europa²⁸.

Estas dinâmicas culturais que levam uns a descrever, outros a mapear e, ao mesmo tempo, a criar categorias para ordenar, classificar seja em palavras, esquemas, esboços ou obras de arte são todas elas expressões de uma imensa vontade mental de aprender e de reflectir sobre a nova ordem do saber, uma característica da Europa moderna. Em diferentes localidades da Europa vamos encontrar artistas, autores, tradutores, editores, impressores, escritores reunidos muitas vezes em torno de *ateliers* de tipografia interligados numa frequente e activa rede, podendo-se identificar sítios e/ou grupos emergentes na produção e gestão do conhecimento²⁹.

E o conhecimento destas obras, e das empresas que relatam, rapidamente se espelham em trabalhos cartográficos, como o demonstra a *Carta Marina Navigatoria Portugallen* (1516), da autoria de Martin Waldseemüller, onde, não por acaso, se reconhece, junto ao Cabo de Boa Esperança, o *Cristianissimi Emanuelis regis Portugallie victoria* numa homenagem aos empreendimentos levados a cabo pela coroa portuguesa, e como, aliás, o seu título indicia.

Mas também nas artes, se vão delineando testemunhos e esboços das novas cartografias, traçando obras em que se reconhecem traços notórios de recentes informações e novidades sobre a visibilidade do mundo, como é o caso do bem conhecido e famoso Albrecht Dürer. Também ele não precisou de vir à Península Ibérica, e a Portugal em particular, para ter contacto com as informações e as realidades dos novos mundos. Com efeito, na capital mercantil e financeira da Europa, mais propriamente, na feitoria portuguesa de Antuérpia, um lugar cosmopolita da emergente Europa atlântica, Dürer teve a possibilidade de poder ver e saber das navegações além-mundo conhecido. Oriundo de Nuremberga, Dürer viria a empreender uma viagem até aos Países Baixos, podendo contar com

²⁶ Tal como ainda testemunha a publicação alemã da obra de Duarte Lopes e Filippo Pigafetta sobre o Congo em 1597.

²⁷ Roger CHARTIER, *The author's hand and the printer's mind: Transformations of the written word in Early Modern Europe*, Cambridge, Polity Press, 2014.

²⁸ LOPES (2002).

²⁹ BURKE (1997); CHARTIER (2014).

cartas de recomendação da casa comercial Fugger, umas das famílias alemãs mais influentes não só no contexto nacional, mas também internacional. Aliás, esta fora umas das primeiras a procurar participar e colaborar na Carreira da Índia, como acontecera com a armada de D. Francisco de Almeida, no ano de 1505. Vários dos trabalhos de Dürer, e não precisamos de pensar apenas no célebre esquisso do rinoceronte já mencionado, e que irá definir o perfil deste quadrupede até ao século XVIII, irão deixar transparecer este conhecimento e interesse, como seja o traço de um homem cujos trajes se assemelhem a um índio brasileiro, mas que o artista denomina de Calicute, a presença de papagaios no seu Adão e Eva (1504), ou ainda menos conhecido o facto de o seu emblema/brasão recorrer à silhueta de um jovem com um perfil negroide – embora saibamos que não terá apenas a ver com o impacto das viagens, o certo é que o gosto e uso destes motivos seriam reforçados devido à realização das mesmas.

No diário que redige acerca da viagem, o artista evoca muitas vezes com grande satisfação a suas visitas à feitoria, onde poderia observar mercadorias e objectos tão extraordinários, de modo que os denomina de “Coisas de calicute” – vindos de territórios recentemente reconhecidos que se localizam algures além da Europa³⁰. Entre muitos produtos e objectos, o pintor refere assiduamente a oferta feita pelo feitor de algumas quantidade de açúcar – tanto a ele como à esposa – a que ele retribuiria com quadros. Por este apontamento, poder-se-á afirmar que dificilmente se saberá avaliar correcta e exactamente a importância e o valor que estes produtos exóticos e distantes representavam na economia e no imaginário colectivo.

Assim, mais uma vez seria através do contacto e relacionamento com os portugueses que se teria acesso “os novos mundo do Mundo”, tendo o célebre pintor feito ecos do mesmo sentimento de acolhimento e “bem tratado” como Münzer. Mas não nos deixou nenhum retrato dos seus convivas. Na verdade, são raras as imagens iconográficas de portugueses, podendo apenas referenciar-se a obra de Christoph Weiditz que desenharia um casal de portugueses, aquando da sua viagem à Península Ibérica, no ano de 1529 (**fig. 2**)³¹.

³⁰ Marília dos Santos LOPES, “Translation and Imagination: The ‘Calicut People’ within the Context of 16th Century Cosmographies”, in *Writing New Worlds: The Cultural Dynamics of Curiosity in Early Modern Europe*, Newcastle upon Tyne, UK, Cambridge Scholars Publishing, 2016, pp. 166-177.

³¹ Marília dos Santos LOPES, “Portugueses do século XVI no Trachtenbuch de Christoph Weiditz”, *Oceanos* 26, 1996, pp. 104-107.



Fig. 2 – Christoph Weiditz: *Trachtenbuch*, cerca 1530.

Nestes finais do século XV, inícios do século XVI é na reformulação de uma nova imagem geográfica que iremos encontrar mais referências às iniciativas levadas a cabo pela coroa portuguesa. Assim, e na tradição de Martin Waldesemuller, muitos outros geógrafos lançam mãos a registar e a inventariar os novos horizontes. A sua *Carta Marina Navigatoria Portugallen*, marco da cartografia coeva, será alvo de várias reedições. Numa destas reedições datada entre 1525 e 1530, a *Auslegung der Mercathen*, da autoria de Laurentius Frisius, que virá a ter grande popularidade na Europa, logo á entrada um mapa intitulado *Tabvla prima navigationis Aloisii Cadamvsti*, deixa representar a ilha da Madeira e a costa ocidental africana num claro domínio e conquista desta ferramenta reorganizadora de novos espaços do mundo renascentista.

Nesta obra, entendida como guia e manual de instruções, apresentar-se-á, por ordem alfabética, mais de 200 localidades num breve apontamento sobre terras e gentes, como acontece o que se formula para a ilha da Madeira.

Mas se neste registo geográfico, Frisius já denomina este novo mundo segundo os seus navegadores, *Tabvla prima navigationis Aloisii Cadamvsti*, evocando as viagens do mareante italiano ao serviço do Infante D. Henrique, outros geógrafos, ao referirem-se a estes informes e dados, irão falar de outro mundo – como aliás Cadamosto faz no seu relato –, e irão abordá-los como se de um “mundo extra-tolomeu” se tratasse, como o formula Johan Schöner.³² Assim, surgem em anexos

³² Johannes SCHONER, *Opusculum Geographicvm*, Nürnberg, 1533.

sobre “De regionibus extra Ptolomaeum”, pois, nas suas palavras: “Extremum Ptolomeo cognitum Prassum promontorium, verum nostra aetate tota haec portio à Portugalensibus inventa est”.³³ Anteriormente desconhecidas, seriam, graças aos portugueses, tornadas visíveis.

Este mundo “inventado” pelos portugueses colocaria, por conseguinte, um problema sobre o modo como inserir e enquadrar os dados das viagens marítimas no seu contexto histórico, visto que as observações e as experiências dos nautas não coincidiam com o sistema geográfico prevalecente, mormente com as noções de Ptolomeu, Plínio, ou Pompónio Mela, entre outros. Se as novas informações não se alistavam segundo estes fundamentos do saber, então as terras e localidades recentemente descobertas seriam, em primeira linha, um mundo *Extra-Ptolomeu*, como o definem as cosmografias das primeiras décadas do século XVI. Mais do que a experiência de aflorar novas regiões, a revelação de terras, ilhas não conhecidas significa, para estes geógrafos, o testemunho da sua inexistência no mapa-mundi ptolomaico.

Por vezes, registam-se os novos informes num único e uno conjunto de dados, indiferentemente da localização ou natureza que descrevem, como se pode constatar no *Weltbuch, Spiegel vnd bildniß des gantzen Erdbodens*³⁴. O seu autor, Sebastian Franck, publicava assim informações alusivas às viagens desde Luís de Cadamosto, de Pedro Álvares Cabral, de Américo Vespúcio a Cristóvão Colombo num capítulo reservado ao continente americano, sublinhando mais a ideia de um novo mundo, do que uma realidade com conteúdos geográficos claros e precisos.

Se o cartografar destas novidades origina dificuldades, o certo é que revelam uma suma de informações que importa problematizar e ponderar, como seja o evidente relativismo cultural vindo à luz com as navegações, motivo de grande admiração. Interessados em conhecer “a vacilante mudança de todas as coisas humanas”, como é o caso do geógrafo alemão, Sebastian Münster, o cotejo permite concluir que “E porque eles estão habituados a viver segundo a maneira da sua terra, vivem assim bem como nós segundo a maneira da nossa terra”³⁵ – bem à semelhança da posição do humanista português, João de Barros, ao afirmar que: “cada um colhe segundo o que semeia”.

Nas páginas da cosmografia de Sebastian Münster, encontram-se inúmeras referências a autores portugueses, cujas obras lhe permitiram escrever sobre

³³ *Idem, ibidem*, E.

³⁴ Sebastian FRANCK, *Weltbuch, Spiegel vnd bildniß des gantzen Erdbodens*, Tübingen, 1534.

³⁵ Sebastian MÜNSTER, *Cosmographia, Beschreibung/ aller Lender durch/ Sebastianum Munsterum/ in welcher begriffen/ Aller vólcker/ Herrschafften/ Stetten/ vnd namhafftiger flecken/ herkommen:/ Sitten/ gebreüch/ ordnung/ glauben/ secten/ vnd hantierung/ durch die gantze welt/ vnd fürnemlich Teütscher nation, Was auch besonders in iedem landt gefunden/ vnnd darin beschehen sey, Alles mit figuren vnd schönen landt tafeln erklert/ vnd für augen gestellt*, Basel, 1545, p. Mcccxx.

determinadas regiões ou povos. Entre eles, destacam-se os nomes de Damião de Góis e de Francisco Álvares como fontes insubstituíveis no traçar e mediar da nova geografia. E tratando-se de um *bestseller*, visto que, ao longo de quase cem anos, entre 1544 e 1628, esta cosmografia foi, por certo, um dos grandes exemplares mais influentes na divulgação e propagação de Portugal e dos portugueses no século XVI. Também aqui, e tal como os exemplos anteriores o demonstraram, é a imagem do Portugal das viagens e dos portugueses como viajantes que se projecta nos escritos alemães dos séculos XV e XVI.

BIBLIOGRAFIA

ÁLVARES, Francisco, *Die reis zu des christlichen Königs im hohen Ethiopien...*, Frankfurt/M., Feyerabendt, 1581.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

ANSELMO, Artur, *Les Origines de L'Imprimerie au Portugal*, Paris, FCG, 1983.

ANSELMO, Artur *L'Activité Typographique de Valentim Fernandes au Portugal (1495-1518)*, Paris, FCG, 1984.

ANSELMO, Artur, *História da Edição em Portugal*, III vols., Lisboa, Lello & Irmão, 1991.

BARRETO, Luís Filipe, *Descobrimentos e Renascimento, Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, INCM, 1983.

BARRETO, Luís Filipe, "A Herança dos Descobrimentos", *Revista ICALP*, Lisboa, 1987, pp. 9-21.

BARRETO, Luís Filipe, "As viagens marítimas e a nova visão do mundo e da natureza", *in* Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. II, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 406-413.

BURKE, Peter, *A Social History of Knowledge*, Cambridge, Polity Press, 1997.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *Warhafftige vnd volkomene Historia/ von Erfindung Calecut vnd anderer Königreich/ Landen vnd Inseln/ in Indien/ vnd dem Indianischen Meer gelegen/ So vormals von niemals mehr erfand/ Daher biß auff den heutigen Tag allerley Gewürtz/ Specerey und andere köstliche Waren in die ganze Christenheit gebracht werden, Wie dieselbigen durch des Königs auß Portugal Unterthanen zu Meer ersucht/ gefunden und bekriegt worden/ etc. Auß Frantzösischer Sprach jeßt newlich ins Teutsch gebracht*, s.l., s.n., 1565.

CHARTIER, Roger, *The author's hand and the printer's mind: Transformations of the written word in Early Modern Europe*, Cambridge, Polity Press, 2014.

DIAS, João José Alves, “Os Primeiros Impressores Alemães em Portugal”, in *No Quinto Centenário da Vita Christi. Os Primeiros Impressores Alemães em Portugal*, Lisboa, BNL, 1995, pp. 15-27.

FRANCK, Sebastian, *Weltbuch, Spiegel vnd bildniß des gantzen Erdbodens...*, Tübingen, s.n., 1534.

LE GOFF, Jacques, *Intelectuais da Idade Média*, Lisboa, Gradiva, 1987.

LOPES, Marília dos Santos, “Portugal. Uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum* 1, 1990, pp. 205-308.

LOPES, Marília dos Santos, “Portugueses do século XVI no Trachtenbuch de Christoph Weiditz”, *Oceanos* 26, 1996, pp. 104-107.

LOPES, Marília dos Santos, “‘Vimos oje cousas maravilhosas’ Valentim Fernandes e os Descobrimentos Portugueses”, in A. H. de Oliveira Marques, Alfred Opitz e Fernando Clara (coord.), *Portugal – Alemanha – África. Do Imperialismo Colonial ao Imperialismo Político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão*, Lisboa, Colibri., 1996, pp. 13-23.

LOPES, Marília dos Santos, *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas, Para uma Iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal, 1998.

LOPES, Marília dos Santos, “O impacto da viagem de Vasco da Gama na Alemanha”, in José Manuel Garcia (coord.), *A Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499*, Lisboa, Academia da Marinha, 1999, pp. 604-608.

LOPES, Marília dos Santos, *Da descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem, 2002.

LOPES, Marília dos Santos, “Ao serviço do Império: a nobilitação de estrangeiros na corte joanina e manuelina”, in *Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, IICT, 2012a, pp. 1-8.

LOPES, Marília dos Santos, “From Discovery to Knowledge: Portuguese Maritime Navigation and German Humanism”, in Maria Berbara and Karl A.E. Enekel (ed.), *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, Leiden, Brill, 2012b, pp. 425-446.

LOPES, Marília dos Santos, *Writing New Worlds: The Cultural Dynamics of Curiosity in Early Modern Europe*, Newcastle upon Tyne, UK, Cambridge Scholars Publishing, 2016.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “Alemães e Impressores Alemães no Portugal de Finais do Século XV”, in *No Quinto Centenário da Vita Christi. Os Primeiros Impressores Alemães em Portugal*, Lisboa, BNL, 1995, pp. 11-14.

MATOS, Luís, *Itinerarivm Portugallensivm*, Lisboa, FCG, 1992.

MÜNSTER, Sebastian, *Cosmographia, Beschreibung/ aller Lender durch/ Sebastianum Munsterum/ in welcher begriffen/ Aller völcker/ Herrschafften/ Stetten/ vnd namhafftiger flecken/ herkommen:/ Sitten/ gebreüch/ ordnung/ glauben/ secten/ vnd hantierung/ durch die gantze welt/ vnd fürnemlich Teütscher nation, Was auch besonders in iedem landt gefunden/ vnnd darin beschehen sey, Alles mit figuren vnd schönen landt tafeln erkleret/ vnd für augen gestelt*, Basel, s.n., 1544-1628.

MÜNZER, Jerónimo, *Itinerário*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

PAULO, Marco, *O Livro de Marco Paulo, O Livro de Nicolao Veneto, Carta de Jeronimo de Santo Estevam, conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.

PEUTINGER, Konrad, *Sermones convivales...*, Argentinae, Schurer, 1506.

RADULET, Carmen, *Os Descobrimentos Portugueses e a Itália*, Lisboa, Vega, 1991.

RUCHAMER, Jobst, *Neue unbekante Landte und ein neue weldte in kurz vergangener zeythe erfunden*, Nürnberg, s.n., 1508.

SCHEDEL, Hartmann, *Liber Chronicarum*, Nürnberg, Koberger, 1493.

SCHONER, Johannes, *Opusculum Geographicum*, Nürnberg, s.n., 1533.

SPRINGER, Balthasar, *Die Merfart vñ erfahrung nüwer Schiffung vnd Wege zü viln onerkanten Inseln vnd kunigreichen/ von dem großmechtigen Portugalichen Kunig Emanuel Erforscht/ funden/ bestritten vnnd Ingenommen/ Auch wunderbarliche Streyt/ ordenung/ leben wesen handlung vnd wunderwercke/ des volcks vnd Thyrer dar iñ wonende/ findstu in diesein Buchlyn warhaftiglich beschrybern un abkunterffeyt/ wie ich Balthasar Sprenger sollich selbs: in kurtzuerschynen zeiten: gesehen vñ erfahren habe*, Oppenheim, s.n., 1509.

VOGEL, Klaus A., “Neue Horizonte der Kosmographie. Die kosmographischen Bücherlisten Hartmann Schedels (um 1498) und Konrad Peutingers (1523)”, in *Anzeiger des Germanischen Naionalmuseums*, 1991, pp. 77-85.

WALDSEEMÜLLER, Martin, *Carta Marina Navigatoria Portugallen...*, Saint-Dié, s.n., 1516.

WAGNER, Bettina, *Welten des Wissens die Bibliothek und die Weltchronik des Nürnberger Arztes Hartmann Schedel (1440-1514)*, München, Allitera-Verlag, 2014.

WUTTKE, Dieter, *German humanist perspectives on the history of discovery, 1493-1534*, Marília dos Santos Lopes (Foreword), Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2007.

Animais extra-europeus nas descrições de Lisboa e Portugal por estrangeiros

Catarina Simões¹

Resumo

A partir de meados do século XV, produtos, objectos e animais extra-europeus tornaram-se parte integrante do fausto cortesão em Portugal. Estes elementos exóticos tornaram-se numa presença constante no quotidiano áulico no Renascimento, desempenhando um papel importante em entradas régias e outras cerimónias públicas. Neste texto, propomo-nos a avaliar o peso dos animais extra-europeus nas descrições de Lisboa e Portugal produzidas no Renascimento por estrangeiros de passagem pelo país. Inicialmente, far-se-á uma apresentação sumária das fontes utilizadas. De seguida, será apresentada uma síntese sobre a presença de fauna exótica nestas descrições.

Palavras-chave

Animais extra-europeus, *Exótico*, Lisboa, Corte, Cerimónias públicas.

¹ CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. O trabalho aqui apresentado foi realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - SFRH/BD/84622/2012.

Abstract

From the mid-15th century onwards, non-European products, objects and animals became an essential component of the courtly splendor in Portugal. These exotic elements became a permanent presence in everyday life in the Renaissance and they played a significant role in royal parades and other public celebrations. This paper aims at analyzing the references to non-European animals in descriptions of Lisbon and Portugal written by other Europeans passing through the country. We will start by briefly presenting the sources which were used. Then, we will address the references to exotic fauna in these descriptions.

Keywords

Non-European animals, *Exotic*, Lisbon, Court, Public ceremonies.

Introdução

Nos séculos XV e XVI, a exploração da costa africana pelos portugueses, e a descoberta de rotas marítimas directas entre a Europa, a Ásia e as Américas, possibilitaram aos europeus o contacto com culturas e realidades naturais novas e diferentes. Como consequência, foi-lhes aberto um mercado global, o que proporcionou um consumo sem precedentes de produtos (como especiarias e plantas medicinais), artigos de luxo (tais como têxteis e mobiliário), e animais exóticos, que passaram, então, a ser encarados pelas elites, e sobretudo pelas Casas Reais, como emblemas de distinção. Nos meios cortesãos, produtos e artigos extra-europeus, adquiriram uma função política evidente, na medida em que tinham o objectivo claro de manifestar o poder e prestígio dos seus detentores, e simultaneamente, de maravilhar quem os observasse. Em Portugal, por exemplo, estes animais e produtos tornaram-se num elemento constante do quotidiano áulico, e representavam um papel importante nas entradas régias, em festas e banquetes cerimoniais, e por outro lado, eram muitas vezes oferecidos como presentes diplomáticos que funcionavam como testemunhos de poder. Sobretudo com o reinado de D. Manuel, o *exótico* adquire um carácter eminentemente identitário na corte portuguesa, encontrando-se presente não só nos rituais e celebrações, mas também na arquitectura, na cultura material, e na alimentação.

No que diz respeito aos animais extra-europeus, estes assumem um papel relevante nas descrições de Lisboa e Portugal produzidas por estrangeiros no século XV e início do século XVI. Por oposição, as descrições mais tardias não lhes reservam um destaque significativo, privilegiando outros aspectos, como o vestuário usado pelas elites ou o comércio de Lisboa, pelo que optámos no presente estudo por nos cingir às fontes mais recuadas. No entanto, importa ressaltar que o mesmo não se verifica nas fontes de produção nacional, nomeadamente na crónica, em que os animais exóticos são praticamente ignorados no século XV, adquirindo uma importância crescente no século XVI.

Fontes utilizadas

As fontes utilizadas para esta análise consistem em relatos escritos por estrangeiros de passagem por Portugal entre os meados do século XV e o início do século XVI, abrangendo os reinados de D. Afonso V (r. 1438-1481), D. João II (r. 1481-1495) e D. Manuel I (r. 1495-1521). Em primeiro lugar, é de referir o diário da viagem dos embaixadores enviados a Lisboa em Março de 1451 pelo sacro-imperador Frederico III para celebrarem o seu casamento com a infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, e a acompanharem a Itália, onde o Imperador a esperava para celebrarem o casamento diante do Papa. O relato é da autoria de Nicolau Lanckman de Valckenstein, capelão imperial de Frederico III, e foi divulgado numa edição de 1503, em latim, preparada por Nicolau, bispo titular de Hipona e confessor da casa imperial. Este relato é notável, uma vez que inclui uma descrição pormenorizada das festas que se fizeram por ocasião do casamento da infanta com o Imperador, e, talvez por ser uma visão de fora, é ainda mais ilustrativo do que a crónica da época no que diz respeito às primeiras consequências materiais do processo expansionista na Lisboa de meados do século XV².

É igualmente incontornável a compilação organizada e anotada por J. Garcia Mercadal³ de inúmeros textos de estrangeiros sobre Espanha e Portugal até ao final do século XVI, onde se podem encontrar alguns testemunhos valiosos sobre a presença de elementos extra-europeus em Portugal, e em particular na corte. Para o nosso propósito, é de particular interesse o relato de Jorge de Ehingen, cavaleiro da Suábia, que esteve em Espanha em 1457 por ter recebido a notícia de que Henrique IV de Castela preparava uma expedição contra Granada.

² Aires A. NASCIMENTO (ed.), *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

³ J. GARCIA MERCADAL (ed.), *Viajes de Extranjeros por España y Portugal. Desde los tiempos más remotos, hasta fines del siglo XVI*, Madrid, Aguilar, 1952.

Posteriormente, passou por Portugal por ter sabido que D. Afonso V fazia guerra contra os muçulmanos em África, tendo integrado as tropas do rei português em Ceuta. O relato da sua viagem pela Península Ibérica inclui uma descrição da sua passagem pela corte de D. Afonso V, bem como retratos dos reis que havia visitado. É igualmente de referir o relato da viagem do nobre boémio Leon de Rosmithal de Blatna, que esteve em Espanha e Portugal entre 1466 e 1467 para conhecer os seus costumes e práticas militares, e também para fazer peregrinação a Santiago de Compostela. Por fim, interessa ainda a relação de Espanha, escrita por Francesco Guicciardini, embaixador de Florença na corte de Fernando, o Católico, entre 1512 e 1513.

Outra fonte incontornável é o *Itinerarium* de Jerónimo Münzer, natural de Feldkirch e doutor em Medicina pela Universidade de Pavia, que viajou por Espanha e Portugal entre 1494 e 1495, tendo visitado Lisboa e Évora, onde conheceu a corte de D. João II. Embora Garcia Mercadal tenha incluído este relato na sua compilação, optámos por utilizar a edição preparada por Ramón Alba na década de 90⁴.

Finalmente, para o reinado de D. Manuel, temos uma descrição da cidade de Lisboa recentemente editada, da autoria do nobre flamengo Jan Taccoen de Zillebeke, que na sua viagem de peregrinação para Jerusalém, permaneceu em Lisboa durante nove dias, de 11 a 20 de Abril de 1514, tendo registado por escrito diversos aspectos sobre o quotidiano da cidade que o terão impressionado.

Lisboa nas descrições de Portugal por estrangeiros

O principal elemento que todas estas descrições têm em comum é a importância conferida à Expansão, seja pela referência explícita aos territórios sob domínio do rei de Portugal, seja pela menção às coisas extra-europeias que estes viajantes observaram no reino. Na descrição que escreveu sobre a sua viagem, Leon de Rosmithal de Blatna afirmou sobre Portugal que era “*más que por otras cosas, memorable por las ciudades que el rey tiene en Africa*”⁵. Décadas mais tarde, Francesco Guicciardini escrevia que Portugal era o terceiro reino principal da Espanha, mais conhecido “*por el gran comercio de mercaderes que hay en Lisboa, y por esa región de Calcuta y otros lugares nuevamente descubiertos por los portugueses que por otras razones*”⁶.

⁴ Jerónimo MÜNZER, *Viaje por España y Portugal. 1494-1495*, Ramón Alba (introd.), Madrid, Ediciones Polifemo, 1991.

⁵ MERCADAL (1952), 283.

⁶ *Idem, ibidem*, 612.

Tal como afirmou Renata Araújo, a Lisboa do Renascimento era absolutamente indissociável do processo da expansão⁷, e este era já na época considerado o elemento mais marcante e distintivo de Portugal, sendo estes apenas dois dos testemunhos coetâneos que sugerem esta ideia. Na verdade, esta visão encontra-se em consonância com a de autores portugueses, como Damião de Góis, que começou a sua *Descrição da Cidade de Lisboa* pela descoberta do caminho marítimo para a Índia, o que é, obviamente, uma opção bastante expressiva sob o ponto de vista retórico⁸. No entanto, em meados do século XV, décadas antes da viagem de Vasco da Gama e consequente inauguração da Carreira da Índia, Nicolau Lanckman de Valckenstein já afirmava que Lisboa era uma cidade notável, muito maior do que Viena, e com “um bom e grande porto de mar.”⁹ E Münzer afirmava que D. João II tinha grande engenho para adquirir riquezas com o comércio e de outras maneiras, recebendo produtos como ouro, pimenta, grão-do-paráiso (uma espécie de pimenta) e inúmeras presas de elefante¹⁰. Quanto a Lisboa, este autor defendia ser maior do que Nuremberga, e muito mais populosa¹¹. Em 1514, Jan Taccoen comparava a cidade com Bruges, afirmando que lhe era equiparável no tamanho, embora não na beleza, e apontava a Rua Nova dos Mercadores, onde havia “toda a espécie de ofícios e mercadorias” como a única rua bem pavimentada da cidade¹². Adiante, ao mencionar o Paço da Ribeira, mandado construir por D. Manuel, escrevia que o porto de Lisboa era considerado o mais belo porto da Cristandade¹³.

De facto, as navegações oceânicas tiveram consequências materiais indeléveis em Lisboa, e a característica estrutural das descrições produzidas nos séculos XV e XVI é a constante alusão à vocação marítima da cidade, bem como à presença e ao comércio de pessoas escravizadas e de produtos africanos e asiáticos, como o açúcar, as especiarias e as pedras preciosas, sublinhados tanto por autores estrangeiros como por autores portugueses. E é de referir que depois de décadas a assumir a posição clara de principal cidade do Reino, quando Lisboa perde a capitalidade nos finais do século XVI, com a integração de Portugal na Monarquia Espanhola, são precisamente estas características materiais que intelectuais portugueses como Luís Mendes de Vasconcelos vão utilizar para procurar atrair a corte novamente. Numa verdadeira construção ideológica da cidade, Lisboa

⁷ Renata ARAÚJO, *Lisboa: A cidade e o espectáculo na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 10.

⁸ Damião de GÓIS, *Descrição da cidade de Lisboa*, Raul Machado (ed.), Lisboa, Frenesi, 2009, p. 16.

⁹ NASCIMENTO (1992), 29.

¹⁰ MERCADAL (1952), 167.

¹¹ *Idem, ibidem*, 171.

¹² Jorge FONSECA (coord.), *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2014, p. 124.

¹³ FONSECA (2014), 128.

é apresentada por Vasconcelos como os olhos da Europa, por onde, nas suas palavras, “entrou a notícia e conhecimento de muitos portos, ilhas, promontórios, reinos, províncias e nações, de que se não sabia,”¹⁴ e através da qual a Europa tinha acesso aos produtos de fora, “que servem à pompa, ornamento e deleite, e à riqueza, e ganho do comércio.”¹⁵

Animais extra-europeus

Os animais africanos e asiáticos foram um dos primeiros elementos exóticos incorporados nos mecanismos de propaganda política da Coroa. É, contudo, importante ressaltar que já na Idade Média existia uma predisposição cultural pelo extra-europeu e o exótico, o que terá sido um dos factores que estimularam os Descobrimentos e que ditaram o seu sucesso comercial no Renascimento¹⁶. Deste modo, longe de ser uma consequência do processo expansionista europeu do início da Idade Moderna, o interesse europeu por produtos e animais africanos e asiáticos já era uma realidade em séculos anteriores. A oferta de animais extra-europeus era recorrente nas relações diplomáticas desde a Antiguidade, sendo de referir o elefante oferecido pelo califa abássida Harun al-Rashid a Carlos Magno no início do século IX, ou o elefante de Henrique III de Inglaterra, que lhe havia sido enviado por Luís IX de França¹⁷.

No entanto, no Renascimento, a possibilidade de acesso directo a produtos e animais extra-europeus resultou num aumento exponencial da quantidade e diversidade da fauna exótica que chegava à Europa. Estes animais tornaram-se num dos principais símbolos de poder na corte portuguesa, que a diferenciavam de forma cabal das restantes cortes europeias¹⁸. Embora esta característica cultural seja tendencialmente mais estudada pela historiografia que trata o século XVI, como veremos de seguida, existem referências à presença de animais exóticos em Lisboa desde meados da centúria anterior. Na verdade, estes animais são amplamente referidos nas fontes consultadas, tendo mesmo alguns dos autores

¹⁴ Luís Mendes de VASCONCELOS, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, José da Felicidade Alves (org.), Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 34.

¹⁵ VASCONCELOS (1990), 114.

¹⁶ Erik RIGMAR, “Audience for a Giraffe: European Expansionism and the Quest for the Exotic”, *Journal of World History*, Vol. 17, Nº 4 (December, 2006), pp. 376-377.

¹⁷ Charles D. CUTTLER, “Exotics in Post-Medieval European Art: Giraffes and Centaurs”, *Artibus et Historiae*, Vol. 2, Nº 23 (1991), p. 163.

¹⁸ Almudena PÉREZ DE TUDELA and Annemarie Jordan GSCHWEND, “Renaissance Menageries. Exotic Animals and Pets at the Habsburg Courts in Iberia and Central Europe”, in Karl Enekel and Paul J. Smith, (eds.), *Early Modern Zoology: The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*, Leiden, Brill, 2007, p. 421.

escrito passagens bastante detalhadas, nomeadamente sobre os elefantes que podiam ser observados em Lisboa. Pode, então, inferir-se o papel de relevo que os animais exóticos desempenhavam no quotidiano da cidade, representando simultaneamente um símbolo das aspirações imperiais multi-continetais da Monarquia portuguesa, e uma manifestação de distinção, devido ao acesso privilegiado do rei português a estes animais.

Foi logo a partir do reinado de D. João I, com a conquista de Ceuta em 1415, que os Portugueses começaram a tomar conhecimento da realidade natural do litoral africano. Com a chegada das armadas de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral, respectivamente à Índia em 1498, e ao Brasil dois anos depois, exemplares da fauna extra-europeia foram-se tornando cada vez mais numa fonte de curiosidade e interesse. Estes animais eram observados nos seus meios naturais, e posteriormente capturados ou recolhidos, e transportados para a Europa, onde eram exibidos ou usados como prendas diplomáticas ao Papado ou a membros das famílias reais¹⁹.

No diário do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein, e na sua descrição dos esponsais de D. Leonor com o Sacro-Imperador Frederico III, podem ler-se algumas das mais interessantes – e certamente das mais recuadas – descrições sobre a presença de animais exóticos em Lisboa. Relembre-se que esta fonte foi editada pela primeira vez em 1503, mas terá sido produzida por volta de 1451. Segundo o autor, haveria em Lisboa, perto da praça da cidade, “um horto com diversos animais selvagens”²⁰ junto a uma fonte artificial, o que parece sugerir que em meados do século XV, D. Afonso V já teria uma espécie de *menagerie* em Lisboa. Embora não saibamos ao certo se este horto incluía ou não alguns animais extra-europeus, devido a outras passagens que abordaremos de seguida, pode pelo menos colocar-se essa hipótese.

Prosseguindo a narração das festas, que terão durado vários dias depois da cerimónia solene do casamento, e que o autor adjectiva constantemente como esplêndidas e faustosas, pode ler-se a descrição de um cortejo. A encabeçá-lo, segundo o autor, terá surgido “um engenho em forma de serpente, de colo levantado,” em que vinha montado um cavaleiro. Depois, o rei e o Infante D. Fernando, duque de Viseu, cada um acompanhado por uma escolta de doze homens, terão encenado um duelo. De seguida, o autor descreve a exibição de um elefante, “de grande corpulência,” transportando uma torre de madeira com pequenas guaritas, na qual vinham de pé quatro tocadores de trompeta e quatro meninos africanos

¹⁹ Isabel Drumond BRAGA, “Descobrir e Juntar Animais: “Novas Novidades”, Pátio dos Bichos e Jardim Zoológico de Lisboa”, in Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga (coord.), *Animais e Companhia na História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, p. 318.

²⁰ NASCIMENTO (1992), 39.

com lanças, atirando laranjas à assistência. De acordo com o relato, o elefante era puxado por mais de oitenta homens, seguidos por oito cavaleiros armados, montados em cavalos fantasiados de forma a parecerem outros animais, reais – um veado real, um boi, um leão, um urso selvagem – ou imaginários – um unicórnio, um capricórnio²¹.

Esta descrição traz-nos facilmente à memória representações iconográficas de elefantes de guerra, que são extremamente comuns nos bestiários medievais, e que continuaram a ser reproduzidas durante vários séculos, sendo um dos mais conhecidos exemplos do século XVI a ilustração incluída no *Codex Casanatense 1889*. Esta imagética, tipicamente associada ao elefante no pensamento medieval, advém provavelmente do uso militar deste animal por Aníbal Barca na Segunda Guerra Púnica (218-201 AC), que terá sido o principal evento histórico que preservou o elefante na memória colectiva europeia mesmo em plena Idade Moderna. Por outro lado, esta descrição também demonstra que animais extra-europeus eram apresentados a par com criaturas míticas, verificando-se uma associação entre o *exótico* e o *maravilhoso* que parece sugerir que não existiria na mentalidade tardo-medieval uma separação clara entre estes dois universos²².

No breve relato de Jorge de Egingen, não há referências à presença de animais na corte nem a qualquer tipo de objecto de ostentação, centrando-se o autor na hospitalidade do rei português e nos exercícios cavaleirescos que organizava. Outro elemento interessante desta fonte são os retratos dos reis cujas cortes o autor visitou, que acompanham o texto. No retrato de D. Afonso V, o rei surge representado envergando uma roupa curta e negra, um chapéu retorcido como uma espécie de turbante e um colar de ouro; no canto inferior esquerdo do retrato, um leão segura o escudo de armas português. Nos restantes retratos, anjos e animais – reais ou imaginários – seguram os respectivos escudos de armas. A escolha do leão, contudo, também presente no retrato de Henrique IV de Castela, é curiosa, uma vez que sendo um símbolo comum na heráldica, este animal foi também utilizado em 1440 como prenda diplomática a Filipe, duque da Borgonha, tanto por D. Afonso V como pelo seu tio, D. Pedro, duque de Coimbra²³. Mais

²¹ *Idem, ibidem*, 41-43.

²² Ana Maria Alves, no seu estudo de referência sobre as entradas régias portuguesas, identifica este mesmo cruzamento nas descrições do casamento do infante D. João com D. Joana de Áustria em 1552 (Ana Maria ALVES, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 29). Tal demonstra que esta associação, pelo menos no contexto específico das cerimónias públicas, terá continuado a verificar-se em cronologias significativamente mais tardias.

²³ Jacques PAVIOT (ed.), *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, Lisbon – Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris – Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995, pp. 313-314.

tarde, em 1465-67, Leon de Rosmithal de Blatna escrevia que vira no palácio do rei de Portugal em Évora, gatos-de-algália, que emanavam uma fragrância suave²⁴.

Quase trinta anos depois, e já no reinado de D. João II, Jerónimo Münzer terá visto também em Évora, onde então se encontrava a corte, um camelo e parte da pele de uma serpente da Guiné, de trinta palmos de comprimento e da grossura de um homem, que se encontrava pintada de várias cores, e com estrelas e manchas douradas²⁵. Já em Lisboa, o mesmo autor afirma ter visto um crocodilo pendurado no coro do Mosteiro da Santíssima Trindade; em Santa Maria da Luz, o bico de um pelicano e outro crocodilo; e no castelo, os dois leões mais belos que já havia observado²⁶.

Por fim, é ainda de mencionar o relato de Jan Taccoen, que esteve em Lisboa 20 anos depois de Münzer, e que em apenas 9 dias, viu por diversas vezes 3 jovens elefantes nas ruas, descrevendo detalhadamente a sua aparência, o seu temperamento e comportamentos, e a forma como eram alimentados. Ficamos a saber que cada elefante tinha o seu palafreineiro, salientando o autor que apesar do seu aspecto ameaçador, os animais eram inofensivos²⁷. Pelo detalhe da descrição, que ocupa sensivelmente uma página entre as 8 que constituem o relato sobre Lisboa, parece-nos evidente que embora já fossem exibidos elefantes na cidade pelo menos desde 1451, para a grande maioria dos europeus, mesmo para os membros das elites, como era o caso do senhor de Zillebeke, este animal continuava a ser claramente estranho. Aliás, quase no final do relato, o autor afirma que se viam em Lisboa “muitos animais e gente estranha,” tendo o elefante sido apenas, provavelmente, um dos elementos que mais o marcou, merecendo por isso mais destaque no texto.

Deste modo, analisando as fontes produzidas por viajantes de passagem por Portugal a partir de meados do século XV e até ao início do século XVI, torna-se claro que várias décadas antes da chegada à Índia por Vasco da Gama, os reis portugueses já possuíam *menageries*, e exibiam animais exóticos, tanto quotidianamente como em momentos festivos e politicamente relevantes, aqui rodeados por toda uma envolvência cénica cuidadosamente pensada e preparada. No entanto, é importante referir que embora o texto do embaixador Nicolau Lanckman aponte para a presença de elefantes (neste caso, provavelmente africanos) em Lisboa em pleno século XV, a utilização deste animal em cerimónias públicas da coroa portuguesa só tornou a ser documentada para o reinado de D. Manuel I, por

²⁴ MERCADAL (1952), 283.

²⁵ MÜNZER (1991), 66.

²⁶ *Idem, Ibidem*, 70-71.

²⁷ FONSECA (2014), 125-126.

Damião de Góis²⁸. Se, porém, não nos restringirmos a este tipo de celebrações, podemos encontrar outras referências datadas do século XV ao uso político de elefantes por parte da família real portuguesa, nomeadamente enquanto prenda diplomática. Neste sentido, pode enunciar-se a pata e dente de elefante que o Infante D. Henrique ofereceu à sua irmã, a duquesa D. Isabel da Borgonha,²⁹ ou o elefante oferecido, juntamente com outros animais africanos, por D. Afonso V a René de Anjou em 1477³⁰.

Conclusão: o significado político dos animais

A posse e exibição de animais exóticos tinham o objectivo de maravilhar, demonstrando o poder e prestígio dos seus detentores. Para a realeza portuguesa, serviam como testemunhos materiais das relações privilegiadas com estados africanos e potentados asiáticos. Por outro lado, constituíam simultaneamente um símbolo das aspirações imperiais da Coroa portuguesa e uma manifestação do seu acesso privilegiado a estes mercados extra-europeus³¹. Neste contexto, é de salientar a importância das cerimónias públicas enquanto instrumento de comunicação política na Idade Média e no Renascimento. A cultura material e os elementos de fausto – em que se incluem os animais – ostentados em rituais políticos era, portanto, uma das mais eficazes vias de manifestação de poder em ambientes cortesãos, uma vez que representavam uma marca exterior e tangível de majestade e distinção. Para além disso, eram essenciais para estabelecer uma imagem de soberania, que, no caso da monarquia portuguesa, se encontrava intrinsecamente ligada ao controlo de territórios noutros continentes³². Pode afirmar-se que estes animais, que eram *exóticos* no sentido em que vinham “de fora”, foram activa e conscientemente instrumentalizados pelos monarcas portugueses a partir do século XV para forjar a sua própria identidade e reputação.

A referência ao pelicano por Münzer é particularmente interessante, não só por esta ser uma ave abundante na Guiné, mas sobretudo pelo seu importante valor heráldico. Divisa escolhida por D. João II enquanto ainda era príncipe, o

²⁸ Damião de GÓIS, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Francisco Correia, 1566-1567, livro IV, capítulo LXXXIV, fl. 105v; Damião de GÓIS, *Hispania*, in *Obras de Damião de Góis*, vol. III, (“(1541-1549), Da Hispania ao segundo cerco de Diu”), Manuel Cadafaz de Matos (ed.), Lisboa, Edições Távola Redonda – Centro de Estudos de História e da Edição, 2011, p. 151.

²⁹ José Manuel GARCIA (ed.), *As Viagens dos Descobridores*, Lisboa, Presença, 1983, pp. 129-130.

³⁰ Silvio BEDINI, *The Pope's Elephant*, Manchester, Carcanet, 1997, pp. 30 e 115.

³¹ Mario PEREIRA, *African Art at the Portuguese Court, c. 1450-1521*, Dissertação de doutoramento apresentada ao Department of History of Art and Architecture, Brown University, Providence, 2010, p. 14.

³² PEREIRA (2010), 15-16.

pelicano – animal que segundo a lenda, bica o próprio peito para alimentar a crias – remete para uma simbólica política cristã associada ao assistencialismo e à protecção, e constitui um elemento fundamental do discurso oficial veiculado pela cronística, que apresenta D. João II como príncipe perfeito³³.

Já no que diz respeito ao elefante, este animal representou, no século XVI, um papel cimeiro nos mecanismos de propaganda oficial e de fixação de uma memória da Coroa portuguesa. A embaixada de obediência enviada em Março de 1514 por D. Manuel I a Leão X, que incluiu numerosos presentes, entre os quais o mais importante foi o elefante indiano Hanno, constitui provavelmente o mais conhecido exemplo³⁴. Posteriormente, o destaque reservado pelo cronista Damião de Góis, na crónica oficial de D. Manuel, à ostentação deste animal, e mais tarde, a representação de elefantes na tumulária régia dos Jerónimos demonstram de forma evidente a apropriação do elefante pela Monarquia portuguesa como símbolo de poder por excelência. Após a vitória de Cipião Africano sobre Aníbal na Segunda Guerra Púnica, o elefante tornou-se num emblema das glórias de Roma, surgindo frequentemente nas cerimónias fúnebres de imperadores. Na *História Natural* de Plínio, é considerado o animal mais semelhante ao homem, e nos bestiários medievais, são-lhe atribuídas características como a inteligência e a castidade, bem como virtudes tipicamente associadas à soberania, como a temperança, a misericórdia, a generosidade e a justiça, concepção que terá sido certamente relevante para a incorporação deste animal nos discursos propagandísticos da Dinastia de Avis³⁵.

Contudo, é importante assinalar que esta dimensão simbólica dos animais extra-europeus e a sua instrumentalização por parte da Coroa não deve ser confundida com manifestações de coleccionismo próprias de outros contextos europeus e de cronologias mais tardias. Tal como defende Isabel Drumond Braga a propósito da posse e exibição de animais exóticos, “este tipo de comportamentos não se enquadra na criação dos gabinetes de curiosidades, nem na organização de exposições com propósitos específicos”³⁶, não se podendo por isso associá-los a intenções de formar qualquer coisa que se parecesse com uma colecção. Este

³³ Sobre esta temática, vide Priscila SILVA, *Entre Príncipe perfeito e rei pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)*, dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2007.

³⁴ Sobre a embaixada, vide Paulo LOPES, *Um Agente Português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2013.

³⁵ Ana Isabel BUESCU, *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, p. 385; Teresa Leonor M. VALE, “Exotismo e Poder Político. As Representações de Elefantes na Tumulária Régia de Santa Maria de Belém”, in *Os Construtores do Oriente Português*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 103.

³⁶ Isabel Drumond BRAGA, “Coleccionando Bichos: Os Gabinetes de Curiosidades”, in BRAGA (2015), p. 300.

exótico, em que também se podem incluir exemplares de flora extra-europeia, ou produtos e objectos de origem natural, foi alvo de interesse devido à admiração que causavam, pela sua raridade e proveniência longínqua, bem como pela caracterização simbólica do mundo natural plasmada nas etimologias e bestiários medievais.

Os exemplos apresentados nesta comunicação são apenas uma pequena amostra do que se pode encontrar nas fontes do Renascimento. E comparando com as fontes mais tardias, já dos finais do século XVI, que aqui não analisámos, se se verifica um cada vez maior destaque conferido aos têxteis e jóias, que aparentemente se tornam cada vez mais luxuosos, a exibição de animais exóticos e o seu peso como fonte de maravilhamento parece ter a tendência para diminuir, inscrevendo-se este interesse numa tradição medieval, que perde protagonismo para outras formas de ostentação.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

FONSECA, Jorge (coord.), *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2014.

GARCIA MERCADAL, J. (ed.), *Viajes de Extranjeros por España y Portugal. Desde los tiempos más remotos, hasta fines del siglo XVI*, Madrid, Aguilar, 1952.

GARCIA, José Manuel (ed.), *As Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa, Presença, 1983.

GÓIS, Damião de, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, livro IV, Lisboa, Francisco Correia, 1566-1567.

GÓIS, Damião de, *Descrição da cidade de Lisboa*, Raul Machado (ed.), Lisboa, Frenesi, 2009.

GÓIS, Damião de, *Hispania*, in *Obras de Damião de Góis*, vol. III, (“(1541-1549), Da Hispania ao segundo cerco de Diu”), Manuel Cadafaz de Matos (ed.), Lisboa, Edições Távola Redonda – Centro de Estudos de História e da Edição, 2011.

MÚNZER, Jerónimo, *Viaje por España y Portugal. 1494-1495*, Ramón Alba (introd.), Madrid, Ediciones Polifemo, 1991.

NASCIMENTO, Aires A. (ed.), *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

PAVIOT, Jacques (ed.), *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, Lisbon – Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris – Comissão Nacional para as Comemorações das Descobertas Portuguesas, 1995.

VASCONCELOS, Luís Mendes de, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, José da Felicidade Alves (org.), Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Estudos

ALVES, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

ARAÚJO, Renata, *Lisboa: A cidade e o espectáculo na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

BEDINI, Silvio, *The Pope's Elephant*, Manchester, Carcanet, 1997.

BRAGA, Isabel Drummond, e BRAGA, Paulo Drummond (coord.), *Animais e Companhia na História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015.

BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

CUTTNER, Charles D., “Exotics in Post-Medieval European Art: Giraffes and Centaurs”, *Artibus et Historiae*, Vol. 2, Nº 23 (1991), pp. 161-179.

LOPES, Paulo, *Um Agente Português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2013.

PEREIRA, Mario, *African Art at the Portuguese Court, c. 1450-1521*, Dissertação de doutoramento apresentada ao Department of History of Art and Architecture, Brown University, Providence, 2010.

PÉREZ DE TUDELA, Almudena, e GSCHWEND, Annemarie Jordan, “Renaissance Menageries. Exotic Animals and Pets at the Habsburg Courts in Iberia and Central Europe”, in Karl Enekel and Paul J. Smith, (eds.), *Early Modern Zoology: The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*, Leiden, Brill, 2007, pp. 419-447.

RIGMAR, Erik, “Audience for a Giraffe: European Expansionism and the Quest for the Exotic”, *Journal of World History*, Vol. 17, N° 4 (December, 2006), pp. 375-397.

SILVA, Priscila, *Entre Príncipe perfeito e rei pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)*, dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2007.

VALE, Teresa Leonor M., “Exotismo e Poder Político. As Representações de Elefantes na Tumulária Régia de Santa Maria de Belém”, in *Os Construtores do Oriente Português*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 97-109.

Portugal e os Portugueses no olhar de viajantes e mercadores alemães no alvorecer da Modernidade

Jürgen Pohle¹

Resumo

Como consequência da Expansão Portuguesa, a partir da segunda metade do século XV, o volume de alemães a entrar em contacto com Portugal aumentou substancialmente. Alguns destes eram viajantes, outros estabeleceram-se a longo prazo, ou mesmo permanentemente, em terras portuguesas d'aquém e d'além-mar. Os seus testemunhos revelam várias semelhanças, mas também acentuadas diferenças relativamente ao género e teor das observações a respeito de Portugal e dos Portugueses. No cerne deste artigo encontram-se os depoimentos de três viajantes (um clérigo, um cavaleiro e um humanista), que passaram por Portugal na segunda metade de Quatrocentos, bem como os testemunhos de três feitores alemães estabelecidos em Portugal e no ultramar no primeiro quartel do século XVI.

Palavras-chave

Relações luso-alemãs; Expansão Portuguesa; relatos de viagens; mercadores alemães no Império Português.

¹ CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0034.

Abstract

As a result of the Portuguese expansion, from the second half of the 15th century onwards, the number of Germans that came into contact with Portugal increased. Some of these were travellers, others have set up in Portuguese territories in the long term or even permanently. Their testimonies reveal not only several similarities, but also considerable differences regarding the type and content of the comments about Portugal and the Portuguese. At the heart of this article are the memories of three travellers (a clergyman, a knight and a humanist) who passed through Portugal in the second half of the 15th century, as well as the testimonies of three German commercial agents established in Portugal and overseas in the first quarter of the 16th century.

Keywords

Portuguese-German relations; Portuguese Expansion; travel accounts; German merchants in the Portuguese Empire.

A Expansão Portuguesa surtiu um impacto significativo nas relações luso-alemãs e, a partir da segunda metade do século XV, conduziu a um aumento do número de alemães que entraram em contacto com Portugal². Enquanto alguns deles eram apenas viajantes, outros – sobretudo bombardeiros e espingardeiros, mas também mercadores e artífices – estabeleceram-se a longo prazo ou mesmo permanentemente em terras portuguesas d'aquém e d'além-mar. Alguns destes alemães deixaram testemunhos que iluminam as suas experiências em Portugal e no ultramar. No período compreendido entre 1450 e 1525, no qual se enquadra o presente estudo, há que distinguir dois grupos de alemães que se destacam na produção de fontes escritas: os viajantes e os mercadores.

Seleccionámos os depoimentos de três viajantes alemães que passaram por Portugal na segunda metade de Quatrocentos, bem como os testemunhos de três agentes comerciais de empresas alemãs estabelecidas em Lisboa e no ultramar no primeiro quartel do século XVI. Em relação a estes documentos pretende-se compreender semelhanças e contrastes relativamente às observações feitas a respeito de Portugal e dos Portugueses.

² A. H. de Oliveira MARQUES, "Deutsche Reisende im Portugal des 15. Jahrhunderts", in Marília dos Santos Lopes *et al.* (eds.), *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, Pfaffenweiler, Centaurus, 1995, pp. 11-26; Marion EHRHARDT, *A Alemanha e os Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Texto, 1989, pp. 13-19.

1. Os viajantes

O primeiro grupo mencionado, o dos viajantes, era composto por personagens ligadas à corte imperial, nobres, clérigos, diplomatas, cavaleiros, bem como um médico e humanista. Alguns destes viajantes fixaram as suas impressões por escrito. É o caso de Nicolaus Lanckmann von Valckenstein³, capelão e embaixador do sacro imperador Frederico III, que se deslocou a Portugal em 1451. Valckenstein liderava uma comitiva imperial⁴ e foi incumbido de efectuar, em nome de Frederico III, o casamento *per procurationem* com D. Leonor, irmã de D. Afonso V. Seguidamente acompanhou a noiva de Lisboa para Itália, onde se realizou, em Março de 1452, o casamento e a coroação de Frederico III e D. Leonor em São Pedro de Roma⁵.

Nicolaus Lanckmann von Valckenstein deixou um relato pormenorizado sobre esta missão, no qual transparece claramente o encantamento do capelão imperial por Portugal. Ficou particularmente impressionado pelo esplendor da corte portuguesa que contrastava visivelmente com a vida mais sóbria na corte de Frederico III. Os enviados alemães foram levados pelos anfitriões a vários lugares como, por exemplo, a Sintra, à Batalha e a Alcobaça. “Quanta magnificência e beleza”⁶, salienta Valckenstein encantado. E acrescenta:

“Ó Portugal, boa terra! Aí há abundância de pão, de vinho, e de azeite, e muitos e diversos frutos de árvores, laranjas, limas, limões, romãs, figos, maçãs, animais do campo, carnes bravias, carnes e pescado, mel. Em muitos lugares, dá-se o açúcar em cana. Ó Sintra, ameníssimo lugar real e horto decorado com tantas árvores, com a sua ribeira, com boas trutas! E devotos frades, aí, no mosteiro de S. Jerónimo, vivendo segundo a sua Regra!”⁷

Durante a viagem para Itália, a frota fez escala em Ceuta. A comitiva alemã entrou, deste modo, em contacto com o mundo colonial de Portugal. Valckenstein descreveu Ceuta como uma “grande cidade, duas vezes maior que Viena, no ducado da Áustria”⁸. O clérigo alemão interpretou a conquista desta praça costeira

³ Aires A. NASCIMENTO (ed.), *Leonor de Portugal: Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

⁴ O relato de Valckenstein não apresenta indicações específicas relativamente à composição numérica da comitiva. Sabe-se apenas que nela participaram, além de Valckenstein, o capelão Jacob Motz e Christoph Ungnad, um cavaleiro oriundo da Caríntia.

⁵ Lopo de ALMEIDA, *Cartas de Itália*, Rodrigues Lapa (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

⁶ *Apud* NASCIMENTO (1992), 43.

⁷ *Idem, ibidem*, pp. 52-53.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 57.

pelos Portugueses como um julgamento divino, não deixando dúvidas acerca da legitimação das operações militares na terra dos “infiéis”.

“Mas o sereníssimo senhor rei de Portugal conquistou a cidade com pesados e grandes custos, e desbaratou os africanos. E desencadeou grande luta contra os africanos, mas Deus omnipotente, de modo admirável, concedeu a vitória aos cristãos.”⁹

“Nesse domínio, todos os cristãos têm, da Sé Apostólica, absolvição geral e remissão de todos os pecados, de acordo com o teor da bula, em razão das lutas que diariamente travam contra africanos e infiéis, no mar e em terra.”¹⁰

Valckenstein terminou a descrição sobre a sua experiência de três dias no continente africano com uma frase que transmite, claramente, o fascínio do viajante, mas também as esperanças e as preocupações do cristão e homem da igreja: “Ó África, boa e fértil terra! Mas como são tão poucos os cristãos!”¹¹ É de notar, portanto, que o autor se ocupa com a Expansão Portuguesa. Esta temática chamou também a atenção de um outro alemão que se deslocou poucos anos depois para Portugal e Ceuta: Georg von Ehingen.

Georg von Ehingen¹² viajou em 1457 para Portugal acompanhado por Georg von Ramsyden de Salzburgo. Os dois cavaleiros alemães haviam procurado, no ano anterior, a Península Ibérica para se distinguirem na luta contra os pagãos. Depois de terem participado na guerra contra os Mouros de Granada, dirigiram-se para Portugal e daí para Ceuta, apoiando os Portugueses na defesa desta cidade. Passado sete meses, regressaram à corte de D. Afonso V, que os recompensou generosamente pelos serviços prestados no Norte de África. No seu relato, Georg von Ehingen refere: “Fomos extremamente bem recebidos pelo rei. Êle deu-me uma caixa cheia de moedas portuguesas que dividi com o meu companheiro.”¹³

⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 59.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 61.

¹² Na literatura port.: Jorge de Ehingen. O relato de Ehingen intitula-se *Des schwaebischen Ritters Georg von Ehingen Reisen nach der Ritterschaft in den Jahren 1456 bis 1458*. O manuscrito original de 1467 encontra-se na *Württembergische Landesbibliothek* em Estugarda. Existe, na Biblioteca da Ajuda (BA, Cód. 52-XIII-33), uma cópia de uma parte do manuscrito que se refere, em primeiro lugar, às aventuras dos dois cavaleiros em Portugal e na África do Norte. Uma versão incompleta do documento com tradução portuguesa encontra-se em E. A. STRASEN e Alfredo GÂNDARA, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Lisboa, 1944, pp. 52-65. Vejam-se Gabriele EHRMANN (ed.), *Georg von Ehingen, Reisen nach der Ritterschaft: Edition, Untersuchung, Kommentar*, Teil 1, Göppingen, Kümmerle Verlag, 1979; J. Garcia MERCADAL, *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Madrid, Aguilar, 1952, pp. 233-249.

¹³ *Apud* STRASEN (1944), 65.

As experiências de Ehingen em Portugal e Ceuta estiveram claramente no centro da sua obra autobiográfica. O cavaleiro da Suábia mostrou-se fascinado com o esplendor da corte de D. Afonso V e das residências dos infantes D. Henrique e D. Fernando, onde foram, como ele próprio diz, “*gantz über die maß woll gehalten*”¹⁴, ou seja, excessivamente bem tratados. Já durante a primeira estadia na corte real, Ehingen não se poupou a elogios.

“Deram-nos tantas honras e proporcionaram-nos tantos prazeres como nunca aconteceu junto de outro rei ou príncipe. Fomos também muitas vezes conduzidos aos aposentos das damas da rainha onde dançamos belamente; saltos, lutas, lançamento, esgrima, corridas de cavalos e ginetes, acompanhados de banquetes; eu passei uma boa vida. O rei chamava-se Afonso e era um belo príncipe de boa estatura e o mais cristão, valente e justo rei que eu conheci. Mantinha também a sua côrte real, tinha junto de si dois marquêses e muitos condes, fidalgos e cavaleiros, e uma mulher extraordinariamente bonita.”¹⁵

Sobre o país dos seus anfitriões refere:

“É também um país bem cultivado, onde se criam as melhores e mais doces frutas e vinho, trigo, azeite, açúcar, uvas, e que tem muito sal. Fomos muito obsequiados naquele reino, em palácios, cidades, e conventos dos quais o mais lindo que vi foi o da ordem de S. Domingos onde os reis de Portugal ficam sepultados, e que é chamado “da batalha”, porque há muitos anos um rei de Portugal ganhou ali uma batalha contra os espanhóis.”¹⁶

Outro relato no qual um viajante do Sacro Império descreve a sua passagem por terras lusas no século XV deriva de Hieronymus Münzer¹⁷. É o denominado *Itinerarium*¹⁸ que o médico e humanista de Nuremberga elaborou após a sua viagem

¹⁴ BA, 52-XIII-33.

¹⁵ *Apud* STRASEN (1944), 54-55.

¹⁶ *Idem, ibidem*, 56.

¹⁷ Nos estudos portugueses é habitualmente designado por Jerónimo Monetário.

¹⁸ O título completo: *Itinerarium suie Peregrinatio Excelltissimi viri, artium as utriusaz medicine doctoris, Hieroni monetarii de Feltkirchen, Civis Nurembergensis*. O original do relato perdeu-se, mas existe uma cópia do manuscrito, redigida entre 1502 e 1506, por Hartmann Schedel. Esta foi redescoberta em 1845 e encontra-se hoje na *Bayerische Staatsbibliothek* em Munique (BSB, *Clm* 431, Fol. 96-274v.). Acerca da história do códice *Clm* 431, vd. René HURTIENNE, “Ein Gelehrter und sein Text. Zur Gesamtedition des Reiseberichts von Dr. Hieronymus Münzer, 1494/95 (*Clm* 431)”, in H. Neuhaus (ed.), *Erlanger Editionen. Grundlagenforschung durch Quelleneditionen: Berichte und Studien*, Erlangen/ Jena, Palm&Enke, 2009, pp. 255-272. Uma tradução portuguesa do relato de Münzer em Basílio de VASCONCELOS, “‘Itinerário’ do Dr. Jerónimo Münzer”, *O Instituto*, Vol. 80 (1930), pp. 541-569. Em castelhano: Jerónimo MÜNZER, *Viaje por*

à Península Ibérica realizada em 1494/95¹⁹. O *Itinerarium* não é somente um documento valiosíssimo por causa dos detalhes que reflectem os conhecimentos, que circularam em Nuremberga, referentes a Portugal e aos Descobrimentos. Albrecht Classen considerou esta obra, na perspectiva alemã, como o relato de viagem mais importante que, em toda a Idade Média e início da Idade Moderna, foi escrito sobre a Península Ibérica²⁰. De facto, trata-se de uma descrição pormenorizada de um observador muito atento que revela os múltiplos interesses e as várias funções e missões que Münzer desempenhou na sua viagem, como as de diplomata e enviado do imperador Maximiliano I²¹. Em finais de Novembro de 1494, Münzer encontrou-se na corte de D. João II, em Évora, com o rei e teve com este uma conversa prolongada sobre questões relativas à cosmografia, às viagens dos Descobrimentos e a aspectos económicos da expansão marítima portuguesa. Acerca do rei de Portugal realça:

“O rei D. João 2.º é um homem instruíssimo e em tudo muito sagaz; governa em paz e tranqüilidade o seu reino. É muito afável e amigo de indagar de muitas cousas. Àqueles que o procuram e se gabam de emprêsas guerreiras, de navegação ou quaisquer outras, ouve-os atentamente, manda apresentar as provas ou demonstrações, e, se os acha verídicos e valentes, não os deixa sem recompensa. Tem também uma grande habilidade para adquirir riquezas com mercadorias e outras cousas.”²²

Relativamente à estadia dos viajantes alemães em Portugal, o *Itinerarium* de Münzer contém cinco capítulos. Os três primeiros (*De Ulixbona, nunc Lisibona,*

España y Portugal: 1494-1495, Ramón Alba (int.), Madrid, Ediciones Polifemo, 1991; MERCADAL (1952), 327-417.

¹⁹ Münzer terá partido, de Nuremberga, no início de Agosto de 1494, acompanhado de Anton Herwart de Augsburg e dos nuremberguêses Kaspar Fischer e Nikolaus Wolkenstein. O facto de todos os seus companheiros serem mercadores deixa supor que o interesse económico desempenhava um papel fulcral nesta viagem à Península Ibérica. Veja-se Klaus HERBERS, “Die ‘ganze’ Hispania: der Nürnberger Hieronymus Münzer unterwegs – seine Ziele und Wahrnehmungen auf der Iberischen Halbinsel (1494-1495)”, in Rainer Babel e Werner Paravicini (eds.), *Grand Tour. Adeliges Reisen und europäische Kultur vom 14. bis zum 18. Jahrhundert*, Ostfildern, Jan Thorbecke, 2005, pp. 293-308.

²⁰ Albrecht CLASSEN, “Die Iberische Halbinsel aus der Sicht eines humanistischen Nürnberger Gelehrten Hieronymus Münzer: *Itinerarium Hispanicum* (1494-1495)”, *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*, vol. 111 (2003), p. 318.

²¹ Sobre as funções e missões que Münzer desempenhou na sua viagem, vd. K. HERBERS, “Murcia ist so groß wie Nürnberg’ – Nürnberg und Nürnberger auf der Iberischen Halbinsel: Eindrücke und Wechselbeziehungen”, in Helmut Neuhaus (ed.), *Nürnberg. Eine europäische Stadt in Mittelalter und Neuzeit*, Nürnberg, Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg, 2000, pp. 151-183; R. HURTIENNE, “Arzt auf Reisen. Medizinische Nachrichten im Reisebericht des *doctoris utriusque medicinae* Hieronymus Münzer (†1508) aus Nürnberg”, in Franz Fuchs (ed.), *Medizin, Jurisprudenz und Humanismus in Nürnberg um 1500*, Wiesbaden, Harrassowitz, 2010, pp. 47-69.

²² *Apud* VASCONCELOS (1930), 548.

De portu maris Ulixbone e *De civilitate populi et agro eius*) referem-se directamente a Lisboa e às observações que Münzer aí efectuou. Os últimos dois capítulos (*De Terra Portugaliae* e *De Africa maritima occidentali*) baseiam-se, no entanto, em informações que Münzer havia recolhido acerca de Portugal e das colónias portuguesas em África, informações estas que considerou tão interessantes, que as introduziu no *Itinerarium*. Neste relato, Münzer destaca as grandes capacidades políticas e comerciais do *Príncipe Perfeito* e sublinha o comércio rentável que os Portugueses praticavam na Guiné. Fala *expressis verbis* de um “lucro incrível”²³ que D. João II tirava anualmente destes negócios. É de notar que Münzer concedeu particular atenção às questões económicas, referindo-se, por exemplo, à produção abundante de sal, azeite e vinho nas margens do rio Tejo, à riqueza em uvas, figos e amêndoas no Algarve e à prosperidade do comércio em Lisboa. Ficou muito impressionado pela visita da Casa da Mina e pelo grande número de escravos negros que viu na cidade do Tejo. Sobre a população, que aí encontrou, refere:

“As pessoas do povo, de ambos os sexos, são muito afáveis. Os alemães da Flandres são geralmente muito ricos, e moram na Praça e na Rua Nova, que foi feita à imitação das da Alemanha; empregam-se geralmente na compra de mercadorias. Há também judeus riquíssimos, que se dedicam à venda de mercadorias, e que vivem só do trabalho dos seus escravos.”²⁴

Após olharmos para estes três exemplos de viajantes alemães com estadias que variavam entre poucas semanas e vários meses, pode-se concluir que, em geral, Portugal e os Portugueses são retratados de uma forma muito positiva. É de reparar também que todos os autores acima mencionados concedem uma especial atenção às notícias vindas de além-mar e aos assuntos ligados à Expansão Portuguesa. Este é um aspecto que os referidos relatos e outros documentos que surgiram no mesmo período²⁵ têm em comum.

²³ *Idem, ibidem*, p. 562.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 564.

²⁵ Além de Nicolaus Lanckmann von Valckenstein, Georg von Ehingen e Hieronymus Münzer, houve outras personagens oriundas do Sacro Império Romano-Germânico que viajaram na segunda metade do século XV pelo território português, fixando por escrito as impressões obtidas. De mais duas destas viagens existem relatos, mais precisamente das de Leo von Rožmitál, cunhado do rei da Boémia, e de Niclas Popielowo, um polaco oriundo da Silésia. Este último mencionado articulou-se sobre os Portugueses num tom menos positivo. Sobre os respectivos relatos, vd. MERCADAL (1952) 259-325; J. A. SCHMELLER (ed.), “Des böhmischen Herrn Leo’s von Rožmítal Ritter-, Hof- und Pilgerreise durch die Abendlande 1465-1467. Beschrieben durch Gabriel Tetzl von Nürnberg”, *Bibliothek des Literarischen Vereins in Stuttgart*, vol. 7 (1844), pp. 144-196; Paulo Drumond BRAGA, “Um polaco em Portugal no tempo de D. João II: Nicolaus von Popplau”, in Paulo Drumond Braga (ed.), *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Hugin, 2005, pp. 221-235.

Seguidamente lançaremos um olhar sobre os depoimentos de vários alemães que tiveram uma estadia mais prolongada em Portugal. Referir-nos-emos àqueles que desconheciam ou pouco conheciam a vida esplêndida e opulenta na corte, aos que cá trabalhavam continuamente e que experienciaram a vida quotidiana em Lisboa e também, ainda, nas possessões portuguesas no ultramar. Aqui o teor das observações sobre Portugal e os Portugueses revela-se bem diferente, como iremos ver a seguir. Recorremos aos testemunhos de alguns mercadores alemães, que constituem as fontes mais esclarecedoras. São de destacar as afirmações de Lucas Rem, Lazarus Nürnberger e Jörg Pock, ou seja, de três agentes comerciais que, no início de Quinhentos, representaram duas das poderosas firmas alemãs estabelecidas em Lisboa.

2. Os mercadores

Como consequência da abertura do caminho marítimo para a Índia pelos Portugueses e da chegada das cobiçadas especiarias do Espaço Índico a Lisboa estabeleceram-se, no início de Quinhentos, várias casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga na capital portuguesa com o intuito de aí fundarem feitorias e entrarem em negociações diretas com a Coroa portuguesa relativamente ao comércio ultramarino²⁶. A companhia dos Welser-Vöhlin²⁷ foi a primeira firma alemã que ergueu uma filial em Lisboa, mais precisamente em Setembro de 1503. Lucas Rem²⁸ era o primeiro feitor dos Welser-Vöhlin em terras lusas. Permaneceu nesta função de 1503 a 1508 e, uma segunda vez, em 1509/1510. O seu relato autobiográfico, o denominado *Tagebuch*²⁹, uma espécie de diário, constitui uma

²⁶ Sobre o estabelecimento das casas comerciais da Alta Alemanha em Portugal vejam-se A. A. Marques de ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, pp. 55-62; Walter GROSSHAUPT, “Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg”, in Jean Aubin (ed.), *La découverte, le Portugal, et l’Europe: actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 359-397; Jürgen POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit Verlag, 2000, pp. 97-150.

²⁷ Sobre os Welser, em geral, e as suas relações comerciais com Portugal, vd. Mark HÄBERLEIN e Johannes BURKHARDT (eds.), *Die Welser. Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*, Berlin, Akademie Verlag, 2002; Angelika WESTERMANN e Stefanie von WELSER (eds.), *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, St. Katharinen, Scripta Mercaturae Verlag, 2009; J. POHLE, “Welser, Casa comercial dos”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, Lisboa, CHAM, 2011. [Consultado em 24/09/2016]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/>.

²⁸ Sobre Lucas Rem e seu diário vejam-se EHRHARDT (1989), 103-111; J. POHLE, “Lucas Rem e Sebald Kneussel: due agenti commerciali tedeschi a Lisbona all’inizio del secolo XVI e le loro testimonianze”, *Storia Economica*, Vol. XVIII, N.º 2 (2015), pp. 315-329.

²⁹ B. GREIFF (ed.), *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, Augsburg, Hartmann’sche Bruchdruckerei, 1861.

das fontes principais que ilumina a história das relações luso-alemãs no início do século XVI. Neste documento transparece que a vida em Lisboa era, por vezes, bastante complicada, particularmente, devido aos múltiplos surtos epidémicos e aos problemas internos na colónia alemã³⁰. É de notar que o feitor alemão ficou visivelmente perturbado com a peste que grassou na capital portuguesa. Lucas Rem queixou-se, além disso, várias vezes das práticas mercantis duvidosas de D. Manuel I. Por detrás das irritações de Rem encontramos a seguinte razão: os Welser pertenciam a um consórcio italo-germânico que havia investido em três navios da armada de D. Francisco de Almeida que partiu para a Índia em 1505³¹. A companhia de Augsburg dessempehou um papel preponderante, disponibilizando 20.000 dos 65.000 cruzados, quase um terço do total do investimento estrangeiro. Após o regresso da frota a Lisboa, em 1506, os negócios com a Coroa portuguesa complicaram-se bastante, porque o *Venturoso* tinha, entretanto, monopolizado o comércio da pimenta, que era claramente o produto mais cobiçado pelos mercadores forasteiros³². O monarca português, que temia uma queda de preços da pimenta, recusava-se agora a entregar aos comerciantes alemães as mercadorias a que tinham direito. Lucas Rem indignou-se no seu diário sobre esta medida que lhe trouxe “um excesso de preocupações, trabalho supérfluo, grande repulsa”³³, conduzindo a “imensos, grandes e complicados processos jurídicos, em que batalhei durante três anos”³⁴.

Rem não foi o único empregado das empresas alemãs estabelecidas em Lisboa que se queixou das más condições de vida no extremo Sudoeste da Europa. Outros seus conterrâneos lamentaram igualmente os surtos epidémicos, mas também terremotos e um clima a que não estavam habituados e que dificultava o

³⁰ Sobre a vida e as rivalidades na colónia dos mercadores alemães em Lisboa, vd. Reinhard JAKOB, “Der Skandal um einen Nürnberger Imhoff-Faktor im Lissabon der Renaissance. Der Fall Calixtus Schüler und der Bericht Sebald Kneussels (1512)”, *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung*, Vol. 60 (2000), pp. 83-112; J. POHLE, “Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, N.º 3 (2015), pp. 19-38. [Consultado em 24/09/2016]. Disponível em http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/03_alema.pdf.

³¹ Sobre a participação alemã na expedição portuguesa à Índia nos anos de 1505/06, vd. Franz HÜMMERICH, *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*, München, Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1918; Konrad HÄBLER, *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*, Leipzig, Hirschfeld, 1903; Rolf WALTER, “Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert – Die Begegnung zweier Welten”, in Stephan Füssel (ed.), *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*, vol. 2, München, Wilhelm Fink, 1987, pp. 47-51; António Alberto Banha de ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, pp. 475-488.

³² GROSSHAUPT (1990), 374.

³³ GREIFF (1861), 8: “on mas enxtig mie, überflisig arbit, gros widerwertikait”.

³⁴ *Idem, ibidem*: “on mas fil grosse und schwere Recht, den Ich aus wartet ob 3 Jar”.

trabalho³⁵. Existem vários exemplos de contratos celebrados entre as companhias alemãs e os seus feitores, que mostram que estes últimos haviam insistido num tempo limite para eventuais missões em Portugal. Havia até cláusulas que excluía definitivamente deslocações do respectivo agente comercial à Índia³⁶. Tais artigos contratuais alimentam a ideia de que Lisboa estava longe de ser um local preferencial de trabalho para os empregados das casas comerciais alemãs. O próprio Lucas Rem esteve à beira de uma ruptura com os seus patrões quando, em 1509, o enviaram uma segunda vez para Portugal³⁷.

Uma das principais tarefas desta segunda missão de Rem em terras lusas esteve relacionada com a reorganização da feitoria que os Welser possuíam na Madeira, onde negociaram com açúcar. Rem recordou-se, nos seus apontamentos autobiográficos, dos “muitos, prolongados e grandes protestos” contra a administração portuguesa no arquipélago, nomeadamente contra o “capitão” e o “contador”, que tinham tratado os delegados alemães com “grande injustiça e violência aberta”³⁸. Rem reclamou que passou novamente a maior parte do tempo em processos aborrecidos contra a Coroa portuguesa, relacionados com os negócios da Índia e do açúcar. Durante o Inverno permaneceu quase dois meses na corte de D. Manuel I. Em relação a esta estadia o tom do alemão modificou-se. No seu diário afirma que foi muito bem tratado pelo rei.

“No dia 5 de Dezembro, desloquei-me a Almeirim e Santarém, onde o rei de Portugal costuma estar com a corte. Variadíssimos negócios tive de aí resolver, litígios e outros assuntos. Permaneci então na corte em ambos os sítios, ora aqui, ora acolá, e encontrei um rei extremamente clemente e generoso, tanto, que tinha de estar na sua companhia a maior parte do tempo e todos os dias – as tardes passa-as sempre sozinho com a rainha. (...) Convocou-me muitas vezes para os conselhos, mostrando-me um enorme afecto.”³⁹

³⁵ Hermann KELLENBENZ, “Die Beziehungen Nürnbergs zur Iberischen Halbinsel, besonders im 15. und in der ersten Hälfte des 16. Jahrhunderts”, *Beiträge zur Wirtschaftsgeschichte Nürnbergs*, Vol. 1 (1967), pp. 472-477.

³⁶ GNM, FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 17 e 28.

³⁷ GREIFF (1861), 12.

³⁸ *Idem, ibidem*: “Machet fil lang, gros protest, requirement widern Capitan und Contador, gross unrecht, hell gwalt si uns tatten”.

³⁹ *Idem, ibidem*, 14: “Adi 5 Decemb zoch Ich gen Almerin und Sct. Erren, da portugal king hoff huolt. Fast vilerlay gescheft ich da hett, Rechttten und anders halb. Belib also am baiden ortten, jetz da, dan dort, und het ain fast überaus gnedigen, gunstigen king, so vil, daz ich den mertayl der zeit, altag – die nachmittag er allain bei der künigin ist – bey im seyn muost. (...) Bey und in den Retten er mich oft berieffet, on mas gros liebe erzaiget”.

Após a sua segunda estadia em Portugal, Lucas Rem entrou, uma vez mais, em conflito aberto com os Welser, quando tentou tirar o seu irmão da feitoria de Lisboa. No *Tagebuch* refere: “(...) lutei com muita diligência para livrar o meu irmão Hans de Lisboa, o que era difícil de realizar, constituindo outra afronta entre mim e a companhia (...). Mas consegui salvá-lo e ele saiu daí.”⁴⁰

Apesar destas contrariedades, as casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga insistiram, nesta fase, na sua aposta no mercado português, enviando os seus agentes também para a Índia. Neste contexto são de realçar os depoimentos de dois funcionários da Casa dos Hirschvogel⁴¹, mais precisamente de Lazarus Nürnberger⁴² e de Jörg Pock⁴³ que representaram aquela empresa de Nuremberga em Lisboa por volta de 1520. Os dois agentes comerciais deslocaram-se também à Ásia e pintaram uma imagem bastante negativa da política colonial portuguesa no Espaço Índico. Ambos ficaram bastante revoltados com a corrupção e as crueldades dos Portugueses na Índia e colocaram-se moralmente ao lado dos Indianos.

Lazarus Nürnberger havia acompanhado a armada de António de Saldanha em 1517, permanecendo no subcontinente indiano durante três meses e meio. O jovem alemão deve ter feito esta viagem com a missão de observar os diversos mercados na Costa do Malabar e no reino hindu de Bisnaga⁴⁴. Nürnberger ficou muito impressionado com aquilo que viu e revelou-se um observador muito crítico do domínio colonial e das práticas políticas dos Portugueses na Ásia⁴⁵.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, 16-17: “Und focht fast mit gros fleis, um mein bruder Hans von Lixbona ledigen, das spred von stat gieng, undt ander unwil was zwischen der compan^a. und mein. (...) Doch ich errott In, und kam heraus”.

⁴¹ Sobre os Hirschvogel de Nuremberga e seus negócios em Portugal vejam-se Christa SCHAPER, *Die Hirschvogel von Nürnberg und ihr Handelshaus*, Nürnberg, Verlag für Geschichte der Stadt Nürnberg, 1973; J. POHLE, “Hirschvogel, Casa comercial dos”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, Lisboa, CHAM, 2011. [Consultado em 24/09/2016]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/evol>.

⁴² Anne KROELL, “Le voyage de Lazarus Nürnberger en Inde (1517-1518)”, *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, Vol. 41 (1980), pp. 59-87; R. WALTER, “High-finance interrelated. International Consortiums in the commercial world of the 16th century” (Paper presented at Session 37 of the XIV International Economic History Congress, Helsinki, 21-25 August 2006). [Consultado em 24/09/2016]. Disponível em <http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers1/Walter.pdf>.

⁴³ Sobre Jörg (Georg) Pock e sua estadia na Índia, vd. Hedwig KÖMMERLING-FITZLER, “Der Nürnberger Kaufmann Georg Pock (†1528/29) in Portugiesisch-Indien und im Edelsteinland Vijayanagara”, *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, Vol. 55 (1967/68), pp. 137-184; SCHAPER (1973), 223-233 e 246-247; Franz HALBARTSCHLAGER, “‘Bombardeiros e comerciantes’. Dois exemplos pela colaboração dos alemães na expansão portuguesa no ultramar durante a época de D. João III”, in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (eds.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/ CEPCEP, 2004, pp. 670-677.

⁴⁴ Este reino no interior da Índia é também conhecido por Narsinga. A sua capital, Vijayanâgara, era um dos maiores centros asiáticos para o comércio de diamantes e outras pedras preciosas.

⁴⁵ O relato de Lazarus Nürnberger foi transmitido numa carta dirigida a Willibald Pirckheimer. Este documento, datado de 1 de Dezembro de 1519, faz parte do denominado *Codex Bratislavensis*. que se encontra na Biblioteca Central da Academia Eslovaca de Ciências em Bratislava [ÚKSAV, Rkp. fasc. 515/8, Fol. 180-187]. Foi publicado por Miloslav KRÁSA *et al.* (eds.), *European Expansion 1494-1519. The Voyages*

Salienta que existia, naquela altura, um “ser boss regiment in India untter den Portugaleseren”⁴⁶, ou seja, “um regime muito mau na Índia sob o governo dos Portugueses”. No entender de Nürnberger, a hegemonia portuguesa no Índico passava por uma fase muito precária, quer na Índia, quer em Malaca. Numa carta dirigida ao humanista Willibald Pirckheimer escreveu:

“Também deveis saber que, em Malaca, os Portugueses estão em apuros, porque o povo de todo o país está contra eles, e se o rei português não lhes mandar um grande número de homens armados, Malaca junto com a Índia, será tirada ao rei português. Que Deus volte todas as coisas para melhor! Assim, toda a Índia e Malaca são muito mal administradas pelos Portugueses.”⁴⁷

Nürnberger constatou que os Indianos, apesar da sua enorme supremacia numérica, tinham tanto medo dos Portugueses, que não sabiam como reagir contra este regime de terror⁴⁸.

Também o sucessor do agente comercial alemão na Índia, Jörg Pock, mostrou-se muito preocupado com a situação política no Espaço Índico. Numa carta⁴⁹ que dirigiu no início de 1522, de Cochim para Nuremberga, salientou os problemas que os Portugueses tiveram na Ásia. No seu entender, o Estado da Índia passava, nesta altura, pela sua pior fase, o que foi ainda reforçado pelas divergências que ocorriam entre os próprios Portugueses:

“(…) os mouros reparam aqui, que nenhum português quer o bem do outro, mas que se enganam mutuamente e oprimem os pobres (...); assim, a Índia que está na posse do rei de Portugal nunca se encontrou numa situação tão desfavorável como actualmente; Deus queira que venha a melhorar. (...) Então o rei de Portugal quer que se tome muita terra e que se ergam muitas feitorias, mas não envia nem gente nem dinheiro.”⁵⁰

of Discovery in the Bratislava Manuscript Lyc. 515/8 (Codex Bratislavensis), Prague, Charles University, 1986, pp. 62-70 com uma tradução portuguesa (pp. 139-148).

⁴⁶ ÚKSAV, Rkp. fasc. 515/8, Fol. 185 *apud* KRÁSA (1986), 68.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, 146.

⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁹ Este documento encontra-se no Arquivo da Cidade de Nuremberga [StadtAN, E 11/II, FA Behaim, Nr. 582,14 (carta de Jörg Pock para Michael Behaim, Cochim, 1.1.1522)].

⁵⁰ *Idem, ibidem*: “(...) di moren sehen hie, dz kein portugeser dem andern woll will, sunder einander betrigen, di armen vnnder trucken (...); also dz India, dy weyll eß der konig vonn portugall gehabpt hatt, nie so vbl gestanden ist, alß es yzundt statt; gott woll, dz pesser werdt. (...) So will der konig vonn Portugl, mann soll vil lantz ein nemen vnnd vil factoria auff richten vnnd schickt kein folk noch gelt”.

Pock constatou que o poder dos Portugueses na costa do Malabar era, apesar dos sucessos militares, tão fraco que havia já afectado o comércio, que se ressentia cada vez mais.

Antes da sua estadia na Ásia, Jörg Pock havia representado os Hirschvogel em Lisboa na função de feitor. Nos depoimentos que possuímos deste alemão sobre as suas experiências em Portugal, os preconceitos e estereótipos referentes à mentalidade dos Portugueses são evidentes. Pock critica abertamente o orgulho exagerado dos Lusitanos com as palavras: “(...) pois os Portugueses, que nasceram como Portugueses, envenenam o ar com [as suas] manias”⁵¹. Noutra carta o representante dos Hirschvogel debruça-se sobre a alegada tendência para a ostentação manifestada pelos seus anfitriões, estranhando alguns hábitos com os quais foi confrontado:

“E sabeis, caro senhor, estão aqui as pessoas mais nobres que podeis encontrar no mundo. Cavalgam o dia inteiro na praça e têm quatro criados que andam atrás deles. E quando voltam para casa comem um rabanete com sal, em vez de galinha e carne assada, depois arrotam o dia inteiro. (...) Encontreis cá muitos Portugueses que nunca beberam vinho. Creem que seja a maior vergonha que alguém pode ter; mas quando estão na igreja, há quem arroto que até os pilares parecem querer abanar. Isso é considerado uma honra neste país.”⁵²

3. Conclusão

Através de alguns exemplos de testemunhos pudemos constatar como Portugal e os Portugueses eram vistos por diversos alemães que passaram por terras lusas na segunda metade de Quatrocentos e no primeiro quartel de Quinhentos. Os documentos acima mencionados revelam várias semelhanças, mas também acentuadas diferenças relativamente ao género e ao teor das observações a respeito de Portugal e dos Portugueses, sobretudo quando comparamos os testemunhos dos viajantes com os dos mercadores alemães estabelecidos em terras portuguesas.

⁵¹ *Idem, ibidem*: “dann di portugeser, so portugeser geporn sein, ist der lufft vergifft mit hoffart”.

⁵² StadtAN, E 11/II, FA Behaim, Nr. 582,11b (carta de Jörg Pock para Michael Behaim, Lisboa, 25./30.3.1519): “Vnn wist liber her, eß sein di hoffertigsten lewdt hie, so Irs finden mügt in der welt. Si reynten denn gantzen tag auffm mark vnnnd hab 4 knecht nach in lauffen. Vnd wann si zuo haws reynten, so essen si fuer huenn vnnnd geprattens ein reyttig mit saltz, doch groltzen si den gantzen tag auff (...). Ir findt vil portugaleser hier, di nie kain wein truncken haben. Vermein, eß sey di grost schandt, so einer thun kann; aber wann si in der kirch stann, so lest einer ein groltzer, daß sich di sewl mocht schutten; daß soll ein eer sein in disem landt”.

Os resultados apresentados sobre esta matéria não pretendem ser, de alguma forma, representativos. Para tal as fontes referentes a esta temática são demasiado escassas. Portanto, revela-se bastante complicada a tarefa de filtrar das respectivas fontes uma imagem conclusiva ou geralmente válida que os Alemães tinham sobre Portugal e os Portugueses no alvorecer da Modernidade. Os documentos escolhidos sugerem apenas algumas tendências. Diversos alemães, principalmente aqueles que passaram pelas cortes reais em Portugal, transmitiram nos seus relatos um grande fascínio por aquilo que observaram. Em quase todos estes documentos é evidente o encanto dos relatores por Portugal e pela Expansão Portuguesa. Por outro lado, quando recorremos à voz de alguns mercadores, vimos que as visões de outros germânicos sobre Portugal e os Portugueses eram muito menos favoráveis. Ou seja, enquanto aqueles alemães a que poderíamos designar por turistas⁵³ se lembraram por vezes euforicamente de um Portugal que tão bem os recebeu, o mesmo país parece não ter deixado muitas saudades para outros seus conterrâneos como era o caso de alguns agentes comerciais.

⁵³ MARQUES (1995), 11-13.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Bayerische Staatsbibliothek München (BSB)

- Clm 431.

Biblioteca da Ajuda (BA)

- Cód. 52-XIII-33.

Germanisches Nationalmuseum Nürnberg (GNM)

- FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 17.

- FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 28.

Stadtarchiv Nürnberg (StadtAN)

- E 11/II, FA Behaim, Nr. 582.

Ústředná knižnica Slovenskej akadémie vied (ÚKSAV) [Biblioteca Central da Academia Eslovaca de Ciências / Bratislava]

- Rkp. fasc. 515/8 [*“Codex Bratislavensis”* (Lyc. 515/8)].

Fontes Impressas

ALMEIDA, Lopo de, *Cartas de Itália*, Rodrigues Lapa (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

EHRMANN, Gabriele (ed.), *Georg von Ehingen, Reisen nach der Ritterschaft: Edition, Untersuchung, Kommentar*, Teil 1: Edition, Göppingen, Kümmerle Verlag, 1979.

GREIFF, Benedikt (ed.), *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, Augsburg, Hartmann'sche Bruchdruckerei, 1861.

KRÁSA, Miloslav et al. (eds.), *European Expansion 1494-1519. The Voyages of Discovery in the Bratislava Manuscript Lyc. 515/8 (Codex Bratislavensis)*, Prague, Charles University, 1986.

MERCADAL, J. Garcia, *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Madrid, Aguilar, 1952.

MÜNZER, Jerónimo, *Viaje por España y Portugal: 1494-1495*, Ramón Alba (int.), Madrid, Ediciones Polifemo, 1991.

NASCIMENTO, Aires A. (ed.), *Leonor de Portugal: Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

SCHMELLER, J. A. (ed.), “Des böhmischen Herrn Leo’s von Rožmítal Ritter-, Hof- und Pilgerreise durch die Abendlande 1465-1467. Beschrieben durch Gabriel Tetzl von Nürnberg”, *Bibliothek des Literarischen Vereins in Stuttgart*, vol. 7 (1844), pp. 144-196.

VASCONCELOS, Basílio de, “‘Itinerário’ do Dr. Jerónimo Münzer”, *O Instituto*, Vol. 80 (1930), pp. 541-569.

Estudos

ALMEIDA, A. A. Marques de, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

BRAGA, Paulo Drumond, “Um polaco em Portugal no tempo de D. João II: Nicolaus von Popplau”, in Paulo Drumond Braga (ed.), *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Hugin, 2005, pp. 221-235.

CLASSEN, Albrecht, “Die Iberische Halbinsel aus der Sicht eines humanistischen Nürnberger Gelehrten Hieronymus Münzer: *Itinerarium Hispanicum* (1494-1495)”, *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*, vol. 111 (2003), pp. 317-340.

EHRHARDT, Marion, *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Texto, 1989.

GROSSHAUPT, Walter, “Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg”, in Jean Aubin (ed.), *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 359-397.

HÄBERLEIN, Mark e BURKHARDT, Johannes (eds.), *Die Welser. Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*, Berlin, Akademie Verlag, 2002 (Colloquia Augustana; 16).

HÄBLER, Konrad, *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*, Leipzig, Hirschfeld, 1903.

HALBARTSCHLAGER, Franz, “‘Bombardeiros e comerciantes’. Dois exemplos pela colaboração dos alemães na expansão portuguesa no ultramar durante a época de D. João III”, in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (eds.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM / CEPCEP, 2004, pp. 661-682.

HERBERS, Klaus, “Die ‘ganze’ Hispania: der Nürnberger Hieronymus Münzer unterwegs – seine Ziele und Wahrnehmungen auf der Iberischen Halbinsel (1494-1495)”, in Rainer Babel e Werner Paravicini (eds.), *Grand Tour. Adeliges Reisen und europäische Kultur vom 14. bis zum 18. Jahrhundert*, Ostfildern, Jan Thorbecke, 2005, pp. 293-308.

HERBERS, Klaus, “Murcia ist so groß wie Nürnberg’ – Nürnberg und Nürnberger auf der Iberischen Halbinsel: Eindrücke und Wechselbeziehungen”, in Helmut Neuhaus (ed.), *Nürnberg. Eine europäische Stadt in Mittelalter und Neuzeit*, Nürnberg, Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg, 2000, pp. 151-183.

HÜMMERICH, Franz, *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*, München, Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1918.

- HURTIENNE, René, “Arzt auf Reisen. Medizinische Nachrichten im Reisebericht des *doctoris utriusque medicinae* Hieronymus Münzer (†1508) aus Nürnberg”, in Franz Fuchs (ed.), *Medizin, Jurisprudenz und Humanismus in Nürnberg um 1500*, Wiesbaden, Harrassowitz, 2010, pp. 47-69 (Pirckheimer Jahrbuch für Renaissance- und Humanismusforschung; 24).
- HURTIENNE, René, “Ein Gelehrter und sein Text. Zur Gesamtedition des Reiseberichts von Dr. Hieronymus Münzer, 1494/95 (Clm 431)”, in Helmut Neuhaus (ed.), *Erlanger Editionen. Grundlagenforschung durch Quelleneditionen: Berichte und Studien*, Erlangen/ Jena, Palm&Enke, 2009, pp. 255-272 (Erlanger Studien zur Geschichte; 8).
- JAKOB, Reinhard, “Der Skandal um einen Nürnberger Imhoff-Faktor im Lissabon der Renaissance. Der Fall Calixtus Schüler und der Bericht Sebald Kneussels (1512)”, *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung*, vol. 60 (2000), pp. 83-112.
- KELLENBENZ, Hermann, “Die Beziehungen Nürnbergs zur Iberischen Halbinsel, besonders im 15. und in der ersten Hälfte des 16. Jahrhunderts”, *Beiträge zur Wirtschaftsgeschichte Nürnbergs*, vol. 1 (1967), pp. 456-493.
- KÖMMERLING-FITZLER, Hedwig, “Der Nürnberger Kaufmann Georg Pock (†1528/29) in Portugiesisch-Indien und im Edelsteinland Vijayanagara”, *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, vol. 55 (1967/68), pp. 137-184.
- KROELL, Anne, “Le voyage de Lazarus Nürnberger en Inde (1517-1518)”, *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, vol. 41 (1980), pp. 59-87.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “Deutsche Reisende im Portugal des 15. Jahrhunderts”, in Marília dos Santos Lopes et al. (eds.), *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, Pfaffenweiler, Centaurus, 1995, pp. 11-26.
- POHLE, Jürgen, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit Verlag, 2000.
- POHLE, Jürgen, “Hirschvogel, Casa comercial dos”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, Lisboa, CHAM, 2011. [Consultado em 24/09/2016]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/>.

- POHLE, Jürgen, “Lucas Rem e Sebald Kneussel: due agenti commerciali tedeschi a Lisbona all’inizio del secolo XVI e le loro testimonianze”, *Storia Economica*, Vol. XVIII, N.º 2 (2015), pp. 315-329.
- POHLE, Jürgen, “Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, N.º 3 (2015), pp. 19-38. [Consultado em 24/09/2016]. Disponível em http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/03_alema.pdf.
- POHLE, Jürgen, “Welser, Casa comercial dos”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, Lisboa, CHAM, 2011. [Consultado em 24/09/2016]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/>.
- SCHAPER, Christa, *Die Hirschvogel von Nürnberg und ihr Handelshaus*, Nürnberg, Verlag für Geschichte der Stadt Nürnberg, 1973 (Nürnberger Forschungen; 18).
- STRASEN, E. A. e GÂNDARA, Alfredo, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Berlim, Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944.
- WALTER, Rolf, “High-finance interrelated. International Consortiums in the commercial world of the 16th century” (Paper presented at Session 37 of the XIV International Economic History Congress, Helsinki, 21-25 August 2006). [Consultado em 24/09/2016]. Disponível em <http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers1/Walter.pdf>.
- WALTER, Rolf, “Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert – Die Begegnung zweier Welten”, in Stephan Füssel (ed.), *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*, vol. 2, München, Wilhelm Fink, 1987, pp. 45-82.
- WESTERMANN, Angelika e WELSER, Stefanie von (eds.), *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, St. Katharinen, Scripta Mercaturae Verlag, 2009.

PARTE IV
Fronteiras e Europeização

Amigos para a vida?

Solidariedades dos estudantes portugueses na Península Itálica (finais do séc. XIV – inícios do séc. XV)

Mário Farelo¹

Resumo

Este trabalho aprofunda uma faceta da *peregrinatio academica* medieval portuguesa menos conhecida. A partir de um conjunto documental publicado pelo Pe. António Domingues de Sousa Costa pretende-se entrever as dimensões de solidariedade tecidas pelo grupo de estudantes portugueses identificáveis na península itálica entre os finais do século XIV e os inícios do seguinte. Observar-se-á sob que formas as solidariedades, tecidas ou aprofundadas no meio universitário, contribuíram então para um melhor esclarecimento dos percursos socio-funcionais dos membros do grupo, assim como das respetivas inserções nas instituições de poder no reino português.

Palavras-chave

Peregrinatio academica; oficialato régio; oligarquias de Lisboa; episcopado português; Universidade de Bolonha; solidariedades estudantis.

¹ Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IEM-NOVA FSCH); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP); Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-UL).

Abstract

This paper stresses a lesser known profile of the medieval Portuguese *peregrinatio academica*. From a documentary set published by Fr. António Domingues de Sousa Costa, it is intended to glimpse the various dimensions of the social ties woven by the group of Portuguese students identifiable in the Italian peninsula between the end of the 14th century and the beginning of the next. These forms of solidarities, woven or deepened in university context, contributed to a better clarification of the socio-functional paths of the members of the group, as well as of their insertion in the institutions of power in the Portuguese kingdom.

Keywords

Peregrinatio academica; royal officialdom; Lisbon oligarchies; Portuguese episcopacy; University of Bologna; student solidarities

Conhece-se, na generalidade, os contornos da presença de mestres e estudantes portugueses nas universidades medievais². Inserido na história cultural do reino, este fenómeno, associado a uma autêntica peregrinação – e por isso conceptualizado em torno da ideia de *peregrinatio academica* –, tem sido estudado *per se*: procura-se estabelecer a cronologia e os destinos dos fluxos estudantis, procura-se caracterizar a sociologia dos seus agentes e tenta-se estabelecer os respetivos percursos benéficos e inserções institucionais, nomeadamente na burocracia régia, no oficialato camarário, nas estruturas cimeiras da Igreja no

² Esse conhecimento tem sido difundido, em grande medida, através das sínteses que têm sido produzidas sobre o assunto nos últimos três decénios: António Resende de OLIVEIRA, “As Instituições de Ensino”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*, vol. III: Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luis de Carvalho Homem (coords.), *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portucalense à Crise do Séc. XIV*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 635-659; *idem*, “A mobilidade dos universitários”, in *História da Universidade em Portugal*, vol. I: 1290-1536, Coimbra-Lisboa, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 339-356; Mário FARELO, “On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment”, in Ole Peter Grell, Andrew Cunningham e Jon Arrizabalaga (eds.), *Centers of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham, Ashgate, 2010, p. 127-147; *idem*, “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento”, in Hermenegildo Fernandes (ed.), *A Universidade Medieval em Lisboa, Séculos XIII-XVI*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 237-265; Armando NORTE e André de OLIVEIRA-LEITÃO, “A mobilidade dos escolares portugueses: a *peregrinatio academica* entre os séculos XII e XV”, *Lusitania Sacra*, vol. 33 (Janeiro-Junho 2016), pp. 43-98.

reino (episcopado, cabidos catedralícios) e mesmo na Universidade³. A partir da análise do recrutamento destas instituições, tem-se intuído que a formação *in terra aliena* constituía um elemento de promoção importante, em linha com o que é conhecido sobre a importância global de uma formação académica superior na promoção socio-funcional de um indivíduo e da sua respetiva aproximação ao poder⁴.

Sem negar a operacionalidade dessa relação, quase simbiótica, entre a aquisição de um diploma universitário no estrangeiro e a introdução do seu titular nas esferas de poder do reino, não convém no entanto sobrevalorizá-la. Desde logo, porque não é possível, em geral, determinar o *peso* dessa formação estrangeira na introdução do indivíduo nesses círculos de poder, sobretudo quando se observa a presença de outros elementos promocionais no respetivo *curriculum*, como a extração familiar, um conhecimento anterior das referidas instituições ou as solidariedades mantidas com *gentes de poder*. De igual modo, é preciso ter a noção de nem todos aqueles que estudaram no estrangeiro usufruíram carreiras de *sucesso*, da mesma forma que não foi necessária uma saída do reino para a prossecução de um percurso substantivo nas estruturas de poder no reino português⁵.

De facto, torna-se excessivamente redutor percecionar o fenómeno dessa *peregrinatio academica* unicamente à luz da introdução dos estudantes das instituições governativas leigas e eclesiásticas do reino. Com efeito, a permanência no estrangeiro constituía uma experiência de vida ímpar e muito mais multifacetada, com repercussões várias para as carreiras subsequentes

³ Armando Luís Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 179-181; Maria Helena da Cruz COELHO, “Les Élités municipales”, *Anais – Série História da Universidade Autónoma de Lisboa*, vol. 2 (1995), p. 52; *eadem*, “Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal médiéval (XIV^e et XV^e siècles)”, in Raphaëla Averkorn, Winfried Eberhard, Reimund Haas und Bernd Schmies (eds.), *Europa und die Welt in der Geschichte. Festschrift für Dieter Berg zu seinem 60. Geburtstag von Dieter Berg*, Bochum, Verlag Dr. Dieter Winkler, 2004, pp. 313-334; Mário FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, Universidade de Lisboa, 2004, pp. 197-206.

⁴ Salvador de MOXÓ, “La promoción política y social de los ‘letrados’ en la Corte de Alfonso XI”, *Hispania*, N^o 129 (1987), pp. 5-29; Jacques VERGER, *Les gens de savoir dans l’Europe de la fin du Moyen Âge*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998; Bernard CHEVALIER, “Le pouvoir par le savoir: le renouvellement des élites urbaines en France au début de l’Âge Moderne (1350-1550)”, in Claude Petitfrère (ed.), *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l’Antiquité au XX^e siècle, Actes du colloque tenu à Tours en 1998*, Tours, Centre d’histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, p. 73; Maurice BERTHE, “Les élites urbaines méridionales au Moyen Âge (XI^e-XV^e siècles)”, *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France*, hors série, 2002, pp. 21-22; André GOURON, “Le rôle social des juristes dans les villes méridionales du Moyen Âge”, in André Gouron, *La Science du Droit dans le Midi de la France au Moyen Âge*, London, Variorum Reprints, 1984, art. III, pp. 56-58; José María CRUSELLES, “Familia y promoción social: Los Lopiç de Valencia (1448-1493)”, *Estudis Castellonencs*, vol. 3 (1986), p. 379, entre muitos outros.

⁵ Vejam-se, por exemplo, os percursos recensados por Maria Helena da Cruz Coelho em COELHO (2004), 326.

dos migrantes, que a falta de informação não permite devidamente enquadrar. Como sublinhou com justeza Jacques Verger, esse exílio no estrangeiro constituía “uma experiência humana insubstituível, que fortalecia o carácter, alargava os horizontes, criava laços sociais, de amizade ou de fidelidade, particularmente duráveis”⁶. Nesta perspetiva, qualquer período passado fora do reino tinha o potencial de se assumir como um elemento promocional importante. Mais do que simplesmente o diploma adquirido, o estudante poderia beneficiar, no futuro, das competências linguísticas e administrativas que entretanto adquiriu, da experiência dos acontecimentos que vivenciou ou das pessoas que encontrou na Universidade. Por exemplo, aludir ao conhecimento pessoal que um clérigo poderia ter de um papa, quando este último havia sido seu colega ou seu professor na universidade, constituía um argumento que muitos impetrantes de benefícios eclesiásticos não deixaram de explorar⁷.

Apesar da sua importância, facilmente intuída, não se tem valorizado o impacto destas solidariedades universitárias enquanto elemento operativo na explicação dos percursos socio-funcionais dos antigos estudantes *peregrinos*. Subjacente a esta situação está, obviamente, um problema heurístico. Para o período medieval, os historiadores raramente beneficiam dos arquivos pessoais e de textos autobiográficos, reveladores dos pensamentos e do quotidiano dos estudantes, da mesma forma que a documentação redigida em meio universitário – seja aquela redigida em nome do estudante, seja aquela produzida pelas próprias instituições universitárias – dificilmente detalha o dia-a-dia das diversas comunidades estrangeiras numa determinada cidade universitária⁸.

A publicação de um corpo de documentos referente à presença de estudantes portugueses na Universidade de Bolonha, entre os finais do século XIV e os inícios do século XV – correspondente *grosso modo* ao final do reinado de D. Fernando

⁶ Jacques VERGER, “La mobilité étudiante au Moyen Âge”, *Histoire de l’éducation*, Nº 50 (mai 1991), p. 88. Para uma cómoda tipologia dos desafios que se colocavam ao estudante estrangeiro, veja-se Elisabeth MORNET e Jacques VERGER, “Heurs et malheurs de l’étudiant étranger”, in *L’étranger au Moyen âge. Actes du XXXe congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*. Göttingen, 1999, Paris, Publications de la Sorbonne, 2000, pp. 217-232.

⁷ Afonso Eanes de Barcelos, na súplica que endereçou a Clemente VI em 1342, não esqueceu de referir a sua condição de sobrinho de Pedro Domingues e Rodrigo Domingues, outrora escolares respetivamente em Artes e Decretos na Universidade de Paris, colegas e amigos (“sociorum et amicorum”) do então papa. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968, pp. 7-8.

⁸ A exceção a este panorama é a documentação produzida no seio das nações existentes em algumas universidades dotadas de um recrutamento internacional como Paris e Bolonha, sendo estas nações destinadas a encadrar e proteger os interesses das comunidades estudantis estrangeiras aí radicadas. Veja-se sobre isso o clássico Pearl KIBRE, *The nations in the medieval universities*, Cambridge (Mass.), Medieval Academy of America, 1948, em especial as pp. 3-64 e 116-122 e, em específico para Bolonha, Albano SORBELLI, “La ‘Nazione’ nelle antiche università italiane e straniere”, *Studi e memorie per la storia dell’Università di Bologna*, Nº 16 (1943), pp. 93-232.

(1367-1383) e às primeiras décadas do reinado seguinte de D. João I (1385-1433) – permite entrever, ainda que de forma sumária, a abrangência e a importância que poderiam revestir tais solidariedades estudantis. Fruto dos levantamentos documentais realizados pelo Pe. António Domingues de Sousa Costa no Archivo di Stato de Bolonha, este autêntico *dossiê* é composto por documentos produzidos pelos notários e oficialidade bolonheses, complementado pela documentação produzida pelo Colégio de S. Clemente de Bolonha, pela Chancelaria e Câmara Apostólica e pela documentação eclesiástica conservada em alguns fundos da Torre do Tombo⁹. As cartas de procuração (gerais, para pedir benefícios, pagar taxas na Câmara Apostólica, entre outras), de execução de provimentos apostólicos em benefícios e os atos notariais referentes a empréstimos e transferências de dinheiro, constituindo a grande parte do referido *corpus*, revelam uma comunidade solidária a vários títulos. É, pois, sobre a tipificação desta solidariedade que versará o essencial do nosso propósito.

Antes disso, importa contudo situar a presença desta comunidade no fenómeno diacrónico da *peregrinatio academica* portuguesa em Bolonha ao longo do período medieval, assim como relembrar, ainda que brevemente, a sua sociologia, aliás já conhecida na sua globalidade.

1. A presença portuguesa em Bolonha

Quando D. Dinis promoveu a fundação da Universidade portuguesa em 1288-1290, a relação entre o reino de Portugal e as escolas existentes na Cristandade ocidental tinha mais de um século, fruto da influência de Cluny e da Igreja como motor de ideias e da mobilidade pessoal¹⁰. Este contexto permitiu que vários Portugueses enriquecessem a sua educação além-Pirenéus, uma educação iniciada geralmente no reino, através da aprendizagem da Gramática e das Artes nas escolas catedralícias, nas igrejas paroquiais ou nas escolas originárias dos movimentos religiosos urbanos.

Desde os finais do século XII, a mobilidade estudantil portuguesa polarizou-se entre Paris e Bolonha. Deixando de lado o primeiro destes casos, objeto de

⁹ António Domingues de Sousa COSTA, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, Bolonha, Real Colégio de España, 1990b. Este conjunto documental encontra-se publicado no texto constante das páginas 267 a 835. O facto de introduzir novas informações em diversas biografias, faz pensar na sua junção posterior a uma primeira parte da obra, anteriormente redigida, publicada entre as pp. 1-266.

¹⁰ José MATTOSO, “Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (Séculos XI e XII)”, in José Mattoso, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 365-387.

várias abordagens¹¹, o êxodo com destino à universidade de Bolonha, iniciado ou consolidado a partir dessa altura, teve como pano de fundo a conjuntura de um conflito latente entre o clero lusitano e a Coroa. A necessidade do episcopado em garantir o apoio de letrados versados em Direito, com o objetivo de alavancar a sua posição face ao poder central ou face a outras instituições eclesiásticas¹², tem sido uma ideia avançada para explicar a presença em Bolonha de alguns dos mais importantes canonistas das primeiras décadas do século XIII, alguns dos quais beneficiários de uma carreira de ensino na própria universidade como Pedro Hispano (*non papa*), Silvestre Godinho, João de Deus ou Vicente Hispano. Asserção suportada pela investigação efetuada sobre a biografia destes escolares e suas obras, mais do que sobre um estudo específico e circunstanciado¹³, a presença portuguesa

¹¹ Mário FARELO, *La "peregrinatio académica" portugaise vers l'"Alma mater" parisienne, XII^e-XV^e siècles*, memória de Mestrado, Université de Montréal, 1999; *idem*, "Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medieval (sécs. XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo", *Lusitania Sacra*, 2^a série, vols. 13-14 (2001-2002), pp. 161-196. O tema foi estudado do ponto de vista da circulação de livros em William J. COURTENAY, "Spanish and Portuguese Scholars at the University of Paris in the Fourteenth and Fifteenth Centuries: The Exchange of Ideas and Texts", in Ivy A. Corfis e Ray Harris-Northall (eds.), *Medieval Iberia: Changing Societies and Cultures in Contact and Transition*, Woodbridge, Tamises Books, 2007, pp. 110-119.

¹² Maria João BRANCO, "An Archbishop and his Claims: the Allegations of Martinho Pires in Rome (1199) on the Quarrels Between Braga and Compostela", in Francisco J. Hernández; Rocío Sánchez Ameijeras e Emma Falque (eds.), *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*, Firenze, SISMEL - Edizioni del Galluzzo, 2018, pp. 111-151.

¹³ A presença portuguesa na Universidade, anterior ao século XIV, precisa ainda de estudos detalhados. Para além da recente síntese de André Oliveira Leitão, torna-se ainda necessário percorrer os diversos estudos de recorte bio e prosopográfico: André OLIVEIRA LEITÃO, "Leges et canones. Portuguese law students in 14th and 15th century Italy. Methodological horizons and problems", in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco (eds.), *Ecclesiastics and Political State Building in the Iberian Monarchies, 13th-15th centuries*, Évora, CIDEHUS, 2016, pp. 275-290; António Domingues de Sousa COSTA, *Um Mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus. Vida e obra*, Braga, Editorial Franciscana, 1957; *idem*, *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, Editorial Franciscana, 1963; *idem*, "Identificação do autor da "Summa dictaminis" do século XIII e a sua provável datação", *Euntes Docente. Commentaria Urbaniana*, vol. 43, Nº 2 (1990a), pp. 191-229; *idem*, "Portugueses no Colégio de S. Clemente de Bolonha durante o século XV", *Studia Albornotiana*, Nº 13 (1973), pp. 211-415; *idem*, "Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV", *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, Nº 1 (1969), pp. 3-157; Paulo MÊREA, "Domingos Domingues, canonista português do século", *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, ano XIII, Nº 43 (1967), pp. 223-229; Antonio GARCÍA Y GARCÍA, "Escolares ibéricos en Bolonia 1300-1330", in *Estudios sobre los orígenes de las Universidades Espanolas: homenaje de la Universidad de Valladolid A la Universidad de Bolonia en su IX centenario*, Valladolid, Servivio de Publicaciones - Universidad de Valladolid, 1988, pp. 113-134; Maria João BRANCO, "Estados Pátrias e Nações nos juristas hispânicos dos séculos XII e XIII", *Cultura*, 15 (2002), pp. 21-46; Pascual TAMBURRI, "España en la Universidad de Bolonia: vida académica y comunidad nacional (siglos XIII-XIV)", *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, vol. 10 (1997), pp. 263-352; *idem*, "Spagoli a Bologna (1299-1330). Organizzazione e identità di una comunità studentesca", *Rivista storica italiana*, Nº 111 (1999), pp. 155-219; *idem*, "Natio Hispanica". *Juristas y estudiantes españoles en Bolonia antes de la fundación del Colegio de España*, Bolonia, Publicaciones del Real Colegio de España, 1999; Ingo FLEISCH, "Sacerdotium" - "Regnum" - "Studium". *Der westiberische Raum und die europäische Universitätskultur im Hochmittelalter. Prosopographische und rechtsgeschichtliche Studien*, Münster, Lit Verlag, 2006; *idem*, "The portuguese clergy and the european universities in the 12th and 13th centuries", in *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, pp. 70-71.

em Bolonha prolongou-se ao longo dos segundos e terceiros quartéis de Duzentos. Nessa altura, a comunidade estudantil portuguesa aí radicada encontrou-se ligada sobretudo à hierarquia eclesiástica secular de Braga e de Coimbra¹⁴.

Com o início da instabilidade criada na cidade, a partir de 1274, pela luta entre Guelfos e Gibelinos, as comunidades estudantis estrangeiras tenderam a abandonar Bolonha. Os Portugueses não constituíram uma exceção, ainda que não se possa defender o seu desaparecimento completo nas décadas subsequentes, à luz das informações atualmente disponíveis¹⁵. Convém não esquecer que essa alteração do fluxo de migração esteve igualmente relacionada, a partir dos inícios do século XIV, com a fixação do Papado em Avinhão. Doravante, o fluxo estudantil português, à semelhança dos seus congéneres da Cristandade, teve como destino preferencial os *studia* meridionais de Toulouse e Montpellier, nos quais a Cúria pontifícia não deixou de exercer uma influência centrípeta¹⁶. A comunidade portuguesa em Bolonha, certamente pouco numerosa, agregou um conjunto de indivíduos, alguns dos quais se encontravam ligados a uma parte norte da diocese de Lisboa sob jurisdição alcobacense¹⁷. Ainda assim, apesar do *abandono* a que os Portugueses haviam votada a universidade bolonhesa, esta última conservou toda a sua preeminência, ou não fosse aos doutores dessa universidade que a Coroa portuguesa pediu vários *consilia*, aquando da guerra civil luso-castelhana de 1337-1339¹⁸.

Mas não tardou que os Lusitanos voltassem mais numerosos à península itálica. Um elemento facilitador desse regresso foi a fundação do colégio de S. Clemente de Bolonha pelo cardeal Gil de Albornoz, determinada pelo seu testamento em 1364 e executada nos anos seguintes¹⁹. Este estabeleceu um

¹⁴ FARELO (2013), 262.

¹⁵ Elenco reproduzido de FARELO (2013), 262: Guido Algiarde (sic) de Portugal (1276); Fernão Martins, cónego de Braga (1282-1284); Domingos Gonçalves, prior de Sta. Maria de Ventosa (1286); Mateus Gonçalves, cónego de Lisboa (1282-1292); Gil Fernandes, arceediago de Coimbra? (1292).

¹⁶ Joaquim Veríssimo SERRÃO, “Étudiants portugais dans les universités du Midi de la France à la fin du XIV^e siècle”, *Bulletin Philologique et Historique (jusqu'en 1715) du Comité des travaux historiques et scientifiques. Années 1953-1954*, Paris, Imprimerie Nationale-Presses Universitaires de France, 1955, pp. 265-272; *idem*, *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII^e-XVII^e siècle)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970; *idem*, *Les Portugais et l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e siècles)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

¹⁷ Elenco reproduzido de FARELO (2013), 262: Estêvão Soares, cónego de Silves (1320); Jorge Eanes da Pederneira?, reitor da igreja de S. Pedro de Portavalla (sic), diocese de Lisboa, escolar em Bolonha em Direito Canónico (1324); Martinho Martins de Leiria, reitor dos juristas ultramontanos, cónego de Coimbra e expectante de prebenda no Porto, reitor da igreja de Sta. Comba Dão (diocese de Coimbra), escolar em bolonha em Direito Canónico (1323-1325); Martinho Afonso de Portugal, escolar em Bolonha de Direito Civil (1327).

¹⁸ FARELO (2013), 248.

¹⁹ Sobre este colégio, para além das obras já referidas de Sousa Costa, veja-se um resumo da sua organização e história em António PÉREZ MARTÍN, “Colegiales de San Clemente de los Españoles en bolónia (1368-1500)”, *Salamanticensis*, vol. 20, fasc. 1 (1973), pp. 69-84.

conjunto de bolsas de estudo destinadas a assegurar a manutenção de escolares no colégio, providas sob nomeação dos cabidos catedralícios nos quais o referido cardeal havia usufruído benefícios. O cabido de Lisboa, no qual ele tinha auferido o arcediagado de Lisboa, um canonicato e uma prebenda, foi beneficiado pela apresentação de um estudante em Direito canónico²⁰.

Com o Grande Cisma de Ocidente (1378-1417), a mobilidade estudantil pareceu orientar-se em função das obediências seguidas pelos reinos da Cristandade. Portugal, titubeando de início entre a obediência avinhonense e romana, acabou por adotar esta última. Sem que isso determinasse um fecho completo das universidades dos reinos franceses e castelhanas aos Portugueses, não deixa de ser verdade que, doravante, mestres e escolares lusitanos instalar-se-iam sobretudo nas universidades instaladas em territórios sob obediência romana. A extensão geográfica da mobilidade universitária portuguesa atinge então o seu ponto mais alto, com a presença de clérigos regulares – quase sempre mendicantes – nas universidades de Oxford e mesmo no espaço germânico, na Universidade de Colónia²¹. Mas, sobretudo, o novo *facies* deste movimento caracterizou-se pelo reavivar do *iter italicum*.

A partir das últimas décadas do século XIV, a península itálica tornou-se o *locus* onde os portugueses preferiram estudar, no seguimento amiúde de um percurso universitário iniciado em Portugal e numa clara associação com a conjuntura política ditada pela emergência de uma nova dinastia em Portugal. João das Regras, Martinho Afonso da Charneca ou Rui Lourenço personificam a importância da formação *in terra aliena* para a promoção de uma trajetória de sucesso juntos das instituições soberanas²². É precisamente nesta altura que emerge a comunidade registada na documentação publicada pelo Pe. Sousa Costa, a qual é suficiente importante, ao nível da instituição universitária, para constituir uma das suas 18 nações, com direito a um conselheiro e a voto nas suas reuniões²³.

No século seguinte, ao mesmo tempo que o reino lusitano abre-se ao mundo e que as novas correntes culturais ligadas ao humanismo penetram nas cortes europeias, o êxodo escolar português em Itália diversifica-se: às universidades

²⁰ COSTA (1969), 4.

²¹ Peter Edward RUSSELL, “Medieval Portuguese Students at Oxford University”, in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Münster, Westfalen, 1960, pp. 183-191; *Die Matrikel der Universität Köln*, Hermann KEUSSEN (ed.), vol. I, 2ª edição, Bonn, Verm. U. Erw. Auflage, 1928, p. 83, 97, 141, 182, 511 e 539.

²² Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA, “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, N° 12 (1960), pp. 5-35; *idem*, “O doutoramento em Pavia de D. Martim Gil, bispo de Silves (1395)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, N° 16 (1963), pp. 425-430; António Domingues de Sousa COSTA, “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjurado e prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”, *Itinerarium*, ano 18, N° 77 (Julho-Setembro 1972), pp. 232-259.

²³ COSTA (1969), 6.

mais prestigiadas de Bolonha e de Pádua, os lusitanos demandaram cada vez mais outras universidades italianas²⁴. Concomitantemente, a partir da segunda metade da centúria, assiste-se ao retorno dos escolares lusitanos a destinos anteriormente seguidos. Salamanca e Paris tornam-se de novo destinos privilegiados. Se no primeiro caso, esse afluente é justificado pela menor distância do reino e pela fama do Estudo salmatino, no caso parisiense, essa nova demanda inscreveu-se no âmbito de políticas de promoção cultural levadas a cabo pela Realeza portuguesa nos inícios de Quinhentos, com propósitos evidentes de formar especialistas para a pregação e a conversão religiosa nos espaços ultramarinos²⁵.

2. A caracterização do grupo

A documentação publicada pelo Pe. Sousa Costa permitiu a elaboração de um quadro-síntese, publicado em apêndice ao presente trabalho, com o registo de 57 indivíduos. Não se trata, obviamente, de todos os Portugueses que frequentaram a Universidade de Bolonha ou outros *studia* italianos no período considerado. Por um lado, porque a documentação universitária utilizada para a constituição do *corpus* limitou-se quase exclusivamente aos livros de registo dos exames de licenciatura e de doutoramento das faculdades de Direito Civil e Canónico da Universidade bolonhesa²⁶. Nessa perspetiva, a identificação dos membros do grupo como

²⁴ Virginia RAU, “Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV”, *Revista Portuguesa de História*, N.º 12 (1969), pp. 185-206; *idem*, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, *Do Tempo e da História*, 5 (1972), pp. 29-99; COSTA (1969); *idem*, “O Doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I, Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa”, *Itinerarium*, ano 3, N.º 3 (1957), p. 202-230; *idem*, “Doutoramento em Leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Alvares, Deão de Viseu, depois bispo de Silves”, *Itinerarium*, ano 4, N.º 21 (Julho-Setembro 1958), p. 342-380; *idem*, “Mestre Fr. André do Prado. Desconhecido Escotista Português do Século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XXIII, N.º 3 (Julho-Setembro 1967), pp. 293-337; *idem*, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma-Porto, Editorial Franciscana, 1967.

²⁵ Luís de MATOS, *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1950; José F. da Silva TERRA, “Nouveaux documents sur les Portugais à l'Université de Paris (XVI^e siècle)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 5 (1972), pp. 190-260.

²⁶ Os *Liber secretus Iuris Caesarei* e *Liber secretus Iuris Pontificii*. O segundo foi editado, para a cronologia que aqui interessa, por Albano SORBELLI, *Il “Liber secretus iuris caesarei” della università di Bologna*, vol. I: 1378-1420, vol. II: 1421-1450, Bolonha, Presso l'Istituto per la storia dell'Università di Bologna, 1938-1942. Falta editar a parte correspondente no primeiro, uma vez que a edição prevista de Candido Mesini não chegou a realizar-se. Veja-se, sobre o assunto, Candido MESINI, “Il ‘Liber secretus iuris pontificii’”, *Apollinaris*, n.º 43 (1970), pp. 373-403; Bernardo PIO, “La peregrinatio academica nell'età dello scisma: studenti di diritto canonico a Bologna fra XIV e XV secolo”, in Miriam Davide (ed.), *dentità cittadine e aggregazioni sociali in Italia, secoli XI-XV. Convegno di studio Trieste, 28-30 giugno 2010*, Trieste, Centro Europeo Richeche Medievali, 2012, pp. 103-134; *idem*, “Osservazioni preliminari all'edizione delle più antiche registrazioni del *Liber secretus iuris pontificii*”, in Giancarlo Angelozzi, Maria Teresa Guerrini e Giuseppe Olmi (eds.), *Università e formazione dei ceti dirigenti. Per Gian Paolo Brizzi, pellegrino dei saperi*, Bologna, Bononia University Press, 2015, pp. 51-60.

escolares foi efetuada sobretudo a partir de uma documentação essencialmente não-universitária, constituída por súplicas e letras apostólicas, assim como por atos redigidos pelos notários bolnheses, nos quais o registo da condição de *escolar* contribuía para a garantia de identificação das partes, sobretudo necessária quando estas eram estrangeiras²⁷. Contudo, importa ter a noção igualmente de que nem todos os Portugueses constantes nesta documentação eram referidos como mestres ou escolares, pelo que o critério apertado de inserção no grupo ditou que não fossem considerados os casos em que não se tivesse evidenciado uma identificação documental da pertença à universidade, ainda que o indivíduo estivesse presente em Bolonha. Excluíram-se, assim, alguns potenciais estudantes como o famoso Gomes Eanes, filho do oligarca de Lisboa João Martins de S. Mamede, posteriormente conhecido como o abade D. Gomes²⁸.

Apesar de todos estes escolhos, o *corpus* documental em análise permite descortinar a existência de três gerações de escolares portugueses em Bolonha no período escrutinado.

A mais antiga corresponde à geração de Portugueses que permaneceram em Bolonha nos anos 1370 e 1380. A quantidade de indivíduos registados foi numericamente pouco significativa, porventura um reflexo ainda da capacidade de atração das universidades meridionais, no ocaso da presença pontifícia em Avinhão. Com efeito, o percurso de Rui Lourenço de Tavira parece constituir um exemplo dessa *ponte* entre Avinhão e a península itálica, pelo facto de ele ter sido um dos membros mais precoces do Colégio Gregoriano, instituição fundada em Bolonha em 1370-1371 pelo papa avinhonense Gregório XI para acolher estudantes da diocese de Limoges e dos Estados Pontifícios. Desconhece-se a que título ele conseguiu uma tal inserção, a qual chegou a ter alguma projeção, dada a sua eleição em 1373 para a tesouraria da referida instituição. Para além disso, a inserção de portugueses no colégio de S. Clemente tinha então os seus limites, dada a propensão do Cabido de Lisboa em prover candidatos estrangeiros, à semelhança

²⁷ A utilização pelo Pe Sousa Costa dos *Memorialia Communis* limitou-se ao n.º 317, comunicado por Vittorio Valentini. Este fundo consignou, desde 1265 e até 1436, os negócios jurídicos (atos públicos e contratos privados) praticados em Bolonha quando o valor da transação ultrapassava as 20 libras bolnhesas. A sua utilização limitada para a segunda metade de Trezentos deve-se à prelaivalencia da documentação referente aos escolares até aos inícios do século XIV, decaíndo depois, ao mesmo tempo que decresce o rigor da informação registada. Sobre a história e caracterização global deste fundo documental, veja-se Giorgio TAMBA, “I memoriali del comune di Bologna nel secolo XIII. Nota di diplomatica”, *Rassegna degli archivi di Stato*, vol. 47, N.º 2-3 (1987), pp. 235-290.

²⁸ Para além da extensa bibliografia referida em FARELO (2009), 508-509, veja-se Rita Costa GOMES, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*, Florença, Leo S. Olschki, 2018; Paulo Catarino LOPES, “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV”, in Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (org.), *‘Homo est minor mundus’. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*, Lisboa, Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, pp. 31-57.

da nomeação efetuada em 1377 em favor do castelhano Fernando de Torre²⁹. Assim sendo, compreende-se que os poucos Portugueses então rastreados contaram com solidariedades outras que aquelas disponíveis no colégio clementino.

Com a exceção de Rui Lourenço de Tavira, originário do Algarve, os restantes escolares recenseados eram originários de Lisboa. Aliás, a observação das genealogias de João Afonso das Regras e de Martinho Afonso da Charneca faz pensar que este fluxo inicial radicou, em grande medida, numa estratégia desenvolvida por membros de famílias olisiponenses ligadas à Câmara ou ao serviço régio, com o objetivo de promover o doutoramento em Direito de alguns dos seus membros. E não será mesmo impossível que esse fenómeno fosse já então mais abrangente do que as parcas fontes de informação sugerem, atendendo aos percursos biográficos dos enigmáticos irmãos Gomes e Estêvão Eanes, ou mesmo daqueles que se identificam como *doutores* nos alvares do reinado joanino, à semelhança do praticamente desconhecido Lourenço Eanes de Sintra, sem dúvida um dos homens de confiança do rei D. João I nos inícios do século XV³⁰.

Os casos conhecidos mostram que os escolares formados na altura em Bolonha tenderam a regressar ao reino após a aquisição dos seus diplomas, pelo que, como seria de esperar, as suas competências jurídicas e eclesiológicas não deixaram de ser exploradas. Um exemplo evidente foi a participação de alguns deles na comissão encarregue de se pronunciar, em 1382-1383, sobre a obediência ao papa de Avinhão³¹. De facto, os casos de Rui Lourenço, de João Afonso das Regras e de Martinho Afonso da Charneca mostram que os letrados *bolonheses* da altura beneficiaram de importantes carreiras no serviço régio (como embaixadores

²⁹ COSTA (1990b), p. 18.

³⁰ Desconhecido da historiografia que se dedica ao estudo do oficialato régio central no reinado de D. João, os elementos biográficos passíveis de ser reunidos apontam nesse sentido: doutor em Leis e bacharel em Decretos (c. 1394); clérigo da diocese de Lisboa, recebe a pluralidade de benefícios nas arquidioceses de Lisboa, Braga e nas dioceses de Évora e Coimbra (1401); familiar do papa (1401); prior de Sta. Maria do Outeiro de Lisboa (1403); indulto para receber os seus benefícios sem residência durante 5 anos, por se encontrar em Estudo Geral ou ao serviço do rei de Portugal (1403); cónego e chantre da Sé de Lisboa (1403); prior de Sta. Eulália de Rio Covo (d. Braga) (1403); desembargador régio (1404); um dos desembargadores envolvidos na sucessão do doutor João das Regras (1404); pai de Elvira Lourenço, Martim Lourenço e de João, ambos tidos de Maria Vicente, legitimados em 1404 (os dois primeiros) e em 1406 (o último); trazia uma propriedade no termo de Alenquer da Ordem do Hospital (1407); conselheiro do rei, já falecido em 1407; irmão de João Lourenço (1407). COSTA (1982), 775, 787; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Artur Moreira de Sá (ed.), vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, pp. 272-273, doc. 548-549; pp. 289-290, doc. 565; p. 290, doc. 567; p. 292, doc. 569; pp. 244-245, doc. 574; *Chancelarias Portugueses. D. João I*, João José Alves DIAS (ed.), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, vol. III/1, p. 49-50, doc. 74-75; p. 222, doc. 345; vol. III/2, p. 17, doc. 444; p. 59, doc. 485; TT, *Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, m. 4, n.º 125.

³¹ Os antigos estudantes bolonheses apoiam a obediência romana, tanto mais que alguns deles haviam sido discípulos de João de Legnano, por essa altura o campeão da causa urbanista. Bernardo PIO, *De fletu Ecclesie. Giovanni da Legnano*, Legnano-Bolonha, Fondazione Cassa di Risparmio in Bologna-Banca di Legnano, 2006, pp. 43-57, 70-102.

e conselheiros do rei) ou da Igreja, ao ponto deste último ter logrado alcançar o topo da hierarquia com o seu provimento como arcebispo de Braga.

A *segunda* geração consubstanciou algumas das características do grupo anterior, nomeadamente em termos da presença continuada de membros das elites olisiponenses, agora alargada a efetivos da nobreza com proffucas inserções cortesãs. De um modo geral, estes escolares regressaram ao reino após a aquisição dos respetivos graus, ainda que neste período se evidencie a possibilidade de alguns deles permanecerem na península itálica, como Lourenço Esteves ou de alguns curiais como Vasco Rodrigues. A população em estudo revela igualmente que os períodos de turbulência sentidos na Universidade bolonhesa, nomeadamente em finais do século XIV e no decurso da primeira metade da segunda década da centúria seguinte, levaram à diversificação dos destinos universitários³². Nesse sentido, surge um núcleo de clérigos portugueses a adquirir graus em Pavia na década de 1390, da mesma forma que Pádua foi o destino de vários Portugueses entre 1409 e 1417, muitos deles atraídos pelos estudos de cariz humanístico aí ministrados por indivíduos da nomeada de um Gasparino Barzizza, professor, por exemplo, do lisboeta Afonso Rodrigues³³.

O acréscimo de efetivos registados nas fontes tornam visíveis outros aspetos digno de nota. Desde logo, percebe-se que o colégio de S. Clemente torna-se efetivo no acolhimento de um conjunto de clérigos portugueses, alguns dos quais chegavam a ter funções governativas a título de reitor da instituição: Fernando de Portugal (1395-1396, 1401-1402) e Gomes Pais (1410-1411)³⁴.

O grupo de escolares que almejaram o doutoramento da década de 1390 e nos inícios da década seguinte conseguiu importantes inserções, não sendo impossível pensar que o movimento tenha beneficiado de uma qualquer ajuda da parte da Coroa, ainda que sem consubstanciar, provavelmente, uma política de bolsas de estudo semelhante aquela perceptível posteriormente no reinado de D. Afonso V³⁵.

³² Veja-se, sobre o assunto, Patrick LANTSCHNER, *The Logic of Political Conflict in Medieval Cities: Italy and the Southern Low Countries, 1370-1440*, Oxford, Oxford University Press, 2015, p. 109; PIO (2012), pp. 126-128.

³³ COSTA (1990b), 583; Eduardo Borges NUNES e Martim de ALBUQUERQUE, “Parecer do Doutor “Velasco di Portogallo” sobre o beneplácito régio (Florença, 1454)”, *Do tempo e da História*, vol. 2 (1968), pp. 97-139; Clelia BETTINI, “Tre Valascos nell’Italia del quattrocento: Meser Valasco di Vespasiano da Bisticci, Petrus Vallascis di Cataldo Siculo e Vasco Fernandes de Lucena”, *Humanitas*, N° 60 (2008), pp. 205-226; Tomás GONZÁLEZ ROLÁN, “Los universitarios portugueses graduados en Bolonia, Alfonso de Cartagena y Poggio Bracciolini”, in Carmen Soares, Maria do Céu Fialho e Thomas Figueiras (eds.), *Pólis/Cosmópolis: identidades globais & locais*, Coimbra, Imprensa da Universidade – Annablume, 2016, p. 324.

³⁴ COSTA (1969), 10, 54.

³⁵ O rei de Portugal é um dos destinatários de uma carta de Pellegrino Zambeccari, chanceler da cidade de Bolonha, datada de 1397, pela qual solicita a ajuda financeira do monarca em favor de Pedro Eanes, colegial de S. Clemente e reitor dos ultramontanos da universidade bolonhesa. Segundo o chanceler, a sua saída de Bolonha sem o grau de doutor seria uma desonra para o monarca e para os parentes de Pedro Eanes. COSTA (1969), 8, 10. Veja-se para a política afonsina de concessão de bolsas de estudo a elementos

Assim, os doutores em Leis Martim Gil do Sem, os irmãos Gil Martins e Diogo Martins, assim como Lançarote Esteves ingressaram e mantiveram-se no serviço régio, seja como embaixadores ou desembargadores, ao passo que os doutores em Direito Canónico como Martinho Gil e João Álvares imiscuíram-se no restrito corpo episcopal do reino. Aliás, estes últimos exemplos fazem pensar na ligação, aparentemente operativa na época, entre a presença em Bolonha e o provimento episcopal no reino, o que pode constituir um argumento importante do aclaramento das condições e justificações de recrutamento do episcopado lusitano nesse período. Com efeito, denota-se a possibilidade da obtenção de cátedras ainda durante a permanência física do beneficiado na Universidade (casos do bispo de Coimbra Gil Alma, do bispo da Guarda Gonçalo Vasques da Cunha ou do bispo de Silves Fernando da Guerra), ou posteriormente, no seguimento das necessárias ligações familiares, como nos casos de João Álvares, Álvaro Afonso e Fernando Martins Coutinho.

Para aqueles que não conseguiram a inserção no episcopado do reino, o doutoramento em Direito Canónico constituiu um trunfo para o ingresso na burocracia episcopal, sobretudo quando os prelados eram também antigos estudantes portugueses na Península itálica. Nesse particular, destacam-se os clérigos que prosseguiram uma carreira nas casas dos arcebispos de Lisboa ao longo da primeira metade de Quatrocentos, constantes do anexo para o qual remetemos, como prova desta e das restantes afirmações efetuadas ao longo do texto.

Para além do recrutamento episcopal ou da inserção das estruturas burocráticas de alguns dos prelados portugueses, verifica-se que a presença em Itália constituiu um argumento de peso na hora de escolher os embaixadores régios aos concílios de Pisa e de Constança. Para além de especialistas em Direito e fluentes na língua latina, a Coroa beneficiava da experiência de homens habituados às realidades italianas e da Cúria Romana. Tais escolares poderiam constituir igualmente mediadores privilegiados para a obtenção dos pareceres que a Coroa lusitana pontualmente solicitou aos professores bolonheses, conforme ilustrado pelos casos dos *concilia* obtidos sobre o património dos Pessanha (1383-1384), o morgado de Góis (1408) e sobre outros assuntos não esclarecidos³⁶.

cortesãos, embora sem a possibilidade de qualquer destriça, pelas insuficiências documentais, entre os beneficiários que estudam no reino e aqueles que vão para o estrangeiro, Humberto Baquero MORENO, “Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo”, *Revista das Ciências do Homem*, Série A, Nº 3 (1970), pp. 177-205; Maria João Oliveira e SILVA, “Bolses e bolsas de estudo no tempo de D. Afonso V”, in Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. III, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1091-1099.

³⁶ Thomas M. IZBICKI, “A Bolognese *consilium* on Portuguese politics”, in *Diritto e potere nella storia europea: atti in onore di Bruno Paradisi. Quarto Congresso internazionale della Società Italiana di Storia del Diritto*, vol. I, Florença, L. S. Olschki, 1982, pp. 313-319; Martim de ALBUQUERQUE (ed.),

A partir da década de 1420, uma *nova* geração de estudantes chega à península itálica. O conhecimento sobre este grupo é menor do que o anterior. Não somente já não existem os atos notariais bolonheses das décadas anteriores – agora substituídos pela documentação proveniente do *carteggio* do abade D. Gomes –, como também estes escolares têm agora percursos aparentemente menos espetaculares. Estes indivíduos já não conseguem uma integração no episcopado português, da mesma forma que rareiam os longos trajetos na burocracia régia. As raras exceções concernem aqueles indivíduos com ligações efetivas ao poder, nomeadamente aqueles que, como João do Sem, tiveram nos seus progenitores antigos escolares *bolonheses* e que, em alguns casos, trocaram a universidade bolonesa pelo *studium* de Siena³⁷.

3. Perspetivas sobre as solidariedades grupais

A caracterização supracitada aponta já alguns elementos associados às solidariedades dentro do grupo. Por um lado, a documentação notarial bolonesa mostra que os membros da comunidade testemunham os documentos uns dos outros, não raras vezes indicando que *conheciam* os intervenientes dos mesmos. Essa convivência levava a uns fossem nomeados procuradores dos outros, existindo inclusivamente provas de procurações *cruzadas*, em que X é procurador de Y e Y é procurador de X. Tais procurações eram passadas em diversas situações, sendo as mais usuais a representação por motivos beneficenciais, judiciais ou fiscais junto das instituições da Cúria Romana. Para a gestão dos benefícios usufruídos do reino, privilegiava-se, obviamente, indivíduos estantes em Portugal. Ainda que menos frequente, poderia caber aos colegas de escola a efetivação do provimento apostólico em benefício eclesiástico, à semelhança da execução feita por Fernando Gonçalves Beleáguas, em 1402-1403, em favor de Lopo Martins do Carvalhal, da pluralidade de benefícios nas igrejas de Lisboa, Évora, Coimbra e Silves e, con-

Pareceres Quatrocentistas de juristas da Escola de Bolonha sobre a Sucessão do Morgado de Góis em Portugal, Coimbra, Coimbra Editora, 2008; SILVA, (1960), 16; COSTA (1990), 40; FARELO (2013), 248-249. Estes *concilia* não foram só solicitados pela Coroa, como se depreende do trabalho de André VITÓRIA, “A little known version of Oldradus de Ponte’s *consilium* no. 83?”, *Initium*, vol. 17 (2012), pp. 169-207.

³⁷ Manuela MENDONÇA, “Portugueses na Universidade de Siena. Contribuição para a sua história”, in José María Soto Rábanos (ed.), *Pensamiento medieval hispano: homenaje a Horacio Santiago-Otero*, vol. I, Madrid, CSIC-Consejería de Educación y cultura de la Junta de Castilla y León-Diputación de Zamora, 1998, pp. 831-860; Giovanni MINNUCCI, “Studenti giuristi portoghesi a Siena nella seconda metà del XV secolo”, in Antonio Padoa Schioppa, Gigliola di Renzo Villata e Gian Paolo Massetto (eds.), *Amicitiae pignus. Studi in ricordo di Adriano Cavanna*, Milano, Giuffrè, 2003, pp. 1477-1488 (sem referências para o período aqui considerado).

sequentemente, dos canonicatos de Lisboa e de Évora, este último assortido do arcediagado na igreja eborense³⁸.

Com efeito, um dos traços mais distintivos destas solidariedades relaciona-se justamente com os benefícios eclesiásticos, em termos da sua *circulação* entre os membros da comunidade. A demissão de um benefício eclesiástico por parte de um dos membros da comunidade originava, em muitos casos, um pedido de provimento por parte de um colega. E mesmo se esse processo de sucessão não deixou de gerar atritos no seio da comunidade³⁹, resulta claro que a sucessão em diversos benefícios só pode explicar-se pelas solidariedades *itálicas*, como nos casos da igreja de S. Salvador de Lousada (transmitida por João Álvares a Brás Afonso), do reitorado de S. Tomé de Lisboa (de Gomes Eanes a Fernando Martins Coutinho), de um dos canonicatos de Coimbra (de Gil de Alma a João Peres), entre outros. Fruto das diversas transferências dos prelados entre bispados, um estudo aturado do episcopado português de inícios do século XV chegaria certamente às mesmas conclusões, nomeadamente em termos da diocese de Braga (Martinho Afonso da Charneca e Fernando da Guerra), do Porto (Gil Alma, Álvaro Afonso e Fernando da Guerra), de Coimbra (Gil Alma e Fernando Martins Coutinho), de Évora (Martinho Gil e Álvaro Afonso e, sobretudo, de Silves (Martinho Gil, Fernando da Guerra e João Álvares).

Viver no estrangeiro foi – e continua a ser – um questão de dinheiro. Haveria, em primeiro lugar, que conseguir assegurar os meios de uma subsistência condigna. Um dos meios para reunir o pecúlio necessário seria a venda de património, como bem sabia o tutor de João Pereira, ao vender em 1434 umas casas, para que este pudesse ir estudar em Bolonha⁴⁰. Uma vez no destino, importava obter o dinheiro enviado de Portugal. Por exemplo, ao chegar a Pádua em 1411, Fernando da Guerra procurou receber os 1000 florins enviados desde Lisboa⁴¹. A documentação reunida permite perceber o funcionamento destes envios, através das estruturas de câmbio estabelecidas pelos mercadores italianos entre Portugal e a península itálica. Quatro exemplos mostram que o mais usual seria a utilização do circuito Lisboa-Génova-Bolonha. O envio em 1376 em favor dos irmãos Gomes e Estêvão Eanes teve como destino Génova, onde mercadores florentinos aí estantes reenviavam-na aos seus sócios em Bolonha⁴². Dois anos mais tarde, é pelo mesmo percurso que o mercador genovês estante em Lisboa, Jacob Peregrini, transmite

³⁸ COSTA (1990b), 273, 280-284.

³⁹ Veja-se, por exemplo, o conflito em torno do provimento de uma quartanária no cabido da Sé de Lisboa em 1403 entre Brás Afonso e Gomes Álvares. COSTA (1990b), p. 420, 511-512.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, 661.

⁴¹ COSTA (1969), 32, 41; COSTA (1990b), 410.

⁴² COSTA (1990b), 269.

o dinheiro enviado pelo conhecido Álvaro Pais ao seu enteado João Afonso das Regras, então licenciado em Direito Civil⁴³. A intervenção *florentina* deteta-se no câmbio efetuado em 1382 em favor de Martinho Afonso da Charneca, uma vez que a respetiva letra foi emitida João Esteves Migliorini de Florença⁴⁴. Uma década mais tarde, os 300 ducados e meio de ouro, com destino a João Peres e Gil da Alma, foram enviados de Lisboa pelo conhecido mercador genovês João de Parma a Francisco Vinalis, estante em Génova, e daí a Filipe de Geraldini, *campstor* em Bolonha⁴⁵. Quatro anos mais tarde, é aos genoveses João de Nigro e a Simão de Marabotto que Gomes Álvares confia os 300 ducados enviados desde Portugal⁴⁶.

Torna-se desnecessário multiplicar os exemplos. Importa sobretudo ter a noção que, em paralelo com a transmissão de recursos monetários, que deveria porventura constituir a regra, a comunidade podia igualmente jogar um papel importante nesse assunto, através de empréstimo entre colegas que a documentação permite igualmente rastrear⁴⁷. Talvez menos comum fosse o aluguer de livros e de bens, como aquele consentido por Lançarote Esteves em 1399 a Gonçalo Vasques da Cunha, já então bispo da Guarda e a Afonso Martins, vigário de Loures, livros e bens a serem devolvidos em Itália ou em Portugal no espaço de 20 meses⁴⁸.

Testemunhos de atos notariais e empréstimo de dinheiro constituem alguns dos indícios de uma convivialidade estudantil que dificilmente poderá ser apreendido nas suas diversas valências. Ao explorar sucintamente a informação publicada pelo Pe. Sousa Costa – sintetizada num quadro final destinado a suportar as asserções tecidas ao longo do texto e a incentivar explorações futuras do tema –, pretendeu-se chamar a atenção para a importância das solidariedades tecidas ou reforçadas *nos bancos da escola*, através de exemplos da sua mobilização *in situ* ou algures ao longo do percurso subsequente do indivíduo. Pontuada pela amizade e pela cooperação, as relações dentro da comunidade não deixaram de ser toldadas pela competição em torno da obtenção de benefícios eclesiais e pela natural conflitualidade estudantil, apanágio das vivências numa cidade universitária cosmopolita como Bolonha. *Amigos para a vida?* Certamente que sim, *ma non troppo*.

⁴³ COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1970, p. CXXXVI-CXXXVII; COSTA (1982), 560.

⁴⁴ COSTA (1982), 545.

⁴⁵ COSTA (1990b), 324-325, 348.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, 325-326, 378.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, 351 e nota 1499 (litígio em 1398 entre Gil Vasques, reitor da igreja de Sta. Maria de Palmaz e Pedro Eanes, licenciado em Direito Canónico, sobre empréstimo de 8 ducados).

⁴⁸ *Idem, ibidem*, 321-322.

ANEXO

Estudantes portugueses na Península Itálica (finais séc. XIV-inícios séc. XV)

Salvo indicação expressa de outra universidade em maiúsculas, as referências ligadas ao percurso académico referem-se a inserções na Universidade de Bolonha. As palavras a negrito designam as datas exatas dos exames privados (licenciaturas) e exames públicos (doutoramentos). As palavras em itálico indicam informações não confirmadas, mas verosímilantes.

Nomenclatura: Bach.= Bacharel; c. = cerca; Can.= Canónico; Civ. = Civil; cón. = cónego; cx. = caixa; d. = diocese; D. = Direito; Dout.= Doutoramento; Esc.= Escolar; fl. = fôlio; igr. = igreja; Lic.= Licenciatura; liv. = livro; m. = maço; nº = número; par.= paroquial; Raç.= Raçoeiro; S./Sto. = São/Santo; Sta. = Santa; U. = Universidade.

Fontes: TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 83v, liv. 18, fl. 37, 43; liv. 20, fl. 3v, liv. 24, fl. 94v; *Mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa*, m. 2, nº 40, m. 4, nº 7; *Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, m. 17, nº 8; *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, liv. 5, fl. 285-286; *Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. S. Francisco de Lisboa*, liv. 10, fl. 63v-65; *Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. Convento de Sta. Clara de Santarém*, m. 12, nº 840; *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 8, nº 355; *Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa*, m. 15, nº 282; *Colegiada de S. Martinho de Sintra*, m. 7, nº 247; *Mosteiro de Santos-o-Novo*, nº 956; *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 33, nº 643; *Mosteiro de Alcobaca*, 2ª inc., m. 48, nº 1316, m. 53, nº 20; *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, liv. 15, fl. 122; *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 94, nº 4498; *Arquivo do Hospital S. José*, liv. 1190, fl. 168-178; Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 7, nº 169; *Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican*, ed. Anne-Marie HAYEZ, avec la collaboration de Janine MATHIEU et Marie-France YVAN, vol. I-III. Rome, École Française de Rome, 1992-1993, p. 721; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. II, Lisboa, JNICT, 1968, pp. 125, 284, 320-321, 159-60, 177, vol. III, pp. 6-7, 38-39, 71, 75-76; *Monumenta Henricina*, edição de António Joaquim Dias DINIS, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1964, vol. IV, pp. 316-317; *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 82, 184; Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios Documentais)*, Lisboa, Centro de Estudos Económicos – Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 22; António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na Primeira Metade do século XV”, *Arquivo de História da Cultura Portuguesa*, Vol. III, Nº 1 (1969), pp. 7-9, 18-22, 31-33, 35-36, 39-42, 44-45, 57-58, 63, 78, 80-81, 84-86, 89-90, 93, 95-96, 99, 100-102; *idem, Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, Bolonha, Real Colégio de España, 1990, pp. 18, 21-22, 23-24, 33-38, 42, 267-270, 272-277, 279-280, 282-284, 286-295, 297-301, 303, 307-308, 315-319, 321-322, 324-331, 333-337, 340-341, 343-5, 348-359, 364-366, 378, 382-383; 385-391, 408-409, 419-423, 425-430, 433, 442-444, 451-453, 492-494, 497-504, 506-508, 511-512, 515-519, 523-529, 531, 534, 536-538, 547-549, 552-557, 559, 561-563, 565-576, 578, 580-581; 583-585, 587-589; 595-602, 611-614, 619-621, 622, 624, 649-651, 837-840; *idem, Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Porto, Editorial Franciscana, 1966-1982, pp. XVI; vol. II, pp. CXXV-CXXVI, CCLV, CCLX-II, p. 121, vol. III/1, pp. 165, 169, 303-304; 356, 406-407, 495, 502, 504-510, 514, 537, 543-545, 545-547, 567, 598-600, 604, 613-9, 786-790, 854-855, 863-864, vol. III/2, pp. 522-3, 598-599, 626; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 348, 352-353, 365, 382.

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
João Domingues de Portugal				Membro do colégio de S. Clemente de Bolonha (1369)
Rui Lourenço de Tavira (f. 1401-1403)	Bach. Leis e Lic. Artes (ant. 1365.9.17) Aluno e tesoureiro colégio Gregoriano Bolonha (1373) Lic. D. Can. (1376.4.2)	Raç. Sta. Maria de Tavira; <i>cón. prebendado Silves (1365)</i> ; deão Silves (1365-1378); <i>cón. Coimbra (1378-1398)</i> ; deão Coimbra (1378-1401); <i>cón. Lisboa (1398)</i>	Embaixador a Castela (1379-1380, 1393-1394, 1398-1399); <i>conselheiro do rei (1386)</i> ; desembargador (1386, 1390-1401); comensal do rei (1398)	Originário do Algarve; ouvido sobre a obediência ao papa de Avinhão (1382) ou Fev. 1383
Gomes Eanes	Esc. D. Civ. (1376) Mestre Artes (1380)	Solicita o canonicato prebendado Lisboa (1380)		Originário de Lisboa; irmão de Estêvão Eanes; Martinho Afonso diz conhecê-lo (1376); registado no rol do colégio de S. Clemente de Bolonha (1380)
Estêvão Eanes	Esc. D. Civ. (1376) Provector D. Civ. (1380)	Solicita razão Sta. Maria Santarém (1380)		Originário de Lisboa; irmão de Gomes Eanes; Martinho Afonso diz conhecê-lo (1376); registado no rol do colégio de S. Clemente de Bolonha (1380)
João Afonso das Regras	Lic. D. Civ. (Antes 1378.10.6) Dout. D. Civ. (1378.10.14)	Prior Guimarães (1383-1388)	Chanceler-mor (1384-1386); conselheiro do rei (1384-†1404)	Originário de Lisboa; filho provável de João Afonso das Regras, oligarca de Lisboa; ouvido sobre a obediência ao papa de Avinhão (1382); Protetor da U. Lisboa (1400)
Martinho Afonso da Charneca	Est. D. Civ. (1376) Lic. D. Civ. (1382.7.4) Dout. D. Civ. (1382.7.7)	Bispo Coimbra (1386-1398); arcebispo Braga (1398-†1416)	Conselheiro do rei (1384-1392)	Originário de Lisboa; filho de Afonso Peres, oficial régio; professor da U. Lisboa (1384)
Nicolau de Lisboa	Dout. PAVIA (1391)			
Martinho Gil do Sem	Esc. D. Civ. (1391-1392) Lic. D. Civ. PAVIA (1398.8.25) Dout. D. Civ. PAVIA (1398)		Embaixador do rei a Inglaterra (1400) e a Castela (1402 e 1411)	Morador em Bolonha na <i>capella</i> de S. Martinho de Sanctis (1391); diz conhecer Gil Alma e João Peres (1392); o seu filho João Pereira é estudante em Bolonha na década de 1440.
Fernando	Esc. D. Civ. (1391)			Ingressou no colégio de S. Clemente de Bolonha (1392)
Gil Fernandes de Alma	Esc. D. Can. (1392-1394)	Reitor Sta. Eulália de Oliveira (d. Porto) (1390); deão Silves (1397-1398); bispo Porto (1398-1407); bispo Coimbra (1407-f. 1417)		Originário de Lisboa; Martinho Gil do Sem diz conhecê-lo (1392); ele conhece Gomes Álvares (1394); testemunha procuração de João Peres (1397); João Peres paga-lhe taxa na Câmara Apostólica (1398); conferiu arceidiago Seia a Fernão Gonçalves Beléguia (1408); está em Viterbo (1405) e em Lucca (1408); faz seu testamenteiro Fernando Gonçalves Beléguia (1415)
João Peres	Esc. D. Can. (1392-1397)	Cón. prebendado Braga (1390, 1396-1398); <i>cón. e reserva prebenda Lisboa e Évora (1396-1397)</i> ; igr. par. Senhorinha de Basto (1396); igr. par. Sto. André de Telões (1396); raç. Sta. Maria Faro (1396-1397); deão Lisboa (1398-1400); <i>cón. Lisboa (1398-1400)</i> ; <i>cón. Coimbra (1398)</i>		Martinho Gil do Sem diz conhecê-lo (1392); procurador na Cúria Romana de D. Gil de Alma (1398)
Gonçalo Vasques da Cunha	Esc. (1393-1399)	Prior Guimarães (1390-1395); bispo Guarda (1395-1418)		Nasceu por volta de 1367; filho do cavaleiro Vasco Martins da Cunha
Gomes Álvares	Esc. D. Civ. (1394)			Filho de Álvaro Martins de Lisboa (1394); Gil Fernandes de Alma diz conhecê-lo (1394); morador em Bolonha na <i>capella</i> de Sto. André de Ansaldis (1394)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
Martinho Gil	Prov. D. Civ. U. Lisboa? (1374) Lic. D. Can. PAVIA (1395.1.16) Dout. D. Can. PAVIA (1395.2.24)	Reitor S. Cristóvão Refóios (1374-antes 1381); cón. e reserva prebenda Porto (1374); monge de S. Pedro de Cete (1381); abade de Paço de Sousa (1381-1387); bispo Porto (1390); bispo Silves (1391-1404); bispo Évora (1404-1406); bispo Silves (1406-rc. 1409)		
João Álvares	Estudava fora do reino pelo menos desde 1396. Esc. D. Civ. (1403-1408) Lic. D. Civ. (1408.3.28) Dout. C. Can. (1409.3.26)	Abade de S. Salvador Lousada (1402-1403); prior S. Pedro Óbidos (1403-1405); deão Viseu (1408); cón. Coimbra (1414); cón. Porto (1414); cón. Lisboa (1414); bispo Silves (1414)		Tinha 22 em 1401-1402. Filho de Álvaro Gonçalves, chanceler-mor do rei e irmão de Diogo Álvares; clérigo d. Lisboa (1402); clérigo de ordens menores (1414); faz seus procuradores Luis Pilote, prior S. Salvador de Beja, para permuta com Brás Afonso (1402); mora na <i>capella</i> bolnhesa de S. João do Monte (1403); testemunha execução benficial em favor de Lopo Martins do Carvalhal (1403); faz procuradores Álvaro Gonçalves, seu pai e chanceler-mor; Diogo Álvares, seu irmão para gerir benefícios (1403); nomeia como procurador Brás Afonso (1404); procurador de Brás Afonso (1404); fiador do doutor Lançarote Esteves (1405); nomeia como procuradores Silvestre Esteves, cón. Lisboa, João Eanes de Frandas, cón. Coimbra e João Peres, chantre da colegiada de Santarém para aceitar e litígios de benefícios (1405); testemunha procuração de Fernão Gonçalves Beleáua (1405); testemunha procuração de Lopo Martins (1406); morador na freguesia de Sta. Tecla em Bolonha, testemunha procuração de Afonso Rodrigues de Lisboa e de Lourenço Fogaça de Lisboa (1406); testemunha execução benficial em favor de Fernando Peres da Guerra (1408); morador na freguesia bolnhesa de S. João do Monte (1408); executa provimento benficial em favor de Fernando Gonçalves Beleáua (1408); testemunha procuração de Fernando Peres da Guerra (1408); faz procurador na Cúria romana João Gonçalves, reitor de S. Leonardo da Atougia e Fernando Afonso de Portugal (1414)
Álvaro Afonso	Esc. D. (1397-1398)	Cón. Lisboa (1405-1415); cón. Coimbra (antes 1401); deão Coimbra (1402-1415); reitor S. Martinho Santarém (1419); reitor S. Pedro Arrifana (1411); raç. Sto. André Lisboa (1411); nomeado bispo Porto (1413); bispo Évora (1414-1416/17)	Vigário-geral do arcebispo Lisboa (1409-1414); notário apostólico (1414)	Nascido em 1386; Clérigo d. Coimbra (1398); sobrinho do cardeal D. João Afonso de Azambuja; faz seus procuradores João Vasques, Gil Vasques, reitor de Sta. Marinha de Palmaz, d. Coimbra e João Lourenço Abiul (1398); representa na Cúria João Rodrigues, raçeiro de Sto. André Lisboa e Diogo Álvares, arcebispo Lisboa (1415)
Pedro Eanes Vieira	Lic. D. Can. (1397.2.3) Doutor em Decretos	Cón. Viseu (1389); obtém o canonicato prebendado Lisboa (1389) chantre Viseu (1402-1427)	Obtém beneficio a pedido do rei (1389)	Reitor dos estudantes ultramontanos em Bolonha (1397); em conflito por empréstimo de dinheiro com Gil Vasques, reitor de Sta. Maria de Palmaz (1398); chanceler da cidade de Bolonha pede subsídio ao rei de Portugal em seu favor para doutoramento (1397)
Lopo Afonso	Esc. D. Can. (1397) Esc. D. Civ. (1402) Bach. D. Civ. (1408) Lic. D. Civ. (1408.9.10) Esc. D. Can. PÁDUA (1409)	Obtém beneficio à colação do provedor do Hospital de S. Clemente e Sto. Elói de Lisboa ou do vigário de S. Julião de Lisboa (1397); raç. S. Vicente Abrantes (1397); raç. Sta. Maria Madalena de Lisboa (1404);	Procurador da Audiência das Letras contraditas na Cúria Romana (1404-1406)	Clérigo d. Coimbra (1397); testemunha execução benficial em favor de Lopo Martins e procuração de Gil Vasques de Portugal (1402); procurador na Cúria romana de Brás Afonso (1404); testemunha documento referente ao professor Bartolomeu de Saliceto (1404); procurador de Gil Vasques de Elvas (1406); leitor dos volumes dos <i>Codices</i> na U. Bolonha (1407-1408); morador em Pádua (1409); procurador de João Afonso de Portugal para o representar em Bolonha (1409); procurador de Brás Afonso (1409); morador em Pádua, deve dinheiro a João Afonso, cón. de Lisboa (1411)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outras
Gil Martins	Lic. D. Civ. (1398.9.17) Dout. D. Civil (1398.10.2) Perito D. Can.		Desembargador (1408-1421); chanceler (1421-1432); embaixador a Constança (1414-1418)	Originário de Lisboa; filho de Martim Lourenço, mercador e de Margarida Esteves, moradora em Lisboa na freguesia da Madalena, sepultados na sua capela no mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa; casado com Leonor Pereira (1408), irmão do doutor Diogo Martins; sobrinho de Margarida Esteves, casada com Fernão de Alma; clérigo de ordens menores, casara-se e participara em guerras durante uma década. Com a morte da mulher, queria abraçar o serviço de Deus (1429)
Gomes Martins	Esc. D. Civ. (1398)	Clérigo d. Évora (1401); colado em S. Salvador de Arraiolos (1401)	Juiz dos feitos do rei (1407)?	Clérigo de Lisboa (1403); procurador de Gil Vasques, reitor de Sta. Marinha de Palmaz (1398); conflito com Brás Afonso sobre quartanária de Lisboa (1403); procurador de Lopo Afonso (1404)
Afonso Martins	Esc. (1399)	Vigário Sta. Maria Loures (1399-antes 1404)		Alugou livros e bens de Lançarote Esteves (1399)
Silvestre Esteves	Esc. D. Civ. (1399-1402)	Clérigo de ordens menores (1402) cón. Lisboa (1405-1428)	Juiz do Cabido de Lisboa (1402-1407)	Filho de Silvestre Esteves, tabelião do rei (1368-1383) e contador régio (1384-1413); testemunhou aluguer de livros a Gonçalo, bispo de Guarda e a Afonso Martins (1399)
Lançarote Esteves	Esc. Lógica U. Lisboa (c. 1380) Esc. D. Civ. (1399-1403) Lic. D. Civ. (1404.5.6) Doutor (1405)	Clérigo Lisboa (c. 1380); meio-cón. Lisboa (pedido c. 1380...1399)	Escrivão do Mestre de Avis (1384-1390); escrivão da Câmara do rei (1395); notário público em todo o reino de Portugal (1395); vassalo do rei (1394); secretário do rei (1404); oficial da Relação na lista dos moradores (1405); criado do rei (1406); embaixador régio ao Concílio de Pisa (1409); embaixador do rei à Sicília (1412); desembargador (c. 1408-1421); conde palatino (1411)	Originário da freguesia de S. João de Lisboa e filho de Estêvão de Portugal; cidadão de Lisboa (1403); Reitor da U. Lisboa (c. 1394); alugou livros a Gonçalo, bispo de Guarda e a Afonso Martins (1399); testemunha procurações de Afonso Rodrigues e de João Álvares em Bolonha e permuta benficial (1402); testemunha execução de bula em favor de Lopo Martins (1403); obtém a administração do hospital dos Meninos pobres de Lisboa (1403); Lopo Martins do Carvalhal e João Álvares ficaram seus fiadores (1405); Professor de Leis na U. Lisboa (1406); são-lhe retirados bens em 1417, provavelmente relacionados com a sua estada em Bolonha
Pedro de Portugal	Lic. e Dout. D. Can. (1401.5.11)			
Tiago Eanes	Lic. (1401.3.30) Dout. (1402.3.18) Esc. Medicina (1402.6.27)			Testemunha procuração de Afonso Rodrigues de Lisboa (1402)
Diogo Martins	Lic. D. Civ. (1401.3.30) Dout. D. Civ. (1401.3.18)	Cón. Coimbra (1415)	Desembargador do rei (1407-1429); embaixador ao Concílio de Pisa (1409)	Originário de Lisboa; filho de Martim Lourenço, mercador e de Margarida Esteves, moradora em Lisboa na freguesia da Madalena, sepultados na sua capela no mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa; casado com Leonor Pereira (1408), irmão do doutor Gil Martins; sobrinho de Margarida Esteves, casada com Fernão de Alma;
Gil Vasques de Elvas/Lobeira	Esc. D. Civ. (1402-1404) Bach. D. Can. (1405-1417) Est. D. Can. (1403-1408...) Físico (1417)	Quartanário Lisboa (1402); rac, Sta. Maria Leiria (1402); rac, S. João Beja (1404-1408); obtém benefício à colação do arcebispo Lisboa e bispo Évora (1408); disputa o meio-canonizado Lisboa (1417); solicita igr. Elvas (1417); solicita a igr. Sta. Maria Monte Agraço (1418)		Clérigo d. Évora (1405-1406); Nomeia como procurador João Lourenço de Abiúl (1402); testemunha procuração de Lopo Martins (1402); testemunha execução benficial em favor de Lopo Martins (1402); faz seu procurador João Lourenço de Abiúl na Câmara Apostólica (1402); procurador de Lopo Martins do Carvalhal (1404); testemunha procuração de Brás Afonso (1404); faz seu procurador Lopo Afonso para o representar em conflito contra Pedro Martins sobre quartanária de Lisboa (1406); presente no Concílio de Constança (1415-1418)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
Fernando Gonçalves Beleáguas	<i>Esc. (1397)</i> Esc. D. Can. (1402-1406) Reitor de S. Clemente de Bolonha (1401-1402) Prov. em ambos os direitos (1408) Dout. D. Can. (1408.5.11) Perito D. Civ. (1408)	Indulto para não receber ordens durante 7 anos (1401); arcediogo Seia (1401-1405); cón. Coimbra (1402-1408...); chantre Coimbra (1408-1426); postulado para bispo Lisboa (1423); deão Coimbra (1426-1438)		Mulher e filhos que foram de Beliaga em doc. do Porto (1394); testemunha colação de benefício a Ascenso Esteves (1397) e documento de João Peres (1397); testemunha procuração de Lopo Martins (1402); executa graça em favor de Lopo Martins (1402); testemunha procuração de Afonso Rodrigues (1402); executor apostólico de benefícios em favor de Lopo Martins (1403); testemunha procuração de João Álvares (1403); faz seu procurador Brás Afonso para o representar na Cúria Romana (1405); testemunha procurações de Gil Vasques de Elvas, de Afonso Rodrigues de Lisboa e de Lourenço Fogaça (1406); executa letras apostólicas em favor de Fernando Peres da Guerra (1408); João Álvares executa a colação do chantrado de Coimbra em seu favor (1408)
Lopo Martins do Carvalho	Esc. D. Can. (1402-1406) Estudou ambos os direitos durante 6 anos e quer continuar a estudar (1408.3.11)	Obtém autorização para pluralidade beneficiat (1402); provimento no canonicato e reserva prebenda Lisboa (2.1.1403); arcediogo Évora (1403); indulto para não receber ordens sacras durante 7 anos (1408)	<i>Desembargador da Casa do Cível (1429)?</i>	Nobre clérigo d. Guarda (1402); clérigo d. Guarda (1402-1403); filho de Martim Gonçalves do Carvalho e sobrinho do Condestável D. Nuno Álvares Pereira; Fernando Gonçalves Beleáguas executa vários provimentos beneficiais em seu favor (1403); faz seus procuradores o seu pai Martim Gonçalves, Vasco Eanes, cón. Lisboa; António Martins, mercador de Lisboa, Afonso Gonçalves, cón. Évora, Afonso Peres, cón. Évora e Pedro Eanes, cón. Silves (1403); faz seus procuradores Gil Vasques Elvas, presente e Martim Afonso de Elvas, para o representarem na Cúria Romana (1404); faz seus procuradores Bartolomeu Eusebi de Buroncio, doutor em Decretos e Gil Eanes de Portugal, para obtenção de empréstimo (1404); fiador de Lançarote Esteves (1405); procurador de Gil Vasques de Portugal (1406)
Gomes Pais	Esc. D. Can. (1402-1409) Lic. D. Can. (1414.1.30) Dout. D. Can. (1414.2.15) . Designado posteriormente sempre como licenciado.	Quartanário Lisboa (1402-1432); obtém benefícios dependentes dos cabidos de Lisboa ou Évora, a pedido de Landoldo Maramaldo, cardeal de S. Nicolau in Carcere (1404); vigário de S. Martinho Sintra (1416-1418); solicita a vigararia Sta. Maria Lisboa (1418); provimento como cón. Coimbra (1432); tesoureiro Coimbra (1432); ig. Sta. Maria de Samuel, d. Coimbra (1432); raç. S. Tomé Lisboa (1432); raç. Sta. Maria Sintra (1432); raç. Sta. Maria Lourinhã (1432); Sta. Maria Óbidos (1432); Sta. Maria da Várzea Alenquer (1432); raç. Santiago Évora (1432); apresentado pelo rei a Sta. Justa Lisboa (1441); cón. Lisboa (1448)	Ouvidor de D. João, arcebispo de Lisboa (1414); vigário-geral a sé em vacatura (1416-1418); oficial da Sé de Lisboa (1426, 1429); capelão-mor do infante D. Pedro (1432)	Apresentado pelo cabido de Lisboa ao colégio de S. Clemente de Bolonha (1402); testemunha execução de letras apostólicas em favor de Lopo Martins (1403); representado por Brás Afonso em pleito por acesso ao colégio de S. Clemente (1403); procurador de Brás Afonso em pleito contra Gomes Martins (1403); membro do colégio de S. Clemente de Bolonha (1404-1408); procurador de Brás Afonso (1409); reitor do colégio de S. Clemente (1410-1411) e conselheiro do mesmo (1412-1413); procurador do cabido de Lisboa às Cortes (1418); Procurador de Vasco Rodrigues (1418); juiz comisário do cabido de Lisboa (1419); professor na U. Lisboa (1430-1431, 1443)
João Gonçalves	Esc. Artes (1402) Esc. D. Civ. (1408-1415) Esc. D. Can. (1408-1409)	Reitor S. Leonardo Atoguia (1408-1414, 1419)	Vigário-geral a Sé de Lisboa em vacatura (1440)	Originário d. Braga (1408); presbítero (1409); testemunha execução de letras apostólicas em favor de Lopo Martins e procuração do mesmo (1402); testemunha no processo do morgadio de Góis (1408); testemunha execução de letras apostólicas em favor de Fernando da Guerra e colação de benefício a Fernando Gonçalves Beleáguas (1408); testemunha procuração de Fernando da Guerra (1408); nomeia como procurador na Cúria Romana Vasco Esteves, cón. Silves (1408); testemunha procuração de Brás de Portugal (1409); nomeia como procurador Lourenço Esteves de Ourique (1413); representa na Câmara Apostólica João Álvares (1414); testemunha ratificação de Fernando Martins (1415); morador em Bolonha na <i>capella</i> de S. Cristóvão de Saragoça (1419); priva Lourenço Esteves da sua razão em S. Leonardo Atoguia (1419)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outras
Brás Afonso	Esc. D. Civ. (1403) Esc. D. Can. (1404-1408) Lic. D. Can. (1409.3.9) Dout. D. Can. (1409.3.26)	Raç. S. Jorge Lisboa (1402-1404); prior S. Salvador Lousada (1404-1408); renúncia à ração de S. Tomé Lisboa (1406)	Embaixador de D. Afonso V ao imperador; escrivão da puridade do arcebispo Braga Fernando da Guerra (1439)	Originário de Lisboa; procurador de Gomes Pais (1403); testemunha execução de letras apostólica em favor de Lopo Martins (1403); nomeia procuradores Luis Pilot, prior S. Salvador Beja (1403-1404); Gomes Pais, quartanário Lisboa em processo contra Gomes Martins (1403); procurador de João Álvares (1404); morador em Bolonha na <i>capella</i> S. João do Monte (1404); nomeia procurador João Álvares para permuta e Câmara Apostólica e ratifica o fez os seus procuradores Lopo Afonso e Álvaro Gonçalves, chanceler-mor (1404); procurador de Fernão Gonçalves de Beléguia (1405); testemunha procuração de João Álvares (1406); testemunha execuções beneficiais em favor de Fernando da Guerra e de Fernando Gonçalves Beleáguia (1408); testemunha procuração de Fernando da Guerra (1408); nomeia procuradores Lopo Afonso de Portugal, Gomes Pais para pedir dinheiro (1409); procurador de Vasco Rodrigues (1418)
Pedro de Portugal	Dout. em PAVIA (1406)			
Afonso Rodrigues	Esc. D. Can. (1402) Esc. D. Civ. (1406-1408) Esc. D. Can. PÁDUA (1411) Esc. D. Civ. PÁDUA (1414) Dout. D. Civ. PÁDUA (1417.3.24) Estudava em Pádua com Gasparino de Barzizza (1418)	<i>Obtém a pluralidade de benefícios nas d. Évora, Coimbra e Lisboa (1402);</i> meio-cón. Lisboa (1408); cón. Lisboa (1418-1433/4); solicita a igr. par. Martinho do Campo, d. Braga (1424) e a igr. par. S. Vicente Abrantes (1427); reitor S. Martinho do Campo (1428); solicita o chantrado Lisboa (1428); solicita as igr. S. Pedro Sintra e Santiago Beja (1429); arceidiago Lisboa (1428-c. 1443); solicita a igr. Sto. Estêvão Lisboa (1434-1435)	<i>Familiar do papa Bonifácio IX (1402);</i> juiz do cabido Lisboa (1408); vigário e desembargador da Relação do arcebispo D. Pedro (1431); o rei solicita ao papa a sua nomeação como administrador-geral dos hospitais da diocese e cidade de Lisboa (1432)	Originário de Lisboa; neto de Catarina Eanes, filho de Rui Garcia; irmão de Vasco Rodrigues; testemunha procuração de Gil Vasques de Portugal (1406); nomeia como procuradores Garcia, cón. Lisboa, o seu pai Rui Garcia, para apresentarem letras apostólicas, receberem benefícios e instruírem processos (1406); testemunha ato notarial de Rinaldo (1407); morador na <i>capella</i> S. Tomé de Braina (1407); testemunha execução letras apostólicas em favor de Fernando da Guerra (1408); testemunha procuração de Fernando da Guerra (1408); assiste em Pádua à licenciatura em D. Civ. de Jorge de Sena (1411); em Pádua, diz conhecer Fernando Martins Coutinho, e testemunha execução beneficinal em seu favor (1414); destinatário de carta do famoso humanista Nicolau Niccoli (1414); carta do humanista Gasparino de Barzizza refere-o (1415); referido em carta do humanista Guarino de Verona (1418); assina estatuto da U. Lisboa (1431)
Fernando Álvares		Meio-cón. Silves (1414)		Procurador de Fernando da Guerra para administrar os seus bens (1408); está em Pádua em 1408; promulga sentença em Pádua (1414)
Fernando da Guerra	Esc. D. Civ. (1408) Esc. D. Can. PÁDUA (1411)	Provimto no mestre-escolado Lisboa (1408); bispo Silves (1409-1414); bispo Porto (1414-1416); arcebispo Braga (1416-1464)	O rei confia-lhe o governo e defesa das terras da comarca de Entre-Douro-e-Minho (1415)	Provimto no mestre-escolado executado por Fernando Gonçalves Beleáguia (1408); nomeia seus procuradores Diogo Rodrigues e Pedro Eanes de Portugal (ausentes) e Fernando Álvares (presente), para administrar seus bens (1408); testemunha procurador de João Gonçalves (1408); reside em Pádua na <i>contrata</i> Sta. Cecília (1411); nomeia como procurador Lariorum de Lipacis de Barso de Florença sobre câmbio (1411); testemunha admissão de Gil Martins no colégio de S. Clemente de Bolonha e no doutoramento de Fr. Manuel Lourenço no convento dominicano de Bolonha (1414); pede para receber procurações para pagar dívidas contraídas durante os seus estudos em Bolonha e Pádua (1420); o seu aluno Álvaro Martins, reitor de S. Martinho de Cedofeita e bach. D. Civ., faz testamento em Siena (1427)
André de Portugal	Esc. D. Can. (1408)			Originário da d. Coimbra (1408); testemunha documentos do colégio de S. Clemente de Bolonha (1403-1404); testemunha no processo sobre o morgadio de Góis (1408); capelão do colégio de S. Clemente (1411); testemunha a admissão de Gil Martins de Sevilha (1413)
Lourenço Esteves de Ourique	Esc. D. Civ. (1408) Bach. D. Civ. (1413) Lic. D. Civ. (1417.5.15) Dout. D. Civ. (1417.8.16)	Reitor de S. Leonardo Atoguia (1413); raç. S. Leonardo Atoguia (1419); privado desse benefício em 1419	Juiz secular na cidade de Génova (1419)	Procurador de João Gonçalves, reitor de S. Leonardo Atoguia, para o representar no seu benefício (1413)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
João Afonso I	Esc. D. Can. PÁDUA (1409) Lic. D. Civ. PÁDUA (1411) Lic. D. Can. (1413.9.1) Estudou alguns cursos académicos depois da licenciatura em Bolonha (1418)	Cón. Porto (1409-1420); vigário de D. Fernando da Guerra, bispo Porto (1417); eleito como deão Porto pelo cabido e confirmado pelo eleito D. João (1418); igr. par. S. Mamede, d. Porto (até 1418); pede igr. par. S. Cosme, d. Porto (1421); raç. Sta. Maria Leiria (1421)		Morador em Pádua na rua de S. Firmo (1411); tem créditos de Lopo Afonso de Portugal; a sua igreja de S. Mamede é pedida por Fernando Gonçalves, cón. Braga (1418); em competição com Mestre Lourenço Fogaça pelo deão Porto (1422); procurador do cabido Porto (1423)
Fernando Martins Coutinho	Esc. D. Can. PÁDUA (1410-1411) Esc. D. Can. (1412-1413) Esc. D. Can. PÁDUA (1414) Esc. D. Can. (1415-1417)	Cón. Lamego (1409); obtém benefício com cura de almas (1409); <i>canonicato expectativa Lisboa e Évora (1410-1411)</i> ; reitor S. Tomé Lisboa (1414-1415); reserva deão Viseu (1414); reitor S. Salvador de Bouças (1414); deão Viseu (1417); pede confirmação canonicatos de Lisboa e Évora (1417); bispo Coimbra (1418-1429)	Obtém provimentos em benefícios a pedido do rei e rainha de Portugal (1410)	Em 1411 tem 20 anos; sobrinho de Gonçalo Vasques Coutinho, marechal do rei D. João I, que intercede para a obtenção do bispado de Coimbra (1418); morador em Bolonha, na sua casa vivia Gomes Fernandes de Portugal (1413); testemunha procuração de João Gonçalves (1413); morador em Bolonha na <i>capella</i> de S. Donato (1415); nomeia como procurador Lopo Gonçalves, cón. Lamego, no processo com a U. Lisboa (1415); nomeia seu procurador João Afonso, abade S. Bartolomeu de Paredes, para pagamentos na Câmara Apostólica (1418)
Gomes de Portugal	Esc. PÁDUA (1411-1413)			Convidado em 1411 para vir estudar em Bolonha; Lopo Vasques da Cunha obriga-se a pagar-lhe o empréstimo para as despesas do seu estudo e outras (1413)
Estêvão Afonso	Esc. D. Can. U. Lisboa (1404-1407) Esc. Teologia U. Lisboa (1404) Lic. D. Can. (1411.4.2) Dout. D. Can. (1411.4.13)	Raç. Santiago Coimbra (1404); graça de aceder a benefícios eclesiásticos (1404); arceidiago Santarém (1411-1444, 1448); obtém a pluralidade benefical (1411); cón. Lisboa (1420-1442); graça de benefício incompatível (1423); arceidiago Lisboa (1444)	Ouvidor do arcebispo D. João (1405); ouvidor-geral do arcebispo Lisboa. D. João (1407-1408); visitador do arcebispo de Lisboa (1408); vigário-geral de Lisboa (1412-1415); juiz dos feitos do cabido de Lisboa (1420); chanceler do infante D. Pedro (1423); vigário-geral a sé em vacatura (1440-1442); chanceler, familiar e doméstico do infante D. Pedro (1423); Conselheiro do rei D. Afonso V (1440)	Filho de sacerdote e melhor solteira (1404); viajou com o infante D. Pedro pela Cristandade (1425-1428); assinou Estatuto da U. Lisboa (1431)
Pedro Eanes	Esc. (1412-1414)			Originário d. Coimbra. Na companhia de Afonso Domingues de Portugal, cozinheiro de D. Fernando da Guerra, foi agredido em junho 1412, em Bolonha.
Vasco Domingues	Esc. D. Can. (1412-1414) Bach. D. Can. (1419)	Reitor S. Miguel da Foz do Arouce (1417); igr. S. Salvador de Galegos (1419)		Presbítero de Coimbra (1414); procurador de Sta. Clara Coimbra na Cúria (1406); esteve no Concílio de Constança (1417); testemunha privação de Lourenço de Portugal (1419)
Fernando Lourenço	Esc. D. Can. (1413)			Testemunha procuração de João Gonçalves (1413)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outras
Lopo Vasques da Cunha	Esc. D. Civ. PÁDUA (1413) Esc. (1414)	Recebe comenda do mosteiro de Rendufe (1414-1415); reitor de Sta. Maria Lourinhã (1415); postulado bispo Tui (1415); provimento apostólico no arceidiago de Barroso na Sé Braga (1427); postulado bispo Guarda (1427); suplica o deado Braga (1427)	Acólito papal (1414-1429); familiar do papa (1429)	Filho de Vasco Martins da Cunha; diácono (1429); morador em Pádua na <i>contrata burgi Zucchi</i> obriga-se a pagar 59 ducados de ouro a Gomes de Portugal, para pagamento do empréstimo para as despesas do seu estudo e outras (1413); encontrava-se a caminho de Itália por causa do bispado de Coimbra (1427); obriga-se em nome de Gonçalo Peres, pela anata de S. Martinho de Mancelos (1427)
Vasco Rodrigues	Esc. PÁDUA (1413-1414) Leitor do <i>Esforçado</i> na U. Bolonha (1418-1419) Esc. D. Civ. (1418-1419) Lic. D. Civ. (1421.10.29) Dout. D. Civ. (1424) Dout. D. Can. (1442)	Deão Lisboa (1429); renuncia ao arceidiago de Barroso (1430); solicita a capela de Sta. Maria Azinhoso (1441)	Advogado consistorial (1437-1441)	Filho de Rui Garcia de Lisboa e irmão de Afonso Rodrigues; comensal de Fernando da Guerra em Pádua (1411); assiste ao doutoramento em Pádua de António de Natari Rainerio de Catania (1413); carta de Gaspar de Perusa em que diz que ele quer ir para a ilha de Rodes e tornar-se Hospitalário, pelo que encarregava-o de vender um códice <i>Inforciato</i> (1413?); nomeia seus procuradores o seu pai Rui Garcia, Brás Afonso; Gomes de Portugal e Álvaro Vasques, para aceitarem benefícios (1418); promete pagar 30 florins de ouro a João de Anega, mercador de Lisboa, nessa cidade, Bolonha, Florença, Pisa ou outros locais (1419); procurador do seu irmão Afonso Rodrigues na Câmara Apostólica (1424 e 1429); morreu no mosteiro de Sta. Brigida do Paraíso de Florença (1457)
Lourenço Fogaça	Mestre Medicina (1413) Doutor Medicina (1418)	Reitor Sta. Maria Odemira (1406-1418), com mais dois benefícios (1413); D. João I suplica em seu favor o deado, o canonicato e prebenda Porto (1418) e a pluralidade de benefícios (1423); deão Porto (1423-1433); cón. Porto (1433); cón. Lisboa (1433-1444); reitor S. João Beja (1433-antes 1448)	Familiar de D. João (1418-1423); físico do rei (1423-1433, 1449); antigo médico de D. João I (1434, 1439)	Originário de Lisboa e filho de Mestre João Fogaça de Lisboa (1404); ilegítimo e padece de defeito na vista esquerda desde menino (1413); testemunha ratificação de Brás Afonso (1404); nomeia como testamenteiros Álvaro Gonçalves, chanceler-mor para gerir rendimentos (1406); morador em Pádua (1409); em competição com João Afonso I pelo deado de Lisboa (1422); obtém renda de casa na Rua Nova de Lisboa (1434-1439)
Rodrigo Dias	Esc. PÁDUA (1414)	Cón. Braga (1418); arceidiago de Barroso (1424); cón. prebendado Porto (1426); solicita os deados de Lisboa e Braga (1427-1429); deão Braga (1427-1437); solicita raç. Sta. Cruz Lisboa (1440); eleito bispo Silves (1441)	Coletor apostólico (1424); cubiculario apostólico (1436)	Em Pádua, diz conhecer Fernando Martins Coutinho (1414); procurador de Fernando da Guerra na Câmara Apostólica (1418). Fugiu de Portugal para a Cúria Romana em 1424
João Eanes/ de Portugal	Esc. Medicina (1415); Esc. de Teologia (1423) Dout. Medicina (1425)	Reitor S. Miguel de Montemor-o-Velho (1417); solicita o mestre-escolado Lisboa (1417); deão Coimbra (1423)	Médico e familiar do infante D. Pedro (1417, 1425)	Testemunha documentos do colégio de S. Clemente de Bolonha (1404, 1406)
Martinho Afonso	Esc. Medicina (c. 1420-1427)			Sobrinho de Gil Eanes; os bens que tinha recebido por morte de seu pai danificavam-se (1427); o seu tio Fernão Fogaça tinha obtido em seu favor do rei a igreja de Odemira (1427)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
João Afonso II	Esc. D. Can. (1421) Esc. Estudo CÚRIA (1425)	Abade de S. Bartolomeu de Paredes (1415-1422); cón. Coimbra (1422); deão Coimbra (1426); chantre Coimbra (1426-1440); está a par do Colégio de Espanha em Bolonha, numa igreja que chamam Sta. Maria de Muratelo (1426)		Ilegítimo (1421); procurador de Fernando Martins de Portugal, reitor de S. Tomé Lisboa (1415); paga pessoalmente na Câmara Apostólica a anata do can. Coimbra (1422) e do deado Coimbra (1426); ia à Cúria Romana pagar a anata por Fernando Gonçalves Beláguia pelo deado Coimbra e iria voltar depois para Portugal (1427); está em Coimbra em 1428; na Cúria Romana em 1430; em Portugal entre 1431 e 1440; executor testamentário de Fernando Martins Coutinho, bispo Coimbra); faleceu na Cúria Romana em 1440/1441.
João Beláguia	Esc. D. Civ. (1427) Esc. D. Civ. SIENA (1429) Dout. D. Civ. (1434) Bach. D. Can. (1434)	Obtém isenção durante 7 anos para receber as ordens sacras (1427); reitor de S. Pedro Avelãs (1427); solicita a igr. S. Pedro de Ferreira (1429); deão Guarda (1434-1437)		
João do Sem	Esc. (1427) Esc. SIENA (1428)		Tesoureiro-mor do rei (1438); conselheiro do rei (1438-†1442); embaixador a Inglaterra (c. 1438); chanceler-mor do rei (1439-†1442)	Clérigo da d. Lisboa (1425); sobrinho do doutor Martinho do Sem (1427); recebeu os livros do seu tio Martinho do Sem (1438)
Pedro Esteves	Esc. LISBOA e SALAMANCA (durante 8 anos antes 1436) Bach. D. Civ. (1431) Esc. D. Civ. e Can. (1436) Dout. D. Civ. SIENA (1439)		Ouvidor e criado do Duque de Bragança (1450); conselheiro do rei (1462-1463)	Clérigo d. Braga (1436); o seu filho Martim Gomes obtém uma bolsa de estudo do rei (1453-1466)
Vasco Fernandes de Lucena	Esc. FLORENÇA (1431)		Embaixador régio ao Concílio de Basileia (1436); conselheiro do rei (1455)	Reitor do Estudo de Florença (1431); professor de D. Civ. na U. Bolonha (1438)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima

Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa, cx. 7, nº 169

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo do Hospital S. José, liv. 1190, fl. 168-178

Cabido da Sé de Coimbra, 2ª inc., m. 94, nº 4498

Chancelarias régias, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, fl. 83v, liv. 18, fl. 37, 43; liv. 20, fl. 3v, liv. 24, fl. 94v

Colegiada de S. Martinho de Sintra, m. 7, nº 247.

Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa, m. 8, nº 355

Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa, m. 4, nº 125

Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa, m. 15, nº 282

Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, m. 17, nº 8

Mosteiro de Sta. Maria de Chelas, m. 33, nº 643

Mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa, m. 2, nº 40, m. 4, nº 7

Ordem de Cister, Mosteiro de Alcobaça, 2ª inc., m. 48, nº 1316, m. 53, nº 20

Ordem de Cister, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 15, fl. 122

Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. Convento de Sta. Clara de Santarém, m. 12, nº 840

Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. S. Francisco de Lisboa, liv. 10, fl. 63v-65

Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa, liv. 5, fl. 285-286;

Mosteiro de Santos-o-Novo, nº 956

Fontes impressas

ALBUQUERQUE, Martim de (ed.), *Pareceres Quatrocentistas de juristas da Escola de Bolonha sobre a Sucessão do Morgado de Góis em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954.

Chancelarias Portuguesas. D. João I, João José Alves Dias (ed.), vol. III/1 e III/2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537), Artur Moreira de Sá (ed.), vols. II-III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968; vol. II, Braga-Porto, Editorial Franciscana, 1970; vol. III/1-2, Braga-Porto, Editorial Franciscana, 1982.

Die Matrikel der Universität Köln, Hermann Keussen (ed.), vol. I, 2ª edição, Bonn, Verm. U. Erw. Auflage, 1928.

FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios Documentais)*, Lisboa, Centro de Estudos Económicos – Instituto Nacional de Estatística, 1965.

GOMES, Rita Costa, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*, Florença, Leo S. Olschki, 2018.

Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, Anne-Marie Hayez (ed.) com a colaboração de Janine MATHIEU e Marie-France YVAN, vols. I-III, Rome, École Française de Rome, 1992-1993.

Monumenta Henricina, António Joaquim Dias Dinis (ed.), vol. IV, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1962.

SORBELLI, Albano, *Il "Liber secretus iuris caesarei" della università di Bologna*, vol. I: 1378-1420, vol. II: 1421-1450, Bolonha, Presso l'Istituto per la storia dell'Università di Bologna, 1938-1942.

Estudos

BERTHE, Maurice, "Les élites urbaines méridionales au Moyen Âge (XI^e-XV^e siècles)", *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France*, hors série, 2002, pp. 21-40.

BETTINI, Clelia “Tre Valascos nell’Italia del quattrocento: Meser Valasco di Vespasiano da Bisticci, Petrus Vallascis di Cataldo Siculo e Vasco Fernandes de Lucena”, *Humanitas*, N° 60 (2008), pp. 205-226.

BRANCO, Maria João, “Estados Pátrias e Nações nos juristas hispânicos dos século XII e XIII”, *Cultura*, 15 (2002), pp. 21-46.

BRANCO, Maria João, “An Archbishop and his Claims: the Allegations of Martinho Pires in Rome (1199) on the Quarrels Between Braga and Compostela”, in Francisco J. Hernández; Rocío Sánchez Ameijeras e Emma Falque (eds.), *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*, Firenze, SISMEL – Edizioni del Galluzzo, 2018, pp. 111-151.

CHEVALIER, Bernard, “Le pouvoir par le savoir: le renouvellement des élites urbaines en France au début de l’Âge Moderne (1350-1550)”, in Claude Petitfrère (ed.), *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l’Antiquité au XXe siècle, Actes du colloque tenu à Tours en 1998*, Tours, Centre d’histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, pp. 73-81.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “Les Élités municipales”, *Anais – Série História da Universidade Autónoma de Lisboa*, Vol. 2 (1995), pp. 51-56.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal médiéval (XIV^e et XV^e siècles)”, in Raphaela Averkorn, Winfried Eberhard, Reimund Haas und Bernd Schmies (eds.), *Europa und die Welt in der Geschichte. Festschrift zu seinem 60. Geburtstag von Dieter Berg*, Bochum, Verlag Dr. Dieter Winkler, 2004, pp. 313-334.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Um Mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus. Vida e obra*, Braga, Editorial Franciscana, 1957.

COSTA, António Domingues de Sousa, “O Doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I, Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa”, *Itinerarium*, ano 3, N° 3 (1957), pp. 202-230.

COSTA, António Domingues de Sousa, “Doutoramento em Leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Alvares, Deão de Viseu, depois bispo de Silves”, *Itinerarium*, ano 4, N° 21 (Julho-Setembro 1958), pp. 342-380.

- COSTA, António Domingues de Sousa, *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, Editorial Franciscana, 1963.
- COSTA, António Domingues de Sousa, “Mestre Fr. André do Prado. Desconhecido Escotista Português do Século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XXIII, Nº 3 (Julho-Setembro 1967), pp. 293-337.
- COSTA, António Domingues de Sousa, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma-Porto, Editorial Franciscana, 1967.
- COSTA, António Domingues de Sousa, “Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, Nº 1 (1969), pp. 3-157.
- COSTA, António Domingues de Sousa, “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjurado e prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”, *Itinerarium*, ano 18, Nº 77 (Julho-Setembro 1972), pp. 232-259.
- COSTA, António Domingues de Sousa, “Portugueses no Colégio de S. Clemente de Bolonha durante o século XV”, *Studia Albornotiana*, Nº 13 (1973), pp. 211-415.
- COSTA, António Domingues de Sousa, “Identificação do autor da ‘Summa dictaminis’ do século XIII e a sua provável datação”, *Euntes Docente. Commentaria Urbaniana*, vol. 43, Nº 2 (1990a), pp. 191-229.
- COSTA, António Domingues de Sousa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, Bolonha, Real Colégio de España, 1990b.
- COURTENAY, William J., “Spanish and Portuguese Scholars at the University of Paris in the Fourteenth and Fifteenth Centuries: The Exchange of Ideas and Texts”, in Ivy A. Corfis e Ray Harris-Northall (eds.), *Medieval Iberia: Changing Societies and Cultures in Contact and Transition*, Woodbridge, Tamises Books, 2007, pp. 110-119.
- CRUSELLES, José María, “Familia y promoción social: Los Lopiç de Valencia (1448-1493)”, *Estudis Castellonencs*, vol. 3 (1986), pp. 355-380.

FARELO, Mário, *La “peregrinatio académica” portugaise vers l’“Alma mater” parisienne, XII^e-XV^e siècles*, memória de Mestrado, Université de Montréal, 1999.

FARELO, Mário, “Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medievo (sécs. XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo”, *Lusitania Sacra*, 2^a série, vol. 13-14 (2001-2002), pp. 161-196.

FARELO, Mário, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2004.

FARELO, Mário, “On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment”, in Ole Peter Grell, Andrew Cunningham e Jon Arrizabalaga (eds.), *Centers of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 127-147.

FARELO, Mário, “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento”, in Hermenegildo Fernandes (ed.), *A Universidade Medieval em Lisboa, Séculos XIII-XVI*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 237-265.

FLEISCH, Ingo, “Sacerdotium” – “Regnum” – “Studium”. *Der westiberische Raum und die europäische Universitätskultur im Hochmittelalter. Prosopographische und rechtsgeschichtliche Studien*, Münster, LIT Verlag, 2006.

FLEISCH, Ingo, “The portuguese clergy and the european universities in the 12th and 13th centuries”, in *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2007, pp. 61-75.

GARCÍA Y GARCÍA, Antonio, “Escolares ibéricos en Bolonia 1300-1330”, in *Estudios sobre los orígenes de las Universidades Españolas: homenaje de la Universidad de Valladolid A la Universidad de Bolonia en su IX centenario*, Valladolid, Servivio de Publicaciones – Universidad de Valladolid, 1988, pp. 113-134.

GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás, “Los universitarios portugueses graduados en Bolonia, Alfonso de Cartagena y Poggio Bracciolini”, in Carmen Soares, Maria do Céu Fialho e Thomas Figueiras (eds.), *Pólis/Cosmópolis: identidades globais & locais*, Coimbra, Imprensa da Universidade – Annablume, 2016, pp. 319-329.

- GOURON, André, “Le rôle social des juristes dans les villes méridionales du Moyen Âge”, in André Gouron, *La Science du Droit dans le Midi de la France au Moyen Âge*, London, Variorum Reprints, 1984, pp. 55-67, art. III.
- HOMEM, Armando Luís Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990.
- IZBICKI, Thomas M., “A Bolognese consilium on Portuguese politics”, in *Diritto e potere nella storia europea: atti in onore di Bruno Paradisi. Quarto Congresso internazionale della Società Italiana di Storia del Diritto*, vol. I, Florença, L. S. Olschki, 1982, pp. 313-319.
- KIBRE, Pearl, *The nations in the medieval universities*, Cambridge (Mass.), Medieval Academy of America, 1948.
- LANTSCHNER, Patrick, *The Logic of Political Conflict in Medieval Cities: Italy and the Southern Low Countries, 1370-1440*, Oxford, Oxford University Press, 2015.
- LEITÃO, André Oliveira, “Leges et canones. Portuguese law students in 14th and 15th century Italy. Methodological horizons and problems”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco (eds.), *Ecclesiastics and Political State Building in the Iberian Monarchies, 13th-15th centuries*, Évora, CIDEHUS, 2016, pp. 275-290.
- LOPES, Paulo Catarino, “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV”, in Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (org.), *‘Homo est minor mundus’. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*, Lisboa, Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, pp. 31-57.
- MATOS, Luís de, *Les Portugais à l’Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1950.
- MATTOSO, José, “Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (Séculos XI e XII)”, in José Mattoso, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 365-387.
- MENDONÇA, Manuela, “Portugueses na Universidade de Siena. Contribuição para a sua história”, in José María Soto Rábanos (ed.), *Pensamiento medieval*

hispano: homenaje a Horacio Santiago-Otero, vol. I, Madrid, CSIC-Consejería de Educación y cultura de la Junta de Castilla y León-Diputación de Zamora, 1998, pp. 831-860.

MÊREA, Paulo, “Domingos Domingues, canonista português do século”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, ano XIII, N° 43 (1967), pp. 223-229.

MESINI, Candido, “Il ‘Liber secretus iuris pontificii’”, *Apollinaris*, n° 43 (1970), pp. 373-403.

MINNUCCI, Giovanni, “Studenti giuristi portoghesi a Siena nella seconda metà del XV secolo”, in Antonio Padoa Schioppa, Gigliola di Renzo Villata e Gian Paolo Massetto (eds.), *Amicitiae pignus. Studi in ricordo di Adriano Cavanna*, Milano, Giuffrè, 2003, pp. 1477-1488.

MORENO, Humberto Baquero, “Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo”, *Revista das Ciências do Homem*, Série A, N° 3 (1970), pp. 177-205.

MORNET, Elisabeth, VERGER, Jacques, “Heurs et malheurs de l'étudiant étranger”, in *L'étranger au Moyen Âge. Actes du XXXe congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 30e congrès, Göttingen, 1999*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2000, pp. 217-232.

MOXÓ, Salvador de, “La promoción política y social de los ‘letrados’ en la Corte de Alfonso XI”, *Hispania*, N° 129 (1987), pp. 5-29.

NORTE, Armando, OLIVEIRA-LEITÃO, André de, “A mobilidade dos escolares portugueses: a *peregrinatio académica* entre os séculos XII e XV”, *Lusitania Sacra*, vol. 33 (Janeiro-Junho 2016), pp. 43-98.

NUNES, Eduardo Borges, ALBUQUERQUE, Martim de, “Parecer do Doutor ‘Velasco di Portogallo’ sobre o beneplácito régio (Florença, 1454)”, *Do tempo e da História*, Vol. 2 (1968), pp. 97-139.

OLIVEIRA, António Resende de, “As Instituições de Ensino”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*, vol. III: Maria Helena

da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coords.), *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portugalense à Crise do Séc. XIV*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 635-659.

OLIVEIRA, António Resende de, “A mobilidade dos universitários”, in *História da Universidade em Portugal*, vol. I: 1290-1536, Coimbra-Lisboa, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 339-356.

PÉREZ MARTÍN, António, “Colegiales de San Clemente de los Españoles en bolonia (1368-1500)”, *Salamanticensis*, vol. 20, fasc. 1 (1973), pp. 69-84.

PIO, Bernardo, *De fletu Ecclesie. Giovanni da Legnano*, Legnano-Bolonha, Fondazione Cassa di Risparmio in Bologna-Banca di Legnano, 2006.

PIO, Bernardo, “La peregrinatio academica nell’età dello scisma: studenti di diritto canónico a Bologna fra XIV e XV secolo”, in Miriam Davide (ed.), *Identità cittadine e aggregazioni sociali in Italia, secoli XI-XV. Convegno di studio Trieste, 28-30 giugno 2010*, Trieste, Centro Europeo Richeche Medievali, 2012, pp. 103-134.

PIO, Bernardo, “Osservazioni preliminar all’edizione delle più antich registrazioni del *Liber secretus iuris pontificii*”, in Giancarlo Angelozzi, Maria Teresa Guerrini e Giuseppe Olmi (eds.), *Università e formazione dei ceti dirigenti. Per gian Paolo Brizzi, pellegrino dei saperi*, Bologna, Bononia University Press, 2015, pp. 51-60.

RAU, Virgínia, “Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 12 (1969), pp. 185-206.

RAU, Virgínia, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, *Do Tempo e da História*, vol. 5 (1972), pp. 29-99.

RUSSELL, Peter Edward, “Medieval Portuguese Students at Oxford University”, in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Münster, Westfalen, 1960, pp. 183-191.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Étudiants portugais dans les universités du Midi de la France à la fin du XIV^e siècle”, *Bulletin Philologique et Historique (jusqu’en 1715) du Comité des travaux historiques et scientifiques. Années 1953-1954*, Paris, Imprimerie Nationale-Presses Universitaires de France, 1955, pp. 265-272.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII^e-XVII^e siècle)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Les Portugais et l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e siècles)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SILVA, Maria João Oliveira e, “Bolseiros e bolsas de estudo no tempo de D. Afonso V”, in Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. III, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1091-1099.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da, “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 12 (1960), pp. 5-35.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da, “O doutoramento em Pavia de D. Martim Gil, bispo de Silves (1395)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 16 (1963), pp. 425-430.

SORBELLI, Albano, “La “Nazione” nelle antiche università italiane e straniere”, *Studi e memorie per la storia dell'Università di Bologna*, N° 16 (1943), pp. 93-232.

TAMBA, Giorgio, “I memoriali del comune di Bologna nel secolo XIII. Nota di diplomatica”, *Rassegna degli archivi di Stato*, vol. 47, N° 2-3 (1987), pp. 235-290.

TAMBURRI, Pascual, “España en la Universidad de Bolonia: vida académica y comunidad nacional (siglos XIII-XIV)”, *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, vol. 10 (1997), pp. 263-352.

TAMBURRI, Pascual, “Spagoli a Bologna (1299-1330). Organizzazione e identità di una comunità studentesca”, *Rivista storica italiana*, N° 111 (1999), pp. 155-219.

TAMBURRI, Pascual, “*Natio Hispanica*”. *Juristas y estudiantes españoles en Bolonia antes de la fundación del Colegio de España*, Bolonia, Publicaciones del Real Colegio de España, 1999.

TERRA, José F. da Silva “Nouveaux documents sur les Portugais à l'Université de Paris (XVI^e siècle)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, V (1972), pp. 190-260.

VERGER, Jacques, “La mobilité étudiante au Moyen Âge”, *Histoire de l'éducation*, N° 50 (mai 1991), pp. 65-90.

VERGER, Jacques, *Les gens de savoir dans l'Europe de la fin du Moyen Âge*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

VIGIL MONTES, Néstor, “João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfles de eclesiástico diferentes en los primeiros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407)”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco (eds.), *Ecclesiastics and Political State Builfind in the Iberian Monarchies, 13th-15th Centuries*, Évora, CIDEHUS, 2016, pp. 129-146.

VITÓRIA, André, “A little known version of Oldradus de Ponte's *consilium* no. 83?”, *Initium*, vol. 17 (2012), pp. 169-207.

Os inícios da política internacional de Portugal a entrada no contexto europeu e o surgimento de tendências geoestratégicas¹

Néstor Vigil Montes²

Resumo

A entrada do reino de Portugal no contexto europeu, sempre relacionada com a projeção da política peninsular, teve lugar no final da Idade Média. Os monarcas portugueses tiveram a necessidade de uma diplomacia activa para enfrentar o seu poderoso vizinho castelhano, formando uma aliança com o reino da Inglaterra e desenvolvendo contactos com outras formações políticas europeias.

O nosso objetivo é estudar e vincular essas necessidades diplomáticas e tendências geoestratégicas com os tempos de abertura de um reino periférico a novas correntes de modernidade do continente, o humanismo; e também com as épocas de encerramento cultural com o estabelecimento da Inquisição.

Palavras-chave

Relações internacionais de Portugal, Geoestratégia de Portugal, História da cultura portuguesa, Humanismo em Portugal.

¹ Este estudo foi possível graças a uma bolsa de pós-doutoramento financiada por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência de Portugal (SFRH/BPD/94257/2013), e inserido no projecto *DEGRUPE - A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas (XIII-XV) / The European Dimension of a Group of Power: Ecclesiastics and the political State Building of the Iberian Monarchies (13th-15th centuries)* financiado por fundos nacionais através da FCT/MCTES e pelos fundos europeus FEDER através do programa COMPETE (PDTC/EPH-HIS/4964/2012).

² Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ).

Abstract

The entrance of the kingdom of Portugal to the European context, always related to the projection of the peninsular politics, took place in the late Middle Ages. The Portuguese monarchs had the need for active diplomacy to deal with its powerful Castilian neighbor, forming an alliance with the kingdom of England and developing contacts with other European political formations.

Our purpose is to study and link these diplomatic needs and geostrategic trends with the opening times of a peripheral kingdom to new continent modernity streams, the humanism; and also with the cultural closing periods with the establishment of the Inquisition.

Keywords

International relations of Portugal, Geostrategy of Portugal, History of Portuguese culture, Humanism in Portugal.

O objetivo da presente Antologia é, de alguma forma, contribuir para esclarecer os diferentes aspectos da europeização de Portugal nos séculos XV e XVI, por isso considero interessante fazer uma pequena contribuição fundada na intenção de associar as poderosas forças da geoestratégia internacional com a introdução ou rejeição das ideias europeias no reino de Portugal.

O nome deste texto inspira-se num artigo de 1988 intitulado: *Os inícios da política internacional de Castela*, que coloca a entrada de Castela na política europeia no contexto da *Guerra dos Cem Anos*³. Agora vamos ver o mesmo para o caso português, ou seja, como a entrada do reino luso no contexto europeu, sempre relacionada com a projeção europeia da política peninsular, também teve lugar na mesma situação.

³ Luis Vicente DÍAZ MARTÍN, “Los inicios de la política internacional de Castilla (1360-1410)”, in Adeline Rucquoi (ed.), *Realidad e imágenes de poder, España a fines de la Edad Media*, Valladolid, Ámbito Ediciones, 1988, pp. 57-83.

A fim de conhecer o contexto geoestratégico de Portugal, temos de regressar ao período do seu nascimento como reino independente no século XII, inserido no processo de Reconquista. O reino nasceu a partir da independência de um condado⁴, algo frequente na Europa feudal. Sem ir mais além, Castela, por sua vez, nasceu como condado independente do reino de Leão⁵, mas depois de reunidos os dois reinos, novamente voltaram a separar-se durante várias décadas até à reunificação definitiva em 1230⁶. No entanto, a independência de Portugal consolidou-se, conseguindo mesmo expandir o seu território para sul num processo de avanço contra os muçulmanos, atingindo a extensão actual. Segundo Luís Adão da Fonseca, a Reconquista foi um factor legitimador da separação entre Portugal e Castela⁷.

O processo de Reconquista consolidou-se depois da batalha de Las Navas de Tolosa em 1212, permitindo, na sequência, a conquista dos Algarves por Portugal e da Andaluzia Bética por Castela, restando unicamente um reduzido espaço político para o Islão Peninsular, o reino nasrida de Granada⁸. A partir de 1250, nas palavras de Miguel Ángel Ladero Quesada⁹, produziu-se um avanço decisivo na definição da intangibilidade territorial dos reinos ibéricos e, portanto, na melhor fixação das suas fronteiras, embora estas já existissem. Portugal foi inserido como reino independente no sistema da *Península dos cinco reinos*, com poucas possibilidades de prosseguir a Reconquista e com um vizinho perigoso, o cada vez mais poderoso e estável reino de Castela¹⁰.

O reino de Portugal permaneceu constringido e isolado numa *finisterra*, rodeado por um único reino que era mais extenso e povoado, com quem partilhava uma fronteira instável na ausência de elementos naturais de separação. Um vizinho que queria anexá-lo, porque a sua ideologia *neogoticista* fazia-lhe ter

⁴ José MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.

⁵ Gonzalo MARTÍNEZ DíEZ, *El Condado de Castilla (711-1038). La historia frente a la leyenda*, 2 vols., Valladolid, Marcial Pons Historia, Junta de Castilla y León, 2005.

⁶ Julio VALDEÓN BARUQUE, “Castilla y León”, in Juan Carrasco Pérez (ed.), *Historia de las Españas Medievales*, Crítica, Barcelona, 2002, pp. 141-174.

⁷ Luís Adão da FONSECA, “Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos. A formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político discontinuo”, *População e Sociedade*, nº 17 (2009), p. 47.

⁸ Antonio MALPICA CUELLO, “Las Navas de Tolosa y el surgimiento del reino nazarí de Granada”, in Patrice Cressier e Vicente Salvatierra Cuenca, *Las Navas de Tolosa. 1212-2012. Miradas cruzadas*, Jaén, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Jaén, 2014, pp. 301-314.

⁹ Miguel Ángel LADERO QUESADA, “Sobre la evolución de las fronteras medievales hispánicas (siglos XI a XIV)”, in Carlos de Ayala Martínez, Pascal Baresi e Philippe Josserand (eds.), *Identidad y representación de la frontera en la España Medieval*, Madrid, Casa de Velázquez, Universidad Autónoma de Madrid, 2001, p. 10

¹⁰ Francisco GARCÍA FITZ, “Las Navas de Tolosa, ¿un punto de inflexión en las dinámicas históricas peninsulares?”, in *XXXVII Semana de Estudios Medievales. 1212- 1214: el trienio que hizo a Europa*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 2011, pp. 47-84.

como missão a criação de um único reino cristão na Península Ibérica¹¹. Assim, as possibilidades de sobrevivência passaram por controlar o poderoso vizinho e começar uma expansão ultramarina¹².

A oportunidade de dominar os desejos de anexação do vizinho foi aproveitar as suas guerras internas e aliar-se com os seus inimigos no contexto internacional, invocando o antigo provérbio: “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”.

Em meados do século XV, Enrique de Trastámara, o irmão bastardo do Pedro I de Castela, iniciou uma sangrenta guerra civil em Castela. O rebelde defendeu os interesses de uma nobreza ressentida pelas políticas autoritárias do monarca, acabando por matar o próprio irmão e tornar-se Enrique II de Castela¹³.

O que pode parecer uma mera contenda interna, transformou-se numa parte do grande conflito que assolou o continente, a *Guerra dos Cem Anos*. Enquanto Pedro foi defendido pelos ingleses, o finalmente triunfante Enrique foi apoiado pelos franceses, estabelecendo, assim, uma aliança entre os dois reinos e uma inimizade com os ingleses, que reivindicavam os direitos do trono castelhano¹⁴. O reino de Castela entrou no sistema internacional europeu com os franceses¹⁵, e Portugal começou a aproximar-se aos ingleses¹⁶.

Em 1378 chegou a ruptura na unidade da Cristandade Ocidental, diversos eventos conduziram à nomeação de dois papas diferentes, cada um destes apoiado por diferentes reinos europeus, de acordo com as alianças do sistema internacional da *Guerra dos Cem Anos*¹⁷. O melhor exemplo é o de Castela, que apoiou as reivindicações do pontífice favorito dos franceses, Clemente VII¹⁸.

D. Fernando I de Portugal com a sua desastrosa e errática política externa que passou de suportar as reivindicações inglesas na coroa de Castela para a aliança matrimonial com os castelhanos¹⁹, reproduziu as suas posições dubitativas

¹¹ Thomas DESWARTE, *De la destruction à la restauration. L'idéologie du royaume d'Oviedo-León (VIIIe-XIe siècles)*, Turnhout, Brepols, 2003.

¹² Luís Adão da FONSECA, “Portugal na Península Ibérica. Horizontes marítimos, articulação política e relações diplomáticas (sec. XII-XVI)”, in Julio Valdeón Baroque (coord.), *Las Españas Medievales*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1999, pp. 83-93.

¹³ Julio VALDEÓN BARUQUE, *Pedro I el Cruel y Enrique de Trastámara ¿la primera guerra civil española?*, Madrid, Aguilar, 2002.

¹⁴ Julio VALDEÓN BARUQUE, “La guerra civil castellana. Intervenciones extrajerar en el marco de la guerra de los Cien Años”, *Historia 16*, nº 143 (1988), pp. 57-64.

¹⁵ Georges DAUMET, *Étude sur l'alliance de la France et de la Castille au XIVe et XV siècles*, Paris, Libraire Émile Bouillon, 1898.

¹⁶ Peter Edward RUSSELL, *The English intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, Oxford, Clarendon Press, 1955.

¹⁷ Hélène MILLET, “Le grand Schisme d'Occident (1378-1417)”, in *Le Midi et le Grand Schisme d'Occident*, Centre National de la Recherche Scientifique, Toulouse, Privat, 2004, pp. 21-37.

¹⁸ Luis SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Castilla, el cisma y la crisis conciliar (1378-1440)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, pp. 6-8.

¹⁹ Salvador Días ARNAUT, “D. Fernando: o Homem e o Governante”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, nº 32/1 (1989), pp. 9-33.

em torno do cisma. No começo D. Fernando alinhou-se com a posição castelhana, mas depois as relações com seu vizinho deterioraram-se e a sua fidelidade mudou para o papa romano, Urbano IX, o favorito dos ingleses²⁰.

Os erros diplomáticos de D. Fernando I levaram à crise dinástica de 1383 e à tentativa de invasão pelos castelhanos que resultou na sua derrota na batalha de Aljubarrota e no sucesso da nova dinastia real de Avis na figura de D. João I, destinada a reforçar a independência do reino de Portugal²¹.

Para o cumprimento de tal desenlace foi necessário estabelecer uma forte aliança com os ingleses, o que resultou num dos primeiros tratados da amizade na história das relações internacionais, o tratado de Windsor de 1386²². Um tratado tão forte que ainda permanece válido. O resultado é que as diferentes tréguas e pazes entre Castela e Portugal foram também ratificadas pela França, como aliado castelhano, e pela Inglaterra, como aliado português, e que Portugal passara a defender definitivamente a causa do papa romano.

A aliança entre Portugal e Inglaterra resistiu ao teste da história porque é uma aliança natural em termos geoestratégicos. Inglaterra é o único estado europeu que pode garantir uma defesa rápida de Portugal em caso de uma invasão terrestre, e isso é do seu interesse porque assim pode evitar a formação de um estado hegemónico na Península Ibérica, que enfraqueça a sua posição no continente. Temos igualmente de tomar em consideração os numerosos interesses comerciais entre os dois estados²³.

Voltando ao contexto do reinado de D. João I de Portugal, coincidente com o primeiro terço do século XV, podemos dizer que foi um momento de grande abertura com tudo o que vinha da Europa. Prova disso é a abertura de relações diplomáticas com quase todos os reinos europeus com pequenas exceções como França, Nápoles ou Dinamarca.

²⁰ Júlio César BAPTISTA, “Portugal e o Cisma de Occidente”, *Lusitania Sacra*, nº 1 (1956), pp. 65-203. Antonio Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III/1: A Península Ibérica e o Cisma de Occidente, repercussão do cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV, Roma, Livraria Editorial Franciscana, 1982.

²¹ Luís Adão da FONSECA, “Significado da batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do século XIV”, in *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, A guerra e a sociedade na idade média (6, 7, 8 de Novembro de 2008)*, Vol. 1, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, pp. 57-74.

²² Luís Adão da FONSECA, *O essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

²³ Tiago Viúla de FÁRIA, “Por proll e serviço do reino? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra (1384-1412)”, in *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, A guerra e a sociedade na idade média (6, 7, 8 de Novembro de 2008)*, Vol. 2, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, pp. 209-227.

Portugal foi um membro ativo na solução do cisma, enviando delegações para os grandes concílios onde foi resolvida a questão²⁴ – tentou ainda aproveitá-los para ganhar o favor eclesiástico nas suas disputas territoriais com os castelhanos²⁵.

É também o momento da entrada do Humanismo em Portugal²⁶ e da abertura de um reino periférico aos avanços culturais e científicos que tinham lugar na Europa. Nesta época, temos obras pictóricas de influência flamenga da autoria de artistas portugueses como os painéis de São Vicente e o tríptico a óleo sobre madeira atribuído ao Mestre de Santa Clara²⁷, bem como o teatro literário de Gil Vicente²⁸, a poesia palaciana ou as crónicas de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara²⁹. Mas o destaque vai para os desenvolvimentos que ocorreram nas ciências náuticas impulsionados pelas necessidades de expansão ultramarina que formaram o mito da Escola de Sagres³⁰.

Apesar das intermináveis disputas territoriais entre os dois reinos, existiu uma pequena aproximação entre eles em meados do século XV com dois casamentos reais. O primeiro entre Juan II de Castela e Isabel de Portugal, e o segundo entre Enrique IV de Castela e Joana de Portugal. Este segundo casamento teve consequências desastrosas para as relações luso-castelhanas, dado que os irmãos do monarca castelhano conspiraram contra ele por causa da fraqueza do seu governo e deslegitimaram a sua filha e herdeira Joana de Trastâmara ou, pejorativamente, Joana a Beltraneja³¹.

D. Afonso V de Portugal defendeu os interesses da sua sobrinha e comandou a sua causa na guerra de sucessão contra os Reis Católicos. Para esta guerra, Portugal teve o apoio tímido dos franceses³², cuja aliança com Castela não resistiu às consequências geoestratégicas da união entre Castela e Aragão, este último inimigo geoestratégico do Reino da França. O casamento entre Isabel e

²⁴ Hélène MILLET, “La participation de Portugal au Concile de Pise (1409)”, in *A igreja e o clero português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 233-254.

²⁵ Luis SUÁREZ FERNÁNDEZ, “La cuestión de derechos castellanos a la conquista de Canarias y el Concilio de Basilea”, *Anuario de estudios atlánticos*, nº 9, 1963, pp. 11-22.

²⁶ Thomas F. EARLE, *Estudos sobre cultura e literatura portuguesa do Renascimento*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013.

²⁷ Joaquim de VASCONCELOS, *A pintura portuguesa nos séculos XV e XVI*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1929.

²⁸ João Afonso CÔRTE-REAL, “Gil Vicente. Talento poético da história luso-castelhana e do humanismo do século XVI”, *O Instituto. Revista científica e literaria*, nº 137 (1974), pp. 5-25

²⁹ Manuel Rodrigues LAPA, *Lições de literatura portuguesa: época medieval*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1934.

³⁰ W. G. L. RANGLES, “The alleged nautical school founded in the fifteenth century at Sagres by Prince Henry of Portugal, called the Navigator”, *Imago Mundi*, nº 45/1 (1993), pp. 20-28.

³¹ Paz ROMERO PORTILLO, *Dos monarquías ante la modernidad, relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479)*, La Coruña, Universidade da Coruña, 1999.

³² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

Fernando significava que Castela defenderia os interesses de Aragão nas lutas com os franceses na fronteira da Catalunha e em Itália. Contudo, a aliança entre Portugal e a França não foi consolidada, apesar da inimizade entre Castela e França vir a perdurar durante séculos, sobretudo depois da aliança entre Castela e os Hasburgos.

A razão para esta situação reside em que Portugal cedeu a um acordo amigável com os espanhóis para dividir o mundo, o Tratado de Tordesilhas, que marginalizava os outros príncipes europeus. Começou o que Luis Adão de Fonseca chamou “o espírito de Tordesilhas”³³.

Portugal entrou na órbita do seu cada vez mais poderoso vizinho e fez desvanecer qualquer aliança defensiva com franceses ou ingleses. D. Manuel I casou com duas princesas castelhanas e quase conseguiu que um dos seus descendentes pudesse ser o rei da toda a Península Ibérica. Mais tarde, o Imperador Carlos V casou com Isabel de Portugal e o seu filho, Filipe II, fez valer os seus direitos ao trono português quando este ficou vago e sem nenhum pretendente mais direto. Assim começou a etapa da União Ibérica e o reinado de Filipe I de Portugal.

Esta mudança geoestratégica associada aos medos que a tradicional monarquia portuguesa teve das ideias reformistas que triunfaram no norte do continente tiveram como consequência um encerramento cultural³⁴. Tal como aconteceu em Espanha, Portugal procurou construir uma nação homogénea fundada quer nas ideias católicas, quer na perseguição de outras correntes divergentes através do estabelecimento da Inquisição³⁵. A estética gótica resistiu de forma maneirista como podemos ver na bela arte manuelina³⁶ ou na escrita dos documentos³⁷. O ideal de cavalaria também sobreviveu e mudou o curso da história da nação quando um jovem monarca embarcou numa missão suicida, assim nascendo o sebastianismo e mais de meio século de dominação espanhola³⁸.

³³ Luís Adão da FONSECA, “Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos. A formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo”, *População e Sociedade*, nº 17 (2009), p. 53.

³⁴ José Sebastião da Silva DIAS, *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Campo das letras, 2006.

³⁵ Ana Isabel LÓPEZ-SALAZAR CODES, “La relación entre las Inquisiciones de España y Portugal en los siglos XVI y XVII: objetivos, estrategias y tensiones”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Historia Moderna, nº 25 (2012), pp. 223-252.

³⁶ Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal*, Vol. 4 (*O Renascimento e o Maneirismo*), Lisboa, Editorial Presença, 2002.

³⁷ Ainda não existem estudos sobre esta questão para Portugal, mas aconteceu um processo similar a Castela que foi estudado por María Josefa SANZ FUENTES, “La escritura gótica documental castellana”, in Miguel Calleja Puerta y María Josefa Sanz Fuentes (coords.), *Paleografía II: Las escrituras góticas desde 1250 hasta la imprenta, Actas de las V Jornadas de la SECCTTHH (Oviedo 2007)*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 2010, pp.107-126.

³⁸ Fernanda OLIVAL, “Honra, cavalaria e ordens (Portugal, séculos XVI-XVII): dos romances de cavalaria às práticas e das práticas aos textos”, in *De cavaleiros e cavalaria. Por terras de Europa e Américas*, São Paulo, Humanitas, 2012, pp. 205-214.

Contudo, há algumas exceções como o reinado de D. João III, onde existiu uma certa abertura às novidades europeias³⁹, ou a produção literária de Garcia de Resende.

No entanto, as tendências geoestratégicas dos finais da Idade Média continuaram ao longo da história. O apoio inglês foi essencial para o processo de *Restauração* (1640-1668) e depois para a defesa contra as invasões napoleónicas. Do mesmo modo, essa mesma aliança foi paga com sangue português na Primeira Guerra Mundial e com privilégios na Segunda Guerra Mundial⁴⁰. Quem sabe se esta será a última consequência do Tratado de Windsor?

Resumindo, para o caso Português, podemos dizer que existe uma relação direta entre as tendências geoestratégicas e a assimilação de novidades culturais, uma vez que a europeização do Reino de Portugal dependeu das flutuações na sua política externa feitas com base na situação na Península Ibérica. Constatamos que Portugal nasceu como reino independente num contexto peninsular e que os seus medos relativamente a um cada vez mais poderoso vizinho castelhano conduziram à abertura à política europeia e às novidades do humanismo no século XV. Mas esta situação mudou pelo receio das reformas que tiveram lugar na Europa do século XVI e pela inevitável aproximação a uma Espanha hegemónica, que culminou na União Ibérica. Nessa diatribe entre europeização e iberismo, podemos usar a imagem da mitologia grega do touro neste caso representando o ibérico, raptando a uma bela dama que é Europa.

³⁹ José Sebastião da Silva DIAS, *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969.

⁴⁰ Luiz Eduardo OLIVEIRA, *O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUT, S. Días, “D. Fernando: o Homem e o Governante”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.^a série, nº 32/1 (1989), pp. 9-33.
- BAPTISTA, J. C., “Portugal e o Cisma de Occidente”, *Lusitania Sacra*, nº 1 (1956), pp. 65-203.
- COSTA, A. Domingues de Sousa - *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III/1: A Península Ibérica e o Cisma de Ocidente, repercussão do cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV, Roma, Livraria Editorial Franciscana, 1982.
- CÔRTE-REAL, J. A., “Gil Vicente. Talento poético da história luso-castelhana e do humanismo do século XVI”, *O Instituto. Revista científica e literaria*, nº 137 (1974), pp. 5-25.
- DAUMET, G., *Étude sur l'alliance de la France et de la Castille au XIVe et XV siècles*, Paris, Libraire Émile Bouillon, 1898.
- DESWARTE, T., *De la destruction à la restauration. L'idéologie du royaume d'Oviedo-León (VIIIe-XIe siècles)*, Turnhout, Brepols, 2003.
- DIAS, J. S. da Silva, *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969.
- DIAS, J. S. da Silva, *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Campo das letras, 2006.
- DÍAZ MARTÍN, L. V., “Los inicios de la política internacional de Castilla (1360-1410)”, in Adeline Rucquoi (ed.), *Realidad e imágenes de poder, España a fines de la Edad Media*, Valladolid, Ámbito Ediciones, 1988, pp. 57-83.
- EARLE, T. F., *Estudos sobre cultura e literatura portuguesa do Renascimento*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013.
- FARIA, Tiago Viúla de, “Por proll e serviço do reino? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra (1384-1412)”, in *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*,

A guerra e a sociedade na idade média (6 a 8 de Novembro de 2008), Vol. 2, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, pp. 209-227.

FONSECA, L. Adão da, “Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos. A formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo”, *População e Sociedade*, nº 17 (2009), pp. 45-60.

FONSECA, L. Adão da, “Portugal na Península Ibérica. Horizontes marítimos, articulação política e relações diplomáticas (sec. XII-XVI)”, in Julio Valdeón Baroque (coord.), *Las Españas Medievales*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1999, pp. 83-93.

FONSECA, L. Adão da, *O essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, INCM, 1986.

FONSECA, L. Adão da, “Significado da batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do século XIV”, in *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, A guerra e a sociedade na idade média (6 a 8 de Novembro de 2008)*, Vol. 1, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, pp. 57-74.

GARCÍA FITZ, F., “Las Navas de Tolosa, ¿un punto de inflexión en las dinámicas históricas peninsulares?”, in *XXXVII Semana de Estudios Medievales. 1212-1214: el trienio que hizo a Europa*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 2011, pp. 47-84.

LADERO QUESADA, M. A., “Sobre la evolución de las fronteras medievales hispánicas (siglos XI a XIV)”, in Carlos de Ayala Martínez, Pascal Baresi e Philippe Josserand (eds.), *Identidad y representación de la frontera en la España Medieval*, Madrid, Casa de Velázquez, Universidad Autónoma de Madrid, 2001, pp. 5-50.

LAPA, M. R., *Lições de literatura portuguesa: época medieval*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1934.

LÓPEZ-SALAZAR CODES, A. I., “La relación entre las Inquisiciones de España y Portugal en los siglos XVI y XVII: objetivos, estrategias y tensiones”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Historia Moderna, nº 25 (2012), pp. 223-252.

MALPICA CUELLO, A., “Las Navas de Tolosa y el surgimiento del reino nazarí de Granada”, in Patrice Cressier e Vicente Salvatierra Cuenca, *Las Navas de Tolosa*.

1212-2012. *Miradas cruzadas*, Jaén, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Jaén, 2014, pp. 301-314.

MARTÍNEZ DÍEZ, G., *El Condado de Castilla (711-1038). La historia frente a la leyenda*, 2 vols., Valladolid, Marcial Pons Historia, Junta de Castilla y León, 2005.

MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.

MILLET, H., “La participation de Portugal au Concile de Pise (1409)”, in *A igreja e o clero português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 233-254.

MILLET, H., “Le grand Schisme d’Occident (1378-1417)”, in *Le Midi et le Grand Schisme d’Occident*, Centre National de la Recherche Scientifique, Toulouse, Privat, 2004, pp. 21-37.

OLIVAL, F., “Honra, cavalarias e ordens (Portugal, séculos XVI-XVII): dos romances de cavalaria às práticas e das práticas aos textos”, in *De cavaleiros e cavalarias. Por terras de Europa e Américas*, São Paulo, Humanitas, 2012, pp. 205-214.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo, *O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

RANGLES, W. G. L., “The alleged nautical school founded in the fifteenth century at Sagres by Prince Henry of Portugal, called the Navigator”, *Imago Mundi*, nº 45/1 (1993), pp. 20-28.

ROMERO PORTILLO, P., *Dos monarquías ante la modernidad, relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479)*, La Coruña, Universidade da Coruña, 1999.

RUSELL, P. E., *The English intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, Oxford, Clarendon Press, 1955.

SANZ FUENTES, “La escritura gótica documental castellana”, in Miguel Calleja Puerta y María Josefa Sanz Fuentes (coords.), *Paleografía II: Las escrituras góticas desde 1250 hasta la imprenta*, *Actas de las V Jornadas de la SECCTTHH (Oviedo 2007)*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 2010, pp. 107-126.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal*, Vol. 4 (*O Renascimento e o Maneirismo*), Lisboa, Editorial Presença, 2002.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., *Castilla, el cisma y la crisis conciliar (1378-1440)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960

SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., “La cuestión de derechos castellanos a la conquista de Canarias y el Concilio de Basilea”, *Anuario de estudios atlánticos*, nº 9, 1963, pp. 11-22.

VALDEÓN BARUQUE, J., “Castilla y León”, in Juan Carrasco Pérez (ed.), *Historia de las Españas Medievales*, Crítica, Barcelona, 2002, pp. 141-174.

VALDEÓN BARUQUE, J., “La guerra civil castellana. Intervenciones extranjeras en el marco de la guerra de los Cien Años”, *Historia 16*, nº 143 (1988), pp. 57-64.

VALDEÓN BARUQUE, J., *Pedro I el Cruel y Enrique de Trastámara ¿la primera guerra civil española?*, Madrid, Aguilar, 2002.

VASCONCELOS, J., *A pintura portuguesa nos séculos XV e XVI*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1929.

Retórica e política na europeização de Portugal, nos séculos XV e XVI

Nair de Nazaré Castro Soares¹

Resumo

A afirmação cultural e política da Corte de Avis, as orações de obediência à Cúria Romana, a retórica civil, a história dos feitos dos portugueses no Oriente, a grandeza e magnificência de Lisboa, capital do Império, foram meios privilegiados, nos séculos XV e XVI, da europeização de Portugal, da afirmação da sua cultura e da globalização da sua *res gesta*, através da língua franca, o Latim.

Palavras-chave

Retórica civil, retórica eclesiástica, orações de obediência à Cúria Romana, epistolografia, história dos Descobrimentos, Lisboa capital do Império, Damião de Góis.

¹ Universidade de Coimbra.

Abstract

The cultural and political affirmation of the Court of Avis, the prayers of obedience to the Roman Curia, the civil rhetoric, the epic history of the Portuguese in the East, the grandeur and magnificence of Lisbon, were privileged means, in the 15th and 16th centuries, of the Europeanization of Portugal, the affirmation of its culture and the globalization of its *res gesta* through the universal language of culture – the Latin.

Keywords

Civil Rhetoric, ecclesiastical rhetoric, the prayers of obedience to the Roman Curia, epistolography, History of the Discoveries, Lisbon the Capital of the Empire, and Damião de Góis.

Ao dealbar da revolução de Avis, de “carácter popular e urbano”, e desde as cortes de Coimbra de 1385 – em que avulta o papel do jurista João das Regras, formado em Bolonha – o novo monarca, D. João I, se rodeia de conselheiros, escolhidos entre as grandes classes que compunham o reino – prelados, fidalgos, letrados e cidadãos. É então que, como sublinha Jaime Cortesão, na sua sugestiva obra, *Os factores democráticos na Formação de Portugal*, que este se organiza em linhas culturais onde emerge a *Íncrita geração*, não só de príncipes, mas de classes populares e enobrecidas, donde desponta a “consciência épica que permitiu a esta nação, sendo tão pequena, realizar a maior façanha de toda a História”².

Vários foram os factores que propiciaram a afirmação europeia, do ponto de vista político e cultural, da dinastia de Avis, electiva e não hereditária, como Erasmo iria defender, no início do século seguinte em *Institutio principis christiani* (1516), que difundiria o modelo do governante ideal – um tema europeu, no Renascimento³.

Nessa afirmação da corte de Avis, é assinalável o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, neta de Eduardo III, rei de Inglaterra, e as relações diplomáticas firmadas pelo tratado de Windsor; as ligações com a corte de

² Jaime CORTESÃO, *Obras Completas, vol. I – Os factores democráticos na Formação de Portugal*, 3^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 151-157.

³ Nair Castro SOARES, “Tratados de educação de príncipes em Portugal: um tema europeu”, in *LATINEUROPA – Latim e cultura neolatina no processo de construção da identidade europeia*, Nair Castro SOARES et alii (coords.), Coimbra, Faculdade de Letras, 2008, pp. 173-199.

D. João II de Castela, com afinidade familiar com o reino de Nápoles de Afonso V, o Magnânimo – paradigma do *principe umanizzato* renascentista; ou ainda a presença da cultura italiana, na corte de Borgonha da Duquesa Isabel, filha de D. João I – casada com Filipe o Bom, duque da Borgonha e conde da Flandres. Esta corte, a mais brilhante e faustosa da Europa, mantinha ao seu serviço portugueses cultos e acolhia uma verdadeira escola de artistas de iluminuras – de que é exemplo o *Livro de Horas do rei D. Duarte* – e contava ainda com uma das bibliotecas mais famosas do tempo⁴.

A nova era, a que a corte de Avis serviu de pórtico, caracteriza-se por um enorme interesse pela formação dos cidadãos, à semelhança do famoso humanismo cívico florentino⁵. O afã de tradutores de obras clássicas, especialmente Cícero e Séneca, de tratados de arte militar, de panegíricos imperiais, é indício seguro das preocupações de um país de aspiração ultramarina, apostado em acertar o passo com os grandes centros culturais europeus⁶.

Mas é sobretudo D. Pedro, o Infante das Sete Partidas, no seu contacto directo com a Europa – nas suas viagens, entre 1424-1428, pela Inglaterra, Flandres, Hungria, Itália (Veneza, Pádua, Florença e Roma)⁷ – e, designadamente, com as

⁴ Vide Ch. C. WILLARD, “Isabel of Portugal patroness of Humanism?”, in *Miscellanea di studi e ricerche sul Quattrocento francese*, Franco Simone (a cura di), Torino, Giappichelli, 1967, pp. 517-544.

⁵ O deslumbramento do Infante D. Pedro pela cultura europeia, e designadamente pelo Humanismo do *Quattrocento* italiano, com a sua forte componente retórica, posta ao serviço do humanismo cívico e pedagógico, permitiu a manifestação de um verdadeiro proto-humanismo, entre nós, na corte de Avis. O Infante D. Pedro relaciona-se com humanistas italianos, como Ambrogio Traversari – que lhe dedica a tradução do *De Prouidentia* de S. João Crisóstomo –, e Pier Paolo Vergerio (1370-1444), que conheceu na corte de Segismundo da Hungria.

⁶ Ao Infante D. Pedro se deve a primeira tradução do latim feita em Portugal: *Livro dos ofícios* de Marco Tullio Ciceram. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário, por Joseph M. Piel, Coimbra, 1948. A pedido do Infante D. Pedro, Vasco Fernandes de Lucena traduziu o tratado de Vergerio, *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* (1402), ‘Sobre os nobres costumes e os estudos liberais da juventude’, o primeiro tratado pedagógico, na verdadeira acepção da palavra, quer pelo teor prático da sua doutrina, quer pela real divulgação que conheceu em toda a Europa. Esta tradução, hoje perdida, mas que figurava ainda entre os livros da biblioteca de D. João V, terá tido grande influência na cultura portuguesa, em geral, e designadamente na orientação humanística da dinastia de Avis. Além da obra de Vergério, Vasco Fernandes de Lucena, verte “em lingoajem” os tratados de Cícero e o *Panegírico* de Trajano de Plínio-o-Moço, que difundem o ideal do orador e de homem de estado. Este humanista português – que fora embaixador de D. Duarte ao concílio de Basileia e ao papa Eugénio IV, e de D. João II ao papa Inocêncio VII – e que ainda vivia no tempo de Cataldo, que a ele alude na sua correspondência, foi um dos tradutores mais activos dos autores clássicos, ao serviço dos ideais pedagógicos e cívicos dos príncipes de Avis.

⁷ Na famosa carta de Bruges, escrita entre 1425 e 1426 e dirigida a seu irmão D. Duarte, o Infante D. Pedro apresenta um programa político de renovação cultural; e na *Virtuosa benfeitoria* tece considerações de singular interesse sobre uma reforma estrutural profunda do ensino, conforme o modelo dos Colégios de Paris e Oxford, que então visitara. Vide Nair Castro SOARES, “A *Virtuosa Benfeitoria*”, o primeiro tratado de educação de príncipes em português”, *Biblos*, 69 (1993) – *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro* (Coimbra, de 25 a 27 de Novembro de 1992), Coimbra, 1993, pp. 289-314; *Idem*, “O Infante D. Pedro e a cultura portuguesa”, in *Miscelânea em honra do Doutor Salvador Dias Arnaut – Cultura e práticas rituais* (3ª parte), *Biblos*, 78 (Coimbra, 2002), pp. 107-128.

repúblicas marítimas italianas, seus conhecimentos náuticos e sua actividade comercial, que abre caminho à grande aventura dos Descobrimentos Portugueses.

Entre 1421 e 1431, por diversos períodos, encontra-se em Portugal, em missão diplomática, Alfonso de Cartagena, futuro Bispo de Burgos, tradutor de Cícero e Séneca, cuja permanência em Itália e convívio com humanistas famosos são bem elucidativos da sua cultura e gosto pelos valores do humanismo nascente⁸. O relacionamento que Cartagena teve com o Humanismo português e com humanistas na corte lusa teve singular importância na orientação retórica do humanismo castelhano, que muito deve ao proto-humanismo da corte de Avis, segundo afirma o grande medievalista da Universidade Complutense de Madrid, Tomás González Rolán⁹.

A corte torna-se o grande centro cultural, incentivando a criação literária e a prática da leitura. Formam-se as primeiras bibliotecas, como as de D. Fernando e D. Duarte. De Itália vêm os educadores de D. Afonso V, Estêvão de Nápoles e Mateus de Pisano¹⁰. A par deste proto-humanismo da corte de Avis, afirma-se o gosto pelos romances de cavalaria, pelos tratados de educação de príncipes e por uma produção historiográfica, em que as acções de figuras individuais de reis e senhores servem de paradigmas e *exempla*¹¹.

Tudo evidencia como o reino português se preparava, a passo firme, para o alvorecer da Idade Moderna¹². O movimento humanista italiano influencia, de forma directa, diplomatas, letrados e eclesiásticos, que tomam parte em embaixadas e concílios, e sobretudo os estudantes que frequentam as Universidades de

⁸ Alfonso de Cartagena dedica ao rei D. Duarte a tradução do primeiro livro do *De inuentione* do Arpinate (iniciado em Portugal e concluído em 1531, já em Espanha) e um *Memoriale uirtutum*, baseado na *Ética* de Aristóteles. Vide e. g. Tomás GONZÁLEZ ROLÁN; Antonio MORENO HERNÁNDEZ, Pilar SAQUERO SUÁREZ-SOMONTE, *Humanismo y Teoría de la Traducción en España e Italia en la primera mitad del siglo XV. Edición y estudio de la Controversia Alphonsiana (Alfonso de Cartagena vs. L. Bruni y P. Candido Decembrio)*, Madrid, Clásicas, 2000, pp. 194-205.

⁹ Sobre D. Alfonso de Cartagena e a importância da sua permanência em Portugal para a definição do humanismo espanhol, vide Tomás GONZÁLEZ ROLÁN, “Proyección política y pedagógica del Prólogo a la Rethorica de Cicerón dedicado por Alfonso de Cartagena al Infante D. Duarte”, in Nair Castro Soares et alii (coords.), *“Homo eloquens homo politicus”: a retórica e a construção da cidade na Idade Média e no Renascimento*, Coimbra, Classica Digitalia, CECH-UC, 2011, pp. 65-92.

¹⁰ D. Afonso V, louvado pela sua cultura intelectual, organiza, no Paço da Alcáçova, em Lisboa, o núcleo da futura Livraria Real, que abre, pela primeira vez as portas ao público. Vide Saúl António GOMES, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

¹¹ Lembro, de Fernão Lopes, as Crónicas de *D. Pedro*, *D. Fernando* e *D. João I*; de Zurara, a *Crónica da tomada de Ceuta* e a *Crónica dos feitos da Guiné* – um verdadeiro panegírico da figura do Infante D. Henrique, caracterizado pelos seus dotes intelectuais e rodeado de sábios; de Rui de Pina, as Crónicas de *D. Duarte*, *D. Afonso V* e *D. João II*. Destinadas a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores são as *Crónica do Infante D. Fernando*, de Frei João Álvares, e as Crónicas de *D. Pedro de Meneses* e de *D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara.

¹² Vide A. D. Sousa COSTA, “Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II?”, *Biblos*, 63 (1978), pp. 253-334.

Bolonha, Pisa, Florença, Pádua, Ferrara, Siena e Roma¹³. Através destes humanistas portugueses, nomeadamente eclesiásticos e juristas, se ia formando um escol de intelectuais que seria o suporte da administração régia, cada vez mais burocratizada¹⁴.

Não é despidiendo referir que, após a morte do Infante D. Pedro – em Alfarrobeira, a 20 de Maio de 1449 – O rei de Portugal D. Afonso V recebeu, em missão diplomática de Filipe o Bom, Duque da Borgonha, o famoso humanista Jean Jouffroy, discípulo de Lorenzo Valla, que viria a proferir posteriormente a oração fúnebre do Papa Nicolau V, fundador da Biblioteca Vaticana. Foram quatro, em sucessivas audiências, as orações que Jouffroy pronunciou em favor da figura do Infante das Sete Partidas e do seu direito a condigna sepultura, e em defesa dos interesses de seus filhos e de seus partidários. Estas orações, desde a primeira, pronunciada em Évora, a 6 de Dezembro de 1449 até à última a 16 de Janeiro de 1450, vão ter um significado expressivo na posterior oratória civil de carácter político. Testemunham-no os elogios tecidos ao *orator* latino por Vasco Fernandes de Lucena, tradutor para português do terceiro discurso, proferido a 12 de janeiro de 1450.

No reinado de D. João II (1481-1495), desde o seu *alevntamento* e sobretudo desde as cortes de Évora-Viana (1481-1482), em que se afirma a centralização do poder real, a *ars dicendi*, marca do Humanismo nascente, é colocada ao serviço da ideologia do poder real. Ganha prestígio, ao lado do pregador da corte, a figura do orador régio, do *orator regius*, com preparação clássica e competência retórica na língua latina. Nestas cortes, que marcam o início do governo e da afirmação incontestável da autoridade do *Príncipe Perfeito*, faz a *arenga* da sessão régia inaugural – como já a fizera no *alevntamento* deste rei – o orador oficial, o humanista de idade veneranda, “muito distinto e letrado dentro do seu veludo preto”, Vasco Fernandes de Lucena¹⁵. Neste discurso deliberativo, exalta o significado da obediência prestada ao rei por grandes e prelados, por fidalgos e povos, recorrendo a argumentos jurídicos, bíblicos e aos autores da Antiguidade¹⁶.

¹³ Nestas universidades de Itália, onde floresciam as *Humaniores litterae*, estudam, a expensas de D. João II, os três filhos do chanceler João Teixeira – Luís, Álvaro e Tristão, dos quais se distinguiu como notável jurisconsulto e homem de letras Luís Teixeira, que foi mestre de D. João III e mereceu os elogios de Erasmo em *Chrysostomi lucubrationes* (1527) –, Aires Barbosa, Henrique Caiado, D. Garcia de Meneses, Martinho de Figueiredo, entre os principais. Isto apesar de os nobres, sobretudo, mandarem educar os filhos para fora do reino, facto que levou os procuradores do povo a pedirem a D. Afonso V, nas cortes de 1473, e a D. João II, nas de 12 de Novembro de 1481, que se limitassem as tenças e pensões régias concedidas aos estudantes.

¹⁴ Vide N. J. Espinosa Gomes da SILVA, *Humanismo e direito em Portugal no séc. XVI*, Lisboa, s.n., 1964.

¹⁵ Armindo de SOUSA, *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto / INIC, 1990, p. 525; Manuela MENDONÇA, *D. João II*, Lisboa, Estampa, 1991, p. 195.

¹⁶ Neste particular, enaltece os costumes dos persas, no que respeita à grandeza conferida à majestade real, de que fala Heródoto – que se torna um tópico da historiografia greco-latina, a que recorre também D. Jerónimo Osório, no seu *De regis institutione et disciplina* (1572) – ou refere a obediência e menagem

Dentro da mesma estratégia de fortalecimento do poder real, é a elevação ao marquesado do 3º Conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses, sendo a oração proferida pelo Chanceler João Teixeira, em Beja, no primeiro dia de Março de 1489. A *laus* do novo Marquês – que se integra na exaltação do poder real, que a figura de D. João II personifica, de que são documento as anteriores orações de Vasco Fernandes de Lucena – é feita de acordo com todos os *loci* da retórica epidíctica (Aristóteles, *Retórica*, 1360b) que inclui os bens internos e externos, com especial realce para a sua linhagem, que em antiguidade e ascendência régia se coloca ao mais alto nível¹⁷.

Em 1485, chega a Portugal, a convite de D. João II, Cataldo Parísio Sículo – Doutor em Direito Civil e Pontifício pela Universidade de Ferrara e Mestre na de Bolonha –, considerado o introdutor do Humanismo entre nós¹⁸. Deixando a Itália, vem para a afamada corte de Portugal, onde serviu como pedagogo e secretário latino, *orator regius*, durante os reinados de D. João II e D. Manuel. Nesta função, além de redigir numerosas cartas ao serviço destes dois monarcas, pronunciou, a 28 de novembro de 1490, em Évora, junto à porta de Avis, em nome da cidade, a oração de entrada da princesa Isabel, primogénita dos Reis Católicos e esposa do malogrado príncipe Afonso, filho de D. João II, que viria a falecer tragicamente, por queda do cavalo, a 13 de Julho de 1491. Proferida a solene oração, Évora foi cenário, até ao Natal, das festas de celebração do casamento dos príncipes, onde acorreu o país inteiro. A Cataldo se deve também uma outra, por ordem do rei D. Manuel, para a entrada solene em Santarém da rainha D. Maria, irmã de D. Isabel, que não chegou a ser proferida¹⁹. Nestas *orationes* enaltece a grandeza destas figuras régias femininas, e com elas a corte dos Reis Católicos. Filhas destes monarcas – D. Isabel, viúva do Príncipe Afonso, e D. Maria –, que vieram a ser esposas de D. Manuel, eram cultas e tinham recebido uma esmerada educação humanista.

como um dever de justiça, baseado na *Rhetorica ad Herennium* (livro III, cap. IV), ou no *De inuentione*, livro II (160-161) de Cícero. Vide Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de apontamentos (1438-1489)*, A. M. SALGADO (ed.), Lisboa, INCM, 1984, pp. 62-71.

¹⁷ Escrito em português, este discurso teve singular importância, ao longo do século XVI: foi traduzido para latim pelo filho do seu autor, Luís Teixeira, versão esta que seria de novo trasladada para vernáculo, em meados de Quinhentos, pelo humanista Miguel Soares, ao serviço do 4º Marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses. Vide Miguel SOARES, *Obra que contem huma Oração do Doutor Luys Teixerira, feyta quando fizerã o côde dõ Pedro de meneses, Marquês de vila Real. E o treslado della em Portugues, por o mestre Miguel Soares: dirigida ao illustrissimo Principe, & excelente Senhor dõ Miguel de meneses. IIII. Marquês de vila Real*, Coimbra, João Álvares, 1562; Luis de MATOS, *L'Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, FCG, 1991. A versão latina e a retroversão do discurso quatrocentista foram ambas publicadas nos prelos conimbricenses de João Álvares, Impressor da Universidade, em 1562.

¹⁸ Vide os trabalhos notáveis do grande estudioso do Humanismo em Portugal, Américo da Costa RAMALHO, e.g. "A introdução do Humanismo em Portugal", *Humanitas*, vols. 23-24 (1972), pp. 435-452.

¹⁹ Estas duas orações mereceram um estudo moderno. Vide Cataldo Parísio SÍCULO, *Duas orações*: Prólogo, tradução e notas de M. Margarida B. Gomes da SILVA. Introdução e revisão de A. Costa RAMALHO, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1974.

Os discursos, proferidos no último quartel do século XV, período seminal de conquista e afirmação da utilidade da arte oratória, marcado pela colonização dos demais saberes, dão-nos uma prova inequívoca da existência entre nós de uma oratória civil²⁰. Além disso, com a figura de Cataldo e a sua obra se prende o que de mais seguro e documentado se conhece sobre a cultura e a retórica de corte, no primeiro humanismo em Portugal. Alunos dilectos do Humanista italiano eram D. Pedro e D. Leonor, filhos de D. Fernando de Meneses, 2º Marquês de Vila Real, e de D. Maria Freire, que residiam na *felicissima vila* ribatejana de Santarém, a preferida de Cataldo, entre todas as cidades portuguesas²¹.

É sobretudo desde o tempo de D. João II e D. Manuel que a corte portuguesa se torna permeável ao movimento humanista. Estes reis rodeiam-se de letrados, designadamente juristas – que preparam os regimentos das diversas instituições, pilares do Estado centralizado –, e ainda de homens de ciência, matemáticos, cosmógrafos, astrónomos, homens com conhecimentos teóricos e práticos na arte de navegar e cartografar, que tornam possível o prosseguimento e o êxito da expansão ultramarina.

O saber dos antigos e sua *aemulatio* e *imitatio*, nos diferentes géneros literários, o conhecimento empírico e o exotismo dos novos mundos, a gesta lusa, em verso e em prosa, a literatura dramática que ensina e deleita a nobreza, nos seus serões palacianos, vão merecer, no Renascimento português, divulgação universal na língua latina, ou na *vulgar* e nobre língua materna, através da nova arte da imprensa, conhecida entre nós desde finais do século XV²².

Os sucessos dos Portugueses nas paragens de Além-mar acalentaram a sensibilidade colectiva nacional e deixaram, pela sua universalidade, marcas indeléveis, na cultura e na literatura do Renascimento, designadamente na retórica civil e eclesiástica, de verdadeira propaganda política.

O ideal de enaltecimento pátrio da “pequena casa lusitana” que acompanhou a empresa dos Descobrimentos, pela expansão da Fé e do Império, afirma-se

²⁰ Belmiro Fernandes PEREIRA, *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*, Lisboa, INCM, 2012, pp. 359-403.

²¹ D. Pedro de Meneses, embora ensinado pelo mestre, proferiu em 1499, com doze anos apenas, duas orações públicas em latim, segundo costume italiano, uma na Universidade de Lisboa e outra perante o rei. E aos dezassete anos, em 1504, encarregava-se da oração de abertura solene das aulas, na mesma Universidade. Além da prestímosa ajuda do Sículo na elaboração destes discursos, teria pesado na mestria intelectual do jovem aristocrata o ambiente de sua casa, onde era proibido falar português. O mesmo se dirá de sua irmã, D. Leonor, também ela discípula de Cataldo. À sua perícia de latinista se deve a tradução da *Coronica Geral de Marcantonio Cocio Sabelico*.

²² Papel basilar, no Renascimento, desempenha a imprensa. Além de obras de devoção, ou ligadas à prática religiosa, ou à prevenção das doenças, os livros que mais frequentemente são editados, nos finais do séc. XV, princípios do XVI, são relativos à arte de marear, gramáticas, cartilhas de aprender a ler, catecismos, e as *Epistolae et orationes* de Cataldo, saídas a lume a 21 de Fevereiro de 1500, nos prelos de Valentim Fernandes. Veja-se Artur ANSELMO, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, INCM, 1981, pp. 289-332.

desde cedo na nossa literatura, em latim e em vernáculo. Já na *Crónica sobre a tomada de Ceuta*, o *De Septensi bello* – considerado o primeiro texto latino de teor humanístico e o primeiro texto que divulga em latim a gesta portuguesa – Mateus de Pisano, faz a descrição dos feitos “tamanhos que a custo os haverá por verdadeiros quem pretenda aferir-lhes a grandeza pelos recursos de que dispõe tal povo”²³. A mesma ideia surge no poema épico *Arcitenge* de Cataldo e na oração proferida pelo seu discípulo, D. Pedro de Meneses, Conde de Alcoutim, a 18 de Outubro de 1504, na abertura solene das aulas na Universidade; e em carta dirigida por Cataldo ao rei D. Manuel, onde transparece o universo épico que Camões traduziu em plenitude²⁴.

Do ponto de vista semântico-conceptual, o louvor das glórias lusas tem por referência, quase constante, os feitos de gregos e romanos. Esta evocação da alteridade pelo processo da inversão, funciona como princípio heurístico e concorre para a elaboração de uma representação do mundo: os portugueses são superiores aos antigos pela sua missão evangelizadora, pela propagação da fé que os anima²⁵.

Os sucessos lusos, naquilo que de grandioso e de exotismo encerravam, marcam toda uma geração de portugueses e mesmo de estrangeiros, a quem as notícias chegavam, a partir de Roma, ou pelo contacto directo com os nautas, em Lisboa ou na Flandres, ligadas por uma carreira regular de naus, duas vezes por ano, desde 1502²⁶.

Assim acontece com Thomas More que se deixara impressionar com a leitura do livro de Vespuccio, e que admirara, como homem da sua época, a empresa marítima e os marinheiros lusos que o teriam inspirado na criação de Rafael Hithodeu, o herói da sua obra de alcance universal, a *Utopia*, publicada em Lovaina, em 1516²⁷.

Em Roma, desde os finais do *Quattrocento*, eram habituais as celebrações, por parte da cúria romana, dos feitos dos portugueses, que ganham universalidade pela luta contra os Turcos, um serviço prestado à cristandade, que as orações

²³ Veja-se a tradução por Roberto Corrêa PINTO, publicada pela Academia das Ciências de Lisboa, em edição da Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915, com o título *Livro da guerra de Ceuta*, p. 3.

²⁴ Vide para estas obras e sua análise, os estudos de Américo da Costa RAMALHO, *Estudos sobre o século XVI*, Paris, FCG, 1980, pp. 7-8; Idem, *Estudos Camonianos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica 1980, pp. 7-8; Idem, Cataldo Parísio SÍCULO, *Epistolae et orationes*, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1988, p. 18.

²⁵ Vide Nair Castro SOARES, “A História Antiga no Humanismo Renascentista Português”, in *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 18-20 Out.1990), Coimbra, s.n., 1994, pp. 280-305.

²⁶ Refira-se, como exemplo, o caso do florentino Girolamo Sernigi que, mal chegou a Lisboa uma das caravelas da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, se apressou a dar a notícia para Itália do sucesso do empreendimento.

²⁷ A obra de A. VESPUCCIO, *Paesi nuovamente retrouati. Nouo Mondo da Alberico Vesputio Florentino intitulato* (1507), foi traduzida para latim com o título *Itinerarium Portugallensium e Lusitania in India et inde in occidentem* (1508).

de obediência enalteciam acima de tudo. Todos os discursos proferidos perante o Papa, ou as cartas que lhe eram enviadas, a dar notícias das descobertas e conquistas ultramarinas, desde o reinado de D. Afonso V aos de D. João II e de D. Manuel, retomam sempre o mesmo motivo – a guerra contra os Turcos, a defesa e expansão da Fé cristã. Os Turcos já não são só os do norte de África, mas os seguidores do Islão, nas paragens distantes do Índico e do Mar Vermelho.

Entre estas orações, ficou famosa a que proferiu D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, em 31 de Agosto de 1481, perante Sixto IV. Pradigma do ideal de intelectual e de guerreiro, que une as armas e as letras, este diplomata régio junto da Santa Sé, rivaliza em estilo narrativo com os humanistas italianos. Neste discurso inflamado pelo ardor posto na guerra contra o turco e pelo proselitismo cristão – não é despidendo lembrar quanto a guerra africana contribuiu para preservar a Europa do ataque muçulmano –, se reconhecem não poucos motivos, caros a Camões, n'Os *Lusíadas*. Ao ouvir D. Garcia de Meneses discursar, em Roma, em 1481, o humanista Pompónio Leto manifestou o seu assombro, que nos é relatado em carta de Gaspar Barreiros – publicada em apêndice à sua *Corografia* –, dirigida de Évora a Jorge Coelho, em 28 de Abril de 1553. Gaspar Barreiros conta ao seu amigo que o Cardeal Sadoletto lhe oferecera “espontaneamente uma coisa que há muito procurava com empenho”, isto é, a “oração pronunciada mais ou menos há oitenta anos por D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, perante o Sumo Pontífice Sixto IV, e impressa no mesmo ano em Roma pelo processo calcográfico”. E prossegue, nestes termos²⁸:

“(…) foi o nosso Garcia merecida e justamente louvado pelo doutíssimo cardeal Sadoletto. De facto, que beleza, que dignidade, que esplendor e elegância de oração! (...) Ouvi muitas vezes o eborense Duarte de Meneses, homem vigoroso e distinto apesar da sua adiantada velhice, sobrinho do próprio Garcia e que ainda muito jovem assistira aos discursos do tio, dizer que Garcia enchera largamente com a fama do seu nome não só a cidade de Roma mas quase a Itália inteira.”

De assinalar duas outras orações proferidas por Diogo Pacheco, uma perante Júlio II, na embaixada de D. Diogo de Sousa, em 1505, e outra perante Leão X, na de Tristão da Cunha, em 1514. Esta última embaixada – realizada na continuidade dos feitos heróicos relatados na carta que D. Manuel escreve a Leão X, em 1513²⁹.

²⁸ Vide Edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de ALBUQUERQUE e tradução portuguesa de Miguel Pinto de MENESES, in *Orações de obediência, séculos XV a XVII*, 10 vols., Lisboa, INAPA, 1988, vol. 1, pp. 29-32.

²⁹ *Ibidem*, *Oração de obediência ao Sumo Pontífice Leão X dita por Diogo Pacheco em 1514*, vol. 6, p. 32

Na oração de 1505, o *orator regius* faz o elogio insistente da acção de D. Manuel e do próprio rei “mui prudente, justo e moderado Príncipe, o mais poderoso no nosso tempo entre os principais da religião cristã”; afirma que “com a sagaz indústria de D. Manuel (...) não só costeámos a Índia e a Etiópia, mas também as orlas marítimas do Golfo Arábico e do Golfo Pérsico e as costas do Mar Roxo, e circundámos quase todo o orbe”. Enaltece a gesta lusa, que assume uma dimensão épica; inaugura a temática de uma Nova Idade do Ouro e, inspirando-se no livro VI da *Eneida*, vv. 790-795, faz de Júlio II um novo Augusto: “Eis Júlio, que é da raça dos deuses; ele recriará os séculos de ouro, e desde o Lácio, pelos campos onde outrora reinou Saturno, estenderá o seu império para além dos Garamantas e dos Índios”³⁰.

A embaixada de 1514 ficou conhecida pela pompa e exotismo da presença do elefante indiano, oferta do nosso monarca ao Sumo Pontífice Leão X³¹.

Estas orações de obediência e as celebrações públicas de júbilo pelos grandiosos feitos lusos, com festas, procissões, missas solenes e pregações, bem como a divulgação pela imprensa romana das cartas da chancelaria portuguesa que davam notícia das conquistas ao infiel, em círculos mais restritos, contribuem para a criação de um mundo de fantasia, de utopia, que se reflecte no imaginário, nas letras e nas artes, de muitos autores nacionais, mas também estrangeiros, como Egidio da Viterbo, Francesco Albertini, Albert Dürer³².

A aura mítica que se criou em torno das façanhas dos portugueses, nas mais remotas paragens do globo, levou Egidio da Viterbo a afirmar, em 1507, num sermão proferido em Roma nas festividades que Júlio II promovera para celebrar as nossas vitórias no Oriente, que nada desejava mais neste mundo do que ser Português³³.

A corte manuelina e a cosmopolita cidade de Lisboa são também o reflexo da grandeza imperial portuguesa. Os autores quinhentistas não se cansam de

³⁰ *Ibidem*, *Oração de obediência ao Sumo Pontífice Júlio II dita por Diogo Pacheco em 1505*, vol. 5, pp. 16, 17 e 18.

³¹ *Ibidem*, *Oração de obediência ao Sumo Pontífice Leão X dita por Diogo Pacheco em 1514*, vol. 6, p. 32.

³² *Vide* Sylvie DESWARTE, “Un âge d’ Or. La gloire des Portugais à Rome sous Jules II et Léon X”, in *Humanismo Português na época dos Descobrimentos* (Congresso internacional – Coimbra, 9-12 de Outubro de 1991), *Actas*, Coimbra, FLUC, 1993, pp. 126-150.

³³ *Idem*, *ibidem*, p. 129-131. Sobre o discurso de Egidio da Viterbo e sua importância, pela repercussão que teve nos temas que figuram na abóbada da Capela Sixtina e na Stanza della Segnatura de Rafael, *Ibidem*, pp. 133 sqq. Neste mesmo ano de 1507, o Carmelita Giovanni Baptista Mantuano faz o elogio rasgado das viagens marítimas dos portugueses, louva os seus progressos na ciência náutica, o seu papel na expansão e consolidação da Fé.

Jean Delumeau dedica um capítulo inteiro ao milenarismo português, sendo cerca de uma dezena de páginas sobre “o sonho de Manuel, o venturoso”, que projectava uma espécie de império universal e messiânico, sob a égide de Portugal. *Vide* Jean DELUMEAU, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, Lisboa, Terramar, 1997, cap. X: “O milenarismo português”, pp. 217-236, 491-493.

descrever o esplendor dos paços de D. Manuel – as festas, a música, em que o rei e o jovem Damião de Góis eram aficionados, e os serões animados pelo teatro de Gil Vicente. No *Auto da Fama*, escrito em 1510, Mestre Gil chama a D. Manuel “alferes da fé /e rei do mar”³⁴.

O enaltecimento do monarca e seus cometimentos torna-se uma constante da historiografia portuguesa desta época, que era essencialmente nacional e dinástica e atribuía a maior importância aos triunfos militares e à coragem de um povo, nas remotas paragens onde se estendia o império³⁵. Os cronistas e escritores de Quinhentos preocupam-se em salientar o perfil humano, político e religioso do monarca. Avulta a figura do rei legislador, do rei arquitecto da Lisboa monumental, a sua acção governativa, a sua riqueza e monopólio do comércio do Oriente, a sua *majestas* e *magnificentia* como *Pater patriae* de uma nação “quasi cume da cabeça de Europa toda”, como diria Camões (*Lus.*, III. 20).

Marco na nossa história das ideias e da doutrina política é o tratado *De republica gubernanda per regem* (1496) de Diogo Lopes Rebelo, dedicado a D. Manuel, por apresentar uma *imago principis*, delineada em termos de regalismo romanista. O absolutismo régio de Diogo Lopes Rebelo reflecte a evolução política europeia e prenuncia a tendência para a afirmação do poder absoluto dos reis, que encontra eco nas Ordenações Manuelinas (1505-1514)³⁶.

Apesar disso, firmou-se em Portugal, durante o século XVI, a imagem do príncipe, modelo de todas as virtudes humanas, pastor de povos, sol que a todos alumia, de inspiração clássica, e de acordo com a teorização tomista de Francisco de Vitória³⁷.

A mundividência que transparece na carta de D. Manuel ao Papa Leão X, de 1513, embora assente nestes pressupostos jurídico-políticos, tem por objectivo a divulgação, a propaganda da gesta portuguesa, na cúria Romana e na Europa inteira.

Em 1511, deu-se a conquista de Malaca, a *Áurea Quersoneso*. Desta façanha do grande Afonso de Albuquerque logo o rei D. Manuel, em carta latina, enviou notícia ao Papa Leão X, que festejou o grande evento. Houve missa de acção de

³⁴ José CAMÕES (dir.). *Obras de Gil Vicente*, 2 vols., Lisboa, Centro de Estudos de Teatro - INCM, 2002: fala da Fama em diálogo com o Italiano, vol. II, p. 194.

³⁵ Nair Castro SOARES, “A historiografia do Renascimento em Portugal: referentes estéticos e ideológicos humanistas”, in Luís Filipe F. R. Thomaz (ed.), *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Lusio-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 15-37.

³⁶ Não se pode esquecer que o manuscrito de *Il principe* de Maquiavel, onde é usada pela primeira vez a palavra *estado*, data de ca. 1513-1514, e abre caminho ao princípio da soberania de estado, formulada, em finais deste século, pelo jurista Jean Bodin. Vide Nair Castro SOARES, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, INIC, 1994, pp. 198-202.

³⁷ Vide Nair Castro SOARES, “A simbologia ético-política do sol no Renascimento”, in Maria do Céu Fialho et alii (coords.), *O Sol greco-romano*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008, pp. 273-296.

graças, na Basílica de S. Pedro, procissão solene e uma oração, pronunciada pelo poeta e cônego Camillo Porzio, onde se sublinha a importância deste feito heróico e se chama a atenção para o perigo turco³⁸.

Esta *Epístola de D. Manuel ao Sumo Pontífice* (datada de Lisboa, 6 de Junho de 1513) foi impressa em Roma, nos prelos de Iacobus Mazochius –, que tantas vezes divulgaram a gesta lusa –, com data de 9 de Agosto de 1513, o que é bem expressivo do horizonte de expectativas do público, na época aurea da nossa história ultramarina³⁹.

Pouco depois, em 5 de Setembro deste mesmo ano, o sumo Pontífice respondeu a esta carta do nosso rei, manifestando grande alegria pelas vitórias na Índia e em Malaca, pela chegada do embaixador de Prestes João e pela próxima partida de Afonso de Albuquerque para o Mar Vermelho, resumindo assim as principais notícias narradas⁴⁰.

As novas do Oriente, trazidas pelas naus que acabavam de aportar em Lisboa e narradas ao Sumo Pontífice, com a maior brevidade possível, são factos históricos relatados pela pena dos nossos escritores quinhentistas, o que realça o interesse desta carta à luz das crónicas do tempo⁴¹. Todas elas repetem ou desenvolvem os factos veiculados por esta missiva, e que são também tema principal da oração

³⁸ Sobre as celebrações pela vitória dos portugueses, vide *Comentários de Afonso de Albuquerque* (conforme a edição de 1576), com prefácio de Joaquim Veríssimo SERRÃO, Lisboa, INCM, 1973, tomo II, p. III, cap. XXXIX, pp. 190-206. Deste acontecimento nos dá notícia, no *Panegírico da Infanta D. Maria, João de BARROS, Panegíricos*, Lisboa, Sá da Costa, 1943, pp. 169-171.

³⁹ *Epistula ac inuictissimi Emanuelis Regis Portugaliae et Algarbiorum, etc. De uictoriis habitis in India et Malacha. Ad Sanctum in Christo Patrem et Dominum nostrum Dominum Leonem X, Pontificem Maximum* – ‘Epístola do muito poderoso e invencível Manuel, rei de Portugal e dos Algarves, etc. Das vitórias que obteve na Índia e em Malaca. Ao Santo Padre, em Cristo, e Senhor Nosso, Senhor Leão X, Sumo Pontífice’. Reprodução fac-similada, leitura moderna, tradução e notas de Nair Castro SOARES, in *Acta Rediviva*, II, publicação da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1979, pp. 9-11. Vide ainda Nair Castro SOARES, “A carta de D. Manuel ao Papa Leão X (1513)”, *Biblos*, n. s. II (Coimbra, 2004), pp. 99-129. Sobre a grande divulgação que esta carta conheceu, no século XVI, vide Luís de MATOS, “L’expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance”, in *L’Humanisme Portugais et l’Europe – Actes du XXIe. Colloque International d’Études Humanistes* (Tours, 3-13 juillet 1978), Paris, FCG, 1984, p. 417. Estes mesmos acontecimentos viriam a ser narrados pelo cronista Damião de Góis, na III Parte da sua *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, sendo notável a descrição que se encontra no capítulo XVIII sobre a riqueza de Malaca e sua importância como empório comercial.

⁴⁰ Vide Luiz Augusto Rebello da SILVA em *Corpo Diplomático português*, tomo I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1862, pp. 201-202; SERRÃO (1973), II, 190-206; SOARES (2002 a), 34-35.

⁴¹ Diversas são as obras históricas quinhentistas que narram os factos que estão relatados nesta carta (de Junho de 1513), como novidade. Vide SERRÃO (1973) II, p. III; Raimundo António Bulhão PATO (ed.), *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, Lisboa, Academia Real de Ciências, 1884-1915. Vejam-se ainda e. g. Damião de GÓIS, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1954; Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, 4 vols., Pedro de AZEVEDO (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, D. Jerónimo OSÓRIO, *Da vida e feitos de El-rei D. Manuel*, 2 vols., Porto, Livraria Civilização, 1944; João de BARROS, *Ásia*, 3 vols., António BAIÃO e Luís F. LINDLEY CINTRA (ed.), Lisboa, INCM, 1974; Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, 6 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1860.

de obediência de Diogo Pacheco, na embaixada de Tristão da Cunha, no ano seguinte, de 1514, a mais famosa de todas pelo exotismo e grandiosidade⁴².

Esta carta, sem sair do estilo epistolar, *ne stilum epistularum excedamus*, está construída segundo os princípios da retórica, podendo considerar-se uma carta erudita, que privilegia os géneros deliberativo e epidíctico⁴³. A um exórdio, a que não falta a *captatio benevolentiae* e mesmo uma espécie de dedicatória, segue-se o desenvolvimento do tema, a *descriptio rerum*, a narração dos feitos gloriosos no Oriente, nas seguintes dimensões: enaltece-se o poder militar, a capacidade do exercício da força de um rei, senhor de um *imperium* – pelo braço armado de Afonso de Albuquerque, em seu nome; o alcance religioso e proselitico das conquistas; a sua vertente económica, por serem o comércio e a actividade mercantil fonte de riqueza nacional; e, a englobar todos estes aspectos, a dimensão épica, como expressão acabada do heroísmo de um povo que serve, com fervor cruzadístico o seu Deus e, com lealdade, o seu rei⁴⁴. Por fim a *peroratio*.

A exaltante atmosfera moral, aliada à consciência da hiperidentidade que caracteriza os homens de Quinhentos, transparece também na prosa histórica em vulgar e em latim. Na década de trinta do século XVI – em que o Humanismo renascentista de inspiração europeia se manifesta no seu auge, em Portugal –, Damião de Góis e seu amigo André de Resende, logo seguidos de Diogo de Teive são os primeiros a empenharem-se em divulgar na Europa, em monografias, em latim, os feitos lusos no Oriente, em que o sensacionalismo tem o seu lugar⁴⁵.

O sentimento contagiante de entusiasmo pelas nossas Descobertas, pelo desconhecido, caldeado com o proselitismo cristão, que crê no estabelecimento de uma *respublica christiana* sob a égide de Portugal, aflora no imaginário dos

⁴² Vide a descrição circunstanciada, *cinematográfica*, das celebrações, em Roma, aquando da recepção da carta de D. Manuel, em 1513, e, por ocasião da embaixada de Tristão da Cunha, no ano seguinte. Elaine SANCEAU, *O reinado do Venturoso*, Porto, Livraria Civilização, 1970, pp. 157-170.

⁴³ ERASMO, *De conscribendis epistulis*, caps. 31-32 e 74. Foi a partir da publicação da epistolografia de Cícero, Séneca e de Plínio-o-Jovem que surgiram diversos tratados quinhentistas sobre a arte de escrever cartas, no Renascimento, podendo considerar-se o de Erasmo o mais expressivo.

⁴⁴ Vide Nair Castro SOARES, “Gratidão e lealdade: dois valores humanistas”, in *Miscelânea em honra dos Doutores Walter de Medeiros e Manuel Pulquério – Humanitas*, 46 (1994), II parte, pp. 245-258.

⁴⁵ Vide André de RESENDE, *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis, anno MDXXX* (Lovaina, 1531), que narra os feitos de D. Nuno da Cunha, na Índia. O providencialismo histórico, típico da nossa literatura de Quinhentos, acentua-se no relato que faz da vitória lusa, apesar da desproporção enorme de forças, sobre os Rumes orientais, da família dos Turcos, detentores do Império Otomano, que ameçam a identidade cristã europeia, a partir da ilha de Rodes. Neste *Epitome*, sobressai ainda, no admirador de Erasmo – o humanista do irenismo radical de *Querela Pacis* –, o seu conceito de expansão ultramarina como meio privilegiado de realizar o espírito de missão.

Os feitos dos portugueses, no cerco de Diu de 1546, são exaltados por Diogo de TEIVE, no opúsculo *Commentarius de rebus in India apud Diuum gestis anno salutis nostrae MDXLVI* e por Damião de GÓIS, no *De bello Cambaico Vltimo commentarii tres*. Vide Nair Castro SOARES, *Tragédia do Príncipe João de Diogo de Teive*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 3ª ed., 2010, pp. 27 e sqq. Sobre a expansão portuguesa são notáveis os trabalhos de MATOS (1991); MATOS (1984), 397-417.

mais diversos autores, nos anos subsequentes à grande aventura marítima do Gama. É este o grande móbil do entusiasmo descritivo de Damião de Góis e verdadeiro *leitmotiv* que percorre e anima a sua obra. É ele o mais cosmopolita dos humanistas portugueses, que convive com a elite do mundo da cultura, da religião e da política, das relações comerciais e diplomáticas, na Europa do seu tempo⁴⁶.

Como Secretário da Feitoria Portuguesa, em Antuérpia, ao serviço de Portugal, desde 1523, empreende, apesar do bulício do *negotium*, o caminho que para si elegera: o seu “ferventíssimo desejo de estudos”, como confessa no seu processo inquisitorial⁴⁷. A Erasmo, de quem foi hóspede em Friburgo, chama *praeceptor amantissimus*⁴⁸. Adquirida uma cultura e uma formação intelectual e espiritual de nível superior, não se deixou inebriar por meras especulações formais, por recreações retóricas. Homem de acção e homem de cultura, e personalidade multifacetada, o seu talento, o seu saber, o seu entusiasmo colocou-os sempre ao serviço da elaboração, subconsciente talvez, de um ideal de enaltecimento pátrio que a empresa dos Descobrimentos, da expansão da Fé e do Império para si representavam.

Muito teriam impressionado a criança, com sensibilidade artística, os sucessos dos portugueses nas paragens longínquas de Além-Mar. Em 1511, ano da entrada de Damião de Góis na corte de D. Manuel, com nove anos de idade, deu-se a conquista de Malaca pelo grande *Capitão dos mares*, Afonso de Albuquerque, tão celebrada na corte. Nela vai assistir ainda ao empolgante recebimento de

⁴⁶ Significativa das suas relações com personalidades italianas é a sua correspondência. Lugar privilegiado merecem as quinze cartas de italianos ilustres, entre as trinta e sete que figuram nos seus *Opuscula aliquot*, editados por Réscio em Lovaina, em 1544 – obra que muito contribuiu para a divulgação na Europa da gesta dos portugueses no Oriente, antes da partida definitiva de Góis para Portugal. Relaciona-se Damião de Góis com os maiores vultos da intelectualidade europeia, como Luís Vives e Erasmo, corresponde-se com os italianos Lazaro Bonamici e Cristoforo Madruzzo, os cardeais Reginaldo Pole, Sadoletto, Bembo e Contarini, que receberam a púrpura cardinalícia de Paulo III, e com tantos outros a quem oferece as suas obras. Nos seus ideais ecuménicos, a Cúria romana recorre a Damião de Góis para estabelecer o diálogo com os autores da Reforma protestante, Lutero e Melanchthon, o que levaria à prisão de Damião de Góis. Vide Amadeu TORRES, *Noese e crise na epistolografia latina goisiana*, 2 vols., Paris, FCG, 1982; Luís Filipe BARRETO, *Damião de Góis. Os caminhos de um humanista*, Lisboa, CTT Correios, 2002. Notável, ainda, numa perspectiva romanesca, é o processo inquisitorial a que foi sujeito Damião de Góis, em Fernando CAMPOS, *A sala das Perguntas*.

⁴⁷ Vide *O processo na Inquisição*, in *Inéditos Goesianos*, Guilherme J. C. Henriques (ed.), vol. II, Arruda dos Vinhos, Arruda Editora, 2002, p. 75. A partir de 1530, Góis foi-se gradualmente distanciando das suas actividades comerciais e diplomáticas, para se entregar ao estudo. Matricula-se em 1532 na Universidade de Lovaina e em 1534 dirige-se a Friburgo da Brisgóvia, onde é hóspede de Erasmo durante cinco meses. Frequenta a Universidade de Pádua, a catedral do aristotelismo europeu, durante quatro anos, de 1534 a 1538 e ouve lições nos círculos aristocráticos de Veneza. Regressa a Flandres, onde casa em 1538 com Joana de Hargen, e em 1539, matricula-se no Colégio Trilingue de Lovaina. Vide Jean-Claude MARGOLIN, “Damião de Góis et Erasme de Rotterdam”, in *Damião de Góis humaniste européen*, J. V. de Pina Martins (ed.), Paris, Touzot, 1982, pp. 17-54; Jean AUBIN, “Damião de Góis dans une Europe évangélique”, in *Le Latin et l’astrolabe*, vol. 1, Paris-Lisboa, CNCDP-Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 211-235.

⁴⁸ Vide a carta de Góis a Erasmo, escrita de Pádua a 26 de Janeiro de 1536, in TORRES (1982), I, 109 e 281.

Mateus – o embaixador do Preste João que trazia para D. Manuel um pedaço do lenho da Vera Cruz, recebido do Guardião de Jerusalém. Neste ambiente de fausto e de grandeza, não ausente de um certo misticismo religioso, crescera e se formara o espírito do humanista palaciano.

A própria Lisboa de então se tornara famosa em todo o mundo, com a azáfama do seu porto, as embarcações, o exotismo e as riquezas provenientes do mundo novo, as diferentes raças e línguas da mais variada gente, as celebrações das vitórias de Além-Mar, em especial no Oriente.

Toda a produção literária de Góis vive desse sentido absoluto de modelo, de paradigma épico nacional, que sente o dever cívico de divulgar. A este propósito configura a essencialidade da sua escrita, na sua diversidade temática, desde a *Legatio Presbyteri Ioannis* que sai a lume, com o texto da *Deploratio Lappianae gentis*, em apenso, no ano de 1532, em Antuérpia. O acolhimento que este escrito latino teve nos círculos humanistas internacionais – documentado nas *Epistolae* que lhe dirigiram prestigiados nomes das letras europeias – pode ajuizar-se pela tradução inglesa que, logo no ano que se segue à sua publicação, em 1533, surgiu nos prelos londrinos, da autoria de John More, o filho de Thomas More. O Humanista, ainda vivo, viria a ser sacrificado dois anos depois, em 1535, às mãos de Henrique VIII, obedecendo ao seu rei, sem trair o seu Deus.

Os seis opúsculos latinos goisianos, documentos lapidados da europeização e globalização da nação lusa, podem agrupar-se em dílogias, de acordo com os diferentes núcleos temáticos: a Etiópia, os cercos de Diu, a Hispânia e Lisboa.

A *Legatio Presbyteri Ioannis* de 1532 e a *Fides, religio moresque Aethiopum* de 1540 têm por tema central o reino do Prestes João, que desde o século XII atrai a imaginação da Europa, no seu afã cruzadístico, e os portugueses buscavam, desde o Século XV, desde os descobrimentos empreendidos pelo Infante D. Henrique⁴⁹.

A primeira obra relata a embaixada, presidida pelo delegado Mateus, que a corte etíope envia a Goa, onde teve uma magnífica recepção de Afonso de Albuquerque, que logo apronta a sua partida para Lisboa, onde aporta em 1514.

A *Fides* é um texto explanativo mais completo do que a *Legatio* sobre a crença dos abexins, que descreve em pormenor as relações luso-etíopes e as conversações mantidas com Zagazabo, que veio na embaixada de 1527. Damião de Góis regista todos os pormenores sobre os interrogatórios a que as comissões eclesiásticas sujeitam este embaixador sobre ritos e práticas religiosas, que não encontram

⁴⁹ Damianus a Goes Lusitanus, *Fides, religio moresque Aethiopum* sub imperio Pretiosi Ioannis [...]. Louanii, ex officina Rutgeri Rescij, An. M. D. XL. Sobre a aura mítica do Preste João e as relações Portugal-Etiópia, por alturas dos escritos de Góis, vide MATOS (1984), 414-416; Luís Filipe R. THOMAZ, “L'idée impériale manuéline”, in *La découverte, le Portugal et l'Europe*, Actes de Colloque, Paris – Mai 1990, Paris, FCG, 1990, pp. 35-103, maxime p. 60.

fundamento no cristianismo tradicional e aproximam os abexins do judaísmo – tais como a circuncisão e o batismo duas vezes ao ano.

Com mágoa e ressentimento, Góis assiste à proibição da venda da sua obra, que fora acolhida com entusiasmo no estrangeiro. Reclama em duas cartas que dirige ao Cardeal D. Henrique de quem recebe outras duas de justificações.

O sentimento de *oecumenitas* e a largueza de horizontes de Góis manifestam-se na carta nuncupatória da *Fides*, que dirige a Paulo III, solicitando-lhe que apoie esta parcela tão distante e desgarrada do rebanho de Cristo – considerando-a católica – nas suas pretensões de ajuda espiritual e humana⁵⁰. Valeria a Góis esta tolerância, este sentido ecuménico de ultrapassar diferenças – de rituais e de costumes – para unir os homens dentro do mesmo credo, o desfavor, senão a má vontade, confessa-o o Cardeal D. Henrique, dos inquisidores Diogo Ortiz de Vilhegas e Pedro Margalho, designadamente este último, teólogo parisiense que, com Diogo de Gouveia o Velho, estivera na Assembleia de Valladolid que condenara Erasmo⁵¹.

Prolongamento da dimensão espiritual que se colhe dos dois opúsculos que Góis dedica às terras do Preste João é a *Deploratio Lappianae gentis*, um apelo à solidariedade para com os povos da Lapónia, “cristãmente” espezinhados, privados de bens humanos e divinos, por usura e indiferença dos poderosos. Nesta expressão de entre-ajuda humana, de filantropia, assenta um dos pilares sólidos da cidade utópica moreana.

Como que uma nova dilogia surge com outros dois opúsculos latinos goisianos que têm por tema os cercos de Diu de 1538 e de 1546. Os *Commentarii rerum gestarum in India 1538 citra Gangem*, saídos a lume em Lovaina em 1539

⁵⁰ Vide sobre este assunto a carta de Góis, dirigida ao Papa Paulo III, e respectivo comentário, de Amadeu TORRES (1982), 324-326 e nota 99, 329; *Idem*, “Damião de Góis e o Erasmismo – abordagem nova de uma velha questão”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 37. 1. 2 (1981), pp. 57-105, maxime, pp. 80-82.

⁵¹ Se é conhecida a afirmação de Diogo de Gouveia o Velho de que Erasmo chocou os ovos e Lutero tirou os pintos, foi sobretudo a figura influente no mundo político e religioso da corte de então, o teólogo parisiense Pedro Margalho – que se pronunciara sobre os *infideles mores* dos Etiópes, no início do seu *Physices compendium*, publicado em 1520, em Salamanca, em cuja universidade foi professor de 1517-1529 – que mais se terá oposto à divulgação da obra de Góis, que proclamava ao mundo a religiosidade cristã dos Etiópes.

As lutas religiosas, que alastram por todo o século XVI, têm como pontos fulcrais de conflito, designadamente, a publicação das noventa e cinco teses de Lutero (1517), a Dieta de Worms e a sua excomunhão (1521), a tradução alemã do *Novo testamento* (1522), a guerra dos camponeses alemães e a execução de Tomás Münzer, seu chefe, em 1525 – data também do casamento de Lutero com Catarina de Bora, a separação da Igreja Inglesa de Roma, com Henrique VIII, (1531) e a instituição da Igreja Anglicana por votação do Parlamento inglês (1534), a comunidade de Genebra e a publicação da *Institution Chrétienne* de Calvino (1536). Se as guerras de religião se arrastam em França, a matança dos huguenotes por Catarina de Médices e Michel de l’Hôpital, na noite de 24 de Agosto de 1572, ficou conhecida por *chacina de Saint Barthélémy*. No rescaldo desta chacina, foi assassinado, dois dias depois, a 26 de Agosto, o célebre humanista, partidário de Calvino, Pierre de la Ramée. As guerras de religião prolongam-se, desde as primeiras décadas do século XVI até ao fim da Guerra dos Trinta Anos, pelo tratado de Vestefália, em 1648.

com dedicatória ao cardeal Bembo, narram o primeiro cerco de Diu⁵². O *De bello cambaico ultimo commentarii tres* tem por destinatário o Infante D. Luís, o herói de Tunes, e trata do *Segundo cerco de Diu* de 1546, sendo a sua edição de Lovaina de 1549. Estas obras tiveram a maior recepção no ambiente europeu e delas foram logo feitas traduções em línguas vulgares.

A escrita da história tem já, nestes opúsculos, a sua concretização, embora se trate de relatos de acções concretas. O próprio Góis, na dedicatória do *De bello cambaico*, deixa perceber a vontade de escrever a História dos feitos dos portugueses no Oriente, apesar de a grandeza da matéria exigir qualidades de épico. Se não redigiu Góis a História de Portugal, em Latim – o lugar de cronista foi dado a D. António Pinheiro, sendo Góis designado apenas Guarda-Mor da Torre do Tombo – foi-lhe encomendada a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, com quem desde menino convivera na corte, que mereceu ser o texto em que se baseou D. Jerónimo Osório em *De rebus Emmanuelis gestis* (1571), que divulgou o nome de Portugal e os seus feitos, a nível planetário.

À naturalidade expressiva e ao colorido de pormenores pitorescos, narrados nos opúsculos de Góis sobre o Primeiro e o Segundo Cercos de Diu, a que não é alheio o tom épico e o orgulho pátrio, subjaz uma preocupação grande de verdade histórica, traduzida na valorização do inimigo e na racionalidade na interpretação dos factos, sobretudo na narração do *Segundo cerco de Diu*, também tratado, dentro dos mesmos princípios, por Diogo de Teive.

Merecem-nos estas narrações uma reflexão que se prende com a mensagem que Góis quer transmitir aos seus leitores internacionais, nestes opúsculos: o ideal de *potentia*, de poder militar da sua nação, necessariamente apoiado numa bem fornecida máquina de guerra – que a descrição de Lisboa, na sua *ekphrasis*, concretiza figurativamente, em monumentos, como a Torre de Belém com seus canhões apontados, guardiões do mar, com o edifício do Arsenal, com as artes e ofícios que se prendem com o fabrico e a reserva de materiais bélicos.

Mas a expressão da *potentia* une-se à *nobilitas*, as duas rédeas que segura o governante ideal, na condução dos destinos colectivos – como as representa Dürer, no desenho preparatório do Grande carro triunfal de Maximiliano I⁵³ –, porquanto Góis põe o acento na *pietas*, na dilatação da Fé, no aumento e consolidação da *respublica christiana* e não na ganância do lucro.

⁵² De interesse referir a carta que o mestre de Góis, Lazzaro Bonamici, lhe enviou de Pádua, datada de 29 de Agosto de 1539, em que lhe agradecia a oferta dos seus *Commentarii* e o exortava a continuar a escrever sobre a história pátria, pois nada poderia ilustrar mais os tempos modernos do que a imprensa e a descoberta do novo mundo. TORRES (1982), I, 157.

⁵³ Vide SOARES (1994), 192-197.

Dá assim resposta, em nome do seu rei, da sua nação, ao mundo da *humanitas*, a Paulo Jóvio que apontava o dedo, tal como Erasmo, ao monopólio mercantil dos portugueses⁵⁴. Góis, com racionalidade, justificava os lucros como paga do esforço, do trabalho, dos muitos dinheiros dispendidos, em tão grande empresa.

A Sebastião Münster – que fala na sua *Geographia Vniversalis* (Basileia, 1540) da penúria da terra e rudeza das gentes de Portugal, tendo por fonte Miguel Servet⁵⁵ – dá resposta a sua obra, com o nome falante, *Hispania, siue de ubertate eius et potentia, aduersus Sebastiani Munsteri calumnias*, publicada em Lovaina no ano de 1542, e reeditada nos *Opuscula*, em 1544. Damião de Góis descreve com entusiasmo a fartura de víveres e a riqueza e variedade das mercadorias chegadas da África, do Brasil, da Índia, do Cataio e ainda de Castela.

À *Hispania* se pode assim associar o elogio da cidade de Lisboa, a *Vrbs Olisiponis descriptio*, cujos monumentos e edifícios representam, figurativamente, a *ubertas*, a *potentia* indispensáveis à *munificentia*, à *magnificentia* régias. O próprio Góis faz a associação destes seus escritos, ao terminar o seu elogio da cidade de Lisboa⁵⁶.

A *Vrbs Olisiponis descriptio* é um elogio, uma descrição panegírica da cidade de Lisboa. “Louvam-se as cidades do mesmo modo que os homens”, afirma Quintiliano, na sua *Institutio oratoria* (3. 7. 26). Escrita em latim, a *Vrbs Olisiponis descriptio* adquiria expressão europeia. O próprio sintagma *urbs* que Góis emprega, e que só Roma, que erguia a cabeça como capital do império, merecia, confere-lhe

⁵⁴ Paulo Jóvio, num texto de 1525, inserto no *Nouus orbis* (Basileia, 1532) de Simão Grineu ataca a política portuguesa das especiarias, os altos preços e a sua falta de qualidade. Damião de Góis contesta as afirmações de Paulo Jóvio, no final dos seus *Commentarii rerum gestarum in India 1538 citra Gangem* (1539). Publica de novo esta sua contestação nos *Opuscula* (1544), com o título *De rebus et imperio Lusitanorum ad Paulum Iouium Damiani Goes disceptatiuncula*. Também Diogo Pires irá contestar a omissão de nomes ilustres dos portugueses, nos *Elogia* do Bispo italiano.

⁵⁵ A *Geographia* de Ptolomeu, conhecida no final do século XIV pela tradução que dela fizera para latim Manoel Crisoloras e que, juntamente com a Bíblia, foi um dos primeiros livros impressos, foi objecto de diversos comentários no Renascimento que incluíam informações sobre os portugueses e suas navegações. O cosmógrafo português Pedro Nunes inclui o I livro da *Geographia* de Ptolomeu no seu *Tratado da Sphera*. O gosto pela geografia, primeira auxiliar da história, é partilhado por muitos humanistas e homens de letras e, entre eles por João de Barros, autor de um tratado de Geografia, hoje desaparecido.

O Comentário à obra ptolomaica do navarro Miguel SERVET (Villanovanus), *Claudii Ptolemaei geographicae enarrationis libri octo* (1535) deu origem às críticas de Sebastião Münster, que Góis se preocupou em rebater. Sobre a importância do conhecimento geográfico dos antigos e seu aproveitamento pelos autores do século XVI e por Damião de GÓIS, na *Vrbs Olisiponis descriptio*, vejam-se os comentários de Aires do Nascimento à sua edição desta obra.

⁵⁶ Damião de GÓIS, *Elogio da cidade de Lisboa. Vrbs Olisiponis descriptio*, Aires A. Nascimento (ed.), Lisboa, Guimarães Editores, 2002, pp. 188-189: “Sobre as inúmeras coisas exóticas que por toda a roda do ano são trazidas a esta nossa cidade e aí são descarregadas procedentes dos nossos domínios da Índia, Pérsia, Arábia, Etiópia, Brasil, África, já tratámos bastante desenvolvidamente num opúsculo que publicámos sobre a fertilidade e opulência da Hispânia, pelo que, deliberadamente, não quisemos fazer aqui menção em pormenor. Se alguém eventualmente desejar deveras conhecê-las, procure esse livro e depois leia-o.”

a maior dignidade como cidade que se eleva acima de todas as outras, em termos absolutos e relativos.

A cidade ideal do Renascimento é uma construção racional, na sua organização sócio-económica, na sua estética arquitectónica, tornando-se verdadeira obra-prima de engenharia e arquitectura social, na resposta à *utilitas* e à *commoditas*. No que toca à grandeza e à magnificência de edifícios e monumentos, a cidade ideal reflecte, no seu *aggiornamento*, os padrões da estética clássica de que Vitruvius é referência privilegiada e, no século XV, Leon Battista Alberti se faz primeiro intérprete⁵⁷.

Construída dentro destas coordenadas está a Lisboa quinhentista, das Descobertas, que Góis descreve com o habitual duplo enfoque, político-económico e religioso, desde os primórdios da Expansão à Viagem do Gama – a acção política e religiosa do Infante Navegador serviria também de abertura ao tema central da sua *Fides* –, sem deixar de aludir às suas origens míticas, ao fundador Ulisses, aos elementos do maravilhoso, aos gostos da época, à existência de Tritões, Nereidas e Sereias, que envolvem a cidade, num manto diáfano de fantasia. Uma concessão de Góis com vista à atracção de estrangeiros!

Mas é Lisboa uma cidade bem real, confluência e sede jurisdicional do mundo português, que vai merecer da pena de Góis, no género demonstrativo, epidíctico, tão representativo no Portugal do século XVI – segundo os moldes retóricos em vigor, desde a Antiguidade ao Renascimento – uma descrição, um elogio que abarca todos os referentes imagéticos e ideológicos que a dimensionam como cidade ideal, na sua perfeita organização, em todo o seu esplendor, riqueza e prestígio.

Damião de Góis passeia-se de um passado mítico a um passado histórico, a um presente glorioso que é deles o reflexo e que se concretiza na monumentalidade e magnificência dos edifícios que descreve. E faz um persurso pela cidade, pelas colinas e vertentes, a saltitar de lugar em lugar, de edifício em edifício, registando pormenores curiosos sobre o comércio, as artes, os ofícios, parando a ver as ruas movimentadas com as mais variadas gentes, o Tejo e o seu estuário, os navios, a azáfama do porto, a agitação da cidade. E neste deambular citadino, a *retórica do andar* implica a *retórica do olhar* – olhar do patriota e do humanista – e ambas se conjugam, porque retóricas, na sua finalidade de *docere, mouere, delectare*.

O Humanista falará com orgulho da cidade de Lisboa, da sua grandeza e magnificência, reflexo da magnanimidade do seu governante, do *princeps*,

⁵⁷ Vide Nair Castro Soares, “Cidades ideais e elogios de cidades no Renascimento e em Damião de Góis”, in *Actas do Congresso Internacional “Damião de Góis na Europa do Renascimento”*, Braga, 29-31 de Janeiro de 2003, Universidade Católica Portuguesa, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia – Universidade Católica Portuguesa, 2003, pp. 583-608.

indispensável à sua fama, perante nacionais e estrangeiros. E estes estão, não só implícita mas explicitamente, entre o público destinatário, quando o Humanista confessa a intenção de “tornar manifesta aos estrangeiros a opulência da cidade”⁵⁸.

As obras latinas goisianas, agrupadas em três dilogias, sobre a Etiópia, sobre Diu, e sobre a Hispânia e Lisboa como que se complementam na intenção última de fazer resplandecer a grandeza de um país e de um povo, a sua vocação ultramarina, a dimensão de um império universal que uma fé inabalável sustenta. E não só as obras de Damião de Góis, mas ainda as de outros humanistas famosos, como André de Resende, Diogo de Teive, D. Jerónimo Osório, divulgadas nos grandes centros culturais da época, são um vivo testemunho do ideal colectivo desta *nação navio*, na designação de Eduardo Lourenço.

Numa palavra, assistíamos como intervenientes e grandes actores à europeização da cultura. Acompanhá-vamos afoita e conscientemente uma Europa que “sentia Portugal conviva do grande banquete do espírito europeu”⁵⁹.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Martim, MENESES, Miguel Pinto de, *Orações de obediência, séculos XV a XVII*, 10 vols., Lisboa, INAPA, 1988.

ANSELMO, Artur, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, INCM, 1981.

AUBIN, Jean, “Damião de Góis dans une Europe évangélique”, in *Le Latin et l’astrolabe*, 2 vols., Paris-Lisboa, CNCDP-Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996-2000.

BARRETO, Luís Filipe Barreto, *Damião de Góis. Os caminhos de um humanista*, Lisboa, CTT Correios, 2002.

BARROS, João de, *Ásia*, 3 vols., António BAIÃO e Luís F. Lindley Cintra (ed.), Lisboa, INCM, 1974.

BARROS, João de, *Panegíricos*, Lisboa, Sá da Costa, 1943.

⁵⁸ SOARES (2003), 168-169.

⁵⁹ SOARES (2008 a), 9.

- CAMÕES, José (dir.), *Obras de Gil Vicente*, 2 vols., Lisboa, Centro de Estudos de Teatro - INCM, 2002.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, 4 vols., Pedro de AZEVEDO (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.
- CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de apontamentos (1438-1489)*, A. M. Salgado (ed.), Lisboa, INCM, 1984.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 6 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.
- CORTESÃO, Jaime, *Obras Completas, vol. I – Os factores democráticos na Formação de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- COSTA, A. D. Sousa (1987): “Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II”, *Biblos*, 63 (1978) pp. 253-334.
- DELUMEAU, Jean, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, Lisboa, Terramar, 1997.
- DESWARTE, Sylvie, “Un âge d’ Or. La gloire des Portugais à Rome sous Jules II et Léon X”, in *Humanismo Português na época dos Descobrimentos* (Congresso internacional - Coimbra, 9-12 de Outubro de 1991), *Actas*. Coimbra, FLUC, 1993, pp. 126-150.
- SOARES, Nair Castro (ed.), “Epístola do muito poderoso e invencível Manuel, rei de Portugal e dos Algarves, etc. Das vitórias que obteve na Índia e em Malaca. Ao Santo Padre, em Cristo, e Senhor Nosso, Senhor Leão X, Sumo Pontífice”, *Acta Rediviva*, II, Coimbra, publicação da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979.
- GÓIS, Damião, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1954.
- GÓIS, Damião, *Elogio da cidade de Lisboa. Urbis Olisiponis descriptio*, Aires A. Nascimento (ed.), Lisboa, Guimarães Editores, 2002.

GOMES, Saúl António, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

GÓIS, Damião, *O processo na Inquisição*, in *Inéditos Goesianos*, Guilherme J. C. Henriques (ed.), vol. II, Arruda dos Vinhos, Arruda Editora, 2002.

GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás, MORENO HERNÁNDEZ, Antonio, SAQUERO SUÁREZ-SOMONTE, Pilar, *Humanismo y Teoría de la Traducción en España e Italia en la primera mitad del siglo XV. Edición y estudio de la Controversia Alphonsiana (Alfonso de Cartagena vs. L. Bruni y P. Candido Decembrio)*, Madrid, Clásicas, 2000.

GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás, “Proyección política y pedagógica del Prólogo a la *Rethorica* de Cicerón dedicado por Alfonso de Cartagena al Infante D. Duarte”, in Nair Castro Soares et alii (coords.), *“Homo eloquens homo politicus”: a retórica e a construção da cidade na Idade Média e no Renascimento*, Coimbra, Classica Digitalia, CECH-UC, 2011, p. 65-92.

MARGOLIN, Jean-Claude, “Damião de Góis et Erasme de Rotterdam”, in *Damião de Góis humaniste européen*, J. V. de Pina Martins (ed.), Paris, Touzot, 1982, p. 17-54.

MATOS, Luís de, *L'Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, FCG, 1991.

MATOS, Luís de, “L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance”, in *L'Humanisme Portugais et l'Europe – Actes du XXIe. Colloque International d'Études Humanistes*, Tours, 3-13 juillet 1978, Paris, FCG, 1984.

MENDONÇA, Manuela, *D. João II*, Lisboa, Estampa, 1991.

OSÓRIO, D. Jerónimo, *Da vida e feitos de El-rei D. Manuel*, 2 vols., Porto, Livraria Civilização, 1944.

PATO, Raimundo António Bulhão (ed.), *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, Lisboa, Academia Real de Sciencias, 1884-1915.

PEREIRA, Belmiro Fernandes, *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*, Lisboa, INCM, 2012.

PINTO, Roberto Corrêa, *Livro da guerra de Ceuta*, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa em edição da Imprensa da Universidade, 1915.

RAMALHO, Américo da Costa, “A introdução do Humanismo em Portugal”, *Humanitas*, vols. 23-24 (1972) pp. 435-452.

RAMALHO, Américo da Costa, *Estudos sobre o século XVI*, Paris, FCG, 1980.

RAMALHO, Américo da Costa, *Estudos Camonianos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

SANCEAU, Elaine, *O reinado do Venturoso*, Porto, Livraria Civilização, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (ed.), *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, Lisboa, INCM, 1973.

SÍCULO, Cataldo Parísio, *Duas orações*, M. Margarida B. Gomes da Silva (Prólogo, tradução e notas), A. Costa Ramalho (Introdução e revisão), Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1974.

SÍCULO, Cataldo Parísio, *Epistolae et orationes*, por Américo da Costa RAMALHO, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1988.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da Silva, *Corpo Diplomático portuguez*, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1862.

SILVA, N. J. Espinosa Gomes da Silva, *Humanismo e direito em Portugal no séc. XVI*, Lisboa, s.n., 1964.

SOARES, Miguel, *Obra que contem huma Oração do Doutor Luys Teixeira, feyta quando fizerã o cõde dõ Pedro de meneses, Marquês de vila Real. E o treslado della em Portugues, por o mestre Miguel Soares: dirigida ao illustrissimo Principe, & excelente Senhor dõ Miguel de meneses. IIII. Marquês de vila Real*, Coimbra, João Álvares, 1562.

SOARES, Nair Castro, *Tragédia do Príncipe João de Diogo de Teive*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 3ª ed., 2010.

SOARES, Nair Castro, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, INIC, 1994.

SOARES, Nair Castro, “A *Virtuosa Benfeitoria*, o primeiro tratado de educação de príncipes em português”, *Biblos*, 69 (1993) – *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro* (Coimbra, de 25 a 27 de Novembro de 1992), Coimbra, 1993, pp. 289-314.

SOARES, Nair Castro, “O Infante D. Pedro e a cultura portuguesa”, in *Miscelânea em honra do Doutor Salvador Dias Arnaut – Cultura e práticas rituais* (3ª parte), *Biblos*, 78 (Coimbra, 2002), pp. 107-128.

SOARES, Nair Castro, “A História Antiga no Humanismo Renascentista Português”, in *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 18 -20 Out.1990), Coimbra, s.n., 1994, pp. 280-305.

SOARES, Nair Castro, “A historiografia do Renascimento em Portugal: referentes estéticos e ideológicos humanistas”, in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Luís Filipe F. R. Thomaz (ed.), Lisboa, CHAM, 2002, pp. 15-37. [cit. 2002 a]

SOARES, Nair Castro, “A carta de D. Manuel ao Papa Leão X (1513)”, *Biblos* n. s. II (Coimbra, 2004), pp. 99-129.

SOARES, Nair Castro, “Gratidão e lealdade: dois valores humanistas”, in *Miscelânea em honra dos Doutores Walter de Medeiros e Manuel Pulquério – Humanitas*, 46 (1994), II parte, pp. 245-258.

SOARES, Nair Castro, “Cidades ideais e elogios de cidades no Renascimento e em Damião de Góis”, in *Actas do Congresso Internacional “Damião de Góis na Europa do Renascimento”*, Braga, 29-31 de Janeiro de 2003, Universidade Católica Portuguesa, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia - Universidade Católica Portuguesa, 2003, pp. 583-608.

SOARES, Nair Castro, “A simbologia ético-política do sol no Renascimento”, in Maria do Céu Fialho et alii (coords.), *O Sol greco-romano*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008, pp. 273-296.

- SOARES, Nair Castro et alii (coords.), *LATINEUROPA – Latim e cultura neolatina no processo de construção da identidade europeia*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2008. [cit. 2008 a]
- SOUSA, Armindo de, *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto / INIC, 1990.
- THOMAZ, Luís Filipe R., “Lidée impériale manuéline”, in *La découverte, le Portugal et l’Europe*, Actes de Colloque, Paris – Mai 1990, Paris, FCG, 1990, pp. 35-103.
- TORRES, Amadeu, *Noese e crise na epistolografia latina goisiana*, 2 vols., Paris, FCG, 1982.
- TORRES, Amadeu, “Damião de Góis e o Erasmismo – abordagem nova de uma velha questão”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 37. 1. 2 (1981), pp. 57-105.
- WILLARD, Ch. C., “Isabel of Portugal patroness of Humanism?”, in *Miscellanea di studi e ricerche sul Quattrocento francese*, Franco Simone (a cura di), Torino, Giappichelli, 1967, pp. 517-544.

Portugal e a fronteira mediterrânica nos séculos XV e XVI: *políticas reais e mapeamento do mundo insular levantino*

*Dejanirah Couto*¹

Abstract

This article aims to question the representation of the Mediterranean border: the southern boundary of Europe and the breaking line between Christianity and Islam (especially after the conquest of Constantinople by Mehmet II Fatih in 1453), or porous zone of influence of this same Europe? In order to try to answer these questions we will look at the mapping of the Levantine island world evoked by the *Book of Heraldry* (*De ministerium armorum*) (about 1453?), which, in addition to describing some regions of Europe, devotes extensive information to the ancient Byzantine world, Cyprus, Rhodes and the Aegean islands. The information contained in this text will be interpreted in a context of multiple dimensions: that of early Portuguese concern with Mediterranean policy – see king Afonso V's attempt of reaction to the fall of Constantinople – that of the weight of Italian trading communities in the Portuguese economy with the consequent increase in economic activities in the Mediterranean, and the presence of the Portuguese in the Order of St. John of Jerusalem (Rhodes) with their participation in the Levantine Corsican and in the struggle against the maritime power of the Mamluk and the Ottomans. The role of the Mediterranean border as a zone of European influence and of some Portuguese presence becomes more concrete with king João II, through his contacts with Tunis and the creation of the Oran trading post (directed by Rui Fernandes de Almada between 1483 and 1487). This was helped by the development of the export of Atlantic sugar to the Mediterranean, where the sovereign sold it to buy weapons. The continuation of this policy will be ensured by King Manuel, with the creation of the

¹ École Pratique des Hautes Études. Section des Sciences historiques et philologiques. Sorbonne, Paris.

Chio trading post (14 March 1499) and subsequent trade in sugar with the Ottomans, accompanied by a protection granted to Rhodes, in which the monarch saw the missing strategic base in the eastern Mediterranean, a true “gateway” to the Red Sea for control of the western Indian Ocean.

Keywords

Border, Mediterranean, Europe, *Book of Heraldry*, East, Order of St. John of Jerusalem, Trade, Italian merchants, maritime trade, Chio, Oran, Sugar, Ottoman empire, Corsican, Piracy, Rhodes, Rui Fernandes de Almada, Friar André do Amaral, Diogo Fernandes de Almeida.

Resumo

O presente artigo propõe-se questionar a representação da fronteira mediterrânica: limite meridional da Europa e linha de fractura entre o Cristianismo e o Islão (sobretudo, após a tomada de Constantinopla por Mehmet II *Fatih* em 1453), ou porosa zona de influência dessa mesma Europa? No intuito de tentar responder a estas questões debruçar-nos-emos sobre o mapeamento do mundo insular levantino evocado pelo *Livro de Arautos (De ministerium armorum)* (cerca de 1453?), que, para além de descrever algumas regiões da Europa, consagra extensa informação ao antigo mundo bizantino, a Chipre, a Rodes e às ilhas do mar Egeu. A informação deste texto será a interpretar num contexto de vertentes múltiplas: o da precoce preocupação portuguesa com a política mediterrânica – veja-se a tentativa de reacção de D. Afonso V à queda de Constantinopla –, o do peso das comunidades mercantis italianas na economia portuguesa com o conseqüente incremento das actividades económicas no Mediterrâneo, e o da presença dos portugueses na Ordem de S. João de Jerusalém (Rodes) com a sua participação no curso levantino e na luta contra o poder marítimo dos mamelucos e dos otomanos.

O papel da fronteira mediterrânica como zona de influência europeia e de alguma presença portuguesa afina-se com D. João II, através dos seus contactos com Tunis e a criação da feitoria de Orão (dirigida por Rui Fernandes de Almada entre 1483 e 1487). Para tal contribuiu, desta vez, o desenvolvimento da exportação do açúcar atlântico para o Mediterrâneo, onde o soberano o vendia para comprar armas. A continuação desta política será assegurada por D. Manuel, com a criação da feitoria de Chio (14 de Março de

1499) e subsequente comércio do açúcar com os otomanos, acompanhada de uma protecção concedida a Rodes, na qual o monarca via a base estratégica que lhe faltava no Mediterrâneo Oriental, verdadeira “porta” de acesso ao Mar Vermelho em vista do controle do Oceano Índico ocidental.

Palavras-chave

Fronteira, Mediterrâneo, Europa, *Livro de Arautos*, Levante, Ordem de S. João de Jerusalém, Comércio, mercadores italianos, comércio marítimo, Chio, Orão, Açúcar, Império otomano, Corso, Pirataria, Rodes, Rui Fernandes de Almada, Frei André do Amaral, D. Diogo Fernandes de Almeida.

Que representação da fronteira mediterrânica – limite meridional da Europa, linha de fractura entre o Cristianismo e o Islão (sobretudo após a tomada de Constantinopla em 1453 por Mehmet II *Fatih* [1444-1446 / 1451-1481])² e porosa zona de contactos, trocas e circulações – se teria em Portugal nos finais do século XV e nas primeiras décadas do século XVI? No intuito de abordar sucintamente esta questão, tomaremos como exemplo alguns aspectos da política portuguesa no Mediterrâneo oriental no século XV e XVI. Que interesses poderia ter aí a Coroa, e que tipo de presença poderia suscitar essa parte do Mediterrâneo situada para além da Sicília, muito longe do reino de Portugal e banhando territórios pouco familiares para os portugueses comparados com os do Mediterrâneo ocidental?

No século XV, a configuração de uma política mediterrânica europeia³ respondeu a vários eventos históricos, mas um deles foi determinante: o avanço otomano (a partir de 1354) traduzido nas conquistas sucessivas de Murad I *Hudavendigâr* (1326-1389), Bâyezîd I *Yıldırım* (1354-1403), Mehmed I *Çelebi*

² Vincent DEROUCHE, Nicolas VATIN, *Constantinople 1453, Des Byzantins aux Ottomans*, Toulouse, Anarchasis, 2016; Feridun EMECEN, *Fetih ve Kiyamet 1453*, İstanbul, Timaş Yayınları, 2018; Michael ANGOLD, *The Fall of Constantinople to the Ottomans: Context and Consequences*, London, Routledge, 2016; Marios PHILIPPIDES, Walter K. HANAK, *The siege and the Fall of Constantinople in 1453: Historiography, Topography, and Military Studies*, Farnham, Surrey, Burlington, Ashgate, 2011; Mehmed II the Conqueror and the Fall of the Franco-Byzantine Levant to the Ottoman Turks: Some Western Views and Testimonies, Marios Philippides (ed.), Tempe, Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2007; David NICOLLE, *Constantinople 1453: The end of Byzantium*, Westport, Conn., Praeger, 2005; Walter K. HANAK, “One Source, Two Redditions: The Tale of Constantinople and its Fall 1453”, *Byzantinoslavica*, 62 (2004), pp. 239-250; Alain DUCCELLIER, Michel KAPLAN, Bernardette MARTIN, *Le Moyen Âge en Orient. Byzance et l’Islam, des Barbares aux Ottomans*, Paris, Hachette, 2006, *passim*.

³ O termo é evidentemente utilizado aqui de modo genérico, pois não existiu verdadeiramente uma política de “concertação” na Europa, pulverizada em vários estados. Veja-se Kenneth M. SETTON, *The Papacy and the Levant (1204-1571)*, vols. I-IV, Philadelphia, American Philosophical Society, 1976-1984, *passim*.

(1381-1421), Murad II *Hoca* (1404-1451), e Mehmed II *Fatih*⁴ com a consequente tomada de Constantinopla em 1453 e, na sequência destes episódios, um alargamento significativo da fronteira mediterrânica e balcânica otomana para Oeste: a ritmo acelerado, Mehmet II apoderou-se das possessões de Génova na Trácia (Focea e Enos) em 1455, de Atenas em 1456, da Moreia após duas campanhas (1458 e 1460)⁵, da Bósnia após 1462, da Herzégovina em 1464, da Albânia em 1467. Quase imultâneamente, os anos de 1463 a 1479 são marcados pela intermitente guerra otomano-veneziana. Analizando a dinâmica da fronteira mediterrânica nas páginas que se seguem, voltaremos a assinalar aspectos mais pormenorizados deste conflito. O que importa reter é que estas conquistas otomanas e o conflito da Sublime Porta com Veneza desembocaram no ataque de 1480 contra Rodes, ataque repellido pelos cavaleiros da Ordem de S. João de Jerusalém. Todavia, esta resistência não foi suficiente para desanuviar a preocupação geral dos monarcas europeus com o avanço otomano. O desembarque de Gedik Aḫmet Paşa em Otranto levou o Papa a encarar uma fuga para França, acentuando na Europa ocidental a percepção da gravidade do “perigo Otomano”. Num primeiro tempo, esse avanço sem tréguas despertou grande inquietação na Europa cristã, ainda sob o traumatismo da estrondosa derrota cristã na batalha de Nicópolis (Nikopol na Bulgária) em 25 de Setembro de 1396. O pessimismo que se seguiu à derrota, que desferiu também um golpe final na Cruzada lançada por Segismundo do Luxemburgo⁶ foi igualmente partilhado em Portugal.

D. Pedro e a luta contra os otomanos na fronteira húngara

Após a queda de Constantinopla, o infante D. Henrique ter-se-ia proposto encabeçar uma cruzada contra o Turco; a bula *Et si Cum* do papa Calisto III (Roma, Agosto de 1456) endereçada ao infante, incitava o “filho dilecto” a vingar “as afrontas feitas pelos inimigos turcos à sacrossanta fé” assinalando que crescia a fúria do Turco, bem patente na invasão da Hungria, assim como aumentava o

⁴ Biografias e contextualização das conquistas em Caroline FINKEL, *Osman's Dream. The Story of the Ottoman Empire 1300-1923*, London, John Murray, 2005, pp. 17-48.

⁵ Todavia Veneza conservou Náuplia, Modon e Coron onde fez edificar grandes fortalezas. Biografia de Mehmed *Fatih* em Güneş İŞIKSEL, “Mehmed II the Conqueror 1432-1481”, in *The Encyclopedia of Diplomacy*, Gordon Martel (ed.), London, John Wiley & Sons, 2018, pp. 1-2.

⁶ David NICOLLE, *Cross and Crescent in the Balkans. The Ottoman Conquest of South-Eastern Europe (14th-15th centuries)*, Barnsley, Pen & Sword, 2010, pp. 88-106; idem, *Nicopolis 1396. The Last Crusade*, London, Osprey, 1999; Ferdinand LOT, *L'art militaire et les armées au Moyen Âge en Europe et dans le Proche-Orient*, t. 2, Paris, Payot, 1946.

esforço do Papa realizado através do envio de uma frota “com dispêndio de ouro, de prata e do nosso conforto”.⁷

Sabe-se também que D. Afonso V projectava reagir ao avanço otomano, tendo formulado publicamente a sua intenção em 25 de Julho de 1456. João Fernandes da Silveira foi assim enviado como embaixador à Curia romana, onde expôs o a decisão real numa oração apresentada em claustro consistorial a 8 de Setembro de 1457⁸. Todavia, o aspecto mais significativo deste interesse lusitano pelo Levante é sem duvida simbolizado pelo Infante D. Pedro. As suas viagens europeias – as “sete partidas” – são relativamente conhecidas, e as achegas complementares dos últimos anos após o estudo pioneiro de Francis M. Rogers⁹, permitiram enriquecer o acervo documental e proceder a algumas rectificações¹⁰.

Convém sublinhar que a viagem de D. Pedro à Hungria (1425-1428) e a sua concomitante participação na luta contra os otomanos nos Balcãs, se fez em apoio a Sigismundo I do Luxemburgo (e da Hungria) e no contexto das campanhas militares organizadas por este monarca¹¹. Se a presença de D. Pedro não é confirmada no cerco de Ludenburg (Agosto de 1426), a carta de István Rozgonyi (25 Janeiro 1427) certifica que D. Pedro acompanhou o imperador Segismundo (tal como o indica Gomes Eanes de Zurara na sua *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, 1462, percorrendo pelo menos uma parte da fronteira danubiana a Leste de Belgrado. Segismundo ter-lhe-ia concedido autorização para combater os otomanos ao longo do *limes* até ao Mar Negro (Janeiro de 1427). No entanto, melhor atestada está a sua presença junto do general imperial e conde de Temesvár, o florentino Filippo Buondelmonti degli Scolari (*ghazi*, ou seja, general na Bósnia e

⁷ Veja-se o texto em *Documentação Henriquina*, José Manuel Garcia (ed.), Lisboa, Castoliva, 1995, p. 226 (Biblioteca Apostolica Vaticana, Armario 39, vol. 7, fol. 7). No entanto, datado de Sagres, de 16 de Dezembro de 1547, o documento publicado por Frei Fernando da SOLEDADE, em *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, Off. Manoel & Joseph Ferreyra, t. III, 1705, p. 92, é tido como duvidoso. Apresenta uma imprecisão do Infante, redigida na primeira pessoa, contra Mehmed *Fatih*, em que D. Henrique se propõe encabeçar a cruzada: “por onde te notifico como a dita Cruzada tenho tomado contra ti, te punirey por mim”, etc. Ver *Documentação* (1995), 590.

⁸ Saul António GOMES, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 178.

⁹ Francis M. ROGERS, *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge, Massachussets, Harvard University Press, 1961, pp. 31-122 e especialmente pp. 41-45; GOMES (2006), 52, citando Eneias Silvio Piccolomini.

¹⁰ István RAKOCZI, “O eco das ‘sete partidas’ na Hungria tripartida”, in *La découverte, le Portugal et l’Europe*, Jean Aubin (ed.), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 319-330; *idem*, “A estada do infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do imperador Segismundo”, in *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro*, Biblos, LXIX (1993), pp. 79-93; Douglas Mota Xavier de LIMA, *O Infante D. Pedro e as alianças externas de Portugal (1425-1449)*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Nitéroi, 2012, pp. 121-170, salienta a falta de um estudo exaustivo centrado principalmente nas viagens (p. 129). Veja-se ainda, o estudo (na vertente literária) de Margarida Sérulo CORREIA, *As viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva, 2000.

¹¹ Além de Francis Rodgers e Xavier de Lima, veja-se Domingos Maurício Gomes dos SANTOS, “O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria”, *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*. LXVIII, (1959), pp. 17-37.

na Sérvia em 1411-1412), aquando do cerco de Galamboć/Golubać, Gügercinlik), localidade a leste de Belgrado, na margem do Danúbio, em Dezembro de 1427¹². O episódio foi registado por Poggio Bracciolini na sua *Vita de Pippo Scolari detto Pipo spano*. Embora exagerando as forças militares comandadas por D. Pedro, a carta de Afonso Eanes (3 de Outubro de 1427), um membro da sua comitiva, assinala uma participação neste cerco que durou o Inverno 1427-1428. Todavia, a batalha teve um desfecho negativo para Segismundo¹³. Os reforços otomanos enviados pelo *beylerbeyi* Sinân obrigaram os Húngaros a recuar, deixando um rasto de muitos mortos e prisioneiros. Segismundo foi obrigado a negociar em 1428 uma trégua específica com Murad II¹⁴.

Independentemente desta derrota, lembremos que D. Pedro fora acompanhado por alguns nobres portugueses, dos quais se destacaram Álvaro Vaz de Almada, Vasco Pires Gante e Álvaro Gonçalves de Ataíde. Não é de excluir que estes tivessem difundido nos círculos da nobreza portuguesa notícias sobre as campanhas militares anti-otomanas na fronteira húngara, avivando o interesse, não só pela luta contra a Sublime Porta no Sudeste europeu, mas igualmente pela situação geopolítica no Levante mediterrânico.

Simultaneamente, nas primeiras décadas do século XV, a actividade da diplomacia húngara na Europa – através de Segismundo I do Luxemburgo (rei da Hungria entre 1387-1437, rei da Germânia desde 1411 e da Boémia desde 1419, imperador desde 1433)¹⁵ – empenhada em combater os otomanos e mobilizar forças militares para a defesa da fronteira balcânica, sobretudo no baixo Danúbio, exerceu-se em diversas frentes. As tentativas de protagonismo diplomático de Segismundo, que o tinham levado a propôr-se (sem sucesso) como intermediário entre a França e a Inglaterra no desfecho da Guerra dos Cem Anos, verificaram-se também através da sua presença no Concílio de Constança, em que Segismundo procurou entre os reinos ibéricos (Castela, Navarra, Aragão, Portugal) eventuais aliados na luta contra os otomanos. Embora estes reinos não tenham estado representados no início do Concílio (Novembro de 1414 – Abril de 1418), e a presença portuguesa só fosse registada nas sessões a 1 de Julho de 1416, não é impossível que Segismundo, que liderou pessoalmente as sessões durante o desenrolar do Concílio, tenha contactado pessoalmente com os representantes destes reinos¹⁶.

¹² LIMA (2012), 168; SANTOS (1959), 26-27; RAKOCZI (1993), 85, nota 15.

¹³ SANTOS (1959), 36.

¹⁴ VATIN (1989), 71-72.

¹⁵ Pál ENGEL, Gyula KRISTO, András KUBINYI, *Histoire de la Hongrie Médiévale*, t. II – *Des Angevins aux Habsbourg*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2008; Pavel BELINA, Petr ČORNEJ et Jiří POKORNÝ, *Histoire des Pays tchèques*, Paris, Seuil, 1995, *passim*.

¹⁶ A delegação portuguesa era composta por 2 doutores e 2 fidalgos, com um séquito de cerca de 40 pessoas, todos leigos (apenas um tonsurado).

Além disso, ele próprio rumou a França para obter apoios, deslocando-se a Perpignan com o objectivo de se reunir com Fernando de Aragão¹⁷.

Em Agosto de 1426, Segismundo assinou as credenciais do embaixador Milahy Jakch, para que este viajasse até às cortes de Afonso de Aragão, de D. João II de Castela, de D. João I de Portugal e de Carlos III de Navarra¹⁸. Esta actividade diplomática levou-o também a interferir no conflito que opunha Veneza a Milão em 1424 e 1426, com o intuito de levar ambas as partes a participar na luta contra os otomanos. Com efeito, em 1427, Veneza acabou por aderir ao projecto, que reuniria o papa, os reinos ibéricos e mesmo Milão¹⁹, no sentido de atacar o porto de Galipolli, no estreito dos Dardanelos, principal base naval otomana no Mediterrâneo desde Bāyazīd I, e cuja protecção ia ser assegurada por um imponente dispositivo de fortificações nos séculos XV e XVI²⁰. Seguindo a lógica da máquina militar que era então a Sublime Porta, a expiração da trégua geral de cinco anos convencionada com Murad II levaria decerto à retomada das hostilidades. Servindo-se da versatilidade política dos príncipes e senhores das zonas fronteiriças do império otomano na Europa central, que aceitavam ser momentaneamente vassallos da Porta, para logo entrar em rebelião contra esta, o plano de Segismundo visava igualmente atacar os otomanos na Valáquia e na Sérvia, obrigando-os a recuar tanto quanto possível a fronteira para Leste. Todavia, Sigismundo foi derrotado na Valáquia em 1426; ainda em 1426, Murad II enviou um exército à Sérvia (então governada por Stéphane Lazarević) que tudo destruiu até Krusevać/Aladjahhisar, posto situado na fronteira, a leste do Danúbio²¹. Em 1427, como vimos, os húngaros foram também derrotados em Golubać²². Estas tentativas, às quais se podem juntar as do imperador bizantino João VIII Paléologo (que serviu de mediador no conflito entre Veneza e Segismundo, a quem visitou em Buda, em 1424) não tive-

¹⁷ RAKOCZI (1990), 321; *idem* (1993), 82.

¹⁸ RAKOCZI (1993), 82, nota 8.

¹⁹ Sobre os projectos dos diferentes papas, de Pio II a Sixto IV, Benjamin WEBER, *Lutter contre les Turcs: les formes nouvelles de la croisade pontificale au XV^e siècle*, Tese de Doutoramento, Toulouse, Université de Toulouse II, 2009, *passim*.

²⁰ Idris BOSTAN, “İlk Osmanlı Deniz Üssü: Gelibolu”, in *Türk Denizcilik Tarihi*, t. I, İdris Bostan e Salih Özbaran (eds.), İstanbul, Deniz Basımevi Müdürlüğü, 2009, pp. 73-83, com recensão de todas as embarcações em 1475, segundo o *Gelibolu Tarih Defteri*, Belediye Kütüphanesi, 0.79, pp. 82-83; Murat ÇİZAKÇA, “The Ottomans and the Mediterranean: an Analysis of the Ottoman Shipbuilding Industry as reflected by the Arsenal Registers of Istanbul, 1529-1650”, *La Gente del Mare Mediterraneo*, 2 (1981), pp. 773-787.

²¹ A Sérvia havia sido conquistada em 1371-1375, mas a resistência permaneceu até à batalha do Kosovo (15 Junho de 1389) na qual o *knez Lazar*, pai de Stéphane Lazarević, foi feito prisioneiro e posteriormente executado pelos otomanos, assentando assim, de modo relativamente definitivo a suserania otomana: Henry LAURENS, Gilles VEINSTEIN e John TOLAN, *L'Europe et l'Islam. Quinze siècles d'histoire*, Paris, Odile Jacob, 2009, p. 134.

²² Sobre os diversos aspectos, Laurent NOTTEBAERT, *Sigismund de Luxembourg, roi de Hongrie et empereur du Saint Empire: discours et pratiques de la lutte contre les Turcs des lendemains de Nicopolis au siège de Golubac, 1397-1428*, Dissertação de Mestrado, Toulouse, Université de Toulouse II, 2010.

ram também sucesso. À morte de Segismundo em 1437, a luta anti-otomana seria continuada pelo *voivoda* da Transilvânia, Jan Hünnyadi, que liderou a campanha de 1443-1444 e prosseguiu o combate até à sua morte em 1456²³.

Nas razões que poderão explicar o envolvimento do Infante D. Pedro na Hungria, mais do que a procura de possíveis alianças políticas favoráveis a Portugal, encontrou-se provavelmente o prestígio político e militar de Segismundo, verdadeiro “campeão” da luta contra os otomanos, como bem realçado no concílio de Constança. Isto bastaria para que D. Pedro, seguindo o código da nobreza europeia da sua época, considerasse a cruzada húngara como o meio ideal para os combater, seguindo aliás o exemplo de nobres dos estados alemães e italianos, que vieram, como ele, à corte de Segismundo oferecer os seus serviços. Esta implicação de D. Pedro nos acontecimentos do Sudeste europeu, longe dos terrenos habituais de intervenção política portuguesa, teve prolongamentos interessantes no interesse da sua descendência pelo Levante mediterrânico, através do destino do seu segundo filho, D. João, duque de Coimbra (1431-1457), filho do seu casamento com Isabel de Urgel. D. João, cuja carreira de armas o levaria a integrar em 1452 o exército do duque de Borgonha, marido de sua tia Isabel, participou na batalha de Gavere em 1453. Partiu para o Levante em 1456, após ter sido entronizado na Ordem do Tosão de Ouro, em Haia, a 8 de Maio do mesmo ano. Para além de efectivar assim o ideal de cruzada levantina proclamado pelo duque de Borgonha, veio a contrair matrimónio em Chipre com Charlotte de Lusignan, tendo-se tornado príncipe de Antióquia e regente do reino de Chipre antes da sua morte prematura em 1457²⁴.

As guerras italo-otomanas e a fronteira mediterrânica no século XV

Cabe também lembrar que as conquistas otomanas do século XV se foram efectuando em detrimento de duas grandes talassocracias comerciais mediterrânicas, Génova e Veneza, às quais, dum modo menos espectacular, se deve associar Florença. Embora as possessões genovesas e venezianas no Levante parecessem geograficamente ínfimas devido ao seu carácter marcadamente insular, compara-

²³ Pál ENGEL, *The Realm of St Stephen: A History of Medieval Hungary, 895-1526*, London, I. B. Tauris, 2001, *passim*.

²⁴ Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle*, Lisbonne-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995, pp. 47-49; Cécile KHALIFA, “Échive de Montbéliard et Charlotte de Lusignan. Deux femmes issues de l’élite, impliquées dans la défense de l’île de Chypre au XIII^e et au XV^e siècle”, in *Elites chrétiennes et formes de pouvoir en Méditerranée centrale et orientale XIII^e-XV^e siècle*, Marie-Anna Chevalier e Isabelle Ortega (eds.), Paris, Classiques Garnier, 2017, pp. 57-61.

das com a extensão continental das conquistas dos sultões otomanos da época, o facto é que, no século XV, ambas controlavam ainda largamente variados sectores da vida económica mediterrânica²⁵. Já no século XIV, a posição das suas comunidades mercantis em Portugal, e o ascendente que tinham no comércio exterior português no Mediterrâneo, associavam-nas, em níveis diferentes, à política e à economia portuguesas²⁶. Ora, no século XV, a braços com uma gestão complicada das suas relações com o Egipto mameluco, Veneza, cuja pujança comercial no Mediterrâneo oriental por conseguinte se mantinha,²⁷ encontrava-se empenhada numa luta feroz contra os otomanos para travar o avanço destes no Mediterrâneo e salvaguardar as suas possessões no Levante. O conflito veneto-otomano durou praticamente todo o século XV, mas a guerra foi particularmente violenta durante as décadas de 1410 a 1430, terminando com a conquista de Salónica por Murad II *Hoca* a 9 de Março de 1430²⁸. Depois da tomada de Constantinopla, e como vimos anteriormente, a guerra “italo-otomana” conheceu ainda dois grandes surtos, o de 1463 a 1479 (que viu os otomanos desembarcarem no Friul), e o de 1499 a 1503. Veneza foi obrigada a ceder Scutari e Croia (Krujë)²⁹. Na segunda metade do século XV, Mehmed II *Fatih* veio a ganhar controlo sobre o Mar Egeu e a anexar, umas após outras, as diversas ilhas. Embora algumas delas oferecessem insignificantes superfícies, serviam de bases de operações navais, pois permitiam a navegação de cabotagem das galeras otomanas, e um aprovisionamento mais fácil em ví-

²⁵ Michel BALARD, *Gênes et la mer – Genova e il mare*, 2 vols., Genova, Società Ligure di Storia Patria, 2017 e as contribuições de Carlo Taviani, Thomas Kirk e Sandra Origone em *A Companion to Medieval Genoa*, Carrie E. Beneš (ed.), Leiden, Boston, Brill, 2018; Francisco APELLÁNIZ, “Venetian Trading Networks in the Medieval Mediterranean”, *Journal of Interdisciplinary History*, 44.2 (2013), pp. 157-179; Claire Judde de LARIVIÈRE, *Naviguer, commercer, gouverner: économie maritime et pouvoirs à Venise (XV^e-XVI^e siècles)*, Leiden, Boston, Brill, 2008; Idem, *Entre bien public et intérêts privés: les pratiques économiques des patriciens vénitiens à la fin du Moyen-Âge*, 3 vols., Thèse de Doctorat, Toulouse, Université de Toulouse II, 2002; Benjamin ARBEL, *Trading Nations: Jews and Venetians in the Early Modern Eastern Mediterranean*, Leiden, Boston, Brill, 1995.

²⁶ Bailey W. DIFFIE, *Prelúdio ao Império. Navegações e comércio pré-henriquinos*, Lisboa, Teorema, 1989, pp. 48-50; Virginia RAU, *Portugal e o Mediterrâneo no século XV. Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1973, pp. 14-16, e ainda de Virginia RAU, *Estudos de História económica*, Lisboa, Ática, 1961 *passim*.

²⁷ Francisco APELLÁNIZ, *Pouvoir et finance en Méditerranée pré-moderne. Le deuxième État Mamelouk et le commerce des épices (1389-1517)*, Barcelona, CSIC, 2009, *passim*; idem, “Crise financière et rapports internationaux: la faillite des corporations européennes dans le Sultanat Mamelouk (1450-1517)”, in *Atti della xxxviii settimana di studi, relazioni economiche tra Europa e mondo islamico. Secoli XIII-XVIII*, Firenze, Istituto Internazionale di Storia Economica Francesco Datini, 2007, pp. 623-641; Georg CHRIST, *Venetian Merchants and Mamluk Officials in Late Medieval Alexandria*, Leiden, Brill, 2012, pp. 185-207 e 229-249.

²⁸ A paz foi promulgada pelo tratado de Lapseki em 30 de Julho de 1430. Os otomanos mantiveram-na no seu domínio até 1912.

²⁹ LAURENS, VEINSTEIN, TOLAN (2009), pp. 143-144. Ver a minuta diplomática do final das hostilidades dirigida por Mehmed II ao doge Giovanni Mocenigo, *I ‘documenti turchi’ dell’ Archivio di Stato di Venezia*, Maria Pia Pedani Fabris (ed.), Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali, Ufficio centrale per i beni archivistici, 1994, p. 4 (doc. n.º4, 1478/1479).

veres e água potável³⁰. Foram assim conquistadas Imbros (Imroz), Samothrace (Semendirek), Lemnos (Limni) em 1456-1459, Lesbos em 1462 e Samos em 1475. A queda de Negroponte (ou seja, da ilha de Eubeia) em 1470 marcou uma nova era na guerra veneto-otomana e na situação geopolítica do Mediterrâneo oriental³¹. De grande significado também, foi a já evocada conquista de Otranto em 1480, que levaria o papa Sisto IV a promover a Cruzada anti-otomana anteriormente justificada pela encíclica de 31 de Dezembro de 1471.³² Nesta conjuntura, Veneza prometeu pagar 100.000 ducados ao sultão e 10.000 ducados anuais para garantir a sua liberdade de comércio e a presença permanente de um agente comercial seu (o baile) em Istambul.³³ Em 1479, no momento da assinatura de paz com Mehmed II, todo o Norte do Mar Egeu tinha caído nas mãos dos otomanos, excepto o arquipélago das Espórades (possessão de Veneza) e a genovesa ilha de Chios, que pagava tributo à Sublime Porta. Depois disto, o Sultão pôde impor a paz à Sereníssima e voltar-se para Rodas (que, como vimos, atacou em 1480), num contexto em que o Grão-Mestre da Ordem recusara pagar tributo e procurara a aliança dos mamelucos e do *bey* de Tunis³⁴. Como atrás se viu, Rodas resistiu (a paz foi assinada com Bâyezid em 1482), mas em 1499 as hostilidades recomeçaram com a perda de Zonchio, a que se seguiram a tomada de Lepanto, de Modon (1500) e de Navarin. A guerra só terminou em 1502-1503³⁵.

Quanto aos genoveses, não foram dos menos activos na luta contra a Sublime Porta, apesar de impotentes face à desintegração progressiva da sua presença no Mar Negro e no Egeu. Continuaram a pagar tributo ao sultão de Istambul (tal como Domenico Gattilusio, o senhor de Lesbos) em troca do domínio sobre Chios (mantido até 1566), mas mantiveram-se como perigosos adversários dos otomanos na guerra marítima. Foi para defender o acesso dos genoveses a Istambul através do estreito dos Dardanelos que Mehmed II *Fatih* fez construir as duas grandes fortalezas no estreito, *Kilid'ül-Bahir* (Chave do mar), próxima da antiga *Sestos*, na margem europeia, e *Çanakkale Kalesi*, perto da antiga *Abydos*, na margem

³⁰ Vejam-se as diversas contribuições reunidas por Gilles VEINSTEIN e Nicolas VATIN, *Insularités ottomanes*, Istanbul-Paris, Institut Français d'Études Anatoliennes, Maisonneuve et Larose, 2004.

³¹ VATIN (1989), 98.

³² SETTON (1976-1984), II, 315.

³³ VATIN (1989), 101.

³⁴ Apesar de retórico, o texto mais interessante sobre o cerco permanece o de Guillaume Caoursin (1430-1501): Jean-Bernard de VAIVRE, Laurent VISSIÈRE, “*Tous les deables de l’Enfer*”, *Relations du siège de Rhodes par les Ottomans en 1480*, Genève, Éditions Droz, 2014, *passim*; Jean-Bernard de VAIVRE, “Le siège de 1480, le tremblement de terre de l’année suivante et le remodelage de la ville de Rhodes”, in *Les sièges de Rhodes. De l’Antiquité à l’époque moderne. Enquêtes et documents*, Nicolas Fauchère e Isabelle Pimouget-Bédarros (eds.), Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010, pp. 245-285; ver no mesmo volume, Nicolas PROUTEAU, “Les sièges de Rhodes à l’époque médiévale”, pp. 201-217.

³⁵ Maria Pia Pedani, *Venezia porta d’Oriente*, Venezia, Il Mulino, 2010, pp. 58-60; VATIN (1989), 113.

asiática.³⁶ É pois lógico que a Portugal chegassem os ecos destes prolongados conflitos, motivando a diplomacia lusitana a participar na cruzada europeia contra os otomanos, na tentativa de estabilizar a fronteira mediterrânica, cujos parâmetros a conquista de Granada em 1492 veio também modificar³⁷.

A Ordem de S. João de Jerusalém (Rodes), o curso mediterrânico e português

Um actor de envergadura, a Ordem dos Hospitalários de S. João de Jerusalém³⁸ foi também determinante no processo de conhecimento da fronteira mediterrânica levantina em Portugal. Poderosos ao longo da Idade Média e possuidores de largos bens no Crato (doados por D. Sancho II),³⁹ mantinham uma significativa presença lusitana no seu quartel general, na ilha de Rodes. A sua presença conduz-nos logicamente à questão da frequência destas regiões de fronteira pelos portugueses no século XV, e da imagem que delas se foi paulatinamente elaborando, com impregnação cultural resultante da coabitação de perfis sociais muito diversos: comerciantes, agentes do rei, religiosos peregrinos à Terra Santa, populações camponesas habitando a orla mediterrânica, muitas delas já muçulmanas, ou ainda bizantinas, cavaleiros da Ordem com interesses no comércio marítimo, dedicando-se por vezes a actividades corsárias, aventureiros e piratas. Como afirmou Braudel, “A pirataria, no Mediterrâneo é tão antiga como a história”. Neste tipo de actividade, o protagonismo dos elementos portugueses da Ordem parece remontar ao século XV e acompanha, por assim dizer, a tendência geral da época.

Com efeito, desde a segunda metade do século XV e de modo mais acentuado nos anos de 1490, o Levante tornou-se uma zona franca do curso e da pirataria, que poderíamos classificar de internacional. Aos piratas autóctones, *Uskoks* dal-

³⁶ Dejanirah COUTO, “Çanakkale Boğazi’ndaki Osmanlı Hisarları / Les fortifications ottomanes des Dardanelles”, in *Üç Denizin Arasında. Osmanlı ve Fransız Boğaz Haritaları / Entre trois mers. Cartographie ottomane et française des Dardanelles et du Bosphore*, J.-F. Pérouse, F. Günergün (ed.), Izmir, Arkas Sanat Merkezi, 2016, pp. 104-317. Testemunhos nas fontes otomanas: Donald Edgar PITCHER, *An Historical Atlas of the Ottoman Empire*, Leiden, Brill, 1968, pp. 84-89.

³⁷ Anne BROGINI, “L’Ordre de Saint-Jean de Jérusalem au Ponant durant le premier XVI^e siècle. D’une frontière offensive à une frontière défensive”, in *La frontière méditerranéenne du XV^e au XVII^e siècle: échanges, circulations, affrontements*, Bernard Heyberger e Albrecht Fuess (eds.), Turnhout, Brepols, 2014, p. 164.

³⁸ Sobre a ocupação de Rodes pelos Hospitalários, veja-se Albert FAILLER, “L’occupation de Rhodes par les Hospitaliers”, *Revue des Etudes Byzantines*, tome 50 (1992), pp. 113-135, seguindo principalmente o cronista bizantino Georges Pachymeres.

³⁹ Paula Maria de Carvalho Pinto COSTA, “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos finais da Idade Média à modernidade”, *Militarum Ordinum Analecta*, 3/4 (1999/2000), Porto, CEPES / FEAA.

matas e albaneses⁴⁰, pantelários (da pequena ilha de Pantelleria, situada entre a costa leste da Tunísia e a Sicília), rodiotas (a que as fontes otomanas dão o nome de *Rhodos Corsanlar*), juntavam-se os corsários de Tunis, de Orão e de Argel, que começaram a evidenciar-se a partir dos anos de 1447. Biscainhos, aragoneses, catalães, sicilianos, malteses, genoveses⁴¹, cilicianos muçulmanos dos antigos *beylicados* turcomanos das costas da Ásia Menor⁴², cavaleiros das diversas línguas europeias da Ordem (entre os quais portugueses), contavam-se entre os corsários e piratas que sulcavam então o Mediterrâneo oriental. Apesar dos laços amigáveis no território português, das relações diplomáticas, dos privilégios concedidos pela Coroa aos mercadores das cidades italianas, e de muitas operações comerciais conjuntas, os lusitanos não se coíbiam de atacar indiscriminadamente os navios venezianos e genoveses. Assim sucedeu com uma pequena esquadra genovesa constituída por uma carraca e dois galeões (c. 1490-1500?) que, tendo feito escala (ou armado?) em Orão (transportava valiosa mercadoria pertencente a árabes, judeus e otomanos, destinada ao Egito) foi atacada por portugueses em Tunis⁴³. A acreditar em Marino Sanuto, em Maio-Junho de 1498, o *kapudân paşa* Kemal Re'is, *corsario nefandissimo* para os venezianos, tio do famoso cartógrafo e marinheiro otomano Piri Re'is⁴⁴, deparou em Abukir com dois corsários portugueses, um dos dois sendo Saturnino, capitaneando um galeão seguido de uma *barge* de 300 ou 400 *botte* armada com muita artelharia; a tripulação orçaria em cerca de 180 homens⁴⁵. É muito possível que tivessem sido capturados a bordo de um destes navios os mapas portugueses que chegaram às mãos de Piri Re'is – mapas que fazem ainda correr muita tinta – e não a bordo de um navio espanhol ao largo de Valência, como a historiografia turca, sem provas, tem pretendido. Em Novembro de 1498, havia notícias de um outro corsário português navegando entre Candia

⁴⁰ Catherine Wendy BRACEWELL, *The Uskoks of Senj: Piracy, Banditry and Holy War in the Sixteenth Century Adriatic*, Ithaca N.Y, Cornell University Press, 1992, *passim*.

⁴¹ Sobre o curso genovês, Samary LEDOUX, *Le brigandage maritime en Méditerranée aux XIV^e e XV^e siècles. Recherches sur les pirates et corsaires du golfe de Gênes*, Dissertação de Mestrado, Paris, Université de Paris I-Panthéon Sorbonne, 1995, *passim*.

⁴² Elisabeth ZACHARIADOU, *Trade and Crusade: Venetian Crete and the Emirates of Menteshe and Aydin (1300-1415) / Emporio kai stavroforia, i venetokratoumeni Kriti kai ta emirata tou Mentese kai tou Aidiniou (1300-1415)*, Venice-Benetia, Istituto ellenico di studi bizantini e postbizantini di Venezia, 1983, *passim*.

⁴³ Sessenta “mouros e turcos” foram feitos cativos: Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes (eds.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949, cap. LXII, p. 154.

⁴⁴ Sobre a família e as actividades de Kemal Re'is, ver as recentes conclusões de Maria Pia PEDANI (baseadas em novos documentos venezianos do *Archivio di Stato*), em “Piri Reis in Venetian Documents”, *Mediterranea Recherche storiche / Un mare Otomano, An Ottoman Sea*, 12 (2015), pp. 319-324.

⁴⁵ *Ibidem*, 320. Kemal tinha ido a Alexandria apresentar os presentes de Selim ao sultão mameluco. Ver igualmente Marino SANUTO, *I Diarii*, vol. I, Venezia, Deputazioni, 1879-1903, col. 1033, pp. 1070-1071. Refira-se o estudo recente sobre o texto e as fontes de Sanuto: Francesco CRIFO, *I “Diarii” di Marino Sanuto 1496-1533, sondaci filologici e linguistici*, Berlin, Boston, de Gruyter, 2016.

e Modon (Methoni). Provavelmente, tratava-se do capitão desta mesma nau, que, transportando também açúcar da Madeira para Salónica, assaltou um outro navio veneziano com que então se cruzou⁴⁶.

Comércio e pirataria: uma fronteira indistinta

Como atrás se disse, e na ausência de documentação comprovativa remetendo para épocas mais antigas, o envolvimento dos portugueses no comércio levantino, à volta da Ordem de S. João de Jerusalém e num contexto de corso e pirataria parece datar do século XV. Aproveitemos então para dissipar uma confusão: contrariamente ao que foi escrito e repetido por autores como Vitorino Magalhães Godinho, a documentação coeva europeia não atesta de uma presença dos mercadores portugueses nas Feira de Salónica em 1150: tal informação foi apenas o resultado da extrapolação de uma passagem da crónica grega de Chalcondyle (em que se fala unicamente de mercadores castelhanos e não portugueses). Na origem da confusão esteve uma menção do clássico escrito de Wilhelm von Heyd, *Histoire du commerce du Levant au Moyen-Âge*⁴⁷, relatando por sua vez uma passagem da crónica bizantina de Timarion, autor satírico da primeira metade do século XII⁴⁸. Uma leitura pouco rigorosa deste último pôde levar a pensar que a célebre feira de Salónica acolhia por vezes portugueses. Por seu lado, Benjamim de Tudela (c.1130-1173), ao falar de Constantinopla no seu *Sefer Ha-Masa'ot* assinala a presença de mercadores “de Espanha” na cidade, mas não menciona especificamente portugueses⁴⁹. A questão complica-se quando nomeia as comunidades mercantis cristãs e muçulmanas em Alexandria, pois a lista que fornece, já originalmente bastante estropiada, nem sempre foi bem traduzida do hebreu, tendo os sucessivos tradutores e editores conjecturado sobre a identificação de certos termos da onomástica. Assim, aparece na sua lista a menção “Algarve”, entre a da Andaluzia e a

⁴⁶ SANUTO (1879-1903), III, 138 e 165, citado por Jean AUBIN, *Le latin et l'astrolabe. Etudes inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, vol. III, Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz, Françoise Aubin (eds.), Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, p. 466.

⁴⁷ Veja-se Wilhelm von HEYD, *Histoire du commerce du Levant au Moyen-Âge*, vol. I., Leipzig, O. Harrassowitz, 1885, p. 244, n°5 e p. 264.

⁴⁸ Sobre Timarion, ver Barry BALDWIN, *Timarion. Translated with Introduction and Commentary (Byzantine Texts in Translation)*, Detroit, Wayne State University Press, 1984; *La satira bizantina dei secoli XI-XV*, Roberto Romano (ed.), Torino, Unione tipografica editrice torinese, coll. Classici Greci, 1999, *passim*.

⁴⁹ *Voyages de rabbin Benjamin, fils de Jonas de Tudèle, en Europe, en Asie & en Afrique, depuis l'Espagne jusque à la Chine: où l'on trouve plusieurs choses remarquables concernant l'Histoire & la Géographie e & particulièrement l'état des Juifs au douzième siècle/trad. De l'hébreu & enrichis de notes e& dissertations historiques & critiques sur ces Voyages*, J. P. Baratier (ed.), A Amsterdam: aux dépens de la Compagnie, 1734, p. 46. Veja-se também D. BALOUP, D. BRAMOULLE, B. DOUMERC, B. JOUDIQU, *Les mondes méditerranéens au Moyen Age*, Paris, Armand Colin, 2018.

de África (o que denota sem dúvida uma certa lógica geográfica) mas a tradução hebraica da palavra é duvidosa⁵⁰.

O que é indiscutível é que na segunda metade do século XV os portugueses demandavam cada vez mais o Levante; as intensas relações com as cidades portuárias italianas, que se posicionaram como elos das ramificações comerciais entre as duas extremidades do Mediterrâneo explicam de imediato esta presença⁵¹. Para além de aspectos nomeadamente económicos, políticos e diplomáticos já estudados nos trabalhos de Virgínia Rau⁵², de Luís Adão da Fonseca⁵³ ou de Filipe Themudo Barata⁵⁴, a presença portuguesa deve ser avaliada no contexto de crise financeira que sacudiu as casas bancárias de Veneza e Pisa nos finais do século XV,⁵⁵ e de crise política no Mediterrâneo oriental, no momento em que o sultanato mameluco estava em vias de perder o controlo dos mares levantinos em favor dos otomanos. Os portugueses, como aliás outros europeus já mencionados (biscaínhos, aragoneses, catalães, etc.) aproveitaram habilmente este momento de transição e o relativo “espaço” de manobra a que deu origem. A Ordem de S. João de Jerusalém fez inclusivamente apelo a estes indivíduos, com o intuito de reforçar o controlo da fronteira marítima mediterrânica⁵⁶.

Naturalmente, os testemunhos do comércio português são por conseguinte mais abundantes para a segunda metade do século. Os portugueses vinham vender ao Levante sal, peixe seco, couros, em troca de trigo, especiarias orientais e tecidos⁵⁷. Veja-se o caso do estribeiro-mor de D. João II, D. Álvaro da Cunha, que em 1492 fretava uma bem artilhada *nau* de 1000 *tonéis*, com muitas bombardas

⁵⁰ *Voyages* (1734), 236-237. Segundo Adler, a palavra de origem seria “Al-Ervah” (significando “nu”) mas o termo pode ter resultado também de uma corrupção nas sucessivas cópias (e em sentido inverso) do termo “al-Gharb”. Veja-se DIFFIE (1989), 85, nota 3.

⁵¹ Quadro das fontes indicando as embarcações portuguesas demandando o Mediterrâneo entre 1440 e 1498 em Paula LIMÃO, *Portugal e o Império turco na área do Mediterrâneo: século XV*, vol. I, Dissertação de Mestrado Lisboa, Universidade de Lisboa, 1994, pp. 168-171; RAU (1973), 14-16.

⁵² Vejam-se sobre relações económicas, os clássicos trabalhos de Virgínia RAU e Jorge Borges de MACEDO, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV: problemas de produção e comércio*, Funchal, Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962, e ainda apenas de RAU (1973), 3-31.

⁵³ Luís Adão da FONSECA, “Le Portugal et la Méditerranée au XVe siècle”, *Le Portugal et la Méditerranée, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian* XLIII (2002), pp. 3-34.

⁵⁴ Filipe Themudo BARATA, “Vers l’Atlantique: quand le Portugal s’éloigne de la Méditerranée”, *Le Portugal et la Méditerranée, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, XLIII (2002), pp. 35-59.

⁵⁵ Frederic C. LANE, “Venetian Bankers, 1496-1533: A Study in the Early Stages of Deposit Banking”, *Journal of Political Economy*, 45, 2 (Apr., 1937), pp. 187-206.

⁵⁶ Dejanirah COUTO, “Au-delà des frontières: réseaux d’espionnage portugais dans le Levant méditerranéen et dans l’océan Indien au XVI^e siècle”, in *La frontière méditerranéenne du 15^e au 17^e siècle: échanges, circulations et affrontements*, Bernard Heyberger e Albrecht Fuess (eds.), Turnhout, Brepols, 2014, pp. 233-252.

⁵⁷ E também, curiosamente, pedras semi-preciosas originárias de Trás-os-Montes, a serem lapidadas em Veneza: Aires Augusto do NASCIMENTO, *Livro de Arautos: de ministerio armorum, script. anno MCCCCXVI, ms. lat. 28, J. Rylands Library (Manchester): estudo codicológico, histórico, literário, linguístico, texto crítico e tradução*, Lisboa, s. n., 1977, p. 254.

grossas, a mandado de D. João II, com carga para o Levante⁵⁸. Em 1489-1495 a nau Santa Maria da Nazaré realizou quatro viagens devidamente assinaladas ao Levante⁵⁹.

Como se sabe, nos finais do século XV, o açúcar da Madeira tornou-se um produto importante no consumo mediterrânico⁶⁰, dando mais-valia aos negócios dos mercadores portugueses e estrangeiros; D. João II serviu-se do açúcar para comprar armas em Itália, mas o soberano importava também daí tecidos de luxo (brocados e sedas)⁶¹. O interesse da feitoria de Orão – assinalada entre 1483 e 1487 através da carta de quitação de Rui Fernandes de Almada (4 Fevereiro de 1502) – é a compreender neste contexto geral de comércio mediterrânico, fazendo coabitar artigos de grande luxo e produtos que, apesar de serem ainda raros, estavam em vias de se tornar de consumo generalizado. Infelizmente, Robert Ricard apenas republicou em 1955⁶² a lista dos produtos aí comerciados (lista que já havia sido publicada por Braamcamp Freire no *Archivo Historico Portuguez*)⁶³ com um curto comentário, sublinhando principalmente a ligação de Orão com o comércio sudanês. O açúcar não é nomeado na lista (em que abundam os tecidos, mas também as especiarias), mas a questão do seu comércio e do modo como este se escoava através das diversas escápulas mediterrânicas volta a pôr-se. Pelo que foi possível apurar até agora (uma vez mais a partir do estudo de Braamcamp Freire), D. Manuel estabeleceu (ou restabeleceu) em 1499 uma feitoria na ilha de Chios, onde encontramos dois agentes: o feitor Diogo Machado (que veio a falecer na ilha) e o escrivão (escudeiro) Lançarote Alvarez. A este veio juntar-se Gaspar Pereira, moço de câmara enviado a Chios (e possivelmente a Istambul) em 1499 com uma carta de câmbio do soberano no valor de cem cruzados. As despesas da viagem marítima de Lisboa a Chios orçaram em dez mil reais (Gaspar Pereira era acompanhado do reposteiro António do Porto). Pereira recebeu a soma de setecentos e quarenta e seis ducados e um quinto na feitoria, benefício de vendas previamente efectuadas pelo feitor; a estes adicionou cinquenta e nove ducados, resultado das suas próprias transacções de peças de tecido adquiridos no Levante

⁵⁸ Garcia de RESENDE, *Crónica de dom João II e Miscellânea*, Joaquim Veríssimo Serrão (ed.) Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, cap. CXLVII, p. 214.

⁵⁹ LIMÃO (1994), 171, citando AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 27, n. 2.

⁶⁰ Veja-se o comentário de FONSECA (2002), 31, citando Braudel: “le sucre et la légèreté des navires expliquent le succès du Portugal bien avant le périple de Vasco da Gama”.

⁶¹ RESENDE (1973), CXVII, 157-158.

⁶² Robert RICARD, “La factorerie portugaise d’Oran (1483-1487)”, in *Études sur l’histoire des Portugais au Maroc*, Robert Ricard (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, pp. 193-201. Veja-se também AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 6, fol. 8 no que diz respeito ao cargo da feitoria de Orão, assim como Maria do Rosário de Sampaio Themudo BARATA, Rui Fernandes de Almada. *Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, vol. I, p. 4.

⁶³ Anselmo Braamcamp FREIRE, “Cartas de quitação del Rei Dom Manuel”, *Archivo histórico Portuguez*, V (1907), pp. 324-325 (doc. 561).

(onze chamalotes); de Chio (e de Istambul?) trouxe igualmente uma peça de sina-bafo, vinte e oito peças de chamalote, duas peças de turbantes (e uma de cotonia) assim como sete quintais e cinquenta e nove “rotolos”⁶⁴ de goma laca (*alauar*)⁶⁵.

Não se conhecem porém os pormenores da transação dos açúcares que seguiram para Chios/Istambul e de que modo estes funcionários da Coroa estiveram envolvidos. Sabemos que em Agosto de 1498 se fixou a quantidade de açúcar para exportação destinada a “Chio e Constantinopla”, ou seja, 15.000 *arrobas* (225.000 kg), sem que saibamos que quantidade de açúcar foi efectivamente exportada para a capital do Bósforo ou outras cidades do império, se o número se refere a um valor anual (e de que ano(s)?), ou se se tratou um número total, estimativa de várias vendas em anos diferentes⁶⁶. Quanto ao transporte do açúcar para terras imperiais, foi provavelmente deixado a cargo dos genoveses de Chios, cujas redes, activas no império otomano, se organizavam a partir do bairro istambulota de Pera/Galata⁶⁷.

Livro de Arautos

Em todo o caso, o anónimo *Livro de arautos (De Ministerium armorum)*, datado do século XV (1416?) no estudo de cariz linguístico publicado por Aires Augusto do Nascimento⁶⁸ reflete inteiramente o clima da fronteira levantina em que os contactos interpessoais e a sedimentação de imagens recíprocas se foi realizan-

⁶⁴ Peso egípcio equivalente a quase meio quilograma, segundo António Morais da SILVA, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. IX, Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado (eds.), Lisboa, Editorial Confluência, 1956, p. 713.

⁶⁵ FREIRE (1904), II, 429 (doc. 269). O documento, assinado por Gil Alvarez, data de 14.III.1499 (*Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 16, fol. 25, *Liv. de Extras*, fol. 7). Não é certo que Gaspar Pereira tenha estado em Istambul, pois o documento poderá tanto indicar Istambul/Constantinopla como referência geográfica para situar Chios, como a cidade/ilha em si mesma: “Mandámos ora tomar conta a Gaspar Pereira, nosso moço de camara, de todollos dinheiros e cousas nossas que recebeu em Xio (*Chio*), em Constantinopla, onde o enviamos por cousa do nosso serviço”.

⁶⁶ A *arropa* valendo 15 kg. Veja-se o quadro em LIMÃO (1994), 148, nota 29 (Arquivo da Câmara Municipal do Funchal, t. 1, fol.70). Ainda que modesto (a quantidade de exportação para a Flandres atingia 40.000 *arrobas*), o número era igual ao da exportação para Veneza e superior ao de Génova (13.000 *arrobas*). Sobre o comércio mediterrânico do açúcar, Muhammad OUFELLIL, *Le sucre: Production, commercialisation et usages dans la Méditerranée médiévale*, Leiden, Brill, 2008, *passim*.

⁶⁷ Todavia, como se sabe, as redes eram mistas: como sublinhou Francisco Apellániz, no século XV, e para citar apenas um exemplo, os florentinos usaram por vezes a identidade genovesa ou pisana, aceitando a jurisdição de outros consules não florentinos: Francisco APELLÁNIZ, “Florentine Networks in the Middle East in the Early Renaissance”, *Mediterranean Historical Review*, 30/2 (2015), p. 126. Sobre os privilégios dados aos mercadores italianos para a exportação de açúcares veja-se LIMÃO (1994), 145-150, e RAU, MACEDO (1962), 30-32.

⁶⁸ NASCIMENTO (1977) atrás citado. A edição referida é agora completada pelo estudo de Maria Alice Pereira SANTOS, *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Arautos*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2008.

do paulatinamente entre curso, comércio e peregrinação. Se foi efectivamente escrito por um “arauto”, um emissário diplomático real, coaduna-se também perfeitamente com os itinerários dos cavaleiros portugueses da Ordem de S. João de Jerusalém na região, podendo igualmente entrar na categoria de “guia” destinado aos peregrinos e viajantes que circulavam nomeadamente entre a Itália (Roma e outras cidades da Península Itálica) e a Terra Santa, mas que provinham também da Península Ibérica ou dos territórios da Europa central não incorporados no império otomano. Descreve com efeito, baseado numa hierarquia muito selectiva, diversas regiões da Europa, nomeadamente a Itália e a Península Ibérica, mas dá destaque à Hungria e à Polónia. Consagra extensa informação ao mundo greco-bizantino; e se a avaliação das distâncias não é constante, ela é de norma logo que aborda o mundo insular, Chipre, Rodes e ilhas do Mar Egeu, assim como a Sicília, mapeando em grande pormenor os portos, rotas, morfologias do terreno, aglomerações e pontos de referência para capitães de embarcações, como aliás o faziam os textos-portulanos tardo-medievais, ou seja, os *isolarios* ou “livros das ilhas”, surgidos na sequência de uma cultura urbana ligada a um melhor controlo do espaço⁶⁹.

Se o texto oferece uma imagem da Europa seguindo rigorosamente os *topoi* da literatura de viagens da época (perfil político dos estados, suas riquezas e recursos naturais, descrições etnológicas das populações, digressões sobre o “estranho” e o “maravilhoso” *‘ajā’ib*)⁷⁰, que denotam alguma influência muçulmana ligada ao cosmopolitismo da fronteira mediterrânica, não deixa de ser muito relevante o conhecimento aprofundado que revela dos itinerários marítimos levantinos, remetendo sem dúvida para um relatório de informação diplomática mas ainda mais fortemente para um contexto de comércio insular denotando práticas de navegação ancestral ligadas prioritariamente ao comércio de cabotagem no Mediterrâneo oriental.

⁶⁹ Emmanuelle VAGNON, *Cartographie et représentations de l’Orient méditerranéen en Occident (du milieu du XIII^e à la fin du XV^e siècle)*, Turnhout, Brepols, 2013, *passim*; Sonja BRENTJES, “Medieval Portolan Charts as Documents of shared Cultural Spaces”, in *Acteurs des transferts culturels en Méditerranée médiévale*, R. Abdellatif, Y. Benhima, D. König, E. Ruchaud (eds.), Munich, Oldenbourg, 2012, pp. 135-146; Ramon PUJADES I BATTALER, *Les Cartes portolanes. La representació medieval d’una mar solcada*, Barcelone, Institut Cartogràfic de Catalunya, 2007; Philip E. STEINBERG, “Insularity, Sovereignty and Statehood: the Representation of Islands on Portolan Charts and the Construction of the Territorial State”, *Geografiska Annaler*, 87/4 (2005), pp. 253-265; Inácio GUERREIRO, “Tradição e modernidade nos *Isolarios* ou “Livros de Ilhas” dos séculos XV e XVI”, *Oceanos*, 46 (2001), pp. 28-40.

⁷⁰ Patrick Gautier DALCHÉ, *Carte maritime et portulan au XIII^e siècle*, Paris, École Française de Rome, 1995, p. 19; sobre os *‘ajā’ib*, Persis BERLEKAMP, *Wonder, Image, and Cosmos in Medieval Islam*, New Haven, Conn., London, Yale University Press, 2011, *passim*.

Comércio, corso e pirataria no Levante mediterrânico no início de Quinhentos

As actividades referidas conheceram um increment no início do século XVI, com o agravamento da crise levantina entre mamelucos e otomanos. O abandono da vigilância das rotas marítimas entre o Egipto e a Síria pelos mamelucos, levou a que os corsários mediterrânicos se tornassem mais audazes, abrindo *in fine* ainda mais espaço marítimo para os portugueses; são conhecidas as razias (entre 1504 e 1512) do famoso corsário rodiota Nicolau Santurini, que depois da queda de Rodes em 1522 entrou ao serviço de Solimão, o *Magnífico*⁷¹. Por seu lado, em 1502, os corsários portugueses (avaliados em torno de uma dezena) escumavam as águas de Chipre, atacando, possivelmente entre outros, um navio egípcio de Damietta. Em Setembro do mesmo ano preparavam-se para atacar duas naus, uma genovesa e outra francesa, que tinham feito escala em Famagusta, e que frequentavam a rota marítima entre a costa magrebina e Alexandria⁷². Enviado para Rodes, o espólio de um certo Frei Alonso, capitão de um galeão, acabou confiscado pela Ordem de S. João de Jerusalém⁷³.

Em novembro de 1502, o embaixador de Veneza em Rodes interveio junto do Grão-Mestre da Ordem de S. João de Jerusalém para indemnizar os venezianos de que o carregamento fora confiscado por um corsário português⁷⁴. Um dos mais destacados corsários portugueses no Mediterrâneo do início de Quinhentos foi indiscutivelmente D. Diogo Fernandes de Almeida, o irmão de D. Francisco de Almeida. Nomeado capitão das galés ao “serviço da religião” em 1502, venceu em 1503 uma batalha naval de certa importância contra o temível corsário Kurtoğlu (ou Cortigoli), batalha referida por Leonardo Ca’Masser e por Isabel a Católica na sua correspondência⁷⁵. Sobre ele diz Ca’Masser que “*ando molto tempo in corso in Rodi e per tutto quello Levante*”. Distinguiu-se sobretudo durante o cerco de Rodes por Meshid Paşa em 1480⁷⁶, batalhando para que os Cavaleiros pudessem

⁷¹ Sobre este veja-se Giacomo BOSIO, *Dell’Istoria della sacra religione et ill.ma militia di San Giovanni Gerosolimitano*, vol.II, Roma, Guglielmo Facciotto, 1594-1602, p. 603; Jos MIZZI, *Catalogue of the Record of the Order of St John of Jerusalem in the Royal Malta Archives*, vol. II, Malta, Malta University Press, 1964-1970, t.1-8., p. 113 (1506), 125 (1509), 142 (1513).

⁷² AUBIN (2006), 466, citando SANUTO (1879-1903), IV, 486 [5 de Setembro de 1502].

⁷³ MIZZI (1964-1970), t.1, 127.

⁷⁴ SANUTO (1879-1903), IV, 679 [17 de Novembro de 1502].

⁷⁵ Em carta de Medina del Campo de 17 de Abril de 1504; veja-se AN/TT, CC I, 4,74, publicada por Antonio de la TORRE Y DEL CERRO e Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. III, Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963, pp.113-114.

⁷⁶ Nicolas VATIN, *Sultan Djem. Un prince ottoman dans l’Europe du XV^e siècle d’après deux sources contemporaines: Vâk.î’ât-ı Sultân Cem, Oeuvres de Guillaume Caoursin*, Ankara, Société Turque d’Histoire, Institut Français d’Études Anatoliennes, 1997, *passim*.

conservar, além da ilha, o domínio sobre a de Kos (Istanköy) situada em face desta, e sobre o porto de Halicarnasso (a actual Bodrum, onde o castelo marca ainda a presença da Ordem de S. João)⁷⁷. Algumas destes ataques foram assinados pelas fontes otomanas: por exemplo, segundo o *Şehzade Korkud* (filho do sultão Bâyezîd II), governador de Manisa e do norte do Egeu, no Verão de 1502 os portugueses capturaram uma *nave* otomana em águas egípcias⁷⁸. Por seu lado, em Setembro de 1504, três piratas de Rodes apoderam-se ao largo de Famagusta, numa *nave* genovesa de 12 *botte* que se dirigia de Trípoli da Síria a Alexandria com uma carga do sultão mameluco⁷⁹. Pouco defendida, a costa egípcia no sector de Damietta encontrou-se na linha de mira dos corsários em 1507 e 1508-1509⁸⁰. Os cavaleiros da Ordem de S. João foram igualmente activos no Mediterrâneo central, estendendo as abordagens às águas de Creta e da Sicília. Em Setembro de 1507, registou-se, nesta última zona, o ataque da “grande carraca de Rodes” à “grande nau magrebina”, transportando um importante carregamento; o valor deste aumentou com a captura de seiscentos prisioneiros, judeus e muçulmanos do Magrebe. Ibn Taghribirdî, o ministro do sultão mameluco Kânsawh al-Ghawrî, teve de se deslocar a Rodes em 1508 para negociar (em troca de especiarias e tecidos) a libertação dos prisioneiros. Os “cavaleiros da Religião” apoderaram-se também de três outras embarcações afretadas por mercadores norte-africanos no litoral de Chipre⁸¹. As presas permitiam-lhes continuar a manter os réditos de um comércio que vinha a florescer desde o século XV⁸². Em 1523, António Tenreiro declara no seu itinerário que o governo de Famagusta tinha duas ou três galeras que percorriam a costa de Chipre durante o Verão para impedir as razias dos corsários, prontos a capturar os habitantes ribeirinhos e a apoderar-se dos pro-

⁷⁷ Os cavaleiros dominavam a costa meridional do istmo de Cnide desde a ilha de Symi (Sömbeki), de Rodes, de Tilos (İleki) e de Nisiros (İncirli): Jean-Louis BACQUÉ-GRAMMONT, “Le château Saint Pierre de Bodrum et ses défenseurs à quatre pattes au temps des chevaliers de Rhodes”, *Antropozoologica* 43/2 (2008), p. 40.

⁷⁸ Relatório referido por Nabil AL-TIKRITI, “Ties that bind: an Ottoman Maritime Patron from the Mediterranean to the Indian Ocean”, *Seapower, Technology and Trade: Studies in Turkish Maritime History*, Dejanirah Couto, Feza Günergün, Maria Pia Pedani (eds.), Istanbul, Piri Reis University Publications, Denizler Kitabevi, 2014, p.18. O acontecimento é também referido por SANUTO (1879-1903), IV, 405-406, em carta, de Korkud ao Grão-Mestre de Rodes, do 6 de Julho de 1502.

⁷⁹ AUBIN (2006), 469-470.

⁸⁰ *Idem*, 469. Uma pequena fortaleza foi edificada em 1508-1509 em Tina/Tineh ao sudeste de Damietta: Stéphane PRADINES, “The Mamluk Fortifications of Egypt”, *Mamlük Studies Review*, vol. 19, 2016, pp. 57-110 (assim como fig.7, p. 95 e planta da fortificação, p. 94).

⁸¹ AUBIN (2006), 470. Sobre a situação de reféns, Adam KOSTO, *Hostages in the Middle Ages*, Oxford, Oxford University Press, 2012, *passim*.

⁸² Maria Elisa SOLDANI e Daniel Durán i DUELT, “Religion, Warfare and Business in Fifteenth-Century Rhodes”, in *Religion and Religious Institutions in the European Economy: 1000-1800*, F. Ammannati (ed.), Firenze, Firenze University Press, 2002, pp. 257-270.

duto locais, que apesar de parecerem modestos tinham o seu peso na economia mediterrânica: açúcar, linho, azeite, algodão, alfarroba e figos da barbaria⁸³.

Políticas reais e rivalidade luso-aragonesa no Mediterrâneo central

Este progressivo envolvimento português no Levante foi de algum modo politicamente formalizado por D. Manuel. Com efeito, em 12 de Novembro de 1499, respondeu favoravelmente ao apelo do Papa Alexandre VI no sentido de se organizar uma cruzada contra os otomanos, mas, como sabemos, sob certas condições: pretendeu que lhe fosse concedido o comando das operações e que fosse revertida à Coroa portuguesa uma parte (*terços*) dos proveitos do dízimo eclesiástico com vista ao financiamento dos preparativos militares lusitanos⁸⁴. A iniciativa fracassou e, como se sabe, D. Manuel acabou por investir em Marrocos. Mas apesar disso tentou reequilibrar as duas grandes orientações da sua política mediterrânica, ao menos ao nível das intenções: a ideia de assumir um comando militar no projecto marroquino em 1501, 1503, 1508 e 1517 não impediu igualmente o projecto de encabeçar a cruzada anti-otomana (em 1499, 1501, 1505 e 1516)⁸⁵. Na realidade, as ambições geoestratégicas de D. Manuel iam mais longe: a cláusula do seu contrato de casamento (12 Abril de 1500) com D. Maria, a filha dos Reis Católicos, solicitando a ajuda diplomática dos futuros sogros na nova cruzada anti-otomana (desta vez contra Selim I) inscrevia-se no contexto da *Renovatio Ecclesiae* (1498-1499), e implicava conceder aos portugueses uma liberdade de navegação nas zonas do Mediterrâneo dominado pela coroa de Aragão⁸⁶. Assim, a cruzada contra o otomano constituía um excelente pretexto, pois seria um meio de ganhar terreno e influência no Mediterrâneo central, desafiando assim a hegemonia político-económica da Coroa de Aragão. Em suma, em caso de sucesso, Portugal poderia vir a estender a sua influência nas regiões do litoral mediterrânico a Leste dos territórios marroquinos, onde a presença lusitana aspirava a enraizar-se desde o século XV. Apesar de se saber que negociar não se destina forçosamente a concluir a negociação, mas a manter um laço efectivo entre as potências negociadoras, a manobra era difícil, na medida em que pressupunha – para levar a cabo a cruzada anti-otomana – capacidades de negociação em frentes

⁸³ *Itinerários da Índia a Portugal por terra*, António Baião (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 276. Destruição de Limassol pelos corsários, *ibidem*, p. 286.

⁸⁴ AUBIN (2006), 130.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*, 131.

diplomáticas distintas⁸⁷, não renunciando D. Manuel à ideia de posseção de Fez e de praças fortes mediterrânicas⁸⁸.

Entretanto, a guerra veneto-otomana tinha-se reacendido violentamente em 1499 e Veneza procurou apoio em Portugal, enviando a Lisboa o seu embaixador Domenico Pisani (acompanhado pelo secretário Zuan Cretico)⁸⁹. O objectivo era desviar D. Manuel dos seus projectos marroquinos, e sobretudo da conquista de Fez, para que investisse mais no Levante e na cruzada contra a Sublime Porta. Podemos considerar que Veneza ganhou momentâneamente, pois a expedição de Julho de 1501 comandada por D. João de Meneses, conde de Tarouca, acompanhado de capitães prestigiosos e com grande experiência do mar⁹⁰, parecia com efeito destinada a reforçar o esforço militar veneziano no Levante. Mas o conde de Tarouca levava instruções secretas: a coberto de uma ajuda à Sereníssima com vista à cruzada contra o “Turco”, D. Manuel pretendia na realidade ocupar Orão e a sua ponta noroeste, Mars al-Kabîr. Do ponto de vista do intercâmbio comercial, o porto era sem dúvida importante, mas, após ter acolhido uma feitoria portuguesa no século XV, encontrava-se agora na esfera de influência dos Reis Católicos. Como se sabe, o episódio da pseudo (re)conquista de Orão terminou de maneira inglória para a esquadra portuguesa em Mars al-Kabîr (Julho de 1501). Devido aos ventos contrários e sobretudo a uma tática que não jogou com o efeito de surpresa (a frota fundeu longamente na enseada, subestimando a rapidez de mobilização das populações das montanhas que rodeavam o porto) os portugueses foram obrigados a retirar-se⁹¹. Do ponto de vista militar o insucesso deve ter sido dificilmente compreensível para os contemporâneos, pois a esquadra que fundeu ainda (Setembro de 1501) em Corfu, onde se encontravam as galeras da *Repubblica*, e voltou a Portugal em Dezembro do mesmo ano, impressionou os venezianos pela qualidade do seu armamento, como registado na carta de Mario Zen, provedor da cidade grega de Náuplia, na Moreia. Contava com “*navili piccolissimi*” do tipo dos navios adriáticos sem *schiba* (que da Eslovénia levavam vinhos a Veneza) mas transportavam “uma incrível quantidade de artellharia a bordo, os mais peque-

⁸⁷ Sobre a ofensiva diplomática de D. Manuel em direcção de Henrique VII Tudor e de Fernando, o Católico, assim como sobre a crise de sucessão de Castela, *ibidem*, 230-242.

⁸⁸ Veja-se a análise pertinente de Bernard ROSENBERGER, *Le Maroc au XVI^e siècle. Au seuil de la modernité*, Casablanca, Fondation des Trois Cultures, 2008, pp. 65-82.

⁸⁹ Domenico Pisani tinha sido nomeado em 1500 *orator* de Veneza em Espanha. Mateo “il Cretico” ensinara retórica grega na Universidade de Pádua. Pisani foi também acompanhado por um outro secretário, Angelo Tervisani di Bernardini. Sobre a complexidade da missão, AUBIN (2006), 132-137. Um outro orator, Pietro Pasqualigo, foi nomeado na sucessão de Pisani no Verão de 1501.

⁹⁰ Miguel Corte-Real, Tristão da Cunha, Pero de Anhaya, Cid Barbudo, Gaspar Jusarte, D. Duarte de Meneses: veja-se AUBIN (2006), 138-139.

⁹¹ Análise da expedição em Vasco RESENDE, “A Armada de socorro aos Venezianos (1501) e o interesse português pelo Mediterrâneo no princípio do século XVI”, *Clio* 10 (1994), pp. 65-78 e 67-69 em particular; AUBIN (2006), 140-143.

nos chegando a levar três bombardas grossas e muita artilharia miúda⁹². Como quer que seja, apesar do contexto difícil em que se encontrava (crise de sucessão em 1506, rivalidade hispano-francesa), o Rei Católico (Isabel tinha falecido em 1504) não tardou em travar as ambições centro-mediterrânicas de D. Manuel e fez ocupar Mars al-Kabir em Setembro de 1505, Melilla em Abril de 1506 e Orão em 18 de Maio de 1509⁹³.

Num tal contexto político, uma das questões que se põem é a de tentar apreender as intenções de D. Manuel em relação a Orão. Terá pensado em reactivar a feitoria portuguesa, de que não temos notícia depois de 1487, mas que, segundo o feitor Rui Fernandes de Almada, rendera entre 1483 e 1487 31.773 dobras?⁹⁴ A presença (na esquadra de D. João de Menezes) de Tristão da Cunha, cuja competência em matéria comercial era indiscutível, poderia ser um argumento a favor da intenção do monarca em reabrir a citada feitoria⁹⁵. Não é, pois, de excluir que tenha realmente pensado em estabelecer uma base a leste de Melilla, de maneira a assegurar uma presença portuguesa no Mediterrâneo central, em plena zona de influência dos Reis Católicos – Fernando reinava também, lembremos, sobre o reino de Nápoles e da Sicília. Por outro lado, nesta conjuntura diplomática complexa, Orão, e a sua extensão geográfica, a ponta de Mars al-Kabir, possuía alguns requisitos naturais para receber uma base naval portuguesa⁹⁶. Esta destinar-se-ia principalmente ao combate contra os corsários otomanos e barbarescos, que assolavam indiscriminadamente tanto o Oeste como o Leste da bacia mediterrânica; ligada ao tráfico caravaneiro proveniente do *hinterland* africano, poderia também desempenhar um papel significativo no comércio do Mediterrâneo central (e por extensão, no oriental). O complicado plano de D. Manuel falhou, mas nem tudo se perdeu. No rescaldo da malograda expedição, alguns capitães portugueses dedicaram-se rapidamente ao curso: assim, uma carraca genovesa, a *Giustiniana*, e um bregantim afretados por mercadores muçulmanos, que fazia a ligação entre o Egipto e a costa do Magrebe, foram abordados por portugueses. A carga foi confiscada e o bregantim apresado⁹⁷. Quanto aos tripulantes e aos passageiros, foram reduzidos à escravatura. A viagem de retorno de D. João a Portugal permitiu ainda uma outra operação corsária de envergadura, de que foram vítimas desta

⁹² SANUTO (1879-1903), IV, 166 citado por AUBIN (2006), 142-143.

⁹³ Sobre a questão, veja-se *Las campañas de Oran 1509-2009: estudios en homenaje a Fatma Benhamamouche*, Ismet Terki-Hassaine, Emilio Sola Castaño, Alejandro R. Díez Torre e Manuel Casado Arboniés (eds.), Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 2012, *passim*.

⁹⁴ Documento publicado por FREIRE (1907), doc. 561.

⁹⁵ AUBIN (2006), 142.

⁹⁶ As condições naturais, já elogiadas pelos geógrafos árabes medievais (Idrisi, Al-Bakri) são salientadas por RESENDE (1994), 69.

⁹⁷ *Biblioteca Nacional da Ajuda*, Ms. 50-V-21, fol. 25vº; RESENDE (1994), 68.

vez os navios que ligavam Almeria a Orão – uma rota marítima enfiada e pouco comum, que no entanto se explica pela necessidade de evitar as galeras do corsário otomano Kemal Re'is, que escumava as águas à volta de Almeria.

D. Manuel e a “base” de Rodes

Uma vez falhada a tomada de Orão e de Mars al-Kabîr em 1501, e num contexto de rivalidade com Fernando de Aragão, que possibilidades se ofereciam então a D. Manuel de abrir um espaço no Mediterrâneo central e manter uma presença no Levante? Restava-lhe Rodes e a Ordem de S. João de Jerusalém. Para além do prestígio militar e religioso da Ordem, que recolhia os frutos de um combate efetivo contra o sultanato mameluco e a Porta Otomana, Rodes – que se situava junto da costa da Ásia Menor e não muito longe da costa egípcia – reunia, muito mais do que Orão, as condições ideais para se tornar de algum modo o “substituto da base naval” que os portugueses ambicionavam e não possuíam no Mediterrâneo Oriental. Poderia também vir a ser uma peça importante no dispositivo, visando a realização da cruzada europeia – que incluía (com múltiplas variantes ao longo do século XVI) uma partilha do Médio Oriente em três zonas, a atribuir a Portugal, Espanha e Inglaterra – de maneira muito mais eficaz do que as inúmeras negociações, coligações e alianças entre o Papado e os “príncipes da Cristandade”, em que o combate contra os otomanos servia ocasionalmente para camuflar interesses variados de política interna.

Apresentava-se igualmente como um excelente posto de observação dos movimentos militares das potências muçulmanas levantinas, ou seja, dos egípcios e dos otomanos. Encravada num mar “islâmico” (tal como a ilha de Ormuz), comandava as ilhas do “golfo da România”, de que muitas delas eram todavia habitadas por populações cristãs; o anónimo autor do *Livro de Aautos* extasiava-se aliás sobre o seu número, declarando que “(...) por mim creio que não há parte nenhuma do mundo onde, em igual espaço de mar, se encontrem tantas ilhas (...)”⁹⁸. Esta base estratégica permitia vigiar a entrada dos mamelucos no Índico através do Mar Vermelho, mas também observar de perto a inquietante progressão dos otomanos na Síria-Palestina, pois, como informava ainda o *Livro de Aautos*, “Nesta zona de mar tem uma extensão de quinhentas e setenta milhas desde a Turquia até à Berberia”⁹⁹.

⁹⁸ NASCIMENTO (1977), 294.

⁹⁹ *Ibidem*.

Um instrumento da política manuelina em Rodes: Frei André do Amaral

Com efeito, assumindo o papel de canal informativo, Rodes revelou-se útil para D. Manuel, que encontrou em Frei André do Amaral, o chefe eficaz de uma rede de espionagem no Levante, capaz de seguir com eficácia os acontecimentos político-militares no sultanato mameluco e no império otomano. Amaral tornou-se, durante o mandato do Grão-Mestre Emery d'Amboise (1503-1512), um dos cavaleiros influentes da Ordem¹⁰⁰. Nascido na pequena nobreza do centro de Portugal, e mais precisamente na Beira Alta, em Oliveira do Hospital,¹⁰¹ ascendeu progressivamente a uma posição de destaque no interior da hierarquia; em 1480 encontrava-se já em Rodes, embora não tenhamos informação de aí se encontrar durante o cerco otomano (Maio-Agosto de 1480). Em 1503 foi eleito *conservator generalis communis thesauri*, e recebeu o comando de “três galés da Religião”, de uma *fusta* e três bergantins¹⁰². Não é fácil determinar o início das suas actividades corsárias, mas em 1503 (?) um relatório árabe enviado ao já referido príncipe (*Şehzade*) Korkud, filho de Bāyazīd II, dá-nos alguma informação sobre ele¹⁰³. Em 1504, Amaral dispunha de um galeão, e em 1507, recebeu autorização de armar um galeão e uma galé para ir às presas no sector de Kastellórizzo¹⁰⁴ e do canal de Kos¹⁰⁵. Um breve do Papa Júlio II (de 27 de Outubro de 1508) distinguindo os cavaleiros portugueses da Ordem, sublinha o seu papel destacado “na defesa da fé católica”¹⁰⁶. Elevado a grão-chanceler em Março de 1511, um cargo concedido

¹⁰⁰ Dedicamos um estudo mais aprofundado à acção de Frei André do Amaral num artigo que se encontra já no prelo e de que retomamos aqui alguns aspectos: Dejanirah COUTO, “‘The affairs of the Turks are growing strongly’: The Portuguese, the Mameluks, the Ottomans and the Indian Ocean issues (1505-1517)”, in *1516: The Year that changed the Middle East and the World*, Mehmet Ali Neyzi e Abdulrahim Abu-Huseyn (eds.), Beyrouth, American University of Beyrouth, 2020.

¹⁰¹ COSTA (1999/2000), 286-288; Manuel Rosado Marques de Camões e VASCONCELOS, “Subsídios para a genealogia de Frei André do Amaral, de Touriz”, Separata do *Arquivo histórico de Portugal*, V (1947), pp. 361-365; António Maria Seabra de ALBUQUERQUE, “Fr. André do Amaral, Bailio da Ordem de Rodes”, *O Instituto*, XXXI (1884), pp. 535-540 e XXXIII (1885), pp. 193-204.

¹⁰² Paula Maria de Carvalho Pinto COSTA, “O poder régio e os Hospitalários na época de D. Manuel”, *Revista camoniana*, 3ª Série, vol. 15, Bauru/S. Paulo, Universidade do Sagrado Coração, 2004, p. 257, assim como AN/TT, CC I, 4, 74 e CCII, 7, 56. Tornou-se capitão em 1503 e não em 1510, como escrevemos previamente: COUTO (2014), 246, nota 52.

¹⁰³ AL-TIKRITI (2014), 18: (Korkud) “became of the primary imperial backers of *ghazā*’ activities through the Eastern Mediterranean”, ou seja um protector dos corsários otomanos (ou ao serviço da Porta) no Mediterrâneo. Veja-se também AUBIN (2006), 469.

¹⁰⁴ Daniel Durán i DUELT, *Kastellórizo, une isla griega bajo dominio de Alfonso el Magnanimo, 1450-1458*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Institución Milá y Fontanals, 2003, *passim*.

¹⁰⁵ Entre 1480 e 1522, a Ordem tinha por missão controlar a pirataria e proteger certas zonas, sobretudo durante a vigência das tréguas (veja-se a área entre Kastellorizo e Patmos). Em 1466, a fim de proteger o comércio marítimo, os navios de que os capitães não pertenciam à Ordem não tinham autorização de saquear no canal de Chio: Nicolas VATIN, “Rhodes”, in *Dictionnaire de l’Empire ottoman*, François Georgeon, Nicolas Vatin, Gilles Veinstein, Elisabetta Borromeo (eds.), Paris, Arthème Fayard, 2015, p. 39.

¹⁰⁶ *Archivio Vaticano*, Roma, *Armarium* XXXIX, 28, fol. 565-565v°.

geralmente aos membros da *Langue* de Castela, Leão e Portugal,¹⁰⁷ foi nomeado para o conselho real em 7 de Fevereiro de 1514¹⁰⁸.

Amaral repatriou assim para Kastellorizo “duzentos cativos cristãos na Turquia”¹⁰⁹, com informação sobre a revolta dos Takkalu, liderada pelo *kızılbaş* Karabıyıklıoğlu Hasan Halife (ŞahKulu) em 9 de Abril de 1511¹¹⁰. A notícia, de considerável importância, que informava sobre a tentativa chiita de destabilizar a Anatólia otomana (num contexto de conflito religioso entre os otomanos e a Pérsia safávida de Shâh Isma‘îl) foi imediatamente registada em Rodes em Maio do mesmo ano e enviada para Portugal. Apesar de naturais discrepâncias no número de combatentes de ambos os lados,¹¹¹ as informações eram bastante correctas no que diz respeito ao controlo do Teke e das cidades costeiras da Anatólia do Sul (Antalya) pelas forças fiéis a ŞahKulu (Junho e Julho de 1511). A mesma notícia registava igualmente a derrota do *Beylerbeyi* da Anatólia, Karagöz Paşa, o envio do príncipe (*Şehzâde*) Ahmed e do grão-vizir Hâdım ‘Alî Paşa (*Constantim Bacaa*) para controlar os rebeldes, referindo ao mesmo tempo – pormenor interessante – o apoio logístico da Ordem de S. João de Jerusalém aos *kızılbaş* chiitas de ŞahKulu¹¹². A rede de Amaral (animada por vários indivíduos, entre os quais Frei Diogo de Montemor)¹¹³ foi também informando D. Manuel dos movimentos de Álvaro Vaz, o antigo tesoureiro da feitoria de Antuérpia, que havia desertado e entrado ao serviço de Kaşawh-al-Ghuri em 1509¹¹⁴. Graças aos seus abades, o Mosteiro de Santa Catarina do Monte Sinai servia igualmente de etapa de transmissão das notícias do Levante, pois estas eram enviadas por diversas vias a

¹⁰⁷ Lembremos que a Ordem se dividia em várias “línguas” (*langues*) ou “nações”: Provença, Auvergne, França, Itália, Castela-Leão-Portugal, Aragão-Catalunha-Navarra (depois de 1462), “Alemanha” (que incluía a Hungria e a Polónia) e Inglaterra: Nicolas VATIN, “L’Ordre” in *DICTIONNAIRE* (2015), 42; AUBIN (2006), 465, n. 1.

¹⁰⁸ *Carta de privilégio* em AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv.11, fol.6 [Almeirim, 7 de Fevereiro de 1514], transcrita por António Manuel Clemente LÁZARO, *O grande lagarto: o Mar Vermelho nos primórdios da presença portuguesa no Oceano Índico (1487-1521)*, Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2006, pp. 548-549, doc. 28.

¹⁰⁹ *Cópia de uma outra carta com notícias do Mediterrâneo Oriental, mais concretamente, da Pérsia e do Império Otomano*, AN/TT, *Fundo Geral*, ms. 7638, fols. 134-135 [Rodes, 25 de Agosto de 1511].

¹¹⁰ FINKEL (2005), 98-100; HISTOIRE (1989), 115-116; veja-se também Ahmed Yaşar OCAK, “ŞahKulu” in *DICTIONNAIRE* (2015), 1038-1039.

¹¹¹ Bâyezîd teria enviado 34.000 homens (20.000 e mais tarde 14.000) e Hadım ‘Alî Paşa teria obtido 50.000 soldados. ŞahKulu comandaria 30.000 *kızılbaş* (*Cópia de uma carta*, fol. 134-135). As forças militares de ŞahKulu foram avaliadas em 15.000 homens, *DICTIONNAIRE* (2015), 1038-1039.

¹¹² Este episódio refere-se aos contactos informais e secretos entre a Ordem de S. João de Jerusalém e Shâh Isma‘îl. Sobre a questão veja-se Jean-Louis BACQUÉ-GRAMMONT, *Les Ottomans, les Safavides et leurs voisins: contribution à l’histoire des relations internationales dans l’Orient islamique de 1514 à 1524*, vol. I, Istanbul, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut, 1987, pp. 140-143.

¹¹³ Algumas cartas de Rodes levaram cerca de três anos para chegar a Portugal: veja-se a de André do Amaral a D. Manuel [Rodes, 29 de Março de 1512], AN/TT, CC I,11,47, fol. 1-1v.º

¹¹⁴ Sobre aspectos mais pormenorizados do funcionamento da rede, COUTO (2014), 245-248.

Rodes. A tradução de uma carta do abade deste mosteiro, enviada em 10 de Junho de 1510 ao Grão-Mestre da Ordem, evidencia claramente estas estreitas ligações¹¹⁵.

Ainda que, como dissemos, as notícias pela via de Rodes nem sempre fossem exactas, o certo é que ajudaram o soberano português e os seus íntimos colaboradores em Portugal a ter uma representação mais concreta da fronteira do Levante mediterrânico e dos acontecimentos que nela se desenrolavam. Deverá também acrescentar-se que embora a participação de D. Manuel na cruzada mediterrânica não tivesse tido efeito¹¹⁶, o certo é que em 1510-1511, os portugueses desempenharam, ainda que indirectamente, um papel significativo nos acontecimentos políticos e militares que aí tiveram lugar nas primeiras décadas do século XVI.

Com efeito, foi André do Amaral que desbaratou em 1510 a esquadra de *Ḳānšawḥ al-Ghurī*, no Golfo de *Ayāz*, uma derrota com consequências significativas na balança geopolítica do Mediterrâneo oriental. Após o fracasso da primeira expedição mameluca de 1508 contra Diu, *Ḳānšawḥ* começou a preparar uma segunda, com auxílio dos venezianos e dos otomanos, mas Amaral, graças à sua rede de espionagem levantina, foi rapidamente informado dos preparativos. Instigador, junto de D. Manuel, de uma reacção rápida contra os mamelucos, antecipou a manobra do sultão, tomou o comando da frota de Rodes, afastando brutalmente o Grão-Mestre em exercício, Villiers de l'Isle-Adam¹¹⁷. A 23 de Agosto de 1510, as forças navais mamelucas foram incendiadas e totalmente destruídas na batalha do golfo de *Ayāz*, tendo o almirante mameluco, *Muḥammad Bey*, morrido no combate. Esta vitória dos cavaleiros de Rodes e de André do Amaral, obrigou *Ḳānšawḥ al-Ghurī* a desistir da construção de nova frota em Suez, e a renunciar ao envio de novas forças navais para o Índico. Mas o episódio – e convém assinalar a sua consequência de maior impacto – veio precipitar a dependência dos mamelucos em relação à assistência militar e política dos otomanos. Por outro lado, se a derrota teve consequências no Egipto, enfraquecendo as suas forças navais, também, num efeito de “queda de dominós”, veio agravar o antagonismo entre o sultanato mameluco e Veneza. Finalmente, abriu caminho para o colapso do

¹¹⁵ AN/TT, CCII, 22,70 (outra cópia em CC II, 22, 139): *tradução de uma carta do abade do mosteiro de Santa Catarina do Monte Sinai dirigida ao Grão-Mestre de Rodes seguida do extracto de duas outras, a primeira enviada a Jacomo do Campo, mercador de Rodes, e a segunda de Frei André do Amaral, proveniente igualmente de Rodes com notícias dos mamelucos, do Mar Vermelho e das Índias* (Cairo e Rodes, 2 et 16.VI.1510); COUTO (2014), 248 e nota 64.

¹¹⁶ Pense-se também no abandono do Papa Júlio II, que, mais interessado pela protecção imediata da costa italiana, vítima dos ataques corsários, do que pela erradicação dos mamelucos e a *libertação in fine* da Terra Santa, acabou por vergar diante do rei Católico.

¹¹⁷ André do Amaral a D. Manuel [Rodes, 15 de Fevereiro de 1510]: “(...) *que se deve trabalhar de le mandar queymar os ditos navios en tera vindo polo Mar Roxo (...)*”, *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, António da Silva Rego (ed.), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974, Gav. XIX-XX, *Maços* 1-7; XX, *Maços* 1-22 (doc. 5271), pp. 106-107. Expressou a mesma opinião em 1512: AN/TT, CC I, 11,47, fol. 1-1vº [29 de Março de 1512] e *infra*.

sultanato mameluco e para a conquista do Egipto por Selim I em 1517¹¹⁸, enraizando o império otomano no Mar Vermelho, dando-lhe acesso ao oceano Índico e sobretudo, dando a Selim I e ao seu sucessor, Solimão, o *Magnífico*, a chave da expansão Otomana em todo o Médio Oriente, onde a Sublime Porta, com as suas províncias árabes (Egipto, Síria-Palestina, Iraque), viria a conservar-se até 1923.

Resta avaliar ainda, de modo mais apurado, o conhecimento que se teve em Portugal do avanço do exército de Selim I, incluindo o do afrontamento, em 1514 (na batalha de Čaldirān), entre este e Shāh Ismāī I safávida¹¹⁹. Todavia, o que é certo é que a conquista do Egipto em 1517 consciencializou definitivamente a corte portuguesa sobre o avanço dos otomanos no Mediterrâneo oriental, obrigando-a a reconfigurar a sua percepção da imagem do Levante e a encarar novos desafios geopolíticos¹²⁰. Da conquista deu conta o espião Francisco Leitão, ao declarar a D. Manuel, em carta de Lyon, a 17 de Janeiro de 1517:¹²¹ “As cousas do Turco vao em grande crescimento”,¹²² um julgamento que D. Miguel da Silva partilhou em Roma, ao receber notícias em 17 de Fevereiro de 1517 através do consul de Damietta¹²³.

E assim, o Mediterrâneo oriental continuou a impôr-se como “território de cruzada”, mas, no início do século XVI, com novos actores. O seu espaço, que em termos estratégicos e de táctica militar podia ser visualizado até ao Mar Vermelho, e prolongado, para além deste, até ao Índico ocidental, impunha agora novas perspectivas e novas políticas. D. Manuel tinha podido contar com os dois irmãos Almeida, que de algum modo simbolizavam esta articulação e a visão geoestratégica que a subentendia¹²⁴. Como dois braços de um mesmo tronco, serviram a

¹¹⁸ Os aspectos pormenorizados deste evento militar foram estudados no nosso já referido artigo, COUTO (2020).

¹¹⁹ Veja-se AN/TT, CCI, 11, 47, fol. 3-3v°, transcrito por LÁZARO (2006), 533-538 (doc.22).

¹²⁰ Carta de Frei Diogo de Montemor para D. Manuel, no caminho da Síria para o Cairo [s.l., 17 de Julho de 1510], em BNP, *Fundo Geral*, cod.7638, fols. 132v°-133v°. Dois espiões, Francisco Leitão e Francisco Barbosa escreveram a D. Manuel com notícias do Levante (*Carta de Francisco Leitão e Francisco Barbosa a el-rei D. Manuel enviando notícias diversas, nomeadamente relativas ao Mediterrâneo oriental*, AN/TT, CC I, 21,5 fol.1v° [Lyon, 17 de Janeiro de 1517]).

¹²¹ “Sempre nos atee quy trabalamos por avisar vosa alteza (...)”: AN/TT, CC I, 21, 5, fol. 1v°.

¹²² *Ibidem*, fol.1v°.

¹²³ “(...) come ‘adi 22 del mese di genaio essendosi apresenta socto il Cairo il Signor Selin gran Turco con tutto el suo issercito (...)”, AN/TT, CC I, 21,86 [Roma, antes de 16 de Abril de 1517], transcrita por LÁZARO (2006) 575 (doc.38). O documento foi enviado em duas versões, uma em italiano, outra em português. Versão portuguesa em AN/TT, *Nucleo Antigo*, 879, nº139 [Roma, antes de Abril de 1517] (transcrita por LÁZARO (2006), 577-579, doc. 39). D. Miguel menciona igualmente a batalha de Raydāniyya, que abriu as portas do Egipto a Selim I: *Tradução portuguesa da época, de uma carta em italiano enviada por D.Miguel da Silva, embaixador em Roma, com notícias do mediterraneo Oriental*, *ibidem*, fol.3v°, mas não menciona a batalha de Marj Dābik, em que os mamelucos foram estrondosamente derrotados pelos otomanos (24 de Agosto de 1516, ao Norte de Alepo).

¹²⁴ A expedição de Afonso de Albuquerque ao Mar Vermelho em 1513 inscreve-se aliás nesta perspectiva de articulação dos espaços levantinos e médio-orientais.

Coroa de modo complementar: um para Oeste como corsário mediterrânico e cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalém, outro para Leste como vice-rei do Estado da Índia. Apesar do forte envolvimento da Coroa Portuguesa em Marrocos e dos infortúnios da cruzada anti-otomana, a implicação dos membros da Ordem de S. João de Jerusalém (Rodes) no corso, no comércio e na operação militar de Ayáz (e, como no século XV, o périplo de D. Pedro na fronteira húngara), foi contribuindo finalmente para uma representação progressivamente mais exacta das regiões levantinas em Portugal, tendo tido igualmente significância no desenrolar de um evento responsável pela reconfiguração da fronteira mediterrânica e Levantina na primeira metade do século XVI.

BIBLIOGRAFIA

A Companion to Medieval Genoa, Carrie E. Beneš (ed.), Leiden, Boston, Brill, 2018.

ALBUQUERQUE, António Maria Seabra de, “Fr. André do Amaral, Bailio da Ordem de Rodas”, *O Instituto*, XXXI (1884), pp. 535-540 e XXXIII (1885), pp. 193-204.

AL-TIKRITI, Nabil, “Ties that bind: an Ottoman Maritime Patron from the Mediterranean to the Indian Ocean”, *Seapower, Technology and Trade: Studies in Turkish Maritime History*, Dejanirah Couto, Feza Günergün, Maria Pia Pedani (eds.), Istanbul, Piri Reis University Publications, Denizler Kitabevi, 2014, pp. 17-28.

ANGOLD, Michael, *The Fall of Constantinople to the Ottomans: Context and Consequences*, London, Routledge, 2016.

APELLÁNIZ, Francisco, “Crise Financière et rapports internationaux: la faillite des corporations européennes dans le Sultanat Mamelouk (1450-1517)”, in *Atti della xxxviii settimana di studi, relazioni economiche tra Europa e mondo islamico. Secoli XIII-XVIII*, Firenze, Istituto Internazionale di Storia Economica Francesco Datini, 2007, pp. 623-641.

APELLÁNIZ, Francisco, “Venetian Trading Networks in the Medieval Mediterranean”, *Journal of Interdisciplinary History*, 44.2 (2013), pp. 157-179.

- APELLÁNIZ, Francisco, “Florentine Networks in the Middle East in the Early Renaissance”, *Mediterranean Historical Review*, 30/2 (2015), pp. 125-145.
- APELLÁNIZ, Francisco, *Pouvoir et finance en Méditerranée pré-moderne. Le deuxième État Mamelouk et le commerce des épices (1389-1517)*, Barcelona, CSIC, 2009.
- ARBEL, Benjamin, *Trading Nations: Jews and Venetians in the Early Modern Eastern Mediterranean*, Leiden, Boston, Brill, 1995.
- As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, António da Silva Rego (ed.), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974.
- AUBIN, Jean, *Le latin et l'astrolabe. Etudes inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, vol. III, Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz, Françoise Aubin (eds.), Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.
- BACQUÉ-GRAMMONT, Jean-Louis, “Le château Saint Pierre de Bodrum et ses défenseurs à quatre pattes au temps des chevaliers de Rhodes”, *Antropozoologica* 43/2 (2008), pp. 39-46.
- BACQUÉ-GRAMMONT, Jean-Louis, *Les Ottomans, les Safavides et leurs voisins: contribution à l'histoire des relations internationales dans l'Orient islamique de 1514 à 1524*, vol. I, Istanbul, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut, 1987.
- BALARD, Michel, *Gênes et la mer – Genova e il mare*, 2 vols., Genova, Società Ligure di Storia Patria, 2017.
- BALDWIN, Barry, *Timarion. Translated with Introduction and Commentary (Byzantine Texts in Translation)*, Detroit, Wayne State University Press, 1984.
- BALOUP, D., BRAMOULLE, D., DOUMERC, B., JOUDIQU, B., *Les mondes méditerranéens au Moyen Age*, Paris, Armand Colin, 2018.
- BARATA, Filipe Themudo, “Vers l'Atlantique: quand le Portugal s'éloigne de la Méditerranée”, *Le Portugal et la Méditerranée, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, XLIII (2002), pp. 35-59.

- BATTALER, Ramon Pujades I, *Les Cartes portolanes. La representació medieval d'una mar solcada*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 2007.
- BELINA, Pavel, ČORNEJ, Petr et POKORNÝ, Jiří, *Histoire des Pays tchèques*, Paris, Seuil, 1995.
- BERLEKAMP, Persis, *Wonder, Image, and Cosmos in Medieval Islam*, New Haven, Conn., London, Yale University Press, 2011.
- BOSIO, Giacomo, *Dell'Istoria della sacra religione et ill.ma militia di San Giovanni Gerosolimitano*, vol. II, Roma, Guglielmo Facciotto, 1594-1602.
- BOSTAN, İdris, “İlk Osmanlı Deniz Üssü: Gelibolu”, in *Türk Denizcilik Tarihi*, t. I, İdris Bostan e Salih Özbaran (eds.), İstanbul, Deniz Basımevi Müdürlüğü, 2009, pp. 73-83.
- BRACEWELL, Catherine Wendy, *The Uskoks of Senj: Piracy, Banditry and Holy War in the Sixteenth Century Adriatic*, Ithaca N.Y, Cornell University Press, 1992.
- BRENTJES, Sonja, “Medieval Portolan Charts as Documents of Shared Cultural Spaces”, in *Acteurs des transferts culturels en Méditerranée médiévale*, R. Abdellatif, Y. Benhima, D. König e E. Ruchaud (eds.), Munich, Oldenbourg, 2012, pp. 135-146.
- BROGINI, Anne, “L'Ordre de Saint-Jean de Jérusalem au Ponant durant le premier XVI^e siècle. D'une frontière offensive à une frontière défensive”, in *La frontière méditerranéenne du XV^e au XVII^e siècle: échanges, circulations, affrontements*, Bernard Heyberger e Albrecht Fuess (eds.), Turnhout, Brepols, 2014, pp. 163-180.
- CHRIST, Georg, *Venetian Merchants and Mamluk Officials in Late Medieval Alexandria*, Leiden, Brill, 2012.
- CORREIA, Margarida Sérvulo, *As Viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos finais da Idade Média à modernidade”, *Militarum Ordinum Analecta*, 3/4 (1999/2000), Porto, CEPESE / FEAA.

- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, “O poder régio e os Hospitalários na época de D. Manuel”, *Revista camoniana*, 3ª Série, vol. 15, Bauru/S. Paulo, Universidade do Sagrado Coração, 2004, pp. 251-268.
- COUTO, Dejanirah, “‘The affairs of the Turks are growing strongly’: The Portuguese, the Mameluks, the Ottomans and the Indian Ocean issues (1505-1517)”, in *1516: The Year that changed the Middle East and the World*, Mehmet Ali Neyzi e Abdulrahim Abu-Huseyn (eds.), Beyrouth, American University of Beyrouth, 2020 (no prelo).
- COUTO, Dejanirah, “Au-delà des frontières: réseaux d’espionnage portugais dans le Levant méditerranéen et dans l’océan Indien au XVI^e siècle”, in *La Frontière Méditerranéenne du 15^e au 17^e siècle: échanges, circulations et affrontements*, Bernard Heyberger e Albrecht Fuess (eds.), Turnhout, Brepols, 2014, pp. 233-252.
- COUTO, Dejanirah, “Çanakkale Boğazi’ndaki Osmanlı Hisarları” / Les fortifications ottomanes des Dardanelles”, in *Üç Denizin Arasında. Osmanlı ve Fransız Boğaz Haritaları / Entre trois mers. Cartographie ottomane et française des Dardanelles et du Bosphore*, J.-F. Pérouse e F. Günergün (eds.), İzmir, Arkas Sanat Merkezi, 2016, pp. 104-317.
- CRIFO, Francesco, *I “Diarii” di Marino Sanuto 1496-1533, sondaci filologici e linguistici*, Berlin, Boston, de Gruyter, 2016.
- DALCHÉ, Patrick Gautier, *Carte maritime et portulan au XIII^e siècle*, Paris, École Française de Rome, 1995.
- DE VAIVRE, Jean-Bernard, “Le siège de 1480, le tremblement de terre de l’année suivante et le remodelage de la ville de Rhodes”, in *Les sièges de Rhodes. De l’Antiquité à l’époque moderne. Enquêtes et documents*, Nicolas Fauchère e Isabelle Pimouget-Bédarros (eds.), Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010, pp. 245-285.
- DE VAIVRE, Jean-Bernard, VISSIÈRE, Laurent, “Tous les deables de l’Enfer”, *Relations du siège de Rhodes par les Ottomans en 1480*, Genève, Éditions Droz, 2014.
- DEROCHE, Vincent, VATIN, Nicolas, *Constantinople 1453, Des Byzantins aux Ottomans*, Toulouse, Anarchasis, 2016.

Dictionnaire de l'Empire ottoman, François Georgeon, Nicolas Vatin, Gilles Veinstein, Elisabetta Borromeo (eds.), Paris, Arthème Fayard, 2015.

DIFFIE, Bailey W., *Prelúdio ao Império. Navegações e comércio pré-henriquinos*, Lisboa, Teorema, 1989.

Documentação Henriquina, José Manuel Garcia (ed.), Lisboa, Castoliva ed., 1995.

DUCELLIER, Alain, KAPLAN, Michel, MARTIN, Bernardette, *Le Moyen Âge en Orient. Byzance et l'Islam, des Barbares aux Ottomans*, Paris, Hachette, 2006.

DUELDT, Daniel Durán i, *Kastellórizo, une isla griega bajo dominio de Alfonso el Magnánimo, 1450-1458*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Institución Milá y Fontanals, 2003.

EMECEN, Feridun, *Fetih ve Kıyamet 1453*, İstanbul, Timaş Yayınları, 2018.

ENGEL, Pál, *The Realm of St Stephen: A History of Medieval Hungary, 895-1526*, London, I. B. Tauris, 2001.

ENGEL, Pál, KRISTÓ, Gyula, KUBINYI, András, *Histoire de la Hongrie Médiévale*, t. II - *Des Angevins aux Habsbourg*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2008.

FAILLER, Albert, "L'occupation de Rhodes par les Hospitaliers", *Revue des Etudes Byzantines*, tome 50 (1992), pp. 113-135.

FERNANDO DA SOLEDADE, Frei, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, Off. Manoel & Joseph Ferreyra, t. III, 1705.

FINKEL, Caroline, *Osman's Dream. The Story of the Ottoman Empire 1300-1923*, London, John Murray, 2005.

FONSECA, Luís Adão da, "Le Portugal et la Méditerranée au XVe siècle", *Le Portugal et la Méditerranée*, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian* XLIII (2002), pp. 3-34.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, "Cartas de quitação del Rei Dom Manuel", *Arquivo histórico Portuguez*, II (1904), pp. 421-442.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, “Cartas de quitação del Rei Dom Manuel”, *Arquivo histórico Portuguez*, V (1907), pp. 321-326.

ĞIZAKÇA, Murat, “The Ottomans and the Mediterranean: an Analysis of the Ottoman Shipbuilding Industry as reflected by the arsenal registers of Istanbul, 1529-1650”, *La Gente del Mare Mediterraneo*, 2 (1981), pp. 773-787.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949.

GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

GUERREIRO, Inácio, “Tradição e modernidade nos *Isolarios* ou “Livros de Ilhas” dos séculos XV e XVI”, *Oceanos*, 46, 2001, pp. 28-40.

HANAK, Walter K., “One Source, Two Redditions: The Tale of Constantinople and its Fall 1453”, *Byzantinoslavica* 62 (2004), pp. 239-250.

HEYD, Wilhelm von, *Histoire du commerce du Levant au Moyen-Âge*, vol. I., Leipzig, O. Harrassowitz, 1885.

Histoire de l'Empire Ottoman, Robert Mantran (ed.), Paris, Fayard, 1989.

I 'documenti turchi' dell' Archivio di Stato di Venezia, Maria Pia Pedani Fabris (ed.), Roma, Ministerio per i beni culturali e ambientali, Ufficio centrale per i beni archivistici, 1994.

İŞIKSEL, Güneş, “Mehmed II the Conqueror 1432-1481”, in *The Encyclopedia of Diplomacy*, Gordon Martel (ed.), London, John Wiley & Sons, 2018, pp.1-2.

Itinerários da Índia a Portugal por terra, António Baião (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

KHALIFA, Cécile, “Échive de Montbéliard et Charlotte de Lusignan. Deux femmes issues de l'élite, impliquées dans la défense de l'île de Chypre au XIII^e et au XV^e siècle”, in *Élites chrétiennes et formes de pouvoir en Méditerranée centrale et orientale XIII^e-XV^e siècle*, Marie-Anna Chevalier e Isabelle Ortega (eds.), Paris, Classiques Garnier, 2017, pp. 57-70.

- KOSTO, Adam, *Hostages in the Middle Ages*, Oxford, Oxford University Press, 2012.
- La satira bizantina dei secoli XI-XV*, Roberto Romano (ed.), Torino, Unione tipografico editrice torinese, 1999.
- LANE, Frederic C., “Venetian Bankers, 1496-1533: A Study in the Early Stages of Deposit Banking”, *Journal of Political Economy*, 45, 2 (Apr., 1937), pp. 187-206.
- LARIVIÈRE, Claire Judde de, *Entre bien public et intérêts privés: les pratiques économiques des patriciens vénitiens à la fin du Moyen-Âge*, 3 vols., Tese de Doutoramento, Toulouse, Université de Toulouse II, 2002.
- LARIVIÈRE, Claire Judde de, *Naviguer, commercer, gouverner: économie maritime et pouvoirs à Venise (XV^e-XVI^e siècles)*, Leiden, Boston, Brill, 2008.
- Las campañas de Oran 1509-2009: estudios en homenaje a Fatma Benhamamouche*, Ismet Terki-Hassaine, Emilio Sola Castaño, Alejandro R. Díez Torre y Manuel Casado Arboniés (eds.), Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 2012.
- LAURENS, Henry, VEINSTEIN, Gilles, TOLAN, John, *L'Europe et l'Islam. Quinze siècles d'histoire*, Paris, Odile Jacob, 2009.
- LÁZARO, António Manuel Clemente, *O grande lagarto: o Mar Vermelho nos primórdios da presença portuguesa no Oceano Índico (1487-1521)*, Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2006.
- LEDOUX, Samary, *Le brigandage maritime en Méditerranée aux XIV^e e XV^e siècles. Recherches sur les pirates et corsaires du golfe de Gênes*, Dissertação de Mestrado, Paris, Université de Paris I-Panthéon Sorbonne, 1995.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de, *O Infante D. Pedro e as alianças externas de Portugal (1425-1449)*, Dissertação de Mestrado em História, Nitéroí, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- LIMÃO, Paula, *Portugal e o Império turco na área do Mediterrâneo: século XV*, vol. I, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1994.
- LOT, Ferdinand, *L'art militaire et les armées au Moyen Âge en Europe et dans le Proche-Orient*, t. 2, Paris, Payot, 1946.

- Mehmed II the Conqueror and the Fall of the Franco-Byzantine Levant to the Ottoman Turks: Some Western Views and Testimonies*, Marios Philippidès (ed.), Tempe, Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2007.
- MIZZI, Jos, *Catalogue of the Record of the Order of St John of Jerusalem in the Royal Malta Archives*, vol. II, Malta, Malta University Press, 1964-1970.
- NASCIMENTO, Aires Augusto do, *Livro de Arautos: de ministerio armorum, script. anno MCCCCXVI, ms. lat. 28, J. Rylands Library (Manchester): estudo codicológico, histórico, literário, linguístico, texto crítico e tradução*, Lisboa, s. n., 1977.
- NICOLLE, David, *Constantinople 1453: The end of Byzantium*, Westport, Conn., Praeger, 2005.
- NICOLLE, David, *Nicopolis 1396: the Last Crusade*, London, Osprey, 1999.
- NOTTEBAERT, Laurent, *Sigismond de Luxembourg, roi de Hongrie et empereur du Saint Empire: discours et pratiques de la lutte contre les Turcs des lendemains de Nicopolis au siège de Golubac, 1397-1428*, Dissertação de Mestrado, Toulouse, Université de Toulouse II, 2010.
- OUERFELLI, Muhammad, *Le sucre: Production, commercialisation et usages dans la Méditerranée médiévale*, Leiden, Brill, 2008.
- PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle*, Lisbonne-Paris, Centre culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.
- PEDANI, Maria Pia, “Piri Reis in Venetian Documents”, *Mediterranea Richerche storiche / Un mare Otomano, An Ottoman Sea*, 12 (2015), pp. 319-324.
- PEDANI, Maria Pia, *Venezia porta d’Oriente*, Venezia, Il Mulino, 2010.
- PHILIPPIDES, Marios e HANAK, Walter K., *The siege and the Fall of Constantinople in 1453: Historiography, Topography, and Military Studies*, Farnham, Surrey, Burlington, Ashgate, 2011.
- PITCHER, Donald Edgar, *An Historical Atlas of the Ottoman Empire*, Leiden, Brill, 1968.

- PRADINES, Stéphane, “The Mamluk Fortifications of Egypt”, *Mamlūk Studies Review*, vol. 19, 2016, pp. 57-110.
- PROUTEAU, Nicolas, “Les sièges de Rhodes à l’époque médiévale”, in *Les sièges de Rhodes. De l’Antiquité à l’époque moderne. Enquêtes et documents*, Nicolas Fauchère e Isabelle Pimouget-Bédarros (eds.), Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010, pp. 201-217.
- RAKOCZI, István, “A estada do infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do imperador Segismundo”, in *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, Biblos*, LXIX (1993), pp. 79-93.
- RAKOCZI, István, “O eco das ‘sete partidas’ na Hungria tripartida”, in *La découverte, le Portugal et l’Europe*, Jean Aubin (ed.), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 319-330.
- RAU, Virgínia e MACEDO, Jorge Borges de, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV: problemas de produção e comércio*, Funchal, Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962.
- RAU, Virgínia, *Estudos de História Económica*, Lisboa, Ática, 1961.
- RAU, Virgínia, *Portugal e o Mediterrâneo no século XV. Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1973.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de dom João II e Miscellânea*, Joaquim Veríssimo Serrão (ed.) Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- RESENDE, Vasco, “A Armada de socorro aos Venezianos (1501) e o interesse português pelo Mediterrâneo no princípio do século XVI”, *Clio* 10 (1994), pp. 65-79.
- RICARD, Robert, “La factorerie portugaise d’Oran (1483-1487)”, in *Études sur l’histoire des Portugais au Maroc*, Robert Ricard (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, pp. 193-201.
- ROGERS, Francis M., *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1961.

- ROSENBERGER, Bernard, *Le Maroc au XVI^e siècle. Au seuil de la modernité*, Casablanca, Fondation des Trois Cultures, 2008.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, “O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria”, *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*, LXVIII, (1959), pp. 17-37.
- SANTOS, Maria Alice Pereira, *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro dos Arautos*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2008.
- SANUTO, Marino, *I Diarii*, vol. I, Venezia, Deputazioni, 1879-1903.
- SETTON, Kenneth M., *the Papacy and the Levant (1204-1571)*, vols. I-IV, Philadelphia, American Philosophical Society, 1976-1984.
- SILVA, António Morais da, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. IX, Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado (eds.), Lisboa, Editorial Confluência, 1956.
- SOLDANI, Maria Elisa e DUELT, Daniel Durán i, “Religion, Warfare and Business in Fifteenth-Century Rhodes”, in *Religione e Istituzioni religiose nell'economia Europea 1000-1800*. F. Ammannati (ed.), Firenze, Firenze University Press, 2012, pp. 257-270.
- STEINBERG, Philip E., “Insularity, Sovereignty and Statehood: the Representation of Islands on Portolan Charts and the Construction of the Territorial State”, *Geografiska Annaler*, 87/4, 2005, pp. 253-265.
- Torre y del CERRO, Antonio de la e Suarez FERNANDEZ, Luis, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. III, Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963.
- VAGNON, Emmanuelle, *Cartographie et représentations de l'Orient méditerranéen en Occident (du milieu du XIII^e à la fin du XV^e siècle)*, Turnhout, Brepols, 2013.
- VASCONCELOS, Manuel Rosado Marques de Camões e, “Subsídios para a genealogia de Frei André do Amaral, de Touriz”, Separata do *Arquivo histórico de Portugal*, V (1947).

VATIN, Nicolas, *Sultan Djem. Un prince ottoman dans l'Europe du XV^e siècle d'après deux sources contemporaines: Vâk.îât-ı Sultân Cem, Oeuvres de Guillaume Caoursin*, Ankara, Société Turque d'Histoire, Institut Français d'Études Anatoliennes, 1997.

VEINSTEIN, Gilles et VATIN, Nicolas, *Insularités ottomanes*, Istanbul-Paris, Institut Français d'Études Anatoliennes, Maisonneuve et Larose, 2004.

Voyages de rabbin Benjamin, fils de Jonas de Tudèle, en Europe, en Asie & en Afrique, depuis l'Espagne jusqu'à la Chine: où l'on trouve plusieurs choses remarquables concernant l'Histoire & la Géographie e& particulièrement l'état des Juifs au douzième siècle/trad. De l'hébreu & enrichis de notes & dissertations historiques & critiques sur ces Voyages, J.P. Baratier (ed.), A Amsterdam: aux dépens de la Compagnie, 1734.

WEBER, Benjamin, *Lutter contre les Turcs: les formes nouvelles de la croisade pontificale au XV^e siècle*, Tese de Doutorado, Toulouse, Université de Toulouse II, 2009.

ZACHARIADOU, Elisabeth, *Trade and Crusade: Venetian Crete and the Emirates of Monteshe and Aydin (1300-1415) / Emporio kai stavroforia, i venetokratoumeni Kriti kai ta emirata tou Mentese kai tou Aïdiniou (1300-1415)*, Venice-Benetia, Istituto ellenico di studi bizantini e postbizantini di Venezia, 1983.

Peregrinar em Roma na transição do mundo medieval para a primeira modernidade: *O caso do Fidalgo de Chaves*

*Paulo Catarino Lopes*¹

Resumo

A 21 de Maio de 1510, um anónimo fidalgo parte da cidade portuguesa de Chaves em direcção a Roma, para só regressar ao reino de origem em Setembro de 1517. Com base nessa jornada pela península itálica redige, posteriormente, uma ampla relação que tem por único destinatário D. Jaime (1479-1532), 4º duque de Bragança, de quem é criado e ao serviço do qual muito provavelmente se dirigiu à capital do mundo cristão. É nossa intenção explorar nas páginas que se seguem o “olhar” deste viajante flaviense em relação à dimensão espiritual da *mirabili urbe*, em particular na forma de primeira rota peregrinativa no quadro da Cristandade europeia. Pretendemos igualmente explorar a sua plausível faceta de agente-peregrino, ou seja, alguém que se dirige à Cidade Santa com uma missão de agente de diplomacia paralela, mas que não desperdiça a ocasião para, como todos os sinceros cristãos no fundo desejavam e aspiravam, buscar os santuários e as relíquias locais que lhe permitiam obter graças e protecções celestes.

Palavras-chave

Peregrinação, Relações diplomáticas, Roma, Estações da Quaresma, Idade Média tardia.

¹ Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0015.

Abstract

On the 21st of May of 1510, an anonymous nobleman set off from the Portuguese city of Chaves towards Rome, only to return to the kingdom of his birthplace in September of 1517. Based on this journey through the Italian peninsula, he later elaborates a broad testimony whose sole recipient is Jaime (1479-1532), 4th Duke of Bragança, his lord and in the service of which he most likely addressed the capital of the Christian world. It is our intention to explore in the following pages this portuguese traveller's vision in relation to the spiritual dimension of the *mirabili urbe*, in particular in the form of first pilgrimage route within the framework of European Christianity. We also intend to exploit its plausible agent-pilgrim facet, that is, one who goes to the Holy City with a mission of parallel diplomacy agent, but who does not waste the occasion for, as all sincere Christians desired and aspired to, seek out the shrines and local relics that allowed him to obtain heavenly graces and protections.

Keywords

Pilgrimage, Diplomatic Relations, Rome, Stations of the Cross, Late Middle Ages.

A 21 de maio de 1510, um anónimo fidalgo parte da cidade portuguesa de Chaves em direcção a Roma, para só regressar ao reino de origem em Setembro de 1517. Com base nessa jornada pela península itálica redige, posteriormente², uma ampla relação intitulada *Tratado que hum criado do duque de braguança escreueo pera sua senhoria dalgumas notauees cousas que vio hindo pera Roma. E de suas grandezas E Indulgençias, E grandes aconteçimentos que laa socçederam em espaço de sete años que hi esteue*³.

² As pistas fornecidas pelo autor quando combinadas com os dados que hoje dispomos, permitem concluir que a redacção do texto final não tenha acontecido antes de meados de Julho de 1521 e em momento posterior ao início de Dezembro do mesmo ano.

³ Integrado na *Colección de Don Luis de Salazar y Castro* da Academia de História de Madrid com a classificação N-76 / Varios Portugueses (Signatura 9/I.081, hojas 136 a 227v), este documento ocupa os fólhos 136r – 227v de uma miscelânea portuguesa, manuscrita e encadernada em pergaminho, que totaliza 250 fólhos e contém 39 peças. Trata-se muito provavelmente da cópia manuscrita de um original perdido em língua portuguesa, de autor anónimo. Apesar de não incluir qualquer data, o longo manuscrito, constituído por 92 fólhos redigidos ao que tudo indica por um único copista, apresenta uma caligrafia que o coloca cronologicamente na segunda metade do século XVI.

Representativo de uma época decisiva da história europeia, este documento – que passou a ser conhecido como *Memórias de um Fidalgo de Chaves*⁴ – constitui um testemunho privilegiado de um olhar “português” sobre a Roma do dealbar do século XVI enquanto espaço político-religioso fundador onde a peregrinação assume um lugar de grande destaque.

Tendo por único destinatário D. Jaime (1479-1532), 4º duque de Bragança⁵, de quem o autor é criado, as *Memórias* cruzam-se com géneros diversos como o relato de viagens, a epístola de carácter pessoal, a crónica urbana ou o relatório. De realçar a concordância histórica, quer dos factos narrados quer dos dados cronológicos, com os registos documentais mais seguros da época⁶. A redacção apresenta um tom quase confessional e um estilo livre e espontâneo, onde o juízo de valor e a opinião pessoal estão bem patentes. Atributos que garantem vivacidade ao texto, bem como um singular colorido.

O facto de o Fidalgo ter assistido em primeira mão aos acontecimentos e redigir o seu texto em anos não muito distanciados dos eventos que narra, associado à constatação de não estar sujeito à pressão oficial de uma missiva de carácter régio (ainda que “pressionado” pelo espectro dos interesses e das expectativas do único destinatário da sua narrativa⁷), faz com que o resultado final seja um testemunho pontuado com diversos pormenores antropológicos e etnográficos, os quais, por sua vez, além de dinamizarem o discurso humanizam o relato no seu todo⁸. O autor marca o seu texto com descrições e panoramas quase visuais, fotográficos mesmo. Privilegia não apenas o que vê, mas também as particulares emoções e atitudes inerentes. E, não raras vezes, com entusiasmo, expresso particularmente nos detalhes sobre o vivido e o observado. É em situações como estas, aliás, que a sua narrativa se afasta em absoluto da aridez tradicionalmente associada aos documentos oficiais⁹.

⁴ A partir daqui, a designação da obra surge sempre de forma abreviada: *Memórias*. Ainda que no quadro da sua edição impressa – Paulo Catarino LOPES (ed.), *Memórias de um Fidalgo de Chaves: Um olhar português sobre a Itália do Renascimento*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) – Faculdade de Teologia/Universidade Católica Portuguesa, 2017 – e por uma questão de maior facilidade de localização, as menções a esta fonte terão sempre por referência a divisão da mesma por fólios.

⁵ “E feita oração me fui apouentar A çidade onde estiuete sete anos E onze dias, trabalhando neste tempo de ver E de saber as cousas notaaues que se em Roma E naquellas partes passaram pera dellas saber dar conta a vossa Jllustrissima senhoria.” *Memórias*, fl. 139v.

⁶ Compare-se, a título de exemplo, com as narrativas de autores coevos, em particular Paolo Giovio (1483-1552), Francesco Guicciardini (1483-1540) e Paride de Grassi (1470-1528). Aníbal Pinto de CASTRO, “Uma voz do diálogo luso-italiano na época de quinhentos, a do ‘Fidalgo de Chaves’”, *Mare Liberum*, 2 (1991), pp. 7-16.

⁷ Hans Robert JAUSS, *Toward an Aesthetic of Reception*, Paris, University of Minnesota Press, 1985, pp. 3-45.

⁸ Veja-se, como exemplo paradigmático, a descrição da embaixada portuguesa de obediência ao papa Leão X, em 1514 (*Memórias*, fl. 178r a fl. 179v).

⁹ De entre variadíssimos exemplos, vejam-se a descrição relativa ao Carnaval romano (*Memórias*, fl. 181v a fl. 184r) e o capítulo concernente às mulheres romanas e respectivos trajes (*Memórias*, fl. 184r a fl. 185r). Paulo Catarino LOPES, “Nas margens da diplomacia portuguesa quinhentista. O singular testemunho de Roma por um criado de D. Jaime, 4º duque de Bragança (1510-1517)”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, Tomo

Enquanto estudo de caso ao nível da peregrinação, o grande valor das *Memórias* reside no facto de a imagem que transmite da Roma coeva permitir uma análise que vai muito para além do próprio contexto circunscrito do caso, possibilitando, ao invés, abordar questões de índole mais geral em termos interpretativos como a concepção então vigente do próprio acto de peregrinar à Cidade Santa e, mais especificamente, a sua diferenciação (ou não) dos movimentos peregrinatórios que marcaram o alto medievo, bem como o seu período central.

1. Nas margens da diplomacia portuguesa: um agente em missão

Tendo em atenção o cenário político internacional na aurora do século XVI e em particular a dimensão externa do programa governativo português à época, não estranha que a Coroa lusa acompanhe a tendência geral europeia de optar por representações diplomáticas permanentes em Roma com acções informativas paralelas, de que o estabelecimento de redes de agentes e contactos constitui provavelmente o melhor exemplo¹⁰.

Enquanto hipótese de grande pertinência, a jornada italiana do Fidalgo de Chaves afigura-se um bom exemplo deste fenómeno, neste caso sob a orientação do chefe de uma das maiores Casas aristocráticas da Península Ibérica: D. Jaime, 4º duque de Bragança. Com efeito, os soberanos e os grandes senhores europeus promoviam, para além das missões dos embaixadores oficiais e em permanência, o recurso a missões paralelas que visavam a obtenção no terreno de informações válidas a nível dos bastidores da política¹¹. Por outro lado, há que ter em conta o contexto então vivido pela Casa de Bragança, quer em relação a Roma, quer no que diz respeito à própria política internacional do reino de Portugal, quer ainda pelo posicionamento da Casa no quadro dos jogos de poder vividos então no reino ao nível interno¹².

O Fidalgo como agente paralelo em missão, não oficial portanto, não esgota contudo a sua presença em Roma no período em questão. O mesmo acontece com a hipótese de ser alguém que se desloca à capital da Cristandade apenas em busca de mercês e benefícios. Com efeito, partindo do seu testemunho, outra faceta sobreleva-se: a de peregrino.

XXXIII, Janeiro-Junho 2016, [Mobilidades Medievais: Carreiras, Projectos, Realizações], Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), Universidade Católica Portuguesa, pp. 203-251.

¹⁰ Pedro Almeida CARDIM, "A Diplomacia Portuguesa no Tempo de D. João III: Entre o Império e a Reputação", in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (dir.), *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento*, Lisboa, CHAM / CEPCEP, 2004, pp. 627-660.

¹¹ Paulo Catarino LOPES, *Um agente português na Roma do Renascimento. Sociedade, quotidiano e poder num manuscrito inédito do século XVI*, Lisboa, Temas e Debates, 2013, pp. 109-158; LOPES (2016).

¹² LOPES (2013), 109-158; LOPES (2016).

2. A centralidade de Roma

Desde o momento em que entra na Cidade Santa¹³ sobressai no testemunho do viajante flaviense o seu positivo assombro em relação à mesma. Aos seus olhos, e nas mais diversas facetas, a urbe é *caput mundi*¹⁴.

Trata-se de uma cidade tão complexa, populosa, diversificada, internacional e cosmopolita, que nenhuma outra capital se lhe podia comparar, nem Lisboa ou Sevilha, à época centros urbanos de carácter internacional devido ao trato que protagonizavam¹⁵. Por isso, quando avaliada no quadro pluritemático do testemunho em questão, Roma predomina, sem dúvida, como o centro da atenção do anónimo viajante. O que o emociona, perturba, surpreende e é alvo do seu interesse é, efectivamente, o que se passa na multifacetada capital da Cristandade. De tal forma que não hesita em afirmar que “por Jssso hee Roma cabeça das çidades do mundo, que o que em outras partes seria grandemente estranhado E avido por desonesto, se tem ali por gentileza louvor E honrra E nobreza da corte.”¹⁶

Aliás não é fortuito que, seguindo a mundividência política e geoestratégica do autor, o destino da Europa passe necessariamente por Roma. É essa a ideia que transmite de forma clara a D. Jaime de Bragança. Pelas suas palavras, Roma domina no início do século XVI, mostrando ao mundo a sua vocação natural de capital renascentista e da Cristandade. É um enorme e monumental centro urbano

¹³ “a xxbj. dias andados dagoosto da sobredita era de 1510” in *Memórias*, fl. 139v.

¹⁴ A bibliografia sobre Roma na aurora do século XVI é vasta. No entanto, salientamos os seguintes textos: Alfredo PROIA, *Roma nel Rinascimento*, Roma, Tipografia Agostiniana, 1933; Antonio PINELLI, *Roma del Rinascimento*, Roma, GLF Editori Laterza, 2007; Charles L. STINGER, *The Renaissance in Rome*, Bloomington, Indiana University Press, 1998; Egmont LEE (a cura di), *La popolazione di Roma nel Rinascimento*, Roma, Università La Sapienza, 2006; Elizabeth S. COHEN, Thomas V. COHEN, *Daily life in Renaissance Italy*, Westport, Greenwood Press, 2001; Fabrizio CRUCIANI, *Teatro nel Rinascimento: Roma 1450-1550*, Roma, Bulzoni, 1983; Francis Morgan NICHOLS, “Preface”, in *Mirabilia Urbis Romae – The Marvels of Rome or a Picture of the Golden City*, London, Ellis and Elvey, 1889, pp. v-xxvi; G. A. CESAREO, *Pasquino e Pasquinate nella Roma di Leone X*, Roma, Casa Ed. Leonardo de Vinci, 1938; Jacques HEERS, *La Roma dei papi ai tempi dei Borgia e dei Medici, 1420-1520*, Milano, Biblioteca Universale Rizzoli, 2001; Jean DELUMEAU, *Rome au XVIe Siècle*, Paris, Hachete, 1975; Maria Antonietta VISCEGLIA, *La città rituale: Roma e le sue cerimonie in età moderna*, Roma, Viella, 2002; Maria Cristina BIAGI, *Il carnevale romano*, Roma, Ass. alla Cultura, 1988; Paolo PORTOGHESI, *Roma del Rinascimento*, 2 vols., Milano, Electa, 1971; Peter PARTNER, *Renaissance Rome 1500-1559: A Portrait of a Society*, Los Angeles, University of California Press, 1979; Pierre RODOCANACHI, *Cortigiane e buffoni di Roma: studio dei costumi romani del 16. Secolo*, Bologna, Li Causi, 1983; Pietro PASCHINI, *Roma nel Rinascimento*, Bologna, Cappelli, 1940; Rosanna PETTINELLI, *Tra antico e moderno: Roma nel primo Rinascimento*, Roma, Bulzoni, 1991; Sergio GENSINI, *Roma capitale (1447-1527)*, Roma, Pacini, 1994.

¹⁵ LOPES (2016); Bibiano TORRES RAMÍREZ, José HERNÁNDEZ PALOMO (ed.), *Andalucía y América en el siglo XVI. Actas de las II Jornadas de Andalucía y América, Santa María de la Rábida marzo de 1982*, 2 vols., Sevilla, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983; Enrique OTTE SANDER, *Sevilla, siglo XVI: materiales para su historia económica*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, 2008; Francisco NÚÑEZ ROLDÁN, Madrid, *La vida cotidiana en la Sevilla del Siglo de Oro*, Sevilla, Silex Ediciones, 2004; Renata de ARAÚJO, *Lisboa a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

¹⁶ *Memórias*, fl. 183v.

fruto da imbricação entre a cidade verdadeira e a cidade imaginada/sonhada – por um lado, pelos visitantes e peregrinos e, por outro, pelos que a mostram, ou seja, os detentores de poder (os papas) e os artistas que a redesenham como Rafael Sanzio (1483-1520), Donato Bramante (1444-1514) e Miguel Ângelo (1475-1564). Podemos identificar aqui, aliás, a feição pedagógica das *Memórias*.

Neste ponto é importante referir que as *Memórias* apresentam-se em plena concordância com um dos procedimentos narrativos que melhor distingue os livros de viagens tardo-medievais, a *Ordem Espacial*¹⁷, e no seio deste com um dos seus princípios nucleares: o de que na prossecução do trajecto nem tudo assume a mesma importância para o viajante, que é forçado a eleger e seleccionar os marcos fundamentais do itinerário, a saber, as cidades. Neste caso específico Roma, que se converte no índice de referência essencial, verdadeiro núcleo narrativo, em torno do qual se organiza o relato. Naturalmente, a este facto não é estranha a consciência urbana que invadiu a Europa a partir do século XII e que determina claramente a forma de os autores pensarem e, sobretudo, darem a ver o mundo nos seus relatos.

A percepção que o homem tardo-medieval tem da cidade é, em grande parte, determinada por quatro modelos míticos: a Jerusalém celeste, destino de toda a bem-aventurança; o seu oposto, a Babilónia, a maldita do Apocalipse; Bizâncio, a maravilha longínqua, fonte inesgotável de relíquias até ao saque de 1204; e Roma, fonte de autoridade, conhecimento e espiritualidade¹⁸. Ora é precisamente neste último enquadramento que o testemunho do Fidalgo se inscreve, nomeadamente, como iremos verificar, em relação ao tópico da espiritualidade.

3. Um agente-peregrino na sede espiritual do mundo cristão

Concentremo-nos sobre o olhar do autor das *Memórias* em relação à dimensão espiritual da *mirabili urbe*. No plano simbólico, na medida em que é edificada sobre o alicerce da crença, ela é uma *bona opera*¹⁹. Por isso constitui um modelo para os *peregrini* na terra e a glorificação última da Igreja e por extensão de todo o crente²⁰. Como o autor refere, trata-se de uma cidade mártir, pois foi violentada e saqueada pelo infiel:

¹⁷ O mais importante no livro de viagens medieval, aquilo que cria a sua verdadeira ordem narrativa, é o espaço, não o tempo. Intimamente associada ao itinerário, a ordem espacial materializa-se nos lugares que se percorrem e se descrevem. Paulo Catarino LOPES, “Os livros de viagens medievais”, *Medievalista* (on-line), Instituto de Estudos Medievais (IEM), ano 2, número 2, 2006.

¹⁸ Paul ZUMTHOR, *La Medida Del Mundo - Representación del espacio en la Edad Media*, Madrid, Cátedra, 1994, pp. 115-123.

¹⁹ Sobressai aqui o peso de toda uma herança medieval do imaginário cristão.

²⁰ LOPES (2016).

“fizeram vir nos tempos passados o soldão de babilonia a Roma E sendo saqueada, E despoJados seus templos de todos seus tesouros fizeram da santissima JgreJa de são pero estrebaria de caualos (...) com tanto vitupe-rio violada E feita estrebaria, E os outros santissimos E grandes templos queimados E Roubados de seus tesouros, E as matronas E virgens Romanas postas em poder dos Jnfiees.”²¹

O facto de ter recuperado de tão martirizado passado garante-lhe um profundo simbolismo espacial, bem como um papel central na estruturação da memória colectiva cristã. Residem aqui, afinal, boa parte dos fundamentos da sua dimensão de espelho da vontade global (de ascensão) da Cristandade e, conseqüentemente, da sua glorificação espiritual.

Os monumentos cristãos que a distinguem deixam no autor uma impressão marcante, como comprova a descrição que faz da Igreja de S. Pedro e do processo que envolve a construção do novo templo em detrimento do antigo²² – o que *per se* constitui um precioso testemunho directo da própria dinâmica arquitectónica e artística da Roma dos alvares de Quinhentos²³. Lendo as várias passagens concernentes ao património sacro romano contidas nas *Memórias*²⁴, o duque de Bragança poderia, de facto, visualizar muitos dos símbolos e maravilhas de pedra da capital da Cristandade.

Apesar do cosmopolitismo, vivacidade e colorido que caracterizam o quotidiano da cidade deixarem uma forte impressão no anónimo viajante, é indiscutível que é por via do religioso e da espiritualidade que o simbolismo arquétipo da Cidade Eterna o marca mais profundamente: no seu solo sagrado assentam as maiores igrejas do mundo e no ponto onde morreu o fundador da Igreja faz o papa Júlio II (1443-1513, pontífice desde 1503)²⁵ erguer “a JgreJa de sam Pero, que acabandosse seraa a moor edefiçio de JgreJa do mundo”²⁶. Daí declarar com genuíno fervor religioso que a sua primeira acção ao chegar à capital da Cristandade tenha sido dirigir-se a “nossa senhora do populo a que me tinha prometido. E feita oração me fui aposentar A çidade”²⁷.

²¹ *Memórias*, fl. 174r e fl. 174v.

²² *Memórias*, fl. 191v a fl. 193r.

²³ LOPES (2016). Veja-se igualmente Sylvie DESWARTE-ROSA, “Uno sguardo venuto da lontano: tra Roma Antica e Roma Cristiana”, in Marcello Fagiolo (dir.), *Roma e l'Antico nell'arte e nella cultura del Cinquecento*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1985, pp. 489-508.

²⁴ Que aqui assumem um carácter quase corográfico.

²⁵ Nascido *Giuliano della Rovere*, este frade franciscano sobrinho do papa Sisto IV (1414-1484, pontífice desde 1471) foi nomeado cardeal em 1471, pouco depois de o seu tio ascender ao pontificado. Ficou conhecido como “o Papa guerreiro” ou “o Papa terrível”.

²⁶ *Memórias*, fl. 169r.

²⁷ *Memórias*, fl. 139v.

Com esta referência explícita à componente/espacialidade religiosa no preciso momento em que entra na cidade papal, o autor torna de imediato intrínseco à descrição da mesma o tópico central da sua condição de liderança espiritual e de topónimo central no imaginário colectivo da comunidade dos fiéis. Mais do que Jerusalém, pois estava na posse dos infieis inscrevendo-se por isso no universo do apenas imaginado, ou até mesmo Constantinopla, que caíra havia pouco mais de meio século na mão do Turco tornando-se simbolicamente a sua capital. Roma era tangível, palpável. Um centro cristão imbuído de uma enorme espiritualidade, que era possível visitar apesar de todas as dificuldades que tal deslocação implicava.

Roma, tal como a referência do viajante-narrador reflecte, assume-se no imaginário católico como um espaço de iniciação e a entrada no seu seio, podemos afirmar, uma espécie de rito de passagem – o ultrapassar de uma fronteira espiritual – fruto da combinação entre três elementos: o êxtase da chegada ao destino peregrinatório; o espanto e o assombro que provocam a visão “física” da capital da Cristandade *per se*, bem como dos múltiplos elementos do maravilhoso cristão nela presentes; e a ansiedade finalmente materializada no caminhar pelo espaço mesmo onde ascenderam aos céus em santo martírio os apóstolos Pedro e Paulo.

Neste ponto é pertinente evocar a tese de Pierre Bourdieu, segundo a qual o rito de passagem é na verdade um rito de instituição, podendo este sintetizar-se na premissa: torna-te (assume, transforma-te...) aquilo que és²⁸. Naturalmente, neste caso, o rito de passagem traz implícita a ideia dos “merecedores”, ou seja, aqueles que pelo seu esforço, entrega e mérito são, de facto, merecedores de acederem ao novo patamar da sua existência. O plano que torna tudo isto possível é o acto de peregrinar, meta e realidade intrínseca de qualquer cristão – em simultâneo nos planos sincrónico e diacrónico da sua vida terrena²⁹.

Noutra vertente, a concretização deste rito de passagem e da experiência transformadora do contacto com o espaço iniciático define, de forma definitiva, absoluta e totalizante, a sua identidade pessoal e social enquanto cristão. Apenas peregrinar a Jerusalém – com a conseqüente aproximação à Paixão de Cristo (e a todas as relíquias associadas) –, primeira cidade santa do universo cristão, garante este estado de coisas³⁰. Só neste caso o simbolismo de Roma encontra paralelo ou um nível superior³¹.

²⁸ Pierre BOURDIEU, “Les rites comme actes d’institution”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 43, juin 1982, pp. 58-63.

²⁹ Diana WEBB, *Pilgrims and Pilgrimage in the Medieval West*, New York, I. B. Tauris, 1999; Larissa Juliet TAYLOR (ed.), *Encyclopedia of Medieval Pilgrimage*, Leiden, Brill, 2009, *passim*.

³⁰ Douglas Mota Xavier de LIMA, “Uma peregrinação-diplomática rumo ao reino do PRESTE JOÃO: o infante português no *Libro del Infante D. Pedro de Portugal*”, *Plêthos*, Vol. 1, 2011, pp. 4-20.

³¹ Veja-se Pierre BOURDIEU, “Sur le pouvoir symbolique”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n.º 3; vol.32, 1977, pp. 405-411.

Entrar em Roma, realizar esta “passagem”, transforma forçosamente o crente, ainda que a motivação principal da sua deslocação à Cidade Santa não seja a *peregrinatio*. A questão central está em que o homem tardo-medieval considerava-se a si mesmo um *Homo Viator*, ou seja, alguém que percorria um caminho entre o nascimento e o momento da morte. O próprio Fidalgo o aponta: “quem entenderaa estas danças. quem teraa confiança E seguridade de cousa que veja nesta trabalhosa peregrinação.”³² Peregrinação aqui, é, sem dúvida, a própria existência terrena de cada um de nós.

Nesta mundividência, o ser humano é uma entidade que se torna física ao nascer com o objectivo de “experimentar” uns anos de vida terrena antes de encontrar Deus. Isto era o que a Igreja, autoridade suprema, ensinava, pelo que as gentes não duvidavam do carácter provisório da sua existência terrena. A condição da pessoa era, desde logo e ontologicamente, a de um “peregrino” e a circunstância da sua vida uma “peregrinação”, pelo que, o mero agente brigantino ao entrar na urbe cabeça da Igreja, cidade dos mártires e das catacumbas, centro da piedade peregrinante em solo europeu, transforma-se invariavelmente num *peregrinus*, um “viajante do sagrado”. Como assinala Sara Augusto, “Quem não ia em peregrinação tinha, pelo menos, o desejo de o fazer, e este movimento de piedade unia (...) indivíduos de classes sociais, idades e estados diferentes”³³.

Sede do papado e dos Estados Pontifícios, a Cidade Santa que encerra no seu seio os túmulos de São Pedro e São Paulo era visitada por milhares de peregrinos de todas as nações. Era impossível a quem nela entrasse ficar indiferente à sua dimensão de crença e de centro espiritual. Não estranha, por isso, que o mero agente em missão ao serviço do seu senhor laico se transforme num viajante-peregrino, sem contudo nunca perder de vista o propósito que primeiramente o trouxe a tal lugar. Nunca uma questão anula a outra. É este, aliás, o poder da Cidade Santa: uma urbe santificada que tem a capacidade de transformar espiritualmente e marcar de forma profunda quem a visita³⁴.

Em suma, tendo em conta o seu testemunho de fé no preciso momento em que concretiza o acto, a entrada do Fidalgo em Roma, supremo local de peregrinação, faz com que também ele seja pensável como um peregrino, ou seja, aquele

³² *Memórias*, fl. 225v.

³³ Sara AUGUSTO, “Peregrinações: Roma e Santiago de Compostela”, in Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, Lisboa, Edições Cosmos/Clepul, 1999, p. 86.

³⁴ Ainda que, e neste caso de forma tão irónica quanto trágica, no sentido inverso como aconteceu com o monge agostinho Martinho Lutero (1483-1546). Afinal, é importante reter que o Fidalgo e Martinho Lutero entraram em Roma precisamente no mesmo ano: 1510. É, aliás, curioso verificar como a mesma ambiência marcou ambos de forma diferenciada, ainda que o Fidalgo assinale em diversos pontos do seu testemunho precisamente os mesmos aspectos negativos que tanto chocaram o monge alemão, muito em particular em relação ao papado. LOPES (2013), *passim*.

que, independentemente de outras motivações, viaja conduzido por um espírito de devoção³⁵. A própria viagem *per se* sai deste processo interior de alguma forma sacralizada.

A índole da deslocação à Cidade Santa pode ter sido secular, no entanto, ao efectivar-se a chegada a tão sacro espaço outra dimensão emerge na definição e singularidade da pessoa em causa³⁶. É o que nos diz o texto quando refere que o autor logo à chegada a Roma, após entrar “polla porta latina que vai pera a via de Nápoles”, assinala que “Aa parte de dentro” desta mesma porta latina, fica o “luguar onde são João evangelista foi metido na tina do azeite e ali estaa feita huma charola de quatro columnas com hum altar.” Mas vai mais longe, pois aponta, num pormenor revelador do seu equipamento cultural, que “da tina em que são João foi metido tomou aquelle nome porta latina segundo maos estoreadores. mãs nam hee assi. por que antigamente tinha aquelle nome dos Reis latinos que erão daquella banda.”³⁷ Ou seja, o Fidalgo indica por que via entra na urbe, descreve a espiritualidade e a importância patrimonial do lugar e, por honestidade, ainda esclarece acerca dos erros envolvidos na narração da sua história por acção de “maos estoreadores”.

4. A peregrinação nas *Memórias*: o caso modelar das estações da Quaresma

Na transição do século XV para o século XVI, apesar das correntes reformistas vindas do Norte da Europa relacionadas com o movimento da *devotio moderna*³⁸ e

³⁵ José Ángel GARCÍA de CORTÁZAR, “El hombre medieval como *homo viator*: peregrinos y viajeros”, in *IV Semana de Estudios Medievales, Nájera, 2 al 6 de agosto de 1993*, Logroño, IER, 1994, pp. 11-30.

³⁶ Sobre as motivações para a peregrinação veja-se Jean CHÉLINI et Henry BRANTHOMME, *Les Chemins de Dieu: Histoire des pèlerinages chrétiens des origines à nos jours*, Paris, Hachette, 1982.

³⁷ *Memórias*, fl. 139v.

³⁸ Um influente movimento religioso nascido no seio da Igreja Católica, no final do século XIV. Numa época em que parte importante do clero católico apresentava-se enriquecido, privilegiado e protagonista de hábitos dissolutos, este movimento enfatizava a meditação e a vida interior. Gerhard Groote (1340-1384), pai do movimento, fundou os *Irmãos e Irmãs da Vida Comum* (c. 1370), uma comunidade que se tornou o principal expoente da *devotio moderna*. A obra *De imitatione Christi* [*Imitação de Cristo*], tradicionalmente atribuída a Thomas Kempis (c. 1379-1471), ele próprio membro dos *Irmãos da Vida Comum*, constitui uma expressão clássica do espírito do movimento pietista, que rapidamente alastrou dos Países Baixos, de onde era originário, à Alemanha, norte da França e inclusive a Espanha e Itália. Ao privilegiar uma espiritualidade mais verdadeira e intimista, assente nas bases essenciais do evangelho, tal como fora fundado e divulgado por Cristo e pelos Apóstolos, o movimento atribuía uma importância reduzida aos rituais externos, de pendor institucional, e aos ensinamentos religiosos especulativos que marcavam a sua época. Na essência, a *devotio moderna* reclamava uma vida de pobreza, castidade, devoção e obediência. Era o apelo às origens e ao regresso ao cristianismo primitivo, valorizando a comunhão como forma de reforçar a fé. Por outro lado, fundava-se no princípio de que todo o clero deveria ser bem instruído e que o povo deveria ter acesso ao saber para que tivesse condições de ler e decidir por si mesmo acerca dos textos sagrados – antecipando a este nível em mais de um século a mensagem de Martinho Lutero, até porque Groote traduziu diversas passagens da Bíblia, bem como alguns hinos para o vernáculo. Outra das consequências mais marcantes do movimento residiu no facto de propor um modelo de vida religiosa que colocava sacerdotes e leigos no

que apelam a uma espiritualidade mais intimista, pessoal e individualizada, portanto, sedentária e tendencialmente retirada, a peregrinação física não perdeu o seu fulgor, nomeadamente em relação a Roma, espaço sagrado onde se preservou, graças aos seus sucessivos bispos, a doutrina difundida pelos apóstolos Pedro e Paulo³⁹ e, em simultâneo, *locus* por excelência da unidade, autoridade e ortodoxia da Igreja católica, mas também para o encontro com os lugares, corpos e textos sagrados (para além das mais variadas relíquias).

Roma recebia, sobretudo no final da Idade Média e alvares da Modernidade, visitantes e peregrinos oriundos das mais longínquas paragens. Até porque trata-se de um centro urbano que, para além da dimensão religiosa, assume igualmente uma faceta temporal: a de governo e autoridade, na qualidade de sede, dos Estados Pontifícios. As necessidades de quem a visitava iam da política e da guerra ao comércio e cultura, passando pela técnica e, sobretudo, a religião. A diplomacia, por exemplo, “fundou-se” como assunto fundamental de Estado com Roma. Comprovam-no as embaixadas de obediência, mas também o surgir da figura do embaixador permanente na Cidade Santa⁴⁰.

Roma era particularmente atractiva no quadro do movimento peregrinativo pela sua rara riqueza ao nível das relíquias que proporcionava. Corpos santos, mártires, objectos devocionais e templos fundadores eram matéria comum na capital da Cristandade. Daí também a sua centralidade religiosa. O potencial que veiculava em termos de graças, milagres e, conseqüentemente, indulgências não

mesmo nível, sem distinções hierárquicas. A sua mensagem destinava-se à generalidade dos crentes, sem excepção, mas dirigia-se principalmente a todos aqueles que desejavam sinceramente transformar e santificar o seu quotidiano. De alguma forma, é legítimo afirmar que a *devotio moderna* teve como resultado fazer com que os crentes, num processo de interiorização profunda, fossem pela primeira vez em muito tempo confrontados com o que significava realmente ser cristão. Tratou-se, portanto, de uma cristianização “quase primária”, conduzindo à redescoberta de todo um conjunto de princípios nas suas implicações para a conduta e a consciência individual. De sublinhar, enquanto inspiração e referência espiritual, a contribuição para o movimento da obra *Vita Christi* (c. 1348-1368) redigida por um monge da Ordem Cartusiana, de nome Ludolfo da Saxónia (c. 1295-1377).

³⁹ De realçar que nos decénios seguintes, nomeadamente graças a Lutero que elevava o valor santo do trabalho face à “inutilidade” e desregramento do movimento peregrinativo ao mesmo tempo que destacava que o caminho espiritual do cristão não passava pela necessidade de calcorrear rotas e itinerários para aceder à salvação, a ambiência hostil para com a prática peregrinatória vinda Norte aumentou. AUGUSTO (1999), 83-125.

⁴⁰ João de Faria foi o primeiro embaixador residente português na cúria papal. Nomeado por D. Manuel, ocupou o cargo entre Fevereiro de 1512 e Novembro de 1514, data em que foi sucedido por D. Miguel da Silva (1486-1556). LOPES (2016). De realçar que, embaixador permanente em Roma entre 1514 e 1525, D. Miguel da Silva foi um dos diplomatas e intelectuais portugueses mais eminentes do século XVI. Foi bispo de Viseu, em 1526, e cardeal da Igreja Católica Romana, em 1539. Vejam-se Sylvie DESWARTER-ROSA, *Il Perfetto Cortegiano D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni, 1989; idem, *La Rome de D. Miguel da Silva (1515-1525)*, in *O Humanismo Português 1500-1600*, Lisboa, Academia das Ciências, 1988, pp. 177-307; idem, *Un Nouvel Age d’Or: la Glorie des Portugais . Rome Sous Jules II et Léon X*, in *Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, pp. 125-152.

tinha par no espaço europeu. Neste ponto é de sublinhar a acção de divulgação e propaganda propiciadas pelo surgimento no século XII de uma nova tipologia de guias de peregrinação, tradicionalmente denominados *Mirabilia Urbis Romae*⁴¹. Concebidos para os peregrinos, mas também para os visitantes da cidade, estes textos assumiam-se como verdadeiros guias “turísticos” que mostravam, afinal, os monumentos religiosos e laicos da cidade, bem como as curiosidades, as histórias e as maravilhas inerentes (ao ponto de explicarem as inscrições nos edifícios), ultrapassando assim largamente no conteúdo e nos objectivos os antigos guias – como o *Itinerário de Einsiedeln* –, que apresentavam unicamente os lugares de devoção. Nada deixando por dizer em relação ao que o peregrino necessitava de saber para visitar Roma, estes novos guias estendiam a sua informação inclusivamente às questões técnicas, de que é exemplo o tópico dos apoios (hospitais, albergues e hospedagens), um elemento informativo crucial no quadro das peregrinações. Um dos melhores exemplos deste novo tipo de guias, que tinha claramente como critério e preocupação central a utilidade e a funcionalidade, isto é, o aspecto organizativo e até burocrático da peregrinação (isto para além da evidente função didáctica), é o *Descriptio plenaria totius urbis*, ou “guia geral da cidade”, que conheceu uma versão enriquecida no século XIII sob a designação de *Graphia aurea urbis Romae*⁴².

A devoção combinava-se doravante com a curiosidade, a exploração e o desejo de conhecer o mundo. Um estado de coisas favorecido pela crescente centralização e o cada vez mais acentuado poder papal, que tudo fazia para que a cidade recebesse o maior número de visitantes possível – vejam-se os programas de melhoramento arquitectónico, urbano e artístico dos papas Júlio II e Leão X⁴³ (1475-1521, pontífice desde 1513)⁴⁴, precisamente os pontífices que governaram durante a presença do Fidalgo em Roma. Aliás, é lícito afirmar que o movimento peregrinatório a Roma cresceu em sintonia e conformidade com o poder papal. Um processo de “entrejuda” que não é possível separar ou individualizar.

Neste ponto é importante evocar a questão dos “jubileus”, como particular motor de desenvolvimento da prática peregrinativa a Roma no entardecer medieval. Com efeito, apesar dos assinalados ventos reformistas oriundos da Europa do Norte, o referido incremento da peregrinação a Roma nos séculos finais da Idade Média deveu-se também à importante acção do papa Bonifácio VIII (c.1235-1303,

⁴¹ AUGUSTO (1999), 83-125.

⁴² *Idem, ibidem*; Brett Edward WHALEN, *Pilgrimage in the Middle Ages: A Reader (Readings in Medieval Civilizations and Cultures)*, Toronto, University of Toronto Press, 2011, *passim*.

⁴³ Os quais vêm registados nas *Memórias* com singular detalhe, em particular as obras na Basílica de S. Pedro.

⁴⁴ Segundo filho de Lourenço, o *Magnífico* (1449-1492), Giovanni di Lorenzo de Médici, futuro papa Leão X, foi nomeado cardeal com apenas 16 anos.

pontífice desde 1294) que em 1300, recuperando uma antiga tradição judaica, anuiu um jubileu, ou seja, um ano declarado santo pela Igreja católica, durante o qual foram concedidas graças espirituais especiais, em particular uma indulgência plenária para todos os que visitassem durante quinze dias as basílicas de São Pedro e São Paulo.

Em 1423, ou seja, 123 anos mais tarde, o papa Martinho V (1369-1431, pontífice desde de 1417⁴⁵), tem outra acção decisiva em todo este processo ao reduzir para trinta anos⁴⁶ o intervalo que era de um século entre anos jubileus. O estabelecimento normal desta prática conduziu, inevitavelmente, ao incremento da peregrinação à Cidade Eterna, como aliás o Fidalgo demonstra de forma pormenorizada no seu testemunho.

Em todo este quadro, um elemento existe que é nuclear em termos do imaginário colectivo, quer dos romanos quer de quem visita a cidade, muito em particular os peregrinos: as estações quaresmais. Um elemento tão central que o Fidalgo, pela extensão, critério e grau de pormenor que lhe empresta, faz dele um genuíno “livro dentro do livro”: “Das JgreJas onde estão as estações que são da co-resma. E per todo o ano. E dos perdões E Reliquias dellas.”⁴⁷ Para a sua elaboração o autor confessa ter feito recurso de fontes documentais:

“E posto que sempre procurei de ver E saber totalas cousas notauees pera o que, o que [*sic*]⁴⁸ per mjm nam alcançei me aJudei de alguns tratados Jmpressos das JgreJas e Reliquias de Roma que escreueram pessoas deuotas. o papa sam siluestre escreueo em sua canonica que avia em Roma mil E quinhentas E çinquo JgreJas das quaes a maior parte // hee destrohida. antre estas são sete príncipaes de priuilegios graças, santidades E dinidades priuilegiadas. a primeira hee a sobredita JgreJa de são João de latrão.”⁴⁹

Noutro ângulo de abordagem, esta passagem textual reafirma e consolida o anteriormente exposto acerca da condição de peregrino por parte do agente flaviense. Atentemos nas suas próprias palavras: “Em todo tempo que estiue em Roma, todolos anos andei as JgreJas das estações.”⁵⁰

Mas porquê a centralidade deste tópico no debate acerca da presença da prática peregrinatória em tão singular testemunho? Porque, como o próprio autor

⁴⁵ Foi durante este papado que se encerrou o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417).

⁴⁶ Como Sara Augusto refere, é evidente a conexão com a existência terrena de Cristo. AUGUSTO (1999), 90.

⁴⁷ *Memórias*, fl. 185r a fl. 200r.

⁴⁸ Leia-se *pera o que, per mjm*.

⁴⁹ *Memórias*, fl. 185v e fl. 186r.

⁵⁰ *Memórias*, fl. 185v.

indica, nestas passagens textuais são assinaladas as relíquias veneradas nas igrejas evocadas, bem como as indulgências de que podem beneficiar aqueles que as visitam: “nas mais delas [as igrejas] estão as Relíquias postas sobre o altar em cofres ou caxas de vidro guarneçadas de prata com escritos que declaram de que membro E santo hee cada Reliquia. saluo os corpos santos que tem suas ordenadas sepulturas.”⁵¹

Não raras vezes, o Fidalgo refere as figuras históricas e, sobretudo, hagiográficas envolvidas no processo de formação de tais templos, acabando mesmo por narrar as lendas que estão na base do seu prestígio religioso e da espiritualidade de que são sinónimo. São João de Latrão e São Pedro são os casos paradigmáticos e cimeiros, mas diversos outros existem – em relação ao primeiro, chega mesmo a incluir uma cópia da célebre e controversa *Doação de Constantino*⁵². O autor não deixa também de indicar, na maioria dos casos, a região de Roma onde as ditas igrejas se encontram (por exemplo, em que monte ou campo, e se estão ou não fora de muros).

Por tudo isto, no conjunto das *Memórias*, a descrição das estações quaresmais apresenta uma importância superlativa. Além de revelar a profunda espiritualidade do autor, bem como a sua qualidade de peregrino, este, repetimos, “livro dentro do livro”, inscreve-se claramente na referida tipologia de guias de peregrinação que a partir do século XII veio revolucionar a forma de divulgar e apoiar o fenómeno peregrinatório a Roma: a *Mirabilia Urbis Romae*⁵³. De facto, ao descrever as estações, as relíquias e as indulgências envolvidas, bem como as histórias, milagres e lendas associadas às mesmas, sugere tal itinerário com um certo carácter de obrigatoriedade para todos aqueles que visitam a Cidade Santa devido ao valor histórico dos edifícios em questão – ou seja, não são apenas os peregrinos os destinatários de tal percurso, mas sim todos os visitantes da urbe.

No testemunho do Fidalgo, quer a forma de apresentação das estações, quer o próprio contexto em que tal itinerário surge na narrativa, coloca-nos perante um guia de peregrinação que convida à descoberta e ao encontro com um património desconhecido que desperta a curiosidade dos sentidos e do intelecto. Tudo

⁵¹ *Memórias*, fl. 185v e fl. 186r.

⁵² *Memórias*, fl. 187r a fl. 188r. De autor desconhecido, a *Doação de Constantino* (*Constitutum Donatio Constantini* ou *Constitutum domini Constantini imperatoris*) consiste num documento falsificado apresentado em meados do século VIII como se de um genuíno édito imperial romano se tratasse. Segundo tal documento, o imperador romano Constantino (306-337) teria doado ao papa Silvestre I (285-335; eleito papa em 314), ou seja, à Igreja, bens patrimoniais do império, assim como a autoridade sobre as diversas comunidades cristãs do Oriente. A intenção de tal logro documental visava naturalmente fortalecer o poder papal num período em que o cristianismo ocidental vivia uma crise profunda devido à crescente autoridade dos príncipes seculares sobre as igrejas sitas nos seus territórios de influência temporal. Foi o grande filólogo e humanista do *Quattrocento*, Lorenzo Valla (1407-1457) quem comprovou a falsidade desse documento “fundador”, facto que provocou escândalo na época.

⁵³ Aníbal Pinto de Castro salienta mesmo que o Fidalgo “segue *ipsis verbis* as *Mirabilia Urbis Romae*, como, aliás, honestamente confessa”. CASTRO (1991), 11.

isto reforçado pelos diversos apontamentos artísticos que realiza, que remetem não apenas para o religioso mas também para o universo cultural e civilizacional. Neste sentido, o Fidalgo veicula uma imagem de Roma como espaço por excelência para a viagem de conhecimento – como, aliás, a própria Itália a nível artístico e cultural –, ou seja, a “viagem iniciática” cuja concretização desvenda os enigmas do mundo⁵⁴. Nesta medida, ir a Roma significava muito mais do que a mera deslocação objectiva a um espaço diferente. Na essência, trata-se de uma peregrinação a um lugar civilizacional nuclear, pois é o contacto que ele permite com o diferente – do mesmo continente ou de outro – que consolida a definição da própria identidade enquanto cristão⁵⁵.

Na descrição que faz das estações, bem como das características e atributos distintivos de cada uma, o autor faz escolhas. Ou seja, a importância e o grau de exposição não é igual para todas. Longe disso. Algumas, como “são João de latrão”, “são pero (em vaticano)” e “sancta maria a maior” merecem um destaque e uma projecção incomparáveis. Daí apresentar narrações tão extensas quanto ricas, em particular no que diz respeito à história e ao património espiritual e artístico destes templos. Quando evoca as suas relíquias, o Fidalgo efectua por vezes um exercício de crítica de arte, pois descreve e adjectiva as peças e os ornamentos que encontra. Um bom exemplo surge na igreja de “são pero (em vaticano)”⁵⁶, aquando da evocação da 11ª estação quaresmal:

“Item na dita Igreja hee hum altar A parte direita do coro ornado de perfido no qual foram apartados os ossos dos santos apóstolos pedro E paulo, E passados pollo beato siluestre no ano do senhor de trezentos E noue quando esta Igreja foi feita. Item A parte sestra do coro hee hum tabernaculo no qual ataa o dia doge se guarda aquella sedia ou catadra, a qual foi feita a são pedro quando em antiochia tinha a cadeira episcopal. E cada ano o dia da catadra de são pero

⁵⁴ Acerca da questão da viagem iniciática veja-se Aires A. NASCIMENTO (ed.), *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa, Edições Colibri, 1998; *Idem*, “Viator e peregrinus: correlação e complementaridade”, in *Ler Contra o Tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em Hora de Vésperas)*, vol. II, CEC/FLUL, Lisboa, 2012, pp. 1017-1048; DOLORES CORBELLA, “El viaje de San Brandán: una aventura de iniciación”, *Filología Románica*, 8, Madrid, Editorial Complutense, 1991, pp. 133-147; EUGENIA POPEANGA, “El viaje iniciático. Las peregrinaciones, itinerarios, guías y relatos”, *Filología Románica*, Anejo I, Madrid, Ed. Universidad Complutense, 1991; Jean DELUMEAU, *Uma História do Paraíso – O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar, 1994; Jean RICHARD, *Les récits de voyages et de pèlerinages*, Turnhout, Brepols, 1981; GARCÍA DE CORTÁZAR (1994); José MATTOSO, *Poderes Invisíveis. O imaginário medieval*, Lisboa, Temas e Debates, 2012; Mário MARTINS, “Viagens ao Paraíso terrenal”, *Brotéria*, 5, 1949, pp. 529-544; *Idem*, *Peregrinações e Livros de Milagres da Nossa Idade Média*, Lisboa, Brotéria, 1957; Mohammad Ali AMIR-MOEZZI (ed.), *Le Voyage initiatique en terre d’Islam*, Louvain, Peeters, 1996; ZUMTHOR (1994), 178-193.

⁵⁵ Luís Filipe BARRETO, “Introdução à Chorografia de Gaspar Barreiros”, *Clio*, nº 5, Lisboa, 1986, pp. 55-67; Albrecht CLASSEN (ed.), *Travel, Time, and Space in the Middle Ages and Early Modern Time. Explorations of World Perceptions and Processes of Identity Formation*, De Gruyter, 2018, *passim*.

⁵⁶ *Memórias*, fl. 189v a fl. 193r.

ha põe fora no coro com solemnidade por tal que todos os homens por sua deuação a possam tocar. Jtem em torno do altar maior estão doze colunas fermosas de marmor, antre as quaes haa huma çerquada de huma Reixa de ferro de milagrossa virtude como testifica o escrito que se açerca della lee, scilicet, esta hee aquella coluna na qual nosso senhor Jesu christo se encostou quando preguaua ao pouo, E quando no templo fazia oração a deus padre a qual com as outras onze çircunstantes do templo de salamão no triunfo foi trazida E nesta basílica foi colocada. esta lança os demonios, E aquelles que são dos Jmmundos spritos molestados faz liures. muitos milagres faz cada dia. Jtem no caminho que vai pera a capella de nossa senhora das febres estaa a sepultura de são João crisostomo a qual antes era çercada de ferro, E aguora hee hum altar de marmor com sua Jmagem. o emperador constantino fez esta santissima JgreJa no monte vaticano como hee dito, onde era o templo de apoline, a qual ornou de Ricos ornamentos, çecendo (sic)⁵⁷ os gloriosos corpos de aRame de çinco pees de grossura. E pos sobre elles huma cruz douro que pezaua çento E çincoenta liuras. E elle tirou As costas dos aliçesses doze seiras de terra.⁵⁸

A descrição completa é extensa, mas rica e única do ponto de vista da apreciação artística. No sentido de fornecer um referencial que permita apreender de forma plena a avaliação que opera do que vê, o autor chega ao ponto de evocar o julgamento que fez da “JgreJa de monReal” em Palermo, que tanto o deslumbrou no início da sua viagem. Com efeito, é hipótese a ter em conta que esta passagem muito específica possa inscrever-se nas primeiras críticas de arte feitas em língua portuguesa, como sugere Eugenio Asensio⁵⁹.

Ainda no quadro desta estação, sobressai o apontamento acerca da construção da nova igreja por iniciativa do papa Júlio II e da destruição do templo antigo⁶⁰. Passagem tanto mais valiosa quanto o facto de esta construção estar no centro das futuras críticas luteranas a Roma, dado que para pagar tamanha construção o futuro papa Leão X enveredará por uma política aberta de comercialização de indulgências. Por outro lado, não abundam as descrições em primeira mão feitas por portugueses que tenham assistido pessoalmente aos primeiros momentos da monumental obra e ao processo de construção do maior templo cristão católico do mundo até à actualidade:

⁵⁷ Leia-se *cercando*

⁵⁸ *Memórias*, fl. 190r e fl. 190v.

⁵⁹ EUGENIO ASENSIO, “Memórias de um fidalgo de Chaves (1510-1517), descripción de la Roma de Julio II y León X”, *Memórias da Academia das Ciências*, Classe Letras, tomo XIII, Academia das Ciências, Lisboa, 1970, pp. 7-28.

⁶⁰ Christoph FROMMEL, *Architettura alla corte papale nel Rinascimento*, Milano, Electa, 2003.

“E quando se deRubauão estes tam suntuosos edifícios alguns cardeaes lhe disseram que nam deuia sua santidade fazer tamanha destrohição naquella JgreJa, senam hir deRibandoa como a outra obra fosse creçendo. E o papa Respondeo que elle // era Jaa mui velho E a obra mui grande, E que aviam de passar muitos anos em se acabar. que elle fazia aquella Ruina em são pedro pera que os pontifizes que despois delle viessem ouvessem verguonha de a ver tal E de pura neçessidade trabalhassem polla acabar assi sumtuosa E grande como a elle deixaua começada. eu fui muitas vezes ver como se deRibaua. E assi fui presente como se fundauam os alições dos piores da JgreJa noua. E quando se assentaram as primeiras pedras era o papa presente E mandou meter debaixo dellas moedas douro E de prata com suas figuras E armas imprimidas na dita moeda. quando começaram de cauar acharamse muitas caxas com ossos E Reliquias de santos. E os fundamentos foram tam altos E anchos que pera cauar E trazer a terra acima avia multidão de trabalhadores.”⁶¹

Um pormenor revelador da forma cuidada como o Fidalgo preparou a descrição das estações quaresmais relaciona-se com o facto de assinalar, primeiramente, a 35ª estação como sendo relativa à JgreJa de são çiriaco. No entanto, dado que à época esta “hee destrohida E detras das termas dioclecianas”, a estação em causa passou para a JgreJa de são quição, que “hee Junto da torre dos condes”:

“A terça feira hee estação na JgreJa de são çiriaco. E são dez mil anos de Indulgençia. esta JgreJa hee destrohida E detras das termas dioclecianas. alguns querem dizer que o papa quarto transferio esta estação E Indulgências aa JgreJa de são quição que hee Junto da torre dos condes, no qual são quição haa sobre a porta çertos versos que dão testemunho como do papa sexto foi Instaurada. debaixo do altar maior haa muitas Reliquias de muitos martires como aparece por huma tauoa escrita Junto do altar moor.”⁶²

Em síntese, reside na extensa passagem relativa à descrição das estações quaresmais boa parte da feição pedagógica e utilitária das *Memórias*, particularmente reveladora, aliás, do humanismo cristão do autor e do seu fervor devocional – não é por acaso que o autor divide a sua evocação das estações por sete tópicos principais: definição/denominação da estação; localização geográfica; santos associados; indulgências veiculadas; relíquias, objectos devocionais e milagres associados; outros elementos artísticos e/ou arquitectónicos; referências histórico-lendárias.

⁶¹ *Memórias*, fl. 190v a fl. 191r.

⁶² *Memórias*, fl. 197v.

Sem nenhum padrão previamente estabelecido, antes com diversas variantes, este é, de facto, o seu modelo de abordagem às estações; podemos mesmo afirmar que trata-se da sua metodologia de composição narrativa neste campo temático.

É legítimo sustentar que esta passagem das *Memórias* constitui apenas mais uma longa lista das estações romanas, um mero *topoi* ao nível dos guias de peregrinação. Mas a verdade é que os *topoi* são-no por alguma razão, precisamente porque têm de facto uma importância central. Daí serem temas recorrentes. É isso mesmo que o texto do agente-peregrino ao serviço do duque de Bragança dá a ver: a centralidade de Roma na Europa também pelos seus edifícios religiosos e respectivas relíquias e indulgências. Por outras palavras, a centralidade da Cidade Santa pela importância nuclear que assume no imaginário colectivo cristão, em particular enquanto destino por excelência de peregrinação.

5. Notas finais

Portugal na viragem do século XV para o século XVI liga-se a Roma pela política e pela diplomacia, mas também pela peregrinação, isto é, pelo mais puro ideal de vida cristão.

A representação do Fidalgo nas *Memórias* pauta-se por dois modelos bem enquadrados na cultura ocidental coeva: o peregrino e o agente político-diplomático em missão. A alusão à segunda categoria está presente no relato desde o prólogo até ao final. É intrínseca ao mesmo (afinal, estamos perante um texto de poder sobre o poder⁶³). Já a primeira categoria surge em diversos momentos fortemente carregados por um indisfarçável espírito devocional, em particular aquando da descrição das estações quaresmais.

O autor aqui em debate apresenta-se, efectivamente, como um *peregrinus*, apesar de não ser essa a principal motivação da sua deslocação à capital da Cristandade. Na verdade ele reúne as duas componentes, sendo legítimo concebê-lo como um agente-peregrino. Não um peregrino no sentido que predominou na Alta Idade Média, do despojamento total e do absoluto abandono de tudo para seguir as estradas que conduziam aos santuários (o equivalente aos “profissionais” da peregrinação que marcaram esta época, cuja existência consistia em passar de um itinerário peregrinatório a outro, numa sucessão de percursos)⁶⁴. Mas antes um peregrino no sentido profundamente humano de um viajante que, num inten-

⁶³ LOPES (2013), *passim*.

⁶⁴ Christiane DELUZ, “Partir c’est mourir un peu. Voyage et déracinement dans la société medieval”, in *Voyages et voyageurs au Moyen Age – XXVe Congrès de la SHMES Limoges-Aubazine, mai 1995*, Paris, Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public, Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 291-303.

so e perigoso período de transição, cruza os caminhos do Ocidente em direcção ao coração da Cristandade com uma provável missão de agente de diplomacia paralela, mas que não desperdiça a ocasião para, como todos os sinceros cristãos no fundo desejavam e aspiravam, buscar os santuários e as relíquias locais que lhe permitiam obter graças e protecções celestes⁶⁵.

Neste sentido, a sua viagem transcendia a dimensão de uma deslocação simplesmente motivada por preocupações e necessidades profanas, que embora presentes acabavam por se misturar ou subordinar a objectivos de ordem espiritual e religiosa, fazendo com que o viajante em causa encarasse os itinerários romanos também como uma demanda do sagrado e a possibilidade de assim ver perdoados os seus pecados e de salvar a sua alma (e ele mostra, de facto, em diversos momentos do seu testemunho a sua atitude de *ascesis*, de purificação interior).

O Fidalgo é alguém que desempenha uma missão temporal, mas que não deixa de materializar o chamamento da sua religião. A sua pulsão enquanto visitante de Roma é, por isso, também fundada na fé (um desejo intenso de ver a *maravilha*).

Nas suas múltiplas facetas e diversas condicionantes, a experiência do Fidalgo em Roma dá bem a ver como estamos perante um homem cujo imaginário é preenchido pela dimensão simbólica e espiritual da viagem. Um homem que anda sempre e vê sempre, seja pelos caminhos físicos do espaço que percorre, seja pelos caminhos iniciáticos que conduzem à salvação da sua alma. E o seu testemunho escrito traduz de forma modelar a importância que a *peregrinatio* assumia na espiritualidade tardo-medieval e/ou da primeira Modernidade. Neste sentido é sem dúvida um fiel espelho da época que o viu nascer.

A mensagem didáctica das *Memórias* reside, desta forma, igualmente no exemplo que dá aos homens do seu tempo. O exemplo do *Homo Peregrinus*, o homem que caminha em nome de Deus, desde o dia em que nasce até ao dia em que abandona a existência terrena. Dito de outro modo, a epopeia dos que buscam alguma coisa de Deus na Terra dos homens⁶⁶. E também a ideia de que a redenção e a bem-aventurança são algo pessoal que não pode delegar-se em ninguém, em nenhum intermediário, antes têm de ser uma acção e atitude individual – há uma íntima relação entre o caminho físico da peregrinação e o caminho de peregrinação ao céu; é a vida como peregrinação até ao outro mundo, a *via crucis*.

⁶⁵ Jean RICHARD, “Pilgrimage, Christian”, in John Block Friedman and Kristen Mossler Figg (ed.), *Trade, travel and exploration in the Middle Ages — An encyclopedia*, New York, Garland Publishing, 2000, pp. 478-483; Norbert OHLER, “A pilgrim’s guide to Santiago de Compostela”, in *The medieval traveller*, Suffolk, The Boydell Press, 1998, pp. 184-198; R. OURSEL, *Les pèlerins au Moyen Age. Les hommes, les chemins, les sanctuaires*, Paris, Fayard, 1963; *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Edições Távola Redonda, Lisboa, 1992, *passim*.

⁶⁶ MARTINS (1957), 7-40.

O Fidalgo revela, afinal, que percorrer os caminhos de Roma pode (e deve) significar também percorrer os caminhos iniciáticos que conduzem à salvação da alma. A peregrinação na Cidade Santa tem, pois, um fim transcendente, na medida em que remete para um trajecto interior, piedoso. Procura-se nela a verdade última do homem que é a verdade divina.

Por último, é seguro afirmar que as *Memórias* revelam à sua maneira a extraordinária mobilidade dos portugueses no espaço europeu, nomeadamente em termos do religioso e espiritual. E Roma, como o documento em estudo atesta, é um destino de eleição. Não apenas por constituir a capital política da Cristandade – ao nível do cristianismo católico, o poder, a autoridade e a administração têm aqui a sua sede e grande força motriz –, mas também pela sua centralidade e condição de destino eleito ao nível da prática da peregrinação⁶⁷.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

LOPES, Paulo Catarino (ed.), *Memórias de um Fidalgo de Chaves: Um olhar português sobre a Itália do Renascimento*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) - Faculdade de Teologia/Universidade Católica Portuguesa, 2017.

Estudos

ALMEIDA, Ana Cristina, “O romance no século XIII: a propósito do maravilhoso no Livro de José de Arimateia”, *Máthesis*, 5, 1996, Viseu, Faculdade de Letras, Universidade Católica Portuguesa, pp. 237-245.

AUGUSTO, Sara, “Peregrinações: Roma e Santiago de Compostela”, in Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, Lisboa, Edições Cosmos/CLEPUL, 1999, pp. 83-125.

BARRETO, Luís Filipe, “Introdução à Chorografia de Gaspar Barreiros”, *Clio*, nº 5, Lisboa, 1986, pp. 55-67.

BIRCH, Debra J., *Pilgrimage to Rome in the Middle Ages: Continuity and Change*, New York, Boydell & Brewer, 2000.

⁶⁷ Debra J. BIRCH, *Pilgrimage to Rome in the Middle Ages: Continuity and Change*, New York, Boydell & Brewer, 2000, *passim*.

- BOURDIEU, Pierre, “Les rites comme actes d’institution”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 43, juin 1982, pp. 58-63.
- BOURDIEU, Pierre, “Sur le pouvoir symbolique”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n°3 ; vol.32, 1977, pp. 405-411.
- CARDIM, Pedro Almeida, “A Diplomacia Portuguesa no Tempo de D. João III: Entre o Império e a Reputação”, in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (dir.), *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento*, Lisboa, CHAM / CEPCEP, 2004, pp. 627-660.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, “Uma voz do diálogo luso-italiano na época de quinhentos, a do ‘Fidalgo de Chaves’”, *Mare Liberum*, 2 (1991), pp. 7-16.
- CHÉLINI, Jean et BRANTHOMME, Henry, *Les Chemins de Dieu: Histoire des pèlerinages chrétiens des origines à nos jours*, Paris, Hachette, 1982.
- CLASSEN, Albrecht (ed.), *Travel, Time, and Space in the Middle Ages and Early Modern Time. Explorations of World Perceptions and Processes of Identity Formation*, De Gruyter, 2018.
- DELUZ, Christiane, “Partir c’est mourir un peu. Voyage et déracinement dans la société medieval”, in *Voyages et voyageurs au Moyen Age – XXVIe Congrès de la SHMES Limoges-Aubazine, mai 1995*, Paris, Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public, Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 291-303.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, “Uno sguardo venuto da lontano: tra Roma Antica e Roma Cristiana”, in Marcello Fagiolo (dir.), *Roma e l’Antico nell’arte e nella cultura del Cinquecento*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1985, pp. 489-508.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, *Il Perfetto Cortegiano D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni, 1989; idem, *La Rome de D. Miguel da Silva (1515-1525)*, in *O Humanismo Português 1500-1600*, Lisboa, Academia das Ciências, 1988, pp. 177-307.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, *Un Nouvel Age d’Or: la Glorie des Portugais . Rome Sous Jules II et Léon X*, in *Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, pp. 125-152.

- EUGENIO ASENSIO, “Memórias de um fidalgo de Chaves (1510-1517), descripción de la Roma de Julio II y León X”, *Memórias da Academia das Ciências*, Classe Letras, tomo XIII, Academia das Ciências, Lisboa, 1970, pp. 7-28.
- FROMMEL, Christoph, *Architettura alla corte papale nel Rinascimento*, Milano, Electa, 2003.
- GARCÍA de CORTÁZAR, José Ángel, “El hombre medieval como *homo viator*: peregrinos y viajeros”, in *IV Semana de Estudios Medievales, Nájera, 2 al 6 de agosto de 1993*, Logroño, IER, 1994, pp. 11-30.
- JAUSS, Hans Robert, *Toward an Aesthetic of Reception*, Paris, University of Minnesota Press, 1985, pp. 3-45.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de, “Uma peregrinação-diplomática rumo ao reino do PRESTE JOÃO: o infante português no *Libro del Infante D. Pedro de Portugal*”, *Plêthos*, Vol. 1, 2011, pp. 4-20.
- LOPES, Paulo Catarino, “Nas margens da diplomacia portuguesa quinhentista. O singular testemunho de Roma por um criado de D. Jaime, 4º duque de Bragança (1510-1517)”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, Tomo XXXIII, Janeiro-Junho 2016, [Mobilidades Medievais: Carreiras, Projectos, Realizações], Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), Universidade Católica Portuguesa, pp. 203-251.
- LOPES, Paulo Catarino, “Os livros de viagens medievais”, *Medievalista* (on-line), Instituto de Estudos Medievais (IEM), ano 2, número 2, 2006.
- LOPES, Paulo Catarino, *Um agente português na Roma do Renascimento. Sociedade, quotidiano e poder num manuscrito inédito do século XVI*, Lisboa, Temas e Debates, 2013.
- MARQUES, José, “Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV”, *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, 11, 1994, 137-172.
- MARTINS, Mário, *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Broteria, 1957.

OHLER, Norbert, “A pilgrim’s guide to Santiago de Compostela”, in *The medieval traveller*, Suffolk, The Boydell Press, 1998, pp. 184-198.

OURSEL, R., *Les pèlerins au Moyen Age. Les hommes, les chemins, les sanctuaires*, Paris, Fayard, 1963; *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Edições Távola Redonda, Lisboa, 1992.

RICHARD, Jean, “Pilgrimage, Christian”, in John Block Friedman and Kristen Mossler Figg (ed.), *Trade, travel and exploration in the Middle Ages — An encyclopedia*, New York, Garland Publishing, 2000, pp. 478-483.

WEBB, Diana, *Pilgrims and Pilgrimage in the Medieval West*, New York, I. B. Tauris, 1999; Larissa Juliet TAYLOR (ed.), *Encyclopedia of Medieval Pilgrimage*, Leiden, Brill, 2009.

WHALEN, Brett Edward, *Pilgrimage in the Middle Ages: A Reader (Readings in Medieval Civilizations and Cultures)*, Toronto, University of Toronto Press, 2011.

ZUMTHOR, Paul, *La Medida Del Mundo - Representación del espacio en la Edad Media*, Cátedra, Madrid, 1994.

I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela, Edições Távola Redonda, Lisboa, 1992.

Partindo da análise de fontes tipologicamente muito diferentes (cronísticas, documentais, epistolares, iconográficas, entre outras), quer portuguesas quer estrangeiras, é objectivo desta antologia reflectir de forma crítica sobre a composição e descrição de paisagens europeias – físicas e humanas – nos séculos XV e XVI. Naturalmente, uma atenção especial é dada à relação entre Portugal e o continente de que faz parte: se por um lado se visa indagar sobre a forma como em Portugal, no período em questão, se projectava o espaço europeu, por outro ambiciona-se identificar a natureza das representações construídas entre Portugal e a Europa. Noutra vertente, buscam-se respostas válidas para questões centrais como o carácter e a constância das relações mantidas com os diversos territórios europeus.

Se bem que, nos últimos anos, se tenha vindo a aprofundar, sob o ponto de vista documental e historiográfico, o conhecimento das relações entre Portugal e a restante Europa, a verdade é que muito há ainda a fazer no sentido de compreender o carácter e a configuração das concepções e representações portuguesas do continente europeu nos séculos de Quatrocentos e Quinhentos, assim como de identificar e apreender os mecanismos de reconhecimento das realidades do Velho Continente nos círculos cultos do reino português.

Estes são os objectivos centrais de um conjunto multidisciplinar de estudos, que se propõem aprofundar os diversos intercâmbios desenvolvidos entre Portugal e os diferentes espaços europeus nos séculos XV e XVI. A circulação cultural, os contactos político-diplomáticos, militares e estratégicos, bem como as relações de índole religiosa, comercial e mercantil estarão no centro de uma reflexão que se deseja crítica e ampla.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

